CAPA PROMOCIONAL

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875 • JULIO MESQUITA (1862—1927)  150 ANOS Sexta-feira 28 de MARÇO de 2025 • R$ 7,00 • Ano 146 • Nº 48009 || estadao.com.br

O MASP cresceu





Abertura
28 de março

masp.org.br
@masp

NOVO
NOV
NO
N

Venha conhecer
o novo MASP

Av. Paulista, 1510
São Paulo

M
MA
MAS
MASP

Dois prédios. Um museu.

MASP
MUSEU DE ARTE
DE SÃO PAULO
ASSIS CHATEAUBRIAND

Abertura
28 de março

Terça a domingo
@masp

Eufrázio

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875 • JULIO MESQUITA (1862—1927)  150 ANOS Sexta-feira 28 de MARÇO de 2025 • R$ 7,00 • Ano 146 • Nº 48009 | estadao.com.br

PETER LEONE/O FOTOGRÁFICO/AG. O GLOBO



Hugo pega pênalti e Corinthians é campeão, com a melhor campanha

O 31º título paulista do Corinthians veio com empate em 0 a 0 contra o Palmeiras, em um jogo tenso e com poucas chances de gol. Aos 28 minutos do 2º tempo, o goleiro corintiano defendeu seu sétimo pênalti em 9 meses, batido por Raphael Veiga. __A24 e A25

TABA BENEDICTO/ESTADÃO



Sextou! GUIA SEMANAL

A fundo __C10 e C11

Masp cruza a rua com mostra de Renoir e dobra área de exposição

Megafestival __C1 e C2
Lollapalooza, perto do indie e da multidão, longe da origem

Divirta-se __C6 e C7
Mostra no Museu da Língua Portuguesa explora sotaques

Bate-volta __C12
Roteiros para quem quer um pouco de tudo perto de SP

E&N Custo de vida __B1 e B2

Inflação desacelera, mas preços de alimentos seguem em alta

__Na prévia de março, reajuste do ovo de galinha chegou a 19,4%

Os preços dos alimentos continuam a pesar na inflação medida pelo IBGE. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), divulgado ontem, com uma prévia da inflação de março, mostrou que alimentos (com alta de 1,09%) e transportes (0,92%) foram os grupos de produtos e serviços que tiveram maiores reajustes. O ovo de galinha (com reajuste de 19,44%), tomate (12,57%) e café moído (8,53%) puxaram a lista de aumentos. Pelo IPCA-15, a inflação acumulada em 12 meses subiu para 5,26%, ficando ainda mais distante da meta do Banco Central – com centro de 3% e margem de tolerância de até 4,5%. Durante apresentação de relatório com avaliações sobre a economia, a direção do BC voltou a expressar preocupação com a dinâmica dos preços.

Uma gigante dos ovos com sotaque brasileiro

A brasileira Global Eggs compra Hillandale, dos EUA, e cria gigante mundial no setor. __ B25

Notas e Informações __A3

Sob inspiração da truculência

Para Guilherme Derrite, País deveria aprender com El Salvador, referência de quem prefere a lei da selva à democracia.

Fernando Gabeira __A6
A tardia hora da segurança

Eliane Cantanhêde __A10
STF posiciona seus canhões contra a anistia

Celso Ming __B2
O empreendedorismo e o governo do PT

JHSF
SURPREENDENTE
VEJA NAS PÁGS. A14 E A15.

E&N Conselheiro fiscal __B3

Após veto na Vale, governo indica Mantega para vaga na Eletrobras

Lula havia tentado emplacar ex-ministro em 2024 na mineradora, mas não conseguiu em razão da resistência dos acionistas privados.

Imunizado no papel __A10

PGR pede para STF arquivar caso sobre fraude em cartão de vacina de Bolsonaro

Procurador-geral conclui que acusação contra ex-presidente não se sustenta, por se basear apenas na delação de Mauro Cid.

E&N Efeito no Brasil __B4 e B5
Tarifas de Trump a carros preocupam setor de autopeças

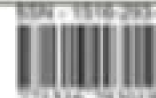
Ártico em disputa __A16
Putin diz que planos dos EUA sobre Groenlândia são sérios

Confira os destaques da programação do Sesc São Paulo na página 3 do Caderno C2
Sesc

Edição de hoje
3 CADERNOS – 84 páginas

Tempo em SP
22° Mín. 28° Máx.

ISSN – 1516-2931



ROSEANN KENNEDY
COM EDUARDO BARRETTO E IANDER PORCELLA
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO



Coluna do Estadão

Por que o batom virou novo símbolo de críticas a Moraes e ameaça credibilidade do STF

Desde as primeiras condenações dos envolvidos nos atos golpistas de 8/01, o bolsonarismo reclama de excessos na aplicação das penas. Sem admitir a gravidade dos fatos, esse grupo tentou propagar a ideia de que o Supremo Tribunal Federal estava punindo "velhinhas com a bíblia na mão". Por óbvio, não colou. Mas, de repente, a pena de 14 anos de prisão para uma mulher com "o batom em punho" virou o símbolo da arbitrariedade para os críticos do ministro Alexandre de Moraes. O assunto domina rodas de conversa pelo País e ameaça a credibilidade do julgamento, na avaliação de acadêmicos e criminalistas, especialmente depois de o ministro Luiz Fux, do STF, institucionalizar o debate levando o tema para o meio do julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro.

SIMBOLOGIA. "Esse caso provocou mais emoção por toda semiótica que envolve. Uma mulher, jovem. Muita gente consegue se identificar. E tem o batom no lugar da arma", observa a advogada Luisa Ferreira, professora de Direito da FGV. Entre os crimes atribuídos a Débora Rodrigues dos Santos, está associação criminosa armada.

VOZ. Parte dos magistrados já se incomodava com as penas aplicadas, considerando-as excessivas. Fux verbalizou, com todas as *vênias* possíveis. E "o Supremo mordeu a isca", diz Luisa.

HIPÓTESES. Uma razão para a exposição neste momento seria o temor do efeito backlash, que poderá no futuro derrubar condenações, então seria melhor corrigir o rumo para garantir punições corretas e evitar que vire munição para anistia. "Ou pode ter pessoas lá dentro que querem usar o caso para frear o poder exacerbado do STF na figura de Moraes."

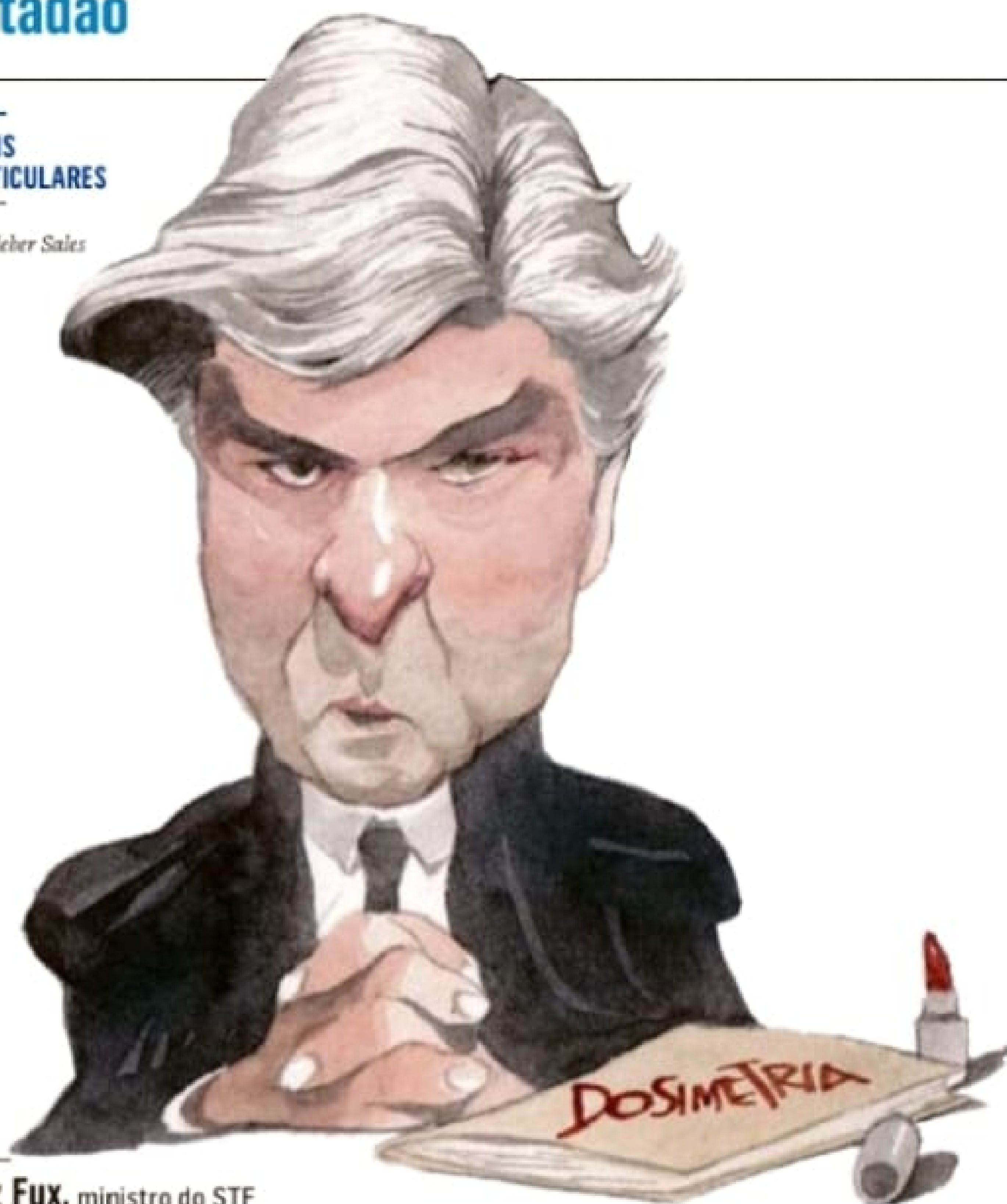
RETÓRICA. O caso da pichadora com batom virou um estereótipo do julgamento do 8.01, na avaliação do criminalista Sergei Cobra Arbex. "Daqui a pouco, a oposição vai falar deste caso como mais importante que o de Bolsonaro. Porque representa uma situação de injustiça que todos veem com o tamanho da pena."

ALERTA. "Uma pena porque esse é um processo extremamente importante, que mexe com nossa estrutura de democracia", avalia Sergei. "Não é o resultado da condenação que vai fazer esse julgamento forte. É o processo. E a culpa não é de Moraes, é da Corte que se constrange para divergir do relator", conclui.

HOMENAGEM. O economista Roberto Sallouti, CEO do BTG Pactual e cofundador do Instituto de Tecnologia e Liderança (Inteli), recebe hoje o Colar de Honra ao Mérito da Assembleia Legislativa de São Paulo. Em 2024, Roberto Campos Neto foi o agraciado.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales



Luiz Fux, ministro do STF

EXPRESSO. O governador Tarcísio de Freitas sancionou, ontem, a lei que autoriza o Estado de São Paulo a contratar R$ 2,72 bilhões em operações de crédito para expandir a Linha 5-Lilás do Metrô, até o Jardim Ângela. Desse valor, R$ 1,73 bilhão será via Caixa Econômica Federal, com recurso do FGTS por meio do Novo PAC.

OUTRAS FONTES. O restante poderá ser captado em instituições financeiras nacionais, organismos multilaterais ou bilaterais e agências de fomento. A lei também autoriza o governo de São Paulo a abrir créditos suplementares ou especiais.

PRONTO, FALEI!



Roberto Kalil Filho
Cardiologista

"Hoje meu paciente de mais fama é o presidente da República. Do ponto de vista médico, trato Luiz Inácio Lula da Silva. Se tratar o cargo, você comete erros."

CLICK

INSTAGRAM @DAMARESALVESOFICIAL1



Damares Alves
Senadora (Republicanos-DF)

Rezando com o ex-presidente Jair Bolsonaro no Senado, horas antes de Bolsonaro se tornar réu no Supremo Tribunal Federal por suposta tentativa de golpe.

agro ESTADÃO
agro.estadao.com.br
CONHEÇA O PORTAL AGRO
Conteúdo relevante para a gestão de toda a cadeia de abastecimento
Uma parceria: ESTADÃO 150 broadcast agro PYXYS
Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO

SEXTA-FEIRA, 28 DE MARÇO DE 2025

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1884)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)
LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
MEMBROS
MANOEL LEMOS DA SILVA
MARCELO FERREIRA MALTA DE ARAUJO
MARCO ANTONIO BOLOGNA
ROBERTO CRISSIUMA MESQUITA
TITO ENRIQUE DA SILVA NETO

DIRETOR PRESIDENTE
ERICK BRETAS
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

Sob inspiração da truculência



Para Guilherme Derrite, País deveria aprender com El Salvador, que reduziu homicídios em meio a denúncias de abusos e é referência para quem prefere a lei da selva à democracia

O secretário de Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite, confirmou o que já se suspeitava: seu apreço pela política da truculência tem no regime de exceção instaurado por Nayib Bukele, em El Salvador, um modelo a ser seguido. Durante recente evento em Brasília, com a presença de autoridades e especialistas na área, Derrite afirmou que o Brasil deveria aprender com o pequeno país da América Central para reduzir os índices de homicídios – e aproveitou para criticar um programa federal destinado a combater violações de direitos humanos no sistema prisional brasileiro.

O exemplo salvadorenho é exatamente isto: a combinação entre redução drástica de homicídios com perturbadoras evidências de violações de direitos humanos. É uma estratégia sedutora para políticos que apostam na aniquilação de criminosos para superar a sensação de medo na população e transformar cadáveres em votos. A estratégia mais eficiente, que poupa vidas e respeita o Estado Democrático de Direito, não gera tanta visibilidade e muitas vezes é confundida com leniência com os criminosos. Assim pensa Derrite, que foi afastado da Rota, a elite da Polícia Militar de São Paulo, por desvio de conduta ("porque matei muito ladrão", segundo suas próprias palavras).

A inspiração salvadorenha do secretário paulista tornou-se conhecida tanto pela eficácia na repressão quanto por ser uma política que despreza direitos fundamentais. Quando Bukele chegou ao poder, em 2019, El Salvador era conhecido como um dos países mais violentos do mundo. A população agonizava com o medo, a violência e as mortes decorrentes das disputas entre as "maras", como são chamadas as gangues formadas por filhos de imigrantes que regressaram ao país após a guerra civil, que durou entre 1979 e 1990 e matou, segundo dados oficiais, mais de 100 mil pessoas.

Em 2022, o presidente salvadorenho impôs um estado de emergência que lhe deu plenos poderes para mandar prender e matar criminosos. Com passe livre para reagir com violência e efetuar prisões sem mandados, o governo criou megaprisões e lotou as existentes – a mais conhecida, o Centro de Confinamento do Terrorismo, tem capacidade para até 40 mil presos e não permite acesso nem de jornalistas nem, pasmem, de advogados. Hoje El Salvador tem mais de 100 mil presos, ou 1,7% da população, marca capaz de assustar até mesmo quem acha que no Brasil há encarceramento em massa (por aqui, a proporção de presos é de 0,3% da população).

Com criminosos varridos do mapa, os homicídios desabaram, a ponto de, em 2023, El Salvador ter sido listado entre os países mais seguros da América Latina. Mas missões internacionais e organizações de direitos humanos têm repetidamente denunciado os efeitos do modelo de Bukele. Reconhecem que seu governo conseguiu controlar as gangues de forma impressionante, mas a um alto custo para a sociedade: com deterioração de direitos, prisões de inocentes, detenções arbitrárias sem ordem judicial, ameaças à democracia e mortes sob a custódia do Estado.

Trata-se de um modelo de perigosa eficácia, que usa a brutalidade e o medo como armas poderosas para render votos e fama. Bukele se reelegeu em 2024, mesmo com a Constituição de seu país proibindo a reeleição; Derrite passeia por eventos como pré-candidato, exibindo-se como secretário linha-dura, mantido no cargo pela inexplicável condescendência do governador Tarcísio de Freitas. O presidente salvadorenho e o secretário paulista são produto da crise da segurança pública, desafiada pelo crime organizado. A alternativa à truculência é custosa e demorada. Já o modelo Bukele é barato e ainda dá votos. É de olho nisso que até prefeitos, que não têm entre suas atribuições cuidar de policiamento, estão investindo na imagem de paladinos da segurança.

Como lembrou a organização Human Rights Watch, os salvadorenhos não deveriam se ver forçados a escolher entre segurança e outros direitos fundamentais. Nem salvadorenhos, nem brasileiros, nem quaisquer cidadãos do mundo, convém acrescentar. Só quem tenta difundir a inevitabilidade de tal escolha são cabeças como Bukele e Derrite, que confundem endurecimento contra o crime com truculência, transformam agentes do Estado em vingadores, combatem barbárie com mais barbárie e ignoram que democracia não combina com a lei da selva. ●

Alta dos alimentos não é passageira

Lula erra ao tentar paliativos para inflação dos alimentos que há mais de uma década sobe acima do IPCA. Estudo comprova que questão é mais profunda e exige solução estrutural

A inflação dos alimentos, que abalou a popularidade de Lula da Silva e estimulou uma série de ideias e declarações estouvadas do presidente, não é um fenômeno passageiro. Há mais de uma década os preços alimentícios têm registrado crescimento acima da média da cesta de produtos do índice geral de inflação, o IPCA, e sofrem agora o forte abalo das mudanças climáticas, que afetam também a produtividade agrícola. É um fenômeno complexo, que se espalha pelo mundo e que atinge com mais intensidade países como o Brasil em razão de carências estruturais internas.

Numa minuciosa análise publicada no blog do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), na qual compila levantamentos de diferentes pesquisadores do instituto, o diretor do FGV Ibre, Luiz Guilherme Schymura, faz um raio X do deslocamento mundial da alta dos preços dos alimentos da inflação cheia, que por cerca de duas décadas – de 1980 até meados dos anos 2000 – tiveram trajetórias próximas. E examina com especial atenção a perda de produtividade agrícola do Brasil, despreparado para mitigar prejuízos dos fenômenos extremos do clima.

Diante da análise do economista, parecem ainda mais caricatas as medidas propostas por Lula da Silva para tentar forçar a queda de preços num estalar de dedos – como se uma simples palestra presidencial com produtores e varejistas tivesse o condão de baixar custos, ou como se uma resolução de isenção tributária de importação abarrotasse de alimentos baratos o mercado doméstico, a despeito de uma crise que é mundial.

Não cabem superficialidades numa questão tão profunda. Alguns preços podem até baixar diante da reversão de fatores que intensificaram a alta. Na pecuária, por exemplo, depois do chamado "ciclo do boi", com redução da oferta a cada cinco ou seis anos, a alta extraordinária do preço da carne tende a recuar. O arroz, que no ano passado teve o preço pressionado pelas perdas expressivas de produção em razão das enchentes no Rio Grande do Sul, pode estabilizar, mas o fato é que o encarecimento do produto ocorre desde 2019, como mostram os dados da FGV.

Como exemplo da dimensão dos eventos que nos últimos cinco anos contribuíram de forma intensa para a alta dos alimentos, os pesquisadores da FGV listaram a disrupção de oferta causada pela pandemia em 2020/2021; a crise hídrica extremamente severa no Brasil, em 2021, e na Argentina, em 2023; a invasão russa da Ucrânia, um importante produtor global de grãos; e a conjunção dos fenômenos El Niño e La Niña em 2023 e 2024, com efeito particularmente forte no Brasil.

Schymura chama a atenção para a necessidade de recolocar em pauta a agenda pública de políticas de suprimento e segurança alimentar, com foco nas culturas que produzem alimentos que vão diretamente para a mesa dos brasileiros. Isso pode ser traduzido como uma atuação mais forte do governo no monitoramento da produção, na recomposição de estoques públicos, nos incentivos para investimentos em silagem, nas vias de escoamento e no crédito mais voltado a essas culturas, e não apenas nas que são altamente rentáveis.

O Brasil se prepara para colher uma supersafra recorde de grãos, estimada em 328,3 milhões de toneladas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Recente reportagem da revista *Forbes* destaca que a atual capacidade estática de armazenagem no País é estimada em 210,1 milhões de toneladas, ou seja, uma diferença de 118,2 milhões de toneladas entre o que será colhido e o que poderá ser estocado.

É sobre a infraestrutura que o governo deveria estar se debruçando, se a preocupação fosse baratear alimentos de forma estrutural, com resultados mantidos no longo prazo, e não onerar exportações para ampliar a oferta doméstica, como chegou a ser aventado. Como resumiu Schymura, o foco deve ser o de estimular a produção adicional de alimentos, e não dificultar outras áreas do agronegócio. ●

Eufrázio

ESPAÇO ABERTO

Excepcionalismo americano e o ajuste fiscal necessário

Marcello Estevão

A reputação dos Estados Unidos como uma potência *excepcional* muitas vezes se baseia na força de sua economia e no apelo de seus mercados financeiros. Ainda assim, esses pilares formidáveis repousam sobre uma base cada vez mais instável: ao longo das últimas décadas, os Estados Unidos acumularam um déficit de ativos externos líquidos (NFA, na sigla em inglês) que hoje se aproxima de 85% do PIB – cerca de US$ 25 trilhões em passivos líquidos perante credores estrangeiros. Alguns veem isso como consequência natural da confiança duradoura do mundo em valores mobiliários dos Estados Unidos, enquanto outros interpretam como um sinal de que o país tem vivido além de seus meios. De qualquer forma, poucos podem negar que essa dependência de financiamento externo representa um risco significativo de longo prazo.

A iniciativa renovada do presidente Trump para reduzir o déficit comercial americano – ao contar com uma possível desvalorização do dólar norte-americano e impor tarifas de importação – ilustra a tensão entre ambições políticas e realidades econômicas. Um dólar mais fraco certamente pode ajudar a reduzir o déficit comercial ao tornar as exportações dos Estados Unidos mais competitivas, embora a imposição de tarifas tenda a fortalecer a moeda. No entanto, a tarefa muito mais desafiadora é lidar com a principal fonte subjacente do desequilíbrio externo persistente: grandes e crescentes déficits fiscais. Seria de esperar que qualquer governo sério em reduzir o déficit em conta corrente buscasse um ajuste fiscal equilibrado, que aumentasse as receitas ou reduzisse significativamente os gastos. Mas esse caminho enfrenta enormes dificuldades políticas, especialmente porque os principais programas de gastos – *Medicare*, *Medicaid* e *Social Security* – são notoriamente difíceis de reformar.

Propostas como reduzir o número de servidores federais ou obter mais receita a partir de tarifas dificilmente gerarão a economia estrutural necessária para conter a dívida e frear o déficit em conta corrente. Enquanto isso, tornar permanentes os cortes de impostos de 2017, ou avançar com outras iniciativas de redução tributária, agrava o problema ao intensificar a diferença entre as receitas do governo e os gastos públicos. Essas manobras orçamentárias praticamente garantem que os Estados Unidos continuarão se endividando no exterior, aumentando ainda mais o já enorme déficit de NFA.

> *Há uma maneira relativamente simples de começar a corrigir o desequilíbrio externo do país: adotar um plano disciplinado de consolidação fiscal*

Em princípio, há uma maneira relativamente simples de começar a corrigir o desequilíbrio externo do país: adotar um plano disciplinado de consolidação fiscal. Do lado das receitas, aumentos modestos, porém sustentados, na relação impostos-PIB – na ordem de dois a três pontos porcentuais do PIB – ajudariam a reduzir o grande descompasso entre despesas federais e receitas tributárias, além de conter a espiral de endividamento nos Estados Unidos. Do lado dos gastos, reformas graduais e cuidadosamente planejadas nos programas obrigatórios de seguridade social diminuiriam a maior parte das obrigações do governo. Ainda assim, ambos os caminhos são politicamente espinhosos.

Tal ajuste fiscal não precisa ser draconiano; pode ser implementado gradualmente ao longo de um período suficiente para evitar choques econômicos, mas curto o bastante para sinalizar credibilidade. Combinada a medidas prudentes para reforçar a competitividade interna – como incentivos a pesquisa e desenvolvimento, capacitação da força de trabalho e investimento público estratégico –, uma abordagem equilibrada para impostos e gastos poderia reduzir o déficit em conta corrente, desacelerar a acumulação de passivos externos e preservar a credibilidade financeira dos Estados Unidos aos olhos dos mercados globais.

Por ora, no entanto, a preferência do governo por um dólar mais fraco e um déficit comercial menor está em rota de colisão com a relutância em reestruturar significativamente a atitude fiscal dos Estados Unidos. O resultado provável é a continuidade do *status quo*: forte dependência de entradas de capital estrangeiro para financiar tanto a dívida pública como o consumo interno. Enquanto os investidores estrangeiros mantiverem confiança na segurança e nos retornos dos ativos americanos, esse arranjo frágil pode persistir. Mas, se essa confiança vacilar – talvez em razão da preocupações sobre a estabilidade financeira do país ou de uma desaceleração prolongada nos ativos dos Estados Unidos –, a margem de manobra de Washington se reduziria de forma abrupta, e as consequências poderiam ser graves.

Em última análise, os Estados Unidos só conseguirão promover a renovação econômica que sustenta seu *status* de nação excepcional se enfrentarem, de forma direta, seus desequilíbrios fiscais e externos persistentes. A solução mais duradoura é também a mais politicamente difícil: um plano que aumente suficientemente a arrecadação e reduza compromissos de gastos num processo criterioso e de longo prazo. Tais reformas poderiam mitigar os riscos já embutidos num déficit de NFA de escala alarmante, assegurando que o país permaneça não apenas como uma força econômica formidável, mas também um zeloso guardião do *status* privilegiado de que desfruta nas finanças globais. ●

PHD MIT, DIRETOR GERENTE E ECONOMISTA CHEFE DO INSTITUTE OF INTERNATIONAL FINANCE, PROFESSOR DA UNIVERSIDADE GEORGETOWN. FOI SECRETÁRIO PARA ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA E TRABALHOU NO BANCO MUNDIAL, FMI E FEDERAL RESERVE

FÓRUM DOS LEITORES

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas.
Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada ● **E-mail:** forum@estadao.com

8 de Janeiro no STF

Fortes emoções

Ao justificar o pedido de vista que paralisou o julgamento da cabeleireira Débora Rodrigues dos Santos, o ministro Luiz Fux disse: "Nós julgamos sob violenta emoção após a verificação da tragédia do 8 de Janeiro. (...) Mas eu acho que os juízes na sua vida têm sempre de refletir dos erros e dos acertos", referindo-se à pena aplicada a Débora por Alexandre de Moraes. Está certo. Seres humanos são sujeitos a emoções. E é justamente por isso que juízes, para praticar a função precípua determinada pela posição que ocupam – a "justiça" –, precisam tomar mais cuidado ainda com as próprias emoções. Pois, se emoção justificasse tudo, os perpetradores dos atos de vandalismo na Praça dos Três Poderes poderiam muito bem evocar a tese de que agiram por forte emoção e, portanto, mereciam o perdão. Emoções não se sobrepõem à lei, e isso é válido para todos.

Luciano Harary
São Paulo

Bets, aposta de risco

Vício em jogos

Bets já superam jogo do bicho; adolescentes são mais vulneráveis (**Estadão**, 27/3, A16 e A17). A propósito dessa reportagem, que trata de pesquisa inédita feita pelo Ministério da Justiça sobre o assunto, penso nos artistas e atletas que fazem propaganda das tais bets. Muitos apregoam discursos morais por aí, mas, seduzidos pelas cifras, não deixam de dar publicidade a uma prática de jogo devastadora. Por mais saudáveis que pareçam, tais apostas têm na ponta sofrimentos, provados agora cientificamente.

Ricardo Machado da Silva
São Paulo

Energia em São Paulo

Demagogia

Causa espanto a notícia de que cidades da região metropolitana de São Paulo, capitaneadas pela Prefeitura paulistana, planejam barrar na Justiça a renovação do contrato com a Enel (**Estadão**, 26/3, A21). Realmente, nas chuvas recentes, árvores condenadas desabaram com o vento, arrastando a fiação e os transformadores da Enel. Aí começa o drama: a concessionária é chamada para desligar a eletricidade e permitir a remoção da galhada das árvores que, muitas vezes, além da fiação, atingiram veículos e pessoas. Em seguida, são chamados os agrônomos das prefeituras, mas, como eles não têm condições de resolver o problema, sobra para o Corpo de Bombeiros. Cortados os galhos, aparece o pessoal das prefeituras, que, como sempre, rapidamente retira os galhos. Aí volta a Enel, para reconstruir todos os estragos causados, o que muitas vezes exige serviços complexos e cuidadosos. Entretanto, de acordo com os competentes prefeitos da Grande São Paulo, a solução para esse problema seria a troca de concessionária – algo muito simples de fazer –, além de convencer a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) sobre essa genial ideia de demagogos e irresponsáveis. No meu entender, se essas prefeituras contratassem agrônomos para fazer um levantamento e o corte das árvores em péssimo estado e condenadas, com o replantio de novas espécies, de menor porte, creio que esse problema paulatinamente seria resolvido.

Luiz Antônio Alves de Souza
São Paulo

Eletrobras

Do governo ou do Estado?

Inconformados com as limitações e obrigações impostas pelo Congresso Nacional quando da capitalização da Eletrobras, representantes do governo – impedido de aparelhar a empresa – e da direção da companhia, com obrigações de aportar recursos em Angra 3, resolveram assinar um "termo de conciliação" em que são anulados tais dispositivos desde que aprovados em assembleia de acionistas e pelo Supremo Tribunal Federal (**Estadão**, 27/3, B7). E o interesse do Estado, seu acionista majoritário, quem representa? É repetitivo, mas já passou da hora de o Congresso, além de anular tais disfunções, aproveitar a oportunidade para deixar claro que o comando da empresa não é de agrupamentos de acionistas minoritários com interesses financeiros de curto prazo nem de políticos, e sim do Estado, seu acionista. Como tal, os seus votos nas assembleias de acionistas deverão ter peso na proporção do capital investido, com um Conselho de Administração escolhido na mesma proporção, com o Executivo indicando apenas um terço dos seus membros. Os demais postos a completar a representação estatal seriam preenchidos por membros natos – definidos em lei – com interesses no desenvolvimento e na perpetuidade da companhia. Chega de politicagem e do uso do bem público para fins espúrios.

Nilson Otávio de Oliveira
São Paulo

ESTADÃO BLUE STUDIO

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio e apresentado por Sesi-SP.

SESI Educação Forte » País Forte

Sesi-SP lança programa pioneiro contra misoginia

Iniciativa ganha força com relatos de estudantes e professores, transforma a realidade em sala de aula e fortalece toda a comunidade escolar



Alunas, diretora e professora da Escola Sesi-SP de Regente Feijó e o superintendente da instituição, Alexandre Pflug

Em 2017, um grupo de alunas do primeiro ano do ensino médio procurou a professora Lúcia Cristina Araújo, da Escola Sesi-SP de Regente Feijó, em busca de orientação. Dúvidas e angústias sobre brincadeiras inadequadas, comentários desconfortáveis e atitudes machistas tornaram-se tema das rodas de conversa organizadas pela educadora. Surgia, assim, o Coletivo Feminista da escola, uma iniciativa que mudaria não apenas as estudantes, mas toda a comunidade escolar.

"Meninas vinham reclamar sobre colegas que diziam: 'Fica quieta, você é mulher, não precisa falar'. Era algo frequente", conta Lúcia, idealizadora do projeto. Com o tempo, as rodas de diálogo evoluíram para palestras e ações mais abrangentes. A estudante Letícia Vitória Souza, 17 anos, que participa do coletivo desde o início do ensino médio, destaca que o grupo ajudou a identificar atitudes preconceituosas que antes passavam despercebidas. "Muitas meninas, principalmente as mais jovens, não sabiam que certos comentários eram ofensivos. O coletivo foi essencial para conscientizar e oferecer acolhimento", afirma Letícia.

Transformações visíveis

De acordo com a professora Lúcia, os resultados já são perceptíveis no ambiente escolar. Uma pesquisa recente realizada na Escola Sesi-SP de Regente Feijó mostrou que 98% das estudantes consideram que as questões ligadas à misoginia são bem abordadas pela instituição. "Hoje temos turmas que não apresentam mais denúncias de assédio ou falas machistas, o que comprova a eficiência do projeto", enfatiza.

Letícia também observa mudanças concretas: "O machismo ainda existe, mas já conseguimos ver avanços significativos. Hoje, há uma enorme procura das meninas pelas atividades do coletivo", comemora.

Impacto positivo

Agora, essa proposta ganha dimensão estadual com o lançamento do programa Juventudes AntiMisoginia pelo Serviço Social da Indústria de São Paulo (Sesi-SP). Idealizado após o sucesso em Regente Feijó, o projeto busca combater a discriminação contra mulheres e promover a equidade de gênero em todas as escolas da rede no Estado.

"O problema da violência contra a mulher existe, e as estatísticas são chocantes. A solução passa pela educação, pelo reconhecimento e pelo engajamento de todos", ressalta o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e do Sesi-SP, Josué Gomes da Silva. "Com essa iniciativa, o Sesi dá um passo decisivo na construção de um futuro mais justo", completa.

Reflexos sociais

Inspirado pelas histórias de estudantes e professores, o programa já envolve mais de três mil alunos e promete fortalecer uma geração capaz de identificar, enfrentar e transformar realidades dentro e fora das escolas. Para Marta Lívia Suplicy, presidente do Conselho Superior Feminino da Fiesp, o Juventudes AntiMisoginia é um valioso presente para a sociedade. "A iniciativa não aborda apenas empoderamento, mas formação e capacitação. Aqui, as jovens descobrem que não estão sozinhas nessa causa", diz.



"Precisamos criar espaços seguros nas escolas e também na internet, fortalecendo o respeito e a responsabilidade dos jovens nesse ambiente"
Marta Lívia Suplicy, presidente do Conselho Superior Feminino da Fiesp

Além das campanhas educativas, oficinas e palestras, o projeto também combate a misoginia digital e a desinformação, incentivando o pensamento crítico dos jovens nas redes sociais. "Precisamos criar espaços seguros nas escolas e também na internet, fortalecendo o respeito e a responsabilidade dos jovens nesse ambiente", destaca Marta.

Letícia deixa uma mensagem clara: "O conhecimento empodera. É importante que as meninas percebam que o silêncio não é a melhor opção". Já a professora Lúcia reforça: "Mesmo em tempos difíceis, manter o engajamento é fundamental. As pequenas conquistas de hoje representam grandes avanços amanhã".

Conteúdo patrocinado

Eufrázio

ESPAÇO ABERTO

A tardia hora da segurança

Fernando Gabeira

O presidente Lula mudou seu discurso e afirma que acabará com a "república dos ladrões de celular". O ministro da Justiça anuncia, por seu turno, que apresentará ao Congresso a PEC da Segurança, assim que a cúpula parlamentar volte do Japão, para onde, no meu entender, não tinha razão para ir.

Se ainda há tempo ou já passou da hora é uma discussão inútil como a que se trava no combate ao aquecimento global. Não há escolha.

Uma PEC da Segurança que sintonize os esforços dos governos federal, estadual e municipal é bem-vinda, assim como a criação de um sistema nacional. Há muitas resistências em alguns Estados, que temem a presença federal. Mas, ainda que as resistências sejam vencidas, uma sintonia maior é apenas um passo.

Um grande problema espera os aliados numa política de segurança: a desocupação de territórios dominados pelo tráfico de drogas e milícias.

Desde os primeiros anos do século tenho participado de esforços para mapear o terreno perdido, uma grande área em que a população não tem direitos elementares. Ela é obrigada a seguir a lei dos ocupantes, consumir gás vendido por eles e viajar em transporte alternativo de propriedade dos bandidos. Os traficantes chegam ao ponto de proibir o uso de certas cores e, em muitos lugares, promovem um ataque brutal às mulheres que escolhem possuir.

Ao longo dos anos, tenho visto este processo crescer. Ele cresce no interior da própria cidade, ampliando seu domínio sobre as favelas. Mas, como é sustentado pelo tráfico de drogas, cresce também sobre cidades turísticas do Estado.

No Rio de Janeiro, o processo de ocupação de algumas áreas se estendeu a Angra dos Reis e Paraty. Com características próprias a cada Estado, o tráfico está presente no litoral de São Paulo.

Tive a oportunidade de documentar a violência urbana em várias cidades do Nordeste. Observei em Fortaleza um processo, embora embrionário, semelhante ao do Rio de Janeiro. Existem nas capitais núcleos das grandes organizações do Sudeste, como Comando Vermelho e PCC. Mas vão surgindo grupos nativos, como Defensores do Estado, no Ceará, e Família do Norte, no Amazonas. Quase toda capital tem seu grupo nativo, associado ou independente.

O processo brasileiro é tão famoso no mundo que o próprio presidente de El Salvador, Nayib Bukele, se referiu a ele, afirmando que não entendia como um Estado tão poderoso como o brasileiro não conseguia dominar seu território. Bukele é um defensor da força bruta.

> *Ou o Brasil recupera seus territórios perdidos para o crime ou esta singularidade marcará o destino do País, interferindo, inclusive, nas suas ambições econômicas*

Nem sempre ela é o melhor caminho para a liberação territorial. As incursões violentas nas favelas brasileiras pecam por uma incompreensão das leis de um confronto assimétrico. Assim como em tantos outros lugares, os traficantes usam a população como escudo e conseguem sua simpatia diante do bombardeio.

A destruição de uma quadrilha com muitos tentáculos já foi realizada com êxito. Existe um documentário sobre a máfia mostrando como isso foi possível em Nova York a partir de uma força-tarefa do FBI.

O caso brasileiro é mais complexo, não apenas porque existe dominação territorial. A simples aniquilação de uma quadrilha que domina uma área significa apenas que o terreno está limpo para que outra quadrilha ocupe seu lugar. Sem garantir a permanência do Estado com seus serviços básicos, a prisão de um grupo inteiro significa apenas enxugar gelo.

A interrogação sobre se não passou da hora de reagir tem algum sentido quando pensamos na contaminação das instituições. A polícia do Rio de Janeiro foi comprometida, assim como a própria política e uma fração do Judiciário. Nas eleições, cerca de 1 milhão de eleitores não podem ser contatados por candidatos vetados pelo tráfico e pela milícia.

A julgar pelas investigações sobre a execução de um delator do PCC no aeroporto de Guarulhos, a Polícia de São Paulo também foi atingida pela infiltração do crime organizado.

No Rio, o processo é tão complexo que Raul Jungmann, quando foi secretário de Segurança, usou uma imagem do escritor J. Conrad para descrever a situação: coração das trevas.

Esses são apenas alguns dos grandes problemas de segurança pública que precisam ser enfrentados. Naturalmente, a frequência do furto de celulares, os constantes assaltos nas grandes cidades, sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo, são temas mais sentidos e pedem resposta imediata.

No entanto, a tentativa de soluções cosméticas pode trazer um ligeiro alívio eleitoral e ofuscar os grandes problemas de fundo que continuam crescendo. No Rio, os tiroteios migraram das favelas para as grandes vias que atravessam a cidade.

Ou o Brasil recupera seus territórios perdidos para o crime ou esta singularidade marcará o destino do País, interferindo, inclusive, nas suas ambições econômicas. Nada mais evidente do que a pressão que as milícias fizeram sobre uma indústria de equipamento solar, inviabilizando sua implantação no interior do Rio.

A PEC da Segurança a ser apresentada em abril é apenas um passo numa longa caminhada. Os grandes projetos operacionais ainda continuam em aberto, à espera de governos que realmente levam a sério o tema de segurança pública. ●

JORNALISTA

TEMA DO DIA

ANTONIO AUGUSTO/STF



Marcelo Godoy

O batom de Bolsonaro e o pior crime que alguém pode cometer na República

"Negar o golpe é como negar o Petrolão. Há muito este País espera uma revolução: a do cumprimento das leis. É isso que os Poderes da República e cada cidadão devem ao Brasil. Quando as leis são cumpridas, nenhuma anistia é necessária". ●

8.844 interações

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Se as leis fossem de fato cumpridas, André do Rap não estaria solto."
ELDER RODRIGUES

● "Lembrando: não adianta passar pano para um lado e condenar o outro. É tudo igual."
JOSI RIBEIRO

● "O pior crime é roubar a República: roubar a saúde, roubar a educação..."
ROGÉRIO GALDINO

● "Qual a punição que houve no Petrolão? Estão todos livres, leves e soltos... e com o dinheiro roubado nos bolsos."
VARCEDI PACHECO

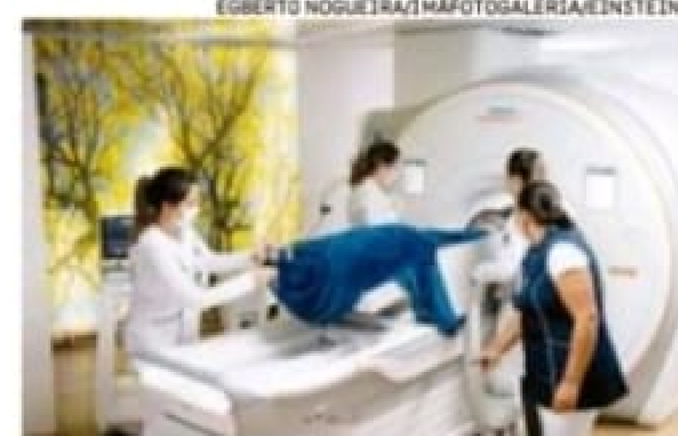


NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão
https://bit.ly/LDBEstadao

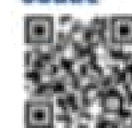
Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

EGBERTO NOGUEIRA/ÍMÃFOTOGALERIA/EINSTEIN



Saúde



Tecnologia promete reduzir tremores do Parkinson. ●
https://bit.ly/42bzzwB

Marcel Rizzo



Onde vai passar o jogo do seu time no Brasileirão? ●
https://bit.ly/4hMYQTz

Newsletter



'Pílula': dose diária de conteúdo no seu e-mail; assine. ●
https://bit.ly/3NbVHP0

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo – SP ● (11) 3856-2122 ● Fax: (11) 3856-2940 ● E-Mail: forum@estadao.com ● Central de assinante: Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● Central ao leitor: (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 Preços venda avulsa: SP: R$ 7,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). RJ, MG, PR, SC E DF: R$ 7,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). ES, RS, GO, MT E MS: R$ 8,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo). BA, SE, PE, TO E AL: R$ 10,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO: R$ 11,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo). ● Vendas de assinaturas: 0800-014-9000 ● Whatsapp: (11) 99248-2333 ● Vendas corporativas: (11) 3856-2524 ● Agências de publicidade: (11) 3856-2531 ● cas@estadao.com

Eufrázio

ESTADÃO BLUE STUDIO

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio e apresentado por AstraZeneca. AstraZeneca

Os avanços e os desafios na jornada de mulheres com câncer

Meet Point Estadão Think discute com especialistas os impactos da testagem genética, dos tratamentos e das políticas públicas no prognóstico de pacientes com tumores femininos

Os avanços na testagem genética e nos tratamentos personalizados estão transformando o cuidado de pacientes com tumores femininos, como câncer de mama, ovário e endométrio. No entanto, ainda há desafios importantes, como o diagnóstico tardio e a desigualdade no acesso às terapias mais modernas. Esses temas foram debatidos no Meet Point Estadão Think, realizado na última terça-feira (25).

Com patrocinio da AstraZeneca, a transmissão contou com a presença da oncologista Andrea Gadelha, líder da oncoginecologia do A.C.Camargo Cancer Center; da mastologista Rosemar Rahal, professora da Universidade Federal de Goiás, presidente da Comissão de Especialidades da Febrasgo e membro da diretoria nacional da Sociedade Brasileira de Mastologia, e da psico-oncologista Luciana Holtz, fundadora e presidente do Instituto Oncoguia. A moderação foi da jornalista Camila Silveira.



Fotos: Werther Santana/Estadão Blue Studio

Andrea Gadelha, líder da oncoginecologia do A.C.Camargo Cancer Center



Luciana Holtz, fundadora do Instituto Oncoguia

Testagem essencial

Andrea destacou a importância das testagens genética e molecular para a personalização do tratamento. "Toda paciente diagnosticada com câncer de mama precisa passar por testes que definem seu tipo de tumor, o que permite terapias mais direcionadas", explicou. A mesma abordagem se aplica aos cânceres de ovário[1],[2],[3] e endométrio[4], nos quais a identificação de marcadores genéticos pode melhorar o prognóstico e orientar condutas mais eficazes.

O teste molecular que investiga a presença de mutação genética no tumor, conhecido como teste somático, recebeu recomendação positiva de incorporação pela Conitec em 2024, e, de acordo com os prazos do decreto nº 7.646/2011, a expectativa para sua implementação é abril/2025. No entanto, o acesso à testagem genética germinativa, que investiga se a mutação é hereditária, ainda é limitado. Apesar de existirem dois projetos de lei nacionais tramitando na Câmara dos Deputados (PL 25/2019 e PL 265/2020) e seis Estados e o Distrito Federal com legislações que garantem o exame para pacientes com câncer de mama e ovário, apenas Goiás e o Distrito Federal disponibilizam de fato o teste para as pacientes do SUS.

Câncer silencioso

O câncer de ovário é um dos mais letais entre as neoplasias ginecológicas. Segundo o Instituto Nacional de Câncer (Inca), 77% dos casos são diagnosticados em estágios avançados[5]. "Não há um exame de rastreamento eficaz, como a mamografia para o câncer de mama", alertou Andrea. O diagnóstico precoce depende de exames de imagem e testes tumorais, que nem sempre estão disponiveis a todas as pacientes.

Desafios do câncer de endométrio

O câncer de endométrio vem crescendo, impulsionado por fatores como obesidade. O principal sinal de alerta é o sangramento vaginal anormal, mas o desconhecimento leva a atrasos no diagnóstico. O tratamento inicial é cirúrgico, porém, testes moleculares ajudam a classificar os tumores e definir estratégias terapêuticas. "A imunoterapia tem se mostrado uma alternativa promissora, especialmente para pacientes com alterações genéticas", afirmou Andrea.

A desigualdade no acesso a exames e tratamentos segue como uma das principais barreiras enfrentadas pelas pacientes. A nova Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer (Lei 14.758/2023) busca reduzir essa disparidade, ampliando o acesso ao diagnóstico e às terapias.

Luciana destacou a importância do Programa de Navegação para Pacientes Oncológicos, previsto na nova política. "Muitas mulheres se perdem no sistema de saúde. Um profissional que as oriente e garanta o seguimento adequado é essencial", disse.

Já Rosemar reforçou que as sociedades médicas têm trabalhado para ampliar a testagem genética no SUS. "Entregamos um documento ao Ministério da Saúde e mostramos que a Fiocruz já possui infraestrutura para realizar esses testes em larga escala", disse. "O estudo também demonstrou que a testagem é custo-efetiva e pode salvar vidas", completou.

Medidas prioritárias

Ao final do debate, as especialistas apontaram prioridades para aprimorar a jornada das pacientes. Andrea destacou a necessidade de estruturar uma linha de cuidado integrada, garantindo testagem e tratamento adequados. Luciana ressaltou a urgência do financiamento para novos medicamentos no SUS, enquanto Rosemar defendeu uma comunicação mais eficiente entre médicos e pacientes. A discussão promovida pelo Meet Point Estadão Think evidenciou que avanços científicos e tecnológicos estão disponíveis, mas o acesso ainda precisa ser ampliado. A colaboração entre governo, sociedade civil e instituições de saúde é fundamental para transformar essa realidade.

Assista à íntegra do Meet Point



Material destinado a todos os públicos. BR-38672. Aprovado em março de 2025.

Referências:
[1] DiSilvestroP, Banerjee S, Colombo N, ScambiaG, Kim BG, OakninA, et al; SOLO1 Investigators. Overall Survival With Maintenance Olaparib at a 7-Year Follow-Up in Patients With Newly Diagnosed Advanced Ovarian Cancer and a BRCA Mutation: The SOLO1/GOG 3004 Trial. J Clin Oncol. 2023 Jan 20;41(3):609-617.
[2] Moore K, Colombo N, ScambiaG, Kim BG, OakninA, Friedlander M, et al. Maintenance Olaparib in Patients with Newly Diagnosed Advanced Ovarian Cancer. N Engl J Med. 2018;379(26):2495-505.
[3] DiSilvestroP, Banerjee S, Colombo N, ScambiaG, Kim B, OakninA, et al. 517O - Overall survival (OS) at 7-year (y) follow-up (f/u) in patients (pts) with newly diagnosed advanced ovarian cancer (OC) and a BRCA mutation (BRCAm) who received maintenance olaparibin the SOLO1/GOG-3004 trial. Annals of Oncology, 2022; 33 (suppl. 7): S235-S282. 10.1016/annonc/annonc1054
[4] Westin SN, Moore K, Chon HS, Lee JY, Thomes Pepin J,Sundborg M, et al; DUO-E Investigators. Durvalumab Plus Carboplatin/Paclitaxel Followed by Maintenance Durvalumab With or Without Olaparib as First-Line Treatment for Advanced Endometrial Cancer: The PhaseIII DUO-E Trial. J Clin Oncol. 2024 Jan 20;42(3):283-99.
[5] Femama. Sociedade Brasileira de Mastologia. Implementação de política pública para o acesso aos testes genéticos na detecção de mutações em BRCA no SUS. Disponivel em: https://drive.google.com/file/d/1gmMwkQvf3ujrHbLZ1g-Wt3vZFP6YUNgj/view

Ação penal do golpe

Para juristas, crimes de menor gravidade podem ser peça-chave contra Bolsonaro

Criminalistas apontam que a inclusão na denúncia da PGR de acusações por dano ao patrimônio da União e deterioração de patrimônio tombado tem função estratégica

HUGO HENUD

Ao aceitar a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR), a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) tornou réu o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por cinco crimes, entre eles dano qualificado ao patrimônio da União e deterioração de patrimônio tombado. Embora sejam tipificações de menor gravidade, criminalistas ouvidos pelo **Estadão** apontam que esses delitos cumprem função estratégica na peça acusatória apresentada pelo chefe do Ministério Público Federal, Paulo Gonet.

Tipificações
Gonet incluiu dois crimes na denúncia não apontados pela PF que tendem a ser cruciais em julgamento

De acordo com os especialistas, eles reforçam a responsabilização de Bolsonaro no 8 de Janeiro e ajudam a sustentar os crimes mais graves, como tentativa de golpe de Estado e abolição violenta do estado democrático de direito, pelos quais o ex-presidente da República também responde.

Os crimes de dano qualificado ao patrimônio da União, que consiste em causar prejuízo a bens públicos, e de deterioração de patrimônio tombado, que se refere à destruição ou danificação de bens protegidos por seu valor histórico ou cultural, não foram incluídos pela Polícia Federal no relatório que embasou a denúncia de Gonet. Em novembro do ano passado, a corporação imputou ao ex-presidente os crimes de tentativa de golpe de Estado, tentativa de abolição do estado democrático de direito e organização criminosa.

'VINCULAÇÃO'. Para o criminalista e coordenador da graduação em Direito da ESPM-SP, Marcelo Crespo, a inclusão desses dois tipos penais na denúncia faz parte de uma estratégia para vincular Bolsonaro aos eventos do dia 8 de janeiro de 2023, mesmo ele estando nos Estados Unidos à época e sem participação direta nos atos de destruição.

O jurista afirmou que o principal desafio da acusação é estabelecer um nexo entre os discursos do ex-presidente e a mobilização que culminaram nos atos. O enquadramento nesses crimes, em sua avaliação, serve justamente para suprir esse elo e dar sustentação jurídica à tese de que Bolsonaro incentivou e ajudou a criar o ambiente que levou à violência na Praça dos Três Poderes. "Esses crimes podem ter passado despercebidos por serem menos graves em comparação com os demais, mas ambos desempenham um papel muito importante no andamento da ação penal e na responsabilização de Bolsonaro."

Ao utilizar esses dois tipos penais, avaliou Crespo, a PGR também consegue estabelecer, de forma objetiva, o elemento da violência e da grave ameaça, requisitos fundamentais para a configuração dos crimes indicados na denúncia.

"Para enquadrar Bolsonaro nesses crimes mais graves, a PGR precisa demonstrar a presença real e material da violência. Sem isso, a denúncia poderia enfrentar dificuldades técnicas para comprovar o nexo causal entre a conduta do ex-presidente e os atos."

'FUNDAMENTAIS'. Para o criminalista David Metzker, esses crimes funcionam como uma base de sustentação na estratégia da PGR. "São provas visuais, laudos e registros públicos, o que contribui para formar uma base fática robusta. Esses delitos ajudam a estabelecer um elemento central para a configuração de crimes mais graves", afirmou.

O criminalista Renato Vieira destacou que a decisão da Procuradoria de incluir os crimes de dano qualificado ao patrimônio da União e deterioração de patrimônio tombado, e o recebimento dessas acusações pelo Supremo revelam uma estratégia clara.

"Mesmo não sendo os crimes mais graves pelos quais Bolsonaro responde, eles são fundamentais para o desfecho da ação penal", declarou. ●

WILTON JUNIOR/ESTADÃO - 26/3/2025



Para aliados do ex-presidente, ele tem demonstrado receio de ação

Aliados apontam receio do ex-presidente com ação penal

Integrantes do PL e aliados de Jair Bolsonaro veem nas últimas atitudes do ex-presidente um político com receio do processo do qual é alvo no Supremo Tribunal Federal (STF) por participar de uma organização criminosa que tentou dar um golpe de Estado no País.

Para além do discurso público de que Bolsonaro é alvo de uma perseguição por parte no Judiciário, especialmente pelo ministro da Corte Alexandre de Moraes, algumas atitudes do ex-presidente chamaram atenção de alguns integrantes de seu partido. A principal delas é a insistência em manter sua candidatura à Presidência no ano que vem. Eles admitem, reservadamente, que dificilmente Bolsonaro será inocentado ao fim do processo no STF.

Bolsonaro tem evitado ao máximo falar sobre a possibilidade de não ser candidato na eleição de 2026. Independentemente do processo no STF, o ex-presidente está inelegível por condenação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por abuso de poder político na campanha de 2022. ● GABRIEL HIRABAHASI

Tarcísio diz ter 'plena confiança' em aliado; Nunes pede 'isenção' do STF

TALITA NASCIMENTO
KARINA FERREIRA

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), disse ontem ter confiança de que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) vai provar sua inocência. O Supremo Tribunal Federal (STF) tornou o ex-chefe do Executivo réu por tentativa de golpe de Estado.

"Tenho certeza de que o presidente vai ter oportunidade de apresentar a sua defesa. Eu convivi de forma muito próxima ao presidente no período em que eu fui ministro. Nunca vi ele insinuar absolutamente nada. Tenho plena confiança naquilo que ele fez, naquilo que ele é", afirmou Tarcísio.

Para ele, em sua defesa, Bolsonaro deve explicar, por exemplo, que a nomeação de Ciro Nogueira como ministro da Casa Civil tinha o objetivo de coordenar a transição de poder para um novo governo, o de Luiz Inácio Lula da Silva.

"Houve a transição, a transição aconteceu. Houve o compartilhamento de informações", disse o governador. Segundo Tarcísio, Bolsonaro também declarou, várias vezes, que "o mundo não acaba (*acabaria*) no dia 1.º de janeiro", início da gestão Lula.

'PESSOAL'. O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), também se manifestou ontem sobre a aceitação da denúncia pelo STF e falou de sua expectativa para os próximos passos do julgamento. "A gente espera que os juízes sejam isentos. Porque, se o juiz já sabe qual decisão ele vai tomar, não pelo o que está nos autos, mas por uma questão pessoal, não há Justiça", disse o prefeito.

"Se você não tiver juiz isento e condições para as defesas apresentarem seus argumentos, não há democracia", reforçou Nunes, em entrevista na saída do Encontro da Rede Brasileira de Institutos de Planejamento, na capital paulista.

Ele ainda disse estar muito "incomodado" com o julgamento da cabeleireira Débora Rodrigues dos Santos que já tem dois votos pela condenação a 14 anos de prisão, no regime inicial fechado. A acusada ficou conhecida por pichar a frase "Perdeu, mané" usando um batom na estátua da Justiça, no 8 de Janeiro.

Paulista
Prefeito de São Paulo afirma que participará de ato bolsonarista marcado para o dia 6 de abril

Nunes já afirmou que participará da manifestação bolsonarista prevista para o dia 6 de abril, na Avenida Paulista, pedindo a anistia aos presos e condenados envolvidos nos ataques do 8 de Janeiro. ●

Eufrázio

Ação penal do golpe

Com posições divergentes, Fux se torna 'revisor informal' de Moraes

STF extinguiu função em processos penais, mas ministro deve disputar com relator os procedimentos da ação contra Bolsonaro

WESLLEY GALZO
BRASÍLIA

O julgamento na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) que tornou réus o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outras sete pessoas por tentativa de golpe de Estado expôs um conflito latente entre o ministro Alexandre de Moraes, relator do processo, e o ministro Luiz Fux. Os dois indicaram ter posicionamentos diferentes sobre procedimentos que devem orientar a análise dos casos.

Com o inquérito do golpe convertido em ação penal, Fux sinalizou que deve atuar como uma espécie de "revisor informal" da relatoria de Moraes por meio do acompanhamento de depoimentos e da disputa da dosimetria das penas que eventualmente venham a ser propostas pelo magistrado.

A figura do revisor ficou nacionalmente conhecida durante o julgamento do mensalão. Quando o caso começou a ser julgado, em 2012, o relator do processo, Joaquim Barbosa, de perfil punitivista, tinha como revisor das suas ações o ministro Ricardo Lewandowski, atual ministro da Justiça do governo Lula, cujo perfil é garantista – ou, em outras palavras, defensor de penas mais brandas para os condenados.

Os embates entre Barbosa e Lewandowski marcaram a relação entre relator e revisor no julgamento de ações penais no STF. Durante a análise de recursos apresentados pelos condenados do mensalão, Barbosa acusou o colega de fazer "chicana", que no jargão jurídico significa dificultar o andamento do processo.

O papel do revisor está descrito no Regimento Interno do STF. Cabe ao ministro que o exerce sugerir medidas que tenham sido omitidas e confirmar, completar ou retificar o relatório apresentado pelo ministro titular da ação.

> ***"Ou estamos julgando pessoas que não têm foro no Supremo, ou estamos julgando pessoas que têm essa prerrogativa, e o local correto seria o plenário do STF"***
> **Luiz Fux**
> **Ministro do STF, ao divergir de Alexandre de Moraes**

Em dezembro de 2023, porém, a Corte aprovou emenda regimental que extinguiu a figura do revisor em processos penais. Os ministros avaliaram que o revisor atrapalhava a celeridade do processo. A extinção da figura do revisor foi decidida no mesmo julgamento que levou as ações penais para as turmas da Corte.

Pelo regimento do STF, caberia ao ministro Flávio Dino ser o revisor das ações sobre a organização criminosa que teria tentado um golpe. Na ausência dessa figura, Fux tomou para si o papel de contestar procedimentos e indicou que deve acompanhar a atuação do colega relator.

Durante a análise das questões preliminares, anteontem, Fux foi o único ministro a divergir do posicionamento de Moraes a favor do julgamento de Bolsonaro e dos demais denunciados na Primeira Turma em vez do plenário do STF.

"Ou estamos julgando pessoas que não exercem mais função pública, e não têm foro no Supremo, ou estamos julgando pessoas que têm essa prerrogativa, e o local correto seria efetivamente o plenário do STF", argumentou Fux.

Numa demonstração de descontentamento com os argumentos de Moraes, o ministro afirmou que "a matéria (*do local em que os réus deveriam ser julgados*) não é tão pacífica assim", como o colega sugeriu.

Em outro momento do julgamento, Fux apontou problemas na delação premiada do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid, firmada pela PF, com autorização de Moraes.

DOSIMETRIA. Em mais um movimento como "revisor" das medidas idealizadas por Moraes, Fux demonstrou preocupação com a dosimetria das penas impostas aos condenados pelos ataques golpistas de 8 de janeiro de 2023 e se manifestou a favor da modificação de algumas condenações.

Para Matheus Falivene, doutor em Processo Penal pela Universidade de São Paulo (USP), não há impeditivos legais para que Fux exerça funções que antes eram conferidas ao revisor, como apontar omissões e ser mais atuante no acompanhamento do processo. O especialista avaliou que, pelos elementos demonstrados durante o julgamento do recebimento da denúncia, o ministro já passou a exercer esse papel. ●

NCL NORWEGIAN CRUISE LINE

Cruzeiros Internacionais? Pense Norwegian.

Há mais para ver, fazer e aproveitar em mais de 450 destinos ao redor do mundo, incluindo Europa, Caribe, Alasca e Ásia. Embarque em nossa frota premiada com saídas disponíveis até 2027.



Atendimento exclusivo: (11) 3177-3135
ou consulte o seu agente de viagens

©2025 NCL Corporation Ltd. Ships' Registry: Bahamas and USA

experimente MAIS no mar™



Eliane Cantanhêde E-mail: eliane.cantanhede@estadao.com; X: @ecantanhede

STF posiciona seus canhões

Mais do que se agarrar a um fiapo de esperança com as sinalizações do ministro Luiz Fux no Supremo, o ex-presidente Jair Bolsonaro joga suas fichas na anistia, que finge ser para os vândalos de 8/1, mas foi feita para ele no Congresso. O Supremo está atento e já posicionou seus canhões contra o projeto, ampliou novamente o foro privilegiado para quem é acusado de crimes cometidos em mandatos anteriores e já usa na prática a mudança ao puxar de volta um processo contra Gilberto Kassab, "dono" do PSD, que estava na primeira instância.

O inquérito, por suposta propina de R$ 16 milhões da JBS, foi enviado por Alexandre de Moraes para a primeira instância em 2019 e acaba de ser trazido pelo mesmo Moraes para o STF. Em sequência, entre fevereiro e março, Kassab se reuniu com Bolsonaro, a anistia ganhou tração no PSD e no próprio Congresso, o STF mudou o entendimento sobre foro e o caso contra Kassab voltou ao STF. Kassab alega que o caso já transitou em julgado e está arquivado, mas será que vai liberar o PSD a favor de Bolsonaro e contra o STF? Difícil... Está aberta uma guerra entre Judiciário e Legislativo. E o Executivo tem lado.

Pelo *Placar da Anistia do Estadão*, 190 dos 513 deputados eram a favor da anistia até ontem, mas muitos se dizem favoráveis só para os estúpidos do 8/1, não para Bolsonaro e os cabeças do golpe, e vai caindo a ficha de que seria um ataque ao STF, que revidaria e Kassab é só uma advertência. Jogue a primeira pedra quem não tem nenhum probleminha na Justiça, com emendas, desvios e processos eleitorais. Os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre, e da Câmara, Hugo Motta? Quantos deputados e senadores?

> ***Moraes mira canhões contra anistia e tira Kassab da primeira instância de volta para o STF***

Na frente jurídica, Bolsonaro está de olho em Fux, que tenta marcar uma posição garantista e fugir do "efeito manada", em que todos votam da mesma forma. Mas gostaria de ser o novo Marco Aurélio Mello, sempre "do contra", na direção oposta dos colegas? Apesar de pedir vista no caso da cabeleireira Débora Santos, a do "Perdeu, mané", e de defender que o julgamento do "núcleo crucial" do golpe fosse no plenário, Fux manteve a unanimidade da Primeira Turma para acatar a denúncia da PGR e tornar réus Bolsonaro e líderes militares.

Assim, Fux se tornou uma incógnita e está no centro das questões mais nevrálgicas do julgamento: foro privilegiado, Primeira Turma ou plenário, delação de Mauro Cid, tentativa e golpe efetivo, dosimetria de penas. Mas o radar principal dos réus não está na Justiça, mas, sim, na política, menos nos ministros do STF e mais nos deputados e senadores. E eles estão mais preocupados em salvar a própria pele do que a de Bolsonaro. O Supremo sabe disso, como sabe ser bem "convincente". ●

COMENTARISTA DA RÁDIO ELDORADO, DA RÁDIO JORNAL (PE) E DA GLOBONEWS

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quinzenalmente) ● TER. Eliane Cantanhêde e Carlos Andreazza ● QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● QUI. William Waack ● SEX. Eliane Cantanhêde ● SÁB. Carlos Andreazza ● DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

---

Operação Venire

PGR pede fim de inquérito sobre fraudes em cartão de vacina de Bolsonaro

Gonet diz ao STF que indiciamento se baseou apenas na delação de Cid e não há 'elementos que justifiquem a responsabilização'

WESLLEY GALZO
BRASÍLIA

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, pediu ontem o arquivamento do inquérito que apura a possível participação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em esquema de falsificação de cartões de vacinação. Na petição apresentada ao ministro Alexandre de Moraes, relator do caso no Supremo Tribunal Federal (STF), Gonet afirma que a Polícia Federal (PF) não apresentou "elementos que justifiquem a responsabilização" de Bolsonaro.

Há um ano, Bolsonaro e outras 15 pessoas foram indiciadas pela PF, que apontou crimes de associação criminosa e inserção de dados falsos no Sistema da Ministério da Saúde. O objetivo do grupo, conforme a PF, era obter "vantagens indevidas relacionadas à burla de regras sanitárias estabelecidas durante o período de pandemia" de covid-19.

As fraudes nas carteiras de vacinação do ex-presidente e de sua filha, Laura, culminaram na prisão do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência que teria coordenado a operação. O caso também levou ao primeiro indiciamento formal de Bolsonaro em inquérito em tramitação no Supremo. O ex-presidente é ainda investigado no caso das joias sauditas – revelado pelo **Estadão** – e agora é réu por tentativa de golpe de Estado após a eleição de 2022.

EX-AJUDANTE. Ao se manifestar pelo arquivamento do inquérito dos cartões de vacinação, Gonet argumenta que o indiciamento de Bolsonaro se baseou apenas na delação premiada de Cid. O militar relatou ter recebido ordens do antigo chefe para modificar informações na plataforma do Sistema Único de Saúde (SUS). O procurador-geral apontou a falta de provas autônomas para sustentar as informações.

"Ocorre – em prejuízo da viabilidade de apresentação de acusação penal – que somente o colaborador afirmou que o presidente lhe determinara a realização do ato", escreveu Gonet na petição.

A delação de Cid se deu como um desdobramento direto da sua prisão, em maio de 2023, na Operação Venire, que mirou a suspeita de fraudes nos cartões de vacinação de Bolsonaro, da filha e de aliados como o próprio Cid.

Gonet destacou a diferença entre o caso da falsificação de dados no SUS e o da tentativa de golpe. "A situação destes autos difere substancialmente da estampada na PET 12100, em que provas convincentes autônomas foram produzidas pela Polícia Federal, em confirmação dos relatos do colaborador", escreveu.

'FAMIGERADA'. O advogado de Bolsonaro, Paulo Amador da Cunha Bueno, se manifestou nas redes. "Nestes autos houve a decretação da prisão preventiva de Mauro Cid e sua posterior, polêmica e famigerada colaboração premiada, que, espero, ainda seja anulada, dada a falta de voluntariedade do colaborador", disse ele.

Para o advogado, o arquivamento era "a única providência adequada em uma investigação que era vazia de qualquer elemento, ainda que pífio, de prova". ●

> **Relatório final**
>
> **15 investigados foram indiciados pela PF em março de 2024 no inquérito que apura suspeita de fraudes em cartões de vacinação**

'Perdeu, mané'

Cabeleireira que pichou estátua diz que agiu 'no calor do momento' e pede perdão

A cabeleireira Débora Rodrigues dos Santos pediu perdão em depoimento ao Supremo Tribunal Federal por ter pichado com batom a estátua *A Justiça*, localizada em frente à Corte, no 8 de Janeiro. Ela disse que agiu no "calor do momento", após um homem ter pedido a ela que terminasse de escrever a frase "Perdeu, mané", e não sabia do valor simbólico e financeiro do monumento. Débora foi ouvida em novembro. Os ministros Alexandre de Moraes e Flávio Dino votaram para que ela seja condenada a 14 anos de prisão. O julgamento foi suspenso. ●

Operação Tempus Veritatis

PF devolve passaporte, dois celulares e três relógios de Valdemar Costa Neto

A Polícia Federal devolveu dois celulares, três relógios e um passaporte que tinham sido apreendidos com o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, durante buscas da Operação Tempus Veritatis, aberta em fevereiro de 2024. A defesa pediu os itens de volta porque o inquérito foi concluído e o dirigente não foi denunciado. O ministro Alexandre de Moraes, do STF, autorizou. A Tempus Veritatis fez parte da investigação sobre o plano de golpe atribuído a Jair Bolsonaro (PL) e aliados. ●

Primeira-dama

Em Paris, Janja participa de cúpula contra desnutrição e almoça com Brigitte Macron

A primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, discursou ontem na Cúpula Nutrição para o Crescimento (N4G), em Paris, como representante do Brasil no evento. Como mostrou o Estadão, Janja não tem cargo no governo federal, mas possui equipe "informal" que exerce funções de assessoria e acompanha em viagens. Após a abertura da cúpula, Janja foi a almoço oferecido pela primeira-dama francesa, Brigitte Macron. ●

LUDOVIC MARIN / AFP



Janja com a primeira-dama francesa, Brigitte Macron, em Paris

Eufrázio

FOTO: PEDRO KIRILOS

ESTADÃO

VODCAST

dois**pontos**

Forme sua **opinião** ouvindo os "Dois Pontos"

O vodcast **Dois Pontos** mergulha nos assuntos mais atuais e relevantes, sempre reunindo dois convidados com visões distintas ou até complementares sobre o tema em debate. A partir de argumentos apresentados por eles, você poderá entender todos os lados da questão e formular sua própria opinião.

EPISÓDIOS NOVOS ÀS QUARTAS-FEIRAS, 10H, NO CANAL DO ESTADÃO NO YOUTUBE.

ASSISTA E INSCREVA-SE PARA RECEBER ALERTAS DE NOVOS EPISÓDIOS.

Assista agora



@estadao

Basta apontar a câmera do seu celular para o QR Code acima.

Eufrázio

NOTAS E INFORMAÇÕES

Deslealdade



Deputada condenada pelo STF, fidelíssima bolsonarista, foi abandonada por Bolsonaro

Os sinos não vão dobrar pela sra. Carla Zambelli, deputada que o Supremo Tribunal Federal (STF) deve condenar à prisão pelos crimes de porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal com emprego de arma de fogo. A referida parlamentar não tem a menor importância para o País, a não ser como exemplo da forma francamente desleal como o ex-presidente Jair Bolsonaro trata aqueles que, como a sra. Zambelli, lhe devotam cega fidelidade.

Que a sra. Zambelli é desqualificada para o exercício da representação parlamentar já é do conhecimento de todos há muito tempo. A indigitada é o tipo ideal do bolsonarismo: mitômana, inventou ter sido curada de covid-19 apenas com o uso de cloroquina, inventou que o governo cearense enterrou caixões vazios para aumentar as estatísticas de mortos na pandemia e inventou que foi agredida pelo infeliz que ela temerariamente perseguiu, arma em punho, pelas ruas de São Paulo – crime pelo qual ela agora pagará. Ou seja, ela se notabilizou apenas pelo destrambelhamento e pela incapacidade de dizer a verdade, e não por projetos de lei do interesse de seus representados, razão pela qual ninguém deve chorar pela provável cassação de seu mandato.

Em defesa da sra. Zambelli, contudo, deve-se enfatizar que tudo o que de infame ela fez, cada mentira que contou, estava perfeitamente consoante com o espírito do bolsonarismo. Ou seja, a deputada condenada existe e respira apenas como sintoma dessa doença infantil do reacionarismo.

E essa doença infantil é intrinsecamente pusilânime. O ex-presidente, há alguns dias, culpou a ainda deputada por ter perdido a eleição de 2022. "Carla Zambelli tirou o mandato da gente", disse Bolsonaro ao podcast *Inteligência Ltda.*, em referência justamente ao caso em que a sra. Zambelli, de arma na mão, saiu a perseguir um desafeto. Para Bolsonaro, essa imagem arruinou suas chances de vitória em São Paulo e, consequentemente, no Brasil.

Eis aí Jair Bolsonaro em sua melhor forma: para não reconhecer que perdeu a eleição de 2022 porque desrespeitou a dor dos brasileiros que tiveram familiares e amigos mortos durante a pandemia de covid-19 e porque atentou dia e noite contra o espírito da democracia brasileira, Bolsonaro joga a culpa por sua derrota em cima de uma obscura deputada – que, reitere-se, agiu apenas como boa bolsonarista. O nome disso, claro, é covardia.

Em resposta, a sra. Zambelli até murmurou um protesto: "Enfrentar o julgamento dos inimigos é até suportável. Difícil é aguentar o julgamento das pessoas que sempre defendi e continuarei defendendo", escreveu ela nas redes sociais. Debalde: como sabem os muitos sabujos de Bolsonaro que acabaram descartados por ele quando deixaram de ter alguma utilidade a seus projetos pessoais, o ex-presidente exige lealdade absoluta de todos os que querem dele se aproximar, mas não garante reciprocidade.

Portanto, o caso da sra. Zambelli só tem uma utilidade: mostrar àqueles que juram lealdade a Bolsonaro neste momento – achando que com isso terão a simpatia e o apoio eleitoral do ex-presidente – que correm sério risco de ter o mesmo destino da parlamentar: o descarte. ●

Ataque à democracia

STF já condenou mais de 500 réus pelo 8 de Janeiro

O Supremo Tribunal Federal (STF) condenou até agora 503 envolvidos no 8 de Janeiro. As sentenças atingem incitadores, executores e financiadores da invasão às sedes dos três Poderes, em Brasília, e resultam de 1.586 ações penais abertas desde o início das investigações, segundo dados da Corte atualizados ontem.

Desse total, 487 ações são de crimes graves, como golpe de Estado e abolição violenta do estado democrático de direito, enquanto 1.099 processos envolvem crimes considerados simples, como incitação ao crime e associação criminosa. O Supremo também contabiliza oito absolvições.

Ao todo, 55 pessoas seguem presas provisoriamente, 84 cumprem pena definitiva e cinco estão em prisão domiciliar, conforme informações do painel oficial do Supremo. ● ADRIANA VICTORINO

paladar 20 anos

A saborosa arte de informar



O portal referência em gastronomia vai muito além das receitas.

Traz notícias, tendências, eventos, cases, avaliações, dicas de restaurantes e muito mais.



Colunas e reportagens no jornal impresso | Renomados colunistas na programação da Rádio Eldorado | Podcast, webstories e newsletter semanal | + 700 mil seguidores | + de 20 MM de pageviews por mês | + de 18 MM de usuários únicos por mês

ESTADÃO 150 paladar

Judiciário

Barroso abre processo contra desembargador de MT

Sebastião de Moraes Filho, do TJ de Mato Grosso, é suspeito de vender sentenças e vai responder a procedimento no CNJ

RAYSSA MOTTA

O ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão que fiscaliza o Poder Judiciário, determinou a abertura de um processo administrativo disciplinar contra o desembargador Sebastião de Moraes Filho, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJ-MT), e manteve seu afastamento cautelar até a conclusão do procedimento. A portaria de Barroso foi preparada após decisão unânime do CNJ.

O desembargador é suspeito de vender decisões judiciais e também de nepotismo para favorecer a mulher e o filho advogado. A defesa, a cargo da advogada Mariana Albuquerque Rabelo, nega que ele tenha cometido irregularidades.

Moraes Filho está afastado das funções desde outubro de 2024, por ordem do CNJ. Ele pode ser aposentado compulsoriamente se for condenado no processo administrativo. A aposentadoria com remuneração proporcional ao tempo de serviço é considerada a punição mais severa a juízes, conforme a Lei Orgânica da Magistratura (Loman). Ele ainda é investigado na esfera criminal.

No CNJ, o desembargador vai responder por suspeita de violar os deveres de independência, imparcialidade, integridade, prudência, dignidade, honra e decoro, previstos no Código de Ética da Magistratura e na Lei Orgânica.

CORREGEDOR. O ministro Mauro Campbell, corregedor do CNJ, defendeu a instauração do processo por "relevantes indícios de desvio de conduta". A investigação aponta ligação de Moraes Filho com o advogado Roberto Zampieri, executado a tiros em 2023, em Cuiabá.

Em relatório de 84 páginas, o corregedor cita "indícios contundentes do recebimento de vantagem indevida para a prolação de decisões judiciais com desvio funcional, amizade íntima e indevida ingerência de advogado (*Zampieri*) na atividade jurisdicional do magistrado". Ao defender "apuração detalhada" das suspeitas, Campbell destaca a "gravidade dos fatos, que maculam a confiança no sistema judiciário".

Gravidade

Corregedoria considerou as suspeitas graves e levou o caso ao presidente do CNJ, Luís Roberto Barroso

Segundo o corregedor, Zampieri "vendia" a influência que dizia ter sobre o desembargador, cobrando, em contrapartida, valores da parte beneficiada, e "muito possivelmente repassava parte substancial" a Moraes Filho.

A advogada Mariana Albuquerque Rabelo, que representa Moraes Filho, negou que o desembargador e Zampieri fossem amigos e argumentou que a Lei Orgânica da Magistratura não proíbe conversas informais entre magistrados e advogados. Alegou ainda que não há provas de pagamentos indevidos e que, em "várias decisões", Moraes Filho se posicionou de forma contrária a interesses de clientes de Zampieri. ●

IMPERDÍVEL
LEILÃO DE IMÓVEL
CASA RESIDENCIAL

CAMPOS DO JORDÃO
VILA CAPIVARI – SP

Este imóvel exclusivo oferece o equilíbrio perfeito entre sofisticação e tranquilidade, com uma localização privilegiada a poucos minutos da Vila Capivari, famosa por seus restaurantes renomados e mercados, mas mantendo a paz e o silêncio do campo.

• **Piso Superior:** Suíte principal com closet e banheiro amplo, Home theater e Sala de jogos.

• **Piso Térreo:** 3 suítes, Sala de estar com lareira integrada com a Sala de Jantar, Ampla cozinha.

• **Chalé Externo** com 2 quartos e 1 banheiro.

• **Lazer e Conforto:** Jardim com lounge externo, Lavanderia externa.

• **Casa do Caseiro** (2 quartos, sala, cozinha e banheiro)

• **Garagem para 8 carros**

10/04 ÀS 11H
SOMENTE ONLINE

ÁREA TOTAL
1.191,00M²

LANCE INICIAL:
R$3.249.675



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581

CNJ mantém afastados magistrados suspeitos de fraude

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) manteve o afastamento do desembargador Elci Simões de Oliveira, do Tribunal de Justiça do Amazonas, dos juízes Roger Luiz Paes de Almeida e Jean Carlos Pimentel dos Santos e do servidor Jean Carlos Bezerra em uma investigação disciplinar sobre a liberação de alvarás de R$ 150 milhões em desfavor da Eletrobras. Procurados pelo **Estadão**, eles não responderam.

O afastamento foi decretado no mês passado pelo ministro Mauro Campbell, corregedor do CNJ, e agora foi confirmado pelo plenário do CNJ. "A ausência de justificativas (*para as decisões dos magistrados*) e a gravidade das condutas autorizam o uso do poder cautelar", disse Campbell.

As suspeitas de fraude envolvem um processo movido por dez pessoas físicas e jurídicas para receber títulos de crédito emitidos pela Eletrobras há quase 60 anos. Toda a movimentação, da decisão do desembargador à emissão dos alvarás, levou menos de uma hora. Para o corregedor, chamou atenção o "aceleradíssimo trâmite processual". ● R.M.

Eufrázio



SAIBA MAIS SOBRE A JHSF


JHSF
SURPREENDENTE
SHOPPING CIDADE JARDIM.
AS MELHORES MARCAS
INTERNACIONAIS E NACIONAIS.

Região estratégica

Putin diz que planos dos EUA para controlar Groenlândia são sérios

Na véspera da visita de Vance ao território, líder russo promete defender interesses de seu país; moradores temem que novo cenário prejudique sonho de independência

MOSCOU

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, afirmou ontem que considera sérios os planos dos Estados Unidos para anexar a Groenlândia, em meio à ofensiva de Donald Trump para tomar o controle da ilha dinamarquesa. O líder russo prometeu defender os interesses de seu país no Ártico.

"Esses planos têm raízes históricas", disse Putin em um fórum do Ártico na cidade de Murmansk. "É óbvio que os EUA continuarão a avançar de forma sistemática seus interesses geoestratégicos, militares, políticos e econômicos no Ártico."



INFOGRÁFICO ESTADÃO

As declarações de Putin foram dadas um dia antes da visita do vice-presidente dos EUA, J.D. Vance, e sua mulher, Usha Vance, a uma base militar americana na Groenlândia. A visita ocorre em meio a uma onda de protestos de moradores da ilha e de dinamarqueses.

Trump irritou boa parte da Europa ao afirmar que os EUA deveriam, de alguma forma, controlar o território autônomo e rico em minerais, parte da Dinamarca, um aliado americano e membro da Otan.

Os groenlandeses estão cada vez mais preocupados que sua terra natal tenha se tornado um peão na competição entre EUA, Rússia e China, à medida que o aquecimento global facilita o acesso ao Ártico. Tanto chineses como russos buscam acesso às suas hidrovias e recursos naturais.

Na quarta-feira, Trump afirmou que os EUA "precisam" da Groenlândia para sua segurança internacional. "Odeio dizer isso assim, mas vamos ter de tomar posse do território", afirmou Trump ao podcast The Vince Show.

Embora Putin tenha assegurado que a questão da Groenlândia não diz respeito à Rússia, ele se declarou "preocupado pelo fato de que os países da Otan consideram cada vez mais o Grande Norte como um trampolim para possíveis conflitos".

O russo lembrou que seus vizinhos Finlândia e Suécia se juntaram à aliança militar. "A Rússia nunca ameaçou ninguém no Ártico, mas acompanharemos de perto os desenvolvimentos e montaremos uma resposta apropriada aumentando nossa capacidade militar e modernizando a infraestrutura militar."

Putin também anunciou uma série de medidas destinadas ao desenvolvimento econômico do Extremo Norte russo, uma região de importância estratégica para Moscou, onde, nos últimos anos, já modernizou várias bases militares abandonadas desde a era soviética.

INDEPENDÊNCIA. Na ilha, seus moradores temem que os planos de Trump possam bloquear seu caminho para a independência. Esse medo se intensificou desde domingo, quando foi anunciada a visita do casal Vance.

> **Inoportuno**
> **Visita de vice americano ao território ocorre em meio a uma onda de protestos de moradores da ilha**

A Groenlândia, que faz parte da Dinamarca desde 1721, está se movendo em direção à independência há décadas. Esse é um objetivo que a maioria dos groenlandeses apoia, embora haja divergências sobre quando e como isso deve acontecer. ● AFP e AP

INFORME PUBLICITÁRIO

Entre aspas  SINDUSCON SP

Ano 5 Nº 211 São Paulo, 28/3/2025

Aperfeiçoando o Bolsa Família

Desde sua criação, o Programa Bolsa Família tornou-se um exemplo mundial de sucesso, ao respaldar socialmente aqueles que hoje são cerca de 63 milhões de beneficiários.

Entretanto, o programa não tem conseguido responder satisfatoriamente ao desafio de incluir parte expressiva dessas pessoas no mercado de trabalho, por estas não desejarem perder o benefício. De um lado, há os que assumem ocupações informais e mantêm a bolsa. De outro, há os que temem formalizar-se e ficar sem o benefício diante de um salário insuficiente ou da possibilidade de ficarem novamente desempregadas.

Para que o programa incentive essas pessoas a se empregarem, o governo criou em 2023 uma "regra de proteção": a família na qual o emprego formal tenha resultado no aumento de renda per capita acima de R$ 218, continuará recebendo o benefício por 50% do valor ao que o beneficiário fazia jus, durante 24 meses.



"Projeto de lei dá mais segurança para o beneficiário procurar emprego"

A medida mostrou-se insuficiente e muitos beneficiários seguem não buscando emprego, para não perderem de forma abrupta o valor integral do Bolsa Família.

Neste cenário, merece todo apoio o projeto de lei do deputado federal Pauderney Avelino (União-AM), que estende o período de transição de 24 meses para 60 meses, além de implementar uma redução escalonada e progressiva no valor do benefício durante esse período (100% no primeiro ano, 80% no segundo e assim sucessivamente até 20% no quinto ano).

Para dar mais segurança, o projeto dispõe que as famílias que forem desligadas do programa em decorrência do término dos 60 meses, terão prioridade para nele reingressar.

Se aprovado este novo formato, certamente muitos beneficiários terão a oportunidade de se empregar em setores como a construção civil, que tem oferecido remunerações atrativas e formação profissional aos seus trabalhadores.

ENTRE ASPAS é uma publicação do SindusCon-SP - Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo - www.sindusconsp.com.br
Presidente: Yorki Oswaldo Estefan; Vice-presidentes: Renato Genioli Jr., Daniela Ferrari, Eduardo Zaidan, Victor Bassan de Almeida, Francisco Vasconcellos, Haruo Ishikawa, Jorge Batlouni, Luiz Messias, Manabela Honda, Maurício Bianchi, Odair Senra, Rodrigo Von, Ronaldo Cury; Diretores regionais: Ricardo Aragão Rocha Faria (Bauru), Márcio Benvenutti (Campinas), Marcos Aurelio Graco (Presidente Prudente), João Carlos Moreira Filho (Ribeirão Preto), Cláudio Pompeo (Santo André), Lucas Muniz Elias Teixeira (Santos), Rafael Luis Coelho (São José do Rio Preto), Elias Stefan Júnior (Sorocaba); Representantes à Fiesp: Eduardo Capobianco, Romeu Ferraz, Odair Senra, Sergio Porto

UE pede a cidadãos que guardem suprimentos

BRUXELAS

A União Europeia pediu aos seus cidadãos que estoquem alimentos, água e outros itens essenciais para durar pelo menos 72 horas, à medida que a guerra, os ataques cibernéticos, as mudanças climáticas e as doenças aumentam as chances de uma crise.

O apelo aos 450 milhões de cidadãos da UE ocorre enquanto o bloco de 27 nações repensa sua segurança, especialmente após o governo Trump alertar que a Europa deve assumir mais responsabilidade por sua própria defesa.

Nos últimos anos, a UE enfrentou a covid-19 e a ameaça da Rússia, incluindo suas tentativas de explorar a dependência europeia do gás natural para enfraquecer o apoio à Ucrânia. "As ameaças que a Europa enfrenta hoje são mais complexas do que nunca, e todas estão interligadas", disse a comissária de Preparação e Gestão de Crises, Hadja Lahbib, ao apresentar a nova estratégia para lidar com desastres futuros. Lahbib listou alimentos, água, lanternas, documentos de identificação, medicamentos e rádios de ondas curtas como itens a serem armazenados.

RECURSOS CRÍTICOS. A comissária disse também que a UE deve construir uma "reserva estratégica" e estocar outros recursos críticos, incluindo aviões de combate a incêndios; equipamentos médicos, energéticos e de transporte; e ativos especializados contra ameaças químicas, biológicas, radiológicas e nucleares. ● AP

Eufrázio

A guerra de Putin

Europeus rejeitam intenção americana de levantar sanções contra Rússia

Em cúpula, líderes reforçaram apoio à Ucrânia e discutiram o envio de uma força de segurança para dissuadir outra invasão

PARIS

Líderes europeus reafirmaram ontem seu apoio à Ucrânia em uma cúpula em Paris e rejeitaram a possibilidade de suspender sanções contra a Rússia neste momento. A reunião, organizada por França e Reino Unido, foi convocada em meio à preocupação generalizada de que Donald Trump possa estar aberto a reverter algumas sanções, atendendo à condição imposta pela Rússia para o cessar-fogo no Mar Negro.

Outro ponto em comum na reunião, segundo relato do primeiro-ministro britânico, Keir Starmer, é a necessidade de apoiar a Ucrânia para garantir que Kiev tenha a posição mais forte possível em qualquer negociação para a paz.

FORÇAS TERRESTRES. Por outro lado, pareceu ter havido pouco avanço nos planos de enviar uma força de segurança para garantir a proteção dos ucranianos. O presidente Emmanuel Macron disse que França e Reino Unido vão seguir avançando com a proposta de enviar tropas para dissuadir a Rússia de atacar novamente. Ele afirmou que "vários" países querem se unir a essa força armada, mas reconheceu: "Não é unânime".

Oficiais militares dos dois países vão trabalhar com a Ucrânia para determinar onde os contingentes devem ser implantados e quantas tropas serão necessárias para atuar como elemento de dissuasão eficaz, acrescentou o presidente.

A cúpula de líderes de quase 30 países, com chefes da Otan e da União Europeia e do presidente ucraniano, Volodmir Zelenski, ocorreu em um momento crucial na guerra, que se arrasta há mais de três anos. Com Trump, os EUA retomaram o diálogo com a Rússia e aumentaram a pressão pelo cessar-fogo em termos muitas vezes considerados desfavoráveis para a Ucrânia.

Um dos motivos para hesitação sobre o envio de tropas para a Ucrânia é a incerteza sobre o apoio de Trump a essa força de garantia da paz. "Isso exigirá o envolvimento e o apoio dos EUA", disse Starmer. "Essa é uma discussão que tivemos com o presidente em várias ocasiões."

ATAQUES. Antes da cúpula no Palácio do Eliseu, enxames de drones russos atacaram as principais cidades da Ucrânia. A força aérea ucraniana relatou ter derrubado e bloqueado a maioria dos 86 drones carregados de explosivos disparados pela Rússia no ataque.

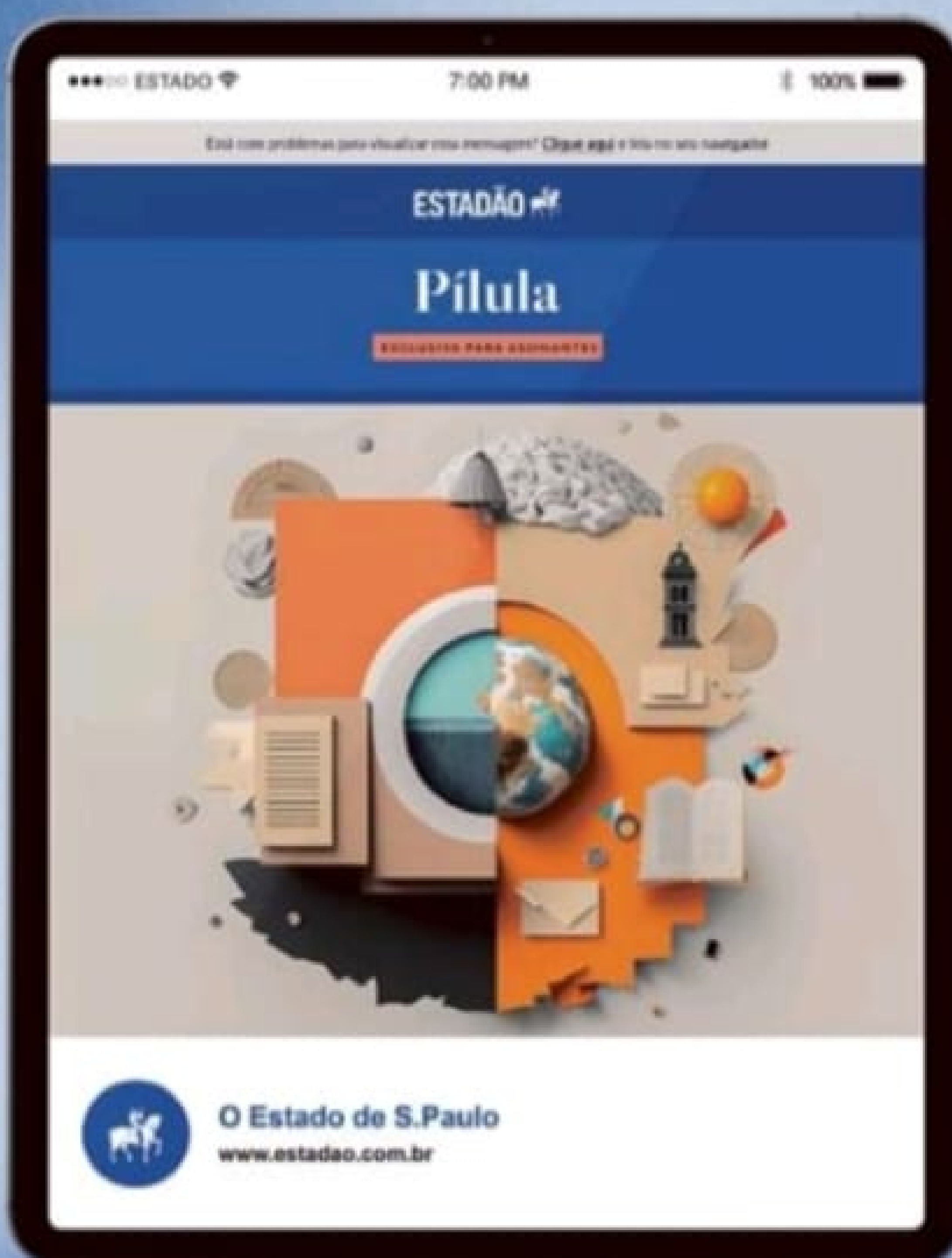
Mas aqueles que escaparam das defesas aéreas causaram sérios danos nas segunda e terceira maiores cidades da Ucrânia, Kharkiv e Dnieper, respectivamente.

Os ataques deixaram ao menos 20 feridos e também causaram interrupções ao fornecimento de energia em Kherson. ● AP e AFP

SERGEY BOBOK / AFP



Ataque russo com drones abre uma cratera em Kharkiv, segunda maior cidade da Ucrânia



NEWSLETTER
Pílula
Um resumo leve e descontraído das principais notícias do dia.
Política, Economia, Internacional, Cultura, Saúde e muito mais!
Use o QR code ao lado para inscrever-se e receber por e-mail, de segunda a sexta, sempre no início da noite.



bit.ly/news-pilula
EXCLUSIVA PARA ASSINANTES
ESTADÃO

Novo alvo

Trump prepara cortes de pessoal e fusão de agências de saúde nos EUA

Governo anunciou a demissão de 10 mil funcionários do departamento, parte da sua prometida reorganização

WASHINGTON

O governo de Donald Trump anunciou ontem a demissão de 10 mil funcionários do Departamento de Saúde e Serviços Humanos, como parte de uma ampla reorganização no setor do secretário de Saúde, Robert F. Kennedy.

As demissões são uma redução drástica de pessoal para o amplo e principal órgão de saúde do país, que empregava cerca de 82 mil pessoas e supervisiona os atendimentos médicos, alimentos e medicamentos. Com demissões e saídas anteriores por aposentadoria, a mudança reduzirá o departamento para cerca de 62 mil funcionários, segundo a agência.

A reestruturação incluirá a criação de uma nova divisão chamada Administração para uma América Saudável. "Faremos mais com menos", disse Kennedy, mesmo reconhecendo que será "um período doloroso para o setor."

O plano de reestruturação coroa semanas de tumulto no órgão envolvendo a revogação de US$ 11 bilhões em financiamento de saúde pública para cidades e condados, uma resposta lenta a um surto de sarampo e comentários controvertidos sobre vacinas de seu novo líder.

As 28 divisões da agência de saúde serão consolidadas em 15 novos departamentos, de acordo com uma declaração oficial do órgão. Os cortes estão sendo feitos em linha com a ordem de Trump de implementar o encolhimento da força de trabalho federal por meio do Departamento de Eficiência Governamental (Doge), comandado por Elon Musk.

A reorganização cortará 3,5 mil empregos da Administração de Alimentos e Medicamentos (FDA, pela sigla em inglês), que aprova e supervisiona a segurança de uma vasta faixa de medicamentos e produtos.

Os Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) também terão sua força de trabalho reduzida em cerca de 2,4 mil funcionários e estreitarão seu foco para "preparar e responder a epidemias e surtos", disse o comunicado.

EMBAIXADORA. Ainda ontem, Trump anunciou que pediu à deputada Elise Stefanik para permanecer no Congresso em vez de servir como embaixadora americana nas Nações Unidas, em meio à preocupação com a minúscula margem de votação que o partido detém na Câmara.

Foi uma reviravolta para Stefanik, a primeira indicada de Trump para o gabinete e que esperava ser confirmada pelo Senado nos próximos dias.

Ela passou a semana passada no Instagram postando uma retrospectiva nostálgica de seu tempo no Congresso enquanto se preparava para o fim de seu mandato. Recentemente, a deputada participou de uma turnê de despedida por seu distrito no norte do Estado de Nova York.

Stefanik também já havia desistido de uma posição de liderança na Câmara e dispensado muitos de seus funcionários de longa data. O novo nome para o cargo na ONU não foi anunciado. ● NYT

Juiz proíbe destruição de mensagens em chat sobre planos de guerra

Um juiz federal de Washington ordenou ontem que várias autoridades do governo Trump que participaram de um chat em grupo no aplicativo Signal, discutindo os detalhes de um ataque ao Iêmen, preservassem todas as mensagens trocadas entre os dias 11 e 15.

A decisão do juiz James E. Boasberg foi a resposta a um processo movido nesta semana pelo grupo de vigilância sem fins lucrativos American Oversight, acusando a equipe de segurança nacional de Trump de violar as leis federais ao usar o Signal – um aplicativo de mensagens criptografadas – para conversar sobre o ataque.

A ordem do juiz se aplicou a autoridades, incluindo o conselheiro de Segurança Nacional Michael Waltz, o secretário de Defesa Pete Hegseth, a diretora de Inteligência Nacional Tulsi Gabbard e o secretário de Estado Marco Rubio.

Na audiência, o juiz deixou claro que havia emitido sua ordem para garantir que nenhuma mensagem fosse perdida, e não porque tivesse constatado que os funcionários do governo fizeram algo errado. ● NYT

Especial
150 anos

Em 2025, o **Estadão** completa **150 anos** de **história** e **tradição** no jornalismo.

Para celebrar essa data inesquecível, lançaremos ao longo do ano uma programação com **conteúdos exclusivos** que conectam passado, presente e futuro em torno de **seis eixos** temáticos:

01 República
02 Economia
03 Terra
04 Tecnologia
05 São Paulo
06 Viver

Tudo isso integrado em um grande projeto multiplataforma, com Hub Digital, edições comemorativas impressas e uma série de eventos especiais.

Sua **marca pode ser protagonista** desse marco histórico!

Entre em contato pelo e-mail **publicacoes@estadao.com** e conheça as oportunidades comerciais

ESTADÃO 150 ANOS

O Estado de S. Paulo

Realização: ESTADÃO 150
Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO
Apoio: ELDORADO FM 107.3 paladar

1875

Sob protestos

Israel aprova lei que reforça controle sobre juízes

Ministro da Justiça afirma que medida pretende equilibrar os poderes Judiciário e Legislativo; oposição vai à Suprema Corte

TEL-AVIV

O Parlamento israelense aprovou, ontem, uma lei que reforça a influência do poder político na nomeação de juízes. A medida reativou um projeto controvertido de reforma judicial que deu origem a um movimento de protesto no país antes dos ataques de 7 de outubro de 2023 e a consequente guerra na Faixa de Gaza.

A emenda, que modifica a composição da comissão de nomeação de juízes, foi aprovada por 67 votos a favor (de um total de 120) e 1 contra. A oposição, que decidiu boicotar a votação, apresentou imediatamente um recurso contra o texto na Suprema Corte.

O ministro da Justiça de Israel, Yariv Levin, que patrocinou o projeto de lei, disse que o objetivo é "restaurar o equilíbrio" entre os poderes Legislativo e Judiciário. Atualmente, os juízes, incluindo os da Suprema Corte, são selecionados por uma comissão de nove juízes e legisladores, sob a supervisão do ministro da Justiça.

A nova lei, que entraria em vigor no início do próximo mandato legislativo, aumentaria o controle político sobre as nomeações. A comissão ainda teria nove membros: três juízes da Suprema Corte, o ministro da Justiça e outro ministro, um legislador da coalizão, um legislador da oposição e dois representantes do público – um nomeado pela maioria e o outro pela oposição.

Nas ruas

População protesta contra reforma judicial, que considera uma ação autoritária de Netanyahu

A votação de ontem demonstra a determinação do governo de Binyamin Netanyahu em seguir adiante com seu projeto de reforma judicial, que deu origem, ainda em 2023, a uma das maiores mobilizações populares de protesto do país. O Executivo suspendeu o projeto logo após o início da guerra.

Este tema volta ao primeiro plano agora, no momento em que o governo mantém uma queda de braço com a Suprema Corte após anunciar a destituição de Ronen Bar, chefe do Shin Bet – serviço de inteligência interna e segurança –, e iniciar um processo de exoneração contra Gali Baharav-Miara, procuradora-geral do país.

MAIS PROTESTOS. A oposição e milhares de manifestantes saem diariamente às ruas de Tel-Aviv e Jerusalém para protestar contra essas decisões do governo e a proposta de reforma judicial, que consideram uma ação autoritária do primeiro-ministro.

"Este governo está minando os alicerces da democracia, e toda a oposição se posicionará como uma barreira forte contra isso até que toda tentativa de transformar Israel em uma ditadura seja interrompida", disseram os partidos de oposição, em um comunicado.

O líder da oposição, Yair Lapid, denunciou que a lei aprovada ontem tem como "único objetivo garantir que os juízes estejam a serviço" do poder político. ● AFP

SOMENTE ONLINE

LEILÃO EXCLUSIVO DE VEÍCULOS DO GRUPO BRADESCO

VEÍCULOS | 29/03/25 - 09h30, ESTAS E OUTRAS OPORTUNIDADES IMPERDÍVEIS











*VISITAÇÃO TODA, TERÇA E SEXTA DAS 15H ÀS 17H MEDIANTE AGENDAMENTO EXCLUSIVAMENTE ATRAVÉS DO TELEFONE 11-2464-6464.



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

bradesco

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192

Egito

Submarino turístico naufraga e deixa 6 mortos

Seis estrangeiros morreram ontem no naufrágio de um submarino turístico na costa egípcia do Mar Vermelho. O caso ocorreu em Hurghada, cidade que atrai muitos turistas interessados nos recifes de corais e nas pequenas ilhas da região. As causas do acidente estão sendo investigadas. ●

AP



Panamá

Governo libera ida de Martinelli à Nicarágua

O governo panamenho concedeu ontem salvo-conduto ao ex-presidente Ricardo Martinelli para viajar à Nicarágua, onde será asilado. O multimilionário de 73 anos se asilou em 2024 na embaixada nicaraguense para evitar cumprir a pena de 10 anos de prisão por lavagem de dinheiro. ●



Transportes

Concessão das linhas 11, 12 e 13 sai hoje e expectativa é de ampliação da malha

PPP de 25 anos envolve reforma, reconstrução e criação de estações de trem, com expansão das áreas atendidas em 22,6 km; preocupação é com a qualidade do serviço

PRISCILA MENGUE

A concessão pública de três linhas da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) terá o resultado divulgado hoje. A parceria público-privada (PPP) bilionária inclui reformas e a construção de novas estações no Bom Retiro, na região central da capital paulista, e em municípios da Grande São Paulo, como Mogi das Cruzes e Guarulhos.

Chamada de Lote Alto Tietê, a PPP é aberta a concorrentes individuais e em consórcio, nacionais e estrangeiros. Dentre as propostas confirmadas, estão uma do Grupo Comporte, parte do consórcio responsável pelo futuro Trem Intercidades (até Campinas) e outra do Grupo CCR, o mesmo da ViaMobilidade (que responde hoje pelas linhas 5-Lilás, 8-Diamante, 9-Esmeralda e pela futura 17-Ouro).

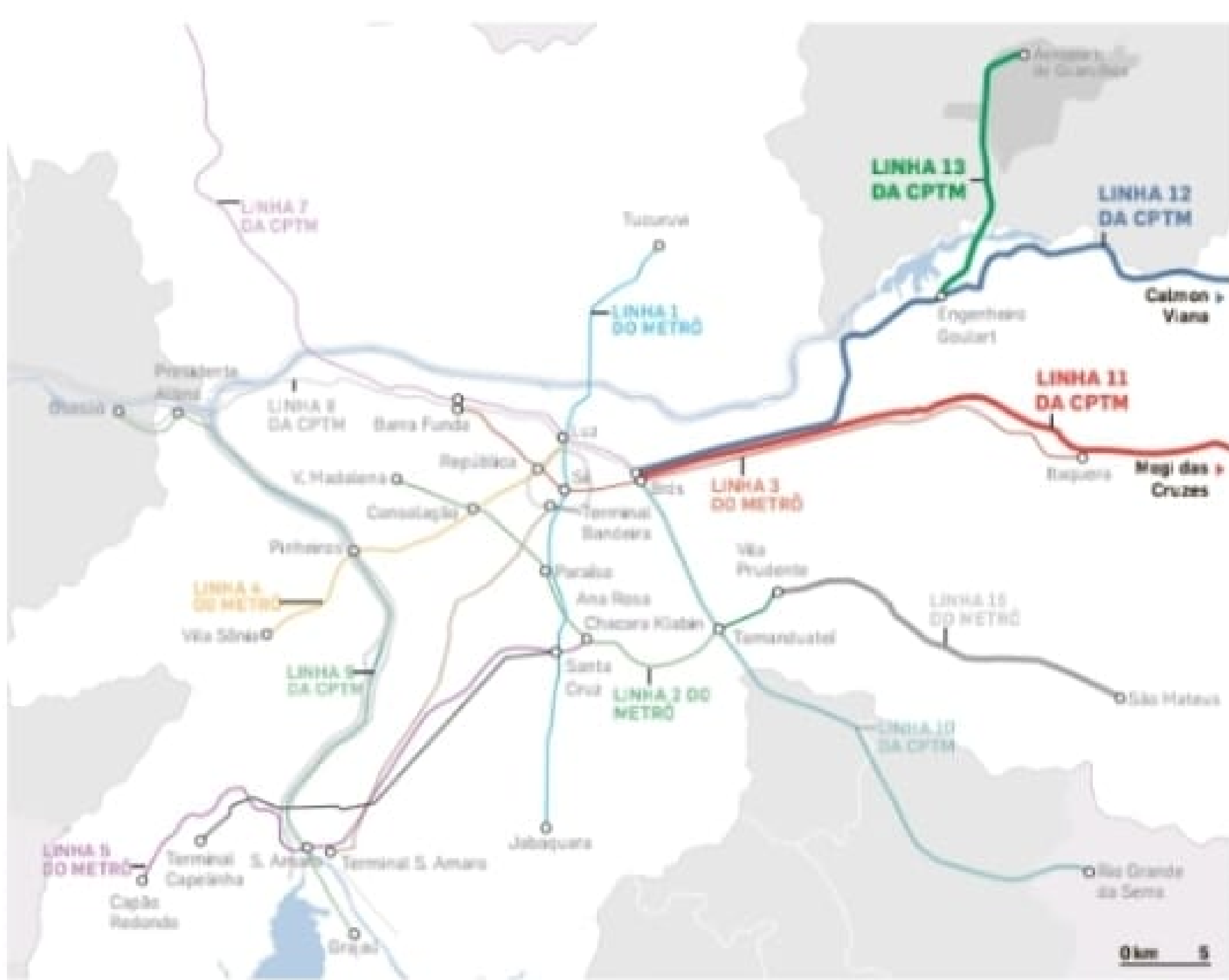
O leilão abrange as Linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade. Também inclui o serviço Expresso Aeroporto, até o terminal internacional de Guarulhos, na região metropolitana. A estimativa do Estado é de que a expansão possa dobrar o número de passageiros até 2040, chegando a cerca 1,3 milhão ao dia. O leilão motivou uma ameaça de paralisação dos ferroviários das três linhas, mas a categoria desistiu do movimento após audiência na Justiça do Trabalho.

A seleção será a da proposta com o menor valor a ser pago pelo poder público. A contraprestação é estimada em até R$ 1,49 bilhão por ano. A concessão terá duração de 25 anos.

O valor estimado do contrato é de R$ 14,3 bilhões, relativo especialmente a intervenções obrigatórias. A sessão pública de abertura das propostas está marcada para as 16 horas desta sexta-feira, na B3. As linhas da PPP também atendem à população de outros municípios da Grande São Paulo, como Suzano, Itaquaquecetuba, Poá e Ferraz de Vasconcelos. Além disso, a concessão prevê novas conexões com outras linhas e estações.

TRANSPORTE SOBRE TRILHOS

Leilão prevê concessão das linhas 11, 12 e 13



FONTE: COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS (CPTM)/ INFOGRÁFICO ESTADÃO

Entre as ressalvas à concessão, estão receio de perda de qualidade dos serviços, com menções a problemas registrados nas linhas concedidas à ViaMobilidade – que chegou a assinar acordo com o Ministério Público de São Paulo em 2023. Dentre casos de repercussão recentes estão falhas na operação e um princípio de incêndio (sem feridos, que foi "prontamente apagado", segundo a concessionária).

"É a luta pelo transporte público de qualidade", disse o Sindicato dos Ferroviários de São Paulo. Em nota, a ViaMobilidade diz ter feito investimentos em melhorias e que a qualidade do serviço foi reconhecida em pesquisa de satisfação. "(*A empresa*) vem investindo continuamente na modernização e na melhoria de sua infraestrutura metroferroviária e na capacitação dos seus colaboradores, com R$ 4,1 bilhões em investimentos."

Saiba mais

R$ 14,3 bilhões
é o valor estimado do contrato, sobretudo por intervenções obrigatórias

8
novas estações devem ser implementadas, uma delas no Bom Retiro

24
estações devem ter reforma parcial

O QUE MUDA? A PPP envolve a reforma, a reconstrução e a criação de estações de trem metropolitano, com expansão das áreas atendidas em 22,6 km e a redução do intervalo de espera entre viagens.

Também estão previstas intervenções de acessibilidade e segurança contra incêndios, além da construção de área de lavagem de trens, de novos pátios de estacionamento e de quatro pontes ferroviárias, dentre outras mudanças.

Ao todo, estão previstas oito novas estações com implementação pela nova concessionária. Uma delas ficaria no centro, no Bom Retiro (Linha 11), com acesso pelas Ruas Cônego Vicente Miguel Marino e Elias Chaves.

Já as demais seriam na zona leste, em Mogi das Cruzes e em Guarulhos. São elas: Lajeado (Linha 11), Cezar de Souza (Linha 11), Cangaíba (Linhas 12 e 13), Jardim dos Eucaliptos (Linha 13), São João (Linha 13), Presidente Dutra (Linha 13) e Bonsucesso (Linha 13).

Há, ainda, a previsão de duas novas estações a serem implantadas pelo poder público, previstas no contrato da expansão da Linha 2-Verde. São elas: Penha e Gabriela Mistral. No caso do Expresso Aeroporto, o intervalo entre viagens deverá ser reduzido de uma hora para 30 minutos.

Além disso, o edital da PPP determina a reforma parcial de 24 estações, como Palmeiras-Barra Funda, Luz, Brás, Tatuapé, Corinthians-Itaquera e outras. Já as obras de reconstrução (com a demolição da atual estrutura) envolvem quatro estações: Mogi das Cruzes, Estudantes, Jundiapeba e Itaquaquecetuba.

Essas obras não poderão interromper a operação das linhas, de acordo com o edital. A Linha 11-Coral tem hoje 50,6 km de extensão, com ampliação prevista de 4 km. Já a Linha 12-Safira tem 38,8 km de extensão, com aumento estimado de 2,7 km. Por fim, a Linha 13-Jade tem 8,8 km de extensão, com acréscimo previsto de 15,6 km, de acordo com o Estado.

Como será o retorno?
Concessionária poderá cobrar estacionamento e serviços diversos, além de publicidade e aluguéis

O edital prevê que o valor da tarifa continuará a ser definido pelo governo e permite que a concessionária adote estratégias de "receitas acessórias", com serviços não obrigatórios. Dentre elas estão a cobrança por estacionamento na área de concessão e de "direito de passagem" para a circulação de trens turísticos e de carga.

As receitas acessórias abrangem, ainda, a publicidade nos vagões e nas estações em "todos os formatos possíveis". Há também as possibilidades de locação e cessão de espaços comerciais e cobrança por serviços de guarda-volumes.

PROTESTO. Um ato contrário à concessão das linhas da CPTM terminou em tumulto e confronto com a Polícia Militar ontem. Três manifestantes foram detidos no início da tarde, na sede da Secretaria de Transportes Metropolitanos, no centro de São Paulo. A Secretaria da Segurança Pública alega que houve tentativa de invasão do prédio público. ●

A União Bandeirante de Educação e Cultura SA informa: ERRATA - A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA é a única titular da sigla UNB. Acesse https://www.unb.br/ para informações sobre cursos e acesso ao ensino superior na UNB.

Vigilância sanitária

Cannabis: aval para farmácia de manipulação é sugerido

Anvisa põe em consulta pública a permissão para venda, desde que os produtos contenham só canabidiol (CBD)

GABRIEL DAMASCENO

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) anunciou ontem uma consulta pública para revisar a regulamentação sobre a venda de produtos à base de cannabis no Brasil. Entre as propostas apresentadas estão novas regras para restrições de uso e permissão para que farmácias de manipulação fabriquem os próprios produtos e vendam itens industrializados, desde que contenham só canabidiol (CBD).

A proposta ficará aberta por 60 dias e qualquer pessoa poderá enviar suas sugestões. Atualmente, esses produtos são regulamentados pela RDC 327/2019, que define as regras para venda no varejo farmacêutico. A Anvisa entende que, mais de cinco anos após a publicação, precisam ser feitas melhorias para aprimorar a resolução.

Quem pode prescrever?
A agência propõe que, além dos médicos, cirurgiões-dentistas passem a ser habilitados

Um exemplo: a ideia é que produtos com mais de 0,2% de tetrahidrocanabinol (THC) – o composto psicoativo da planta – sejam permitidos exclusivamente para indivíduos com doenças graves debilitantes. A proposta contraindica os produtos para menores de 18 anos, gestantes, lactantes e pacientes com histórico de dependência. Idosos devem ter avaliação de risco-benefício.

A agência também propõe que, além dos médicos, cirurgiões-dentistas passem a ser habilitados para prescrever os medicamentos. Outra mudança é a ampliação das vias de administração, englobando as opções oral (bucal e sublingual) e tópica (com aplicação na pele).

Formas injetáveis e produtos fumígenos estão vetados. No momento, os produtos estão disponíveis apenas por meio de gotas (oral) e sprays (inalatórios).

IMPORTAÇÃO. Um destaque do documento é a possibilidade de importação de extratos de cannabis, CBD e produtos industrializados a granel para fins de pesquisa científica, distribuição, desenvolvimento e fabricação de insumos farmacêuticos no Brasil. A distribuição, no entanto, será permitida para estabelecimentos com autorização especial específica, conforme as normativas vigentes. ●

Inchaço e irritação

Anvisa suspende venda de creme da Colgate após efeitos adversos

A Anvisa também determinou ontem a suspensão da venda da pasta de dente Colgate Clean Mint – uma nova versão da Colgate Total 12 – em todo o País, após relatos de efeitos adversos. A determinação foi publicada no *Diário Oficial* da União.

A ação tem base na Lei 6.360/1976. Ela estabelece que, em caso de risco à saúde, é possível suspender a comercialização ou distribuição até que se esclareçam as questões relacionadas à segurança do produto. A interdição tem prazo legal de 90 dias. Como ela ocorre de forma cautelar, há espaço para que a empresa Colgate-Palmolive recorra da decisão. Procurada pela reportagem para comentar a suspensão, a empresa não se manifestou até 17h.

O QUE OCORREU. De acordo com a Anvisa, entre 1.º de janeiro e 19 de março, foram registradas oito notificações envolvendo 13 casos de eventos adversos relacionados ao uso de cremes dentais da marca. Os principais sintomas relatados são: inchaço (amígdalas, lábios e mucosa oral), sensação de ardência, dormência nos lábios e na boca, gengiva irritada, boca seca e vermelhidão.

O produto, que começou a ser comercializado em julho, utiliza fluoreto de estanho, enquanto a versão anterior empregava fluoreto de sódio. Em nota ao **Estadão** no dia 21, a empresa afirmou que o fluoreto de estanho é seguro, eficaz e amplamente usado em cremes dentais ao redor do mundo. A Colgate disse também que "a nova fórmula é o resultado de mais de uma década de pesquisa e desenvolvimento e testes extensivos com consumidores, inclusive no Brasil". Mas reconheceu que "minoria pode apresentar sensibilidade a determinados ingredientes – como corantes ou sabores". ●

agro.estadao.com.br

agro ESTADÃO
PORTAL AGRO ESTADÃO
Um novo ecossistema para o futuro do agronegócio
>>>

Uma parceria:
ESTADÃO 150 broadcast agro PYXYS
Criação:
ESTADÃO BLUE STUDIO

Eufrázio

Saúde

Nova tecnologia promete reduzir tremores de Parkinson em 70%

Tratamento usa ondas de alta intensidade de ultrassom e já está disponível no Hospital Albert Einstein, que não informou o valor

LEON FERRARI

Tremores podem ser altamente debilitantes. Segundo o Ministério da Saúde, o tremor essencial afeta 20% da população acima de 65 anos – embora possa aparecer antes dessa idade –, podendo impedir atividades laborais e hobbies. Os tremores também são um sintoma grave da doença de Parkinson e podem tornar a simples tarefa de levantar um copo d'água impossível.

Nem todo paciente responde bem às opções medicamentosas para lidar com os tremores – essa é a realidade para a maioria daqueles com tremor essencial – e, até uma semana atrás, a única outra opção no Brasil seria submeter-se à cirurgia de estimulação cerebral profunda (DBS), que implanta eletrodos no cérebro que atuam como marca-passos para modular os disparos de neurônios disfuncionais.

Mas agora o Hospital Israelita Albert Einstein trouxe um novo tratamento não invasivo, o High Intensity Focused Ultrasound (Hifu), que já é utilizado em países como Estados Unidos, Chile e Argentina. Segundo o Einstein, a aplicação dessas ondas de ultrassom de alta intensidade promete reduzir, de forma imediata, 70% dos tremores dos pacientes.

Assim como qualquer outro tratamento, há contraindicações e também efeitos adversos, e é por isso que os médicos da instituição frisam que a indicação correta é fundamental.

TRATAMENTO COM SOM. Quando falamos em ultrassom, vem à cabeça o aparelho usado para fazer exames de imagem. Funciona assim: ele emite ondas sonoras de alta frequência (inaudíveis) que penetram no corpo, interagem com a estrutura desejada e são refletidas para o transdutor (aquele sensor que encosta na pele). Esse eco é convertido em imagens.

A ideia é semelhante no Hifu, mas aqui a reflexão do som não é o objetivo, diz Rodrigo Gobbo, diretor médico do Centro de Medicina Intervencionista do Einstein. "Imagine que você construa esse transdutor de forma que todo o feixe sonoro seja focado em um único ponto de tecido, com uma energia muito intensa, de tal forma que não se preocupe mais em receber o reflexo desse som, mas sim que ele seja destrutivo. O dispositivo tem a forma de um capacete, que se comporta como se tivesse milhares daqueles transdutores de ultrassom diagnóstico. São mais de mil elementos no capacete. Tudo isso dentro do equipamento de ressonância magnética, que proporciona imagens em tempo real."

O foco do ultrassom são os neurônios disfuncionais. A palavra destrutivo pode assustar, mas se trata de uma microlesão que não ultrapassa milímetros. Além disso, o cérebro "não sente dor". Durante o procedimento, o paciente fica acordado e realiza testes neurológicos em tempo real, como desenhar uma espiral, falar ou tocar o nariz, para garantir tanto que o tremor está sendo devidamente abordado quanto evitar os efeitos colaterais.

EGBERTO NOGUEIRA/IMÁFOTOGALERIA/EINSTEIN



Moser, que se submeteu ao tratamento, e a neurologista Polyana

Sem dor

Durante o procedimento, o paciente fica acordado e realiza testes neurológicos em tempo real

Os médicos destacam que, antes do procedimento, o paciente passa por uma avaliação rigorosa. Além disso, segundo Gobbo, o Einstein tem parceria com uma empresa que mapeia estruturas vitais e muito importantes do cérebro, para além dos neurônios disfuncionais. "São partes que deixamos fora do tratamento. É um GPS supercomplexo para afastar qualquer risco de complicação." O procedimento como um todo leva em torno de 1h30 ou menos para ser concluído, e o paciente pode retornar para casa no mesmo dia.

Segundo a Insightec, empresa responsável pela tecnologia, os estudos clínicos apontaram que as complicações mais comuns relatadas foram desequilíbrio/distúrbio da marcha (26% dos pacientes), dormência/formigamento (33%) e dor de cabeça (51%). A maioria das complicações foi classificada como leve ou moderada e 48% se resolveram espontaneamente dentro de 30 dias.

"O dispositivo tem a forma de um capacete, que se comporta como se tivesse milhares daqueles transdutores de ultrassom diagnóstico. São mais de mil elementos no capacete. Tudo isso dentro do equipamento de ressonância magnética, que proporciona imagens em tempo real"
Rodrigo Gobbo
Médico do Einstein

Eventos adicionais menos frequentes incluíram: tontura, alteração do paladar, fala arrastada, fadiga e vômito. Complicações persistentes após três anos incluíram: dormência/formigamento (9% dos pacientes), desequilíbrio (4%), instabilidade (4%), distúrbio da marcha (2%) e fraqueza musculoesquelética (2%). Gobbo explica que, após haver uma recomendação do neurologista que acompanha o paciente, uma outra equipe, também de neurologistas, o examina para identificar se ele tem qualquer contraindicação, como a análise de espessura do crânio.

A indicação do Hifu é para o tratamento dos chamados distúrbios tremulantes do movimento, em que se encaixam o tremor essencial (uma doença na qual o tremor costuma piorar com a ação) e o tremor causado pela doença de Parkinson (costuma piorar no repouso).

SINTOMA. O Hifu trata um sintoma do Parkinson, não a doença em si, que é neurodegenerativa e, por ora, não tem "cura" – mas há tratamento para os sintomas, que propicia mais qualidade de vida ao paciente.

Segundo Polyana Piza, neurologista e gerente médica do Programa de Neurologia do Einstein, no caso do Parkinson a indicação é para quem não responde bem à medicação. Ou para aqueles no qual o aumento da dose leva a um efeito colateral incapacitante, a discinesia (crise de movimentos musculares anormais).

Era o caso do aposentado Rodolfo Moser, de 73 anos. Os movimentos involuntários acometiam a perna e o braço esquerdo. "Eu tinha de duas a três crises ao longo de dia. Chacoalhava sem controle", contou ao **Estadão**. "A única forma que eu tinha para controlar um pouco os sintomas era me deitando e fazendo um relaxamento, uma meditação."

Ele foi um dos quatro primeiros pacientes a serem submetidos ao Hifu no Einstein. Uma semana depois, diz que não enfrenta mais tremores do Parkinson.

No caso do tremor essencial, a doença, dificilmente contida pelas opções tradicionais, é tratada. O Einstein não informou qual valor será cobrado no procedimento. ●

No Natal

Aprovado Dia de Combate à Cristofobia em SP

Quase dez anos depois, a Câmara Municipal de São Paulo derrubou ontem o veto e aprovou projeto que cria o Dia do Combate à Cristofobia em 25 de dezembro. De autoria do ex-vereador Eduardo Tuma (PSDB), o PL havia sido aprovado em junho de 2016, mas foi vetado pelo então prefeito Fernando Haddad (PT) em julho daquele mesmo ano. Ele estava entre os mais de 500 vetos à espera de apreciação. Desde o início da atual legislatura, a Câmara tem feito uma "força-tarefa" para limpar a pauta. Ontem, foram apreciados cerca de 100 PLs, na semana passada também. Ainda restam 200.

Na ocasião do veto, a gestão municipal destacou que a proposta tinha por objetivo estimular a separação entre religiões cristãs e outras religiões, além da população LGBT+, "prestando desserviço aos esforços que o conjunto do Município de São Paulo tem feito em prol da convivência pacífica com a pluralidade democrática".

O PL do ex-vereador Eduardo Tuma buscava prever "liberdade religiosa" – mas apenas para um determinado grupo –, sob o argumento de que os cristãos não teriam "liberdade de proferir suas ressalvas à união homoafetiva, e assim seriam alvo de discriminação". A proposta agora foi retomada sob a justificativa de aumento de ataques à fé cristã. "Só não sofre cristofobia quem não é cristão. Se o nosso País busca, de fato, combater a intolerância religiosa, deve contemplar, também, aquela que é a religião da esmagadora maioria", afirmou a vereadora Sonaira Fernandes, líder do PL, nas redes sociais.

A justificativa do veto, publicado no *Diário Oficial* à época, destacava o papel do poder público no combate à intolerância religiosa. Mas tal medida já estava contemplada no calendário desde 2009, com o Dia de Combate à Intolerância Religiosa, anualmente realizado em 21 de janeiro.

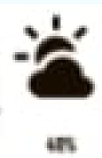
"A proposta aprovada não contribui para o avanço do diálogo mais fraterno entre cristãos, população LGBT e demais religiões, do mesmo modo que não prestigia a primazia dos direitos humanos consagrada na Constituição Federal de 1988", afirmou o prefeito Haddad à época.

Ele apontou ainda erro ao escolher a data. "Com efeito, ao pretender vitimizar e conferir uma espécie de deferência especial a grupo que, na realidade, é majoritário na sociedade brasileira, o projeto demonstra a intenção de provocar os defensores dos direitos das minorias", continuou o prefeito em suas razões para o veto. "Além disso, ao escolher o dia de Natal para tanto, a iniciativa beira a blasfêmia." ●

Eufrázio

PREVISÃO DO TEMPO
Para São Paulo - Capital
Baseada na geocoordenada da Praça da Bandeira | Última Atualização: 28/03


0% HOJE: MANHÃ 22°


40% HOJE: TARDE 28°


35% HOJE: NOITE 22°

VOLUME DE CHUVA 4MM | UMIDADE RELATIVA 65 a 100%

AMANHÃ	DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA
20°/28°	20°/27°	20°/28°	21°/27°

SOL: NASCENTE: 6h10 · POENTE: 18h10

LUA MINGUANTE

MINGUANTE	22/03	08:29
NOVA	29/03	07:57
CRESCENTE	04/04	23:14
CHEIA	12/04	21:22

Regiões do Estado de SP





Capitais	CHOVE?	VEL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
ARACAJÚ	21%	0mm	26°C/31°C
BELÉM	65%	15mm	24°C/31°C
BELO HORIZONTE	65%	6mm	20°C/27°C
BOA VISTA	30%	1mm	25°C/33°C
BRASÍLIA	80%	10mm	18°C/24°C
CAMPO GRANDE	60%	11mm	22°C/30°C
CUIABÁ	50%	5mm	25°C/32°C
CURITIBA	60%	6mm	17°C/27°C
FLORIANÓPOLIS	50%	15mm	22°C/28°C
FORTALEZA	50%	8mm	27°C/30°C
GOIÂNIA	50%	8mm	20°C/29°C
JOÃO PESSOA	50%	10mm	24°C/31°C
MACAPÁ	31%	10mm	24°C/29°C

Capitais	CHOVE?	VEL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
MACEIÓ	40%	5mm	24°C/30°C
MANAUS	75%	9mm	24°C/30°C
NATAL	60%	4mm	26°C/30°C
PALMAS	70%	10mm	23°C/30°C
PORTO ALEGRE	50%	4mm	22°C/28°C
PORTO VELHO	61%	8mm	24°C/30°C
RECIFE	60%	11mm	26°C/30°C
RIO BRANCO	61%	8mm	24°C/30°C
RIO DE JANEIRO	10%	0mm	24°C/29°C
SALVADOR	15%	0mm	27°C/32°C
SÃO LUÍS	75%	17mm	27°C/29°C
TERESINA	51%	17mm	26°C/31°C
VITÓRIA	60%	11mm	27°C/31°C

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.		FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0h	17°C/30°C	LOS ANGELES	5h	12°C/18°C
ATENAS	+1h	14°C/18°C	MADRI	+4h	4°C/18°C
BARCELONA	+4h	10°C/20°C	MIAMI	1h	22°C/24°C
BERLIM	+4h	6°C/18°C	MONTEVIDÉU	0h	17°C/24°C
BRUXELAS	+4h	7°C/17°C	MOSCOU	+6h	4°C/10°C
BUENOS AIRES	0h	20°C/24°C	NOVA YORK	1h	6°C/10°C
CARACAS	1h	21°C/30°C	PARIS	+4h	7°C/16°C
CIDADE DO MÉXICO	3h	13°C/25°C	ROMA	+4h	10°C/21°C
ESTOCOLMO	+4h	5°C/16°C	SANTIAGO	0h	10°C/22°C
GENEBRA	+4h	4°C/18°C	SYDNEY	+14h	20°C/27°C
JOANESBURGO	+5h	15°C/27°C	TEL AVIV	+5h	20°C/27°C
LIMA	3h	21°C/25°C	TÓQUIO	+12h	8°C/16°C
LISBOA	+3h	10°C/22°C	TORONTO	1h	6°C/16°C
LONDRES	+3h	6°C/16°C	WASHINGTON	1h	8°C/18°C

Ambiente

Boias serão usadas para conter aguapés no Tietê, na região de Barra Bonita

Barreira flutuante terá 2 km; planta aquática prolifera no calor e prejudica turismo e pesca, além de pôr saúde em risco

JOSÉ MARIA TOMAZELA

GT MACRÓFITAS/DIVULGAÇÃO


Barreira será instalada perto da eclusa da usina de Barra Bonita

O governo de São Paulo instalará uma barreira com boias para conter os aguapés que ameaçam fechar o Rio Tietê, na região de Barra Bonita, no interior. O problema afeta o turismo, prejudica a pesca e põe em risco a fauna aquática e a saúde. No início do mês, barcos de turismo encalharam nos tapetes de plantas. Em Anhembi, no Médio Tietê, pescadores cortam os aguapés com foices para passar com os barcos.

A barreira flutuante, com cerca de 2 km, será instalada na montante da barragem da Usina Hidrelétrica de Barra Bonita, perto da eclusa. As boias serão ancoradas para evitar o deslocamento da barreira. Após a instalação, uma equipe embarcada no canal vai retirar o aguapé que eventualmente passar pela contenção.

A barreira com boias integra uma série de medidas da Secretaria do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) para combater a eutrofização – poluição por excesso de nutrientes que fazem proliferar algas e plantas aquáticas – do Tietê. Segundo Cristiano Kenji Iwai, subsecretário de Recursos Hídricos e Saneamento Básico da Semil, as boias devem ser instaladas em 120 dias, ou talvez antes. Até a instalação, será feito o manejo das plantas aquáticas que ocupam área equivalente a 20 campos de futebol. Segundo Iwai, no último fim de semana houve ações para desobstruir a via de navegação, com o apoio do Departamento Hidroviário.

Também está sendo criado um grupo de fiscalização integrada que passará a atuar nas bacias hidrográficas do Tietê, identificando os lançamentos de poluentes e as fontes poluidoras. O grupo terá representantes de secretarias estaduais, da Companhia Ambiental do Estado (Cetesb), da Polícia Ambiental e das prefeituras cortadas pelo rio.

A Cetesb fará ainda a instalação de sonda de monitoramento da qualidade da água à jusante da barragem. Outra estação será instalada no reservatório de Promissão, também afetado pelos aguapés. A proliferação de algas e macrófitas, como aguapés, é agravada pelo aumento das temperaturas médias desde o ano passado.

O plano de controle foi apresentado pela Semil no Fórum de Integração das Ações de Recuperação do Rio Tietê na terça, em São Paulo. Segundo a pasta, as principais fontes poluidoras podem ser derramamento de esgoto irregular, resíduos industriais e agrícolas. O plano prevê articulação com produtores rurais e entidades do agronegócio para melhorar as práticas agrícolas e diminuir o escoamento de fertilizantes e resíduos de lavouras para o rio.

Consequências
Barcos de turismo já ficaram encalhados, e pescador tem de cortar aguapé com foice

A Auren Energia, que opera a hidrelétrica de Barra Bonita, informa que, desde o fim de semana, implementa um conjunto de medidas para viabilizar a manutenção da navegabilidade na eclusa da usina de Barra Bonita, considerando o pedido de apoio da secretaria. Entre as ações, a empresa intensificou o escoamento gradativo e controlado da água pelas comportas. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Problemas com o fornecimento de água

Reclamação de Maurício Lima: "Gostaria de reclamar sobre o abastecimento da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) na cidade de São Paulo. Todos os dias falta água na minha casa que fica na Rua João Gomes Júnior, Jardim Bonfiglioli. Quando volta a água, é um fio de água sem pressão."

Resposta: "A Sabesp informa que enviou uma equipe técnica ao local e foi constatado que o abastecimento está regularizado." ●


Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

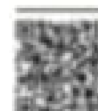
HÁ 150 ANOS

O jornal não circulou

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA


Para ver os resultados, aponte a câmera do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena**.

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2131 / (11) 3855-3523 / WHATSAPP (11) 91123-8351 ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone

É com imenso pesar que comunicamos o falecimento, na data de 27/03/2025, do Senhor

† **Eduardo Américo de Athayde Vasone,**

aos 90 anos. Presidente do Grupo Arfrio S/A Armazéns Gerais Frigoríficos.

O Senhor Eduardo Vasone foi uma figura de grande importância no setor da cadeia do frio. Iniciou sua trajetória no ARFRIO em 1953 no bairro da Mooca, na capital paulista, onde foi construído o primeiro armazém frigorífico do Brasil. Sua visão e dedicação contribuíram significativamente para o desenvolvimento deste setor vital para a economia e logística do país.

Eduardo Vasone deixa a esposa, Senhora Rosa Maria dos Santos Vasone, quatro filhos, seis netos e quatro bisnetos, que continuarão a honrar seu legado e convidam para a missa do 7º dia celebrada dia 02/04/2025 na Paróquia São José, Rua Dinamarca, 32 - Jardim Europa, São Paulo.

Vera Guimarães Dias - Dia 22, aos 97 anos. Era viúva de José Sálvio Dias. Deixa os filhos Maria Cristina, José Roberto, Luiz Eduardo, Alípio Luís, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério São Paulo.

MISSAS

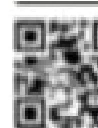
Thereza Christina Pereira Lima Rappa - Dia 31, às 17 horas, na Igreja do Perpétuo Socorro, na Pça. Honório Líbero, 90, Jardim Paulistano (7º dia).

Como acionar o serviço funerário na cidade de São Paulo:

Na capital paulista, toda a prestação dos serviços cemiteriais é feita somente por meio de quatro concessionárias autorizadas: **Consolare**, **Cortel**, **Maya** e **Velar SP**, de acordo com a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo (SP-Regula). Não há funerárias particulares.

O município pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário pelo telefone 156 ou pelo Portal 156 (sp156.prefeitura.sp.gov.br/portal).

Site das concessionárias
Consolare:
https://consolare.com.br
Cortel SP:
https://www.cortelsp.com.br
Grupo Maya:
https://grupomaya.com.br/
Velar:
https://velarspfuneraria.com.br/


NA WEB
O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário neste link **https://www.prefeitura.sp.gov.br**

Eufrázio

Campeonato Paulista

Hugo Souza vira herói e Corinthians celebra o título

Goleiro pega pênalti no 2º tempo, Alvinegro segura o empate sem gols com o Palmeiras e é campeão


Hugo Souza vibra com a defesa do pênalti cobrado por Raphael Veiga

RODRIGO SAMPAIO

O Corinthians é o grande campeão do Paulistão de 2025. Após vencer o Palmeiras por 1 a 0 no Allianz Parque na partida de ida, o time do Parque São Jorge empatou sem gols com o rival ontem, e voltou a erguer um troféu após seis anos, em noite de público recorde na Neo Química Arena. Jogando com um a menos por quase 30 minutos, a equipe viu o goleiro Hugo Souza sair como o herói da partida, defendendo pênalti de Raphael Veiga no segundo tempo.

Com a taça conquistada em casa, o Corinthians chega ao 31º título de sua história e amplia vantagem como o maior campeão estadual. Alvinegro comemora até domingo, quando entra em campo para a sua estreia no Brasileirão, contra o Bahia, em Salvador, às 20h.

O Palmeiras, por sua vez, perde a chance de conquistar o tetracampeonato consecutivo e volta as atenções para as demais competições da temporada. No domingo, o time alviverde mede forças com o Botafogo, no Allianz Parque, às 16h.

A torcida corintiana fez uma grande festa antes de a bola rolar e, apesar de o time alvinegro ter a vantagem do empate, ficou difícil não ir para cima do Palmeiras. Trabalhando bem a bola desde a defesa, os donos da casa buscaram ocupar o lado esquerdo do ataque e dificultou a articulação de jogadas do rival com marcação cerrada no setor de meio-campo.

O Palmeiras foi obrigado a apostar em lançamentos longos para a correria de Vitor Roque, solução pouco eficaz diante da imposição física dos zagueiros Gustavo Henrique e Félix Torres. André Carrillo, que há dois dias esteve em campo com a seleção do Peru nas Eliminatórias, até poderia estar cansado, mas demonstrou disposição para caçar os adversários e levar o time a frente.

O técnico Abel Ferreira optou por escalar Aníbal Moreno na vaga de Richard Ríos, que ficou no banco após atuar pela Colômbia na Data Fifa, mas o argentino, assim como Emiliano Martínez, acabaram ficando mais restritos à marcação, encostando pouco em Raphael Veiga para ajudar na criação. Estêvão até tentou se deslocar para o meio para tentar dar alguma dinâmica para o time palmeirense, mas eficácia.

Marcando muito forte, sem hesitar em fazer faltas, o Corinthians teve a melhor chance da etapa inicial. Rodrigo Garro acertou a trave em chute da entrada da após Memphis Depay se desvencilhar de dois marcadores com habilidade.

SEGUNDO TEMPO. Sem condições de negociar o empate, o Palmeiras voltou para o segundo tempo sem alterações, mas adotou uma estratégia diferente, adiantando bastante a linha de defesa. A ideia foi dar mais liberdade para os laterais Mayke e Piquerez, deixando o volante Emiliano Martínez quase como um terceiro zagueiro. A mudança tática colocou a equipe de Abel Ferreira no campo adversário, rodeando a área rival. Por outro lado, ficou a mercê dos contragolpes do Corinthians.

O time alvinegro foi empurrado para a defesa, e até teve relativa dificuldade para neutralizar as chegadas do rival pelos lados. Contudo, manteve a solidez no miolo de zaga, dando pouquíssimas chances ao Palmeiras de finalizar contra a meta corintiana.

Aos 23 minutos, Vitor Roque finalmente recebeu uma bola em infiltração, e sofreu falta por trás de Félix Torres na entrada da área. O árbitro Matheus Delgado Candançan, de 26 anos, marcou pênalti, gerando revolta das duas equipes. O Palmeiras queria o segundo amarelo para o zagueiro, enquanto os corintianos pediam a revisão no VAR porque a falta supostamente teria sido fora da área. Após cinco minutos de paralisação, e com Abel Ferreira expulso, Raphael Veiga foi para a batida e Hugo Souza voou no canto direito para evitar o gol palmeirense.

Minutos depois após o pênalti, aos 35, a partida novamente ficou tensa após Félix Torres levar o segundo amarelo e ser

FINALÍSSIMA DO PAULISTÃO

CORINTHIANS	PALMEIRAS
0	0

CORINTHIANS: Hugo Souza; Matheuzinho, Félix Torres, Gustavo Henrique e Angileri; Raniele, José Martínez, André Carrillo (Ryan) e Rodrigo Garro (André Ramalho); Memphis Depay e Yuri Alberto (Romero). **Técnico**: Ramón Díaz.
PALMEIRAS: Weverton; Mayke (Flaco López), Murilo, Micael e Piquerez (Thalys); Aníbal Moreno (Naves), Emiliano Martínez (Richard Ríos) e Raphael Veiga (Felipe Anderson); Estêvão, Facundo Torres e Vitor Roque.
Técnico: Abel Ferreira.
Árbitro: Matheus D. Candançan.
Amarelos: Angileri, Yuri Alberto, Mayke, Emiliano Martínez, Facundo Torres e Weverton.
Vermelhos: Félix Torres, Martínez, Abel Ferreira e Marcelo Lomba.
Público: 48.932 (R$ 4.638.125,50).
Local: Neo Química Arena.

Clube fatura quase R$ 50 milhões com título do Paulista

FABIO TARNAPOLSKY

Vencer o Campeonato Paulista de 2025 ontem não representou somente a conquista do 31º estadual do Corinthians em sua história, como também uma premiação milionária, no mesmo patamar das competições nacionais. O clube alvinegro receberá R$ 5 milhões ao triunfar na final e, somando com os R$ 44 milhões de cota de participação, encerra o torneio com uma fatura de R$ 49 milhões.

A equipe de Ramón Díaz não será a única a sair com dinheiro na mão, no entanto. Mesmo com o vice-campeonato, o Palmeiras totalizou uma premiação de R$ 45,65 milhões, ganhando R$ 1,65 milhão pela presença na decisão e os mesmos R$ 44 milhões do rival. Essa quantia foi distribuída a todos os quatro grandes do estado, incluindo São Paulo e Santos, que caíram nas semifinais.

Por ter tido melhor pontuação na primeira fase e, consequentemente, melhor campanha no geral, o time tricolor terminou o Paulista em terceiro lugar e faturou mais R$ 1,08 milhão além da cota de participação. O clube alvinegro, por sua vez, recebe R$ 850 mil por chegar em quarto. As demais equipes que não foram rebaixadas - do quinto ao 14º faturam valores que variam de R$ 500 mil a R$ 100 mil.


Angeleri, do Corinthians, disputa a bola com Estêvão, do Palmeiras

O Corinthians garantiu o título do Paulista após vencer o primeiro jogo da decisão, no Allianz Parque, por 1 a 0, e empatar na volta na Neo Química Arena em 0 a 0. O goleiro Hugo Souza foi o grande personagem da final ao defender uma cobrança de pênaltis de Raphael Veiga no segundo tempo,

FOTOS:ALEX SILVA/ESTADÃO

expulso. O lance mudou totalmente a configuração da partida, e o Corinthians se limitou a ficar na defesa. Nos minutos finais, o time alvinegro buscou

Maior campeão
O Corinthians chegou ontem ao 31º título do Campeonato Paulista; é o time com mais taças

gastar tempo próximo à linha de fundo e o tempo fechou depois de Depay fazer uma graça e receber falta.

O jogo foi paralisado e a torcida aproveitou para fazer festa com fogos e sinalizadores. Após revisão no VAR, José Martínez e Marcelo Lomba, ambos fora do jogo no momento, foram expulsos. O árbitro, que já tinha dado sete de acréscimos, deu mais dez minutos. Na sequência, Yuri Alberto perdeu grande chance parando em Weverton. O Palmeiras praticamente não teve chance de tentar algo por causa do excesso de fumaça causado pela pirotecnia e o árbitro encerrou a partida – os torcedores, enfim, puderam gritar "é campeão". ●

Yuri Alberto sobe de cotação e entra na galeria de ídolos da torcida alvinegra



Yuri Alberto superou fases difíceis e foi recompensado com o título

BRUNO ACCORSI

Yuri Alberto chegou a virar piada nas redes sociais quando viveu seus piores momentos no Corinthians. Gols perdidos, erros de domínio, dificuldade para fazer o pivô. O jogador de 24 anos não se encontrava. Depois que parou de jogar de costas para o gol e passou a formar uma dupla de ataque com Memphis Depay sob o comando de Ramón Díaz, retomou a confiança e se tornou protagonista. Na conquista do Paulistão, foi fundamental. No primeiro jogo, fez o gol do título.

O choro na beira do campo após ser substituído no jogo de ontem é o reflexo do alívio que Yuri sentiu ao finalmente ser campeão pelo Corinthians. Até chegar ao ápice de erguer uma taça com triunfo sobre o maior rival, o Palmeiras, Yuri passou por altos e baixos no Alvinegro. A história começou bem. Ele chegou no meio de 2022, vindo por empréstimo do Zenit, e terminou o ano com 11 gols em 28 jogos.

As boas atuações fizeram a diretoria comprar o atacante do clube da Rússia, em negociação que gerou desconfiança na época. Para concretizar o negócio e assinar com Yuri até 2027, a diretoria, então comandada por Duílio Monteiro Alves, cedeu o promissor zagueiro Robert Renan e o volante Du Queiroz ao Zenit, além de dar aos russos a preferência na compra da promessa Pedro.

Em 2023, sua primeira temporada completa pelo clube, Yuri Alberto teve de lidar com muitas críticas, pois não conseguiu mostrar o futebol esperado. Participou de 24 gols, com 15 bolas na rede e nove assistências em 64 jogos, mas os gols perdidos foram mais lembrados ao fim da temporada.

O atacante começou 2024 questionado pela torcida e sendo chamado de "burro" pelo então treinador Mano Menezes, em episódio que o incomodou bastante. Viveu um jejum de dez jogos sem marcar: "Foram momentos difíceis que passei, de muita perseguição e humilhação", comentou.

REDENÇÃO. Yuri superou a má fase, mas o caminho foi árduo. No Brasileirão passado, por exemplo, o Corinthians brigou para não cair por boa parte do campeonato, até iniciar uma reação incrível na reta final. Com grande contribuição de Yuri, ajudado pela mudança de posição e a chegada de reforços como Memphis Depay e André Carrillo.

O apoio psicológico teve papel importante para Yuri lidar com a falta de confiança. Sob os cuidados da psicóloga Rosana Costa, melhorou em campo e passou a falar bastante sobre a importância de atletas cuidarem da saúde mental, tema que é historicamente negligenciado no meio do futebol.

"Essas grandes conquistas emocionais dos atletas favorecem para mudar esse cenário, mas a gente precisa de mais atletas falando, mais atletas se transformando emocionalmente e levantando a bandeira para vencer o preconceito", disse Rosana Costa em entrevista recente ao **Estadão**.

Yuri Alberto encerrou 2024 como artilheiro do Brasil, com 31 gols em 57 jogos, além de sete assistências, e manteve a boa fase em 2025. Decisivo, marcou em clássicos com Santos e Palmeiras, este, seu gol mais importante. ●

Artilheiros
Yuri Alberto fez 5 gols no Paulistão e foi o goleador do Corinthians, junto com Talles Magno

impedindo o gol que levaria a definição do estadual para a disputa de penalidades máximas.

Brasileirão
Corinthians estreia no domingo às 21h contra o Bahia, na Arena Fonte Nova

A conquista do Paulista de 2025 não representa somente um ganho financeiro para o clube, como também a quebra de um incômodo jejum: desde 2019, o time alvinegro não sabia o que era levantar o troféu do estadual mais disputado do País. Junto a isso, serve como motivação para remontada após uma precoce eliminação na fase prévia da Libertadores, animando o elenco para a disputa do Campeonato Brasileiro e Copa Sul-Americana.

O Palmeiras, por sua vez, perdeu a chance de se tornar o primeiro tetracampeão consecutivo da história da competição após a conquista do hoje extinto Paulistano entre 1916 e 1919, ainda na fase amadora do futebol. A equipe de Abel Ferreira havia vencido o Estadual em 2022, batendo o São Paulo, em 2023, superando o Água Santa, e em 2024, quando ganhou do Santos. ●

'Paredão', goleiro entra para a história do time

Hugo Souza apareceu quando o Corinthians mais precisou dele ontem e defendeu o pênalti cobrado por Raphael Veiga. Um lance decisivo para o clássico com o Palmeiras terminar 0 a 0 e garantir o título paulista. O goleiro chegou à incrível marca recorde de sete pênaltis defendidos em apenas nove meses de clube e também é um dos heróis da conquista.

Ele já tinha impedido um gol do rival da mesma maneira já no Estadual deste ano, quando pegou uma cobrança de Estevão em jogo válido pela sétima rodada. Curiosamente, o Corinthians também teve um expulso naquela partida, assim como Félix Torres foi punido com o cartão vermelho ontem.

O número representa um recorde pessoal para ele. Somente pelo Corinthians, ele defendeu mais pênaltis do que nas suas passagens por Flamengo, onde foi revelado, e Chaves, de Portugal. Pelos dois clubes, superou o batedor adversário em seis oportunidades.

"Sou muito grato a tudo o tudo o que aconteceu na minha vida. É hora de comemorar, esse clube merece, essa equipe merece", disse o goleiro.

O título de 2025 representa muita coisa para o time alvinegro: primeiro, o fim de um jejum que já durava seis anos sem a conquista do Campeonato Paulista; segundo, uma premiação de quase R$ 50 milhões, somando a cota de participação mais a premiação pelo título; e por último, a recuperação no começo de temporada após a precoce eliminação na Libertadores para o Barcelona, que anima a equipe para o Campeonato Brasileiro e Copa Sul-Americana. ●

Discriminação

Com Ronaldo como líder, Conmebol cria força-tarefa para combater o racismo

Ex-jogador encabeça programa que visa combater o problema e aplicar medidas que vão além de multas e sanções financeiras

LUQUE, PARAGUAI


DANIEL DUARTE / AFP

Alejandro Domínguez, presidente da Conmebol, fala durante o evento; Ronaldo Fenômeno esteve na mesa e vai comandar a força-tarefa

A Conmebol anunciou ontem a criação de uma força-tarefa contra o racismo, a discriminação e a violência no futebol sul-americano, encabeçada pelo ex-jogador Ronaldo Fenômeno, pela antiga secretária-geral da Fifa, a senegalesa Fatma Samoura, e pelo presidente da FIFPro, o argentino Sergio Marchi. O grupo foi formado após uma reunião realizada na sede da entidade, em Luque, no Paraguai, que teve a participação de representantes das federações nacionais, ex-jogadores e integrantes de governos de vários países do continente.

O presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues, participou do encontro por vídeo. O governo brasileiro foi representado pelo chefe de gabinete do Ministério da Igualdade Racial, Luiz Barros, e pelo presidente da Autoridade Pública do Futebol (Apfut) no Ministério do Esporte, o ex-atacante Washington.

A equipe será expandida no futuro com outros nomes do continente, aliados a especialistas jurídicos, com o objetivo de implementar estratégias para combater o racismo e outras formas de preconceito no futebol sul-americano.

Na reunião, foram apresentados protocolos e regulamentos vigentes contra o racismo, bem como exemplos concretos de aplicações de multas nos últimos anos. As punições sugeridas pela Conmebol vão de banimento de estádios a programas educacionais.

Não foram especificadas quais serão as funções de Ronaldo – que recentemente desistiu de se candidatar à presidência da CBF – na força-tarefa, mas algumas das futuras ações foram adiantadas pela Conmebol. Uma delas será a criação de listas de indivíduos proibidos de entrar nos estádios. Quem for identificado em atos de racismo não poderá frequentar qualquer torneio na América do Sul e outras competições a nível mundial.

Os jogadores, árbitros, clubes e torcedores receberão programas educacionais, com o objetivo de promover a conscientização e prevenção desse tipo de crime. A confederação não detalhou como será feita essa implementação.

A Conmebol discutiu a destinação dos recursos advindos das multas por casos de racismo, discriminação e violência no futebol. Esse dinheiro será destinado a projetos da entidade, que devem ser replicados aos dez países-membros.

ANTECEDENTES. A criação da força-tarefa acontece na esteira de eventos recentes de racismo. O mais marcante teve como alvo Luighi, do Palmeiras, em jogo da Libertadores Sub-20 contra o Cerro Porteño.

> ***"Vamos aplicar as mais severas punições estabelecidas em nível internacional. Não queremos debate sobre o passado, mas sim discutir o futuro. Tudo o que for dito aqui é para somar e melhorar nosso esporte"***
> **Alejandro Domingues,**
> **Presidente da Conmebol**

O clube alviverde é um dos mais engajados na busca de punições mais severas em casos da agressão. A presidente do clube, Leila Pereira, pediu a exclusão do time paraguaio de competições sul-americanas, boicotou o sorteio dos grupos da Libertadores e até sugeriu a filiação das equipes brasileiras à Concacaf, a confederação da América do Norte. O Palmeiras chegou a citar a Conmebol como "conivente" em casos de racismo, por conta das penalidades consideradas brandas, após o caso com Luighi, e enviou carta à Fifa pedindo ações mais rigorosas.

Em nota publicada em seu site oficial, em que confirma também a participação de Ronaldo no programa, a confederação afirmou aplicar as punições "mais severas estabelecidas em nível internacional, em alinhamento com a Fifa".

Ações efetivas
Jogadores, árbitros, clubes e torcedores receberão programas educacionais para conscientização

Alejandro Domínguez, presidente da Conmebol que foi alvo de críticas após falar que a Libertadores sem os clubes brasileiros seria como "Tarzan sem a Chita", pediu "união". "Não queremos um debate sobre o passado, mas sim discutir o futuro. Tudo o que for dito aqui é para somar e melhorar nosso esporte", disse.●

Seleção brasileira

CBF prioriza Ancelotti e Jesus é alternativa

RICARDO MAGATTI
MARCEL RIZZO

Carlo Ancelotti continua sendo o preferido de Ednaldo Rodrigues para comandar a seleção brasileira. Dorival Júnior balança no cargo, terá reunião hoje com o presidente da CBF e é improvável que continue. Contratar o técnico do Real Madrid é o grande desejo do dirigente, que ouviu negativa do italiano no ano passado, mas irá tentar outra vez.

Ocorre que não é tão fácil tirar Ancelotti do Real Madrid, com o qual tem contrato até julho de 2026, neste momento. Existe boas chances de que ele deixe o clube em julho deste ano, depois do Super Mundial de Clubes, independentemente do convite da seleção brasileira. Antes disso, não.


JOSE JORDAN / AFP

O italiano Carlo Ancelotti, treinador do Real Madrid

Se a CBF topar esperá-lo, cresce a possibilidade de Ancelotti assumir a seleção brasileira. Nas últimas semanas, Ednaldo esteve em reuniões diárias para montar a chapa de sua reeleição, e futura diretoria, e o nome que mais ouviu foi o de Filipe Luís, do Flamengo. O jovem treinador agrada o presidente da CBF, mas o clube carioca não facilitará a saída. E o ex-lateral também analisa se seria o momento ideal de assumir tamanho desafio.

Nesse cenário de incertezas surge o nome de Jorge Jesus, técnico português com vitoriosa e ligeira passagem pelo Flamengo em 2019. Seu nome, a princípio, não empolga tanto Ednaldo como os outros, mas é uma alternativa consideravelmente mais viável porque, por parte de Jesus, existe confessa vontade de treinar a seleção brasileira. "A seleção brasileira é diferente, é uma ambição, não nego", admitiu ele em entrevista recente ao jornal português *A Bola*.

Jesus tem contrato com o Al-Hilal até julho deste ano. Não seria problema para ele antecipar o fim de seu vínculo e deixar a equipe saudita antes do Mundial, negociando o pagamento da multa, que é regressiva.

Também ajuda o treinador português o fato de conhecer o futebol e a cultura do Brasil, com experiência bem-sucedida no Flamengo, campeão da Libertadores e do Brasileirão em 2019.●

Tênis

João Fonseca é confirmado no Masters de Madri

Brasileiro vai entrar na chave principal do torneio espanhol, que marcará sua volta ao circuito após período curto de férias

João Fonseca deve voltar aos treinos já na próxima semana, mas as "férias" das competições devem durar ao menos mais 20 dias. O principal tenista do Brasil está confirmado para o Masters 1000 de Madrid, no que deve ser seu torneio de retorno ao circuito, já na gira do saibro. A competição começa no dia 21 de abril.

Ontem, a organização do Masters madrilenho divulgou a lista com 79 tenistas que irão participar, com o nome do brasileiro entre eles. Outra novidade será a presença do ex-líder do ranking, o sérvio Novak Djokovic, ausente nas duas últimas edições. Número 1 do mundo, o italiano Jannik Sinner ainda estará cumprindo suspensão de três meses por doping e está fora.

DESCANSO. Logo após perder batalha em três sets para o australiano Alex De Minaur, na última segunda-feira, pela terceira rodada do Masters 1000 de Miami, o agora 59º do mundo admitiu que sairia alguns dias de férias. Ele queria relaxar a mente e descansar após duras batalhas, em Miami e também no torneio anterior, em Indian Wells. Os jogos nos dois torneios dos Estados Unidos foram disputados em quadra dura. Nos seus planos, já estava voltar às quadras em Madri.

Com a confirmação de ontem, João Fonseca não terá necessidade de passar pelo qualificatório. O carioca, contudo, ainda não definiu os próximos passos depois de Madri. Ele vai conversar com sua equipe para definir melhor como será esse novo ciclo na temporada, agora basicamente no saibro.

Há competições interessantes antes de Madri, como o Masters 1000 de Montecarlo ou os ATP 500 de Munique e Barcelona. Porém, o brasileiro não se inscreveu em nenhuma delas. Apenas uma mudança de planos com sua comissão técnica o faria antecipar um retorno.

Calendário
O Masters 1000 de Madri começa no dia 21 de abril e a final está marcada para o dia 4 de maio

João Fonseca teria, depois, o Masters de Roma antes do tradicional torneio de Roland Garros, ambos em maio. A ideia é chegar melhor fisicamente para brigar por igual com os gigantes do ranking.

Diante de Minaur, João Fonseca acusou o desgaste e levou a virada após cair de rendimento. Ele começou a temporada em dezembro do ano passado, mas vinha jogando regularmente desde outubro e antes da pausa disputou 28 partidas.

EM MIAMI. Aryna Sabalenka é a primeira finalista do WTA 1000 de Miami. Para avançar à inédita decisão da competição, a número 1 do mundo precisou de apenas 1h12 de jogo diante da italiana Jasmine Paolini. Com enorme agressividade, fez um duplo 6/2 com tranquilidade.

É a 12ª final de Sabalenka em um torneio WTA 1000, das quais ergueu o troféu em sete oportunidades. E a segunda seguida, já que foi batida pela russa Mirra Andreeva há duas semanas, em Indian Wells.●

LEILÃO EXCLUSIVO DE FINANCEIRAS

28/03 ÀS 14H | SOMENTE ONLINE | É HOJE!









ESTAS E OUTRAS OPORTUNIDADES IMPERDÍVEIS!

ATENÇÃO
COM POSSIBILIDADE DE FINANCIAMENTO

B Capital



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192

O MELHOR DA TV

TÊNIS
● **ATP 1000 de Miami**
Semifinais
16h e 20h / ESPN 2

FUTEBOL
● **Brasileirão Sub-20**
Flamengo x Vasco
16h / SporTV
● **Camp. Inglês 2ª Divisão**
Sheffiled x Coventry City
17h / ESPN 3
● **Sul-Americano Sub-17**
Brasil x Uruguai
20h30 / SporTV

VÔLEI
● **Superliga Feminina**
Quartas de Final - Jogo 1
Sesi-Bauru x Fluminense
18h / SporTV 2
Minas x Paulistano Barueri
20h40 / SporTV 2

BEISEBOL
● **MLB**
Boston Red Sox x Texas Rangers
21h / ESPN 4

HÓQUEI NO GELO
● **NHL**
New York Rangers x Anaheim Ducks
23h / ESPN 2

Engano

Torcida argentina pega no pé do Rafinha errado

Ex-meia de Cruzeiro e Coritiba tem rede social invadida por hermanos que querem xingar ou ironizar Raphinha

RAFINHA_MEIA7 VIA INSTAGRAM



RAFAEL RIBEIRO/CBF-23/3/2025



Rafinha, ex-jogador, foi confundido com Raphinha pelos argentinos

INGRID GONZAGA

A declaração do atacante Raphinha ao canal do ex-jogador Romário no YouTube antes da partida de terça-feira entre Brasil e Argentina, na qual a seleção foi goleada por 4 a 1, continua repercutindo. E criando problemas até para quem nada tem a ver com o assunto. O jogador do Barcelona não é o único que tem sofrido as consequências pelos comentários feitos. Seu xará, o ex-jogador Rafinha, que teve passagens por Cruzeiro e Coritiba, entre outros clubes, compartilhou na quarta-feira as mensagens que está recebendo de argentinos que confundem seu perfil nas redes sociais com o do responsável pela polêmica.

O ex-meia mostrou, por meio dos seus stories no Instagram, uma captura de tela que exibe algumas das várias provocações que torcedores argentinos enviaram para ele. "Aí não, né. Os argentinos tudo me xingando depois da merda que você falou", escreveu Rafinha, mencionando o atleta com quem compartilha o nome, embora com grafias diferentes, o que não foi notado pelos hermanos raivosos com a declaração dada a Romário.

Na ocasião, a ser questionado pelo ex-jogador e atual senador sobre se daria "porrada" no maior rival, numa referência ao jogo entre Brasil e Argentina, Raphinha respondeu: "Porrada neles. Sem dúvida. Porrada neles. No campo e fora do campo, se tiver que ser."

A declaração causou irritação e indignação entre os argentinos. O técnico Lionel Scaloni, da seleção rival, a usou para motivar seus jogadores, embora publicamente tenha adotado tom ponderado e minimizado a fala de Raphinha.

'PAGANDO O PATO'. A partida aconteceu, o Brasil foi goleado, Raphinha foi alvo de reações irônicas nos argentinos. Mas seu homônimo também acabou "pagando o pato". Além das menções em outros stories, o Rafinha, com efe, recebeu mensagens como "4 a 1, Rafinha, o que aconteceu? É muitoblá blá blá".

Em um outro vídeo, Rafinha mostrou dezenas de conversas não lidas em suas redes. "Eu vou começar a falar para os árabes mandarem mensagem pros argentinos, porque os árabes são mais pesados que os argentinos", brincou o ex-jogador.

Os comentários se dividem entre argentinos confusos e brasileiros que riem da situação. "O que aconteceu, amiguinho, está triste?", ironizou um torcedor, em espanhol. "Os argentinos achando que ele é o Raphinha do Barcelona", comentou um brasileiro.

Além de Cruzeiro e Coritiba, Rafinha, hoje com 41 anos, também teve passagens por São Paulo, Portuguesa, Goiás e Al-Shabab. Em sua carreira, conquistou dois Campeonatos Mineiros, duas Copas do Brasil, um Campeonato Goiano, quatro Paranaenses, uma Série B do Brasileirão, uma Copa do Rei e uma Super Copa Saudita. Apesar disso, nunca jogou pela seleção brasileira. ●

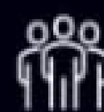
JBS
APRESENTA
prêmio paladar
ESTADÃO



AGOSTO 2025

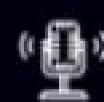
O portal referência em **GASTRONOMIA**, **RECEITAS** e **NOTÍCIAS** elege os melhores **BARES** e **RESTAURANTES** de São Paulo.

E mais
HONRA AO MÉRITO
História, criatividade e talentos que impulsionam o setor na cidade.


MARATONA SOCIAL


HUB DIGITAL


GUIA GASTRONÔMICO


QUADRO NA RÁDIO ELDORADO

Realização:
ESTADÃO 150
paladar 20 ANOS

Parceria:
ESTADÃO BLUE STUDIO
FIA BUSINESS SCHOOL

Conecte a sua **marca** a um **público** altamente **qualificado** que valoriza a **excelência** em **produtos** e **serviços**.

Escreva para **publicacoes@estadao.com**

MILAN LEILÕES
41 ANOS
Soluções para:
• Industrias
• Bancos
• Seguradoras
info@milanleiloes.com.br

INCLUI CLASSIFICADOS
ECONOMIA & NEGÓCIOS
E&N
SEXTA-FEIRA, 28 DE MARÇO DE 2025 O ESTADO DE S. PAULO





DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B40)

Indicadores Custo de vida

Inflação desacelera, mas preços de alimentos seguem em alta

Depois de variar 1,23% em fevereiro, prévia do IPCA-15 fica em 0,64% neste mês, puxada pelos grupos Alimentação e Transportes; ovos de galinha sobem 19,4%

RIO
SÃO PAULO

A prévia da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) desacelerou de 1,23%, em fevereiro, para 0,64% em março, mas os preços dos alimentos continuaram a pesar no orçamento das famílias. Individualmente, produtos como ovos de galinha (com reajuste de 19,44% no período da pesquisa), tomate (12,57%) e café moído (8,53%) puxaram a lista.

Divulgado ontem pelo IBGE, o resultado fez a inflação acumulada em 12 meses acelerar pelo segundo mês consecutivo. Passou de 4,96%, em fevereiro, para 5,26% em março, ficando ainda mais distante da meta que precisa ser atingida pelo Banco Central – com centro de 3% e margem de tolerância de até 4,5%.

Também ontem, durante apresentação de relatório com avaliações sobre a economia, a direção do BC voltou a expressar preocupação com a atual dinâmica dos preços no varejo. Enquanto o presidente da autarquia, Gabriel Galípolo, se disse "incomodado" com a diferença entre a meta oficial e as projeções feitas pelo mercado, Diogo Guillen, diretor de Política Econômica, afirmou que a inflação deve estourar o teto da meta nos próximos meses (*mais informações na pág. B2*).

> **Longe da meta**
> **Índice acumulado em 12 meses passou de 4,96%, em fevereiro, para 5,26% em março**

Na semana passada, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC elevou a Selic para 14,25% e indicou novo aumento na reunião marcada para maio. A projeção majoritária no mercado é de uma alta de 0,5 ponto porcentual, mas ainda não há consenso sobre o patamar final do aperto monetário no ano, dada a incerteza sobre a inflação e fatores como o impacto das tarifas que estão sendo anunciadas pelo presidente dos EUA, Donald Trump.

"Podemos dizer que o IPCA-15, como resultado mensal visto isoladamente, foi bom. Mostrou desaceleração com relação ao mês anterior e veio abaixo do esperado pelo mercado. Entretanto, as boas notícias acabam aí", avaliou Luis Otávio Leal, economista-chefe da gestora de recursos G5 Partners, destacando que o acumulado do ano já chega a 1,99%, ante 1,46% no mesmo período do ano passado.

Pelos dados do IBGE, todos os nove grupos de produtos e serviços que integram o IPCA-15 registraram alta de preços em março, puxados por Alimentação (1,09%) e Transportes (0,92%) – respondendo por cerca de dois terços de todo o resultado. A alimentação para consumo no domicílio avançou 1,25%, ante 0,63% em fevereiro. Já a alimentação fora de casa subiu 0,66%: a refeição fora de casa aumentou 0,62%, enquanto o lanche avançou 0,68%.

Em Transportes, os combustíveis subiram 1,88%. Houve aumentos nos preços do etanol (2,17%), óleo diesel (2,77%), gás veicular (0,08%) e gasolina (1,83%). ● DANIELA AMORIM

PRESIDENTE DO BC VÊ 'INCÔMODO' COM DINÂMICA ATUAL DA INFLAÇÃO PÁG. B2

LEILÃO DE MATERIAIS + DE 130 OPORTUNIDADES


MÁQ. PURIFICADORA DE HÉLIO C/ COMPRESSOR, SECADORA


GALPÃO LONADO TOP FLEX HANGAR AERONÁUTICO


MÁQ. DE CORTE TECIDO POR RECISÃO, CPU, NETBOOK


PROJETO DE SALAS (SALA LIMPA)


MÁQUINA UNIVERSAL DE ENSAIOS (INSTRON)


GÔNDOLA DE DIRIGÍVEL COM MOTOR LYCOMING

08/04 ÀS 15H
SOMENTE ONLINE


SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.


SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Otavio Lauro Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 607



Celso Ming celso.ming@estadao.com

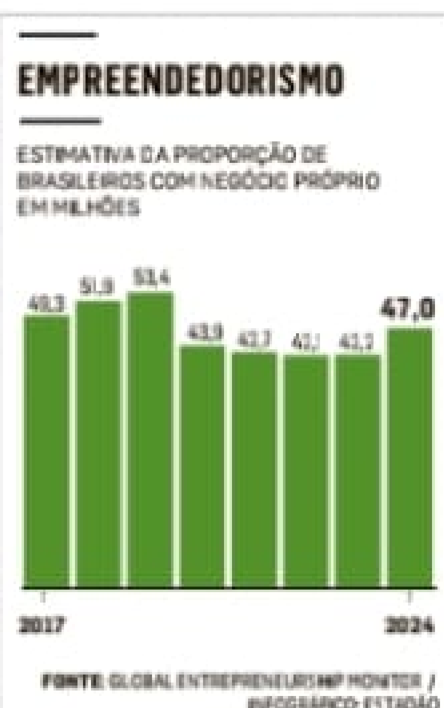
O empreendedorismo e o governo PT

O empreendedorismo no Brasil segue em fortalecimento. Nada menos que 47 milhões de brasileiros estão envolvidos (direta ou indiretamente) nesse tipo de atividade, apontam os dados do *Monitor Global de Empreendedorismo*, levantamento feito pelo Sebrae em parceria com a Associação Nacional de Estudos e Pesquisas em Empreendedorismo.

Dirigentes da Associação Paulista de Supermercados vêm reclamando que não conseguem preencher entre 30 mil e 35 mil vagas de trabalho no setor. É cada vez mais comum a recusa por trabalhos por não querer se sujeitar a horários rígidos, a bater ponto na entrada para, afinal, não conseguir subir na vida. Para o trabalhador brasileiro, é mais importante o aumento pessoal da renda e conseguir comprar seu carrinho do que desfrutar de uma estabilidade sempre sujeita à demissão: bateu nos 50, não consegue emprego. O estudo acima apontado revela que em 2024, cerca de 14,4% (1,8 milhão) de empreendedores em estágio nascente (em operação nos últimos 12 meses e remunerando sócios ou empregados), tinham então mais de 55 anos.

O empreendedor quer, como muitos vêm afirmando, se livrar da pobreza, mesmo que isso custe sua aposentadoria futura.

O mais importante fator que favorece a expansão do empreendedorismo é a crescente digitalização das atividades.



Todos os dias surgem novos aplicativos que ajudam a abrir e administrar negócios, num ambiente em que faltam opções no mercado formal de trabalho nas condições procuradas pelos interessados. A pilotagem desses aplicativos indica, também, que o empreendedor aprendeu a lidar com eles.

A principal consequência dessa transformação é a mudança de mentalidade. O trabalhador não se limita a executar ordens do seu chefe. Passa a pensar como administrador.

Volta-se à procura de oportunidades, ao melhor conhecimento do mercado e à busca de resultados. É essa visão de vida que empurra o empreendedor para o planejamento e para a busca de maior capacitação.

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, parece não gostar do empreendedorismo. Entende que se trata de uma falsa liberdade de ocupação, que mantém a situação de exploração da mão de obra e não garante os direitos mínimos do empregado com carteira assinada. Além disso, como quer ser patrão de si mesmo, o empreendedor se afasta da sindicalização, o que deixa o ministro mais nervoso, porque enfraquece o movimento sindical.

Se o PT e o governo Lula pretendem se inovar e garantir a recuperação dos índices de popularidade, não podem mais rejeitar o empreendedorismo como ocupação precária e tentar enfiar as novas relações de trabalho na CLT, velha de guerra. ●

COMENTARISTA DE ECONOMIA

Política monetária **Cenários**

Presidente do BC vê 'incômodo' com dinâmica atual da inflação

Gabriel Galípolo fala também sobre 'grau de liberdade' para definir nova Selic, sem indicação prévia para o mercado

CÍCERO COTRIM
CÉLIA FROUFE
BRASÍLIA
EDUARDO LAGUNA
SÃO PAULO

Durante a apresentação de relatório de política monetária, os dirigentes do Banco Central admitiram ontem que a inflação ficará acima do teto da meta nos próximos meses e que a desancoragem (diferença entre as projeções do mercado e a meta) das expectativas para o IPCA "incomoda" a instituição.

"As expectativas nos incomodam muito, e o nível de desancoragem de todos os demais elementos de uma inflação corrente", disse o presidente da autarquia, Gabriel Galípolo, lembrando que, além de a inflação corrente estar "rodando" acima da meta, existe uma série de adversidades no horizonte para o BC enfrentar. "É por isso que a gente não encerrou o ciclo (*de alta dos juros*)."

Já o diretor de Política Econômica do BC, Diogo Guillen, admitiu que nos próximos meses o IPCA ficará acima do teto da meta e que isso levará, obrigatoriamente, a instituição a redigir uma nova carta aberta ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, justificando o descumprimento do alvo.

"Há uma desancoragem das expectativas de inflação por um período mais prolongado, e a gente discute o que significa esse risco, a mudança de preços, reajustes de preços que podem ser mais rápidos e mais sensíveis quando você tem desancoragem das expectativas por período mais prolongado", disse Guillen.

NÚCLEOS PRESSIONADOS. Reforçando esse cenário adverso, Guillen afirmou que não apenas o IPCA acumulado em 12 meses aumentou desde dezembro, quando foi divulgado o último Relatório Trimestral de Inflação, como também os chamados núcleos do índice subiram. "Há um processo de dinâmica inflacionária rodando em níveis elevados. A diferença é pequena, se você comparar a inflação cheia e os núcleos", explicou.

Nesse ambiente, Galípolo disse que a direção do BC tem buscado entender se o atual nível da Selic, de 14,25% ao ano, é contracionista o bastante para levar a inflação para a meta. "Estamos ingressando num ambiente, num patamar de taxa de juros, que é contracionista com alguma segurança, mesmo para quem tem um nível de taxa de juros neutra mais elevado. A gente está em um processo de continuar olhando a atividade econômica a partir dessas defasagens e os outros elementos que conseguimos elencar aqui", disse o presidente do BC, na entrevista coletiva para detalhar o relatório, referindo-se ao tempo que a recente alta de três pontos porcentuais na Selic fará efeito sobre o nível de atividade da economia.

> ***"A continuidade das altas expectativas (dos analistas do mercado) nos incomoda muito. É por isso que a gente não encerrou o (atual) ciclo de alta dos juros"***
> **Gabriel Galípolo**
> **Presidente do Banco Central**

'GRAU DE LIBERDADE'. Por isso, o BC tenta reunir a maior quantidade de informações possível para que o Copom tenha confiança sobre a velocidade de convergência para a meta de inflação, acrescentou ele, ao explicar por que o colegiado não estabeleceu novos "guidances" (projeções) para a Selic para além da reunião de maio. "Querer garantir esse grau de liberdade (*sem um 'guidance'*) significa que a gente quer continuar reunindo informações para ir analisando, informações a partir de um cenário de pós-elevação da taxa de juros ao patamar que nós temos."

Sobre as medidas que vêm sendo adotadas pelo governo para estimular a economia, na contramão do esforço contracionista do BC, Galípolo repetiu que o novo consignado privado e a isenção de Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R$ 5 mil têm caráter estrutural, e não parecem "conversar" com o ciclo de aperto monetário. "A questão do Imposto de Renda não é algo que está agora, é uma promessa que fazia parte do programa de governo do presidente Lula. E também, quando eu olho para o consignado, me parece uma medida que se insere em uma lógica estrutural." Segundo ele, o BC não considerou, nas suas projeções, as medidas que foram anunciadas pelo governo para tentar conter os preços de alimentos.

Galípolo reforçou ainda que o que importa para a autoridade monetária em relação à área fiscal é como essa questão afeta os preços de ativos, como o dólar. "A gente está sempre olhando por um prisma onde a nossa opinião pessoal – ou institucional, aqui do Banco Central, especificamente – importa menos do que a percepção a partir dos agentes de mercado, do que é feito no ponto de vista do preço de ativos, e como isso está afetando efetivamente a inflação corrente, expectativas e demanda."

Com relação aos impactos do choque de tarifas promovido pelo presidente dos EUA, Donald Trump, na economia, Galípolo disse que o BC já tinha considerado em seu balanço de riscos "um pouco dos impactos do cenário internacional". Ele reconheceu, porém, que os efeitos do choque tarifário são como a materialização parcial desses riscos. ●

BC eleva para 70% possibilidade de descumprir meta de inflação

O Banco Central aumentou de 50% para 70% a probabilidade de a inflação voltar a ficar acima do teto da meta (de 4,5%) neste ano. A mudança consta do Relatório de Política Monetária (RPM), divulgado ontem. Ao mesmo tempo, as chances de o IPCA ficar abaixo do piso (de 1,5%) foi de 1% para nula.

A partir deste ano, a meta de inflação passará a ser contínua, apurada com base no IPCA acumulado em 12 meses. Se a inflação acumulada ficar acima do intervalo de tolerância por seis meses consecutivos, considera-se que o BC perdeu o alvo. O centro da meta continua em 3%, com uma margem de 1,5 ponto porcentual para mais ou para menos.

De acordo com o BC, a chance de a inflação de 2026 superar o teto da meta foi revista de 26% para 28%, enquanto que a probabilidade de ficar abaixo do piso foi mantida em 6%.

O BC projeta IPCA de 5,1%, neste ano, e de 3,9% no terceiro trimestre de 2026, horizonte relevante da política monetária.

O BC ressaltou ainda que, "embora essas probabilidades não representem a probabilidade de descumprimento da meta, funcionam ainda como uma das referências para avaliação dos riscos envolvidos nas projeções". ● C.C. e C.F. /BRASÍLIA



Elena Landau elena.landau@eusoulivres.org

O futuro a quem pertence?

O Orçamento da União foi, enfim, aprovado. Mais do mesmo. Não pude deixar de lembrar, uma vez mais, da sabedoria do meu neto: "Vovó, o passado ensina, mas o futuro (*a gente*) que decide". No PLOA, não há previsão para demandas de um futuro bem próximo, se é que ele já não chegou.

Por exemplo, no Ministério da Saúde, terceiro maior orçamento ministerial, faltam previsões para os custos decorrentes do envelhecimento da população. Por falar nisso, com a saída de Nisia Andrade, a fatia sob responsabilidade de mulheres caiu para 0,02%, apesar do discurso de diversidade.

Mas a ausência mais conspícua é a falta de recursos para mudanças climáticas, que não são mais eventos extraordinários. O MMA tem verba de R$ 42 bilhões, do total de R$ 2,2 trilhões. A agenda ambiental, que inclui 25 órgãos do governo federal, representa apenas 1,5% do Orçamento. Não faz sentido esperar que o STF ordene novos gastos não orçamentários.

E a dúvida sobre o resultado primário permanece, como sempre. Não há sinal de reformas fiscais no horizonte. A Previdência vai ser ainda mais pressionada pelo aumento da esperança de vida, sem a equivalente elevação da idade mínima. A proliferação de regimes especiais, como MEI, e a mudança nas formas de trabalho, bem diferentes dos tempos de CLT, elevarão o rombo. Uma nova reforma, que vai muito além dos militares, é urgente.

Há muitas outras observações. Continuam lá, intocáveis, os R$ 50,4 bilhões em emendas, cuja falta de transparência não permite avaliar prioridades do Legislativo. Permanecem gastos tributários justificados apenas pelo poder de lobbies, que passam ao largo das necessidades da população, como as dezenas de bilhões para a Zona Franca de Manaus. E o Congresso é capaz de querer renovar desonerações da folha e o Perse. No Brasil, subsídio tem início, mas não tem fim.

A reforma do IR corre o risco de gerar perdas, tornando ainda mais inexplicável a exclusão da elite do funcionalismo do novo tratamento para a base tributária. Passou da hora de uma reforma administrativa,

O Orçamento recém-aprovado não considera demandas de um futuro bem próximo

para gerar um Estado eficiente e reduzir a pressão sobre despesas obrigatórias. Uma privatização ampla e irrestrita ajudaria. Quanto menos estatais, menor é o capital imobilizado – e os aportes do Tesouro a empresas desnecessárias, como Ceitec e Telebras. Dívida, folha e investimentos passariam para as mãos do setor privado.

Não adianta colocar a culpa na má vontade do Congresso quando o projeto já sai fraco do Executivo. A proposta enviada só confirma que este governo não tem projeto. Quem sabe em 2027? ●

ADVOGADA E ECONOMISTA

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** e Antonio Penteado Mendonça ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Denis Gstuchko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Alvaro Gribel **(quinzenalmente)** ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** ● **SAB.** Fabio Gallo ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartsman **(revezam quinzenalmente)**; Roberto Rodrigues **(2.º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3.º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Executivo **Conselho fiscal**

Governo indica Mantega para vaga na Eletrobras

O governo indicou o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega para o conselho fiscal da Eletrobras. Além do ex-ministro, o governo indicou para o conselho de administração da empresa outros três nomes ligados a governos do PT: Nelson Hubner, ex-diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); Maurício Tolmasquim, diretor executivo de transição energética e sustentabilidade da Petrobras; e Silas Rondeau, ex-ministro de Minas e Energia. Os nomes ainda precisam ser aprovados em assembleia de acionistas, em abril.

As indicações foram feitas após a Eletrobras assinar termo de conciliação sobre limitação do poder de voto de acionistas a 10%, que virou objeto de ação judicial em tramitação no STF. Pelo acordo, o governo federal ficou com direito a três dos dez integrantes do conselho de administração da companhia e a um dos cinco representantes do conselho fiscal.

VALE. Lula já havia tentado emplacar Mantega na Vale, em 2024, mas não conseguiu devido à resistência dos acionistas privados. A ideia original do presidente era que Mantega comandasse a mineradora.

Diante das resistências, tentou negociar uma vaga para ele no conselho de administração, mas o intento também não prosperou. Na ocasião, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, chegou a sondar representantes dos acionistas para medir a rejeição ao nome de Mantega. Após o caso vir à tona, Silveira negou ter intercedido por Mantega.

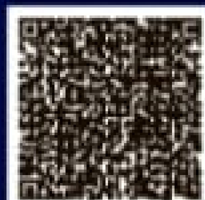
Em 2016, Mantega foi inabilitado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) a assumir cargos públicos em razão de sua participação nas "pedaladas" fiscais no segundo governo Dilma Rousseff, e que levaram a então presidente ao impeachment. Em 2023, a ação foi extinta pelo Tribunal Regional Federal. ● WILIAN MIRON/SÃO PAULO e RENAN MONTEIRO/BRASÍLIA

CAIXA Seguridade

Se o mercado financeiro já é sinônimo de segurança, imagina agora?

A Caixa acaba de realizar o Follow-on da Caixa Seguridade na B3.

O maior banco público e um dos maiores grupos de seguradoras do país deram mais um passo para democratizar o mercado de seguros, entregando acessibilidade e confiança aos consumidores e fortalecendo ainda mais seus papéis no mercado financeiro.



Quer saber mais sobre a abertura de capital de empresas e como investir em ações?
Escaneie o QR Code ou acesse www.b3.com.br/pt_br/acontece-no-mercado

CXSE
B3 LISTED NM

[B]³ Muito mais que a bolsa do Brasil

Tech & Soul

Guerra comercial **Pressão americana**

Tarifas de Trump trazem 'preocupação' ao setor de autopeças no Brasil

Alíquota atual varia de zero a 2,5%, e deve ir para 25% a partir de 3 de abril; setor registra déficit no comércio com os EUA

CLEIDE SILVA
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Segmento mais prejudicado pela taxação extra de 25% nas importações dos Estados Unidos, anunciada pelo presidente Donald Trump, as fabricantes de autopeças instaladas no Brasil declararam ontem "preocupação" com a medida, mas aguardam mais detalhes para avaliar os efeitos. Hoje, as taxas de importação americanas variam de zero a 2,5%.

A taxação inclui também os veículos, mas as montadoras locais não têm exportações de carros completos para os EUA. O setor, porém, prevê impactos nos negócios em razão de mudanças que devem ocorrer no mercado automotivo global. As tarifas devem entrar em vigor no dia 3 de abril.

O mercado americano é o segundo maior para as autopeças brasileiras, que enviam seus produtos para mais de 200 países. Fica atrás apenas da Argentina e representa 17,5% das exportações do setor. Ainda assim, o Brasil é deficitário na balança comercial com os EUA há vários anos.

Em 2024, os EUA importaram US$ 1,37 bilhão (R$ 7,87 bilhões, ao câmbio de ontem) em componentes do Brasil, enquanto as importações brasileiras somaram US$ 2,24 bilhões (R$ 12,87 bilhões) – uma diferença de US$ 870 milhões (R$ 5 bilhões). Em janeiro deste ano, o déficit ficou em US$ 1,43 bilhão (R$ 8,2 bilhões), com o envio de US$ 568,7 milhões (R$ 3,2 bilhões) em peças aos EUA.

O Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças) aguarda a publicação do teor da legislação para analisar mais detalhadamente possíveis impactos, informou a entidade em nota.

> **Parceria**
>
> **17,5%** **é quanto representam os EUA no volume de autopeças exportadas pelo Brasil, o que faz do país o segundo maior destino dos componentes brasileiros, atrás apenas da Argentina**
>
> **US$ 1,3 bi** **foi o valor obtido com exportações aos EUA em 2024**

'INCERTEZAS'. A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) também avalia com suas associadas eventuais implicações da medida. Recentemente, o presidente da entidade, Márcio de Lima Leite, disse que o setor enfrenta desafios diários em relação às medidas que vêm sendo anunciadas por Trump, como a taxação para o aço e o alumínio em fevereiro e, agora, para carros e componentes.

"A pior palavra para o setor automotivo é incerteza, e é isso que estamos vivendo hoje", disse. Segundo Leite, várias montadoras instaladas nos EUA estão revendo suas estratégias e podem surgir novas oportunidades para o Brasil, mas também ameaças. Uma delas é em relação ao desenvolvimento de tecnologias ou de veículos hoje feitos em conjunto com outros mercados globais. "Isso pode se refletir no Brasil", ressaltou.

Há temores também de que as medidas restritivas anunciadas por Trump possam resultar em uma entrada maior de carros de outros países no mercado brasileiro, especialmente da China, comprometendo, assim, a competitividade do veículo nacional.



A Anfavea ressalta que modelos a combustão importados pagam 35% de Imposto de Importação no País. Para elétricos, a taxa ficou zerada por alguns anos, mas, desde janeiro, começou a ser cobrada gradualmente e está prevista

VEM AÍ
A 10ª EDIÇÃO!

ESTADÃO Melhores SERVIÇOS 2025

CONFIRA AS NOVIDADES DESTA EDIÇÃO E SAIBA COMO COLOCAR A SUA MARCA EM EVIDÊNCIA

Mais de 2M de avaliações

Dashboard navegável exclusivo mede o desempenho de empresas e setores mensalmente

PERFORMANCE
EXPERIÊNCIA
SATISFAÇÃO

A **EDIÇÃO COMEMORATIVA** TRAZ O RANKING COM AS **EMPRESAS QUE MAIS ENCANTARAM** OS CONSUMIDORES EM 36 CATEGORIAS

8.MAI NO DIGITAL
11.MAI ESPECIAL NO IMPRESSO

SAIBA COMO COLOCAR A SUA MARCA NO MAIOR E MAIS ABRANGENTE RANKING DE SERVIÇOS DO BRASIL.
ESCREVA PARA
publicacoes@estadao.com
E SOLICITE UMA PROPOSTA.



CONHEÇA AS EDIÇÕES ANTERIORES

Realização: ESTADÃO 150 ANOS
Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO
Parceria: HSR Specialist Researchers

ALEXANDRE CARVALHO/A2IMG/GOVERNO SP-15/6/2017



Fábrica da Toyota em Porto Feliz (SP) exporta motores para os EUA

⊕ para chegar aos 35% em julho de 2026. Há meses, a entidade vem pedindo ao governo a antecipação do retorno do imposto cheio.

O executivo lembrou que, ao ser questionado sobre suas expectativas em relação ao governo americano logo após a eleição de Trump, respondeu que, em razão do seu primeiro mandato, já conhecia e sabia mais ou menos a linha que ele iria seguir. "Mas eu estava completamente equivocado."

MOTORES. Entre as montadoras, a Toyota do Brasil é uma exceção, pois desde setembro de 2022 exporta para a subsidiária dos Estados Unidos motores 2.0 Dynamic Force, usados no Corolla. É a única montadora nacional que fornece componentes para o mercado americano.

Na ocasião, para atender à demanda – inicialmente de 45,6 mil motores ao ano –, a fábrica de Porto Feliz (SP) ampliou a produção mensal de 13 mil para 17 mil unidades ao mês e contratou cerca de 150 funcionários. Hoje, emprega mais de 600 pessoas. O grupo não informou se o número previsto de motores foi exportado, nem o volume atual.

Na decisão divulgada na quarta-feira, Trump assinala que a medida busca atrair mais fabricantes para os EUA, gerando renda e empregos locais. Estão envolvidos na sobretaxa sedãs, utilitários-esportivos, minivans e vans de carga. Entre as autopeças, já estão relacionados motores, transmissões, peças de trem de força e componentes elétricos, mas a lista pode aumentar. ●

Taxação dos EUA sobre veículos pode dar vantagem à Tesla

NOVA YORK

A Tesla, cujo executivo-chefe, Elon Musk, assumiu um papel de liderança no governo de Donald Trump, pode sair ganhando com as tarifas de automóveis anunciadas pelo presidente na quarta-feira, ou pelo menos sofrer menos do que seus concorrentes.

Ela fabrica nos Estados Unidos todos os carros que vende no país. Isso significa que os veículos da Tesla não estarão sujeitos a tarifas, embora os custos de produção possam subir devido às tarifas sobre peças importadas.

O utilitário-esportivo Modelo Y e o sedã Modelo 3 da Tesla foram os dois veículos elétricos mais vendidos nos EUA no ano passado. Mas a empresa vem perdendo participação de mercado para elétricos como o Chevrolet Equinox e o Ford Mustang Mach-E. Ambos são fabricados no México e ficarão mais caros. O impacto exato não é claro porque o governo diz que qualquer conteúdo dos EUA em carros montados no México ou no Canadá estará isento de tarifas. Trump disse na quarta-feira que Musk não influenciou sua decisão de impor tarifas.

Todos os fabricantes de automóveis, inclusive a Tesla, importam componentes, que estarão sujeitos a tarifas. As peças provenientes do Canadá e do México receberão um adiamento temporário das tarifas até que o governo Trump possa calcular e isentar o conteúdo americano.

Produção caseira
Embora tenha fábricas em outros países, Tesla produz nos EUA todos os carros que vende no país

Analistas e executivos do setor ainda calculam o impacto financeiro. No entanto, é provável que as tarifas afetem gravemente as cadeias de suprimentos e levem a cortes e demissões na produção.

Os preços podem aumentar em milhares de dólares. Analistas da Bernstein disseram que as tarifas aumentariam em até US$ 75 bilhões por ano os custos das montadoras, que teriam de repassar aos compradores de veículos.

"As pessoas que estão na extremidade inferior do grupo de compradores serão as mais prejudicadas", disse Erin Keating, analista executiva da Cox Automotive.

No mercado de picapes, a Ford Motor poderia ter uma vantagem. A empresa produz os modelos da série F nos EUA. Toyota, GM e Ram fabricam um número significativo de picapes no México.

Praticamente todos os grandes fabricantes de veículos têm fábricas nos EUA, o que lhes permite produzir pelo menos alguns carros não sujeitos a tarifas. É o caso de BMW, Toyota, Nissan, Mercedes-Benz e Honda.

Na quarta-feira, a Hyundai inaugurou uma nova fábrica de carros elétricos no país. Mas, ainda assim, ela, a Toyota e as marcas alemãs também importam centenas de milhares de carros da Ásia e da Europa, todos sujeitos a tarifas de 25%. ● NYT



3º INTERLOG SUMMIT
Interligando a Cadeia Logística

22 a 24 de abril de 2025 Distrito Anhembi, São Paulo

UMA IMERSÃO COMPLETA PARA QUEM QUER SE DESTACAR NO MERCADO!

O 3º Interlog Summit é o evento essencial para profissionais que buscam conhecimento estratégico, networking qualificado e insights exclusivos dos maiores especialistas do setor. Um encontro de alto nível técnico e estratégico, com conteúdo imersivo e exclusivo dentro da Intermodal South America 2025.

O que te espera:

3 dias de evento com programação intensa

Conteúdo sobre tendências, desafios, inovações e as principais discussões do setor

40 atrações entre painéis, palestras e cases inspiradores

90 palestrantes compartilhando experiências reais do mercado

Keynote speakers com carreiras consolidadas em grandes empresas e forte influência no setor

Mais de 24 horas de conteúdo sobre as inovações que estão transformando a logística e o comércio exterior

Aproveite o 3º e último lote com desconto antecipado.
Garanta seu ingresso e confira a programação completa agora:

WWW.INTERMODAL.COM.BR

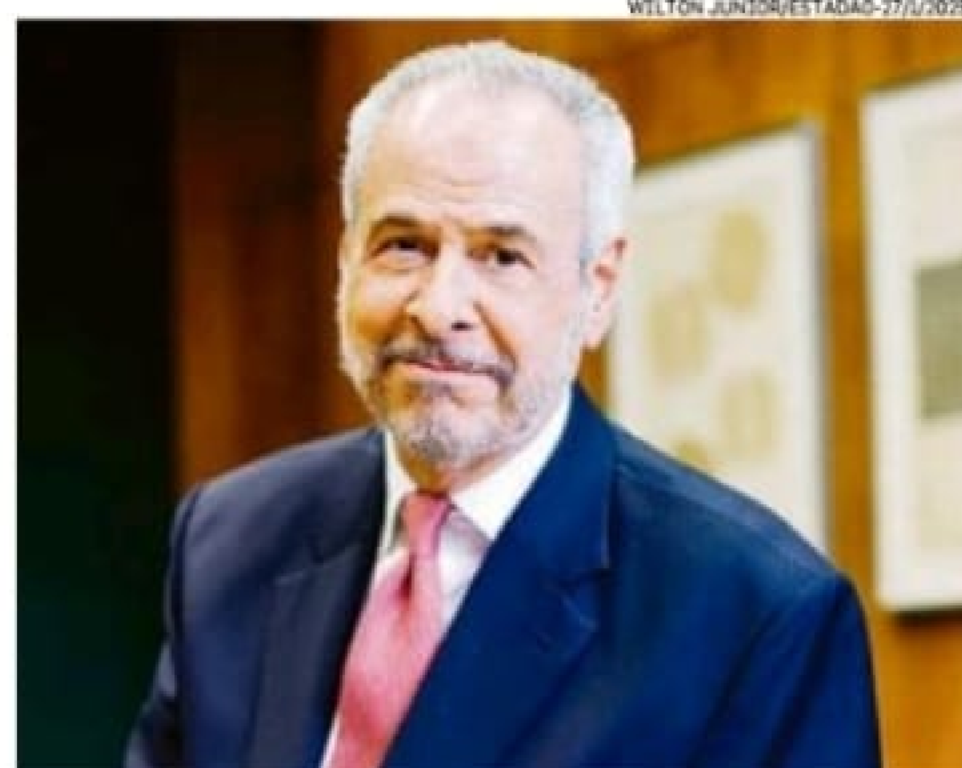
informa markets

André Corrêa do Lago
Embaixador e presidente da COP-30

‘Estados e empresas dos EUA mantêm a agenda ambiental’

Presidente da COP-30 diz que ‘dois terços’ da economia americana mantêm a rota mesmo sob Trump

WILTON JUNIOR/ESTADÃO-27/1/2025



‘Acho que hoje diminuiu muito o negacionismo’, diz Corrêa do Lago

CENÁRIOS

SONIA RACY

No último dia 10, o embaixador André Corrêa do Lago divulgou sua primeira carta como presidente da COP-30. Nela, ele avisa: “A mudança do clima não está mais contida na ciência e no Direito internacional. Ela chegou à nossa porta, atingindo nossos ecossistemas, cidades e vidas cotidianas”.

Especialista no tema, Corrêa do Lago foi um dos organizadores da Rio-92 e negociador do governo brasileiro para a adesão ao Acordo de Paris. Ele sabe da importância e do momento crucial para o País e para o mundo. “Vamos falar do que realmente é importante para o mundo inteiro, que é a mudança do clima”, afirma.

Para ele, a agenda do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, não alterou a agenda ambiental de Estados e empresas americanas. “A iniciativa privada e os Estados vão continuar muito presentes nesse tema, mas de maneira diferente”, afirma o presidente da COP-30.

A seguir, os principais trechos da entrevista do embaixador a *Cenários*:

O sr. recentemente divulgou uma carta como presidente da COP-30 em que fala dos desafios na área ambiental. O que o mundo pode esperar da COP-30 no Brasil?

Acho que eu vou ser o primeiro presidente de COP que foi negociador de clima antes, porque, em geral, os presidentes de COP são ministros, ou ministro das relações exteriores, ou ministros do meio ambiente, ou da indústria. Então, já é uma situação um pouquinho diferente. Mas, em razão dessa experiência, tenho de ter muito cuidado para não cair na tentação de falar só com os convertidos. Tenho procurado traduzir essas negociações para que um grupo muito mais amplo de pessoas possa acompanhar, se interessar e contribuir para a COP. Acho que ampliar o interesse e a participação vai ser uma das chaves para que a COP de Belém seja um sucesso.

Como incluir a sociedade civil e os povos indígenas nesse debate?

Existe uma dimensão formal dentro das Nações Unidas e, sobretudo, da Convenção do Clima, de incluir observadores, ou seja, a sociedade civil e também povos indígenas. Já existe uma base, mas é um número bastante limitado. O nosso desejo é que essa consulta seja muito mais ampla. Daí, um pouco o espírito da carta de querer que todos participem. E como é que a gente faz essa maior participação? Como já existem grupos organizados, é permitir que esses grupos ampliem essas consultas e que esses grupos tenham mais acesso, e que a negociação seja mais transparente. Porque essas negociações, em que são só os governos que decidem no fim, muitas vezes são opacas. Queremos que elas sejam muito mais transparentes.

Isolamento

Para o presidente da COP-30, as investidas de Trump contra ações em favor do clima não encontram eco nas empresas

O sr. acha que a consciência ambiental, hoje, é mais ampla não só no Brasil, mas em todo o mundo?

Acho que sim, mas a interpretação do que está acontecendo é variada. Primeiro, a gente passou anos avisando que a ciência estava nos dizendo que essas coisas iriam acontecer. Muita gente não acreditou, inclusive algumas pessoas achando que ia acontecer muito mais tarde. Acabou acontecendo exatamente o contrário, aconteceu muito antes. Vários desses fenômenos extremos a ciência achava que ia acontecer na próxima década e acho que, a partir daí, aumentou enormemente a conscientização. Acho que hoje diminuiu muito o negacionismo.

No caso do governo do presidente Donald Trump, parece que a ficha não caiu. Como lidar com isso?

Há duas dimensões nesse caso. Uma é que, realmente, a gente não consegue entender muito bem quais são os caminhos que ele vai tomar. De outro lado, a iniciativa privada e os Estados vão continuar muito presentes nesse tema, mas de maneira diferente. Estive recentemente nos EUA com empresários que me disseram que é preciso pensar muito mais na frente do que quatro anos para fazer investimentos, e que não serão interrompidos. As notícias do setor privado, de um modo geral, foram positivas. Então, a estimativa é isso, quer dizer, que dois terços da economia americana fossem como se eles estivessem acompanhando o Acordo de Paris, independentemente de o país não estar fazendo.

Como essa posição do governo americano pode afetar a COP?

Acho muito difícil uma alteração da decisão de sair do Acordo de Paris, mas considero que pode acontecer que, à medida que os apoiadores do presidente Trump se derem conta de que o combate à mudança do clima não é uma ameaça à economia americana nem uma questão ideológica, talvez ele modere muito o tom.

Como o sr. se aproximou do tema meio ambiente?

No momento em que eu saí do Brasil, já na minha geração, me dei conta de que o tema ambiente já tinha se tornado extremamente importante e o Brasil era visto, de certa forma, como um vilão. Isso exigia muito preparo para todos nós, diplomatas, para podermos reagir ao que se dizia. Já naquela época, a gente se deu conta do quanto esse tema era um tema incontornável. Comecei a me interessar porque percebi que esse tema seria importante durante toda minha vida. Na Rio 92 (*conferência da ONU sobre o clima, em 1992*), trabalhei mais na organização, mas passei a me interessar muito mais pelo tema. Fui para o exterior e, quando eu voltei, em 2000, decidi que essa deveria ser a área em que eu deveria me dedicar mais.

Qual a mensagem que a COP deve deixar?

A gente tem de estar bastante unido na preparação dessa COP. Queremos ter um pacto nacional pela COP-30. Porque, do ponto de vista econômico, há muita coisa positiva que pode acontecer para o Brasil, porque o Brasil tem a precondição de ser um país completamente livre em energia. Vamos aproveitar essa agenda. A gente não deve resistir a ela. Tem de aproveitar, porque essa agenda vai ajudar o Brasil a se projetar no mundo contemporâneo. Vamos falar do que realmente é importante para o mundo inteiro, que é a mudança do clima. ●



NA WEB
No Facebook, no X, no LinkedIn e no YouTube do ‘Estadão’ e no YouTube do Banco Safra.
www.estadao.com.br/

ESTADÃO
VODCAST
dois pontos
Forme sua opinião sobre os temas mais atuais a partir de análises de dois especialistas.
@estadao
ASSISTA E INSCREVA-SE PARA RECEBER ALERTAS DE NOVOS EPISÓDIOS.



Basta apontar a câmera do seu celular para o QR code acima.
FOTO: PEDRO KIRILOS

CÂMBIO SEGURO,
VIAGEM TRANQUILA.
É SAFRA.



Aproveite a compra facilitada de moedas estrangeiras no Safra. Faça a cotação dos valores via WhatsApp e retire com segurança nos postos dos aeroportos de Guarulhos (SP) e Galeão (RJ), ou na agência Safra* mais próxima.

Quem é correntista Safra também pode fazer a compra via aplicativo. Tudo para tornar a sua viagem mais tranquila.

O MUNDO É SEU. **O CÂMBIO É SAFRA.**



Faça sua cotação via WhatsApp



Safra

QUEM SABE, SAFRA.

Outros canais de venda: (11) 3175 – 8267 · mesa.turismo@safra.com.br (correntistas e não correntistas)

*Consulte a disponibilidade das moedas. Sujeito à apresentação de documentação exigida de acordo com os procedimentos Safra e regulamentação em vigor. Eventuais indicadores apresentados não configuram proposta de negócio por parte do Grupo Safra. Produto sujeito à análise de crédito e condições no momento da contratação. Para saber mais, acesse: [https://www.safra.com.br/servicos/pessoa-fisica/cambio.htm].



Rogério Werneck
A demagogia das isenções de IRPF

O País continua ao sabor de convicções despropositadas do presidente da República. "Na minha cabeça, salário não é renda. Renda é de quem vive de especulação. Esse, sim, deveria pagar Imposto de Renda" (**Estadão**, 12/10/2024).

É na sandice de que salário não é renda que se baseia o indefensável projeto de reforma do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) no País. Ao apresentá-lo, o ministro da Fazenda instou o Congresso a refletir sobre "a sociedade que queremos". Os parlamentares poderiam esclarecer ao ministro que queremos uma sociedade democrática e próspera de cidadãos que maciçamente paguem Imposto de Renda. Muitos, quase nada. Outros, bem mais, na medida de sua renda.

Uma base ampla de cobrança do Imposto de Renda é fundamental para ter uma cidadania capaz de exigir que o governo seja responsabilizado por seu desempenho. Dez milhões de pessoas deixarem de pagar Imposto de Renda seria um tremendo desserviço ao País.

Como bem notou, já há meses, Naercio Menezes Filho, professor do Insper e da USP, não há como considerar pobres os beneficiários da ampliação da isenção de IRPF agora contemplada pelo governo, que seriam contribuintes com renda mensal entre R$ 3 mil e R$ 7 mil. E que, portanto, seria injustificável agraciá-los com benesses fiscais, que, em princípio, poderiam ser destinadas, por outras vias, a segmentos incomparavelmente mais carentes da população (*Valor*, 29/11/2024).

> ***A cobrança de Imposto de Renda não deveria ser objeto de manipulações eleitoreiras***

O aparato de cobrança de IRPF é algo de que o País se orgulha. Não deve ser objeto de manipulações eleitoreiras. E, sim, de uma agenda séria de reformas, que torne a tributação da renda muito mais equânime e abrangente do que vem sendo.

Mas o governo jamais se dispôs a levar tal agenda à frente. O que agora propõe, para compensar a perda de arrecadação que adviria das isenções, é um atalho grosseiro e ineficaz para a tributação de contribuintes de alta renda que passa ao largo das reformas que se fazem necessárias.

Sobram razões para apreensão. Tendo aberto a caixa de Pandora da cobrança do IRPF, o governo não terá nenhum controle sobre o que fará o Congresso. O que se teme é que o estrago seja similar ao perpetrado por Dilma Rousseff e seus aprendizes de feiticeiro quando decidiram propor que a contribuição patronal sobre folhas de pagamento de um grupo seleto de pequenos setores passasse a ser feita sobre faturamento. Três governos depois, o País ainda não conseguiu desmontar o gigantesco e desastroso esquema de desoneração da folha que acabou aprovado pelo Congresso. O PT não aprende. ●

ECONOMISTA, DOUTOR PELA UNIVERSIDADE HARVARD, É PROFESSOR TITULAR DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA PUC-RIO

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** e Antonio Penteado Mendonça ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Alvaro Gribel **(quinzenalmente)** ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** ● **SAB.** Fabio Gallo ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartsman **(revezam quinzenalmente)**; Roberto Rodrigues **(2.º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3.º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Contas públicas **No bimestre, superávit**

Governo tem déficit de R$ 31,7 bilhões em fevereiro

As contas do governo central – que reúne Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – registraram déficit primário em fevereiro. A diferença entre receitas e despesas ficou negativa em R$ 31,673 bilhões. Em janeiro, houve superávit de R$ 84,882 bilhões.

O saldo em fevereiro foi o melhor em termos reais para o mês desde 2022 – a série histórica do Tesouro foi iniciada em 1997. Em fevereiro de 2024, o resultado havia sido negativo em R$ 58,3 bilhões, em valores nominais.

No primeiro bimestre, o governo central registrou superávit de R$ 53,184 bilhões, o melhor resultado desde 2022. Em igual período do ano passado, o superávit havia sido de R$ 21,195 bilhões, em termos nominais.

Em 12 meses até fevereiro, o déficit é de R$ 13,2 bilhões, equivalente a 0,09% do PIB. ●

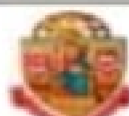
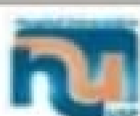
FERNANDA TRISOTTO/BRASÍLIA

Instituto Mairiporã de Ensino Superior - IMENSU
CNPJ 01.428.095/0001-01
Aviso aos Sócios
Encontram-se à disposição dos Senhores Sócios, os documentos a que se refere o artigo 1.078, § 1° do Código Civil, relativos ao exercício findo em 31.12.2024. Solicitamos que o pedido de envio seja feito através do e-mail: assembleia.tmc.2021@gmail.com, mencionando o nome da empresa.
Mairiporã, 28/03/2025.
A Administração

Quatro Naipes Participações Ltda.
CNPJ 24.514.411/0001-63
Aviso aos Sócios
Encontram-se à disposição dos Senhores Sócios, os documentos a que se refere o artigo 1.078, § 1° do Código Civil, relativos ao exercício findo em 31.12.2024. Solicitamos que o pedido de envio seja feito através do e-mail: assembleia.tmc.2021@gmail.com, mencionando o nome da empresa.
Jarinu, 28/03/2025.
A Administração

Cajarana Participações Ltda.
CNPJ 22.871.161/0001-63
Aviso aos Sócios
Encontram-se à disposição dos Senhores Sócios, os documentos a que se refere o artigo 1.078, § 1° do Código Civil, relativos ao exercício findo em 31.12.2024. Solicitamos que o pedido de envio seja feito através do e-mail: assembleia.tmc.2021@gmail.com, mencionando o nome da empresa.
Jarinu, 28/03/2025.
A Administração

Instituto Mairiporã
CNPJ 51.983.674/0001-94
Aviso aos Sócios
Encontram-se à disposição dos Senhores Sócios, os documentos a que se refere o artigo 1.078, § 1° do Código Civil, relativos ao exercício findo em 31.12.2024. Solicitamos que o pedido de envio seja feito através do e-mail: assembleia.tmc.2021@gmail.com, mencionando o nome da empresa.
Mairiporã, 28/03/2025.
A Administração

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SERVIÇO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00614459032025
UASG – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nº PROCESSO: 154.00008354/2024-42
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 90329/2024
Objeto: Serviço de instalação e manutenção de piso vinílico. Total de Itens Licitados: 01 item licitado (um item). Valor total da licitação: Sigiloso nos termos do artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital: 28/03/2025. Horário: das 08h00 às 16h00. Endereço: Av. Prof. Lineu Prestes, 2565, www.gov.br/compras e www.usp.br/licitacoes. Link do PNCP: 63025530000104-1-003796/2024. Entrega das Propostas: a partir de 28/03/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 11/04/2025 às 09h00, no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 90003/2025
UASG – 380254 - PENITENCIÁRIA FEMININA "SANDRA APARECIDA LÁRIO VIANNA" DE PIRAJUÍ
Modalidade: Pregão Eletrônico 90003/2025
Nº Processo: 006.00122087/2025-03 **Objeto:** Aquisição de gêneros alimentícios estocáveis, com entrega parcelada, para o período de 01/05/2025 a 31/08/2025.
Total de Itens Licitados: 35 (trinta e cinco) itens.
Valor total da licitação: R$ 466.678,20 (quatrocentos e sessenta e seis mil, seiscentos e setenta e oito reais e vinte centavos)
Disponibilidade do edital: 28/03/2025
Horário: das 08h00 às 17h00
Endereço: Estrada Vicinal João Pereira Martins, Km 01 - Zona Rural - CEP: 18.804-900 - Pirajuí/SP; e
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Entrega das Propostas: a partir de 28/03/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 14/04/2025 às 09h00, no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 90002/2025
UASG – 380254 - PENITENCIÁRIA FEMININA "SANDRA APARECIDA LÁRIO VIANNA" DE PIRAJUÍ
Modalidade: Pregão Eletrônico 90002/2025
Nº Processo: 006.00123015/2025-42
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis, com entrega parcelada, para o período de 01/05/2025 a 31/08/2025
Total de Itens Licitados: 17 (dezessete) itens
Valor total da licitação: R$ 597.376,00 (quinhentos e noventa e sete mil e trezentos e setenta e seis reais)
Disponibilidade do edital: 28/03/2025
Horário: das 08h00 às 17h00
Endereço: Estrada Vicinal João Pereira Martins, Km 01 - Zona Rural - CEP: 18.804-000 - Pirajuí/SP; e
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Entrega das Propostas: a partir de 28/03/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 10/04/2025 às 09h00, no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP

Conheça o que você pode anunciar no Estadão, no portal Estadão.com e na Rádio Eldorado FM.

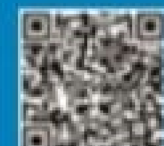
Noticiário
Anúncio publicitário, informes e Expressão de Opinião veiculados no Estadão em posição determinada ou indeterminada

Classificados
Anúncio de ofertas veiculado no Estadão no caderno Classificados: Automóveis, Imóveis, Vagas de Emprego e Negócios/ Oportunidades

Publicidade Legal
Publicação de Atas, Assembleias, Balanços, artigos e comunicados legais para fé pública, veiculados no Estadão em caderno específico

Fúnebre
Publicação de notas de falecimento, missas e homenagens a pessoas falecidas, veiculadas no Estadão em caderno específico.

Fale agora com um consultor



Telefone (11) 3856-2139
Whatsapp (11) 99123-8351 ou pelo QR Code
Email balcao.lmao@estadao.com

Horário de Atendimento
Segunda a Sexta: 8h30 às 21h00
Sábados, Domingos e Feriados: 14h00 às 20h00

SUA PLATAFORMA PESSOAL DE INFORMAÇÃO

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO Holding

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/; http://www.suzanoholding.com.br/investidores/; https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx?tipoconsulta=CVM&codigoCVM=9067; https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA SUZANO HOLDING S.A.

Aos Senhores

Administradores e Acionistas.

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Suzano Holding S.A. submetem à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Considerando que o patrimônio líquido da Suzano Holding S.A. está quase que exclusivamente investido na controlada Suzano S.A., suas demonstrações contábeis refletem substancialmente essa participação. As informações relativas ao desempenho da Suzano S.A estão detalhadas no Relatório da Administração dessa controlada.

RESULTADOS

O prejuízo da Suzano Holding S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R$2.111.606 mil, em comparação ao lucro de R$3.949.227 mil apurado no exercício anterior. O principal fator que contribuiu para o prejuízo do exercício, e para o lucro do exercício anterior, foi o resultado da equivalência patrimonial apurado sobre o investimento detido na controlada Suzano S.A.

(em milhares de reais)

	31.12.2024	31.12.2023
Equivalência patrimonial	(2.037.585)	3.992.769
Despesas operacionais, líquidas	(6.348)	(8.769)
Resultado financeiro líquido	(64.514)	(33.406)
Imposto de renda e contribuição social	(3.159)	(1.367)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(2.111.606)	3.949.227

(em milhares de reais)

	31.12.2024	31.12.2023
Abertura da equivalência patrimonial por controlada		
Suzano S.A.	(2.039.673)	3.989.475
Premesa S.A. e Nemonorte Imóveis e Part. Ltda.	2.088	3.294
	(2.037.585)	3.992.769

Auditoria e controles internos

Os auditores externos apresentam suas avaliações sobre resultados, práticas contábeis e controles internos diretamente aos membros do Conselho de Administração.

Em atendimento à Instrução CVM 381/03, a Companhia declara que não houve nenhum serviço prestado pelo Auditor Independente no exercício de 2024, que não seja de auditoria externa.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	9.067.796	8.392.148	43.056	36.734
Aplicações financeiras	12.971.547	12.823.886		
Contas a receber de clientes	9.132.860	6.849.190		
Estoques	7.962.324	5.947.243		
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber			630.367	364.302
Tributos a recuperar	1.223.271	896.081	113.635	7.511
Instrumentos financeiros derivativos	1.006.427	2.676.526		
Outros ativos	981.947	1.039.313	471	207
Total do ativo circulante	42.346.172	38.624.387	787.529	408.754
Não Circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.985.402	546.701	1.373	1.475
Instrumentos financeiros derivativos	2.880.673	1.753.928		
Outros ativos	4.719.539	4.603.514	27	80
Ativos biológicos	22.283.001	18.278.582		
Investimentos	1.818.610	607.997	9.584.392	12.751.833
Imobilizado	64.986.556	59.289.636	511	561
Direito de uso	5.184.467	5.201.193	3.776	4.562
Intangível	13.902.303	14.749.085		
Total do ativo não circulante	123.760.551	105.030.636	9.590.079	12.758.511
Total do ativo	166.106.723	143.655.023	10.377.608	13.167.265

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	6.033.285	5.572.219		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10.501.387	4.758.247		
Instrumentos financeiros derivativos	2.766.273	578.763		
Tributos a recolher	532.049	483.914	168.243	40.203
Salários e encargos sociais	1.237.411	771.102	4.344	4.109
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	2.129.278	1.275.597	558.728	322.578
Outros passivos	1.386.822	1.360.300	1.444	1.071
Total do passivo circulante	24.586.505	14.800.142	732.759	367.961
Não Circulante				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	90.934.144	72.414.445		
Contas a pagar de arrendamento	6.103.889	5.494.356	3.202	3.973
Instrumentos financeiros derivativos	7.694.547	1.857.309		
Provisão para passivos judiciais	2.926.750	2.860.436		
Outros passivos	1.387.329	1.366.623	865	1.511
Total do passivo não circulante	109.046.659	83.993.169	4.067	5.484
Total do passivo	133.627.164	98.793.311	736.826	373.445
Patrimônio líquido				
Capital social	5.775.670	4.775.670	5.775.670	4.775.670
Reservas de capital	23.525	23.525	23.525	23.525
Reservas de lucro	3.720.278	7.462.497	3.720.278	7.462.497
Ajuste de avaliação patrimonial	121.309	532.128	121.309	532.128
Participações de acionistas não controladores	22.838.777	32.067.892		
Total do patrimônio líquido	32.479.559	44.861.712	9.640.782	12.793.820
Total do passivo e do patrimônio líquido	166.106.723	143.655.023	10.377.608	13.167.265

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultado do exercício	Total patrimônio líquido	Acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.975.670	102.045	6.688.927	588.903		9.355.545	23.884.359	33.239.904
Resultado abrangente total								
Lucro do exercício					3.949.227	3.949.227	10.119.321	14.068.548
Resultado abrangente do exercício reflexa da controlada				(22.929)		(22.929)	(57.586)	(80.515)
Transações de capital com os sócios								
Opções de ações outorgadas reconhecidas por controlada							5.959	5.959
Perda apurada na recompra de ações pela controlada		(78.520)				(78.520)	(802.402)	(880.922)
Participação dos não controladores proveniente de combinação de negócios							(9.336)	(9.336)
Dividendos complementares de controlada							(94)	(94)
Juros sobre capital próprio					(379.503)	(379.503)	(1.072.329)	(1.451.832)
Distribuição de dividendos antecipados					(30.000)	(30.000)		(30.000)
Mutações internas do patrimônio líquido								
Aumento de capital com reservas	2.800.000		(2.800.000)					
Realização do ajuste de avaliação patrimonial de controlada				(33.846)	33.846			
Constituição de reservas			3.573.570		(3.573.570)			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.775.670	23.525	7.462.497	532.128		12.793.820	32.067.892	44.861.712
Resultado abrangente total								
Prejuízo do exercício					(2.111.606)	(2.111.606)	(4.980.649)	(7.092.255)
Resultado abrangente do exercício reflexa da controlada				(32.678)		(32.678)	(77.184)	(109.862)
Perda apurada na recompra de ações pela controlada				(351.427)		(351.427)	(2.455.336)	(2.806.763)
Transações de capital com os sócios								
Reversão de dividendos prescritos							914	914
Opções de ações outorgadas reconhecidas pela controlada							57.306	57.306
Participação dos não controladores proveniente de combinação de negócios							(15.716)	(15.716)
Juros sobre capital próprio					(657.327)	(657.327)	(1.758.393)	(2.415.720)
Dividendos complementares de controlada							(57)	(57)
Mutações internas do patrimônio líquido								
Aumento de capital com reservas	1.000.000		(1.000.000)					
Constituição de reservas			95.421		(95.421)			
Absorção de prejuízos			(2.837.640)		2.837.640			
Realização do ajuste de avaliação patrimonial de controlada				(26.714)	26.714			
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.775.670	23.525	3.720.278	121.309		9.640.782	22.838.777	32.479.559

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Receita líquida	47.405.389	39.760.439		
Custo dos produtos vendidos	(27.402.515)	(25.078.509)		
Lucro bruto	20.002.874	14.681.930		
Receitas (Despesas) operacionais				
Vendas	(2.938.547)	(2.596.377)		
Gerais e administrativas	(2.627.134)	(1.930.081)	(6.348)	(8.902)
Resultado da equivalência patrimonial	(13.924)	(19.403)	(2.037.585)	3.992.769
Outras, líquidas	1.262.955	2.076.506		133
Resultado operacional antes do resultado financeiro	15.686.224	12.212.571	(2.043.933)	3.984.000
Resultado financeiro	(28.841.246)	5.748.948	(64.514)	(33.406)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(13.155.022)	17.961.519	(2.108.447)	3.950.594
Imposto de renda e contribuição social	6.062.767	(3.892.971)	(3.159)	(1.367)
Resultado líquido do exercício	(7.092.255)	14.068.548	(2.111.606)	3.949.227
Atribuível à acionistas				
Não controladores	(4.980.649)	10.119.321		
Controladores	(2.111.606)	3.949.227	(2.111.606)	3.949.227

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Resultado líquido do exercício	(7.092.255)	14.068.548	(2.111.606)	3.949.227
Outros resultados abrangentes				
Itens sem efeitos subsequentes no resultado	(273.047)	(85.693)	(81.217)	(24.404)
Itens com efeitos subsequentes no resultado	163.185	5.178	48.539	1.475
	(7.202.117)	13.988.033	(2.144.284)	3.926.298
Atribuível à acionistas				
Não controladores	(5.057.833)	10.061.735		
Controladores	(2.144.284)	3.926.298		

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	20.567.711	17.325.413	(38.088)	(964)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimentos	(20.512.761)	(26.035.443)	368.427	6.771
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	(44.328)	7.767.356	(324.017)	(31.413)
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	665.026	(239.125)		
Acréscimo (decréscimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	675.648	(1.181.799)	6.322	(25.606)
No início do exercício	8.392.148	9.573.947	36.734	62.340
No final do exercício	9.067.796	8.392.148	43.056	36.734
Acréscimo (decréscimo) líquido de caixa e equivalentes de caixa	675.648	(1.181.799)	6.322	(25.606)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
1 - Receitas	57.766.460	53.114.387	6	148
2 - Insumos adquiridos de terceiros	(27.623.664)	(29.160.598)	(838)	(1.384)
3 - Valor adicionado bruto (1-2)	30.142.796	23.953.789	(832)	(1.236)
4 - Depreciação, exaustão e amortização	(9.225.034)	(7.322.100)	(1.038)	(989)
5 - Valor adicionado líquido (3-4)	20.917.762	16.631.689	(1.870)	(2.225)
6 - Valor adicionado recebido em transferência	15.070.744	13.103.012	(2.032.810)	3.959.921
7 - Valor adicionado para distribuição	35.988.506	29.734.701	(2.034.680)	3.957.696
Pessoal	4.687.862	3.698.299	3.641	5.470
Impostos, taxas e contribuições	1.808.360	951.633	72.614	42.367
Remuneração de capitais de terceiros	36.584.539	11.016.221	671	632
Remuneração de capitais próprios	(7.092.255)	14.068.548	(2.111.606)	3.949.227
8 - Distribuição do valor adicionado	35.988.506	29.734.701	(2.034.680)	3.957.696

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Suzano Holding S.A. ("Suzano Holding" ou "Companhia") é uma holding controladora da Suzano S.A., designada a seguir como "Suzano" que tem como objeto a fabricação e comercialização, no país e no exterior, de celulose de fibra curta de eucalipto, papel revestido, papel cartão, papel não revestido e *cut size*, bobinas de papéis e papéis para fins sanitários (bens de consumo - *tissue*), para atendimento ao mercado interno e externo, além da exploração de florestas de eucalipto para uso próprio, a operação de terminais portuários, a participação como sócia ou acionista, de qualquer outra sociedade ou empreendimento e a geração e a comercialização de energia elétrica gerada no processo produtivo da celulose e a sua comercialização. A Suzano possui ações negociadas na B3 S.A. ("Brasil, Bolsa, Balcão - "B3"), listada no segmento do Novo Mercado sob o *ticker* SUZB3 e *American Depositary Receipts* ("ADRs") na proporção de 1 (uma) ação ordinária, Nível II, negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (*"New York Stock Exchange - "NYSE"*) sob o *ticker* SUZ. A Suzano possui 16 unidades industriais, sendo 14 unidades no Brasil localizadas nas cidades de Aracruz e Cachoeiro de Itapemirim (Espírito Santo), Belém (Pará), Eunápolis e Mucuri (Bahia), Maracanaú (Ceará), Imperatriz (Maranhão), Jacareí, Limeira, Mogi das Cruzes e 2 unidades em Suzano (São Paulo) e Três Lagoas e Ribas do Rio Pardo (Mato Grosso do Sul) e duas unidades nos Estados Unidos localizadas nas cidades de Pine Bluff (Arkansas) e Waynesville (Carolina do Norte). Adicionalmente, possui sete centros de tecnologia, sendo quatro localizados no Brasil, um no Canadá, um na China e um em Israel, 28 centros de distribuição e quatro portos, todos localizados no Brasil. A comercialização da celulose e papel no mercado internacional é realizada por meio de vendas pela Suzano e, principalmente, por meio de suas controladas e/ou escritórios de representação localizados na Argentina, Áustria, China, Equador, Estados Unidos da América e Singapura. A Companhia também controla a Premesa S.A., que possui atividade imobiliária. A sede social da Companhia está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia é controlada por membros da família Feffer. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 18 de março de 2025. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*"International Financial Reporting Standards - IFRS"*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® *Accounting Standards*)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC® *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R$") e as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares, exceto se expresso de outra forma. A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas, que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo a divulgação dos passivos contingentes

continua →

Eufrázio



SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO Holding

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

assumidos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As práticas contábeis que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais estimativas e premissas são significativas, estão divulgadas na nota 3.2.34. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transação para as normas contábeis IFRS e CPCs, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelo valor justo; (ii) pagamentos baseados em ações e benefícios a empregados mensurados pelo valor justo; e (iii) ativos biológicos mensurados pelo valor justo. As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas na nota 3. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando a continuidade de suas atividades operacionais. **3. Resumo das políticas contábeis materiais:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas utilizando informações da Companhia e de suas controladas na mesma data-base, exceto as controladas Futuragene e Suzano Packaging e as coligadas Biomas, Ensyn, Simplifyber e Spinnova, bem como, políticas e práticas contábeis consistentes. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora. Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculos de estimativas, exceto pelas novas políticas contábeis apresentadas na nota 3.1, adotadas a partir de 1º de janeiro de 2024. **3.1 Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis:** As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. **3.1.1 Alterações ao CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Acordos de financiamentos de fornecedores e no CPC 03 (R1)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa antecipada:** As alterações passam a requerer que a entidade divulgue informações adicionais sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permita aos usuários avaliar os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa da entidade e na exposição da entidade ao risco de liquidez. As divulgações requeridas pelas alterações, que permitiriam a compreensão dos efeitos desses acordos sobre os passivos, fluxos de caixa e liquidez incluem: (a) os termos e as condições dos acordos; (b) no início e no encerramento do período de reporte: (i) os valores contábeis, e as rubricas associadas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores; (ii) os valores contábeis, e rubricas associadas, dos passivos financeiros divulgados de acordo com o item (i) para os quais os fornecedores já receberam o pagamento dos financiadores; e (iii) a faixa de datas de vencimento; e (c) o tipo e o efeito de alterações não caixa nos valores contábeis dos passivos financeiros divulgados de acordo com o item (b)(i). A Companhia e a Suzano avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não identificou a necessidade de divulgar informações adicionais, visto que, (a) os termos e as condições dos acordos não sofreram alterações em comparação as condições originais; (b) (i) os valores contábeis objeto de antecipação estão divulgados na nota 17; (ii) a decisão de aderir a esta transação é exclusiva dos fornecedores, sendo que a Companhia e a Suzano não tem influência nem gestão sobre os valores recebidos pelos fornecedores das instituições financeiras; (iii) não houve alteração nas datas de vencimentos; e (c) não ocorreram modificações não caixa dos acordos de antecipações de fornecedores. **3.1.2 Alterações ao CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento (sale and leaseback):** O item 100(a) do CPC 06 exige que um vendedor-arrendatário avalie o ativo de direito de uso resultante de uma transação de venda e retroarrendamento na proporção do saldo contábil anterior do ativo que se relaciona com o direito de uso que o vendedor-arrendatário retém. Assim, numa transação de venda e retroarrendamento, o vendedor-arrendatário reconhece apenas a quantia de qualquer ganho ou perda relacionado com os direitos transferidos para o comprador-arrendador. As alterações refletirão na mensuração do passivo de arrendamento do vendedor-arrendatário a fim de restringir o reconhecimento de qualquer ganho referente ao direito de uso mantido, fazendo com que o vendedor-arrendatário reconheça no resultado do exercício a diferença entre os pagamentos efetuados pelo arrendamento e os pagamentos que reduzem o valor contábil do passivo de arrendamento. A Companhia e a Suzano avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não identificaram impactos. **3.1.3 Alterações ao CPC 26 (R1)/IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulantes e passivos não circulantes com covenants:** As alterações aprimoram as informações fornecidas pela entidade quando o seu direito de diferir a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses está sujeito ao cumprimento de cláusulas restritivas (covenants). A classificação de passivos como circulantes ou não circulantes baseia-se no cumprimento de covenants que sejam requeridos na data de reporte ou antes dessa data, mas nunca em relação a eventos futuros, além de requerer divulgação de informações nas notas explicativas que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar o risco de que o passivo possa se tornar exigível dentro de doze meses, incluindo as condições pactuadas (por exemplo, sua natureza e a data em que a entidade deve cumpri-las), se a entidade teria cumprido as condições com base em suas circunstâncias no final do período de reporte e como a entidade espera cumprir as condições após o final do período de reporte. A Companhia e a Suzano avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não identificaram impactos. **3.1.4 Decisão da agenda do IFRIC sobre a divulgação de receitas e despesas para seguimentos reportáveis (CPC 22/IFRS 8):** Em julho de 2024, o IASB aprovou uma decisão da agenda do IFRIC em relação ao relatório de segmentos reportáveis. A decisão trata de como uma entidade aplica os requisitos do parágrafo 23 do IFRS 8 para divulgar para cada segmento reportável os valores específicos relacionados ao lucro ou prejuízo do segmento. A Companhia e a Suzano avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e incluíram o custo do produto vendido. **3.2 Políticas contábeis adotadas:** As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. **3.2.1 Demonstrações financeiras: 3.2.1.1 Demonstrações financeiras individuais:** Os investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, cujo investimento é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição e, posteriormente ajustado pelas alterações dos ativos líquidos das investidas. Os investimentos em operações controladas em conjunto são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto. Adicionalmente, o valor contábil do investimento em controlada é ajustado pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial das controladas, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido da controladora. **3.2.1.2 Demonstrações financeiras consolidadas:** São elaboradas utilizando informações da Companhia e de suas controladas na mesma data-base, exceto as controladas pela Suzano, Futuragene e Suzano Packaging e as coligadas Biomas, Ensyn, Simplifyber que possuem defasagem inferior a três meses em relação à data-base das referidas demonstrações financeiras, conforme as disposições do CPC 18/IAS 28 e não apresentam efeito relevante em relação ao resultado consolidado e, caso tivesse ocorrido algum evento significativo até 31 de dezembro de 2024, o efeito seria ajustado nas demonstrações financeiras consolidadas, bem como, políticas contábeis consistentes. Em 31 de dezembro de 2024, a Suzano possuía o investimento na coligada Spinnova, no montante de R$95.254, representando 18,77% do patrimônio líquido da referida coligada. Até a data de emissão deste relatório, as últimas demonstrações financeiras publicadas para esse investimento apresentavam defasagem superior a três meses. Nessas circunstâncias, o investimento é mensurado com base na última informação disponível, sendo realizados os ajustes necessários em decorrência dos efeitos de transações e eventos significativos, os quais não têm efeito relevante sobre o resultado consolidado. A Suzano consolida todas as controladas sobre as quais detém o controle de forma direta ou indireta, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu investimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. Adicionalmente, todas as transações e saldos entre a Suzano e suas controladas, coligadas e operações em conjunto foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários, os investimentos e os respectivos resultados de equivalência patrimonial. A participação dos acionistas não controladores está destacada. **3.2.1.3 Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. As normas contábeis IFRS não requerem a apresentação destas demonstrações e, portanto, são consideradas informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Companhia adota como política contábil demonstrar o efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos dentro do grupo de valor adicionado para distribuição. **3.2.2 Investimentos em controladas:** São todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As entidades controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir. **3.2.3 Investimentos em operações em conjunto:** São todas entidades nas quais a Companhia mantém o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre sua atividade econômica e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto. **3.2.4 Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto:** São reconhecidos inicialmente pelo seu custo e, posteriormente, ajustados pelo método da equivalência patrimonial, sendo acrescido ou reduzido da sua participação no resultado da investida após a data de aquisição. Nos investimentos em coligadas, a Companhia exerce influência significativa, que é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Nos empreendimentos controlados em conjunto há o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, no qual as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. **3.2.5 Conversão das demonstrações para moeda funcional e de apresentação:** A Companhia definiu que, para a controladora e todas as suas controladas, a moeda funcional e de apresentação é o Real. Exceto para a controlada Suzano Packaging, cuja moeda funcional é o Dólar, e para os investimentos em coligadas no exterior relativos à Ensyn Corporation, F&E Technologies LLC e Simplifyber, cuja moeda funcional é o Dólar, Spinnova e Woodspin, cuja moeda funcional é o Euro. Os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão das demonstrações financeiras, são registrados em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido. As demonstrações financeiras individuais de cada controlada, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são preparadas utilizando-se a moeda local em que a controlada opera e convertidas para a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3.2.5.1 Transações e saldos em moeda estrangeira:** São convertidas adotando-se os seguintes critérios: (i) ativos e passivos monetários convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício; (ii) ativos e passivos não monetários convertidos pela taxa histórica da transação; (iii) receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média das taxas diárias (PTAX); e (iv) os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão dos itens acima, são registrados no resultado financeiro do exercício. A variação cambial decorrente da conversão de uma operação em moeda estrangeira, anteriormente reconhecida em outros resultados abrangentes, somente será transferida do patrimônio líquido para a demonstração do resultado no momento da baixa da operação. A baixa total ou parcial de participação em subsidiária no exterior ocorre na venda ou encerramento, do todo ou parte da operação. **3.2.6 Economias hiperinflacionárias:** Entidades sediadas na Argentina, país considerado de economia hiperinflacionária, são sujeitas aos requerimentos do CPC 42/IAS 29 - Economias Hiperinflacionárias. Os itens não monetários e o resultado destas entidades são corrigidos pela alteração do índice de correção entre a data inicial de reconhecimento e o fim do exercício de apresentação, a fim de que o balanço da controlada esteja registrado ao valor corrente. Entretanto, a controlada da Suzano sediada na Argentina, tem o Real como moeda funcional e, desta forma, não é considerada uma entidade com moeda hiperinflacionária e não apresenta sua demonstração financeira individual de acordo com o CPC 42/IAS 29 - Economias Hiperinflacionárias. As demonstrações financeiras são apresentadas ao custo histórico. **3.2.7 Combinações de negócios:** São contabilizadas com a utilização do método de aquisição quando há transferência de controle para a adquirente. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou instrumentos de patrimônio os quais são apresentados como redutores da dívida ou no patrimônio líquido, respectivamente. Na combinação de negócios, são avaliados os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Inicialmente, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) é mensurado pelo custo deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que serão beneficiadas pela aquisição. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos. Passivos contingentes relacionados a assuntos de natureza tributária, cível e trabalhista, classificados na adquirida como risco de perda possível e remoto, são reconhecidos na adquirente, pelos seus valores justos. As transações de aquisição de investimentos em coligadas e com controle compartilhado são avaliadas conforme aplicam-se as orientações complementares do CPC 15/IFRS - 3 - Combinação de Negócios, CPC 19/IFRS - 11 - Negócios em Conjunto e CPC 18/IAS - 28 - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto para avaliação dos critérios de reconhecimento inicial. Para os investimentos definidos com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da adquirente no patrimônio líquido da adquirida a partir da data de aquisição. Nas demonstrações financeiras individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) é mensurado e segregado do valor contábil do investimento. Outros ativos intangíveis identificados na transação deverão ser alocados proporcionalmente à participação adquirida pela Companhia, pela diferença entre os valores contábeis registrados na entidade negociada e seu valor justo apurado (mais-valia dos ativos), os quais são passíveis de serem amortizados. O excesso de valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em relação ao patrimônio líquido na data da aquisição das controladas permanece registrado na conta de investimento na rubrica de mais-valia de ativos de controladas. **3.2.8 Informação por segmento:** Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão. A Administração da Suzano identificou os segmentos operacionais, que atendem aos parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação, conforme o modelo de gestão vigente. **3.2.9 Caixa e equivalentes de caixa:** Compreende os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos vencimentos originais, na data da aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **3.2.10 Instrumentos financeiros: 3.2.10.1 Classificação:** Os instrumentos financeiros são classificados com base nas características individuais e no modelo de gestão do instrumento ou da carteira em que está contido, cujas categorias de mensuração e apresentação são: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado abrangente; e (iii) valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os instrumentos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. **3.2.10.1.1 Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado:** São instrumentos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos; e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido. Compreende o saldo das rubricas de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, dividendos a receber e outros ativos, classificados como ativos financeiros e o saldo das rubricas de fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar de arrendamento, contas a pagar de aquisição de ativos e de controladas, juros sobre capital próprio e dividendos a pagar e outros passivos, classificados como passivos financeiros. **3.2.10.1.2 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** São instrumentos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos; e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Adicionalmente, são classificados nessa categoria os investimentos em instrumentos patrimoniais, no qual no reconhecimento inicial, a Companhia optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica do resultado financeiro, líquido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Compreende o saldo classificado como outros investimentos, avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **3.2.10.1.3 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São classificados nessa categoria, os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido, para instrumentos financeiros não derivativos e na rubrica resultado dos instrumentos financeiros derivativos, para os instrumentos financeiros derivativos. Compreende o saldo das rubricas de aplicações financeiras, classificado como ativos financeiros e dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos e opções de compra de ações, classificados como ativos e passivos financeiros. **3.2.10.2 Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros: 3.2.10.2.1 Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Anualmente, a Companhia e suas controladas avaliam se há evidências de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que é registrada, somente, após a verificação do resultado de um ou mais eventos ocorridos posteriormente ao reconhecimento inicial e se impactar nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável. Os critérios utilizados para determinar se há evidências de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; (ii) evento de *default* no contrato, como inadimplências ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) quando a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não receberia; (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; e (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira. O montante da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é mensurado pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido e o valor da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecido na demonstração de resultado. Em mensuração subsequente, havendo uma melhora na classificação do ativo, como por exemplo, melhora no nível de crédito do devedor, a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecida anteriormente, deve ser revertida na demonstração do resultado. **3.2.10.2.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente, na mensuração do valor justo, se há evidências de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável. Para tais ativos financeiros, uma redução relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo, é uma evidência de que o ativo está deteriorado e a perda por redução ao valor recuperável, mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda reconhecida anteriormente em outros resultados abrangentes, deverá ser reconhecida na demonstração do resultado. **3.2.11 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*:** Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e, subsequentemente, são mensurados ao seu valor justo, cujas variações são registradas na rubrica resultado dos instrumentos financeiros derivativos, na demonstração de resultado. Os instrumentos financeiros derivativos embutidos em contratos principais, não derivativos, são tratados como um derivativo separado quando seus riscos e características não estiverem intrinsecamente relacionados aos dos contratos principais e estes não forem mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Para os instrumentos financeiros derivativos embutidos que não possuam característica de opções, estes são separados do seu contrato principal de acordo com os seus termos substantivos expressos ou implícitos, para que o valor justo seja zero no reconhecimento inicial. **3.2.12 Contas a receber de clientes:** São registradas pelo valor nominal faturado na data da venda, no curso normal das atividades da Suzano, ajustadas pela variação cambial quando denominadas em moeda estrangeira e, quando aplicável, deduzidas das perdas de crédito esperadas. A Suzano utiliza a matriz de provisões por vencimento com o agrupamento apropriado de sua carteira. Quando necessário, com base em análise individual, a provisão para perda esperada é complementada. A posição de vencimentos da carteira de clientes é analisada mensalmente e, para os clientes que apresentam saldos vencidos é efetuada uma avaliação específica de cada um, considerando o risco de perda envolvido, a existência de seguros contratados, cartas de crédito, garantias reais e situação financeira. Em caso de inadimplências, esforços de cobrança são efetuados, por meio de contatos diretos com os clientes e cobrança por meio de terceiros. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas e é registrada uma perda de crédito esperada em contrapartida à rubrica despesas com vendas na demonstração de resultado. Os títulos são baixados contra a provisão, à medida que a Administração considera que estes não são mais recuperáveis após ter tomado todas as medidas cabíveis para recebê-los. **3.2.13 Estoques:** São avaliados ao custo médio de aquisição ou formação dos produtos acabados, líquido dos tributos recuperáveis e seu valor líquido de realização. O custo dos produtos acabados e em elaboração inclui matérias-primas, mão de obra, custo de produção, transporte e armazenagem e despesas gerais de produção, que estão relacionados a todos os processos necessários para a colocação dos produtos em condições de venda. As importações em andamento são apresentadas pelo custo incorrido até a data do balanço. O custo da madeira transferida da rubrica de ativos biológicos para estoques é mensurado ao valor justo mais os gastos com colheitas e frete. Provisões para perda, ajustes a valor líquido de realização, itens deteriorados e estoques de baixa movimentação são registrados quando necessário. As perdas normais de produção integram o custo de produção do respectivo mês, enquanto as perdas anormais, se houver, são registradas diretamente na rubrica de custo dos produtos vendidos sem transitar pelos estoques. **3.2.14 Ativos não circulantes mantidos para venda:** São mensurados com base no menor montante entre o valor contábil e o valor justo, deduzidos das despesas de venda e não são depreciados ou amortizados. Tais itens somente são classificados nesta rubrica quando a venda for altamente provável e os itens estiverem disponíveis para venda imediata em suas condições atuais. **3.2.15 Ativos biológicos:** Os ativos biológicos para produção (florestas maduras e imaturas) são florestas de eucalipto de reflorestamento, com ciclo de formação entre o plantio até a colheita de 6 (seis) a 7 (sete) anos, mensurados ao valor justo menos as despesas de vendas. A exaustão é mensurada pela quantidade de ativo biológico exaurido (colhido) e avaliado ao seu valor justo no momento da sua colheita. Para a determinação do valor justo, foi aplicada a técnica da abordagem de receita ("*income approach*") utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado, de acordo com o ciclo de produtividade projetado para estes ativos. As premissas utilizadas na mensuração do valor justo são revistas semestralmente, pois a Suzano considera que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa no saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado contabilmente. O ganho ou perda na avaliação do valor justo é reconhecido na rubrica receitas (despesas) operacionais, líquidas. Os ativos biológicos em formação com idade inferior a 2 (dois) anos são mantidos contabilmente pelo seu custo de formação. As áreas de preservação ambiental permanente não são registradas contabilmente, por não se caracterizarem como ativos biológicos, e não são incluídos na mensuração ao valor justo. **3.2.16 Imobilizado:** Mensurado pelo custo de aquisição, formação, construção ou restauração, líquido dos impostos recuperáveis. Este custo é deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável, que é o maior valor entre o de uso e o de venda, menos os custos de venda. Os custos de empréstimos e financiamentos são registrados como parte dos custos do imobilizado em andamento, considerando a taxa média ponderada, ajustada pela equalização dos efeitos cambiais, de empréstimos e financiamentos, vigente na data da capitalização de acordo com a política da Companhia e suas controladas. A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação. A Companhia e suas controladas realizam anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado. A provisão para perda ao valor recuperável do ativo imobilizado somente é reconhecida se a unidade geradora de caixa ("UGC") à qual o ativo está relacionado sofrer perda por desvalorização. Essa condição também se aplica mesmo se o valor recuperável do ativo for menor do que seu valor contábil. O valor recuperável do ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo líquido de despesas de vendas. O custo das principais reformas é capitalizado quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o desempenho inicialmente estimado para o ativo e são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. Os demais custos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado quando incorridos. Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são mensurados pela comparação do valor da venda e o valor contábil residual e são reconhecidos na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas na data de alienação. **3.2.17 Arrendamento:** Um contrato é ou contém um arrendamento se por meio dele

continua

Eufrázio



SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO Holding

➜ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

é transferido o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação, para o qual é necessário avaliar se: (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado; (ii) a Companhia e suas controladas tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o período do contrato; e (iii) a Companhia e suas controladas tem o direito de direcionar o uso do ativo. A Companhia e suas controladas tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado, se: • tem o direito de operar o ativo, ou • projetou o ativo, de forma que predetermina como e para qual finalidade será usado. No início do contrato, a Companhia e suas controladas reconheceram um ativo com direito de uso e um passivo de arrendamento que representa a obrigação de efetuar os pagamentos relacionados ao ativo subjacente do arrendamento. O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado até a data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido. O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o término do prazo do arrendamento. Com exceção aos contratos de terrenos que são prorrogados automaticamente por igual período por meio de notificação ao arrendador, para os demais não são permitidas renovações automáticas e por prazo indeterminado, assim como o exercício da extinção contratual é um direito de ambas as partes. O passivo de arrendamento bruto de PIS/COFINS é inicialmente mensurado pelo valor presente, descontado com base na taxa nominal de empréstimo incremental. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança: (i) nos pagamentos futuros decorrentes de uma mudança em índice ou taxa; (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido; ou (iii) na avaliação se a Companhia e suas controladas exercerão a opção de compra, prorrogação ou rescisão. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia e suas controladas não possuem registrados contratos de arrendamento com cláusulas de: (i) pagamentos variáveis que sejam baseados na performance dos ativos arrendados; (ii) garantia de valor residual; e (iii) restrições, como por exemplo, obrigação de manter coeficientes financeiros. Os contratos de baixo valor ou de curto prazo, enquadrados na isenção da norma, cujos valores individuais dos ativos são inferiores a US$5 ou com prazo de vencimento inferior a 12 meses, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **3.2.18 Intangível:** Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios têm seu custo definido como o valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) sempre que houver indício de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível. As amortizações de contrato de fornecedores e serviços portuários, concessão de portos, contratos de arrendamento e cultivares são registradas no custo das vendas, a amortização com relacionamento com clientes nas despesas comerciais, amortizações de marcas e patentes, acordo de não competição, acordo de pesquisa e desenvolvimento e implantação de sistemas nas despesas administrativas, enquanto que as amortizações de softwares são registradas de acordo com a sua utilização, podendo ser custo das vendas, despesas administrativas ou comerciais. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação às perdas por redução ao valor recuperável (impairment), individualmente ou no nível da UGC. A alocação é feita para a UGC ou grupo de UGCs que representa o menor nível dentro da entidade, no qual o ágio é monitorado para propósitos internos da Administração, e que se beneficiou da combinação de negócios. A Suzano registra neste subgrupo principalmente ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) e servidão de passagem. **3.2.19 Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), correntes e diferidos e incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro (CPC 22/IFRIC 23):** Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial. O encargo corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas nos países em que a Companhia e suas controladas e coligadas atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados. Impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível. Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são compensados e apresentados pelo montante líquido no balanço sempre que relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **3.2.20 Fornecedores e operações de risco sacado:** Corresponde às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável. As operações de risco sacado são disponibilizadas para que os fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina da Suzano. Nesta operação, as instituições financeiras pagam os fornecedores que optaram pelo recebimento antecipado em troca de um desconto e, quando contratado entre às instituições financeiras e os fornecedores (a decisão de aderir a esta transação é exclusiva dos fornecedores), a Suzano paga às instituições financeiras na data de pagamento original o valor nominal total da obrigação originária. Portanto, estas operações não alteram os valores, natureza e tempestividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente acordadas) e não afeta a Suzano com os encargos financeiros praticados pelas instituições financeiras. Adicionalmente, os pagamentos realizados pela Suzano são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram os fluxos de caixa. Dessa forma, a Suzano continua reconhecendo os fornecedores que optaram pelo risco sacado nas atividades operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa. **3.2.21 Empréstimos, financiamentos e debêntures:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e liquidados é reconhecida na demonstração do resultado, utilizando o método da taxa efetiva de juros durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto. Os custos de empréstimos e financiamentos, que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável de acordo com a política da Suzano, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que resultará em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. A Suzano não possui empréstimos específicos para obtenção de ativos qualificáveis. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **3.2.22 Provisões, ativos e passivos contingentes:** Os ativos contingentes não são registrados. O reconhecimento somente é realizado quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, quando os benefícios econômicos decorrentes de ações judiciais são praticamente certos e cujo valor seja possível ser mensurado com segurança. Os ativos contingentes avaliados como êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa, quando material. Uma provisão é reconhecida na medida em que a Companhia e suas controladas esperam desembolsar fluxos de caixa, que possa ser mensurada com segurança. Os processos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança, sendo registrados líquidos dos depósitos judiciais, na rubrica de "provisões para passivos judiciais". Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados. Os passivos contingentes de combinações de negócios são reconhecidos se forem decorrentes de uma obrigação presente que surgiu de eventos passados e se o seu valor justo puder ser mensurado com confiabilidade. São mensurados pelo maior valor entre: (i) o valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima descrita; ou (ii) o valor inicialmente reconhecido, deduzido, quando for o caso, da receita reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita de contrato com cliente. Os valores de principal e multas referentes aos processos: tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais e os juros são reconhecidos no resultado financeiro líquido. A realização dos passivos judiciais e contingentes decorrentes das combinações de negócios, referente aos processos possíveis e remotos, são reconhecidos na rubrica de outros resultados operacionais, ou caixa a depender da decisão judicial. **3.2.23 Provisão para desmobilização de ativos:** Compreende os custos para a desmobilização de células de aterro industrial e desativação dos ativos vinculados aos aterros. O reconhecimento inicial é um passivo de longo prazo em contrapartida ao ativo imobilizado vinculado e corresponde ao valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros descontado por uma taxa livre de risco ajustada. O passivo de longo prazo é remensurado por uma taxa de desconto de longo prazo, reconhecido na rubrica de outros passivos em contrapartida ao resultado financeiro. O ativo imobilizado vinculado é depreciado linearmente pela vida útil do bem principal em contrapartida à rubrica de custo do produto vendido na demonstração de resultado. **3.2.24 Pagamento baseado em ações:** Os executivos e administradores da Suzano recebem parcela de sua remuneração por meio de planos de pagamento baseado em ações com liquidação em dinheiro e em ações. As despesas com os planos são reconhecidas no resultado (despesas administrativas) pelo valor justo das ações, apurado na data da outorga, de forma linear durante o período de serviço exigido pelos planos, em contrapartida ao passivo não circulante para planos com liquidação em dinheiro, e patrimônio líquido para os planos com liquidação em ações. **3.2.25 Benefícios a empregados:** A Companhia e suas controladas oferecem benefícios relativos à plano de aposentadoria suplementar de contribuição definida a todos os funcionários e assistência médica e seguro de vida para determinado grupo de ex-funcionários, sendo que para os dois últimos benefícios, anualmente, são elaborados estudos atuariais por profissional independente e são revisados pela Administração. O respectivo impacto é reconhecido na rubrica de passivos atuariais. As mensurações, que compreendem os ganhos e perdas atuariais, são reconhecidas na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial quando incorridos. Os juros incorridos, decorrentes das alterações no valor presente do passivo atuarial, são registrados na rubrica de despesas financeiras, na demonstração de resultado. **3.2.26 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. **3.2.27 Subvenções e assistências governamentais:** As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas a valor justo quando há razoável segurança de que as condições estabelecidas foram cumpridas e o benefício será recebido. São registradas como redução de despesa no resultado de fruição do benefício e, posteriormente, são reclassificadas de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, quando aplicável. **3.2.28 Dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio é reconhecida como um passivo, apurado com base na legislação societária, no estatuto social e na política de dividendos da Companhia e suas controladas. A Suzano estabelece que o dividendo mínimo anual é o menor valor entre (i) 25% do lucro líquido ajustado; ou (ii) 10% da geração de caixa operacional consolidado no exercício e, desde que declarados antes do final do exercício. A Companhia estabelece o dividendo mínimo no valor de 25% do lucro líquido ajustado. Qualquer parcela excedente dos dividendos mínimos obrigatórios, caso seja declarada após a data do balanço, deve ser registrada na rubrica dividendos adicionais propostos, no patrimônio líquido, até aprovação pelos acionistas em assembleia geral. Após aprovação, é efetuada a reclassificação para o passivo circulante. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado na rubrica de imposto de renda. **3.2.29 Capital social:** Na Companhia e nas suas controladas, as ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à oferta pública são registrados, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos fiscais. **3.2.30 Reconhecimento da receita:** As receitas de contratos com clientes são reconhecidas à medida em que ocorre a transferência do controle dos produtos aos clientes, representada pela capacidade de determinar o uso dos produtos e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes dos produtos. Para isso, a Suzano utiliza o modelo de 5 etapas: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. Para o segmento operacional Celulose, o reconhecimento da receita ocorre quando da transferência do controle ao comprador que assume os benefícios remanescentes do ativo e baseia-se nos parâmetros previstos pelo (i) Termos Internacionais de Comércio ("*Incoterms*") correspondente, quando destinado ao mercado externo; e (ii) tempo de trânsito ("*lead time*"), quando destinado ao mercado interno. Para os segmentos operacionais Papel e Bens de Consumo, o reconhecimento da receita ocorre quando da transferência do controle ao comprador que assume os benefícios remanescentes do ativo e baseia-se nos parâmetros previstos pelo (i) Termos Internacionais de Comércio ("*Incoterms*") correspondente e (ii) no tempo de trânsito ("*lead time*") e são produtos destinados aos mercados externo e interno. São mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança. A experiência acumulada é usada para estimar e registrar as provisões para abatimentos e descontos por meio do método de valor estimado. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa. Uma provisão para reembolso (incluído em contas a receber de clientes) é reconhecida para os abatimentos e descontos estimados a pagar a clientes com relação a vendas realizadas até o fim do exercício. As vendas são realizadas no curto prazo, portanto, não têm caráter de financiamento e não são descontadas ao valor presente. **3.2.31 Receitas e despesas financeiras:** Abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, pela taxa efetiva de juros que inclui a amortização de custos de captação, ganhos e perdas nos instrumentos financeiros derivativos, juros sobre empréstimos e financiamentos, variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos e outros ativos e passivos financeiros e variações monetárias sobre outros ativos e passivos. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos. **3.2.32 Resultado básico por ação:** O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação é efetuado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. O cálculo do lucro diluído por ação é efetuado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, somadas à quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais diluitoras. **3.2.33 Participação dos funcionários e administradores no resultado:** Os funcionários têm direito a uma participação no resultado com base em determinadas metas acordadas anualmente. Já para os administradores são utilizadas como base as disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelos acionistas. As provisões para participação são reconhecidas na rubrica de salários e encargos sociais em contrapartida a rubrica de despesa administrativa, durante o período em que as metas são atingidas. **3.2.34 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais:** Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, e são apresentados a seguir: • controle, influência significativa e consolidação; • transações com pagamento baseado em ações; • transferências de controle para reconhecimento da receita; • valor justo de instrumentos financeiros; • análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros; • perdas de créditos esperadas no contas a receber; • provisão para perdas nos estoques; • análise anual do valor recuperável de tributos; • valor justo dos ativos biológicos; • vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida; • análise anual do valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*); • arrendamento; • provisão para passivos judiciais; e • benefícios de aposentadoria. A Companhia e suas controladas revisam continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas. **3.3 Políticas contábeis ainda não adotadas:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não adotadas até 31 de dezembro de 2024, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não esperam ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto pela IFRS 18, conforme divulgado abaixo. **3.3.1 Alterações ao CPC 02 (R2)/IAS 21: Ausência de permutabilidade (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2025):** As alterações criarão requerimentos para que a entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é permutável por outra moeda e, quando não for, para determinar a taxa de câmbio apropriada a utilizar e as divulgações a serem realizadas. Nesse contexto, a permutabilidade é tida como inexistente quando, para um determinado fim, a entidade não consegue obter mais do que uma quantia insignificante de moeda estrangeira. Para tal, a entidade avalia: (i) a tempestividade para se obter moeda estrangeira; (ii) a habilidade prática (e não intenção) de obter moeda estrangeira; e (iii) os mercados ou mecanismos de troca disponíveis que criam direitos e obrigações executáveis. **3.3.2 Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026):** Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu emendas direcionadas ao IFRS 9 e IFRS 7 para responder a questões recentes que surgem na prática e para incluir novos requisitos não apenas para instituições financeiras, mas também para entidades corporativas. Essas emendas: • esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de dinheiro; • esclarecem e adicionam mais orientações para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de pagamentos exclusivos de principal e juros; • adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ambientais, sociais e de governança); e atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **3.3.3 IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2027):** A IFRS 18 substituirá a IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora a IFRS 18 não impacte o reconhecimento ou a mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração nas demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação do novo padrão nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Da avaliação preliminar de alto nível realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: (i) Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, a Companhia espera que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração de lucros e perdas nas novas categorias impactará como o lucro operacional é calculado e relatado. Da avaliação de impacto de alto nível realizada pela Companhia, os seguintes itens podem potencialmente impactar o lucro operacional: • As diferenças cambiais atualmente agregadas no item de linha "outras receitas e outros ganhos/(perdas) - líquidos" no lucro operacional podem precisar ser desagregadas, com alguns ganhos ou perdas cambiais apresentadas abaixo do lucro operacional. • O IFRS 18 tem requisitos específicos sobre a categoria em que os ganhos ou perdas de derivativos são reconhecidos - que é a mesma categoria que as receitas e despesas afetadas pelo risco que o derivativo é usado para gerenciar. Embora a Suzano atualmente reconheça alguns ganhos ou perdas no lucro operacional e outros em custos financeiros, pode haver uma mudança em onde esses ganhos ou perdas são reconhecidos, e a Suzano está atualmente avaliando a necessidade de mudança. (ii) Os itens apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação do conceito de "resumo estruturado útil" e dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente na demonstração da posição financeira, a Suzano desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente na demonstração financeira. (iii) A Companhia não espera que haja uma mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas porque o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: • medidas de desempenho definidas pela administração; • uma abertura da natureza das despesas para linhas apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado - essa abertura é necessária apenas para despesas de certa natureza; e • para o primeiro período anual de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha na demonstração do resultado entre os valores reformulados apresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1. (iv) Da perspectiva da demonstração do fluxo de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento, o que é uma mudança da apresentação atual como parte dos fluxos de caixa operacionais. A Companhia e suas controladas aplicarão o novo padrão a partir de sua data efetiva obrigatória de 1º de janeiro de 2027. A aplicação retrospectiva é necessária e, portanto, as informações comparativas para o ano financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2026 serão reformuladas de acordo com o IFRS 18. **3.3.4 IFRS19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027):** Emitido em maio de 2024, o IFRS 19 permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam de acordo com as normas contábeis IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. **4. Investimentos 4.1. Composição dos investimentos, líquidos: Posição e movimentação dos investimentos em controladas:**

	Suzano S.A (1)	Premesa S.A	Total
a) Participação no capital em 31 de dezembro de 2024			
Quantidade de ações possuídas			
Ações ordinárias	367.612.329	21.572	
Capital votante/total (2)	29,66%	98,65%	
b) Informações das controladas em 31 de dezembro de 2024			
Ativo	165.936.105	7.670	
Passivo	133.520.530	76	
Patrimônio líquido	32.415.575	7.594	
Capital social	19.235.546	6.732	
Resultado do exercício	(7.074.198)	2.117	
c) Investimentos			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	9.282.181	12.820	9.295.001
Equivalência patrimonial	3.989.475	3.294	3.992.769
Juros sobre o capital próprio	(427.671)		(427.671)
Participação no ajuste de avaliação patrimonial (3)	(22.929)		(22.929)
Perda apurada na recompra de ações pela controlada	(78.520)		(78.520)
Dividendos complementares de 2022		(6.817)	(6.817)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	12.742.536	9.297	12.751.833
Equivalência patrimonial	(2.039.673)	2.088	(2.037.585)
Juros sobre o capital próprio	(741.608)		(741.608)
Participação no ajuste de avaliação patrimonial (3)	(32.928)	250	(32.678)
Perda apurada na recompra de ações pela controlada (4)	(351.427)		(351.427)
Dividendos complementares de 2023		(4.143)	(4.143)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	9.576.900	7.492	9.584.392

(1) Última cotação em bolsa por ação ordinária - R$ 61,78 em 31 de dezembro de 2024, o valor de mercado desse investimento naquela data era de R$ 22.711.090; (2) Em 28 de setembro de 2017 David Feffer, Daniel Feffer, Jorge Feffer, Ruben Feffer e Suzano Holding S.A. celebraram Acordo de Voto para regular, dentre outras avenças, o exercício do direito de voto relacionado às ações de emissão da Suzano de sua titularidade e vinculadas ao referido Acordo de Voto, as quais representavam, em conjunto, naquela data, 50,035% do capital social da Suzano, nos termos previsto no Acordo de Voto. A contraprestação paga para a aquisição do controle da Fibria se deu parte em dinheiro e parte em ações da Suzano. Com a emissão de novas ações da Suzano em favor dos então acionistas da Fibria, houve diluição da participação da Companhia na Suzano, fazendo com que ela caísse para abaixo de 50%, mesmo

continua ➜

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO Holding

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

considerando o Acordo de Voto descrito no parágrafo acima. Essa situação requer que a administração avalie se o controle é mantido, especialmente quando perdendo a condição de acionista majoritário. A administração avaliou os fatos e circunstâncias mais relevantes, quantitativa e qualitativamente, incluindo a dispersão acionária, e concluiu, apoiada em opinião de assessores externos, pela existência do de facto control i.e. a Companhia tem a habilidade prática de controlar a Suzano. Por consequência, concluiu pela manutenção da consolidação da Suzano, mesmo após a conclusão da aquisição da Fibria. (3) Participação no ajuste de avaliação patrimonial, decorrente de alterações de participação acionária, ganho atuarial e variação cambial reconhecida pela controlada; (4) Através de programas de recompra de ações, a Suzano recomprou em 2024, 50.110.187 ações ordinárias no mercado, essas recompras provocaram um aumento no percentual de participação da Companhia na Suzano de 1,15% e uma perda de R$ 351.427 registrada no investimento contra Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido. **5. Patrimônio líquido: 5.1. Capital social:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia era de R$5.775.670, integralmente realizado e dividido em 691.709.212 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 300.136.584 ações ordinárias e 274.291.308 ações preferenciais classe A e 117.281.320 preferenciais classe B, detidas basicamente por pessoas físicas residentes no país (em 31 de dezembro de 2023 o capital era de R$4.775.670, dividido em 345.854.606 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 150.068.292 ações ordinárias e 137.145.654 ações preferenciais classe A e 58.640.660 preferenciais classe B). A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 29 de abril de 2024 aprovou o aumento de capital mediante a capitalização de parte da Reserva Especial para Futuro Aumento de Capital, no montante de R$1.000.000, atribuindo-se aos Acionistas, a título de bonificação, 345.854.606 novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo (a) 150.068.292 ações ordinárias, (b) 137.145.654 ações preferenciais classe A e (c) 58.640.660 ações preferenciais classe B. **5.2. Dividendos e cálculo de reservas:** O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Aos detentores das ações preferenciais é assegurado um dividendo de 10% superior ao das ações ordinárias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram distribuídos dividendos, em decorrência do prejuízo apurado no exercício. Em 23 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a deliberação sobre o pagamento de juros sobre capital próprio pela Companhia, no valor bruto total de R$657.327. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, com base nos critérios estabelecidos pelo estatuto social, apurou-se dividendos mínimos obrigatórios, bem como, as reservas, conforme apresentado a seguir:

	31.12.2023
Resultado do exercício	3.949.227
Constituição de reserva legal - 5%	197.461
Constituição de reserva de incentivos fiscais reflexa	33.916
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	3.717.850
Dividendos mínimos obrigatórios propostos - 25%	929.462
Dividendos antecipados	30.000
Juros sobre capital próprio	379.503
Reserva de lucros a realizar (i)	519.959
Resultado remanescente	2.788.388
Reserva para aumento de capital - 90%	2.509.549
Reserva estatutária especial - 10%	278.839

i) A Companhia constitui a reserva de lucros a realizar, correspondente ao lucro não realizado financeiramente, proveniente do recebimento dos dividendos da Suzano, que distribui pelo critério de 10% da geração de caixa operacional consolidado no exercício e não pelo critério de 25% do lucro do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº6.404/76, conforme estabelecido no seu estatuto social dos dois critérios o menor. **5.3. Reservas: 5.3.1. Reservas de capital:** A reserva de capital é composta pelos ganhos de variação de participação em controlada. **5.3.2. Reservas de lucros:** São constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, após a destinação para pagamentos dos dividendos mínimos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de lucros, conforme apresentado a seguir. (i) Legal: constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e limitado a 20% do capital social. A utilização desta reserva está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento de capital social e visa assegurar a integridade do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo dessa reserva é de R$483.458 e em 31 de dezembro de 2023 era de R$483.458. (ii) Para aumento de capital: constituída na base de até 90% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e limitado a 80% do capital social, nos termos do Estatuto Social da Companhia, após a destinação à reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios. A constituição desta reserva visa assegurar à Companhia adequadas condições operacionais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo desta reserva é de R$919.992 e em 31 de dezembro de 2023 era de R$4.757.632. (iii) Estatutária especial: constituída na base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e objetiva garantir a continuidade da distribuição de dividendos, até atingir o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo dessa reserva é de R$606.404 e em 31 de dezembro de 2023 era de R$606.404. (iv) Incentivos fiscais reflexa: são as subvenções governamentais concedidas à Suzano, na forma de incentivos fiscais, reconhecidas de maneira reflexa pela Companhia na proporção de sua participação no Capital Social da controlada. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo dessa reserva é de R$369.600 e em 31 de dezembro de 2023 era de R$274.179. (v) Reserva de lucros a realizar: constituída nos termos do artigo 197 da Lei no 6.404/76, correspondente ao lucro não realizado financeiramente, e que quando realizados, e não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, sejam acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 1.340.824 e em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 1.340.824. O saldo acumulado de reserva de lucros não superou os limites estabelecidos no estatuto da Companhia. **5.4. Ajuste de avaliação patrimonial:** A Companhia registrou nesta rubrica do balanço as contrapartidas dos ajustes do custo atribuído quando da adoção das IFRS em 1º de janeiro de 2009 na Suzano. A movimentação desta rubrica ocorre pela realização dos itens do imobilizado, bem como, demais contrapartidas decorrentes da aplicação das IFRS. Adicionalmente, nesta rubrica são registradas as variações cambiais de controladas no exterior, o ganho (perda) com a atualização dos passivos atuariais e o resultado com a conversão das debêntures da 5ª emissão em ações com Partes Relacionadas, líquidos do imposto de renda e contribuições sociais diferidos da Suzano, e pelos ganhos e perdas de variação de participação decorrente de recompra de ações da controlada Suzano. **6. Evento subsequente: Assinatura de contrato de pré-pagamento de exportação:** Em 21 de fevereiro de 2025, a Suzano concluiu a assinatura de contrato de pré-pagamento de exportação vinculado à sustentabilidade (sustainability-linked loan), contratado por sua subsidiária integral Suzano International Finance B.V. ("Suzano Netherlands"), no montante total de principal de US$ 1,2 bilhão (um bilhão e duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), ao custo de SOFR + 1,45% a.a., com prazo médio de 60 meses e vencimento final em 8 de março de 2031. O recurso acima citado será utilizado, junto com o caixa da Suzano, na liquidação antecipada de principal de US$ 1.5 bilhão (um bilhão, quatrocentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) do contrato de pré-pagamento de exportação divulgado no Comunicado ao Mercado de 11 de Fevereiro de 2021, cujo montante inicial era de US$ 1,6 bilhão (um bilhão, quinhentos e setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), ao custo original de Libor + 1,15% a.a., com prazo médio de 60 meses e vencimento final em 10 de março de 2027. O valor remanescente seguirá o cronograma original de vencimentos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Claudio Thomaz Lobo Sonder – Presidente

Antonio de Souza Corrêa Meyer – Vice-Presidente

Marcos Sampaio de Almeida Prado – Conselheiro

Geraldo José Carbone – Conselheiro

Alan Terpins – Conselheiro

DIRETORIA

David Feffer – Diretor Presidente

Marcel Paes de Almeida Piccinno – Diretor e Diretor de Relações com Investidores

Isabel Cotta Fernandino de França Leme – Diretora

Gabriela Feffer Moll – Diretora

CONTADOR - Rinaldo Ciucci - CRC 1SP-147256/O-6

EXTRATO DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE O RELATÓRIO DE AUDITORIA

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre estas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente nos endereços: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/ e https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx?tipoconsulta=CVM&codigoCVM=9067 .
O referido relatório do auditor independente sobre estas demonstrações financeiras foi emitido em 18 de março de 2025, sem modificações.

ESTADÃO 150 ANOS

PUBLIQUE SEUS BALANÇOS E ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO E GARANTA OS MELHORES RESULTADOS

O veículo mais admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o território nacional.

+35 MM DE USUÁRIOS ÚNICOS

LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS

LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE

A FORÇA DO ESTADÃO +56 MM de impactos / mês

ESTADÃO RI

PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442

ACESSE E CONHEÇA:

ESTADÃO 150 · ESTADÃO RI · ELDORADO FM 107.3 · ESTADÃO BLUE STUDIO · AGÊNCIA ESTADO · broadcast

Fontes: Portal – Google Analytics dez/24; Mídias sociais: seguidores e inscritos Estadão; Jornal: versões impresso e digital (pdf), Brasil e exterior (BDO - set/24)

Eufrázio

BBC DIGITAL

BANCO BRASILEIRO DE CRÉDITO S.A.



CNPJ/MF nº 01.852.137/0001-37

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, do Banco Brasileiro de Crédito S.A., elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Banco Brasileiro de Crédito S.A. tem como objetivo a prática das operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro, principalmente de caminhões, automóveis e veículos em geral, e a prestação de serviços de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica. Além disso, em conjunto com a cadeia de negócios da SIMPAR S/A, dá suporte aos canais de vendas do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2024, os Ativos totais da Companhia somaram R$ 2.179,1 milhões, crescimento de 235,1% em relação a 31 de dezembro de 2023. Os destaques foram para o valor presente das operações de crédito que atingiram R$ 1.324,8 milhão neste exercício, um crescimento de 221,8% em relação ao exercício anterior. Em contrapartida, as operações de arrendamento mercantil, com valor presente de R$ 160,4 milhões, apresentaram redução de 1,7%, na mesma base de comparação. Também neste exercício as operações de títulos de créditos a receber atingiu o montante de R$ 397,5 milhões.

Outros destaques foram as Disponibilidades que atingiram R$ 124,6 milhões, dos quais R$ 115,0 milhões em Outros depósitos no Banco Central do Brasil, R$ 97,3 milhões em Títulos e Valores Mobiliários – Letras do Financeiras do Tesouro Nacional (LFT), R$ 61,0 milhões em Créditos Tributários.

A captação de recursos destinados às operações de crédito e arrendamento mercantil totalizavam R$ 1.841,4 bilhão, um crescimento de 269,3% frente à 31 de dezembro de 2023, sendo R$ 1.756,1 bilhão através de Depósitos a Prazo, com crescimento de 274,4% e R$ 77,9 milhões em depósitos financeiros, enquanto que as Letras de Arrendamento Mercantil (LAM), cujo montante foi R$ 1,2 milhões, apresentaram redução de 96,7% no mesmo período de comparação.

O Patrimônio Líquido da Companhia foi de R$ 254,5 milhões em 31 de dezembro de 2024, com índice de Basileia de 14,2% (31 de dezembro de 2023 – 17,1%).

O resultado do exercício contábil foi de R$ 1,5 milhões.

De acordo com as normas vigentes do Banco Central do Brasil, o Banco Brasileiro de Crédito S.A. no exercício, não contratou e nem teve serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. não relacionados à auditoria externa. A política adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

Agradecemos aos nossos colaboradores, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

São Paulo, 27 de março de 2025

A DIRETORIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS - (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	4	9.596	26.161
Títulos e Valores Mobiliários	5a	97.318	70.657
Títulos e Valores Mobiliários		97.318	70.657
Créditos Vinculados	4	115.000	14.496
Banco Central - Outros Depósitos		115.000	14.496
Operações de Crédito	6a	1.324.767	597.240
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6f	(44.730)	(15.615)
- Operações de Crédito		(44.730)	(15.615)
Operações de Arrendamento Mercantil	6b	160.356	163.036
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6f	(7.987)	(3.705)
- Operações de Arrendamento Mercantil		(7.987)	(3.705)
Créditos Tributários	20b	60.972	43.566
Títulos e Créditos a Receber		397.517	-
Outros Créditos	6c	400.959	-
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6g	(3.442)	-
- Operações de Outros Crédito		(3.442)	-
Imobilizado de uso	7	924	302
Depreciações Acumuladas	7	(223)	(158)
Intangível	8	14.931	7.868
Amortizações Acumuladas	8	(3.521)	(1.776)
Outros Ativos	9	54.193	24.831
TOTAL DO ATIVO		2.179.113	926.903

PASSIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Depositos e Demais Instrumentos Financeiros		1.841.379	683.779
- Depósitos Interfinanceiros	10a	77.932	-
- Depósitos a Prazo	10b	1.756.132	639.887
- Outros Depósitos	10c	6.074	6.116
- Letras de Arrendamento Mercantil	10d e e	1.241	37.776
Obrigações Fiscais Diferidas	20b	31.530	35.569
Outros Passivos	12	51.683	36.334
Patrimônio Líquido		254.521	171.221
Capital Social	13a	250.000	165.000
Reservas de Lucros	13b	4.521	6.221
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.179.113	926.903

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

(Em milhares de Reais - R$, exceto o lucro por ação)

	Nota	2º Semestre 2024	Exercícios findos em 31 de Dezembro 2024	Exercícios findos em 31 de Dezembro 2023
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		177.915	317.307	243.677
Rendas de operações de créditos		113.099	189.319	84.273
Operações de arrendamento mercantil	6j	52.554	109.870	147.477
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5c	12.262	18.118	11.927
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(120.208)	(203.397)	(174.209)
Operações de captação no mercado	10	(83.435)	(126.207)	(66.480)
Operações de arrendamento mercantil	6j	(36.773)	(77.190)	(107.729)
RESULTADO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		57.707	113.910	69.468
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(34.508)	(50.443)	(16.307)
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	6g	(34.508)	(50.443)	(16.307)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(26.507)	(55.179)	(50.219)
Receitas de prestação de serviços	14	8.256	14.257	6.625
Despesas de pessoal	15	(13.629)	(23.295)	(16.349)
Outras despesas administrativas	16	(32.932)	(56.482)	(36.259)
Despesas tributárias	17	(4.906)	(9.179)	(6.369)
Outras receitas operacionais	18	20.395	26.061	6.548
Outras despesas operacionais	19	(3.691)	(6.541)	(4.415)
RESULTADO OPERACIONAL		(3.308)	8.288	2.942
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		(738)	(2.486)	(1.895)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		(4.046)	5.802	1.047
TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES SOBRE O RESULTADO		428	(4.352)	850
Imposto de renda e Contribuição social	20a	3.401	1.321	850
Participação sobre o resultado	15	(2.973)	(5.673)	-
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO		(3.618)	1.450	1.897
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO EM CIRCULAÇÃO - EM R$		(0,01)	0,01	0,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de Reais - R$)

	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Lucros (Prejuízos) acumulados	Totais
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	110.000	762	7.886	-	118.648
Lucro Líquido	-	-	-	1.897	1.897
Aumento de capital aprovado pelo Banco Central 20/10/2023	20.000	-	-	-	20.000
Aumento de Capital	35.000	-	-	-	35.000
Destinação	-	95	1.802	(6.221)	(4.324)
Reservas	-	95	1.802	(1.897)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(4.324)	(4.324)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	165.000	857	9.688	(4.324)	171.221
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	165.000	857	5.364	-	171.221
Lucro Líquido	-	-	-	1.450	1.450
Aumento de capital aprovado pelo Banco Central 28/05/2024	85.000	-	-	-	85.000
Destinação	-	253	(1.953)	(1.450)	(3.150)
Reservas	-	253	2.315	(2.568)	-
Absorção de prejuízos acumulados			(4.268)	4.268	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(3.150)	(3.150)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	250.000	1.110	3.411	-	254.521
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024	250.000	1.110	7.679	-	258.789
Lucro Líquido	-	-	-	(3.618)	(3.618)
Destinação	-	-	(4.268)	3.618	(650)
Absorção de prejuízos acumulados com Reservas	-	-	(3.618)	3.618	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	(650)	-	(650)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	250.000	1.110	3.411	-	254.521

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

(Em milhares de reais - R$, exceto o lucro por ação)

	2º Semestre 2024	Exercícios findos em 31 de Dezembro 2024	Exercícios findos em 31 de Dezembro 2023
(Prejuízo) Lucro do Período	(3.618)	1.450	1.897
Outros resultados abrangentes do período	-	-	-
(Prejuízo) Lucro do Período	(3.618)	1.450	1.897

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em milhares de reais - R$)

	Nota	2º Semestre 2024	Exercícios findos em 31 de Dezembro 2024	Exercícios findos em 31 de Dezembro 2023
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(4.046)	5.802	1.047
Ajustes ao Resultado		154.856	254.311	190.596
Depreciações amortização de bens arrendados, Líquido da superveniências	6j	36.772	77.190	106.619
Amortizações	19	1.047	1.810	1.236
Ajuste de marcações a mercado de títulos e valores mobiliários		46	64	(46)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6f	34.508	50.443	16.307
Despesas de operações de captação no mercado	10	82.483	124.804	66.480
Variações de Ativos e Obrigações		(57.641)	(198.016)	(192.243)
Variação em títulos e valores mobiliários		2.452	(12.229)	(30.769)
Variação de operações de crédito		(417.310)	(739.387)	(358.921)
Variação em operações de arrendamento mercantil		(34.776)	(47.567)	(11.904)
Variação de outras obrigações		(1.867)	(39.137)	(29.550)
Variação em depósitos		663.826	1.088.285	262.367
Variação em outros créditos		(253.389)	(420.235)	(11.069)
Variação em outros valores e bens		(6.364)	(10.087)	(2.624)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(10.213)	(17.659)	(9.773)
Caixa Líquido Proveniente Nas Atividades Operacionais		93.169	62.097	(600)
Aquisição imobilizado de uso e intangível		(4.756)	(7.685)	(4.428)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimentos		(4.756)	(7.685)	(4.428)
Aumento de Capital Social		-	85.000	55.000
Juros sobre o capital próprio		(650)	(3.150)	(4.324)
Resgate parcial de captação por meio de recursos de emissão de títulos		(1.423)	(37.827)	(60.101)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(2.073)	44.023	(9.425)
Redução no caixa e equivalentes de caixa		86.340	98.435	(14.453)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		38.256	26.161	40.614
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	124.596	124.596	26.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Brasileiro de Crédito S.A. "Companhia" sediada à rua Dr. Renato Paes de Barros 1.017 Itaim Bibi CEP 04530-001, é uma sociedade anônima de capital fechado e está autorizado a operar como banco múltiplo que tem por objeto social a prática das operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro e operacional, principalmente de caminhões e veículos em geral e a prestação de serviços de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica. Atualmente o Banco Brasileiro de Crédito S.A. é controlado pela BBC Holding Financeira Ltda detentora de 100% do capital social. As Demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 27 de março de 2025.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), advindas da Resolução CMN nº 4818/20 e da resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11638/07 e nº 11941/09. Segundo as referidas normas, em especial a Resolução nº. 4818/20, a Companhia optou por apresentar os ativos e passivos por ordem de liquidez e a segregação entre Circulante e Não Circulante está apresentada nas notas explicativas (nota 23). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais que a moeda funcional do Banco Brasileiro de Crédito S.A.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Disponibilidades: Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras no país, incluídos na rubrica de disponibilidades, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual, inferior a 90 dias ou que tenham liquidez diária e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados e as operações prefixadas estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. **c) Instrumentos Financeiros: Títulos e Valores Mobiliários** - Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. São classificados nas seguintes categorias: • **Títulos para negociação** – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; • **Títulos disponíveis para venda** – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e • **Títulos mantidos até o vencimento** – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A companhia não possui títulos classificado nesta categoria. **d) Operações de crédito e de Arrendamento Mercantil:** As operações de crédito são registradas a valor presente calculado "pro-rata-dia" com base na taxa de juros contratual, até 59 dias de atraso (nota 6a). A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada, contabilizada de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN (nota 6b) Os arrendamentos a receber são registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação de Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de Arrendamento Mercantil (nota 6b); De acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, é calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência (nota 6b). Para fins de apresentação das demonstrações financeiras e em atendimento a Resolução BCB nº. 2, as operações de arrendamento mercantil estão sendo apresentadas pelo valor presente dos montantes totais a receber dos contratos. No cálculo do valor presente é utilizada a taxa interna de retorno dos correspondentes contratos. As rendas das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 59 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de arrendamento mercantil já baixadas para prejuízo são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. **e) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para operações de crédito e de arrendamento mercantil:** A provisão para perdas esperadas ao risco de crédito, das operações de crédito e de arrendamento mercantil é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução CMN nº 2.682/1999, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e não mais figurando no balanço patrimonial da entidade. A classificação das operações é amparada na análise periódica do devedor e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, administração, fluxo de caixa, pontualidade nos pagamentos, contingências, setor de atividade e garantias envolvidas. A provisão para perdas esperadas é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela administração da Companhia na determinação dos riscos de crédito. O Banco Brasileiro de Crédito S.A., nas melhores estimativas, considera que a transição para a Resolução CMN 4.966/21 impactará em uma redução do patrimônio líquido de aproximadamente R$ 16.580 milhões, líquida dos efeitos tributários. A redução ocorre substancialmente em consequência da aplicação dos modelos de perdas esperadas e será reconhecida em contrapartida às reservas de lucros, em 1º de janeiro de 2025. **f) Imobilizado de uso e de arrendamento:** **i) Imobilizado de uso** - Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil econômica estimada dos bens. **ii) Imobilizado de arrendamento** - É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: caminhões, 25%; veículos e afins, 20%. Adicionalmente, o imobilizado de arrendamento inclui o ajuste referente à insuficiência/superveniência de depreciação (notas 6b, 6h). **iii) Perdas em arrendamento** - Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens (nota 6b). **g) Intangível:** Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. **h) Outros Ativos** - Em outros ativos estão classificados os tributos a compensar referente a créditos de imposto de renda e contribuição social pagos antecipadamente e não compensadas no próprio exercício. Neste grupo também estão registradas as despesas antecipadas que representada pela aplicação de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrada no resultado de acordo com o regime de competência. Outros devedores diversos são custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, dos quais gerarão receitas em períodos futuros. E serão apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixado quando os bens e direitos

continua

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando informado)

correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Companhia ou quando não forem mais esperados benefícios futuros. Os bens não de uso recebidos em dação de pagamento pelo custo e ajustado por provisão para perdas quando necessário. A composição dos outros ativos encontra-se na (nota 9). **i) Imposto de renda e contribuição social:** As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidos, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. **j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** Os ativos não financeiros a fim de verificar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. Este procedimento submete os ativos à análise tanto qualitativa quanto quantitativa, sendo que todos os ativos não financeiros são avaliados, no mínimo, uma vez por ano ou quando ocorrer a indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. De acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável cada ativo é calculado como o maior valor entre o valor em uso (soma dos fluxos de caixa antes de imposto estimados descontados à valor presente) e o valor justo menos seu custo de venda (preço de mercado subtraído das despesas de transação). Para fins de avaliar a redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita em nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 não houve ativos sujeitos ao ajuste por *impairment*. **k) Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros:** **i) Depósitos interfinanceiros e a prazo** - São captações no mercado aberto, empréstimos e repasses, recursos de aceite e emissão de títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras. **ii) Outros depósitos** - São demonstrados pelos valores das exigibilidades, representados por saldos de cartões pré-pagos. **iii) Letras de Arrendamento Mercantil** - Representados por captações efetuadas por intermédio de LAM - Letras de Arrendamento Mercantil. São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "*pro rata*" dia. **l) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10, sendo os principais critérios os seguintes: **i - Ativos e Passivos Contingentes** - Referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. • Ativos Contingentes - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível; • Passivos Contingentes - Decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações, a natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. **ii - Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias** - Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas provisões pelo valor integral em discussão, independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso do processo. Os exigíveis e os depósitos judiciais correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. **m) Outros Ativos e Passivos:** Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas em base "*pro rata*" dia e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos em base "*pro rata*" dia. **n) Resultado por ação:** O resultado por ação é calculado com base nas quantidades de ações nas datas das demonstrações financeiras. **o) Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisão necessária para absorver eventuais riscos decorrentes de ações cíveis, trabalhistas ou tributárias; (iv) provisões para perdas esperadas associadas ao risco de créditos; (v) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; (vi) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **p) Eventos subsequentes:** Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em: (i) Eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e (ii) Eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras. **q) Resultado recorrente e não recorrente:** Resultado não recorrente refere-se ao resultado que esteja relacionado com as atividades da companhia e que não esteja previsto para ocorrer frequentemente nos exercícios futuros, resultado recorrente refere-se à atividade da companhia e tem a previsibilidade que ocorrerá com frequência nos exercícios futuros. Os resultados recorrentes e não recorrentes estão descritos na nota 23a.

4. DISPONIBILIDADES E CRÉDITOS VINCULADOS

	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades em moeda nacional	**9.596**	**6.151**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	**20.010**
- Aplicações em depósitos interfinanceiros (a) (b) (c)	-	20.010
Créditos Vinculados	**115.000**	**14.496**
- Aplicações em depósitos voluntários (Bacen) (c)	115.000	14.496
Total de caixa e equivalentes de caixa	**124.596**	**40.657**

(a) Representadas por aplicação em operações compromissadas em Letras do Financeiras do Tesouro – LFT; e (b) Remuneradas a uma taxa de 100% dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI; (c) Operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação sejam iguais, ou inferior a 90 dias e que tenham liquidez diária e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) A carteira de títulos e valores mobiliários, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Letras financeiras do tesouro – LFT (a)	97.318	70.657
Total	**97.318**	**70.657**

(a) Vencimento do papel para 1º. de março de 2028, remuneradas a uma taxa.

b) Marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários – Letras financeiras do tesouro - LFT:

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Valor de custo	97.399	70.674
Ajuste a mercado refletido no resultado (1)	(81)	(17)
Valor Contábil	**97.318**	**70.657**

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ("ANBIMA").

c) Resultado de operações com Títulos e Valores Mobiliários

	2º semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de aplicações em operações compromissadas (1)	30	492	4.163
Rendas de títulos de renda fixa	5.041	9.765	7.754
Rendas de depósitos Voluntários (Bacen) (2)	7.191	7.861	10
Total	**12.262**	**18.118**	**11.927**

(1) Vide nota 4. (2) Aplicação em depósitos voluntários junto ao BACEN com remuneração diária. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não efetuou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Composição da carteira de financiamento

	31/12/2024	31/12/2023
Financiamento de veículos	1.315.755	595.915
Capital de Giro	6.097	1.325
Crédito Pessoal	2.915	-
Valor presente das operações de crédito	**1.324.767**	**597.240**

b) As operações de arrendamento mercantil são contratadas com taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem. Os valores dos contratos de arrendamento mercantil estão registrados a valor presente, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

I - Composição da carteira de arrendamento mercantil

	31/12/2024	31/12/2023
Arrendamentos a receber – setor privado	162.302	189.876
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(159.953)	(186.202)
Imobilizado de arrendamento (nota 6i)	305.784	356.563
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados	(75.578)	(95.555)
- Depreciações acumuladas (nota 6i)	(201.583)	(237.664)
- Superveniência de depreciação (nota 6i)	126.005	142.109
(-) Valor residual garantido antecipado	(74.006)	(102.691)
(+) Perdas em arrendamento (nota 6i)	1.807	1.045
Valor presente das operações de arrendamento mercantil	**160.356**	**163.036**

(*) Valor presente das contraprestações dos contratos de arrendamento mercantil financeiro, calculado conforme Circular Bacen nº 1429/1989.

c) Títulos e créditos a Receber: Contratos firmado entre as partes de operações com características de concessão de crédito sem coobrigação com os seguintes vencimentos:

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer até 60 dias	179.591	-
A vencer de 61 a 90 dias	83.343	-
A vencer de 91 a 180 dias	105.590	-
A vencer de 181 a 360 dias	31.707	-
A vencer acima de 360 dias	728	-
Total	**400.959**	-

d) Composição da carteira por nível de risco

Saldo da carteira - R$ mil

Nível de Risco	Curso anormal: Vencidas	Curso anormal: Vincendas	Curso anormal: Total do curso anormal	Curso Normal	Total	%
AA	-	241.482	241.482	3.979	245.461	13,0
A	178	931.436	931.614	21	931.635	49,4
B	1.388	501.294	502.682	1.064	503.746	26,7
C	2.292	116.612	118.904	1.140	120.044	6,4
Subtotal	**3.858**	**1.790.824**	**1.794.682**	**6.204**	**1.800.886**	**95,5**
D	2.769	29.839	32.608	641	33.249	1,8
E	1.112	9.942	11.054	185	11.239	0,6
F	959	5.251	6.210	118	6.328	0,2
G	1.261	5.304	6.565	105	6.670	0,3
H	7.126	20.142	27.268	442	27.710	1,5
Subtotal	**13.227**	**70.478**	**83.705**	**1.491**	**85.196**	**4,5**
Total Geral em 31/12/2024	**17.085**	**1.861.302**	**1.878.387**	**7.695**	**1.886.082**	**100,0**
%	0,9	98,7	99,6	0,4	100,0	
Total Geral em 31/12/2023	**8.149**	**59.464**	**67.613**	**692.663**	**760.276**	**100,0**
%	1,1	7,8	8,9	91,1	100,0	

Provisão

Nível de Risco	% Mínimo de Provisionamento requerido	Mínima requerida – Específica: Vencidas	Específica: Vincendas	Específica: Total específica	Genérica	Total	Total em 31/12/2024	%	Total em 31/12/2023	%
AA	-	-	604	-	604	604	604	1,1	443	2
A	0,5	1	4.657	4.658	20	4.678	4.678	8,3	2.036	10,5
B	1,0	14	5.013	5.027	11	5.038	5.038	9,0	1.006	5,2
C	3,0	69	3.498	3.567	34	3.601	3.601	6,4	1.414	7,3
Subtotal		**84**	**13.772**	**13.856**	**65**	**13.921**	**13.921**	**24,8**	**4.899**	**25,5**
D	100	277	2.984	3.261	64	3.325	3.325	5,9	923	4,8
E	30,0	333	2.983	3.316	56	3.372	3.372	6,0	1.437	7,3
F	50,0	479	2.625	3.104	59	3.163	3.163	5,6	1.403	7,3
G	70,0	883	3.712	4.595	73	4.668	4.668	8,3	1.969	10,2
H	100,0	7.126	20.142	27.268	442	27.710	27.710	49,3	8.689	74,5
Subtotal		**9.098**	**32.446**	**41.544**	**694**	**42.238**	**42.238**	**75,2**	**14.421**	**74,5**
Total Geral em 31/12/2024		**9.182**	**46.218**	**55.400**	**758**	**56.159**	**56.159**	**100,0**	**19.320**	**100,0**
%		16,4	82,3	98,6	1,3	100,0	100,0			
Total Geral em 31/12/2023		**3.132**	**9.502**	**12.634**	**6.685**	**19.320**	**19.320**	**100,0**		
%		16,2	49,2	65,4	34,6	100,0	100,0			

e) Composição da carteira por prazo

	31/12/2024	31/12/2023
Vencidos há mais de 14 dias	17.085	6.161
A vencer até 60 dias	301.063	60.317
A vencer de 61 a 90 dias	140.045	28.147
A vencer de 91 a 360 dias	564.860	229.097
A vencer acima de 360 dias	863.029	436.554
Total	**1.886.082**	**760.276**

f) Composição da carteira por setor econômico:

	31/12/2024 Valor	31/12/2024 %	31/12/2023 Valor	31/12/2023 %
Setor privado	**1.199.459**	**63,6**	**432.098**	**56,8**
Serviços	**1.009.092**	**53,5**	**396.340**	**52,1**
Transportes terrestres	406.741	21,6	226.906	29,8
Aluguéis não imobiliários	155.467	8,2	93.963	12,4
Serviços da construção	70.963	3,8	36.347	4,8
Armazenamento e atividades auxiliares	58.250	3,1	39	0,0
Demais serviços	317.671	16,8	39.085	5,1
Indústria	**44.716**	**2,4**	**11.679**	**1,5**
Fabricação de produtos alimentícios	13.203	0,7	4.388	0,6
Fabricação de produtos de metal	1.684	0,1	1.107	0,1
Fabricação de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	20.827	1,2	-	-
Fabricação de prod. de borrachas e de mat. Plásticos	263	-	284	-
Fabricação de móveis	178	-	410	0,1
Extração de minerais não-metálicos	4.675	0,2	1.556	0,2
Demais indústrias	3.886	0,2	3.934	0,5
Comércio	**123.905**	**6,6**	**22.435**	**3,0**
Comércio atacadista	44.109	2,3	9.814	1,3
Comércio varejista	79.008	4,2	12.314	1,6
Comércio de veículos	788	0,1	307	0,1
Outros	**21.746**	**1,2**	**1.644**	**0,2**
Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal	21.746	1,2	1.644	0,2
Pessoa física	**686.623**	**36,4**	**328.178**	**43,2**
Total	**1.886.082**	**100,0**	**760.276**	**100,0**

g) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do período	**19.320**	**16.813**
Constituição da provisão	50.443	16.307
Baixa para prejuízo	(13.604)	(13.800)
Saldo no final do período	**56.159**	**19.320**

h) Recuperação e renegociação de créditos: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve recuperação de crédito no montante de R$ 5.911 (31 de dezembro de 2023 - R$ 4.345). No exercício foram renegociadas 52 operações no montante de R$ 9.852 com prorrogação de 90 dias.

i) Imobilizado de Arrendamento:

	31/12/2024	31/12/2023
Veículos e Afins	291.532	338.331
Máquinas e Equipamentos	14.252	18.232
Depreciação Acumulada	(201.583)	(237.664)
Superveniência de Depreciação	126.005	142.109
Perdas em Arrendamento	1.807	1.045
Total do imobilizado de arrendamento	**232.013**	**262.053**

j) Receitas e despesas de operações de arrendamento mercantil

	2º semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Receitas			
Rendas de arrendamento mercantil	49.080	107.565	146.368
(insuficiência) / Superveniência de depreciação	3.474	2.305	1.109
Total da receita	**52.554**	**109.870**	**147.477**
Despesas			
Depreciação de bens arrendados	(36.773)	(77.190)	(107.729)
Total da despesa	**(36.773)**	**(77.190)**	**(107.729)**
Total	**15.781**	**32.680**	**39.748**

k) Movimentação do imobilizado de arrendamento

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do período	**262.053**	**355.775**
Entradas	82.556	78.848
Baixas	(37.711)	(65.950)
Depreciação no período (nota 6j)	(77.190)	(107.729)
Superveniência de Depreciação no período (nota 6j)	2.305	1.109
Saldo no final do período	**232.013**	**262.053**

7) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual
Móveis e equipamentos de uso	10%	544	(213)	331
Equipamentos de processamento de dados	20%	380	(10)	370
Total em 31/12/2024		**924**	**(223)**	**701**
Total em 31/12/2023		**302**	**(158)**	**144**

8. INTANGÍVEL

	Taxa anual	Custo	Amortização	Custo líquido de amortização
Software	20%	14.931	(3.521)	11.410
Total em 31/12/2024		**14.931**	**(3.521)**	**11.410**
Total em 31/12/2023		**7.868**	**(1.776)**	**6.092**

9. OUTROS ATIVOS

	31/12/2024	31/12/2023
Impostos e contribuições a compensar	23.738	10.461
Devedores diversos	11.162	5.164
Outros valores e bens	19.082	8.995
Outros	211	211
Total	**54.193**	**24.831**

10) DEPÓSITOS, CAPTAÇÃO NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Depósitos interfinanceiros

Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
01 a 30 dias	30.014	-
31 a 180 dias	27.115	-
181 a 360 dias	20.803	
Subtotal	77.932	-

As despesas com captação de depósitos interfinanceiros – CDI, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 montaram a R$ 5.094 (31 de dezembro de 2023 - R$ 1.636).

continua

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando informado)

b) Depósitos a prazo

Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
01 a 30 dias	112.305	76.627
31 a 180 dias	778.015	161.327
181 a 360 dias	387.402	229.024
Acima de 360 dias	478.410	172.909
Subtotal	1.756.132	639.887

As despesas com captação de certificado de depósitos bancários – CDB, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 montaram a R$ 119.820 (31 de dezembro de 2023 - R$ 57.904).

c) Outros depósitos: Refere-se aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamentos pela emissão de cartões pré-pagos, na condição de emissor de moeda eletrônica.

	31/12/2024	31/12/2023
Outros depósitos		
Saldo de créditos – emissão de moeda eletrônica para portadores de cartões pré-pagos	6.074	6.116
Total	6.074	6.116

d) Letras de Arrendamento Mercantil - LAM

Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
01 a 30 dias	276	3.919
31 a 180 dias	703	16.795
181 a 360 dias	262	15.877
Acima de 360 dias	-	906
Subtotal	1.241	37.497

e) Letras de Arrendamento Mercantil – LAM (Vinculadas Res. BACEN 2921/2002)

Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
31 a 180 dias	-	279
181 a 360 dias	-	-
Acima de 360 dias	-	-
Subtotal	-	279
Total	1.242	37.776

As despesas com Letras de Arrendamento Mercantil – LAM, nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 montou a R$ 1.293 (31 de dezembro de 2023 – R$ 6.940).

As informações relativas a operações ativas vinculadas realizadas na forma prevista na Resolução CMN nº 2.921/02 estão demonstradas abaixo:

	Em 31 de dezembro			
	2024 Ativo (passivo)	2023 Ativo (passivo)	2024 Receitas (despesas)	2023 Receitas (despesas)
Operações ativas vinculadas				
Operações ativas vinculadas				
Operações de arrendamento mercantil	-	1.397	380	816
Obrigações por conta das operações ativas				
Letras de arrendamento mercantil	-	(279)	(34)	(56)
Resultado Líquido das operações Vinculadas	-	1.118	346	760

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

• **Ativos contingentes** – Não existem ativos contingentes contabilizados pela Companhia. • **Passivos contingentes prováveis e possíveis e obrigações legais** – O desenvolvimento das atividades normais da Companhia pode acarretar contingências decorrentes de processos judiciais de natureza cível, trabalhistas e fiscal. Na constituição das provisões a administração leva em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, nos casos em que a perda for avaliada como provável. Em outubro recebemos a intimação da Prefeitura municipal de São Paulo referente a tributação do valor residual antecipado dos contratos de arrendamento, que totalizam em 31 de dezembro de 2024 R$ (3.462), classificado como perda possível. • **Passivos contingentes classificados como perdas possíveis:** Não são reconhecidos contabilmente e estão representados por processos onde a Companhia figura como "ré". As ações cíveis referem-se principalmente, a pedidos de indenizações por danos morais e materiais, que totalizam em 31 de dezembro de 2024 R$ (2.780), em 31 de dezembro de 2023 no montante total de R$ (1.533).

12) OUTROS PASSIVOS

	31/12/2024	31/12/2023
Juros sobre capital próprio	6.353	3.675
Fiscais e previdenciárias	23.669	10.745
Provisão para pagamento a efetuar	7.359	7.174
Credores diversos	10.384	12.109
Outros	3.918	2.631
Total	51.683	36.334

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 R$ 250.000, e em 31 de dezembro de 2023 no montante de R$ 165.000, dividido em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Reservas de Lucros:

	31/12/2024	31/12/2023
Reserva Legal (1)	1.110	857
Reservas estatutárias (2)	3.411	9.688
Reservas de lucros	4.521	10.545

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e (2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo limitado a 95% do capital social integralizado.

Estão assegurados um dividendo mínimo obrigatório, de 1% do lucro líquido anual ajustado, no exercício de 2024 não foram provisionados dividendos,

c) Juros sobre o capital próprio: Em reunião da Diretoria, foram aprovadas as propostas para pagamento aos acionistas de juros sobre capital relativos ao exercício de 2024, respectivamente no montante de R$ 3.150.

14) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Rendas com cartões pré-pagos (1)	-	-	40
Rendas de operações de crédito	7.128	12.276	5.746
Rendas com comissão de seguros	1.128	1.981	839
Total	8.256	14.257	6.625

(1) Rendas provenientes da emissão de moeda eletrônica - cartões pré-pagos.

15) DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Proventos	8.866	15.378	11.003
Encargos sociais	3.251	5.435	3.648
Benefícios	1.512	2.482	1.698
Total	13.629	23.295	16.349

16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Serviços do sistema financeiro	216	374	345
Serviços de terceiros	22.477	37.456	13.182
Honorários da diretoria (21b)	1.782	3.430	9.585
Serviços técnicos especializados	1.600	2.659	2.086
Processamento de dados	4.363	7.708	6.247
Despesas com cobrança contratos	22	632	1.481
Despesas com reembolso partes relacionadas	641	1.446	1.589
Comunicações	97	158	162
Aluguéis	589	1.118	1.034
Publicações	75	124	131
Outras	1.070	1.377	417
Total	32.932	56.482	36.259

17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2º semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
COFINS	3.381	6.098	3.313
PIS	549	991	538
ISS	976	2.090	2.518
Total	4.906	9.179	6.369

18) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Recuperação de prejuízo	2.402	5.911	4.345
Outras rendas operacionais (a)	15.105	15.879	1.536
Reversão de provisão	2.888	4.271	667
Total	20.395	26.091	6.548

(a) Refere-se as receitas de operações com característica de concessão de crédito iniciada no exercício de 2024.

19) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Associação de Classe	63	132	151
Desconto concedido	436	1.179	693
Despesas com Bens recuperados	2.025	3.249	1.602
Despesas com provisão Contingência	32	45	308
Depreciação e amortização (1)	1.047	1.810	1.236
Despesas com viagem	24	36	37
Despesas Provisão outros créditos	2.083	2.083	323
Outras	64	90	65
Total	5.774	8.624	4.415

(1) Bens Intangíveis

20) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) A Companhia está sujeita ao regime de tributação pelo Lucro Real, cuja apuração a seguir é demonstrada

	2º semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(4.046)	5.802	1.047
Alíquota vigente (nota 3j)	45%	45%	45%
Imposto de renda e Contribuição apurada / Expectativa de crédito	1.821	(2.611)	(471)
Juros Sobre o Capital Próprio	292	1.417	1.946
Outros efeitos do IRPJ e da CSLL	1.288	2.515	(625)
Total de Imposto de Renda e Contribuição social	3.401	1.321	850

b) O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, estão representados por:

	31/12/2023	Constituição	Realização/ Baixa	31/12/2024
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	17.862	22.699	(3.031)	37.530
Provisão Processos Trabalhistas	27	28	(8)	47
Provisão para publicação	-	-	-	-
Outras Adições	1.446	3.790	(1.398)	3.838
Crédito tributário sobre diferenças temporárias	19.335	26.517	(4.437)	41.415
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (2)	24.231	-	(4.674)	19.557
Total Crédito tributário	43.566	26.517	(9.111)	60.972
Obrigações fiscais diferidas (1)	(35.527)	-	4.026	(31.501)
Obrigações diferidas de MTM	(42)	-	13	(29)
Crédito tributário líquidos das obrigações fiscais diferidas	7.997	26.517	(5.072)	29.442

(1) obrigações fiscais diferidas referem-se ao imposto de renda sobre superveniências de depreciação. (2) Conforme § 1º do Art. 5º da Resolução CMN nº 4.842/20, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniências de depreciação, no montante de R$ 19.557 (31 de dezembro de 2023 – R$ 24.231), não foram contemplados em razão de sua realização ser apurada no fluxo de vencimento das operações de arrendamento mercantil contratadas. c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. A projeção de realização do crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada a expectativa de lucros contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais forem compensados. Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos tributários.

	Diferenças temporárias		
	Imposto de Renda	Contribuição social	Total 31/12/2024
2025	9.203	7.363	16.566
2026	3.727	2.982	6.709
2027	2.524	2.019	4.543
2028	1.590	1.272	2.862
2029	5.964	4.772	10.736
Total dos créditos tributários (2)	23.008	18.408	41.416

Em 31 de dezembro de 2024, o valor presente dos créditos tributários, foi calculado de acordo com a taxa DI divulgada pela B3, no montante de R$ 29.057(31 de dezembro de 2023 – R$ 15.653).

21) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2024 Ativo (passivo)	2023 Ativo (passivo)	2024 Receitas (despesas)	2023 Receitas (despesas)
Comissões a Pagar				
Movida Locação de Veículos S.A.	(989)	(765)	(10.710)	(6.850)
Automob S.A.	(454)	(299)	(6.388)	(1.333)
Transrio Caminhões Ônibus Ltda	(106)	(439)	(811)	(975)
CS Brasil Transporte de Passageiros e Serviços Ambientais	(119)	(7)	(89)	(5)
Vamos Locação de Caminhões Máquinas	(762)	(569)	(1.409)	(779)
BBC Pagamentos Ltda.	(137)	-	(137)	-
Valores a Pagar				
• JSL S/A e Controladas	(7)	(15)	(760)	-
Outras Despesas Administrativas				
• SIMPAR S/A e Controladas	(238)	(220)	(2.446)	(2.136)
Valores a Receber				
• Vamos Locação de Caminhões Máquinas	927	337	-	-
• Automob S.A.	304	-	-	-
• BBC Holding Financeira Ltda.	-	34	-	-
• BBC Pagamentos Ltda.	-	51	-	-
• Outras Controladas	75	3	-	-
Aplicação em Letras de Arrendamento Mercantil				
• BBC Holding Financeira Ltda.	(1.241)	(3.802)	(271)	(584)
• SIMPAR S.A.	-	(1.061)	(6)	(480)
• Mogi Passes Ltda.	-	(32.634)	(1004)	(5.355)
• Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos	-	-		(454)
• SIMPAR S.A. (Vinculada a Resolução Bacen 2921/2002)	-	(279)	(8)	(56)

b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração: De acordo com o Estatuto Social da Companhia é de responsabilidade da Assembleia Geral a fixação do montante global da remuneração dos Administradores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 houve gastos com remuneração aos Administradores no montante de R$ 3.430 (31 de dezembro de 2023 – R$ 9.585).

c) Benefícios Pós Emprego: Não existem benefícios pós emprego tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

22) GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

O gerenciamento de riscos é considerado um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando obter a segurança necessária para a manutenção e continuidade dos negócios da Companhia. A gestão de riscos é efetuada por meio de políticas internas, onde visam definir princípios, diretrizes e responsabilidades no monitoramento dos diversos riscos inerentes às operações e processos, sendo divididos em mercado, liquidez, crédito, operacional e gestão de capital, alinhados com a estratégia de negócios. Além de políticas, esses riscos possuem os seguintes comitês: Comitê de Risco e Compliance, Comitê de Crédito e Comitê de Ativos e Passivos, onde é observado suas responsabilidades e atribuições. Para a efetividade do gerenciamento de riscos, a estrutura prevê a identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e a correlação entre os riscos. Os limites são monitorados pela área de Gestão de Riscos que se reporta diretamente ao Diretor Presidente, atuando, portanto, de forma independente das áreas de negócio. O Banco BBC realiza sua gestão de risco através do conceito das três linhas e mantem um conjunto de procedimentos alinhados às melhores práticas do mercado, que garantem o cumprimento das determinações legais e regulamentares, além das políticas internas. O gerenciamento de riscos é considerado estratégico pela característica dos produtos e ativos das operações de arrendamento mercantil e operações de crédito direto ao consumidor, impondo as condições de mercado constantes necessidades de aprimoramento. A Companhia exerce o controle dos riscos desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle para gerenciamento dos riscos que também estão associados a gestão de continuidade. Os níveis de apetite de riscos são documentados na Declaração de Apetite de Riscos (*Risk Appetite Statement – RAS*) e, as estruturas de gerenciamento estão divulgadas de diretório de acesso público no site do BBC Digital, que podem ser consultadas no site http://www.bancobbcdigital.com.br, Gerenciamento de Riscos – Estrutura de Gerenciamento de Riscos. **a) Risco de Crédito:** Define-se como Risco de Crédito a possibilidade de ocorrências de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. As exposições ao risco de crédito são monitoradas de forma a permitir, com base em pontos de controle e relatórios quantitativos e qualitativos, o acompanhamento e avaliação de sua composição, a concentração e sua distribuição de acordo com as políticas e os limites estabelecidos, bem como os níveis de classificação de risco e evolução, além dos níveis de atraso, renegociações e recuperações. Todos os limites estabelecidos são comunicados às áreas envolvidas, tornando-as também parte desta estrutura, no que tange ao seu cumprimento. A Companhia concentra a governança do risco de crédito mensalmente através do Comitê de Crédito e Cobrança. Para assegurar a independências necessária para a sua atuação, esse comitê possui a participação do corpo diretivo colegiado, os representantes das áreas de Riscos, Compliance, Crédito e Cobrança e tem como principais pautas as seguintes premissas: (a) analisar o perfil de cada carteira de crédito; (b) acompanhar limites de concentração; (c) definir metodologias de cálculo e testes de estresse; (d) alinhar métricas de apuração de risco; (e) alinhar estratégia entre as áreas voltadas ao risco de crédito; (f) garantir fóruns de discussões técnicas nas alterações relevantes de políticas, modelo de crédito e estratégias; (g) acompanhar o desempenho da carteira; (h) acompanhar modelos utilizados e seus fatores decisórios; (i) acompanhar critérios utilizados nos testes de estresse e resultados obtidos; (j) acompanhar e monitorar, quando aplicável, casos de parcelas não pagas e quantidade de dias com contratos vencidos; (k) acompanhar processos que estão em recuperação de crédito; (l) acompanhar indicadores de inadimplência; (m) monitorar renegociações. Para a concessão de crédito, o Banco BBC visa obter o maior volume de informações sobre o cliente e seu negócio (em casos de pessoa jurídica), onde se norteia em avaliar a capacidade de cumprimento de suas obrigações, assumidas pelo cliente. Estes insumos atrelados ao enquadramento do cliente às políticas de crédito, subsidiam a tomada de decisão final. O risco de crédito é iniciado no momento em que a operação é aprovada e, seu monitoramento é contínuo e realizado pelo modelo interno da Companhia, onde visa mensurar e detectar alterações no risco do cliente. O monitoramento contínuo envolve entre outras premissas a análise dos clientes e suas garantias atreladas, níveis de concentração e indicadores de inadimplências. Este modelo envolve a classificação individualizada por cliente e seus percentuais de provisão de perda são calculados por meio do uso do método de rolagem com base no(s) contrato(s) de maior nível de provisão. É assegurado nestes procedimentos que todas as operações de crédito aprovadas estejam respaldadas com suas devidas garantias e corretamente analisadas e formalizadas, de maneira tal que seja viável a execução, se necessário. Para isto, no processo de aceite de proposta há análises de cada garantia no intuito de eliminar possíveis fraudes. As garantias mínimas exigidas são definidas durante o processo de aprovação e sua aplicação é garantida de forma sistêmica. A periodicidade do acompanhamento de garantia pode variar conforme sua característica. A saber: (i) Veículos: análise e acompanhamento mensal do valor justo; (ii) Outros casos, como máquinas: avaliação na efetivação da operação, ou quando houver sinais de deterioração do cliente e/ou da operação. Os bens recebidos a processos de consolidação de dívidas, referente a operações de créditos baixadas do ativo, são integralmente provisionados. Conforme estabelecido pela IFRS 9, o Banco adotou o modelo de metodologia simplificada para a classificação de suas operações com vigência a partir do primeiro dia de janeiro de 2025, onde classificará suas operações de crédito como perda esperada até 90 dias de atraso. Em casos em que o contrato estiver acima de 90 dias de atraso, o cliente e suas operações serão arrastadas para provisão de perda inadimplida, elevando seus respectivos percentuais de provisão. **b) Risco de Mercado e do IRRBB:** Define-se como risco de mercado, a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos. À esta definição se inclui os riscos de variação de taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos de classificação na carteira de negociação; e os riscos da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária. Define-se o IRRBB como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. Deve-se prever, adicionalmente, para o risco de mercado e para o IRRBB, sistemas que considerem todas as fontes significativas de risco e utilizem dados confiáveis de mercado e de liquidez, tanto internos quanto externos, documentação adequada das reclassificações de instrumentos entre a carteira de negociação e a carteira bancária e das transferências internas de riscos, observados os critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. O gerenciamento envolve a classificação das posições detidas pela Companhia em carteira de negociação ou bancária, o controle do limite máximo de exposição, a criação de cenários de teste de estresse e o estabelecimento de um plano de medidas contingenciais. O monitoramento sobre a possibilidade de perda financeira decorrente de oscilações de preços e taxas de instrumentos financeiros, visto que existe a possibilidade de descasamento de prazos, moedas e indexadores nas realizações de suas operações é realizado periodicamente. A análise de sensibilidade é um processo pelo qual são estimadas as oscilações que podem ocorrer quando aplicados choques predeterminados nos fatores de risco. Tal método tem como finalidade simular os efeitos no resultado diante de eventuais cenários. Abaixo, demonstramos o impacto nas posições dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, sendo aplicado 4 (quatro) cenários com a alta da taxa de juros.

Análise de sensibilidade

	31 de dezembro de 2024				31 de dezembro de 2023			
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Carteira	+25 bps	+50 bps	+75 bps	+100 bps	+25 bps	+50 bps	+75 bps	+100 bps
Banking	(409)	(818)	(1.226)	(1.635)	(1.928)	(3.841)	(5.784)	(7.610)
Total	(409)	(818)	(1.226)	(1.635)	(1.928)	(3.841)	(5.784)	(7.610)

• Cenário 1: + 25bps (0,25% a.a.) na taxa de juros;
• Cenário 2: + 50bps (0,50% a.a.) na taxa de juros;
• Cenário 3: + 75bps (0,75% a.a.) na taxa de juros;
• Cenário 4: + 100bps (1,0% a.a.) na taxa de juros.

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam nossas posições ativas e passivas.

continua

Eufrázio

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando informado)

c) Risco Operacional: A gestão de risco operacional possui metodologia específica para identificação, avaliação, monitoramento, controle e definição do tratamento adequado do risco. É utilizado recursos de tecnologias desenvolvidas internamente para comunicação de incidentes de cunho operacional, possibilitando assim que o gestor de cada área acompanhe os eventos ocorridos. A área de ocorrência também é encarregada, juntamente com os representantes da 2ª Linha, da avaliação da cadeia de valor, ao assegurar boas práticas de Governança. O gerenciamento de risco operacional deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e reportar eventos de riscos operacionais, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada em política que define a metodologia, processos e responsabilidades no gerenciamento do risco operacional. Este método de controle permite a atuação preventiva e corretiva, onde mitiga novos eventos de mesma origem e reincidências de falhas. **d) Risco de Liquidez:** Define-se risco de liquidez a possibilidade de não ser capaz de honrar eficientemente obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; além da possibilidade de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. São adotadas medidas de contingência para momentos de crise de liquidez e uma política de gerenciamento de caixa, para manutenção de suas atividades, bem como, fluxo de caixa que permita verificar a movimentação de ativos e passivos. Os controles elaborados visa identificar os possíveis impactos no caixa dado a aplicação de cenários adversos na condição de liquidez (testes de estresse). Estes impactos levam em consideração tanto fatores internos quanto fatores externos. O caixa é gerenciado de forma centralizada pela área da Tesouraria, o monitoramento é realizado pela área de Riscos e pelo Comitê de Ativos e Passivos, com periodicidade mínima mensal, tendo como objetivo definir as estratégias de liquidez a serem seguidas, além de ferramentas como o Plano de Contingência de Liquidez, a Reserva Mínima de Liquidez, o controle de esgotamento de caixa, avaliação diária das operações com prazo inferior a 90 (noventa) dias e a aplicação dos cenários de estresse nas condições de liquidez. **e) Gerenciamento de Capital:** O gerenciamento de capital é um processo contínuo de monitoramento e controle para adequar o volume das operações e aos riscos que a Companhia está sujeita. Sua estrutura é segregada das áreas de negócios e da auditoria interna e deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e reportar a necessidade de capital, com observação das seguintes diretrizes: • Estabelecer metas e necessidades de capital, considerando os riscos e objetivos estratégicos estabelecidos; • Adotar postura prospectiva, na antecipação de necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições econômicas, regulamentares, legais e de mercado; • Manter colchão de capital prudente, de forma a garantir a viabilidade econômica e financiar as oportunidades de crescimento; • Observar permanentemente, os normativos emitidos pelos reguladores; • Assegurar que os participantes tomem decisões estratégicas e operacionais, segundo as respectivas competências, devendo a área de Riscos informar regularmente à Diretoria sobre a compatibilidade do capital frente aos riscos expostos e aos objetivos estratégicos.

(R$ milhares)	2024	2023
Patrimônio de Referência (PR)	243.588	122.712
Ativos ponderados pelo Risco		
Risco de crédito	1.581.613	629.781
Risco de mercado	-	-
Risco operacional	130.535	89.415
RWA total	1.712.148	719.196
Índice de Basiléia	14,2%	17,1%

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os limites estão enquadrados de acordo com o mínimo requerido pelo Banco Central do Brasil (10,5%).

23) APRESENTAMOS O BALANÇO PATRIMONIAL POR PRAZO

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo						
Disponibilidades	124.596	-	-	-	-	124.596
Títulos e Valores Mobiliários	97.318	-	-	-	-	97.318
Títulos e Valores Mobiliários	97.318	-	-	-	-	97.318
Operações de créditos	52.273	236.409	239.678	796.407	-	1.324.767
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(1.905)	(6.172)	(6.449)	(30.204)	-	(44.730)
- Operações de Créditos	(1.905)	(6.172)	(6.449)	(30.204)	-	(44.730)
Operações de Arrendamento Mercantil	8.586	34.933	33.858	82.979	-	160.356
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(505)	(1.672)	(1.486)	(4.324)	-	(7.987)
- Operações de Arrendamento Mercantil	(505)	(1.672)	(1.486)	(4.324)	-	(7.987)
Créditos Tributários	60.972	-	-	-	-	60.972
Outros Créditos	47.789	320.735	31.707	728	-	400.959
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(435)	(2.738)	(262)	(7)	-	(3.442)
- Operações de Outros Crédito	(435)	(2.738)	(262)	(7)	-	(3.442)
Imobilizado de uso	-	-	-	-	701	701
Intangível	-	-	-	-	11.410	11.410
Outros Ativos	24.945	9.956	19.292	-	-	54.193
Total em 31 de dezembro de 2024	413.634	591.451	316.338	845.579	12.111	2.179.113
Total em 31 de dezembro de 2023	155.592	148.227	152.204	464.644	6.236	926.903

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Passivo						
Depositos e Demais Instrumentos Financeiros	148.669	805.834	408.467	478.410	-	1.841.380
- Depósitos Interfinanceiros	30.014	27.115	20.803	-	-	77.932
- Depósitos a Prazo	112.305	778.015	387.402	478.410		1.756.132
- Outros Depósitos	6.074	-	-	-	-	6.074
- Letras de Arrendamento Mercantil	276	704	262	-		1.242
Obrigações Fiscais Diferidas	-	-	-	31.530	-	31.530
Outros Passivos	31.906	10.457	9.320	-	-	51.683
Patrimônio Líquido	-	-	-	-	254.520	254.520
Capital Social					250.000	250.000
Reservas de Lucros					4.520	4.520
Total em 31 de dezembro de 2024	180.575	816.291	417.787	509.940	254.520	2.179.113
Total em 31 de dezembro de 2023	116.677	184.720	244.901	209.384	171.221	926.903

24) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultado recorrentes e não recorrentes: De acordo com a Resolução nº 2/2020 (art. 34) o resultado contábil de 2024 foi de R$ 1.450 e de 2023 no montante de R$ 1.897 ambos sendo resultados recorrentes. Nos exercícios não ocorreram resultados não recorrentes. b) Ativos intangíveis são representados por aquisição de licenças de *softwares*. c) No processo de convergência as Normas Internacional de Contabilidade, o Comitê de Pronunciamento Contábeis-CPC, emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, aplicáveis as instituições financeiras. Até 31 de dezembro de 2024, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram: • Resolução nº 4.924/21 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01); • Resolução nº. 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25); • Resolução nº. 4.818/20 – Eventos Subsequente (CPC 24); • Resolução nº. 3.989/21 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 – R1); • Resolução nº. 4.924/21 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) • Resolução nº. 4.924/21 – Estrutura Conceitual Básica (R1); • Resolução nº. 4.877/20 – Benefícios a Empregados (CPC 33 – R1). • Resolução nº. 4.818/20 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 – R1); • Resolução nº. 4.818/20 – Demonstração do Fluxo de Caixa – (CPC 03 – R2); e • Resolução nº. 4.924/21 – Mensuração do Valor Justo (CPC 46), • Resolução nº 4818/20 – Resultado por ação (CPC 41) • Resolução nº 4.525/16 – Ativo Imobilizado (CPC 27) • Resolução nº 4.924/21 – Receita de Contrato com cliente (CPC 47). d) A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece que as instituições financeiras devem avaliar seus instrumentos financeiros e classificá-los e mensurá-los de acordo com as regras de negócio estabelecidas para cada ativo e passivo financeiro. Entre outros aspectos a resolução requer que as instituições mensurem suas provisões para créditos de liquidação duvidosa com base em conceito de perda esperada, sem a necessidade de aguardar eventual inadimplências, tornando a provisão mais precisa em relação às futuras perdas que a instituição venha a verificar em períodos subsequentes. No ano de 2023, as Resoluções CMN nº 5.100/23 e BCB nº 352/23 foram emitidas, sendo complementares à CMN nº 4.966/21, e dispõem de diretrizes adicionais, como por exemplo, tratamento às seguintes matérias: - Aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros. - Constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. - Evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras. - Reconhecimento de custos de transação materiais. - Apropriação de receita.

Transição

De acordo com o Artigo 94 da Resolução BCB nº 352/23, os princípios estabelecidos nesta resolução foram aplicados de forma prospectiva às demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2025. Portanto, os saldos referentes aos períodos findos de 2024 não foram ajustados e não requerem republicação, de modo que os efeitos da adoção inicial foram contabilizados no patrimônio líquido de 1º de janeiro de 2025. Demonstrações Comparativas - Impactos decorrentes da adoção da Resolução CMN nº 4.966/21 e regras complementares Abaixo estão apresentados os efeitos decorrentes a adoção inicial da norma e impactos para fins comparativos às demonstrações financeiras de 31/12/2024:

Patrimônio Líquido antes dos ajustes estimados pela adoção da Resolução 4.966 31/12/2024	254.521
Provisão para perdas esperadas, líquido dos efeitos fiscais	16.580
Patrimônio Líquido, após ajustes da Resolução 4.966 01/01/2025	237.941

DIRETORIA EXECUTIVA

Paulo Rogerio Caffarelli
Diretor Presidente

DIRETORES

Luiz Felipe Bertozzo Francischinelli

Paulo Francisco Pinho

Heubner Lopes Bustamante

Carlos Henrique Fagundes

Carlos Roberto da Conceição - Contador - CRC 1SP 307638/O-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Brasileiro de Crédito S.A

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Brasileiro de Crédito ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2025

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Daniel Naves Marteletto
Contador CRC MG103346/O-2

ESTADÃO RI
A melhor multiplataforma de Relações com Investidores

Publique seus atos societários no jornal impresso!

SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR

PORTAL ESTADÃO RI

ESTADÃO 150 ESTADÃO RI ELDORADO FM 107,3 ESTADÃO BLUE STUDIO AGÊNCIA ESTADO broadcast



Demonstrações Financeiras 2024



HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 49.263.189/0001-02 - NIRE 35.300.340.337





Relatório da Administração 4T24 e 2024

Mogi das Cruzes, 20 de março de 2025 - A Helbor Empreendimentos S.A. (B3:HBOR3), incorporadora residencial, anunciou hoje os resultados do 4º trimestre de 2024 ("4T24") em comparação aos resultados do 4º trimestre de 2023 ("4T23") e do acumulado do ano de 2024 em comparação com o ano de 2023.

CARTA DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Durante o ano de 2024, a **Helbor** manteve sua estratégia de crescimento sustentável, com a combinação do aumento das vendas, lançamentos de novos empreendimentos em regiões estratégicas, redução do estoque pronto, incremento nos repasses e início do ciclo de desalavancagem.

Encerramos o ano com **8 lançamentos**, sendo 4 em São Paulo, 3 em Mogi das Cruzes e 1 no Rio de Janeiro, totalizando um **VGV Total Líquido de R$ 1,1 bilhão**, com a participação da Helbor representando 57%. Esses lançamentos fortaleceram nossa presença em regiões estratégicas, ampliando nosso portfólio de empreendimentos de alta qualidade e atendendo à demanda diversificada de nossos clientes.

Outro marco importante do ano foi a **entrega de 12 empreendimentos**, com um **VGV Total Líquido de R$ 1,9 bilhão** (R$ 1,0 bilhão parte Helbor), das quais 91% das unidades foram vendidas e 60% repassadas até dezembro de 2024.

A Companhia também manteve um *landbank* sólido e estrategicamente posicionado, com **VGV** bruto potencial **de R$ 11,5 bilhões**, sendo 70% parte Helbor. Durante o ano, a Companhia vendeu terrenos que não estavam mais na área de atuação (Cuiabá e Campo Grande) além da venda de 3 terrenos que foram recomprados através de permutas financeiras. Foi adquirido também, mais 2 terrenos de alto padrão, localizados em SP com o VGV bruto potencial de R$ 633 milhões. Esse portfólio de terrenos proporciona uma base robusta para o crescimento de novos projetos nos próximos anos, sendo um ativo fundamental para o futuro da Helbor e a execução de lançamentos de alto potencial.

Destacamos as **Vendas Brutas Totais** de 2024, que atingiram **R$ 2,0 bilhões**, sendo 49% de unidades em construção, 33% de estoque pronto e 18% de lançamento, representando um aumento de 32,6% em relação a 2023. A participação da Helbor nesse total foi de 56,4%. A **Velocidade de Vendas Total** (VSO) de 2024 foi de 52,0%, marcando um aumento de 14,6 p.p. em comparação com 2023, reflexo da gestão estratégica do nosso time comercial.

Na frente financeira, a Companhia registrou, em 2024, uma **Geração de Caixa** considerando o resultado das empresas consolidadas foi de R$ 134,5 milhões e encerramos o ano com uma **redução de 13,2 p.p no indicador de alavancagem** (Dívida Líquida sobre o Patrimônio Líquido) atingindo 56,3%, contra 69,4% ao final de 2023, reflexo do nosso foco em fortalecer a estrutura de capital da Companhia.

Por fim, os resultados obtidos em 2024, tanto no aumento das vendas e VSO quanto na entrega de novos empreendimentos, reforçam nossa posição no mercado e demonstram nossa capacidade de adaptação e resiliência. A gestão eficaz do *landbank*, e a melhoria na estrutura de capital, com a redução da alavancagem, são reflexos do nosso compromisso em gerar valor de longo prazo para nossos investidores e clientes. A Helbor segue confiante e bem-posicionada para continuar expandindo e entregando resultados consistentes nos próximos anos.

DADOS OPERACIONAIS

LANÇAMENTOS

A Helbor realizou 3 lançamentos no 4T24, sendo os 3 faseados com VGV total líquido de R$ 505,0 milhões, 80% Parte Helbor. O VSO Total de lançamentos alcançou 32,4% sendo o mesmo VSO apresentado na Parte Helbor.

No ano de 2024 foram lançados 8 empreendimentos com um VGV total líquido de R$ 1,1 bilhão, o que corresponde a 57% da parte Helbor.

Lançamentos (R$ mil)	Localização	Segmento	Unid.	VGV Total Líquido	Part. Helbor	VGV Helbor Líquido	% Vendido	Resultado
Américas 19	Rio de Janeiro	Médio	614	349.409	20%	69.882	51%	Equivalência
Total 1T24 - 1 Empreendimento			**614**	**349.409**	**20%**	**69.882**	**51%**	
Fazenda Itapety	Mogi das Cruzes	Alto	100	84.636	25%	20.736	71%	Equivalência
Roya - 2ª Fase	São Paulo	Alto	100	22.835	100%	22.835	38%	Consolidado
Metropolitan Vila Nova - 2ª Fase	São Paulo	Alto	36	30.866	60%	18.520	17%	Consolidado
Patteo Vila Mariana - 1ª Fase	São Paulo	Médio-Alto	235	129.114	80%	103.291	50%	Consolidado
Total 2T24 - 4 Empreendimentos			**471**	**267.451**	**62%**	**165.382**	**44%**	
Total 3T24 - 0 Empreendimentos			**–**	**–**	**0%**	**–**	**0%**	
Patteo Vila Mariana - 2ª Fase	São Paulo	Médio-Alto	106	237.144	80%	189.715	18%	Consolidado
Alegria Patteo Mogilar - 1ª Fase	Mogi das Cruzes	Médio	164	126.199	80%	100.959	82%	Consolidado
Alegria Patteo Mogilar - 2ª Fase	Mogi das Cruzes	Médio	165	141.667	80%	113.334	24%	Consolidado
Total 4T24 - 3 Empreendimentos			**435**	**505.010**	**80%**	**404.008**	**41%**	
Total 2024 - 8 Empreendimentos			**1.520**	**1.121.870**	**57%**	**639.272**	**34%**	

VENDAS CONTRATADAS

As Vendas Brutas Totais no trimestre totalizaram R$ 574,5 milhões, aumento de 34,9% na comparação com o 4T23 e de 16,3% em relação ao 3T24. As Vendas Brutas Parte Helbor representam 64,5% do 4T24, aumento de 43,9% frente o 4T23 e 34,1% em comparação com o 3T24. Serão consolidadas no resultado R$ 466,3 milhões das vendas do trimestre e R$ 108,1 milhões serão reconhecidas no resultado via Equivalência Patrimonial.

Em relação a 2024, as Vendas Brutas Totais totalizaram R$ 2.043,8 milhões, um aumento de 32,6% em relação a 2023. A parte Helbor totaliza 56,6%, representando um aumento de 22,1% em relação ao ano passado. Serão consolidadas no resultado R$ 1.347,6 milhões das vendas do ano e R$ 696,2 milhões reconhecidas por Equivalência Patrimonial.

Importante destacar que das Vendas Brutas Totais do 4T24, 24,9% correspondem à comercialização de unidades prontas, 46,5% de unidades em construção e 28,6% de lançamentos. No ano, 33,2% foram vendas de unidades prontas, 48,6% de unidades em construção e 18,3% de lançamentos.

A Velocidade de Vendas Total, medida pelo indicador VSO, foi de 20,5% no 4T24, um aumento de 7,3 p.p. na comparação com o VSO apresentado no 4T23 e 1,4 p.p. quando comparado com o 3T24. O VSO Parte Helbor alcançou 21,8% um incremento de 9,3 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior e 3,0 p.p. se comparado ao 3T24. O VSO de 2024 foi de 52,0% um aumento de 14,6 p.p. quando comparado com o ano anterior.

Os Distratos somaram R$ 118,8 milhões no trimestre, sendo 61,0% Parte Helbor. Vale mencionar que deste montante 100% das unidades distratadas foram revendidas dentro do próprio trimestre, sendo que 85% serão consolidadas e 15% reconhecidos através de Equivalência Patrimonial. Os Distratos encerraram o ano em um total de R$ 269,8 milhões, sendo Parte Helbor correspondente a 61,9% do total.

As Vendas Líquidas de Distratos no trimestre totalizaram R$ 452,8 milhões, sendo 65,5% Parte Helbor. No ano, as Vendas Líquidas de Distratos somaram R$ 1.771,1 milhões, sendo a Parte Helbor 55,6% deste valor.

Os gráficos abaixo apresentam a abertura dos estoques e VSO bruto Total e Parte Helbor:



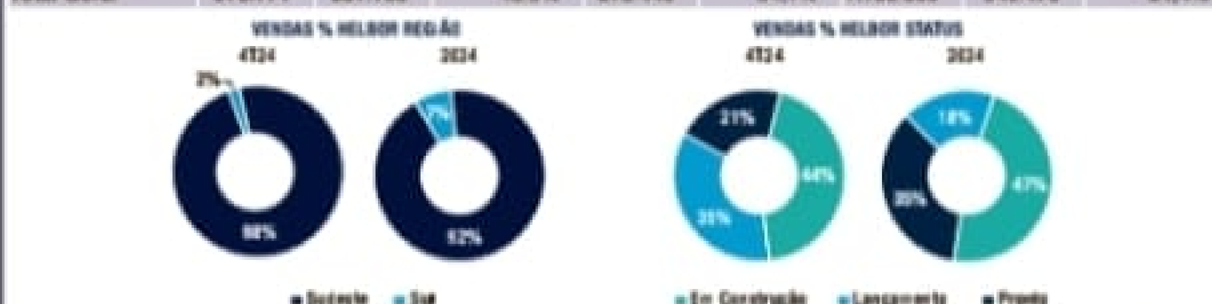
As tabelas e gráficos abaixo apresentam a abertura das vendas contratadas totais, além da abertura por perfil de produto, região e status:

Vendas (100%)	4T24	4T23	4T24 x 4T23	3T24	4T24 x 3T24	2024	2023	2024 x 2023
Altíssimo	70.886	78.487	-9,7%	38.972	81,9%	190.159	218.777	-13,1%
Alto	55.259	63.154	-12,5%	40.754	35,6%	220.804	266.118	-17,0%
Comercial	8.024	26.497	-69,7%	13.686	-41,4%	46.073	123.734	-62,8%
Médio Alto	332.972	189.888	75,4%	274.840	21,2%	1.105.430	668.894	65,3%
Médio	81.756	60.928	34,2%	98.671	-17,1%	393.438	232.688	69,1%
Econômico	25.605	7.052	263,1%	27.113	-5,6%	87.938	31.193	181,9%
Total Geral	**574.502**	**426.007**	**34,9%**	**494.034**	**16,3%**	**2.043.842**	**1.541.405**	**32,6%**



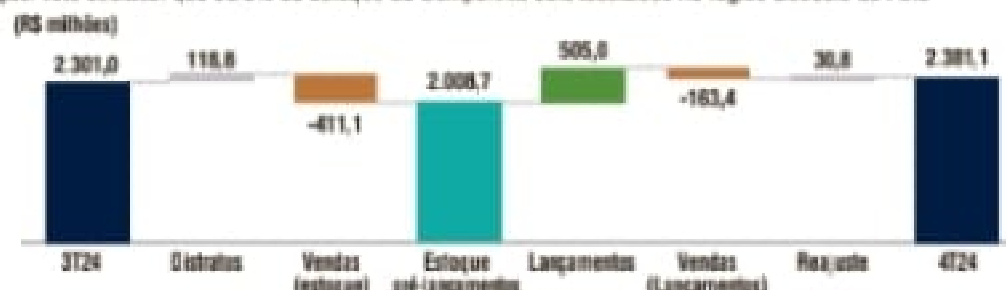
As tabelas e gráficos abaixo apresentam a abertura das vendas contratadas parte Helbor:

Vendas (% Helbor)	4T24	4T23	4T24 x 4T23	3T24	4T24 x 3T24	2024	2023	2024 x 2023
Altíssimo	38.857	45.985	-15,5%	21.214	83,2%	102.834	124.921	-17,7%
Alto	41.664	51.219	-18,7%	33.686	23,7%	183.024	197.325	-7,2%
Comercial	7.990	22.307	-64,2%	13.350	-40,1%	41.058	103.114	-60,2%
Médio Alto	219.949	99.682	120,6%	145.399	51,3%	603.125	373.726	61,4%
Médio	41.100	33.963	21,0%	42.906	-4,2%	153.940	128.526	19,8%
Econômico	21.211	4.574	363,8%	19.892	6,6%	69.023	21.862	215,7%
Total Geral	**370.771**	**257.730**	**43,9%**	**276.446**	**34,1%**	**1.153.065**	**949.473**	**21,4%**



ESTOQUE

O estoque total a valor de mercado no encerramento de 2024 somou R$ 2.380,7 milhões, sendo Parte Helbor 59,2% de participação. Vale destacar que 96,6% do estoque da Companhia está localizado na região Sudeste do País.



Legado x Novo Ciclo Estoque Pronto Total	4T24	4T23	4T24x 4T23	3T24	4T24x 3T24
Legado Total[1]	51.620	221.721	-76,7%	83.757	-38,4%
Novo Ciclo Total[2]	271.190	111.354	143,5%	313.216	-13,4%
Total Geral	**322.810**	**333.075**	**-3,1%**	**396.973**	**-18,7%**
Parte Helbor	**4T24**	**4T23**	**4T24x 4T23**	**3T24**	**4T24 x 3T24**
Legado Parte Helbor[1]	47.896	186.234	-74,3%	72.082	-33,6%
Novo Ciclo Parte Helbor[2]	165.100	78.338	110,8%	193.789	-14,8%
Total Geral	**212.996**	**264.572**	**-19,5%**	**265.870**	**-19,9%**

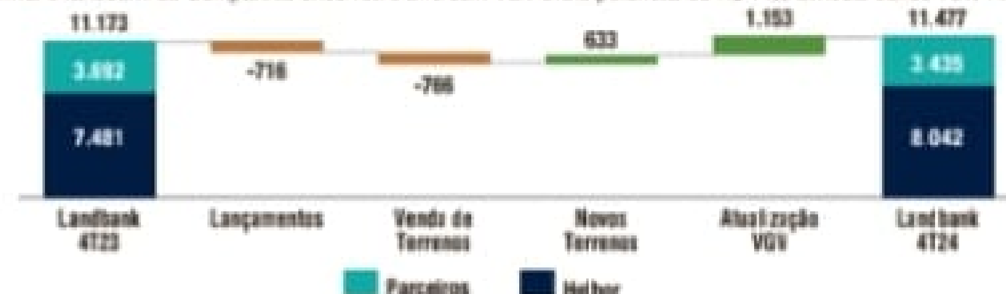
[1] Projetos lançados até dezembro de 2017.
[2] Projetos lançados a partir de 2018.



LANDBANK

Em linha com a estratégia de gestão ativa do *landbank*, durante o ano de 2024, a Companhia realizou a venda de três terrenos localizados em regiões fora de seu foco de atuação (Cuiabá e Campo Grande), com um VGV potencial combinado de R$ 766 milhões. Em contrapartida, foram adquiridos dois terrenos de alto padrão em São Paulo, com um VGV bruto potencial de R$ 633 milhões, sendo 60% desse valor referente à participação da Helbor. Além disso, houve uma atualização no VGV potencial dos projetos já existentes, devido à revisão dos preços dos projetos, o que resultou em um acréscimo de R$ 1,2 bilhão.

Dessa forma, o *landbank* da Companhia encerrou o ano com VGV bruto potencial de R$ 11,5 bilhões, sendo 70% Parte Helbor.







ENTREGAS

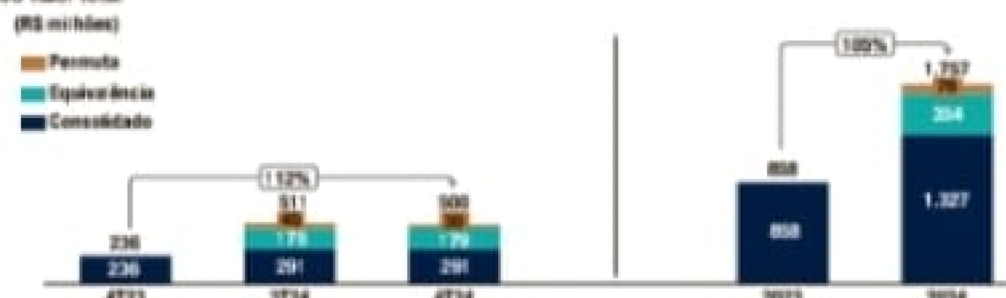
A Companhia entregou 1 empreendimento no 4T24, localizados na cidade de São Paulo, totalizando 347 unidades e um VGV total de R$ 102,0 milhões sendo 100% Parte Helbor. Durante o ano, foram entregues 12 empreendimentos com VGV total de R$ 1,9 bilhões, sendo R$ 1,0 bilhão parte Helbor.

	Localização		Unid.	VGV Total Líquido	Part. Helbor	VGV Helbor Líquido	% Vendido	% Repassado/ Quitado[2]	Resultado
Helbor Signature	Joinville	Alto	63	80.332	100%	80.332	100%	71%	Consolidado
Helbor Passeo Patteo Mogilar - 2ª fase	Mogi das Cruzes	Médio-Alto	108	97.340	80%	77.872	100%	79%	Consolidado
Caminhos da Lapa - Elo	São Paulo	Médio	311	159.177	18%	29.129	99%	53%	Equivalência
W Residences São Paulo	São Paulo	Altíssimo	216	460.270	58%	264.655	81%	66%	Consolidado
Helbor Window Moema	São Paulo	Alto	182	119.370	60%	71.622	100%	94%	Consolidado
Total 1T24 - 5 Empreendimentos				**916.489**	**57%**	**523.611**	**96%**	**69%**	
Residencial - Casa Vila Nova	São Paulo	Altíssimo	12	65.235	70%	45.665	83%	33%	Consolidado
Helbor Patteo São Paulo	São Paulo	Médio-Alto	334	258.870	40%	103.548	88%	74%	Equivalência
Reserva Ipoema by Helbor Home - 2ª fase	Mogi das Cruzes	Médio-Alto	134	79.168	60%	47.501	63%	70%	Consolidado
Total 2T24 - 3 Empreendimentos				**403.273**	**49%**	**196.713**	**78%**	**72%**	
To Liv Pinheiros	São Paulo	Econômico	400	126.000	50%	63.000	84%	67%	Consolidado
Reserva Caminhos da Lapa - 1ª fase	São Paulo	Médio-Alto	171	198.197	24%	48.221	98%	42%	Equivalência
Helbor Patteo Klabin - 1ª fase	São Paulo	Médio-Alto	306	124.657	60%	74.794	99%	78%	Consolidado
Total 3T24 - 3 Empreendimentos			**877**	**448.854**	**41%**	**186.016**	**94%**	**66%**	
Helbor B. LIV	São Paulo	Econômico	347	102.008	100%	102.008	98%	33%	Consolidado
Total 4T24 - 1 Empreendimento			**347**	**102.008**	**100%**	**11102.008**	**98%**	**33%**	
Total 2024 - 12 Empreendimentos			**2.584**	**1.870.624**	**54%**	**1.008.348**	**91%**	**60%**	

1 - Líquido de permuta
2 - Valor calculado sobre as unidades vendidas

Os **Repasses** no 4T24 totalizaram R$ 500,2 milhões, sendo R$ 290,7 milhões Consolidados, R$ 179,3 milhões reconhecidos através de Equivalência Patrimonial e R$ 30,2 milhões referentes às Permutas. Do total a Parte Helbor correspondeu a 60,5% do valor total. No período houve um acréscimo de 112% em relação ao 4T23 e uma redução de 2,0% em relação ao 3T24.

No acumulado ano os repasses totalizaram R$ 1.756,7 milhões, sendo R$ 1.327,1 milhões Consolidados, R$ 354,0 milhões reconhecidos através de Equivalência Patrimonial e R$ 75,6 milhões referentes à Permutas. Do total a Parte Helbor correspondeu a 59,6% do valor total.



continuação

Relatório da Administração 4T24 e 2024

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

No 4T24, a Receita Operacional Líquida totalizou R$ 305,9 milhões, o que representa uma redução de 11,8% em relação ao 4T23 e de 11,7% em comparação com o 3T24. A queda em ambos os períodos é explicada, principalmente, pela maior venda de unidades de lançamento, cuja receita será reconhecida conforme a evolução das obras, devido à metodologia PoC (Percentage of Completion) utilizada para a apropriação da receita.

Em 2024, a Receita Operacional Líquida alcançou R$ 1.270,4 milhões, ficando em linha com o resultado de 2023. Esse desempenho foi impactado pelo mix de vendas entre os períodos: em 2023, as vendas foram compostas por 64% de unidades em construção, 25% de unidades prontas e 11% de lançamentos, enquanto em 2024, a distribuição foi de 49% em construção, 33% prontas e 18% lançamentos.

(R$ milhões)

4T23: 347,0 | 3T24: 346,6 | 4T24: 305,9 (-11,8%) | 2023: 1.276,1 | 2024: 1.270,4

LUCRO BRUTO

No 4T24, o Lucro Bruto alcançou R$ 117,8 milhões, ficando em linha com o 4T23, quando foi registrado R$ 117,3 milhões, e representando um aumento de 5,5% em relação ao 3T24. A Margem Bruta do 4T24 apresentou um crescimento de 4,7 p.p em relação ao 4T23 e de 6,2 p.p. em comparação ao 3T24, resultado do menor custo operacional reflexo, principalmente, da reversão de provisão de unidades distratadas, uma vez que os distratos foram menores que o programado para o 4T24.

A Margem Bruta ajustada do 4T24 teve um aumento de 8,6 p.p. em relação ao 4T23 e de 6,2 p.p. em relação ao 3T24, impulsionada pela maior apropriação de encargos financeiros no período.

Em 2024, o Lucro Bruto totalizou R$ 426,1 milhões, o que representa um crescimento de 12,5% em relação a 2023, devido ao menor custo operacional, reflexo, principalmente, da reversão dos custos de unidades distratadas. A Margem Bruta atingiu 33,5%, superando em 3,8 p.p. o valor registrado no mesmo período do ano anterior. Já a Margem Bruta ajustada registrou um aumento de 5,7 p.p., influenciada, da mesma forma que no trimestre, pela maior apropriação de encargos financeiros.

(R$ Mil)	4T24	4T23	4T24 x 4T23	3T24	4T24 x 3T24	2024	2023	2024 x 2023
Receita Operacional Líquida	305.907	346.981	-11,8%	346.558	-11,7%	1.270.376	1.276.089	-0,4%
Custos Operacionais	(187.984)	(229.649)	-18,1%	(234.780)	-19,9%	(844.229)	(897.396)	-5,9%
Lucro Bruto	**117.923**	**117.332**	**0,5%**	**111.778**	**5,5%**	**426.147**	**378.693**	**12,5%**
Margem Bruta	**38,5%**	**33,8%**	**4,7 p.p.**	**32,3%**	**6,2 p.p.**	**33,5%**	**29,7%**	**3,8 p.p.**
Receita Operacional Líquida	305.907	346.981	-11,8%	346.558	-11,7%	1.270.376	1.276.089	-0,4%
(-) Ajuste a valor presente	460	801	-42,6%	1.997	-77,0%	2.833	(1.485)	-290,8%
Receita Operacional Líquida Ajustada	305.447	346.180	-11,8%	344.561	-11,4%	1.267.543	1.277.574	-0,8%
Custos Operacionais	(187.984)	(229.649)	-18,1%	(234.780)	-19,9%	(844.229)	(897.396)	-5,9%
(-) Encargos Financeiros	(41.522)	(33.656)	23,4%	(47.861)	-13,2%	(156.490)	(130.512)	19,9%
(=) Custos Operacionais Ajustados	(146.462)	(195.993)	-25,3%	(186.919)	-21,6%	(687.739)	(766.884)	-10,3%
Lucro Bruto Ajustado	**158.985**	**150.187**	**5,9%**	**157.642**	**0,9%**	**579.804**	**510.690**	**13,5%**
Margem Bruta Ajustada	**52,0%**	**43,4%**	**8,6 p.p.**	**45,8%**	**6,2 p.p.**	**45,7%**	**40,0%**	**5,7 p.p.**

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS - DGA

No 4T24, as Despesas Gerais e Administrativas (DGA), excluindo Depreciação e Amortização, totalizaram R$ 26,3 milhões, representando um aumento de 13,7% em relação ao 4T23 e de 11,9% em relação ao 3T24. Esse aumento foi principalmente impulsionado pelas despesas com Pessoal, devido ao impacto do acordo coletivo anual, remuneração do Conselho Fiscal que não era constituído em 2023.

Em 2024, as DGAs somaram R$ 102,9 milhões, um crescimento de 11,9% em comparação com o mesmo período de 2023, principalmente devido ao aumento das despesas com Pessoal, conforme mencionado anteriormente.

(R$ Mil)	4T24	4T23	4T24 x 4T23	3T24	4T24 x 3T24	2024	2023	2024 x 2023
Pessoal	(15.774)	(13.803)	14,3%	(15.307)	3,1%	(62.521)	(55.962)	11,7%
Serviços Profissionais	(4.314)	(5.053)	-14,6%	(3.921)	10,0%	(17.846)	(17.000)	5,0%
Ocupação	(618)	(971)	-36,4%	(523)	18,2%	(2.366)	(3.921)	-39,7%
Despesas Legais	(952)	(1.004)	-5,2%	(888)	7,2%	(6.280)	(6.007)	4,5%
Materiais Gerais	(766)	(840)	-8,8%	(556)	37,8%	(3.171)	(4.046)	-21,6%
Outras Despesas Administrativas	(3.827)	(1.413)	170,8%	(2.273)	68,4%	(10.714)	(5.057)	111,9%
Total das DGA ex-Depreciação e Amortização	**(26.251)**	**(23.084)**	**13,7%**	**(23.468)**	**11,9%**	**(102.898)**	**(91.993)**	**11,9%**
Receita Operacional Líquida	305.907	346.981	-11,8%	346.558	-11,7%	1.270.376	1.276.089	-0,4%
DGA/Receita Líquida	**8,6%**	**6,7%**	**1,9 p.p.**	**6,8%**	**1,8 p.p.**	**8,1%**	**7,2%**	**0,89 p.p.**

DESPESAS COMERCIAIS

No 4T24, as Despesas Comerciais totalizaram R$ 20,9 milhões, representando uma redução de 6,3% em relação ao 4T23. Essa variação pode ser explicada, principalmente, por: (i) menores gastos com decoração de apartamentos modelo e estandes de vendas, devido ao menor volume de lançamentos entre os períodos; e (ii) redução no custo com condomínio, uma vez que houve aumento nas vendas de unidades de estoque pronto.

Na comparação com o 3T24, as Despesas Comerciais apresentaram uma queda de 25,3%, explicada pelas mesmas razões mencionadas anteriormente, além da redução nos gastos com Comissões de Venda, refletindo o mix de vendas mais concentrado em lançamentos e em obras em andamento.

Em 2024, as Despesas Comerciais totalizaram R$ 95,8 milhões, uma diminuição de 12,4% em relação a 2023, principalmente devido à redução das despesas com: (i) Comissões de Vendas uma vez que esses gastos são reconhecidos pela evolução do % do PoC, ou seja, acompanham o comportamento da receita; (ii) Publicidade e Propaganda pelo menor volume de empreendimentos lançados lançamentos em 2024 versus 2023, e (iii) menores gastos com decoração de apartamentos modelo e estandes de vendas, em função do menor volume de lançamentos no período.

(R$ Mil)	4T24	4T23	4T24 x 4T23	3T24	4T24 x 3T24	2024	2023	2024 x 2023
Publicidade e Propaganda	(4.700)	(4.488)	4,7%	(4.604)	2,1%	(20.176)	(23.487)	-14,1%
Comissões de Venda	(7.985)	(8.730)	-8,5%	(12.950)	-38,3%	(34.095)	(42.417)	-19,6%
Estandes de Venda	(4.860)	(4.951)	-1,8%	(5.571)	-12,8%	(22.328)	(23.847)	-6,4%
Decoração de Apartamento Modelo	(581)	(1.003)	-42,1%	(629)	-7,6%	(3.913)	(4.543)	-13,9%
Taxa de Administração	(160)	(44)	263,6%	(343)	-53,4%	(654)	(735)	-11,0%
Condomínio de unidades de estoque	(2.570)	(3.034)	-15,3%	(3.824)	-32,8%	(14.601)	(14.260)	2,4%
Total Despesas Comerciais	**(20.856)**	**(22.250)**	**-6,3%**	**(27.921)**	**-25,3%**	**(95.767)**	**(109.289)**	**-12,4%**
Receita Operacional Líquida	305.907	346.981	-11,8%	346.558	-11,7%	1.270.376	1.276.089	-0,4%
Despesas Comerciais/Receita Líquida	**6,8%**	**6,4%**	**0,40 p.p.**	**8,1%**	**-1,3 p.p.**	**7,5%**	**8,6%**	**-1,1 p.p.**

EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

O resultado de Equivalência Patrimonial foi de R$ 11,2 milhões versus um prejuízo de R$ 4,3 milhões reconhecido no 4T23. A variação pode ser explicada, principalmente, pelo resultado dos empreendimentos Alden e Figueira Leopoldo. Em relação ao 3T24, o resultado de equivalência patrimonial apresentou uma redução de 17,5% explicado, principalmente, pela redução no reconhecimento do resultado do Reserva Caminhos da Lapa. No ano, o resultado de equivalência patrimonial foi de R$ 58,1 milhões, aumento de 25,4% em relação ao ano de 2023 explicado, principalmente, pelo maior reconhecimento do resultado dos empreendimentos Alden e Figueira Leopoldo.

Empreendimentos	4T24	4T23	4T24 x 4T23	3T24	4T24 x 3T24	2024	2023	2024 x 2023
Alden Desenvolvimento Imobiliário[1]	6.675	(2.589)	357,9%	8.596	-22,3%	18.628	8.781	112,1%
Figueira Leopoldo	2.873	(2.827)	201,6%	6.794	-57,7%	6.544	844	675,1%
Caminhos da Lapa Participações[2]	(1.029)	2.384	-143,2%	2.867	-135,9%	6.700	10.113	-33,7%
Reserva Caminhos da Lapa	1.350	(2.176)	162,1%	12.078	-88,8%	23.445	19.919	17,7%
Outros	1.354	928	45,9%	1.680	-19,4%	2.796	6.688	-58,2%
Equivalência Patrimonial	**11.224**	**(4.280)**	**362,2%**	**13.609**	**-17,5%**	**58.113**	**46.344**	**25,4%**

[1] Inclui os empreendimentos: Helbor Patteo São Paulo, Helbor My Square e Fazenda Itapety.
[2] Inclui os empreendimentos: Elo Caminhos da Lapa e Elo Duo Caminhos da Lapa.

Empreendimentos	Part. Helbor	Lança-mento	Região	Padrão	Uni-dades[3]	VGV Total Líquido[3]	VGV Helbor Líquido[3]	% Ven-dido
Alden Desenvolvimento Imobiliário[1]	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
• Helbor My Square	50%	4T18	São Paulo	Médio Alto	252	115,963	57.982	100%
• Helbor Patteo São Paulo	40%	2T21	São Paulo	Médio Alto	334	258.870	103.548	86%
• Fazenda Itapety	24%	3T22	Mogi das Cruzes	Alto	543	417.976	100.490	96%
Figueira Leopoldo	50%	1T22	São Paulo	Altíssimo	21	320.565	160.283	33%
Caminhos da Lapa Participações[2]	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
• Elo Caminhos da Lapa	18%	4T20	São Paulo	Médio	308	157.642	28.799	99%
• Elo Duo Caminhos da Lapa	18%	4T21	São Paulo	Médio	376	221.061	40.385	68%
Reserva Caminhos da Lapa	24%	2T21	São Paulo	Médio Alto	398	504.180	122.516	90%
Equivalência Patrimonial					**2.232**	**1.996.257**	**614.003**	

[1] Inclui os empreendimentos: Helbor Patteo São Paulo, Helbor My Square e Fazenda Itapety.
[2] Inclui os empreendimentos: Elo Caminhos da Lapa e Elo Duo Caminhos da Lapa.
[3] Líquido de permutas

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido registrou uma despesa de R$ 11,1 milhões no 4T24 e de R$ 47,8 milhões em 2024, apresentando um aumento nas despesas em comparação aos mesmos períodos de 2023 e ao 3T24.

As Receitas Financeiras no trimestre totalizaram R$ 17,4 milhões, marcando um crescimento de 68,9% em relação ao 4T23 e de 20,2% quando comparado ao 3T24, impulsionado principalmente pelo reconhecimento dos Juros Ativos sobre os contratos de venda de imóveis. As despesas financeiras somaram R$ 28,5 milhões no período, o que representa um aumento de 83,3% em relação ao 4T23 e de 22,1% em comparação ao 3T24, devido ao maior custo com juros e encargos financeiros de financiamentos.

Em 2024, as receitas financeiras alcançaram R$ 52,0 milhões, um crescimento de 18,2% em relação ao ano anterior, reflexo principalmente da Variação Monetária Ativa e dos Juros Ativos sobre Contratos de venda de imóveis. As despesas financeiras totalizaram R$ 99,9 milhões, representando um aumento de 41,6% em relação a 2023, devido ao maior custo com juros e encargos financeiros de financiamentos.

(R$ Mil)	4T24	4T23	4T24x 4T23	3T24	4T24x 3T24	2024	2023	2024 x 2023
Receitas de Aplicações Financeiras	2.191	2.374	-7,7%	2.091	4,8%	9.567	11.193	-14,5%
Variação Monetária Ativa	8.371	6.151	36,1%	8.649	-3,2%	24.869	20.525	21,2%
Juros Ativos sobre Contratos	6.031	1.543	290,9%	3.370	79,0%	15.846	11.464	38,2%
Juros e Multas por Atraso	163	206	-20,9%	286	-43,0%	907	820	10,6%
Outras Receitas Financeiras	601	5	n.a	49	1126,5%	864	40	2060,0%
Total de Receitas Financeiras	**17.357**	**10.279**	**68,9%**	**14.445**	**20,2%**	**52.053**	**44.042**	**18,2%**
Juros Pagos ou Incorridos	(30.744)	(13.754)	123,5%	(19.679)	56,2%	(89.976)	(63.120)	42,5%
Variação Monetária Passiva	(192)	(214)	-10,3%	(620)	-69,0%	(5.857)	(2.350)	149,2%
Comissões e despesas bancárias	(531)	(268)	98,1%	(248)	114,1%	(1.299)	(1.029)	26,2%
Outras Despesas Financeiras	3.000	(1.291)	-332,4%	(2.763)	-208,6%	(2.762)	(4.067)	-32,1%
Total de Despesas Financeiras	**(28.467)**	**(15.527)**	**83,3%**	**(23.310)**	**22,1%**	**(99.894)**	**(70.566)**	**41,6%**
Resultado Financeiro	**(11.110)**	**(5.248)**	**111,7%**	**(8.865)**	**25,3%**	**(47.841)**	**(26.524)**	**80,4%**

LUCRO LÍQUIDO

Em função dos fatores mencionados acima, o Lucro Líquido Consolidado do 4T24 foi de R$ 62,8 milhões, redução de 7% em comparação ao 4T23 e aumento de 76,3% em relação ao 3T24. O Lucro Líquido da Controladora por sua vez atingiu R$ 31,8 milhões no 4T24 um aumento de 11,0% em relação ao mesmo período do ano anterior e crescimento de R$ 22,6 milhões quando comparado ao trimestre anterior.

No ano de 2024, o Lucro Líquido Consolidado alcançou R$ 163,0 milhões, uma redução de 5,7% em comparação a 2023. O Lucro Líquido da Controladora foi de R$ 56,5 milhões no ano um aumento de 11,1% em comparação ao ano passado. Vale destacar que a representatividade do Lucro Líquido da Controladora sobre o Consolidado, ao final de 2024, foi de 34,7%, um aumento de 5,2 p.p. em relação a 2023.

O Conselho de Administração em reunião realizada no dia 20 de março de 2025, aprovou o encaminhamento para deliberação em Assembleia Geral Ordinária (AGO) a ser realizada em 23 de abril de 2025, o pagamento de Dividendos 2024 no montante de R$ 13,4 milhões o equivalente a R$ 0,10 por ação. Vale destacar que o montante a ser pago corresponde a 25% do Lucro Líquido da Controladora, após a dedução da Reserva Legal.

(R$ milhões)

	4T23	3T24	4T24	2023	2024
Acionistas Controladores	28,7	9,2	31,8	50,8	56,5
Acionistas Não Controladores	38,8	26,4	31,0	122,0	106,5
Total	67,5	35,6	62,8	172,8	163,0

RESULTADOS A APROPRIAR

A Receita Bruta a Apropriar totalizou R$ 443,2 milhões ao final de 2024, uma redução de 1,4% quando comparada ao final de 2023. As maiores receitas a apropriar referem-se aos empreendimentos: (i) Alegria Patteo Mogilar lançado no 4T24; (ii) Open Mind lançado no 2T23; (iii) Patteo Vila Mariana lançada 1ª fase no 2T24 e 2ª fase no 4T24 e (iv) Patteo São Bernardo, lançado no 3T23 que juntos representam 70% de receita a apropriar de unidades vendidas. A Margem Bruta a Apropriar ao final de 2024 foi de 28,0%, em linha com o ano anterior.

(R$ Mil)	2024	2023	4T24 x 4T23
Receita Bruta a Apropriar	443.206	449.579	-1,4%
Custos das Unidades Vendidas a Apropriar[1]	(318.981)	(320.258)	-0,4%
Resultado a Apropriar	124.225	129.321	-3,9%
Margem a Apropriar (%)	**28,0%**	**28,8%**	**-0,8 p.p.**

[1] Sem encargos financeiros referentes aos juros das operações destinadas aos empreendimentos.

RECEBÍVEIS

O Total de Recebíveis, líquidos de Ajuste a Valor Presente (AVP) e Provisão para risco de crédito e distrato, atingiu R$ 1.061,3 milhões ao final de 2024 em linha com 2023. Do total de recebíveis, R$ 462,0 milhões são referentes às unidades concluídas e R$ 600,5 milhões de unidades em construção.

	Obras Concluídas			Em Construção			Total de Recebíveis no Balanço		
(R$ Mil)	2024	2023	2024 x 2023	2024	2023	2024 x 2023	2024	2023	2024 x 2023
Contas a Receber	443.730	363.587	22,0%	610.459	691.808	-11,8%	1.054.189	1.055.395	-0,1%
Ajuste a Valor Presente	–	–	n.a.	(18.712)	(21.544)	-13,1%	(18.712)	(21.544)	-13,1%
Provisão para risco de crédito e distrato	(42.040)	(43.174)	-2,6%	(935)	(14.503)	-93,6%	(42.975)	(57.677)	-25,5%
Outros Créditos	58.678	50.858	15,4%	10.069	30.361	-66,8%	68.747	81.219	-15,4%
Total	**460.368**	**371.271**	**24,0%**	**600.881**	**686.122**	**-12,4%**	**1.061.249**	**1.057.393**	**0,4%**

CAIXA E ENDIVIDAMENTO

Ao final de 2024, a Dívida Bruta Consolidada somou R$ 1.991,7 milhões, apresentando um aumento de 3,6% em relação ao fechamento de 2023. Essa variação pode ser explicada, principalmente, pela captação de: (i) R$ 425,0 milhões em Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) com lastro; (ii) R$ 205,8 milhões em plano empresário (autoliquidável); e (iii) R$ 356 milhões de CDBs, parcialmente compensada pelas amortizações de que ocorreram ao longo de 2024 também nessas modalidades de financiamento.

As disponibilidades ao final de 2024 totalizaram R$ 480,8 milhões, o que resultou em uma Dívida Líquida de R$ 1.510,8 milhões, representando 56,3% do Patrimônio Líquido Consolidado. Esse valor reflete uma redução de 13,2 pontos percentuais em comparação ao final de 2023, evidenciando a disciplina de capital da Companhia e marcando o início de seu ciclo de desalavancagem.

Endividamento (R$ mil)	2024	2023	2024 x 2023	3T24	2024 x 3T24
Financiamento de Obras - SFH	445.545	579.357	-23,1%	515.522	-13,6%
Cédula de Crédito Bancário e outras	636.977	375.106	69,8%	676.413	-5,8%
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI com Lastro	552.665	518.349	6,6%	525.725	5,1%
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	356.491	450.496	-20,9%	286.897	24,3%
Dívida Bruta	**1.991.678**	**1.923.308**	**3,6%**	**2.004.557**	**-0,6%**
Disponibilidades	480.836	277.926	73,0%	230.474	108,6%
Dívida Líquida	**1.510.842**	**1.645.382**	**-8,2%**	**1.774.083**	**-14,8%**
Patrimônio Líquido Consolidado	2.685.615	2.369.597,0	13,3%	2.578.480	4,2%
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido Consolidado	**56,3%**	**69,4%**	**13,2 p.p.**	**68,8%**	**-12,5 p.p.**

No 4T24 registramos Geração de caixa, na visão Consolidada, de R$ 263,7 milhões. Desta forma, encerramos o ano de 2024 com uma Geração de caixa de R$ 135,0 milhões.

Endividamento (R$ Mil) - Consolidado	1T24	2T24	3T24	2024	2024
Disponibilidades	443.475	342.502	230.474	480.836	480.836
Empréstimos e Financiamentos	2.086.076	2.095.182	2.004.557	1.991.678	1.991.678
Dívida líquida - Início do período	1.645.382	1.642.601	1.752.680	1.774.083	1.645.382
Dívida líquida - Fim do período	1.642.601	1.752.680	1.774.083	1.510.842	1.510.842
(Cash Burn) Geração de Caixa	**2.781**	**(110.079)**	**(21.403)**	**263.241**	**134.540**

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003 e ao Ofício Circular SNC/SEP nº 01/2007, a Companhia informa que os auditores independentes (Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda., "Baker Tilly") foram contratados apenas para realização dos serviços de auditoria externa sobre as demonstrações Financeiras individuais e consolidadas de 2024.

A Companhia não contratou nenhum outro trabalho não relacionado à auditoria até 31 de dezembro de 2024.

A Companhia e suas controladas, por meio dos órgãos de governança, adotam procedimento de consultar os auditores independentes no sentido de assegurar-se que a realização da prestação de outros serviços não venha a afetar a independência e objetividade requeridas aos serviços de auditoria independente, destacadamente para que o auditor não audite seu próprio trabalho, não exerça funções gerenciais na Companhia e suas controladas, bem como não as represente legalmente.

A Baker Tilly declarou que todos os serviços prestados à Companhia e suas controladas observaram de forma estrita as normas contábeis e de auditoria que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não identificaram nenhuma situação que afeta a independência e objetividade ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

continua

Eufrázio

→ continuação

Balanços patrimoniais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	129.913	6 177	226.566	128 866
Títulos e valores mobiliários	5	123.228	11 385	254.270	149 060
Contas a receber	6	21.549	17 724	857.887	731 001
Imóveis a comercializar	7	5.004	5 475	1.318.413	2 064 466
Outros ativos		38.737	39 330	269.359	129 971
Total do ativo circulante		318.431	80 091	2.926.495	3 203 364
Ativo não circulante					
Contas a receber	6	34.043	34 470	203.361	326 392
Imóveis a comercializar	7	815	815	1.629.248	1 316 690
Partes relacionadas		1.296.961	1 028 081	340.412	310 243
Depósitos judiciais		2.333	3 023	10.343	17 596
Outros ativos		–	–	102.835	32 571
Investimentos	9	3.313.035	2 974 816	589.843	556 138
Propriedades para investimento	10	–	–	831.496	237 300
Imobilizado e intangível		30.927	37 195	63.380	80 590
Total do ativo não circulante		4.678.114	4 078 400	3.770.918	2 877 520
Total do ativo		4.996.545	4 158 491	6.697.413	6 080 884

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	524.292	425 134	836.026	762 271
Debêntures	12	–	41 302	–	41 302
Fornecedores		441	1 502	62.095	41 455
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias		14.220	12 618	22.912	20 039
Passivo a descoberto de investidas		84.310	86 756	886	50
Tributos diferidos	17	498	294	38.865	13 939
Adiantamentos de clientes	15	21.211	–	474.642	331 178
Contas a pagar por aquisição de imóveis	13	–	–	242.817	157 184
Contas a pagar	14	25.564	6 126	113.356	36 803
Partes relacionadas		1.803.822	1 461 497	116.140	41 189
Dividendos a pagar	19(g)	13.421	12 076	13.421	12 077
Total do passivo circulante		2.487.779	2 047 305	1.921.140	1 457 487
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	899.011	681 835	1.155.652	1 119 735
Tributos diferidos	17	4.160	3 914	7.251	25 735
Adiantamentos de clientes	15	–	–	300.866	664 231
Contas a pagar por aquisição de imóveis	13	–	–	539.664	380 378
Contas a pagar	14	151.828	13 297	37.439	38 523
Provisão para demandas judiciais	18(a)	1.617	2 631	24.207	25 198
Total do passivo não circulante		1.056.616	701 677	2.065.079	2 253 800
Patrimônio líquido:					
Capital social integralizado	19(a)	1.310.225	1 310 225	1.310.225	1 310 225
(–) Gastos com oferta pública de ações	19(b)	(36.921)	(36 921)	(36.921)	(36 921)
Ações em tesouraria	19(c)	(25.052)	(25 052)	(25.052)	(25 052)
Ajuste de avaliação patrimonial	19(d)	4.384	4 830	4.384	4 830
Reserva legal	19(e)	14.294	11 469	14.294	11 469
Reserva de lucros	19(f)	185.220	144 958	185.220	144 958
		1.452.150	1 409 509	1.452.150	1 409 509
Participação de acionistas não controladores		–	–	1.259.044	960 088
Total do patrimônio líquido		1.452.150	1 409 509	2.711.194	2 369 597
Total do passivo e patrimônio líquido		4.996.545	4 158 491	6.697.413	6 080 884

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do Resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Notas	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita líquida	21	14.681	15 242	1.270.376	1 276 089
Custos dos imóveis vendidos	22	–	(4 826)	(844.229)	(897 396)
Lucro bruto		14.681	10 416	426.147	378 693
Despesas e receitas:					
Despesas gerais e administrativas	23(a)	(83.807)	(74 240)	(111.014)	(100 608)
Despesas comerciais	23(b)	(4.468)	(4 595)	(95.767)	(109 289)
Despesas tributárias		(2.125)	(2 045)	(8.331)	(9 036)
Outras receitas e (despesas) operacionais, líquidas	25	3.243	(11 625)	(29.145)	21 301
Equivalência patrimonial	9	288.532	228 011	58.113	46 344
Resultado antes do resultado financeiro		216.056	145 922	240.003	227 405
Resultado financeiro:					
Despesas financeiras	24	(174.556)	(121 793)	(99.894)	(70 566)
Receitas financeiras	24	14.122	27 467	52.053	44 042
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		55.622	51 596	192.162	200 881
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	16(a)	–	–	(27.448)	(23 961)
Diferidos	16(a)	886	(748)	(1.694)	(4 079)
Lucro líquido do exercício		56.508	50 848	163.020	172 841
Lucro líquido do exercício atribuível à:					
Acionistas controladores				56.508	50 848
Acionistas não controladores				106.512	121 993
				163.020	172 841
Lucro básico por ação (valor expresso em reais)	20	0.4259	0.3832		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do Resultado Abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Lucro líquido do exercício	56.508	50 848	163.020	172 841
Outros componentes do resultado abrangente				
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	56.508	50 848	163.020	172 841
Total do resultado abrangente do exercício atribuível à:				
Acionistas controladores			56.508	50 848
Acionistas não controladores			106.512	121 993
Resultado abrangente do exercício			163.020	172 841

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DVA - Demonstrações de Valor Adicionado
Para os exercícios findos em em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
1. Receitas				
1.1 Receita com vendas de imóveis	633	4 407	1.260.026	1 270 660
1.2 Receita com taxa de administração e serviços	16.259	12 553	28.065	20 847
1.3 Receitas (Despesas) Operacionais	(10.004)	(11 624)	(27.556)	41 682
	6.888	5 336	1.260.535	1 333 189
2. Insumos				
2.1 Custo dos imóveis vendidos e serviços prestados	–	(4 826)	(844.229)	(908 240)
2.2 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(20.524)	(17 825)	(113.698)	(124 632)
3. Valor Adicionado Bruto	(13.636)	(17 315)	302.608	300 317
4. Retenções				
4.1 Depreciação e amortização	(6.985)	(6 861)	(30.753)	(28 944)
	(6.985)	(6 861)	(30.753)	(28 944)
5. Valor Adicionado Líquido produzido (3-4)	(20.621)	(24 176)	271.855	271 373
6. Valor Adicionado Recebido em Transferência				
6.1 Equivalência Patrimonial	288.532	228 011	58.113	46 344
6.2 Receitas Financeiras	14.122	27 467	52.053	44 042
	302.654	255 478	110.166	90 386
7. Valor Total Adicionado a Distribuir (5+6)	282.033	231 302	382.021	361 759
8. Distribuição do Valor Adicionado				
8.1 Pessoal e Encargos				
8.1.1 Remuneração direta	39.024	37 241	39.914	38 141
8.1.2 Benefícios	9.455	7 780	9.830	8 169
8.1.3 FGTS	1.889	1 764	1.961	1 834
	50.368	46 785	51.705	48 144
8.2 Impostos Taxas e Contribuições				
8.2.1 Federais	11.828	10 651	74.023	62 431
8.2.2 Estaduais	31	32	31	32
8.2.3 Municipais	1.205	781	4.729	5 692
	13.064	11 464	78.783	68 155
8.3 Juros e Aluguel				
8.3.1 Juros	173.213	120 750	96.114	65 881
8.3.2 Aluguéis	–	–	–	578
8.3.3 Outras	(11.120)	1 455	(7.601)	6 160
	162.093	122 205	88.513	72 619
8.4 Remuneração de Capitais Próprios				
8.4.1 Dividendos propostos	13.421	12 077	13.421	12 077
8.4.2 Lucros retidos	43.087	38 771	43.087	38 771
8.4.3 Acionistas não controladores	–	–	106.512	121 993
	56.508	50 848	163.020	172 841
Total Distribuição do Valor Adicionado	282.033	231 302	382.021	361 759

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Custo na emissão de ações	Ações em tesouraria	Ganhos e perdas em investimentos	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Reserva de lucros: Lucros acumulados	Reserva de lucros: Total	Patrimônio líquido da controladora	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.310.225	(36.921)	(25.052)	6.243	8.926	108.729	–	117.655	1.372.150	752.667	2.124.817
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	50.848	50.848	50.848	121.993	172.841
Transações com acionistas não controladores	–	–	–	(1.413)	–	–	–	–	(1.413)	–	(1.413)
Constituição de reserva legal	–	–	–	–	2.543	–	(2.543)	–	–	–	–
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	–	(12.076)	(12.076)	(12.076)	–	(12.076)
Retenção de lucros	–	–	–	–	–	36.229	(36.229)	–	–	–	–
Participação de não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	85.428	85.428
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.310.225	(36.921)	(25.052)	4.830	11.469	144.958	–	156.427	1.409.509	960.088	2.369.597
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	56.508	56.508	56.508	106.512	163.020
Transações com acionistas não controladores	–	–	–	(446)	–	–	–	–	(446)	–	(446)
Constituição de reserva legal	–	–	–	–	2.825	–	(2.825)	–	–	–	–
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	–	(13.421)	(13.421)	(13.421)	–	(13.421)
Retenção de lucros	–	–	–	–	–	40.262	(40.262)	–	–	–	–
Participação de não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	192.444	192.444
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.310.225	(36.921)	(25.052)	4.384	14.294	185.220	–	199.514	1.452.150	1.259.044	2.711.194

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do fluxo de caixa - método indireto para os exercícios findos em em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Fluxo operacional				
Das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	55.622	51.596	192.162	200 881
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	6.985	6.861	30.753	28 944
Ajuste a valor presente	–	–	(2.833)	1 485
Provisão para demandas judiciais	(284)	2.058	1.738	5 374
Provisão para risco de crédito e distratos	(633)	–	(16.339)	28 881
Provisão para perda na realização de imóveis	471	791	(15.668)	45 403
Amortização de mais-valia fundamento em valor justo de terrenos	9.731	9.588	8.940	–
Tributos diferidos - PIS e COFINS	177	205	3.883	1 547
Apropriação de encargos sobre financiamentos	168.928	162.560	257.892	281 782
Encargos financeiros sobre financiamentos amortizados	76.487	80.208	156.490	130 512
Valor justo de propriedades para investimento	–	–	(4.040)	(41 374)
Equivalência patrimonial	(288.532)	(228.011)	(58.113)	(46 344)
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	(2.765)	(8.084)	15.317	(310 682)
Imóveis a comercializar	–	(5.008)	510.702	(164 890)
Depósitos judiciais	690	(86)	7.253	(1 604)
Outros ativos	593	(19.605)	(163.649)	(29 561)
Fornecedores	(1.061)	(143)	20.638	11 073
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	1.602	1.175	2.768	4 101
Adiantamentos de clientes	21.211	–	(280.506)	259 296
Credores por imóveis compromissados	–	–	41.492	(50 341)
Contas a pagar	157.969	(7.375)	75.509	17.111
Provisão para demandas judiciais	(730)	–	(2.729)	2.012
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(26.536)	(25.372)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(150.935)	(162.071)	(228.228)	(249.720)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	55.526	(115.341)	526.896	98.514
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Investimentos	(137.638)	(259.070)	15.858	(29.062)
Propriedade para investimento	–	9.831	(590.155)	(25.895)
Partes relacionadas, líquidas	73.445	323.670	44.782	(236.342)
Imobilizado e intangível	(717)	(1.215)	(13.543)	(13.355)
Títulos e valores mobiliários	(111.843)	41.731	(105.210)	33.262
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimento	(176.753)	114.947	(648.268)	(271.392)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	899.454	587.031	1.197.903	1.018.418
Pagamentos de principal dos empréstimos e financiamentos	(642.415)	(589.873)	(1.159.197)	(943.121)
Pagamentos de dividendos	(12.076)	(12.125)	(12.677)	(12.125)
Participação de acionistas não controladores	–	–	192.443	85.428
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	244.963	(14.967)	219.072	148.600
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	123.736	(15.361)	97.700	(24.278)
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	6.177	21.538	128.866	153.144
No fim do exercício	129.913	6.177	226.566	128.866
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	123.736	(15.361)	97.700	(24.278)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

→ continuação

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Helbor Empreendimentos S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto, listada no segmento Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil Bolsa e Balcão, sob o código "HBOR3, com sede na Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 1.145 - 15º andar, na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

A Companhia tem como atividade preponderante a incorporação de empreendimentos imobiliários, bem como a prestação de serviços de administração de empreendimentos.

A Companhia forma parcerias com as principais incorporadoras e construtoras das regiões onde atua. O desenvolvimento de empreendimentos de incorporação imobiliária é realizado por Sociedades de Propósito Específico (SPE), criadas especificamente para desenvolver cada um dos empreendimentos, de forma isolada.

2. Resumo das principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("demonstrações financeiras") foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Os aspectos relacionados à transferência de controle na venda de unidades imobiliárias seguem o entendimento da administração da Companhia, alinhado àquele manifestado pela CVM no Ofício Circular CVM/SNC/SEP/ nº 02/2018 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 (NBC TG 47/IFRS 15).

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas na gestão da Administração.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas estão divulgadas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.2. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto por: (i) determinados ativos financeiros e (ii) propriedades para investimento.

Na elaboração das demonstrações financeiras, foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos, passivos, receitas e despesas do exercício e outras transações. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração é elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas demonstrações financeiras, envolvendo experiências de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do suporte formal de especialistas, quando aplicável. Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras.

A Companhia revisa suas principais estimativas e premissas pelo menos anualmente ou quando há alguma mudança significativa nessas estimativas que podem impactar significativamente as demonstrações financeiras da Companhia.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para a elaboração das demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.16.

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("*International Financial Reporting Standards - IFRS*") aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil, como aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, as quais consideram, adicionalmente, a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TG 47 (IFRS 15), que dispõe sobre a receita de contrato com cliente, bem como de determinados assuntos relacionados ao significado e à aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e controle na venda de unidades imobiliárias pelas empresas de incorporação imobiliária no Brasil, base para o reconhecimento de receitas, conforme descrito em detalhes na nota explicativa nº 3.16. As sociedades controladas incluídas no processo de consolidação estão detalhadas na nota explicativa nº 3.1.

(b) Pressuposto de continuidade operacional

As normas contábeis requerem que, ao elaborar as demonstrações financeiras, a administração deve fazer a avaliação da capacidade da Companhia continuar em operação em futuro previsível. A Administração concluiu que não há nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, concluiu que é adequada a utilização do pressuposto de continuidade operacional para a elaboração de suas demonstrações financeiras.

(c) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R$), mesma moeda da preparação das demonstrações financeira e estão sendo apresentadas em milhares de reais exceto quando expressamente mencionado em contrário.

(d) Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da DVA, individual e consolidada, é obrigatória apenas para companhias de capital aberto, de acordo com o item 3 da NBC TG 09, aprovada pela Resolução CFC nº 1.138/08 e alterada pela Resolução CFC nº 1.162/09. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os exercícios apresentados. O IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as SCPs) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais. As entidades controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e são interrompidas a partir da data em que o controle termina.

Os resultados das controladas, adquiridas/incorporadas estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da aquisição. As informações contábeis das controladas incluídas na consolidação são de período coincidente com o da controladora, e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas sociedades consolidadas, sendo consistentes com aquelas utilizadas nas cifras comparativas.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

Títulos e valores mobiliários substancialmente incluem Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC).

3.3 Contas a receber

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado, por meio do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para risco de crédito e distrato.

Provisão para risco de crédito e distrato

A Companhia constitui provisão para risco de crédito e distrato, para os contratos de venda de unidades imobiliárias, sendo os valores provisionados mensalmente com base em dados históricos. A análise é realizada individualmente por contrato de venda. Esta abordagem está em linha com o expediente prático previsto pelo CPC 48 - Instrumentos Financeiros, item 5.5.17 (c).

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda incluem:

(i) dificuldade financeira relevante do devedor;

(ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

(iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;

(iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.

3.4 Imóveis a comercializar

Os imóveis concluídos a comercializar estão demonstrados ao custo de construção ou aquisição que não excede ao seu valor líquido realizável. No caso os imóveis em construção, a parcela em estoque corresponde ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas.

O custo de construção compreende a aquisição do terreno, contratação da construtora e outros custos relacionados diretamente à construção, incluindo o custo financeiro do capital aplicado (encargos financeiros das operações de crédito imobiliário) incorridos durante o período de construção, e os juros incidentes sobre debêntures, empréstimos e financiamentos (quando elegíveis), os quais são apropriados ao custo total da obra e levados ao resultado proporcionalmente à fração ideal das unidades vendidas, na rubrica "Custo dos imóveis vendidos".

O valor líquido realizável é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados para a conclusão e as despesas de vendas.

Os terrenos estão demonstrados ao custo de aquisição, acrescido dos eventuais encargos financeiros. As permutas por unidades a serem construídas, seu custo corresponde ao valor justo dos terrenos permutados.

A classificação dos terrenos a incorporar entre o ativo circulante e o ativo não circulante é realizada de acordo a expectativa de prazo para o lançamento dos empreendimentos imobiliários, sendo a mesma revisada periodicamente pela Administração.

3.5 Investimentos em participações societárias

Os investimentos em participações societárias são registrados na controladora pelo método de equivalência patrimonial.

Quando a participação da Companhia nas perdas das investidas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Companhia reconhece a parcela residual na rubrica "Passivo a descoberto", uma vez que assume obrigações e efetua pagamentos em nome destas sociedades. Para isso, a Companhia constitui provisão no montante considerado adequado para suprir as obrigações da investida (nota explicativa nº 9).

A Companhia determina, em cada data de fechamento de balanço, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas e coligadas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil, e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

3.6 Propriedades para investimento

Após reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo (conforme Nível 3 na classificação de hierarquia do valor justo), apuradas de forma individual a cada propriedade, utilizando o método de Fluxo de Caixa Descontado, atualizado internamente e revisado a cada ano, com atualização anual preparada por empresa especializada de avaliação independente. As taxas de desconto são determinadas individualmente, sendo considerado o custo de oportunidade de cada empreendimento, o nível de risco do empreendimento, a perpetuidade dos fluxos e o crescimento real esperado pela Companhia em suas projeções. Adicionalmente, a Administração avalia se os índices e taxas estão consistentes e uniformes com o esperado pelo mercado. Ganhos e perdas resultantes das variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídas na demonstração do resultado do exercício em que forem geradas.

Uma propriedade para investimento é baixada quando vendida ou quando deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. Uma propriedade para investimento também é transferida quando há intenção de venda.

Informações sobre o valor justo das propriedades para investimento

Para a mensuração do valor justo das propriedades para investimento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Administração da Companhia contratou laudos técnicos de avaliação por meio de empresa qualificada e sem qualquer tipo de vínculo. Os laudos obtidos foram revisados pela Companhia para que os valores dos ajustes pudessem ser reconhecidos com suficiente segurança.

3.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa periodicamente o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para identificar possíveis sinais de deterioração devido a mudanças econômicas, operacionais ou tecnológicas. Se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é reconhecida uma provisão para redução ao valor recuperável.

Os principais grupos de contas sujeitos à avaliação ao valor recuperável incluem "imóveis a comercializar" e "investimentos". As informações sobre a redução ao valor recuperável também estão detalhadas na nota explicativa nº 3.6 e 3.7, respectivamente.

Apesar de o valor de mercado das ações da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, estar inferior ao seu valor patrimonial, não foram identificadas perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas.

3.8 Fornecedores e contas a pagar por aquisição de imóveis

Obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. As contas a pagar por aquisição de imóveis (credores por imóveis compromissados) estão relacionadas à aquisição de terrenos para o desenvolvimento de projetos de incorporação imobiliária.

As contas a pagar aos fornecedores e contas a pagar por aquisição de imóveis são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Geralmente são reconhecidas ao valor do contrato, acrescidas dos encargos financeiros incorridos e das respectivas baixas pela liquidação das obrigações.

3.9 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos e financiamentos, são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre valor justo (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros, como parcela complementar do custo do empreendimento (ativo qualificável em construção) ou na demonstração do resultado.

As debêntures não são conversíveis em ações e têm seu reconhecimento de forma similar a dos empréstimos e financiamentos.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante e não circulante, a menos que a Companhia e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os encargos financeiros incorridos sobre debêntures e empréstimos e financiamentos, cujos recursos foram empregados pela controladora na compra de terrenos e na construção dos empreendimentos de suas investidas, são capitalizados e apresentados nas demonstrações financeiras individuais na rubrica de investimentos e são levadas à rubrica de despesas financeiras no resultado à medida que as correspondentes unidades são vendidas. Nas demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas as capitalizações sobre as sociedades controladas como imóveis a comercializar, quando a finalidade dos imóveis é a venda, e são levadas à rubrica de custos das unidades vendidas no resultado à medida que as correspondentes unidades são vendidas, ou como propriedade para investimento, quando é a locação. São mantidas em investimentos as capitalizações sobre as sociedades coligadas e controladas em conjunto.

Demais custos de empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.10 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do desembolso.

Quando há uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

3.11 Reconhecimento de receitas

3.11.1 Apuração e apropriação do resultado de incorporação imobiliária e venda de imóveis

A Companhia adotou o CPC 47 - "Receitas de Contratos com Clientes", a partir de 1º de janeiro de 2019, contemplando também as orientações contidas no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, de 12 de dezembro de 2019, o qual estabelece procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação de certos tipos de transações oriundas de contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída nas companhias abertas brasileiras do setor de incorporação imobiliária. Não houve efeitos relevantes com a adoção do CPC 47 e referido ofício circular para o Grupo. De acordo com o CPC 47, o reconhecimento de receita de contratos com clientes passou a ter uma nova disciplina normativa, baseada na transferência do controle do bem ou serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo (*at a point in time*) ou ao longo do tempo (*over time*), conforme a satisfação ou não das denominadas "obrigações de performance contratuais". A receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir: 1) identificação do contrato; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento da receita.

a) Unidades concluídas

Nas vendas a prazo de unidade concluída, o resultado é apropriado no momento em que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade são transferidos, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual. Os juros prefixados e a variação monetária são apropriados de forma *pro rata temporis* ao resultado, na rubrica "Receitas financeiras", observando o regime de competência, independentemente de seu recebimento.

b) Unidades em construção

Nas vendas de unidades em construção, foram observados os seguintes procedimentos:

- O custo incorrido das unidades vendidas, incluindo o custo do terreno, é apropriado integralmente ao resultado.
- É apurado o percentual do custo incorrido das unidades vendidas, incluindo o terreno, em relação ao seu custo total orçado (POC), sendo este percentual aplicado sobre o valor justo da receita das unidades vendidas (incluindo o valor justo das operações efetuadas em permuta de terrenos), ajustada segundo as condições dos contratos de venda, o qual prevê a atualização monetária dos valores a receber de acordo com o Índice Nacional da Construção Civil (INCC), sendo assim determinado o montante da receita de venda a ser reconhecida.
- Os montantes da receita de venda apurados, incluindo a atualização monetária do contas a receber, líquido das parcelas já recebidas (incluindo o valor justo das permutas efetuadas por terrenos), são contabilizados como contas a receber, ou como adiantamentos de clientes, quando aplicável.
- O valor justo da receita das unidades vendidas é calculado a valor presente com base na maior taxa identificada na comparação entre a taxa média de captação de empréstimos e financiamentos da Companhia, expurgada a inflação, e a taxa média da NTN-B, a qual se encontra demonstrada na nota explicativa nº 6, desde o momento da assinatura do contrato até a data prevista para a entrega do imóvel. A partir da entrega do imóvel, sobre as contas a receber passa a incidir juros de 12% ao ano, acrescido de atualização monetária pelo IGP-M.
- Os juros e encargos financeiros, de financiamento de obras e aquisição de terrenos, são apropriados ao custo do empreendimento, sendo apropriados ao resultado de acordo com as unidades alienadas, não interferindo na determinação do percentual do custo incorrido em relação ao custo total orçado (POC).

Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e são refletidas no resultado no período em que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

c) Operações de permuta física

As permutas de terrenos, sendo objeto a entrega de imóveis a construir, são apuradas com base no valor justo. O valor justo do terreno é registrado como um componente do estoque de terrenos de imóveis a comercializar, em contrapartida a adiantamento de clientes no passivo, no momento em que as eventuais cláusulas resolutivas do instrumento particular ou contrato relacionado à referida transação não produzam mais efeitos.

O custo do terreno passa a integrar o custo do correspondente empreendimento de incorporação imobiliária.

Os adiantamentos de clientes decorrentes das operações de permutas são apropriados ao resultado com base no POC. A parcela não apropriada é classificada no passivo circulante ou não circulante, levando em consideração o prazo previsto de conclusão do empreendimento.

3.11.2 Receitas de serviços

A receita de serviços é composta por taxa de administração e intermediação de bens imóveis provenientes dos empreendimentos das SPEs administrados pela Controladora. Estas receitas são registradas no período em que os serviços são prestados, em conformidade com o regime de competências.

3.11.3 Receitas de locação

A receita de locação é composta por aluguéis de imóveis próprios provenientes dos empreendimentos das SPEs administrados pela Controladora, contudo, a intenção final da Companhia é a venda. Estas receitas são registradas no período em que ocorrem, em conformidade com o regime de competência.

3.11.4 Receitas financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competências, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.12 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Reconhecimento da receita

A Companhia e suas controladas usam o método de Porcentagem de Conclusão (POC) para contabilizar seus contratos de venda de unidades nos empreendimentos de incorporação imobiliária. O uso do método POC requer que a Companhia estime os custos a serem incorridos até o término da construção e entrega das chaves das unidades imobiliárias pertencentes a cada empreendimento de incorporação imobiliária para estabelecer uma proporção em relação aos custos já incorridos.

Os custos orçados totais, compostos pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são regularmente revisados, conforme a evolução das obras, e os ajustes com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia de acordo com o método contábil utilizado.

b) Avaliação do valor recuperável de ativo

De acordo com o cenário macroeconômico, a Companhia avaliou seus imóveis a comercializar e efetuou ajuste para refletir o valor de mercado.

c) Valor justo das propriedades para investimento

Quando o valor justo de ativos e passivos apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação.

Os dados para estes métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo.

As principais premissas adotadas para determinar o valor justo da propriedade para investimento estão detalhadas na nota explicativa nº 10.

d) Contingência

A Companhia e suas controladas estão sujeitas no curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que seja movido contra a Companhia e suas controladas, pode afetar adversamente a Companhia e suas controladas, independentemente do respectivo resultado.

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e revisadas periodicamente e atualizadas pela Administração, amparada por seus assessores legais externos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixas e bancos	849	3.707	17.605	60.238
Aplicações financeiras i)	129.064	2.470	208.961	68.628
	129.913	6.177	226.566	128.866

i) Aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros (FIF), resgatáveis a qualquer momento, sem vinculação a determinado prazo, e com remuneração média de 100% da variação do CDI.

5. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Certificado de depósito bancário i)	123.228	11.385	130.884	24.729
Certificados de potencial adicional de construção (ii)	–	–	123.386	124.331
	123.228	11.385	254.270	149.060

i) Certificado de Depósito Bancário (CDB) remunerado com base em determinados percentuais da variação do CDI, que no período obtiveram remuneração média de 100% da variação do CDI, avaliados ao valor justo por meio do resultado;

ii) Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC), junto a órgãos públicos e terceiros, não há intenção no registro inicial, em sua incorporação aos empreendimentos.

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber unidades em construção (i)	–	–	610.459	691.806
Contas a receber unidades concluídas (i)	8.582	7.924	443.720	363.587
Total a receber de clientes	8.582	7.924	1.054.189	1.055.393
Ajuste a valor presente (ii)	–	–	(18.711)	(21.544)
Provisão para risco de crédito e distrato	(1.662)	(2.295)	(42.976)	(57.677)
Alienações de participações societárias (iii)	43.821	43.921	43.822	43.921
Outros créditos a receber (iv)	4.851	2.644	24.924	37.306
Total do contas a receber	55.592	52.194	1.061.248	1.057.393
Circulante	21.549	17.724	857.887	731.001
Não circulante	34.043	34.470	203.361	326.392

i) As contas a receber de venda de empreendimentos em construção estão substancialmente atualizadas pela variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC). Após a conclusão das obras e entrega das chaves, as contas a receber passam a ser atualizadas com base na variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), acrescidas de juros calculados pela Tabela Price de 12% a.a.

Eufrázio

→ continuação

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dessa forma, estima-se que o contas a receber dos empreendimentos concluídos e o contas a receber apropriado dos empreendimentos em construção, deduzido do ajuste a valor presente (AVP), estão próximos ao valor justo;
ii) A taxa utilizada no cálculo do valor presente em 31 de dezembro de 2024 foi de 6,42% (5,86% em 31 de dezembro de 2023);
iii) Saldo a receber de alienação de participações societárias da HESA 196 Investimentos Imobiliários S.A.;
iv) Outros créditos compostos por conta corrente com sócios não controladores e demais créditos.
A composição das parcelas a receber dos contratos de venda das unidades concluídas e não concluídas, é demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Aging list	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Vencidas				
Até 90 dias (i)	–	232	93.911	88.133
De 91 a 180 dias (ii)	–	364	40.105	22.970
Acima de 180 dias	2.362	2.362	87.128	92.035
Total vencidas	2.362	2.958	221.144	203.138

i) Consolidado - inclui montantes aguardando conclusão do processo de repasse 63.724.
ii) Consolidado - inclui montantes aguardando conclusão do processo de repasse 13.821.

Ano				
A vencer				
2024	–	–	–	552.372
2025	5.953	4.839	656.786	124.853
2026	267	127	76.811	45.939
2027	–	–	32.252	27.859
2028 em diante	–	–	67.196	101.232
Total a vencer	6.220	4.966	833.045	852.255
Total a receber de clientes	8.582	7.924	1.054.189	1.055.393

7. Imóveis a comercializar
Representados pelos custos das unidades imobiliárias concluídas e em construção, bem como pelos terrenos para futuras incorporações, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imóveis concluídos	5.063	5.063	154.393	225.853
Terrenos a incorporar	815	815	1.963.154	1.711.013
Imóveis em construção	–	–	549.530	1.131.501
Loteamentos a comercializar	1.202	1.203	1.202	1.203
Juros apropriados (i)	–	–	323.684	373.193
Provisão para ajuste de valor de mercado	(1.261)	(791)	(44.301)	(61.607)
	5.819	6.290	2.947.662	3.381.156
Circulante	5.004	5.475	1.318.414	2.064.466
Não circulante	815	815	1.629.248	1.316.690

(i) Refere-se aos juros e encargos financeiros de demais financiamentos obtidos pela controladora e cujos recursos foram transferidos para as sociedades controladas através de aumento de seu capital e adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC, as quais os utilizaram para aplicação em seus empreendimentos. Os encargos financeiros capitalizados, correspondentes às unidades ainda não comercializadas, estão apresentados nos saldos consolidados (na controladora estão apresentados na rubrica "Investimentos" - nota 9).

8. Transações com partes relacionadas
(i) Entidades
Hélio Borenstein S.A. - Administração, Participações e Comércio (Hélio Borenstein S.A.), Companhia de capital fechado, fundada em 30 de junho de 1961, com sede na Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 1.145, 16º andar na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, acionista controlador da Companhia.
A Hélio Borenstein S.A. dedica-se, diretamente ou por meio de suas controladas e controladas em conjunto, a incorporação de empreendimentos imobiliários, bem como a prestação de serviços de administração de empreendimentos e a aquisição, a administração, o desenvolvimento, a locação e a gestão de prédios corporativos, *shopping centers*, estacionamentos, *strip malls*, galpões industriais e hotéis.
HBR Realty Empreendimentos Imobiliários S.A. (HBR Realty), é uma sociedade anônima de capital aberto, fundada em 13 de dezembro de 2011, com sede na Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 1.145, 2º andar, Jardim Armênia, CEP: 08580-500 - Helbor Concept - Edifício Corporate, na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.
Controlada pela Hélio Borenstein S.A. - Administração, Participações e Comércio, a HBR Realty atua no desenvolvimento, administração e locação de propriedades imobiliárias comerciais.
(ii) Saldos e transações
Com Acionista Controlador:
A Companhia, por meio de sua controlada Helbor Vendas - Gestão Imobiliária Ltda. atualmente mantém um único contrato de locação de imóvel, o qual é de propriedade da controladora Hélio Borenstein S.A.
O valor do aluguel em dezembro de 2024 foi de R$ 264 (R$ 1.256 em 31 de dezembro de 2023). O contrato com a Hélio Borenstein S.A. tem vigência de 60 meses e é reajustado, a cada 12 meses, aplicando-se o maior índice de inflação oficial divulgado pelo Governo Federal, registrado como despesas no grupo de despesas gerais e administrativas.
Com HBR Realty e suas controladas
As operações entre HBR Realty e a Companhia, ainda que realizadas por meio de suas controladas, são aprovadas nos Conselhos de Administração de cada uma das Companhias, na forma da legislação e da regulamentação aplicáveis, e em linha com as respectivas Políticas de Transações com Partes Relacionadas, com os acordos de investimentos, e com as melhores práticas de governança aplicáveis a transações dessa natureza, pois não considera os votos dos acionistas controladores das Companhias.
(iii) Remuneração dos administradores

	Controladora e consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Salários e honorários - Diretoria Estatutária e Administradores	9.540	9.108
Remuneração do conselho de Administração	945	1.007
Remuneração do comitê de Auditoria	453	180
Encargos sociais	4.619	2.059
Participação nos lucros ou resultados - Diretoria Estatutária e Administradores	6.618	6.544
	22.175	18.898

9. Investimentos
(a) Movimentação dos saldos

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
No início do exercício	2.974.816	2.516.213
Aumento de capital	602.658	317.141
Redução de capital	(425.668)	(133.655)
Ágio fundamentado na mais-valia do valor justo dos terrenos	1.584	–
Amortização de mais-valia do valor justo dos terrenos	(11.315)	(9.588)
Dividendos	(126.177)	(17.640)
Provisão para perdas	(2.446)	15.802
Equivalência patrimonial	288.532	228.011
Outros	(3.243)	(6.951)
	3.298.741	2.909.333
Encargos financeiros (i)	14.294	65.483
No fim do exercício	3.313.035	2.974.816

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
No início do exercício	556.138	482.095
Aumento de capital	5.158	99.235
Redução de capital	(36.951)	(81.427)
Amortização de mais-valia do valor justo dos terrenos	(8.940)	–
Dividendos	(1.137)	(9.704)
Equivalência patrimonial	58.113	46.344
Outros	(3.236)	2.480
	569.145	539.023
Encargos financeiros (i)	20.698	17.115
No fim do exercício	589.843	556.138

(i) Juros e encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, empregados na compra de terrenos e na construção dos empreendimentos imobiliários das controladas e coligadas e estão sendo apropriados ao resultado proporcionalmente à fração ideal das unidades vendidas.

10. Propriedades para investimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	–	9.832	237.300	170.031
(–) Baixas (ii)	–	(4.824)	(28.357)	(17.103)
(+/–) Transferências (i)	–	–	618.513	–
(+/–) Reclassificações (iii)	–	(5.008)	–	43.000
(+/–) Ajuste a valor justo (iv)	–	–	4.040	41.372
Saldo final	–	–	831.496	237.300

(i) Em dezembro de 2024, com a entrada em operação do W Hotel, a controlada da Companhia Hesa 150 Investimentos Imobiliários S.A. transferiu os custos incorridos com a construção até então registrados como Imóveis a comercializar para "Propriedades para investimento". Conforme previsto no acordo de investimentos e acionistas da controlada, o referido imóvel deverá ser transferido totalmente ao acionista HBR 15 Investimentos Imobiliários Ltda.
(ii) Movimentação referente à venda de unidades no exercício de 2024;
(iii) A Companhia transferiu unidades da rubrica de "Imóveis a comercializar" para "Propriedades para investimento";
(iv) Variação no valor justo das propriedades para investimento reconhecidas no resultado.
As propriedades para investimento são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por avaliadores externos e independentes.
A taxa de desconto foi elaborada por avaliadores independentes do mercado imobiliário, os quais calcularam a taxa partindo de uma taxa de juros em uma aplicação livre de risco, mais prêmios de risco de mercado (localidade, valor de aluguel, *rating* do locatário do imóvel entre outros). Adicionalmente, as taxas de capitalização também foram fornecidas pelos avaliadores independentes, os quais consideraram a perpetuidade de cada imóvel.
A Companhia calculou os fluxos de caixa pelo método de taxa real e com isso não foram consideradas premissas de inflação nos cálculos.
Abaixo, a Companhia demonstra as taxas e descontos, crescimento real na perpetuidade e prazo do fluxo de caixa utilizados para o cálculo do valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado.

	31/12/2024
Prazo do fluxo de caixa	10 anos
Taxa média de desconto	9,20%
Taxa média de "*Cap rate*"	9,20%

Análise de sensibilidade dos valores dos ativos e os respectivos ajustes no resultado caso houvesse alterações nas taxas de descontos utilizadas para o cálculo do valor justo, sendo variações de 0,5 pontos percentuais para cima e 0,5 pontos percentuais para baixo.

	Valor justo em 31/12/2024	Efeitos de variações no valor justo			
	Consolidado	-0,5 p.p.	Efeito no resultado	+0,5 p.p.	Efeito no resultado
Valor justo das propriedades para investimento	831.496	867.348	35.852	797.268	(34.228)

11 Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Financiamento de Obras - SFH (i)	–	–	445.545	579.357
Cédula de Crédito Bancário e outras (ii)	631.030	357.266	636.977	375.106
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI autoliquidável (iii)	435.783	340.508	552.665	518.349
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI não autoliquidável (iv)	356.490	409.195	356.491	409.194
	1.423.303	1.106.969	1.991.678	1.882.006
Circulante	524.292	425.134	836.026	762.271
Não circulante	899.011	681.835	1.155.652	1.119.735

(i) Financiamentos para construção de imóveis. Para os financiamentos sujeitos à remuneração da poupança e corrigidos pela variação da Taxa Referencial (TR), o *spread* varia entre 3,1% e 5,5% a.a. Para os financiamentos corrigidos pela variação do CDI, o *spread* varia entre 2,8% e 3% a.a. Estes financiamentos estão garantidos por hipotecas dos respectivos imóveis e cessão de recebíveis;
(ii) Empréstimos dos quais as garantias são notas promissórias, imóveis, cotas de empresas controladas e aval do acionista controlador, sujeitos à variação do CDI e acrescidos de *spread* de 2,5% a 3,7% a.a.;
(iii) Operações destinadas ao desenvolvimento de empreendimentos imobiliários. Para as operações sujeitas à variação do CDI, o *spread* varia entre 1,5% e 3,0% a.a, e para as operações sujeitas à variação do IPCA, o *spread* varia entre 5,5% e 7,7% a.a.. Essas operações estão garantidas por alienação fiduciária de imóveis e cessão fiduciária de direitos creditórios;
(iv) Operações destinadas ao desenvolvimento de empreendimentos imobiliários. Para as operações sujeitas à variação do CDI, há o acréscimo de *spread* de 3,0% a.a., e para as operações sujeitas à variação do IPCA, o *spread* varia entre 4,5% e 5,5% a.a.. Essas operações estão garantidas por alienação fiduciária de cotas de empresas controladas.
Os montantes registrados no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
2025	–	175.997	–	406.911
2026	156.889	221.600	318.231	296.102
2027	259.484	237.902	352.510	367.959
2028 em diante	482.638	46.336	484.911	48.763
Não circulante	899.011	681.835	1.155.652	1.119.735

11.1 Movimentação do exercício

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	1.106.968	1.064.083	1.882.006	1.729.409
Captações	899.455	587.033	1.197.903	1.018.421
Pagamento do principal	(601.116)	(542.703)	(1.117.901)	(895.951)
Juros	(147.331)	(153.675)	(224.624)	(241.324)
Encargos sobre financiamentos	165.330	152.230	254.294	271.451
Saldo final	1.423.303	1.106.968	1.991.678	1.882.006

12. Debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Quinta emissão (i)	–	40.865	–	40.865
Sexta emissão (ii)	–	437	–	437
	–	41.302	–	41.302

(i) Liquidação do saldo residual, da quinta emissão agosto de 2024;
(ii) Liquidação do saldo residual, da sexta emissão, no montante de R$ 437 em março de 2024.

13. Contas a pagar por aquisição de imóveis
Referem-se a terrenos adquiridos, objetivando o lançamento de novos empreendimentos, de forma isolada ou com a participação de terceiros, com o seguinte cronograma de vencimentos e indexadores de atualização monetária:

	Consolidado	
Indexador	31/12/2024	31/12/2023
Variação do INCC	551.704	415.180
Variação do IPCA	217.824	47.096
Fixo	12.953	75.286
	782.481	537.562
Circulante	242.817	157.184
Ano		
2025	–	208.832
2026	91.967	76.732
2027	188.327	47.633
2028 em diante	259.370	47.181
Não circulante	539.664	380.378

14. Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aquisições de participações societárias a pagar (ii)	161.819	3.980	11.834	3.995
Retenções contratuais a pagar (i)	5	5	29.260	26.976
Distratos a pagar	100	100	52.146	12.811
Arrendamento mercantil a pagar	11.575	14.155	25.506	17.567
Contas a pagar - construtoras	–	–	8.216	7.294
Contas a pagar - diversas	3.853	1.183	23.873	6.743
	177.352	19.423	150.835	75.386
Circulante	25.524	6.126	113.396	36.863
Não Circulante	151.828	13.297	37.439	38.523

i) Cauções retidas dos pagamentos das construtoras dos empreendimentos.
ii) Movimentação está relacionada a SPE REC Republica do Libano.

15. Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Recebimentos superiores à receita apropriada	–	–	262.688	341.912
Permutas físicas avaliadas pelo valor justo	–	–	481.782	653.497
Outros adiantamentos	21.211	–	31.038	–
	21.211	–	775.508	995.409
Circulante	21.211	–	474.642	331.178
Não Circulante	–	–	300.866	664.231

A classificação dos saldos das permutas físicas, entre circulante e não circulante, é realizada com base no período estimado para a conclusão das unidades imobiliárias a serem entregues em permuta.

16. Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda e a contribuição social no exercício pode ser assim resumido:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
RET	–	–	(27.448)	(23.961)
Imposto corrente	–	–	(27.448)	(23.961)
Lucro real	886	(748)	886	(748)
RET	–	–	(2.580)	(3.331)
Imposto diferido	886	(748)	(1.694)	(4.079)
Valor total no resultado do exercício	886	(748)	(29.142)	(28.040)

a) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social
A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e a contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	55.622	51.596	192.162	200.881
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social e das participações societárias na controladora, a qual apresentou prejuízo fiscal no período, sem a constituição do correspondente crédito tributário	–	–	232.910	176.415
	55.622	51.596	425.072	377.296
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(18.911)	(17.543)	(144.524)	(128.281)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva	–	–	–	–
Diferença de encargo de imposto de renda e contribuição social de sociedades controladas calculados pelo lucro presumido e RET à alíquota e bases diferenciadas	–	–	94.738	84.404
Créditos fiscais não constituídos	(79.186)	(59.981)	–	–
Efeito tributário equivalências	98.101	77.524	19.758	16.585
Outros	886	(748)	886	(748)
Valor total no resultado do exercício	886	(748)	(29.142)	(28.040)
Alíquota efetiva	-2%	-5%	-7%	-8%

17. Tributos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ	3.034	2.834	16.327	14.581
CSLL	1.101	1.028	7.987	7.233
	4.135	3.862	24.314	21.814
PIS	93	62	3.868	3.178
COFINS	430	284	17.874	14.682
	523	346	21.742	17.860
Total	4.658	4.208	46.056	39.674
Circulante	498	294	38.805	13.939
Não Circulante	4.160	3.914	7.251	25.735

18. Provisões
a) Provisão para demandas judiciais
Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos, a Companhia constituiu provisões no passivo, para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Natureza				
Tributárias	13	17	225	150
Cível	1.534	2.564	23.653	24.759
Trabalhistas	70	50	329	289
	1.617	2.631	24.207	25.198

Movimentação das provisões

Controladora	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 dezembro de 2023	17	50	2.564	2.631
Adição	–	20	–	20
Reversão/pagamentos	(4)	–	(1.030)	(1.034)
Saldos em 31 dezembro de 2024	13	70	1.534	1.617

Consolidado	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 dezembro de 2023	150	289	24.759	25.198
Adição	130	72	8.717	8.919
Reversão/pagamentos	(55)	(32)	(9.823)	(9.910)
Saldos em 31 dezembro de 2024	225	329	23.653	24.207

continuação

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 1.310.225, dividido em 133.851.072 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal, o mesmo em 31 de dezembro 2023.

O Conselho de Administração está autorizado a deliberar o aumento do capital social até o limite de R$ 3.000.000.000 (valor expresso em reais), mediante a emissão de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme estatuto social da Companhia.

b) Custo na emissão de ações

Refere-se aos custos de transação incorridos na captação de recursos em decorrência da oferta pública de ações ordinárias da Companhia ocorrida em 2007, no montante de R$ 13.236 e da captação de recursos relacionados a oferta restrita ocorrida em 2019, no montante de R$ 23.685. O total do custo das operações totaliza R$ 36.921.

c) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 1.157 mil ações em tesouraria, correspondentes a custo de aquisição contabilizado de R$ 25.052 (preço médio R$ 21,65).

d) Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo é composto pelos resultados das variações de percentuais de participação societária oriundas de transações de capital.

e) Reserva legal

A legislação societária brasileira exige que as sociedades anônimas apropriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros serem distribuídos, limitando essa reserva até 20% do valor total do capital.

f) Reserva de retenção de lucros

Reserva de lucros constituída em razão da retenção de parte do lucro líquido, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 5º, parágrafo único, da Instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008.

g) Dividendos

O Estatuto Social prevê que a Companhia distribua dividendos mínimos equivalente a 50% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária, podendo ser reduzido ao mínimo de 25%, caso o orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração, por deliberação por maioria qualificada, assim destine ao financiamento das atividades da Companhia parte dos recursos que seriam destinados ao pagamento do dividendo obrigatório, sendo, entretanto, assegurado em tais exercícios um dividendo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício. Ressalta-se que os respectivos dividendos são apurados ao final do exercício social. Foi aprovado pelo Conselho de Administração a distribuição de dividendos no percentual de 25%, calculado a partir do lucro líquido do exercício após a dedução da reserva legal de 5%, no montante de R$ 13.421 (R$ 12.076 em 31 de dezembro de 2023) conforme orçamento de capital, em reunião realizada em 20 de março de 2025.

20. Lucro por ação

a) Básico e diluído

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponível durante o período.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com o efeito diluidor das opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto. A quantidade de ações assim calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o período das opções de compra das ações. A Companhia atualmente não possui programa de opção de ações.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	56.508	50.848
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	132.694	132.694
Lucro diluído por ação - expresso em reais R$	**0,4259**	0,3832

21. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita com venda de imóveis	633	4.407	1.257.193	1.272.145
Receita com taxa de administração e serviços	16.260	12.553	28.065	20.847
Aluguel de imóveis próprios	–	–	14.835	9.536
	16.893	16.960	1.300.093	1.302.528
Ajuste a valor presente	–	–	2.833	(1.484)
Tributos sobre vendas, serviços e locação	(2.212)	(1.718)	(32.550)	(24.955)
	(2.212)	(1.718)	(29.717)	(26.439)
	14.681	15.242	1.270.376	1.276.089

22. Custo dos imóveis vendidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custo de obra/terreno/incorporação	–	(4.826)	(680.416)	(765.793)
Encargos financeiros capitalizados	–	–	(156.490)	(130.512)
Outros custos	–	–	(7.323)	(1.091)
	–	(4.826)	(844.229)	(897.396)

23. Despesas por natureza

a) Administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(38.804)	(35.477)	(40.346)	(37.064)
Honorários da diretoria e do Conselho de Administração	(22.175)	(18.898)	(22.175)	(18.898)
Ocupação	(1.130)	(975)	(2.366)	(3.921)
Serviços profissionais	(8.385)	(6.849)	(17.846)	(17.000)
Materiais gerais	(2.396)	(2.225)	(3.171)	(4.046)
Despesas legais	(795)	(520)	(6.280)	(6.007)
Despesas com depreciação e amortização	(6.985)	(6.861)	(8.116)	(8.565)
Reparos e manutenção	(22)	–	(3.990)	(1.010)
Outras despesas administrativas	(3.115)	(2.435)	(6.724)	(4.097)
	(83.807)	(74.240)	(111.014)	(100.608)

b) Comerciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Publicidade e propaganda	(2.437)	(2.455)	(20.176)	(23.487)
Estande de venda	(118)	(49)	(22.328)	(23.847)
Decoração de apartamento modelo	–	–	(3.913)	(4.543)
Comissões de vendas	(114)	(221)	(34.095)	(42.417)
Condomínio de unidades em estoque	(1.145)	(1.135)	(14.601)	(14.260)
Taxa de administração	(654)	(735)	(654)	(735)
	(4.468)	(4.595)	(95.767)	(109.289)

24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas de aplicações financeiras	3.701	4.628	9.567	11.193
Variação monetária ativa	8.720	18.560	24.869	20.525
Juros ativos s/ contratos	1.247	4.279	15.846	11.464
Juros e multas por atraso	4	–	907	820
Outras receitas financeiras	450	–	864	40
Receitas financeiras	14.122	27.467	52.053	44.042
Juros incorridos (i)	(172.215)	(120.796)	(89.576)	(63.120)
Variação monetária passiva	(999)	47	(5.857)	(2.350)
Comissões e despesas bancárias	(127)	(192)	(1.299)	(1.029)
Outras despesas financeiras	(1.215)	(852)	(2.762)	(4.067)
Despesas financeiras	(174.556)	(121.793)	(99.894)	(70.566)
Resultado Financeiro	(160.434)	(94.326)	(47.841)	(26.524)

(i) Refere-se aos juros e encargos financeiros de financiamentos e operações de crédito obtidos pela controladora e posteriormente transferidos para as controladas, as quais os aplicam no custeio dos empreendimentos. Os juros relativos às debêntures, empréstimos e financiamentos e demais operações de crédito são capitalizados na rubrica de investimentos na controladora e posteriormente apropriados ao resultado da controladora na rubrica de despesas financeiras. No consolidado, os encargos são capitalizados como imóveis a comercializar e posteriormente apropriados ao resultado, na rubrica de custo dos imóveis vendidos, proporcionalmente à fração ideal das unidades vendidas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram capitalizados juros líquidos das apropriações por venda no montante de R$ 15.862 (R$ 65.483 foram capitalizados em 31 de dezembro de 2023).

25. Outras receitas e (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para demandas judiciais	284	(2.058)	(1.738)	(5.374)
Resultado com alienações de participações societárias	(1.784)	267	(10.216)	267
Outras receitas (despesas) operacionais	4.743	(9.834)	(21.231)	(14.964)
Valor justo propriedades para investimentos	–	–	4.040	41.372
	3.243	(11.625)	(29.145)	21.301

26. Fianças

Determinadas sociedades controladas possuem cartas de fiança contratadas junto a bancos de primeira linha com o objetivo de:

(a) garantir aos credores o pagamento referente à aquisição de terrenos;

(b) garantir aos clientes adquirentes de unidades, a entrega do imóvel;

(c) garantir a credor pela compra de participações societárias em empreendimentos.

Os créditos garantidos somam R$ 512.607 conforme demonstrado a seguir:

Controladora/SPEs

	31/12/2024
Butantã Pinheiros SPE Empreend. Imobiliários Ltda.	22.916
Rec República do Líbano Empreendimentos Imobiliários Ltda.	78.750
Hesa 126 Investimentos Imobiliários Ltda.	102.368
Hesa 177 Investimentos Imobiliários Ltda.	8.524
Hesa 187 Investimentos Imobiliários Ltda.	40.219
Hesa 185 Investimentos Imobiliários Ltda.	62.692
Hesa 197 Investimentos Imobiliários Ltda.	5.217
Hesa 200 Investimentos Imobiliários Ltda.	4.380
Hesa 202 Investimentos Imobiliários Ltda.	102.077
Hesa 208 Investimentos Imobiliários Ltda.	23.100
Hesa 224 Investimentos Imobiliários Ltda.	62.364
	512.607

27. Compromissos assumidos em projetos em andamento

De acordo com a Lei de Incorporação Imobiliária, a Companhia e suas controladas têm o compromisso legal de finalizar os projetos de incorporação imobiliária que foram aprovados e que não mais estejam sob cláusula resolutiva, segundo a qual poderia ter ocorrido a desistência da incorporação e devolver os montantes recebidos aos clientes.

Os métodos e procedimentos para apuração das receitas e custos estão descritos na nota explicativa nº 3.16.1.

As principais informações sobre os projetos em andamento podem ser assim apresentadas:

	Consolidado	
(i) Receita de Vendas a Apropriar de Unidades Vendidas	31/12/2024	31/12/2023
Empreendimentos em construção		
(a) Receita de vendas contratadas	1.921.037	2.288.296
(b) Receita de vendas apropriadas líquidas	–	–
Receita de vendas apropriadas	1.477.831	1.840.774
Distratos - receitas estornadas	–	(2.057)
Total	1.477.831	1.838.717
Receita de vendas a apropriar (a-b)	443.206	449.579
(ii) Receita indenização por distratos	–	–
(iii) Receita de vendas a apropriar de contratos não qualificáveis para reconhecimento de receita	–	2.057
(iv) Provisão para distratos (Passivo)		
Ajustes em receitas apropriadas	–	2.057
Ajustes em contas a receber de clientes	–	(2.057)
Receita por indenização por distratos	–	–
Ajustes em adiantamento de clientes	–	–
Total	–	–
(v) Custo orçado a apropriar de unidades vendidas		
Empreendimentos em construção		
(a) Custo orçado das unidades (sem encargos financeiros)	1.408.818	1.505.060
Custo Incorrido Líquido		
(b) Custo de construção incorridos	(1.089.837)	(1.185.518)
Encargos financeiros apropriados	(63.329)	(61.824)
(c) Distratos - custos de construção	–	716
Distratos - encargos financeiros	–	34
Total	(1.153.166)	(1.246.592)
Custo orçado a apropriar no resultado (sem encargos financeiros) (a+b+c)	318.981	320.258
(vi) Custo orçado a apropriar em estoque	–	–
Empreendimentos em construção		
(a) Custo orçado das unidades (sem encargos financeiros)	850.168	1.048.016
Custo incorrido líquido		
(b) Custo de construção incorridos	(727.289)	(616.437)
Encargos financeiros apropriados	(32.639)	(25.243)
Total	(759.928)	(641.680)
Custo orçado a apropriar em estoque (sem encargos financeiros) (a+b)	122.879	431.579

28. Cobertura de seguros

Os seguros relacionados aos riscos de construção e manutenção são de responsabilidade das empreiteiras contratadas pela Companhia para execução dos empreendimentos, uma vez que a Companhia possui como atividade a incorporação de empreendimentos imobiliários, contratando terceiros para executar a construção.

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dadas a sua natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, desta forma, não foram revisadas por nossos auditores independentes.

29. Aprovação das Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas na Reunião do Conselho de Administração em 20 de março 2025. Em observância às disposições da Instrução CVM nº 480/09, a diretoria da Companhia declarou que discutiu, revisou e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e com as conclusões expressa no relatório dos auditores independentes relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

30. Eventos subsequentes

Em 04 de fevereiro de 2025, a Companhia realizou o pré-pagamento de R$ 200.000 (principal + juros) da CCB emitida em 04 de junho de 2024 em favor do Banco Bradesco S.A.

Em 19 de fevereiro de 2025, a Companhia firmou aditamento referente ao prazo de vencimento em 12 meses das CCB's emitidas em favor do Banco Bradesco S.A., no valor de R$ 76.000, além da concessão de um período de carência de 12 meses e o custo da dívida foi ajustado para 100% do CDI + 4,2818% a.a.

Em 20 de fevereiro de 2025, a Companhia emitiu duas novas CCB's:

(i) CCB no valor de R$ 7.951 em favor do Banco Original S.A. com taxa de juros de 100% do CDI + 2,8506% a.a. com vencimento em 17 de fevereiro de 2027;

(ii) CCB no valor de R$ 15.000 em favor do BR Partners Banco de Investimentos S.A. com taxa de juros é de 100% do CDI + 3% a.a. e vencimento em 31 de março de 2025.

Parecer do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos Estatutário

O Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos Estatutário *("CoAud")* da HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A. no exercício de suas atribuições, e com base nos trabalhos realizados procederam à análise das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Relatório da Administração da Companhia e do Parecer dos auditores independentes, emitido sem modificação pela Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda. Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Auditoria Independente, o Comitê concluiu que as informações e documentos apresentados, refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, recomendando, por unanimidade, a manifestação favorável ao Conselho de Administração da Companhia em relação aos referidos documentos.

Mogi das Cruzes, 20 de março de 2025

Emerson Fabri – Coordenador | **Luiz Antonio Guariente** – Membro | **Moacir Teixeira da Silva** – Membro

Conselho de Administração

Henrique Borenstein - Presidente | Henry Borenstein | Francisco Andrade Conde | Marcelo Vitorino Cavalcante | Moacir Teixeira da Silva | Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente | Fábio de Araujo Nogueira

Diretoria

Henry Borenstein - Presidente | Henrique Borenstein | Roberval Lanera Toffoli | Fabiana Parsloe Lex | Marcelo Lima Bonanata | Denervaldo Aparecido Setin | Acyr de Oliveira Pereira | Andrea Altieri Bittencourt | Leonardo Fuchs Piloto

Contador

Acyr de Oliveira Pereira - Diretor de Controladoria e Contabilidade - CRC 1SP 220.266/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Helbor Empreendimentos S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Helbor Empreendimentos S.A. ("Helbor" ou "Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da Helbor Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Helbor Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas Internacionais De Relatório Financeiro (IFRS), aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - reconhecimento de receita de unidade imobiliária não concluída

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.11, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM, e as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas Internacionais De Relatório Financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, segue o entendimento manifestado pela CVM no Ofício Circular /CVM/SNC/SEP n.º 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

→ continuação

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Reconhecimento de receitas para unidades imobiliárias em construção (notas explicativas nº 3.11 e 21)

A Companhia e suas controladas utilizam o método de Porcentagem de Conclusão ("POC" - "*Percentage of completion*") para mensurar e contabilizar as receitas relacionadas às vendas de imóveis em construção, levando em consideração a satisfação de suas obrigações de desempenho, conforme detalhado na nota explicativa nº 3.11.

Consideramos como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos custos orçados de construção a incorrer, que são a base para o reconhecimento de receitas, e ao alto grau de julgamento envolvido na determinação do cálculo do percentual de conclusão da obra e satisfação da obrigação de desempenho, que podem impactar significativamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) Atualização do nosso entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela Administração para o reconhecimento da receita operacional líquida de venda das unidades imobiliárias em construção; b) Comparação dos orçamentos de obra entre os exercícios e obtenção de esclarecimentos para variações não usuais, quando aplicável; c) Recálculo, em base amostral, das atualizações dos orçamentos de custos de construção, por empreendimento; d) Testes, em base amostral, da documentação suporte para os custos incorridos durante o exercício; e) Testes, em base amostral, nos contratos de venda, comprovantes de recebimentos financeiros e recálculo do saldo a receber de acordo com o índice contratual vigente; f) Testes, em base amostral, de recálculo da receita reconhecida no exercício com base nos percentuais de conclusão apurados, comparando com aqueles apurados pela administração; e g) Avaliação da adequação das divulgações em notas explicativas efetuadas pela Companhia.

Tomando por base as evidências que foram obtidas, por intermédio dos principais procedimentos de auditoria aplicados e acima descritos, consideramos que os saldos e valores originados do processo de reconhecimento de receitas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão representados de forma razoável.

Redução ao valor recuperável dos imóveis a comercializar (notas explicativas nos 3.4, 3.8 e 7)

A Companhia e suas controladas possuem um volume significativo de imóveis a comercializar em diversas fases de desenvolvimento (terrenos, imóveis em construção e imóveis concluídos), que são controlados diretamente pela Companhia ou por meio de sociedades controladas em conjunto. A Administração da Companhia avalia periodicamente o valor de seus imóveis a comercializar, para identificar possíveis sinais de deterioração devido a mudanças econômicas, operacionais ou tecnológicas. Se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é reconhecida uma provisão para redução ao valor recuperável.

Qualquer mudança nas condições de mercado pode impactar significativamente o valor dos estoques imobiliários nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, como consequência, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: a) Testes, em base amostral, da documentação e das premissas que suportam a decisão da Companhia quanto ao valor realizável desses ativos; b) Testes, em base amostral, dos valores de realização dos imóveis concluídos destinados à comercialização, comparando-os com a melhor estimativa dos preços de venda. Para imóveis em construção, análise da margem bruta, considerando a identificação de margens negativas como indicativo de possível necessidade de redução ao valor recuperável; c) Para os futuros lançamentos imobiliários, avaliamos os estudos de viabilidade e/ou valor de mercado pelo método comparativo e; d) Avaliação da adequação das divulgações em notas explicativas efetuadas pela Companhia.

Tomando por base as evidências obtidas, por intermédio dos principais procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que, no tocante a sua recuperabilidade, os saldos de imóveis a comercializar, registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, bem como as suas respectivas divulgações, estão apresentados de forma razoável.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As Demonstrações individual e consolidada do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria a fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de março de 2025

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-031 269/O-1

Fábio Rodrigo Muralo
Contador CRC 1SP-212 827/O-0

www.helbor.com.br





Transformamos espaços *em lugares para você se sentir em casa.*

Somos uma incorporadora pura, que atua há **47 anos** no mercado imobiliário brasileiro com **uma trajetória sólida.**

Fundada em Mogi das Cruzes (SP), nosso foco é a gestão de todo o processo de desenvolvimento do empreendimento, desde a compra do terreno até a entrega das chaves. Nossos projetos são idealizados em endereços estratégicos, atualmente focados na capital paulista, Mogi das Cruzes, cidades do interior de São Paulo, além de Curitiba (PR) e Joinville (SC), trazendo conceitos inovadores, sem deixar de lado a elegância, modernidade e praticidade.

Controlada pela holding **Hélio Borenstein S.A. – Administração, Participações e Comércio,** e está presente em 30 cidades, 10 estados e no Distrito Federal.

Helbor
sinta-se em casa

Alimentos **Por US$ 1,1 bilhão**

Global Eggs compra Hillandale, dos EUA, e cria gigante mundial

Com aquisição, o brasileiro Ricardo Faria se torna o segundo maior produtor de ovos do mundo



WILTON JUNIOR / ESTADÃO-29/4/2021

Linha de produção da granja Faria: padrão de consumo mudou

CRISTIANE BARBIERI

A brasileira Global Eggs, que pertence ao empresário Ricardo Faria, sócio da Granja Faria, anunciou a compra da americana Hillandale Farms por US$ 1,1 bilhão (cerca de R$ 6 bilhões). Com a aquisição, a empresa, que já é dona da espanhola Hevo, se torna a segunda maior produtora de ovos do mundo, atrás apenas da Cal-Maine Foods, também dos Estados Unidos.

Considerando dados do ano passado, o faturamento da Global Eggs e da Hillandale Farms chega a US$ 2 bilhões, com geração de caixa superior a US$ 500 milhões e um plantel de 41 milhões de aves. Com a crise do mercado americano de ovos causada pela gripe aviária, no entanto, os resultados tendem a ser bem maiores neste ano.

Além de Faria, o fundo de private equity (especializado na aquisição de participações em empresas) Economia Real II, do BTG Pactual, também se tornou sócio do negócio, com participação de 11% no capital da Global Eggs – o fundo do BTG pagou US$ 300 milhões por essa fatia.

Na Europa
Em 2024, a Global Eggs pagou € 120 milhões pela Hevo, segunda maior produtora da Espanha

O banco assessorou a compra ao lado do Rabobank, enquanto o Houlihan Lockey assessorou a parte vendedora, a família Bethel – a Hillandale Farms foi fundada em 1958 por Orlando Bethel e tem sede em Greensburg, no Estado da Pensilvânia (EUA).

Por trás da estratégia de criação de uma marca global, está a mudança no consumo de ovos em todo o mundo, segundo pessoas a par do tema. Antes visto como um produto mais voltado a consumidores de baixa renda, o insumo se tornou "mainstream" em diferentes classes sociais, entrando de vez no café da manhã de muitas famílias, que deixaram de lado pães e leite. Recentemente, também ganhou nichos de mercado, como os ovos orgânicos, com selênio, gourmet, de galinhas criadas soltas.

ESTRATÉGIA. Ao construir uma companhia global, a empresa pretende compartilhar expertises entre os diferentes mercados. Assim, da Europa poderá ser incorporado o conhecimento para o lançamento de produtos mais sofisticados e em embalagens menores. Do Brasil, o nível de segurança alimentar e a eficiência na produtividade. Já dos Estados Unidos, a ideia é ter contato e espalhar o conhecimento em automação, engenharia de produção e distribuição, sempre de acordo com profissionais do mercado.

Apesar de a Global Eggs ter feito um pedido de abertura de capital (IPO, na sigla em inglês) nos Estados Unidos, para avaliar uma possível oferta de ações, pessoas próximas ao negócio negam que esse seja o principal objetivo da companhia – que é ser a "melhor empresa do mundo" (*mais informações na pág. B32*).

A injeção de capital, neste momento, foi feita de maneira privada, sem necessidade de fazer uma oferta pública para levantar recursos no mercado de capitais. Um eventual novo negócio poderia se dar de maneira semelhante. Essa discussão se dará quando necessário, dizem pessoas próximas da empresa. Atualmente, a Global Eggs não tem necessidade de recursos, com endividamento inferior a uma vez a geração de caixa.

As negociações entre Faria e a família Bethel aconteciam havia cerca de um ano. Com 89 anos de idade, Orland Bethel preferiu dividir o dinheiro entre seus herdeiros, e partiu em busca de um comprador. Segundo pessoas próximas à negociação, apesar de ter recebido outras ofertas, houve uma identificação recíproca entre Bethel e Faria. O empreendedor americano se veria mais jovem no brasileiro, que por sua vez teria dito ter encontrado um "pai" nos EUA. A ideia é que Bethel continue próximo à empresa.

Escala

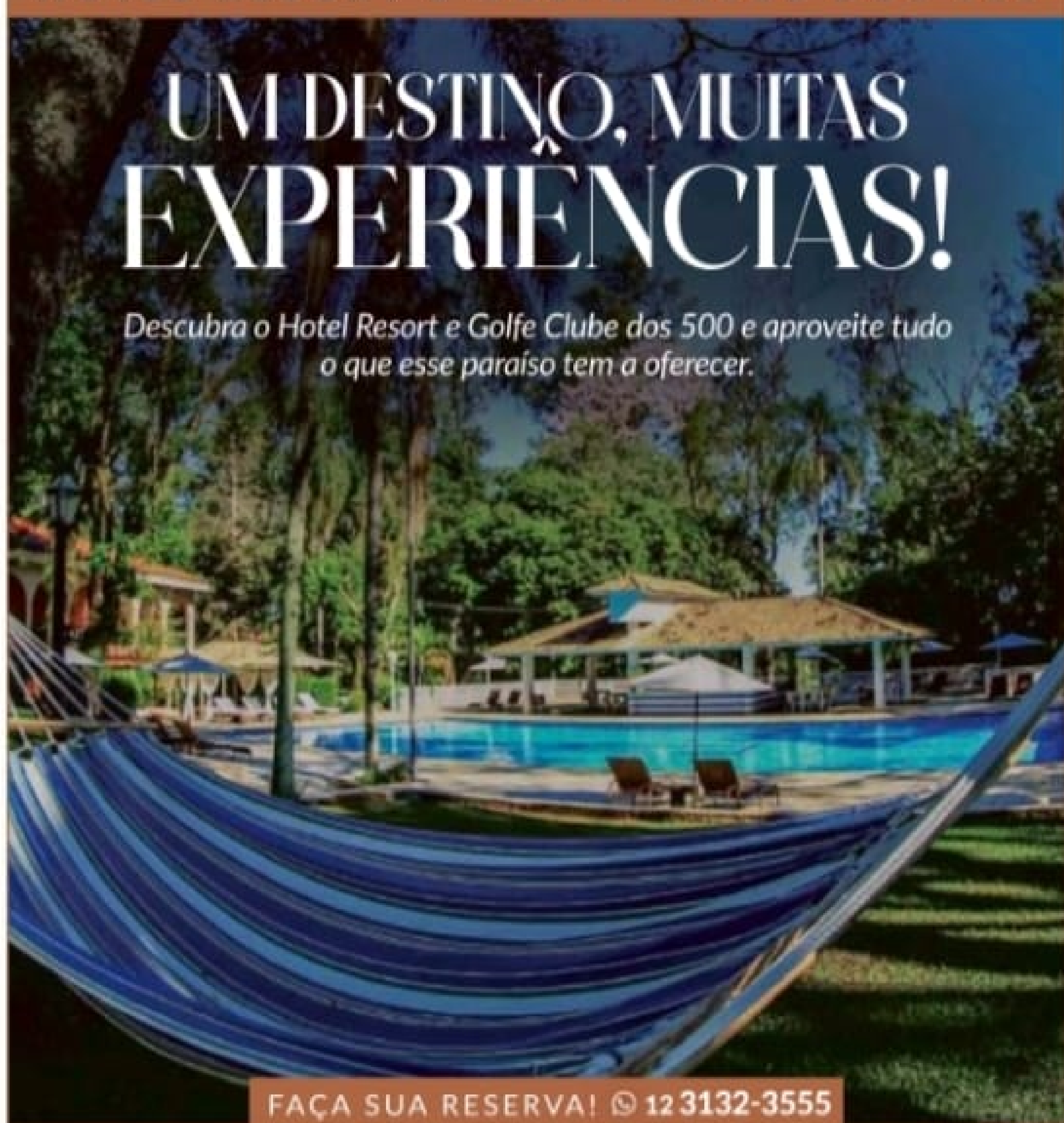
US$ 2 bilhões é o faturamento anual com a combinação dos negócios da brasileira Global Eggs com os da americana Hillandale Farms

41 milhões de aves é o plantel do grupo com a nova aquisição

11% é a fatia do BTG Pactual na Global Eggs

MERCADO. A gripe aviária, que encareceu os preços dos ovos nos EUA, teria tido impacto neutro na negociação. Isso porque, se por um lado aumenta o valor do produto (o ovo está entre os itens com maiores reajustes nos EUA), de outro representa uma ameaça ao plantel. Para pessoas próximas ao negócio, o objetivo da transação mirou o longo prazo.

Como esse mercado não é voltado a exportações, e, sim, bastante dependente da produção local, as consolidações tendem a continuar acontecendo, num momento já bastante aquecido. Em novembro, a Global Eggs pagou € 120 milhões pela Hevo, segunda maior produtora da Espanha. Em janeiro, a JBS adquiriu por R$ 1,9 bilhão a Mantiqueira, o que marcou a entrada da líder global de carnes no setor. ●



Localizado a apenas duas horas de São Paulo, o Hotel Resort e Golfe Clube dos 500 combina arte, bom gosto e hospedagem de excelência, oferecendo um ambiente único com 600.000m² de área verde.

CLUBE DOS 500

Rod. Presidente Dutra, Km 60
Guaratinguetá • SP
@hotelclubedos500
reservas@h500.com.br

Conheça o hotel escaneando o QR Code!



Comércio **Formação profissional**

Varejo investe em qualificação de mão de obra

Faculdade da Associação Comercial de São Paulo já formou mais de 600 profissionais; 42,3% melhoraram a renda

MÁRCIA DE CHIARA

A falta de mão de obra qualificada que atormenta atualmente os varejistas já era foco de preocupação da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) cinco anos atrás. Mais recente, pesquisa da consultoria PwC com executivos do varejo brasileiro revelou que a falta de trabalhadores qualificados é vista hoje como a principal ameaça ao setor neste ano – segundo 41% dos executivos entrevistados.

No entanto, desde 2020 funciona na sede da ACSP, no centro da capital, a Faculdade de Comércio (FAC). E, hoje, unidades da instituição de ensino presencial e a distância estão espalhadas por 130 associações comerciais em 13 Estados do País.

No momento, a faculdade tem 2,3 mil alunos matriculados.

Mantida pela entidade, a faculdade já formou 670 profissionais em dez cursos de graduação e 20 de pós-graduação, que abrangem desde a administração básica de uma loja até a transformação digital do varejo.

Ana Cristina de Castro Aschermann, de 59 anos, por exemplo, está indo para o segundo curso, depois da graduação, concluída em 2023, em gestão de recursos humanos. Não chegou a atuar na área e o obstáculo para ser contratada, diz ela, foi a idade.

Em agosto do ano passado, iniciou uma pós-graduação em marketing digital. No momento, ela aplica os conhecimentos digitais adquiridos no curso para transformar um site de agricultura sustentável, criado pelo marido, em um negócio rentável. No fim deste ano, quando concluir a pós-graduação, a intenção é buscar uma colocação no comércio na área de marketing digital. "O varejo físico precisa de uma atualização digital urgente", diz.

Já Emerson Barros, de 24 anos, conseguiu dar um salto na carreira nos últimos dois anos. Ele trabalhava como caixa numa padaria quando iniciou a graduação em sistemas para internet. Na metade do curso, conseguiu uma vaga na área administrativa na própria faculdade e agora migrou para a área de tecnologia da informação. A intenção de Barros é seguir carreira como desenvolvedor na web para o varejo.

> ***"A FAC é a única faculdade de comércio no Brasil que mantém cursos regulares de nível superior. Ensino superior e pós-graduação, focados em comércio, só tem a nossa"***
>
> **Wilson Rodrigues**
> **Diretor-geral da FAC**

GANHO SALARIAL. Levantamento feito pela FAC com os alunos para avaliar a empregabilidade revela que 42,3% deles trabalhavam no comércio antes da faculdade e que 26,9% estavam na área de serviços. Mais da metade dos alunos (64,1%) ganhava até dois salários mínimos por mês, R$ 3.036 pelo valor atual do mínimo.

Depois do ingresso na faculdade, 42,3% dos estudantes disseram que tiveram ganhos de renda, mas não como Barros que dobrou o salário – 10,3% conseguiram engordar os salários em mais de 30%. E 53,8% dos que tiveram aumento salarial acreditam que a faculdade contribuiu para isso, enquanto 25,6% disseram que os cursos ajudaram "em parte". Cerca de um quinto disse que a faculdade não contribuiu para aumentar a renda.

Wilson Rodrigues, diretor-geral da FAC e membro do Conselho Estadual de Educação, conta que a ideia de ter uma faculdade com cursos de nível superior voltados para o comércio surgiu da constatação de uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), cujos resultados apontavam, em 2019, que o comércio era o setor que mais empregava e o que menos qualificava sua mão de obra. Portanto, havia uma lacuna a ser preenchida.

Com experiência no ramo da educação – sua família criou a Uniderp, em Mato Grosso do Sul, vendida em 2007 para o Grupo Anhanguera –, Rodrigues decidiu levar à frente a ideia de criar uma faculdade de comércio. O projeto foi encampado pela ACSP e não tem fins lucrativos.

As mensalidades são subsidiadas pela entidade. Hoje, há convênios com 45 varejistas que bancam parte ou integralmente os cursos para os seus funcionários. Os cursos presenciais de bacharelado, por exemplo, têm mensalidades que variam de R$ 250 a R$ 420. A maioria dos alunos é da classe C e do sexo feminino.

"É a única faculdade de comércio no Brasil que mantém cursos de nível superior", diz Rodrigues. Segundo ele, o que existia até então eram cursos técnicos oferecidos pelo Senac e Sebrae. "Ensino superior e pós-graduação, focados em comércio, só tem o nosso", disse, acrescentando que a instituição atingiu nota máxima na avaliação do Ministério da Educação entre as faculdades que integram o sistema federal de ensino.●

/ TEMPORADA 2025 /



FIQUE POR DENTRO DOS CAMINHOS QUE AS **MARCAS** PERCORREM ATÉ CHEGAR AO **CONSUMIDOR** FINAL

Setor aumototivo:
Marketing das marcas no mercado do luxo

CONVIDADA



CAMILA MATEUS
CMO da JLR
(Jaguar Land Rover Brasil)



Apresentação:
JOÃO FARIA
Jornalista e colunista da Rádio Eldorado



29 MAR 25

SÁBADO 10H

Realização:
ESTADÃO 150
ELDORADO FM 107,3

Patrocínio:
GPA Grupo Pão de Açúcar

Eufrázio



BANCO MIZUHO DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 61.088.183/0001-33
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2.041 - Torre E - 7º andar - CEP: 04543-011 - São Paulo - SP
Tel.: (11) 5504-6844 - https://www.mizuhogroup.com/americas/brasil

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Mizuho do Brasil S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das devidas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. O Banco Mizuho do Brasil S.A. é uma subsidiária do Mizuho Financial Group, um dos maiores grupos financeiros do mundo, com sede no Japão, atuação global abrangendo todos os continentes, em mais de 38 países. Os ativos totais do Grupo superaram os 278 trilhões de ienes no ano fiscal 2023 (De Abril/2023 a Março/2024). O Banco Mizuho do Brasil S.A. é um banco múltiplo com autorização para operar com carteiras comercial e de investimento; atua como banco de atacado no mercado local. Atende empresas de várias nacionalidades e setores e oferece uma gama diversificada de produtos e serviços, como depósitos, operações de financiamento ao comércio exterior, corporate banking, structured financing, project financing, entre outros. A estratégia para o Banco Mizuho do Brasil tem dois pilares principais: a) Prestar serviços financeiros locais aos seus clientes globais - especialmente empresas japonesas e outras corporações internacionais, auxiliando-os em suas operações comerciais no Brasil. Para esses clientes, o Banco oferece basicamente os seguintes produtos: empréstimos - capital de giro em reais e operações de financiamento ao comércio exterior (importação e exportação); fechamento de câmbio, carta de crédito e garantias; operações de derivativos - *hedge* de moedas (*swap* de moedas e opções) e *swap* de juros. b) Prestar diversos serviços financeiros aos seus clientes locais, disponibilizando a estrutura do grupo Mizuho para auxiliá-los em suas estratégias globais. Para esses clientes, o Banco oferece basicamente os seguintes produtos: empréstimos sindicalizados, financiamento com agências de crédito (ECA) e financiamento de projetos. O Banco mantém seus esforços na constante busca do aprimoramento de sua atuação, investindo na capacitação de seus recursos, focado em sua Visão e Valores institucionais, promovendo a integração profissional e cultural entre os profissionais do Brasil e de unidades do Grupo no exterior, consolidando e fortalecendo sua expertise, de forma a contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, de acordo com a filosofia corporativa do Grupo Mizuho. **Evolução dos números:** Em 31 de dezembro de 2024, o Banco atingiu R$ 42.365 milhões em ativos (R$26.644 milhões em 31 de dezembro de 2023), representados substancialmente pela carteira de câmbio, no montante de R$ 27.155 milhões (R$13.995 milhões em 31 de dezembro de 2023), aplicações interfinanceiras de liquidez, no montante de R$ 5.817 milhões (R$5.251 milhões em 31 de dezembro de 2023), e títulos e valores mobiliários, no montante de R$ 7.564 milhões (R$5.608 milhões em 31 de dezembro de 2023). Destacamos que para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, a Administração tem a intenção de manter em carteira até o vencimento os títulos classificados nessa categoria conforme Nota 5 e que o Banco, baseado no seu fluxo de caixa projetado, possui capacidade financeira para tal manutenção. O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 atingiu o valor de R$ 1.209 milhões (R$1.077 milhões em 31 de dezembro de 2023). O lucro líquido do Banco no exercício de 2024 foi de R$ 138 milhões (R$ 151 em 31 de dezembro de 2024).

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Disponibilidades	3b	46.001	20.090
Instrumentos Financeiros		41.651.468	26.182.014
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	5.816.551	5.250.953
Carteira de câmbio	7	27.154.711	13.995.380
Títulos e valores mobiliários	5	7.563.634	5.608.233
Instrumentos financeiros derivativos	18a/b	248.486	236.118
Operações de crédito	6	868.086	1.091.330
Outros Ativos		488.201	311.264
Relações interfinanceiras		1.080	1.050
Rendas a receber		1.799	16
Negociação e intermediação de valores	18c	25.635	33.841
Diversos	8	457.164	274.030
Despesas antecipadas		2.523	2.327
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6e	(1.065)	(2.253)
Ativo fiscal diferido	16b	175.384	111.228
Investimento em participações em coligadas e controladas	9	–	17.238
Outros investimentos		113	113
Imobilizado de uso		4.337	3.524
Imobilizações de uso		12.570	10.770
Depreciação Acumulada		(8.233)	(7.246)
Ativo Intangível		156	331
Ativos Intangíveis		6.954	6.954
Amortização Acumulada		(6.798)	(6.623)
Total do ativo		42.364.595	26.643.549

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivo e Patrimônio Líquido			
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		40.584.240	25.178.574
Depósitos	10	2.480.642	1.430.694
Captações no mercado aberto	11	2.881.081	4.855.726
Recursos de aceites e emissão de títulos	12a	–	90.175
Obrigações por empréstimos	12b	8.603.565	6.423.153
Obrigações por repasses no exterior	12c	–	16.452
Instrumentos financeiros derivativos	18a/b	533.025	143.543
Carteira de câmbio	7	26.085.927	12.218.831
Outras Obrigações		142.394	119.169
Relações interdependências		47.600	45.476
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		156	102
Obrigações fiscais correntes	13	25.527	45.924
Negociação e intermediação de valores	18c	35.481	6.218
Provisões diversas	14.a	33.630	21.449
Provisões para contingências	14.b	229.437	195.291
Passivo Fiscal Diferido	16b	200.006	73.961
Patrimônio líquido		1.208.518	1.076.554
Capital Social:	15a	802.539	737.514
De domiciliados no exterior		737.514	679.732
Aumento de capital social em andamento		65.025	57.782
Reservas de Lucros		405.871	341.857
Outros resultados abrangentes	15c	108	(2.817)
Total do passivo		42.364.595	26.643.549

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e Semestre em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

		Capital social		Reservas de lucros				
	Nota	Capital social	Aumento de capital	Reserva legal	Reserva especial	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		632.590	47.142,00	23.368	233.591	(2.647)	–	934.044
Integralização de capital	15a	47.142	10.640	–	–	–	–	57.782
Ajuste ao valor de mercado - TVM		–	–	–	–	36	–	36
Ajuste de variação cambial de investimento no exterior		–	–	–	–	654	–	654
Hedge de investimento no exterior		–	–	–	–	(860)	–	(860)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	15b	–	–	–	–	–	(66.036)	(66.036)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	150.934	150.934
Constituição da reserva de lucros		–	–	7.547	77.351	–	(84.898)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		679.732	57.782	30.915	310.942	(2.817)	–	1.076.554
Integralização de capital	15a	57.782	7.243	–	–	–	–	65.025
Ajuste ao valor de mercado - TVM		–	–	–	–	117	–	117
Ajuste de variação cambial de investimento no exterior		–	–	–	–	(2.842)	–	(2.842)
Hedge de investimento no exterior		–	–	–	–	5.650	–	5.650
Pagamento de juros sobre o capital próprio	15b	–	–	–	–	–	(74.314)	(74.314)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	138.328	138.328
Constituição da reserva de lucros		–	–	6.916	57.098	–	(64.014)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024		737.514	65.025	37.831	368.040	108	–	1.208.518
Saldos em 30 de junho de 2024		737.514	–	33.500	310.942	1	49.121	1.131.078
Integralização de capital	15a	–	65.025	–	–	–	–	65.025
Ajuste ao valor de mercado - TVM		–	–	–	–	107	–	107
Pagamento de juros sobre o capital próprio	15b	–	–	–	–	–	(74.314)	(74.314)
Lucro líquido do semestre		–	–	–	–	–	86.622	86.622
Constituição da reserva de lucros		–	–	4.331	57.098	–	(61.429)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024		737.514	65.025	37.831	368.040	108	–	1.208.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e Semestre em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2º semestre	31/12/2024	31/12/2023
Receitas da intermediação financeira		1.742.185	2.932.367	583.712
Operações de crédito		52.074	110.369	177.348
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	4	330.888	550.391	328.643
Resultado de títulos e valores mobiliários	5b	231.212	480.468	529.974
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	18f	777.323	1.601.016	(324.716)
Resultado de câmbio	7	350.688	190.123	(127.537)
Despesas da intermediação financeira		(1.560.106)	(2.601.893)	(301.618)
Operações de captações no mercado	11	(305.833)	(562.076)	(488.443)
Operações de empréstimos e repasses	12d	(1.254.616)	(2.041.005)	185.834
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6f	343	1.188	991
Resultado bruto da intermediação financeira		182.079	330.474	282.094
Outras receitas (despesas) operacionais		(82.798)	(131.620)	(69.282)
Receitas de prestação de serviços	21b	27.201	56.246	45.924
Despesas de pessoal	21c	(35.829)	(73.007)	(55.386)
Outras despesas administrativas	21d	(32.696)	(63.438)	(47.495)
Despesas tributárias		(17.466)	(26.628)	(14.790)
Resultado de participação em controlada	9	–	2	939
Outras receitas operacionais	21e	9.043	14.141	12.160
Outras despesas operacionais	21f	(33.051)	(38.936)	(10.634)
Resultado operacional		99.281	198.854	212.812
Outras receitas e despesas	21g	–	(2.990)	(16)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		99.281	195.864	212.796
Imposto de renda e contribuição social	16a	(10.972)	(54.173)	(59.028)
Provisão para imposto de renda		10.324	(4.718)	(15.498)
Provisão para contribuição social		15.207	–	(13.184)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(36.503)	(49.455)	(30.346)
Participações dos empregados no lucro		(1.687)	(3.363)	(2.834)
Lucro líquido do semestre/exercício		86.622	138.328	150.934
Lucro líquido por ação - R$		40,57	64,78	70,69

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e Semestre em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

	2º semestre	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do semestre/exercício	86.622	138.328	150.934
Outros resultados abrangentes a ser reclassificado para resultado do exercício em períodos subsequentes	107	2.925	(170)
Ativos financeiros disponíveis para venda	107	117	36
Ajuste ao valor de mercado	203	222	63
Efeito tributário	(96)	(105)	(27)
Hedge de investimento no exterior	–	5.650	654
Ajuste variação cambial	–	10.497	1.247
Efeito tributário	–	(4.847)	(593)
Outros resultados abrangentes de coligada por equivalência patrimonial	–	(2.842)	(860)
Ajuste variação cambial	–	(4.659)	(1.421)
Ajuste ao valor de mercado - títulos disponíveis para venda	–	1.817	561
Total do resultado abrangente	86.729	141.253	150.764

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e Semestre em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2º semestre	31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais:				
Lucro líquido do semestre/exercício		86.622	138.328	150.934
Ajustes ao lucro líquido		68.535	86.254	38.067
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6f	(343)	(1.188)	(991)
Provisão/(reversão) para perdas Garantias Financeiras		(6)	(78)	72
Provisão/(reversão) para contingências	14d	32.464	37.779	9.835
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	16a	36.503	49.480	30.346
Atualização monetária de depósitos judiciais	21e	(2.474)	(6.165)	(5.696)
Resultado de participação em controlada	9	–	(2)	(939)
Resultado na alienação de valores e bens		–	–	183
Depreciações/Amortizações	21d	604	1.162	1.099
Provisão para PLR		1.687	3.363	2.834
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários		107	117	(21)
Hedge de Investimento no Exterior		–	(2.842)	2.205
Variação Cambial *Hedge* Inv. Ext. (PL)		–	4.632	(860)
Variações em ativos e passivos:		1.539.200	1.593.893	1.653.490
(Aumento)/redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		1.607.817	1.234.135	(1.244.445)
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		(1.285.000)	(1.578.287)	(1.462.183)
(Aumento)/redução em operações de crédito		64.799	223.244	(45.808)
(Aumento)/redução em carteira de câmbio		323.150	707.765	(6.726.397)
(Aumento)/redução em outros ativos		(203.355)	(234.698)	–
(Aumento)/redução em despesas antecipadas		293	(196)	(1.109)
(Aumento)/redução Variação líquida em outras relações interfinanceiras e interdependências		31.726	2.094	(29.806)
Aumento/(redução) em depósitos		267.299	1.049.948	32.021
Aumento/(redução) em obrigações por empréstimos e repasses		1.728.508	2.163.960	1.399.496
Aumento/(redução) em recursos de aceites e emissão de títulos		–	(90.175)	47.677
Aumento/(redução) em Captações no mercado aberto		(1.071.201)	(1.974.645)	2.468.920
Aumento/(redução) em outras obrigações		88.798	84.381	7.215.124
Aumento/(redução) em contingências		(3.632)	(3.633)	–
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades operacionais		1.694.361	1.818.475	1.842.491
Atividades de investimentos:				
Aquisição de imobilizado de uso		(1.472)	(1.800)	(393)
Caixa recebido na repatriação de investida no exterior		–	18.258	–
Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos		(1.472)	16.458	(393)
Atividades de financiamentos				
Aumento de Capital		65.025	65.025	57.782
Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos		(74.314)	(74.314)	(66.036)
Caixa líquido originado em atividades de financiamentos		(9.289)	(9.289)	(8.254)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		1.683.600	1.825.644	1.833.844
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		4.070.881	3.928.837	2.094.993
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício		5.754.481	5.754.481	3.928.837
Aumento (redução) em equivalentes de caixa		1.683.600	1.825.644	1.833.844

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco Mizuho do Brasil ("Banco") é um banco múltiplo, sediado na avenida Pres. Juscelino Kubitschek, 2041 em São Paulo capital, autorizado a operar com carteiras comercial e de investimento. É controlado diretamente pelo Mizuho Bank, Ltd., cujo controlador final é o Mizuho Financial Group, Inc., ambos sediados na Cidade de Tóquio no Japão. O Mizuho Financial Group está listado nas Bolsas de Valores de Tóquio e Nova Iorque. O Banco tem atuação no mercado de atacado e atende empresas de várias nacionalidades e setores, oferecendo uma gama diversificada de produtos e serviços, como depósitos, operações de financiamento ao comércio exterior, corporate banking, structured financing, project financing, entre outros. Realiza suas atividades focado nas diretrizes estabelecidas pelos acionistas, com estrita observância das normas e regulamentações locais. O Banco se utiliza das linhas de crédito aprovadas dentro do grupo, para maximizar a eficiência da gestão local de recursos.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações, sendo adotadas as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/09, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN). A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para contingências e valorização de instrumentos derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações advindas da Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional e da Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações financeiras. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversas normas e interpretações as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

Pronunciamento CPC	Resoluções
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	Resolução CMN nº 4.524/2016
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.524/2016
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 - Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 - Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/2016
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 - Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021

Normas e leis que entrarão em vigor após 31 de dezembro de 2024: Na data de preparação destas demonstrações financeiras, as seguintes normas e lei que possuem data de adoção efetiva após 31 de dezembro de 2024 e ainda não foram adotadas pelo Banco são: • A Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, a qual entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, estabelecendo novos conceitos e os critérios contábeis a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para: I - classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; II - constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos seguintes instrumentos financeiros; III - designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de *hedge*); e IV - evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros. Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos novos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº4.966/21, serão registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários. Os principais aspectos que contém a nova normativa são: **I. Classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; I.I. - Classificação de instrumentos financeiros:** A classificação de Ativos Financeiros ocorrerá tanto pelo modelo de negócios, que define a forma como os instrumentos financeiros são gerenciados pelo Banco, com vistas a atingir seus objetivos econômicos de curto, médio e longo prazo, bem como, as características dos fluxos de caixa contratuais, com o objetivo de identificar especificamente se este atende ao critério de "somente principal e juros" (SPPJ). Com base no nesses dois critérios, os ativos serão classificados como i) custo amortizado, ii) valor justo no resultado ou iii) valor justo em outros resultados abrangentes. A Resolução CMN nº 4.966/21 prevê outras possibilidades de designação de um instrumento ao valor justo sob determinadas condições. O Banco opera com carteiras comercial e de investimento e realizou a análise dessas carteiras, com o objetivo de identificar os modelos de negócios existentes, bem como, as características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos financeiros. Em decorrência dessa análise, não devem ocorrer alterações significativas na mensuração da carteira decorrentes da adoção da nova norma. • Os empréstimos e títulos descontados, financiamentos, bem como, os adiantamentos sobre contratos de câmbio e notas de crédito de exportação e aqueles instrumentos financeiros mantidos até o vencimento pelos critérios da Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, deverão ser classificados substancialmente a custo amortizado, exceto aqueles que as características dos seus fluxos de caixa indicar que existam outros componentes relevantes fora o principal e juros e, portanto, não atenderem ao critério de acordo básico de pagamento, os quais deverão ser classificados a valor justo; • Os instrumentos financeiros atualmente classificados como disponíveis para a venda seguirão classificados como valor justo em outros resultados abrangentes, salvo se as características de seus fluxos indicarem que existam outros componentes relevantes fora o principal e juros; • Os instrumentos financeiros atualmente classificados como mantidos até o vencimento seguirão, segundo seu modelo de negócio, como custo amortizado, com exceção de um instrumento classificado como valor justo em outros resultados abrangentes, dada a possibilidade de sua negociação e gestão de exposição da contraparte emissora do instrumento; • Os demais instrumentos financeiros serão classificados como valor justo no resultado. Os passivos financeiros, relacionados a compromissos de empréstimos, são mensurados ao custo amortizado e aqueles vinculados aos instrumentos derivativos ou quando a designação ao valor justo é aplicada são mensurados a valor justo no resultado, como por exemplo *hedge accounting*. O Banco estimou que não há impactos significativos em seu patrimônio líquido, decorrente da adoção dos critérios contábeis de classificação de instrumentos financeiros. **I.II. Mensuração do risco de crédito próprio do Banco (Derivativos Passivos):** Atualmente, o Banco não registra contabilmente ajustes decorrentes da parcela de variação do valor justo de passivo financeiro derivativo, mensurado no nível 2 ou 3 de hierarquia de valor justo, decorrente de alterações do risco de crédito próprio do Banco. A parcela da variação no valor justo de passivo financeiro derivativo mensurado no nível 2 ou 3 de hierarquia de valor justo, decorrente de alterações no risco de crédito próprio do Banco deverá ser reconhecida como componente destacado em outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários. A estimativa dos parâmetros utilizados para calcular o referido ajuste, foi realizada substancialmente com base em modelos internos que levaram em consideração

continua

continuação

BANCO MIZUHO DO BRASIL S.A. - CNPJ nº 61.088.183/0001-33

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

principalmente o rating de crédito do Banco e demais variáveis estatísticas. Com base no exposto acima, o Banco estimou impacto em seu patrimônio líquido, demonstrado na nota 2 III, decorrente da adoção dos critérios contábeis vinculados as alterações no risco de crédito próprio do Banco I.II. **Mensuração das operações de câmbio pronto e futuro ao valor justo:** Atualmente as operações de câmbio pronto e futuro são contabilizadas através da taxa PTAX e não são mensuradas ao valor justo com exceção das operações que tem o tratamento de *hedge accounting*, que são mensuradas ao valor justo de mercado. Essas operações serão consideradas instrumentos financeiros derivativos e deverão ser registradas mensalmente pelo seu valor justo, sendo a estimativa para esse ajuste, realizada com base em taxas de câmbio do mercado futuro extraídas da B3, combinado com modelos internos de precificação do Banco. Com base no exposto acima, o Banco estimou impacto em seu patrimônio líquido demonstrado na nota 2 III decorrente da adoção dos critérios contábeis de mensuração das operações de câmbio pronto e futuro. **II. Constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos seguintes instrumentos financeiros:** Atualmente, a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa é baseada nos critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do CMN que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (sem risco) e "H" (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. Com a entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.966/21, a constituição de provisão ocorrerá em montante correspondente às perdas esperadas associadas ao risco de crédito sobre o valor contábil bruto dos ativos financeiros. Além disso, o Banco deverá constituir provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos, com base em percentuais mínimos considerando o número de meses de atraso contados a partir do mês do inadimplemento e conforme a classificação desses ativos financeiros por tipo de modalidade e garantia ("C1" menor risco e "C5" maior risco). Por fim, o Banco não deverá reconhecer, no resultado do período, receita de juros ou de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito. **Perímetro de aplicação:** O modelo de avaliação para constituição de perdas esperadas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros, deverá considerar um escopo de aplicação mais amplo do que o atual modelo utilizado. Nesse sentido, os ativos financeiros classificados nas categorias "custo amortizado", valor justo no resultado, para aqueles ativos financeiros com atraso acima de 90 dias, valor justo em outros resultados abrangentes, bem como, as exposições a garantias financeiras prestadas e demais exposições ao risco de crédito, registradas em contas contábeis de controle, passarão a ser elegíveis a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. **Metodologia para Apuração da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito:** A mensuração da provisão, deverá considerar como base de cálculo o valor contábil bruto dos ativos financeiros. A provisão de perdas esperadas associadas ao risco de crédito será baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua originação, caso em que a provisão será baseada na expectativa de perdas nos próximos 12 meses (PE de 12 meses). A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data-base das demonstrações financeiras. A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros. O Banco estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas demonstrações financeiras, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco de inadimplência ocorrer ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro. **Classificação de instrumentos financeiros por estágios:** Baseado no processo acima, o Banco distribuirá seus instrumentos financeiros em estágios (primeiro estágio, segundo estágio e terceiro estágio), conforme descrito abaixo: - **primeiro estágio:** quando os instrumentos financeiros não tenham um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial, ou quando as operações apresentaram melhora em seus riscos de crédito e forem reclassificadas do segundo estágio; - **segundo estágio:** quando um instrumento financeiro demonstrar aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação; o segundo estágio também incluirá operações com melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do terceiro estágio; e - **terceiro estágio:** instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação de crédito (ativos problemáticos). **Metodologia de estimação das perdas associadas ao risco de crédito:** O Banco calculará as perdas esperadas associadas ao risco de crédito para mensurar a insuficiência de caixa esperada, descontada a valor presente. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber. Os mecanismos de cálculo da perda esperada são descritos abaixo e seus principais elementos são: - Probabilidade de inadimplências (*probability of default - PD*): é uma estimativa da probabilidade de inadimplências ao longo de um certo horizonte de tempo. - Exposição no momento da inadimplências (*exposure at default - EAD*): é uma estimativa da exposição na data futura de inadimplências, levando em consideração as alterações esperadas na exposição após a data-base das demonstrações financeiras, incluindo pagamentos de principal e juros, utilização de limites e juros calculados sobre pagamentos não realizados. - Perda dada a inadimplências (*loss given default - LGD*): é uma estimativa de perda originada no caso de inadimplências ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD. - Taxa de desconto: é a taxa aplicada aos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do ativo, para calcular o valor presente líquido do instrumento financeiro. O período máximo para o qual as perdas de crédito são determinadas é o prazo contratual do instrumento financeiro, a não ser que o Banco tenha o direito legal de liquidar antecipadamente. Os mecanismos para determinação de Perdas Esperadas são descritos a seguir: - **primeiro estágio:** a provisão deve corresponder à perda esperada apurada pelo Banco, considerando a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 (doze) meses ou durante o prazo esperado do instrumento, quando este for inferior a 12 (doze) meses; - **segundo estágio:** a provisão deve corresponder à perda esperada apurada pelo Banco, considerando a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro; e - **terceiro estágio:** a provisão deve corresponder à perda esperada apurada pelo Banco, considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito. Com base nos modelos adotados, não houve alterações significativas que implicassem em uma deterioração do perfil de crédito dos instrumentos, nem que requeressem provisões adicionais para sua cobertura, incluindo as garantias prestadas. O impacto referente as perdas esperadas associadas ao risco de crédito foram principalmente pela ampliação do escopo de mensuração da provisão. O Banco estimou um incremento da provisão face a esses riscos, na abertura de janeiro de 2025, de aproximadamente R$ 2,1 milhões em seu patrimônio líquido, líquido de efeito tributário, aproximadamente 0,2% do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024.

III. Resumo do total dos ajustes no patrimônio líquido:

Efeito no patrimônio líquido adoção Res. 4.966	
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez de Longo prazo	(326)
Títulos e Valores Mobiliários	(3.615)
Outros créditos	98
Ajuste a valor justo contratos de câmbio	(507)
DVA - *Debit valuation adjustment*	80
Efeito fiscal sobre ajustes	1.921
Total	**(2.349)**

IV. Designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de *hedge*): Os requerimentos de designação contábil para contabilidade de *hedge* foram postergados para em 1º de janeiro de 2027. **V. Evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros:** Os requerimentos de evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros serão atendidos integralmente, quando aplicáveis, nas demonstrações financeiras subsequentes a 31 de dezembro de 2024. • Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: A Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022, estabelece o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos pelas instituições financeiras. A partir de 1º de janeiro de 2025, essas instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas em operações inadimplidas e em operações com pessoas jurídicas em processo falimentar ou de recuperação judicial. A lei define critérios específicos para a dedução dessas perdas, incluindo a aplicação de fatores de ajuste baseados no tempo de inadimplências e na natureza das garantias associadas aos créditos. O Banco não espera impactos, decorrente da adoção da entrada em vigor da Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022, uma vez que o Banco não tem histórico de perdas incorridas. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2025.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "*pro rata*" dia para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas com operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. b) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os valores estão apresentados abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	5.754.481	3.928.837
Disponibilidades	46.001	20.090
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4a)	5.664.996	3.883.853
Aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 4b)	43.484	24.894

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. d) Instrumentos Financeiros: De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos, e compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado. Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação ou para investimento. São utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. São avaliados a mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização. Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais o Banco tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, operações com opções, operações de futuro e operações de "*swap*" são contabilizados de acordo com os seguintes critérios: *Operações a termo* - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço; *Operações com opções* - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizados como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não exercício; *Operações de futuro* - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa; *Operações de swap* - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "*pro rata*" até a data do balanço. Os instrumentos financeiros derivativos são registrados ao valor de mercado, exceto aqueles que tiverem sido contratados de forma associada às operações de captação ou aplicação, conforme definido pela Circular nº 3.150, do Banco Central do Brasil. As transações efetuadas para proteção ao risco das posições do Banco, qualificadas como *hedge* contábil, são distinguidas em três categorias: *hedge* de risco de mercado, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento no exterior. As operações classificadas como *hedge* de risco de mercado são destinadas a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge* e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa no resultado do período. Os respectivos itens objetos de *hedge* são ajustados ao valor de mercado, em contrapartida a respectiva conta de receita ou despesa relacionada ao item objeto de *hedge*. As operações de *hedge* de fluxo de caixa são destinadas a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A valorização ou desvalorização dos derivativos contratados para *hedge* de fluxo de caixa é contabilizada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido em conjunto com os efeitos da avaliação a mercado dos itens objeto de *hedge*, deduzidos dos efeitos tributários. A parcela não efetiva do *hedge*, quando aplicável, é reconhecida diretamente ao resultado do período. *Hedge* de investimento no exterior: os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria têm como objetivo compensar os riscos decorrentes da exposição à variação cambial de investimentos no exterior cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional e devem ser registrados conforme procedimentos contábeis definidos para o *hedge* de fluxo de caixa. Através da Resolução nº 4.924/21 do Conselho Monetário Nacional, as instituições financeiras devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46) a partir de 1 de janeiro de 2022. e) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (sem risco) e "H" (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação pelo prazo máximo de seis meses, contados a partir de sua classificação nesse nível de risco, sendo posteriormente baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. f) Investimentos: Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas, quando da alienação os valores são recebidos da empresa coligada e controlada, baixando o saldo do investimento. Os outros investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. g) Imobilizado e intangível: O imobilizado de uso é demonstrado pelo custo ade aquisição, menos a depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: móveis, utensílios e instalações - 10%; e sistema de processamento de dados e veículos - 20%. O ativo intangível corresponde aos gastos com aquisição de sistemas, amortizados linearmente pela taxa anual de 20%. h) Atualização monetária de direitos e obrigações: Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do exercício. i) Depósitos e captações no mercado aberto: São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "*pro rata*" dia. j) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*): É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram identificados ativos não financeiros registrados com indicação de perda por *impairment*. k) Imposto de renda e contribuição social: A provisão para o imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 para o exercício e das deduções previstas em lei. A contribuição social apurada sobre o lucro líquido ajustado, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 20%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre prejuízos fiscais e adições e exclusões temporárias, são registrados nas rubricas de "Ativos fiscais diferidos" e "Obrigações fiscais diferidas". O reconhecimento dos ativos fiscais e obrigações fiscais diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo e estão suportados por estudo técnico, realizado semestralmente. l) *Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias*: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo: *Contingências ativas* - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências determinantes de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos. *Contingências passivas* - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são sujeitos à divulgação em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. *Obrigações legais* - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. m) Lucro por ação: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foi calculado com base no número de ações em circulação. n) Garantias Financeiras Prestadas: A Resolução do CMN 4.512 de 28 de julho de 2016 estabelece procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma. o) Resultado Recorrente e Não Recorrente: A Resolução BCB nº 2/20 determina que as instituições financeiras devem apresentar em suas notas explicativas, de forma segregada, os resultados recorrentes e não recorrentes incorridos no período. De acordo com os critérios internos de avaliação, considera-se resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente, por sua vez, corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Aplicações em operações compromissadas

	31/12/2024	31/12/2023
Posição bancada:		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.664.999	2.753.603
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.999.997	800.179
	5.664.996	3.553.782
Posição financiada:		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	330.071
Notas do Tesouro Nacional - NTN	–	1.200.256
	–	1.530.327
Total posição financiada	–	1.530.327
Total posição bancada (nota 3b)	5.664.996	3.553.782
Total de aplicações no mercado aberto (vencimento em até 90 dias)	5.664.996	5.084.109

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez de operações compromissadas foi de R$ 529.178 (R$ 305.391 em 31 de dezembro de 2023 (nota 4b)).

b) Aplicações em depósitos interfinanceiros	31/12/2024	31/12/2023
Até 90 dias (nota 3b)	43.484	24.894
De 91 a 365 dias	96.278	105.048
Acima de 365 dias	11.793	36.902
Total de aplicações em depósitos interfinanceiros	151.555	166.844

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o resultado com depósitos interfinanceiros de R$ 21.213 (R$ 23.252 em 31 de dezembro de 2023 (nota 4a)).

5. Títulos e valores mobiliários

a) Composição por classificação

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor de custo	Valor mercado/contábil (1)	Valor de custo	Valor mercado/contábil (1)
Títulos e valores mobiliários				
Carteira própria	3.093.027	3.072.438	1.292.107	1.296.369
Títulos disponíveis para venda	2.599.651	2.585.161	1.171.532	1.175.695
Debêntures	–	–	687	687
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	146.448	146.389	17.127	17.123
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.243.310	2.227.004	943.844	947.480
Ações	9.390	9.390	9.390	9.390
Nota Comercial	200.503	202.378	200.484	201.015
Mantidos até o vencimento	493.376	487.277	120.575	120.674
Debêntures	144.090	144.090	65.885	65.885
Letra Financeira	349.286	343.187	21.247	21.346
Nota Comercial	–	–	33.443	33.443
Vinculados a compromisso de recompra	2.698.650	2.631.727	3.283.706	3.290.984
Títulos disponíveis para venda	–	–	204.892	205.066
Debêntures	–	–	91.151	91.139
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	–	113.741	113.927
Mantidos até o vencimento	2.698.650	2.631.727	3.078.814	3.085.918
Debêntures	509.915	509.915	823.608	823.608
Letra Financeira	2.188.735	2.121.812	2.255.206	2.262.310
Vinculados à prestação de garantias	1.883.216	1.859.469	1.009.789	1.020.880
Títulos disponíveis para venda	1.883.216	1.859.469	1.009.789	1.020.880
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.085.757	1.086.021	5.709	5.708
Letras do Tesouro Nacional - LTN	754.999	730.988	966.001	977.093
Part. Fundo Garantia em Liquidação - FLCB	42.460	42.460	38.079	38.079
Total	7.674.893	7.563.634	5.585.802	5.608.233

(1) Os títulos classificados como disponíveis para venda refletem o valor contábil após a marcação a mercado. Os títulos classificados como mantidos até o vencimento refletem o valor de custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e marcação a mercado para os títulos objetos de *hedge accounting*. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a composição da carteira, considerando os níveis hierárquicos de mensuração de valor justo, estão demonstrados abaixo:

31/12/2024	Nível 1	Nível 2	Total
Títulos disponíveis para venda	4.232.862	211.768	4.444.630
Mantidos até o vencimento	654.005	2.464.999	3.119.004
Total	4.886.867	2.676.767	7.563.634

31/12/2023	Nível 1	Nível 2	Total
Títulos disponíveis para venda	2.392.251	9.390	2.401.641
Mantidos até o vencimento	3.173.149	33.443	3.206.592
Total	5.565.400	42.833	5.608.233

Mensuração de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Mensuração de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além de preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (como preços) ou indiretamente (com base em preços). Mensurações de valor justo de Nível 3 são obtidas através de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis). Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve reclassificação nos níveis de mensuração dos instrumentos financeiros.

b) Composição por prazo de vencimento

	31/12/2024 Sem vencimento	31/12/2024 Até 1 ano	31/12/2024 Acima de 1 ano	31/12/2024 Total	31/12/2023 Sem vencimento	31/12/2023 Até 1 ano	31/12/2023 Acima de 1 ano	31/12/2023 Total
Carteira própria:	9.390	99.588	2.963.460	3.072.438	9.390	298.428	988.551	1.296.369
Títulos disponíveis para venda	9.390	62.506	2.513.265	2.585.161	9.390	244.898	921.407	1.175.695
Debêntures	–	–	–	–	–	687		687
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	–	–	146.389	146.389	–	14.269	2.854	17.123
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	33.288	2.193.716	2.227.004	–	229.942	717.538	947.480
Ações	9.390	–	–	9.390	9.390	–	–	9.390
Nota Comercial	–	29.218	173.160	202.378	–	–	201.015	201.015
Mantidos até o vencimento	–	37.082	450.195	487.277	–	53.530	67.144	120.674
Debêntures	–	28.433	115.657	144.090	–	12.600	53.285	65.885
Letra Financeira	–	8.649	334.538	343.187	–	7.487	13.859	21.346
Nota Comercial	–	–	–	–	–	33.443	–	33.443
Vinculados a operações compromissadas:	–	626.316	2.005.411	2.631.727	–	1.541.341	1.749.643	3.290.984
Títulos disponíveis para venda	–	–	–	–	–	91.139	113.927	205.066
Debêntures	–	–	–	–	–	91.139	–	91.139
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	–	–	–	–	–	113.927	113.927
Mantidos até o vencimento	–	626.316	2.005.411	2.631.727	–	1.450.202	1.635.716	3.085.918
Debêntures	–	245.567	264.348	509.915	–	507.889	315.719	823.608
Letra Financeira	–	380.749	1.741.063	2.121.812	–	942.313	1.319.997	2.262.310
Vinculados à prestação de garantias:	–	48.207	1.811.262	1.859.469	–	5.708	1.015.172	1.020.880
Títulos disponíveis para venda	–	48.207	1.811.262	1.859.469	–	5.708	1.015.172	1.020.880
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	–	3.164	1.082.857	1.086.021	–	5.708	–	5.708
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	45.043	685.945	730.988	–	–	977.093	977.093
Part. Fundo Garantia em Liquidação - FLCB	–	–	42.460	42.460	–	–	38.079	38.079
	9.390	774.111	6.780.133	7.563.634	9.390	1.845.477	3.753.366	5.608.233

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o resultado com títulos e valores mobiliários foi de R$ 480.468 (R$ 529.573 em 31 de dezembro de 2023).

continua

continuação

BANCO MIZUHO DO BRASIL S.A. - CNPJ nº 61.088.183/0001-33

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2024 os títulos classificados como "Disponíveis para venda" estão avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, no montante R$ 108 ((R$ 8) em 31 de dezembro de 2023). Em 31 de dezembro de 2024 os títulos classificados como "Mantidos até o vencimento" estão avaliados pelo custo amortizado, exceto aqueles classificados como objeto de hedge accounting. O valor a mercado dos referidos títulos é R$ 3.121.315 (R$ 3.200.640 em 31 de dezembro de 2023), representando um potencial ajuste de R$ 2.312 (R$ 5.956) em 31 de dezembro de 2023). Os parâmetros utilizados para o cálculo do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários são os divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), que se utiliza de modelos internos de precificação. O valor de mercado das debêntures é apurado considerando o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis. Os títulos públicos encontram-se custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC") e os títulos privados encontram-se custodiados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve reclassificação de categoria dos títulos.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por tipo de operação

	31/12/2024	%	31/12/2023	%
Operações de crédito:				
Empréstimos e títulos descontados	654.583	28.07	1.004.225	32,46
Empréstimos e títulos descontados vinculados a Operações compromissadas	209.626	8.99	82.450	2,66
Financiamento	3.877	0.16	4.655	0,15
Total	868.086	37.22	1.091.330	35,27
Outros créditos				
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e respectivas rendas a receber (Nota 7)	1.364.692	58.52	1.834.264	59,28
Notas de crédito de exportação (Nota 8)	99.297	4.26	168.520	5,45
Títulos e créditos a receber (Nota 8)	69	0.00	–	–
Total de outros créditos	1.464.058	62.78	2.002.784	64,73
Total da carteira de crédito	2.332.144	100.00	3.094.114	100.00

b) Concentração do total da carteira de crédito por setor de atividade

31/12/2024

Produto	Comércio	Indústria	Instituição Financeira	Outros Serviços	Total
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	–	731.897	–	632.795	1.364.692
Capital de Giro	45.248	391.948	196.303	230.710	864.209
Notas de Crédito de Exportação	–	67.300	–	31.997	99.297
Financiamento	1.594	–	–	2.283	3.877
Títulos e créditos a receber	–	–	69	–	69
	46.842	1.191.145	196.372	897.785	2.332.144

31/12/2023

Produto	Comércio	Indústria	Instituição Financeira	Outros Serviços	Total
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	–	1.064.970	–	769.294	1.834.264
Capital de Giro	106.315	547.604	194.867	237.889	1.086.675
Notas de Crédito de Exportação	–	98.269	–	70.251	168.520
Financiamento	2.874	142	–	1.639	4.655
	109.189	1.710.985	194.867	1.079.073	3.094.114

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento das operações

	31/12/2024 R$	%	31/12/2023 R$	%
De 1 a 90 dias	263.992	11.32	671.801	21,71
De 91 a 365 dias	1.581.182	67.80	1.387.715	44,85
Acima de 365 dias	486.970	20.88	1.034.598	33,44
Total da carteira de crédito	2.332.144	100,00	3.094.114	100,00

d) Concentração do risco da carteira de crédito

	31/12/2024 R$	%	31/12/2023 R$	%
Principal devedor	632.795	27.14	628.095	20.30
10 maiores devedores seguintes	1.420.079	60.89	1.899.543	61.39
Demais devedores	279.270	11.97	566.476	18.31
	2.332.144	100.00	3.094.114	100.00

e) Concentração da carteira de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: A composição da carteira de crédito e correspondente provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito nos prazos e níveis de risco estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	31/12/2024 Total das operações	Provisão constituída	%	31/12/2023 Total das operações	Provisão constituída	%
Nível de risco:						
AA	2.332.144	1.065	0.05	3.079.075	1.530	0,05
C	–	–	–	15.039	723	4,81
Total da carteira de crédito	2.332.144	1.065		3.094.114	2.253	

Conforme facultado pelo art. 6º da Resolução CMN nº 2.682/99, a Administração procedeu ao agravamento da provisão, para os níveis de risco AA e C, com base em estudo técnico de acompanhamento da carteira de crédito. Resultando em um acréscimo de R$ 1.065 (R$ 1.530 em 31 de dezembro de 2023) para o nível de risco AA, e R$ 0 para o nível C (R$ 272 em 31 de dezembro 2023).

f) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2024 semestre	31/12/2024 exercício	31/12/2023 exercício
Saldo inicial	1.408	2.253	3.230
Constituição	–	2.367	856
Reversão	(343)	(3.555)	(1.833)
Saldo final	1.065	1.065	2.253

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Banco fez a renovação da data de vencimento de 27 (38 em 31 de dezembro de 2023) contratos de operações de crédito no montante total de R$ 964.063 (R$ 497.496 em 31 de dezembro de 2023), estendendo os vencimentos dos mesmos. A renovação foi efetuada para atender e facilitar o processo operacional e/ou de fluxo de caixa dos nossos clientes.

7. Carteira de câmbio

	31/12/2024 Outros ativos	Outras obrigações	31/12/2023 Outros ativos	Outras obrigações
Ativo	27.154.711	–	13.995.380	–
Circulante	23.134.699	–	12.758.596	
Câmbio comprado a liquidar	12.179.159	–	6.946.695	–
Direitos sobre venda de câmbio	10.905.463	–	5.775.518	–
Adiantamentos em moeda nacional	–	–	(3.848)	–
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (Nota 6.a)	50.077	–	40.231	–
Realizável a longo prazo	4.020.012	–	1.236.784	–
Câmbio comprado a liquidar	1.801.219	–	839.977	–
Direitos sobre venda de câmbio	2.218.793	–	391.450	–
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (Nota 6.a)	–	–	5.357	–
Passivo	–	26.085.927	–	12.218.831
Circulante	–	22.023.490	–	11.445.157
Câmbio vendido a liquidar	–	11.181.291	–	5.700.991
Obrigações por compra de câmbio	–	12.156.814	–	7.022.598
Adiantamento sobre contratos de câmbio (Nota 6.a)	–	(1.314.615)	–	(1.278.432)
Exigível a longo prazo	–	4.062.437	–	773.674
Câmbio vendido a liquidar	–	1.843.644	–	382.224
Obrigações por compra de câmbio	–	2.218.793	–	901.694
Adiantamento sobre contratos de câmbio (Nota 6.a)	–	–	–	(510.244)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o resultado de câmbio está representado por resultado com ACC e ACE de R$ 106.975 (R$ 117.070 em 31 de dezembro de 2023), variação cambial de (R$ 234.574) ((R$ 227.633) em 31 de dezembro de 2023) e marcação a mercado de R$ 317.722 ((R$ 16.974) em 31 de dezembro de 2023).

8. Outros ativos

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Notas de Crédito à Exportação (NCEs) (Nota 6.a)	99.297	168.520
Títulos e créditos a receber (Nota 6.a)	69	–
Outros	15.018	10.751
Total circulante	114.384	179.271
Realizável a longo prazo		
Devedores por depósito em garantia	106.569	94.759
Devedores por depósito de transações financeiras entre partes relacionadas (i)	236.211	–
Total realizável a longo prazo	342.780	94.759
Total	457.164	274.030

(i) Depósitos referentes à estruturação de operações junto à matriz, mitigadoras de exposições de risco de crédito, conforme Nota 17.

9. Investimentos

A controlada Mizuho do Brasil Cayman Limited atuava como subsidiária offshore do Banco Mizuho do Brasil S.A., e tinha por objetivo ampliar a oferta de produtos para clientes, oferecendo auxílio às operações de depósitos, empréstimos e derivativos. Em junho de 2024, os valores de capital e lucros acumulados foram repatriados ao Banco Mizuho. Os investimentos e empréstimos da empresa Mizuho do Brasil Cayman Limited foram liquidadas no 1º semestre de 2024. A empresa foi liquidada em novembro de 2024.

	Mizuho do Brasil Cayman Ltd. 31/12/2024	31/12/2023
Quantidade de ações ordinárias - em milhares	–	2.920
Percentual de participação - %	100%	100%
Informações sobre a investida:		
Patrimônio líquido	–	17.238
Capital social	–	9.516
Reservas de lucros	–	2.300
Ajuste valor mercado de TVM	–	(104)
Variação cambial do investimento no exterior	–	4.763
Resultado líquido do semestre/exercício	–	763
Resultado de equivalência patrimonial	2	763
IRRF sobre rendimentos financeiros no exterior	–	176
Resultado de participação em controlada	2	939

No 2º semestre de 2024 não houve movimentação em investimentos. Em 31 de dezembro de 2024 o montante total de variação cambial resultante da conversão do balancete de investida no exterior foi de R$ 0 (R$ 4.767 em dezembro de 2023), sendo (R$ 2) ((R$ 34) em dezembro de 2023) referente à variação cambial do processo de conversão do resultado.

10. Depósitos

a) Diversificação de produtos e prazo

31/12/2024

	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Depósitos à vista	91.022	–	–	–	91.022
Depósitos interfinanceiros	–	37.659	–	–	37.659
Depósitos a prazo	–	309.280	1.781.386	261.295	2.351.961
	91.022	346.939	1.781.386	261.295	2.480.642

31/12/2023

	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Depósitos à vista	41.338	–	–	–	41.338
Depósitos interfinanceiros	–	20.982	–	–	20.982
Depósitos a prazo	–	198.158	882.870	287.346	1.368.374
	41.338	219.140	882.870	287.346	1.430.694

b) Concentração

	31/12/2024 Valor	% sobre a carteira	31/12/2023 Valor	% sobre a carteira
10 maiores credores	1.659.182	66,86	868.887	60.73
50 maiores credores seguintes	811.748	32,72	553.410	38.68
Demais credores	9.712	0.39	8.397	0.59
Total da carteira	2.480.642	100	1.430.694	100

As operações de depósitos a prazo classificadas em "Acima de 365 dias" no montante de R$ 261.295 (R$ 287.346 em 31 de dezembro de 2023) apresentam cláusula de liquidez diária.

11. Captações no mercado aberto

	31/12/2024 Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Total	31/12/2023 Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Total
Debêntures	505.624	–	505.624	878.969	–	878.969
Letras Financeiras	2.186.882	–	2.186.882	2.253.846	–	2.253.846
Letras Tesouro Nacional - LTN	–	–	–	113.058	–	113.058
Compromissada CCB	137.205	51.370	188.575	53.725	25.801	79.526
Total da carteira própria	2.829.711	51.370	2.881.081	3.299.598	25.801	3.325.399
Letras Tesouro Nacional - LTN	–	–	–	330.071	–	330.071
Notas do Tesouro Nacional - NTN	–	–	–	1.200.256	–	1.200.256
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	–	–	–	–	–	–
Total da carteira de terceiros	–	–	–	1.530.327	–	1.530.327
Total da carteira	2.829.711	51.370	2.881.081	4.829.925	25.801	4.855.726

Em 31 de dezembro de 2024, o resultado com captações no mercado aberto foi de (R$ 562.076) ((R$ 488.443) em 31 de dezembro de 2023). A variação advém basicamente do aumento das taxas para as operações no período.

12. Recursos de aceite e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

a) Recursos de aceite e emissão de títulos

	31/12/2024 Total	31/12/2023 Até 365 dias
Letras de crédito do agronegócio	–	90.175
Total	–	90.175

b) Obrigações por empréstimos

	31/12/2024 Até 365 dias	Acima de 365 dias	Total	31/12/2023 Até 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Obrigações por empréstimos em moeda estrangeira	8.136.978	466.587	8.603.565	5.929.367	493.786	6.423.153
Taxas	0.42% a 4,85% a.a.			0.0114% a 6,675% a.a.		

c) Obrigações por repasses do exterior

	31/12/2024 Até 365 dias	31/12/2023 Até 365 dias
Obrigações por repasses no exterior	–	16.452
Total	–	16.452
Taxas	–	0,9% a.a.

d) Resultado por operações de empréstimos e repasses: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o resultado de operações de empréstimos e repasses está representado por despesas de juros em captação (R$ 134.693) ((R$ 124.679) em 31 de dezembro de 2023), variação cambial de (R$ 1.898.309) (R$ 256.647 em 31 de dezembro de 2023) e marcação a mercado de (R$ 8.003) (R$ 53.888 em 31 de dezembro de 2023).

13. Obrigações fiscais correntes

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda e contribuições a recolher	25.527	45.924
Total circulante	25.527	45.924

14. Provisões

a) Provisões diversas

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões administrativas	9.996	4.818
Provisões para despesa de pessoal	22.884	15.931
Provisão para perdas sobre garantias financeiras prestadas	72	150
Provisões diversas	678	550
Total provisões diversas - circulante	33.630	21.449

b) Provisões para contingências

	31/12/2024	31/12/2023
Processos trabalhistas (i)	3.768	7.897
Parcelas de impostos e contribuições cuja exigibilidade está suspensa	217.041	179.519
Contingências	8.628	7.875
Total não circulante	229.437	195.291

(i) Existem depósitos judiciais de R$ 61 (R$ 1.406 em 31 de dezembro de 2023) para as causas trabalhistas.

As provisões de impostos e contribuições cuja exigibilidade está suspensa, e os respectivos depósitos judiciais, resultante de processos judiciais ingressados pelo Banco, estão constituídos pela parcela integral que poderá ser exigida pelo órgão arrecadador, acrescida dos encargos moratórios legais, sendo compostos como segue:

	Provisão 31/12/2024	Provisão 31/12/2023	Depósitos 31/12/2024	Depósitos 31/12/2023
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	161.926	155.452	48.912	46.497
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	11.060	10.683	36.545	35.156
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL)	3.939	3.805	8.717	8.376
Programa de Integração Social (PIS)	8.938	8.527	11.549	2.545
Imposto sobre serviços (ISS)	30.082	–	–	–
Outros	1.096	1.052	659	632
Total das provisões	217.041	179.519	106.382	93.206

Os processos estão baseados nas seguintes questões: (1) COFINS - a provisão constituída em decorrência da suspensão do recolhimento em virtude de discussão judicial quanto à base de cálculo dessa contribuição. (2) IRPJ - a provisão em questão refere-se a processo administrativo que discute a dedução de perdas de operações de créditos da base de cálculo do IRPJ. Em 31 de dezembro de 2024, o Banco possuía ações judiciais que discutiam a dedutibilidade da despesa de CSLL dos anos de 1997, 1999 e 2000, da base de cálculo do Imposto de Renda. (3) CSLL - a provisão em questão refere-se a processo administrativo que discute a dedução CSLL - a provisão de perdas de operações de créditos da base de cálculo da CSLL. (4) ISS - essas ações discutem a legalidade da cobrança desse imposto sobre determinadas receitas. Em 31 de dezembro de 2024 foi constituído provisão sobre as receitas de exportação de serviço no valor de R$30.082. (5) PIS - a provisão constituída em decorrência da suspensão do recolhimento dessa contribuição em virtude de discussão judicial quanto à sua base de cálculo e discussão na esfera administrativa. c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis: Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos não requerem provisão. Em 31 de dezembro de 2024, estes processos referiam-se à gestão de fundos de investimentos no valor de R$ 34.583 (R$ 32.861 em 31 de dezembro de 2023), trabalhistas no valor de R$ 695 (R$ 446 em 31 de dezembro de 2023) e fiscais, no valor de R$ 24.403 (R$ 38.899 em 31 de dezembro de 2023). Em relação aos processo de PIS e COFINS mencionados na nota 14b (1) e (5), em recente decisão do STF, por meio de Repercussão Geral, foi fixada a tese de que incidem as contribuições sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, o valor relacionado a eventuais multas e encargos legais, não provisionados, é de R$ 47.342 (R$ 46.198 em 31 de dezembro de 2023). d) Movimentação das contingências

	Saldo inicial 31/12/2023	Constituição	Reversão	Pagamentos	Saldo final 31/12/2024
Provisão para riscos fiscais	179.519	37.522	–	–	217.041
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	10.683	377	–	–	11.060
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL)	3.805	134	–	–	3.939
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	155.452	6.474	–	–	161.926
Programa de Integração Social (PIS)	8.527	411	–	–	8.938
Imposto sobre serviços (ISS)	–	30.082	–	–	30.082
Outros	1.052	44	–	–	1.096
Provisão para passivos contingentes	15.772	1.217	(960)	(3.633)	12.396
Processos trabalhistas	7.897	464	(960)	(3.633)	3.768
Expurgos inflacionários	7.875	753	–	–	8.628

15. Patrimônio líquido

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2024, o capital social é de R$ 802.539 (R$ 737.514 em 31 de dezembro de 2023), dividido em 2.135.229 (2.135.229 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Em 29 de dezembro de 2023, através da Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o aumento de capital da instituição de R$ 679.732 para R$ 737.514, mediante aumento de capital de R$ 57.782 que foram integralizadas pelo acionista Mizuho Bank Ltd. A aprovação do Banco Central do Brasil ocorreu em 07 de fevereiro de 2024. Em 31 de dezembro de 2024, através da Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o aumento de capital da instituição de R$ 737.514 para R$ 802.539, mediante aumento de capital de R$ 65.025 que foram integralizadas pelo acionista Mizuho Bank Ltd. A aprovação do Banco Central do Brasil ocorreu em 06 de fevereiro de 2025. b) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio: Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado na forma do artigo 17 da Lei nº 6.404/76 e atualizações. Tal dividendo pode, alternativamente, ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram distribuídos R$ 74.314 (R$ 66.036 em 31 de dezembro de 2023) de juros de capital próprio. Os valores líquidos de imposto de 2024 e 2023 foram recapitalizados. c) Outros resultados abrangentes: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o valor relativo ao ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda é de R$ 108, vide nota explicativa 5b ((R$ 8) em 31 de dezembro de 2023). Em 31 de dezembro de 2024 o montante de variação cambial resultante da conversão do balancete de investida no exterior foi de R$ 0 (R$ 5.762 em 31 de dezembro de 2023) e o montante de hedge de investimento no exterior foi de R$ 0 ((R$ 8.571) em 31 de dezembro de 2023). d) Reserva legal: O Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder 20% do capital integralizado. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social. e) Reserva Especial de Lucros: Em 31 de dezembro de 2024, o saldo acumulado da reserva especial de lucros é de R$ 368.040 (R$ 310.542 em 31 de dezembro de 2023).

16. Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2024, o Banco possuía o montante de R$ 175.384 (R$ 111.228 em 31 de dezembro 2023) registrados em ativo fiscal diferido e o montante de R$ 200.006 (R$ 73.961 em 31 de dezembro 2023) registrado em obrigações fiscais diferidas. O registro desses saldos foi efetuado integralmente e está suportado por estudo técnico efetuado, o qual indicou a capacidade de geração de resultados futuros para a sua utilização. a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	195.864	212.796
Encargo total do imposto de renda e da contribuição social conforme alíquotas apresentadas na Nota 3.k	(88.139)	(95.758)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:	83.446	67.643
Juros sobre o capital próprio	33.441	29.716
Participação dos empregados no lucro	1.513	1.275
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	502	414
Ajustes de marcação a mercado	111.767	22.444
Outras adições e exclusões - temporárias	(62.820)	7.077
Rendimentos operações Lei 12.431 (sujeitos a CSLL)	3.145	3.718
Outras adições e exclusões	(4.132)	2.999
Imposto de renda e contribuição social - valores correntes	(4.718)	(28.682)
Imposto de renda e contribuição social - valores correntes PL	–	567
Imposto de renda e contribuição social - valores diferidos	(49.455)	(30.346)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não há valores correntes de imposto de renda e contribuição social (R$ 567 em 31 de dezembro de 2023) registrados em conta específica no Patrimônio líquido sobre a variação cambial, líquida de PIS e COFINS, dos Repasses do exterior utilizados na estrutura de hedge contábil de investimento no exterior. Conforme nota explicativa 9, com a repatriação do investimento no exterior, os valores anteriormente registrados em conta específica no Patrimônio líquido, líquido de impostos, foram reclassificados para o resultado, ficando com saldo zero. O valor registrado no primeiro semestre de 2024 foi inicialmente registrado no Patrimônio líquido até a data da repatriação do investimento no exterior e posteriormente reclassificado para o resultado no valor de R$616 negativo.

	31/12/2023
Variação cambial repasses do exterior	1.248
PIS/COFINS	(58)
Líquido de PIS/COFINS	1.190
Imposto de renda	(297)
Contribuição social	(238)
Imposto de renda e contribuição social - valores correntes PL	(535)
Hedge de investimento no exterior	654

b) Demonstração dos ativos fiscais diferidos e obrigações fiscais diferidas de PIS, COFINS, imposto de renda e contribuição social

	Saldo inicial 31/12/2023	Constituição	Realização	Saldo final 31/12/2024
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.081	6	(508)	580
Provisão para contingências judiciais	79.759	16.885	–	96.644
Provisão para contingências diversas	7.097	–	(460)	6.637
Outras provisões	7.318	1.336	–	8.654
Provisões para PLR e gratificações	949	1.142	(949)	1.142
Prejuízo fiscal e base negativa	15.024	46.704	–	61.728
Total dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa	111.228	66.073	(1.917)	175.384
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - resultado	(45.881)	–	(111.893)	(157.774)
Atualização depósitos judiciais	(20.944)	–	1.837	(22.781)
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias de imposto de renda e contribuição social - resultado	(66.825)	–	(113.045)	(180.555)
PIS e COFINS sobre ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(4.972)	–	(12.125)	(17.097)
Obrigações fiscais diferidas de PIS e COFINS	(2.164)	–	(190)	(2.354)
Total das obrigações fiscais diferidas de imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS	(73.961)	–	(126.045)	(200.006)

continua

➔ continuação

BANCO MIZUHO DO BRASIL S.A. - CNPJ nº 61.088.183/0001-33

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

Os ativos fiscais diferidos e as obrigações fiscais diferidas, foram constituídos às alíquotas vigentes sobre adições e exclusões temporárias, sendo considerada a probabilidade de realização por resultados gerados nos exercícios futuros. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Em 31 de dezembro de 2024, o valor presente dos ativos fiscais diferidos líquidos das obrigações fiscais diferidas, descontados às taxas de mercado para juros em moeda nacional, era de R$ (45.382) (R$ 26.142 em 31 de dezembro de 2023). Os ativos fiscais diferidos e as obrigações fiscais diferidas, segundo as projeções da Administração, deverão ser realizados/exigidos nos seguintes períodos:

Ativos fiscais diferidos:

	31/12/2024		31/12/2023
2025	34.159	2024	12.018
2026	80.084	2025	42.228
2027	24.226	2026	6.230
2028	15.898	2027	8.853
2029 a 2034	21.017	2028 a 2033	41.899
Total	175.384	Total	111.228

Passivos fiscais diferidos:

	31/12/2024		31/12/2023
2025	(174.643)	2024	(50.836)
2026	(12.279)	2025	(19.970)
2027	–	2026	–
2028	(2.354)	2027	(3.155)
2029 a 2034	(10.730)	2028 a 2033	–
Total	(200.006)	Total	(73.961)

17. Transações e saldos com partes relacionadas

a) Remuneração de Funcionários-Chaves e Administradores

	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração	24.472	21.537
Previdência privada	572	504

A remuneração dos funcionários-chaves e administradores está consistente com a conjuntura econômica atual e o Banco não oferece benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. b) Transações com outras partes relacionadas: As transações realizadas com partes relacionadas são efetuadas em condições normais de mercado no que se refere às taxas e prazos, e estão sumariadas como segue:

	2024		2023	
	31/12/2024		31/12/2023	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Disponibilidades	40.106	–	15.664	–
Mizuho Bank, Ltd. - Japan	38.182	–	1.127	–
Mizuho Bank, Ltd. - Hong Kong	128	–	7	–
Mizuho Bank, Ltd. - London	1.796	–	14.530	–
Aplicações em moeda estrangeira	–	8.440	–	4.967
Mizuho Bank, Ltd. - New York	–	8.440	–	4.967
Outros créditos - carteira de câmbio	12.307.400	1.574.148	5.978.813	(151.331)
Mizuho Bank, Ltd. - New York	1.351.290	1.027.311	4.032.755	(160.290)
Mizuho do Brasil Cayman	–	(6)	134	1.195
Mizuho Bank, Ltd. - Japan	–	–	658	1.469
Mizuho Bank, Ltd. - London	10.647.902	455.200	–	–
Mizuho Capital Markets	308.208	91.374	1.945.366	6.289
Mizuho Fundo de Investimento Multimercado	–	269	–	6
Rendas com prestação de serviços no exterior	1.782	51.714	–	44.250
Mizuho Bank, Ltd. - New York	–	44.248	–	41.635
Mizuho Capital Markets	1.782	7.466	–	2.615
Depósitos em garantia	236.211	18.828	–	–
Mizuho Bank, Ltd. - Tokyo	233.189	17.228	–	–
Mizuho Capital Markets	3.022	1.600	–	–
Obrigações por empréstimos do exterior	(7.826.673)	(1.551.036)	(5.760.281)	(222.509)
Mizuho Bank, Ltd. - New York	(7.826.673)	(1.551.036)	(5.760.281)	(222.509)
Obrigações por repasses do exterior	–	(231)	(16.452)	(124)
Mizuho Bank, Ltd. - New York	–	(231)	(16.452)	(124)
Outras obrigações - carteira de câmbio	(12.891.084)	(2.168.417)	(5.966.149)	173.414
Mizuho Bank, Ltd. - New York	(1.525.393)	(1.251.238)	(4.037.701)	164.954
Mizuho do Brasil Cayman	–	3	(135)	(1.342)
Mizuho Bank, Ltd. - London	(11.050.091)	(816.439)	(705)	(3.893)
Mizuho Capital Markets	(312.900)	(100.568)	(1.920.609)	13.807
Mizuho Fundo de Investimento Multimercado	(2.700)	(175)	(6.999)	(112)
Outras obrigações - outros pagamentos	(6.069)	(11.933)	–	–
Mizuho Bank, Ltd. - New York	(6.069)	(11.933)	–	–

18. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados pelo Grupo Mizuho são devidamente aprovados dentro da política de utilização de produtos. Essa política determina que previamente à implementação de cada produto, todos os aspectos devem ser analisados dentro do banco, tais como: objetivos, formas de utilização, riscos envolvidos e infraestrutura adequada para o suporte operacional. O produto somente é disponibilizado após a aprovação de todas as áreas envolvidas e a conclusão do processo de aprovação de novos produtos. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para proteção aos riscos das posições próprias, para gestão do resultado e para soluções às necessidades de nossos clientes. Os principais instrumentos utilizados são operações de swaps, futuros, operações a termo e opções. Os componentes de risco de crédito e risco de mercado dos instrumentos financeiros derivativos são monitorados diariamente. A área de Gestão de Riscos define limites específicos para operações em derivativos, para os clientes e também para as câmaras de registro e liquidação. Esse limite é gerenciado através de sistema que consolida as exposições por contraparte. Eventuais irregularidades são prontamente apontadas e encaminhadas para solução imediata. O gerenciamento de risco de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é efetuado dentro do processo global de gestão de riscos. A política de riscos em vigor estabelece que os riscos potenciais decorrentes de flutuações de preços nos mercados financeiros sejam centralizados na área de Tesouraria, sendo esta provedora de proteção para as demais áreas. A diretoria do Grupo Mizuho é responsável por estabelecer a política de risco a ser seguida por todas as unidades, definindo os limites de acordo com a receita projetada e nível aceitável de exposição. A responsabilidade por garantir o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela diretoria do Grupo é atribuída à área de Gestão de Riscos, que mantém relação de independência das áreas de negócios e de processamento das operações, reportando-se diretamente à Matriz. Política de *hedge*: A política de *hedge* é alinhada aos limites estabelecidos de exposição a riscos. Sempre que operações gerarem exposições que poderão resultar em flutuações relevantes no resultado contábil do Banco, o que poderia comprometer os limites operacionais, a cobertura do risco é efetuada por instrumentos financeiros derivativos, observadas as regras legais estabelecidas para a qualificação de *hedge* contábil, de acordo com a regulamentação vigente. Conforme o padrão de *hedge* contábil de risco de mercado utilizado pelo Banco, os riscos de variação cambial e juros são transferidos para posições em taxas flutuantes (CDI). Preferencialmente, os instrumentos financeiros derivativos são contratados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão (B3), garantindo a independência na manutenção da posição até o vencimento. Em se tratando de operações de *hedge* utilizando-se de contratos futuros, essas operações são negociadas através da conta Participante de Liquidação Direta (PLD) na B3, específica para movimentação de posição de *hedge*, de forma a evitar a compensação ocasionada por contratos das mesmas séries, contratados para outros fins. Os instrumentos de proteção buscam a mitigação dos riscos de mercado, variação cambial e juros. Observada a liquidez que o mercado apresentar, as datas de vencimento dos instrumentos de *hedge* são o mais próximo possível das datas dos fluxos financeiros da operação objeto, garantindo a efetividade desejada da cobertura do risco. Os custos acessórios que incidirão sobre os fluxos de caixa futuros, sempre que previstos, são parte integrante dos fluxos projetados para fins da cobertura ao risco. Caso as posições financeiras a serem protegidas apresentem pagamentos intermediários, sejam de juros ou parcelas de amortização de principal, os instrumentos derivativos também são contratados com os mesmos fluxos intermediários, quer apresentando fluxos previstos dentro da mesma operação, ou com a contratação de várias operações coincidentes com os fluxos do objeto de *hedge*. Nos casos em que o Banco contrata obrigações de prazos longos, para as quais o mercado não ofereça instrumentos líquidos para proteção, a estrutura de *hedge* é efetuada visando também neutralizar o risco pelo descasamento do prazo, agregando-se ao conjunto do *hedge* direitos de liquidação em prazos intermediários, ou outros instrumentos, conforme os componentes de risco e as condições de mercado. O monitoramento da efetividade do *hedge*, que mensura a neutralização pelos instrumentos financeiros derivativos dos efeitos das flutuações de mercado sobre os itens protegidos, é efetuado mensalmente. A efetividade apurada para cada unidade de *hedge* está dentro do intervalo estabelecido pela regulamentação vigente. O resultado obtido com a utilização dos instrumentos financeiros derivativos tem se apresentado dentro dos objetivos propostos. A gestão das carteiras de instrumentos financeiros derivativos utiliza-se de sistemas específicos de controle, sistema de gestão de riscos de contraparte e sistema geral de base de dados (Data Warehouse). Apuração do valor de mercado e posições em aberto: A apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é efetuada com base em preços divulgados, ou através de modelos matemáticos de precificação que utilizam parâmetros de mercado divulgados por provedores externos de dados. Esses dados são capturados por sistema informatizado diretamente dos provedores e disponibilizados em sistema específico, que constrói as curvas de juros através de processo de interpolação. Basicamente, os modelos matemáticos descontam os fluxos de caixa esperados de cada operação pelas respectivas taxas de juros de mercado. Apuração do valor de mercado e posições em aberto: Os instrumentos financeiros derivativos são classificados no Nível 2 onde as mensurações de valor justo são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotado (não ajustados), que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente ou indiretamente. Os valores registrados nas contas patrimoniais relativos aos instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, incluídos os ajustes ao valor de mercado, são demonstrados a seguir:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Swap	72.393	(462.562)	(390.169)	208.466	(73.953)	134.513
Forward	176.093	(70.463)	105.630	27.652	(69.590)	(41.938)
	248.486	(533.025)	(284.539)	236.118	(143.543)	92.575

a) Operações de *swap*

31/12/2024

Categoria	Valor referencial	Valor de custo – Ativo	Valor de custo – Passivo	Valor de mercado – Ativo	Valor de mercado – Passivo	Valor de mercado – Líquido
Não "hedge"						
CDI X USD	36.278	36.657	(46.490)	36.905	(46.588)	(9.683)
CDI X PRE	79.000	81.423	(81.282)	83.253	(77.503)	5.750
PRE X USD	991.105	1.077.876	(1.269.906)	983.268	(1.242.427)	(259.159)
PRE X CDI	520.000	530.303	(530.412)	490.194	(541.371)	(51.177)
DOL x CDI	237.742	305.439	(248.717)	312.643	(259.051)	53.592
"Hedge"						
CDI X IPCA	224.569	264.274	(262.031)	263.815	(273.710)	(9.895)
CDI X IEN	1.068.028	1.110.687	(1.132.099)	1.111.674	(1.129.945)	(18.271)
PRE x IEN	1.655.382	1.698.964	(1.769.490)	1.645.307	(1.746.633)	(101.326)
	4.812.104	5.105.626	(5.340.437)	4.927.059	(5.317.228)	(390.169)

31/12/2023

Categoria	Valor referencial	Valor de custo – Ativo	Valor de custo – Passivo	Valor de mercado – Ativo	Valor de mercado – Passivo	Valor de mercado – Líquido
Não "hedge"						
CDI X USD	739.365	780.026	(707.064)	781.205	(700.112)	81.093
CDI X PRE	85.000	87.747	(87.446)	90.698	(91.515)	(817)
PRE X EUR	583	589	(665)	586	(660)	(74)
PRE X USD	596.799	624.499	(585.338)	641.544	(586.855)	54.689
PRE X CDI	520.000	530.379	(530.780)	564.398	(545.794)	18.604
DOL x CDI	237.742	233.673	(238.824)	251.379	(252.433)	(1.054)
"Hedge"						
CDI X IPCA	287.313	323.907	(391.851)	323.904	(391.851)	(67.947)
CDI X IEN	303.787	317.826	(275.858)	319.003	(275.785)	43.218
PRE x IEN	181.128	185.000	(182.360)	189.114	(182.313)	6.801
	2.951.717	3.083.646	(3.000.186)	3.161.831	(3.027.318)	134.513

b) Operações de *forward*

31/12/2024

Categoria	Valor referencial	Valor de custo – Ativo	Passivo	Valor de mercado – Ativo	Valor de mercado – Passivo	Líquido
Não "hedge"						
USD x BRL	5.397.727	5.533.910	(5.428.603)	5.491.603	(5.385.075)	106.528
EUR x BRL	6.102	6.080	(6.568)	6.057	(6.554)	(497)
JPY x BRL	61	60	(59)	61	(59)	2
CNH X BRL	314	310	(298)	313	(295)	18
"Hedge"						
EUR x BRL	32.055	31.012	(32.491)	30.079	(31.876)	(1.797)
JPY x BRL	126.894	121.360	(122.140)	123.155	(121.779)	1.376
	5.563.153	5.692.732	(5.590.159)	5.651.268	(5.545.638)	105.630

31/12/2023

Categoria	Valor referencial	Valor de custo – Ativo	Passivo	Valor de mercado – Ativo	Valor de mercado – Passivo	Líquido
Não "hedge"						
USD x BRL	3.436.532	3.338.480	(3.386.936)	3.303.515	(3.351.504)	(47.989)
EUR x BRL	2.930	2.926	(2.914)	2.922	(2.903)	19
JPY x BRL	174.560	168.139	(163.917)	169.200	(163.203)	5.997
CNH X BRL	355	348	(318)	352	(317)	35
	3.614.377	3.509.893	(3.554.085)	3.475.989	(3.517.927)	(41.938)

c) Instrumentos financeiros derivativos - mercado futuro

Contratos	*Hedge* 31/12/2024	*Hedge* 31/12/2023	Não *hedge* 31/12/2024	Não *hedge* 31/12/2023
Moeda:				
Comprado	–	292.984	1.259.488	219.106
Vendido	–	(439.668)	(1.332.345)	(217.858)
Líquido valor referencial	–	(146.684)	(72.857)	1.248
Taxa de juros:				
Comprado	9.991.098	2.735.944	4.765.361	4.590.053
Vendido	(7.188.080)	(1.870.264)	(3.178.065)	(4.203.960)
Líquido valor referencial	2.583.018	865.680	1.587.296	386.093
Total líquido valor referencial	2.583.018	718.996	1.514.439	387.341

	31/12/2024 Valor dos contratos	31/12/2024 Ajuste a receber	31/12/2024 Ajuste a pagar	31/12/2023 Valor dos contratos	31/12/2023 Ajuste a receber	31/12/2023 Ajuste a pagar
DDI	10.614.418	6.822	(32.938)	(5.270.140)	28.582	(4.231)
DI	(6.444.104)	16.432	(145)	4.018.367	2.926	(44)
DOL	16.384	2.187	(2.390)	282.367	1.867	(1.943)
WDO	(89.241)	194	(8)	(136.931)	466	–
	4.097.457	25.635	(35.481)	(1.106.337)	33.841	(6.218)

Os valores de ajuste a receber e a pagar são liquidados em até 90 dias.

d) Objetos de *hedge*

	31/12/2024 Valor da curva Ativo/(passivo)	31/12/2024 Ajuste de MTM	31/12/2024 Valor de mercado Ativo/(passivo)	31/12/2023 Valor da curva Ativo/(passivo)	31/12/2023 Ajuste de MTM	31/12/2023 Valor de mercado Ativo/(passivo)
Risco de taxa de juros						
Capital de giro	331.199	(13.336)	317.863	323.455	5.303	328.758
Depósito Interfinanceiro	44.153	(859)	43.294	71.643	(237)	71.406
Nota crédito exportação	–	–	–	69.632	619	70.251
Nota comercial	200.503	1.875	202.378	200.484	531	201.015
Debêntures	273.728	–	273.728	391.767	–	391.767
Letras Financeiras	1.252.642	(73.022)	1.179.620	464.946	7.204	472.150
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.998.309	(40.317)	2.957.992	2.023.585	14.915	2.038.500
Total de risco de taxa de juros	5.100.534	(125.659)	4.974.875	3.545.512	28.335	3.573.847
Risco de moeda						
Repasses (USD)	–	–	–	(450.523)	2.699	(447.824)
Repasses (IEN)	(7.945.872)	6.299	(7.939.573)	(4.092.699)	11.602	(4.081.097)
Operações de Câmbio Futuro (IEN, USD e EUR) - Ativo	12.140.878	(152.104)	11.988.774	4.878.267	(21.163)	4.857.104
Operações de Câmbio Futuro (IEN e USD) - Passivo	(13.087.131)	517.816	(12.569.315)	(4.875.693)	69.154	(4.806.539)
Total de risco cambial	(8.892.125)	372.011	(8.520.114)	(4.540.648)	62.292	(4.478.356)

e) Operações por vencimento de *swap*, *forward* e termo de títulos e valores mobiliários

31/12/2024 – Ativo

	De 1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Hedge					
Swap	11.991	152	–	1.019	13.162
Forward	2.374	–	–	–	2.374
Não "hedge"					
Swap	–	–	–	59.231	59.231
Forward	109.719	45.373	13.679	4.948	173.719
Total	124.084	45.525	13.679	65.198	248.486

31/12/2024 – Passivo

	De 1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Hedge					
Swap	(13.978)	(31.029)	(24.908)	(72.739)	(142.654)
Forward	(998)	(1.797)	–	–	(2.795)
Não "hedge"					
Swap	(2.240)	(4.507)	(11.714)	(301.447)	(319.908)
Forward	(54.569)	(12.812)	(287)	–	(67.668)
Total	(71.785)	(50.145)	(36.909)	(374.186)	(533.025)

31/12/2023 – Ativo

	De 1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Hedge					
Swap	–	–	–	54.100	54.100
Não "hedge"					
Swap	6.145	6.013	80.382	61.826	154.366
Forward	16.143	11.056	446	7	27.652
Total	22.288	17.069	80.828	115.933	236.118

31/12/2023 – Passivo

	De 1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Hedge					
Swap	(3.022)	(28.773)	(155)	(40.079)	(72.029)
Não "hedge"					
Swap	(74)	–	–	(1.850)	(1.924)
Forward	(47.354)	(20.272)	(1.787)	(177)	(69.590)
Total	(50.450)	(49.045)	(1.942)	(42.106)	(143.543)

f) Informações complementares: As operações de derivativos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão classificadas da seguinte forma, quanto ao local de negociação:

	Valor referencial 31/12/2024	Valor referencial 31/12/2023
Operações realizadas em bolsa - "B3"	27.494.437	14.569.837
Operações de balcão - B3	10.375.257	6.566.095
	37.869.694	21.135.932

As margens dadas em garantia para operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão representadas por títulos públicos federais, conforme demonstrado abaixo:

	Valor de mercado 31/12/2024	Valor de mercado 31/12/2023
Títulos públicos federais:		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	730.988	977.093
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.086.021	5.708
Títulos privados:		
Part. Fundo Garantia em Liquidação - FLCB	42.460	38.079
	1.859.469	1.020.880

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as operações com instrumentos financeiros derivativos resultaram em ganhos de R$ 9.732.899 (R$ 6.817.975 em 2023) e perdas de R$ 8.131.883 (R$ 7.142.691 em 2023), registrados na rubrica de "Resultado de instrumentos financeiros derivativos" em contrapartida às respectivas contas patrimoniais. Para os derivativos classificados na categoria hedge contábil, o Banco faz o acompanhamento da efetividade da estratégia, através de teste de efetividade. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, todas as operações classificadas como hedge contábil estão com efetividade comprovada dentro do intervalo de 80% a 125%. O Banco não possui derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

19. Hedge de variação cambial de investimento no exterior

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não há posição de *hedge* de variação cambial de investimento no exterior, devido repatriação do capital social e lucros acumulados. Abaixo consta a posição de 31 de dezembro de 2023.

31/12/2023

	Valor em USD	Valor em R$	Variação cambial - PL	Efeito Tributário	Variação cambial líquida
Objetos de *Hedge*					
Risco de moeda					
Investimento no Exterior - Cayman	3.317	16.047	5.881	785	6.666
Total de risco cambial	3.317	16.047	5.881	785	6.666

31/12/2023

	Valor em USD	Valor em R$	Variação cambial - PL	Efeito Tributário	Variação cambial líquida
Instrumentos de *Hedge*					
Risco de moeda					
Empréstimos no exterior	(3.314)	(16.047)	(10.497)	3.754	(6.743)
Total de risco cambial	(3.314)	(16.047)	(10.497)	3.754	(6.743)

Variação cambial líquida	31/12/2023	Constituição	Baixa	31/12/2024
Objetos de *Hedge*	6.666	665	(7.335)	–
Instrumentos de *Hedge*	(6.743)	(616)	7.359	–
Total	(77)	53	24	–

A partir de janeiro de 2018, além da implementação do "*Hedge* de investimento líquido no exterior", com o objetivo de uniformizar o processo de reconhecimento contábil da variação cambial do investimento no exterior, com o reconhecimento contábil da variação cambial dos instrumentos contratados para o *hedge* do referido investimento, o Banco decidiu pela efetivação do *hedge* integral, devido a divergência tributária entre o tratamento da variação cambial dos investimentos no exterior, a qual é isenta de tributação, e o resultado de variação cambial dos instrumentos de *hedge*, os quais são parte integrante da base fiscal. Em 2021 foi efetuada repatriação de uma parte do capital social de Cayman devido à entrega da licença bancária. Em junho de 2024 todo o valor do Patrimônio líquido de Cayman foi repatriado, encerrando-se a estrutura de *hedge*.

20. Gestão de riscos

As informações detalhadas relativas ao processo de gestão de riscos e as exigências quanto ao Patrimônio de referência encontram-se disponíveis na Internet, através do endereço: www.mizuhogroup.com/americas/brazil/financial/risk. a) Risco de crédito: O objetivo do Banco Mizuho do Brasil S.A. é assegurar a solidez de seus ativos, concedendo limites de crédito em conformidade com os rigorosos padrões de avaliação de risco estabelecidos por sua Matriz. O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas financeiras decorrentes do descumprimento, por parte da contraparte, das obrigações assumidas com o Banco. As áreas responsáveis pela análise de crédito (Portfolio Management) e pelo monitoramento de riscos (Risk Management) atuam de forma independente entre si. Além disso, a área de monitoramento de risco é segregada da área comercial do Banco, reportando-se diretamente ao Chief Risk Officer (CRO). No processo de análise de crédito das contrapartes são avaliados fatores como é a situação econômico-financeira histórica, atual e projetada; a capacidade de geração de fluxo de caixa; o nível de alavancagem e o perfil de endividamento; a qualidade dos ativos; o setor de atuação; o ambiente competitivo; eventuais dependências econômicas; a gestão e a estrutura societária; e a integração e suporte do grupo, entre outros aspectos relevantes. Estes fatores são essenciais para poder se determinar e classificar adequadamente o risco de crédito da contraparte, além de propor estruturas e instrumentos de mitigação que garantem um nível de risco aceitável para a da carteira de crédito do Banco. Isso ocorre em alinhamento com o apetite de risco (RAS) da instituição, as políticas do Grupo Mizuho e as regulamentações do Banco Central do Brasil. O cumprimento da Resolução CMN nº 4.677, que define os limites máximos de exposição por cliente e de concentrações de exposição, é acompanhado e monitorado diariamente pelo Banco. Ademais, são aplicados parâmetros ainda mais conservadores do que os exigidos pelo órgão regulador. Os limites de crédito concedidos aos clientes, assim como as operações desembolsadas, são monitorados continuamente durante toda sua vigência. As áreas de Portfolio Management, Front Office e Risk Management compartilham a responsabilidade pelo o acompanhamento permanente da saúde financeira das contrapartes. Além disso, a área de Risk Management é responsável por alimentar e monitorar os sistemas de gerenciamento de risco. Cabe a ela identificar e reportar, excessos, irregularidades no limite de crédito ou violações de covenants às respectivas autoridades de risco de crédito, à área comercial, e à diretoria do Banco. b) Risco de liquidez: O departamento de Gestão de Riscos também monitora o risco referente a situações potenciais de diminuição de liquidez, que podem resultar em dificuldades para o Banco honrar suas obrigações futuras de pagamento ou obrigá-lo a incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados. A Matriz do Banco em Tóquio definiu como principal medida de liquidez o Liquidity Stress Test que consiste na projeção das necessidades de captação de recursos para os prazos de 2 semanas, 30 dias, 60 dias e 90 dias. O Liquidity Stress Test é calculado para todas as moedas negociadas pelo banco. Os limites do Liquidity Stress Test são propostos pela Matriz e revisados anualmente. Localmente, o risco de liquidez também é monitorado através de projeções diárias dos saldos de caixa, que consideram diversos cenários para os parâmetros utilizados nos seus cálculos. Os ativos líquidos (não vinculados a garantias) são marcados a mercado e adicionados ao caixa imediatamente disponível. Os demais ativos e derivativos sofrem ajustes no valor e no prazo de seus fluxos, de acordo com o grau dos respectivos riscos de crédito. Com relação aos passivos sem vencimento determinado, 20% da carteira é considerado como imediatamente exigido e sem renovação. A liquidez do Banco é monitorada diariamente pelo departamento de Gestão de Riscos e o acompanhamento é feito no Comitê de Ativos e Passivos do Banco, que reúne-se mensalmente. Além disso, o Banco conta com um plano de contingências aprovado pela Diretoria, contra eventuais crises de liquidez, para ser aplicado de acordo com a natureza e a severidade da crise. Em complementação à Política de Gestão de Liquidez do Banco foi estabelecida uma política de Gestão da Liquidez de Curto Prazo cujo enfoque é a capacidade para honrar obrigações financeiras cujos vencimentos

continua ➔

→ continuação

BANCO MIZUHO DO BRASIL S.A. - CNPJ nº 61.088.183/0001-33

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

ocorram no período compreendido entre 1, 7 e 15 dias úteis. Em conformidade com essa política, o Back-Office monitora diariamente a liquidez de curto prazo do Banco, assim como os lançamentos intra-dia efetuados na conta de reservas bancárias e os saldos individuais das contas junto aos bancos correspondentes do exterior. Ambas as políticas possuem limites referenciais estabelecidos internamente pelo Banco, aprovados pela Diretoria e que levam em conta a disponibilidade de ativos face às exigências de caixa para os prazos analisados. Esses limites são valores de referência que devem ser considerados como parâmetros para a apropriada gestão da liquidez do Banco. c) Risco operacional: A estrutura de risco operacional, conforme definido pela Resolução nº 4.557, do Conselho Monetário Nacional, de 23 de fevereiro de 2017, está em linha com o ambiente de negócios do Banco e de acordo com as exposições geradas pelos seus produtos e serviços oferecidos. Essa estrutura possibilita a avaliação, o monitoramento, o controle e a mitigação do risco operacional, e está ligada diretamente à Diretoria de Riscos. A gestão de risco operacional utiliza ferramentas que permitem o registro de eventos de riscos operacionais; análise de cenários; indicadores-chave de risco e autoavaliação. Através desses instrumentos, medidas são discutidas, registradas e monitoradas. As políticas e procedimentos inerentes estão disponibilizadas para todos os níveis do Banco. Treinamentos específicos são periodicamente oferecidos, visando à disseminação e ao fortalecimento da cultura interna sobre risco operacional. d) Risco de mercado: O departamento de Gestão de Riscos monitora as exposições e respectivos limites definidos pela Matriz do Banco para as seguintes métricas: • FX Exposure: Exposição cambial em moedas estrangeiras. Os valores absolutos das exposições cambiais em cada moeda devem ser convertidos em valores equivalentes em dólares e somados. • Sensibilidade a movimentos nas taxas de juros de mercado: Métrica que mensura o impacto nos preços dos ativos devido a variação nas taxas de juros de mercado. É aplicável tanto para as operações em reais quanto para as operações em moedas estrangeiras. • Exposição de Vega para opções de dólar: Medida de risco de opções que representa o impacto nos prêmios das opções com relação a oscilação na volatilidade do ativo objeto. O processo de avaliação e controle dos riscos ocorre de forma independente às atividades de negócios do Banco. Valores indicativos das exposições a risco de mercado intra-diário são calculados no mínimo três vezes durante o dia pelo departamento de Gestão de Riscos. No fechamento do dia, os métodos descritos são aplicados sobre a base das operações em aberto. Um representante qualificado da área de gestão de riscos analisa e aprova diariamente os números calculados. Os relatórios com os resultados apurados são disponibilizados para as pessoas autorizadas. Com o objetivo de mensurar os possíveis efeitos decorrentes de movimentos inesperados do mercado, o Mizuho utiliza-se de técnicas de análise de cenários para o Teste de Estresse. Os modelos contemplam análises de cenários projetados em um evento de crise financeira para as principais cotações de moedas e taxas de juros, cujo objetivo final é assegurar que o Banco se encontra em condições de reagir a situações extremas de mercado. e) Risco de tecnologia da informação: O principal objetivo da segurança cibernética é garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados e dos sistemas. O Banco entende que a mitigação de riscos de ataques cibernéticos depende da rápida detecção de ameaças através de constantes monitoramentos, controles e treinamentos, além de política de segurança cibernética e procedimento de resposta a incidentes para obter uma rápida resolução pós identificação do ataque. O Banco possui sistemas para proteção em diversos níveis da infraestrutura e também executa os procedimentos para manter o ambiente controlado e seguro, compatíveis com o porte, o perfil de risco e o modelo de negócio da instituição, bem como adequados à natureza das operações e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos da instituição e a sensibilidade dos dados e das informações sob sua responsabilidade. Os riscos de tecnologia da informação, que inclui riscos cibernéticos, são identificados, controlados e monitorados e reportados adequadamente. f) Análise de Sensibilidade - Riscos de mercado: Em cumprimento à Resolução BCB nº 02/2020, o Banco realizou análise de sensibilidade, através da aplicação de suas metodologias de cálculos conforme definido em duas políticas de risco, aplicando os fatores a seguir em ativos e passivos, adotando cada um os cenários elencados abaixo: • Cenário 1: choque de +10bps e -10bps nas curvas de juros e 1% para variação cambial, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco. • Cenário 2: choque de +100bps e -100bps nas curvas de juros e 5% para variação cambial, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco. • Cenário 3: choque de +200bps e -200bps nas curvas de juros e 10% para variação cambial, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

		Efeito bruto no resultado		
Fatores de risco	**Exposições sujeitas à**	**Cenário 1**	**Cenário 2**	**Cenário 3**
Taxas de juros em Reais	Variação de taxas de juros prefixadas	(65)	(694)	(1.387)
Cupom de dólar	Variação da taxa de cupom de dólar	(38)	(384)	(769)
Cupom de outras moedas	Variação da taxa de cupom de moedas estrangeiras	(8)	(81)	(161)
Moeda estrangeira	Variação cambial	(6)	(32)	(65)

Os resultados apresentados referem-se sempre à pior perda apurada para cada um dos cenários em milhares de Reais. Os resultados apresentados referem-se sempre à pior perda apurada para cada um dos cenários em Reais. - Riscos de Crédito: Na data-base 31 de dezembro de 2024 o risco de crédito do banco era composto por 78 clientes com exposição total de R$ 5.574,8 milhões. Para efeitos de risco de crédito, foram considerados os empréstimos, os adiantamentos de câmbio, as debêntures, as operações interbancárias, Letras Financeiras e Depósitos Interfinanceiros. O estudo foi elaborado estimando-se um crescimento da carteira para o próximo semestre e efeitos dos cenários econômicos nos ratings de crédito dos clientes. - **Cenário Base**: Na esfera global, o início de uma nova gestão no governo dos Estados Unidos da América e a adoção de políticas comerciais, tributárias, imigratórias e de relações comerciais mais brandas do que inicialmente esperado elevam o nível de incerteza nos mercados, gerando impactos nos mercados internacionais. Um maior protecionismo em escala global, assim como a presença de tensões geopolíticas são fontes adicionais de incerteza. A desaceleração gradual da economia chinesa é mantida devido a questões estruturais e desequilíbrios decorrentes das políticas econômicas adotadas nos últimos anos. No Brasil, a fragilidade da articulação política do executivo e o poder da presidência das casas legislativas contribuem para fortalecer agendas econômicas mais equilibradas e menos populistas. O Governo registra uma taxa limitada de sucesso ao expandir suas receitas para financiar o aumento de gastos públicos, o que se traduz em uma percepção de risco elevada quanto ao equilíbrio das contas governamentais e à trajetória da dívida pública. Observa-se uma trajetória gradual de crescimento no endividamento público. Além disso, mantém-se a meta de inflação em 3%, com o Banco Central adotando uma abordagem tecnicamente orientada. - **Cenário Moderado**: Na esfera global, o início de uma nova gestão no governo dos Estados Unidos da América e a adoção de novas políticas comerciais, tributárias, imigratórias e de relações comerciais mais brandas do que inicialmente esperado elevam o nível de incerteza nos mercados, gerando impactos relevantes nos mercados internacionais. Um maior protecionismo em escala global, assim como a presença de tensões geopolíticas são fontes adicionais de incerteza. A desaceleração gradual da economia chinesa é mantida devido a questões estruturais e desequilíbrios decorrentes das políticas econômicas adotadas nos últimos anos. No âmbito interno, a fragilidade da articulação política do executivo e o poder da presidência das casas legislativas contribuem para fortalecer agendas econômicas mais equilibradas e menos populistas. O Governo não obtém aumento significativo de aumento de suas receitas para financiar o aumento de gastos públicos, o que aumenta a percepção de risco quanto ao equilíbrio das contas governamentais e à trajetória da dívida pública. Declínio das taxas de popularidade do presidente geram preocupações adicionais sobre a expansão dos gastos governamentais. Para este cenário moderado foi considerado a média da taxa de câmbio usada para os cenários Base e de Estresse, e atribuindo-se adicionalmente um rebaixamento de 1 nível no rating de todos os clientes ativos na carteira de crédito do Banco, excluindo-se os casos onde o risco é coberto por garantia de sua Matriz. - **Cenário Estresse**: Globalmente, a implementação mais acentuada de novas políticas comerciais, tributárias, imigratórias e de relações internacionais nos Estados Unidos da América causam impactos significativos nos mercados, principalmente no que se refere a uma agenda protecionista e imigratória, o que gera pressões inflacionárias e motiva os principais Bancos Centrais a considerar ajustes adicionais em suas políticas monetárias. A desaceleração da economia global está sendo agravada pelo pouso forçado da economia chinesa. A China enfrenta dificuldades em atenuar essa desaceleração devido a crescentes desequilíbrios, excessiva alavancagem interna e adoção de metas econômicas que entram em conflito com o desempenho econômico. No contexto interno, a instabilidade política do governo restringe a sua capacidade de aumentar as receitas para cobrir os gastos acima do permitido pelo novo regime fiscal. O uso de bancos públicos para oferecer crédito subsidiado está agravando a situação fiscal. A mudança da meta de inflação para 4,5% a partir de 2025 e as alterações na composição do Banco Central, tem como propósito influenciar na condução da política monetária. Na prática, o Banco Central está direcionando seus esforços para alcançar o limite superior da meta de inflação. O incremento do crédito subsidiado compromete a eficácia da política monetária e prejudica o desenvolvimento do mercado de capitais no Brasil. Neste cenário de Estresse foi atribuído um rebaixamento de 3 níveis no rating dos clientes que atuem em segmentos mais sensíveis/elásticos em relação à variação do PIB brasileiro, e rebaixamento de 2 níveis no rating para clientes mais resilientes e menos suscetíveis à variação do PIB brasileiro. Para clientes cujo risco é coberto por garantia da Matriz manteve-se o rating atual atribuído a eles. Com base nos cenários acima descritos foram calculados os seguintes impactos nas carteiras e resultados:

Cenários	Descrição dos efeitos	Resultado da perda esperada (em milhões de reais)
Base	No cenário Base, a Carteira de Crédito do Banco apresenta um crescimento de 12,8%, no entanto a Perda Esperada se mantém baixa, equivalente a 0,10% do total da Carteira, totalizando R$ 6,5 milhões (+23,5%); em linha com o crescimento da Carteira e cotações de câmbio projetadas.	(6,5)
Moderado	Baseado nas projeções de câmbio e crescimento projetado da Carteira de Crédito, além do rebaixamento de rating definido para este cenário, a Perda Esperada sobe para R$ 12,7 milhões (+96,9% em relação ao cenário Base), equivalente a 0,20% da exposição total de Risco de Crédito.	(12,7)
Estresse	A Perda Esperada para o cenário de Estresse mostra um aumento nominal significativo para R$ 41,9 milhões. Apesar do aumento, a Perda Esperada representa apenas 0,70% do total de exposição de crédito, evidenciando forte resiliência da Carteira de Crédito do Banco mesmo em um ambiente fortemente estressado.	(41,9)

21. Outras informações

(a) Garantias financeiras prestadas: As garantias financeiras prestadas montam a R$ 337.005 (R$ 355.543 em 31 de dezembro de 2023), as quais estão sujeitas a encargos financeiros e contragarantias pelos beneficiários e estão contabilizadas em contas de compensação:

	31/12/2024		31/12/2023	
Tipo de Garantia Financeira	**Valores Garantidos**	**Provisão**	**Valores Garantidos**	**Provisão**
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	4.341	2	6.029	4
Aval ou Fiança em Processos Judiciais	37.443	67	51.281	136
Outras Fianças Bancárias	295.221	3	298.233	10
Total das Garantias	**337.005**	**72**	**355.543**	**150**

A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados às garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 4.512/16 do Conselho Monetário Nacional. É constituída em montante considerado suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada.

(b) Receitas de Prestação de Serviços

	2º semestre	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Tarifas Bancárias	10	17	26
Rendas de Outros Serviços (i)	26.299	54.379	44.421
Rendas de Garantias Prestadas	892	1.850	1.477
Total	27.201	56.246	45.924

i) Representado por rendas de serviços, substancialmente com Mizuho Bank, Ltd. - New York referente acordo de alocação de despesas por serviços prestados para, conforme Nota 17b, no valor de R$ 44.248 (R$ 41.635 em 2023).

(c) Despesas de pessoal

	2º semestre	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração	(22.275)	(40.966)	(31.349)
Encargos sociais	(6.382)	(14.322)	(11.568)
Benefícios	(7.172)	(17.719)	(12.469)
Total	(35.829)	(73.007)	(55.386)

(d) Outras Despesas Administrativas

	2º semestre	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Aluguéis	(1.672)	(3.573)	(3.210)
Despesas de Comunicações	(536)	(1.259)	(1.310)
Despesas de Manut. e Conservação de Bens	(136)	(263)	(317)
Despesas de Processamento de Dados	(13.568)	(24.817)	(24.001)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(190)	(271)	(491)
Despesas do Serviço do Sistema Financeiro	(3.991)	(7.609)	(5.809)
Despesas de Serviços de Terceiros	(511)	(1.107)	(2.332)
Despesas de Comissões (i)	(5.732)	(11.933)	–
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(3.821)	(6.813)	(5.152)
Despesas de Transporte	(49)	(96)	(194)
Despesas de Viagens ao Exterior	(193)	(752)	(759)
Despesas de Viagens no País	(54)	(89)	(316)
Outras Despesas Administrativas	(748)	(1.449)	(1.267)
Despesas de Depreciação	(523)	(987)	(895)
Despesas de Amortização	(81)	(175)	(204)
Outras	(891)	(2.245)	(1.238)
Total	(32.696)	(63.438)	(47.495)

i) Comissões referentes à estruturação de operações junto à matriz, mitigadoras de exposições de risco de crédito, conforme Nota 17.

(e) Outras receitas operacionais

	2º semestre	31/12/2024	31/12/2023
Atualização de Depósitos Judiciais	2.474	6.169	5.696
Recuperação de Encargos e Despesas	2.545	2.545	41
Dividendos	2.843	3.487	5.176
Outras	1.181	1.940	1.247
Total	9.043	14.141	12.160

(f) Outras despesas operacionais

	2º semestre	31/12/2024	31/12/2023
Atualização de Contingências (i)	(33.159)	(38.739)	(10.192)
Garantias Financeiras Prestadas	132	(152)	(8)
Outras	(24)	(45)	(434)
Total	(33.051)	(38.936)	(10.634)

(i) Referente ao provisionamento do ISS sobre as receitas de exportação de serviço conforme nota 14.

(g) Outras receitas e despesas

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo na alienação de bens	–	16
Baixa investimento Cayman (i)	(2.990)	–
Total	(2.990)	–

Sem movimentação no 2º semestre de 2024. (i) Referente a variação cambial de investimento no exterior inicialmente registrada em conta específica de Patrimônio líquido e reclassificada visto a baixa do investimento conforme nota 9.

(h) Operações ativas vinculadas: O Banco possui operações vinculadas que foram realizadas de acordo com as regras preestabelecidas pela Resolução CMN 2.921/02, não havendo nenhuma operação inadimplente ou com algum questionamento judicial sobre tais operações.

	31/12/2024		31/12/2023	
	Ativo/ (Passivo)	**Receitas/ (Despesas)**	**Ativo/ (Passivo)**	**Receitas/ (Despesas)**
Operações ativas vinculadas				
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 6a)	1.238.340	84.814	1.331.313	63.188
Letra Financeira (nota 5a)	–	–	–	2.470
Obrigações por operações ativas vinculadas				
Obrigações por empréstimos no exterior (nota 12b)	1.238.340	(83.312)	1.331.313	(61.378)
Depósitos a prazo	–	–	–	(2.086)
Resultado líquido das operações vinculadas	–	**1.502**	–	**2.194**

22. Índice de Basileia

O Conselho Monetário Nacional, através da Resolução nº 4.958 de 21 de outubro de 2021, instituiu a forma de apuração do Patrimônio de Referência (PR), com efeito a partir de 03 de janeiro de 2022. O Índice de Basileia (IB) para 31 de dezembro de 2024 é de 20,70% (17,55% em 31 de dezembro 2023), e a tabela abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência (PR):

Ativos Ponderados por Risco (RWA)	5.535.253
RWA para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada (RWAcpad)	4.342.664
RWA para Risco de Mercado por Abordagem Padronizada (RWAmpad)	560.220
RWA para Risco Operacional por Abordagem Padronizada (RWAopad)	632.369
Capital mínimo para cobertura do RWA	249.086
Capital mínimo requerido pelo Adicional de Capital Principal (ACP)	138.381
Capital para cobertura do risco de taxa de juros da carteira bancária	113.310
Total Patrimônio Referência requerido	556.130
Patrimônio de Referência	1.145.718
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	702.898
Índice de Capital Principal (ICP)	20,70%
Índice de PR Nível I (IN1)	20,70%
Índice de Basileia (IB)	20,70%
Índice de Basileia Amplo (IB Amplo)	16,48%

23. Estrutura de gerenciamento de capital

Em 23/02/2017 o Conselho Monetário Nacional, através do Banco Central do Brasil (BACEN), tornou público a Resolução CMN nº 4.557. A Resolução dispõe sobre os requerimentos adicionais a serem aplicados à estrutura de gerenciamento de riscos e estrutura de gerenciamento de capital, das instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. A regulamentação segmenta as instituições em cinco níveis (S1 a S5) que são classificadas conforme o seu porte e grau de importância sistêmica para o mercado financeiro brasileiro. A Administração vem acompanhando os impactos quanto à migração do Banco do segmento S4 para o segmento S3. Conforme dados preliminares do PIB, o Banco se enquadrou nas regras do segmento S3 pelo terceiro semestre consecutivo resultando em sua qualificação para o segundo semestre de 2025. O processo de gerenciamento de capital é conduzido pelo Comitê de Gestão (MC). As principais responsabilidades do MC nesse processo são: Definição da Estrutura de Gerenciamento de Capital; Definição do Plano de Capital para o período de três anos; Análise dos riscos correntes e potenciais associados à atividade operacional que podem impactar o Capital do banco e Monitoramento constante do processo, atuando preventivamente para preservar e manter o capital do banco nos níveis ideais, conforme a estratégia definida e exigências regulatórias. Os relatórios gerenciais para apoio ao processo, bem como o monitoramento diário, são de responsabilidade da área de Contabilidade e Controle Financeiro. Esses relatórios indicam o nível de capitalização e seus respectivos indicadores e as projeções de consumo de capital em condições normais e em cenários estressados. O Plano de Capital é revisado anualmente ou em período menor caso o contexto sinalize alterações relevantes. O Planejamento de Resultados e a Estrutura Sistêmica de Apoio são partes integrantes da Estrutura de Gerenciamento de Capital. O relatório completo sobre a estrutura de gerenciamento de capital está disponível no nosso website: www.mizuhobank.com/brazil/pt/.

24. Resultado recorrente e não recorrente

Apresentação do resultado recorrente e não recorrente, líquidos dos efeitos fiscais, de acordo com as definições internas e segundo os critérios estabelecidos pela Resolução BCB nº 2/2020:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro Líquido	138.328	150.934
Perda de variação cambial gerados pela conversão de transações em moeda estrangeira por investimentos no exterior transferidos do patrimônio líquido para o resultado do período por ocasião da baixa do respectivo investimento	(2.990)	–
Dividendos CIP (nota 21e)	3.487	5.176
Efeito fiscal sobre o resultado não recorrente	(224)	–
Lucro Líquido recorrente	138.855	145.758

25. Eventos subsequentes

Em 20 de janeiro de 2025, o Banco aderiu ao programa PPI da prefeitura de São Paulo e no dia 31 de janeiro de 2025, fez o pagamento de aproximadamente R$ 30.000 relativo ao ISS de exportação de serviço descriminado na nota explicativa 14. O Banco decidiu pela adesão ao programa após revisão dos riscos do processo, os valores envolvidos e o impacto financeiro resultante da adesão ao programa da prefeitura de São Paulo. Com isso, a partir do mês de janeiro de 2025, o Banco passou a recolher o tributo sobre a receita de prestação de serviços objeto da discussão.

A DIRETORIA

CONTADOR: Henrique Luiz Gonzaga - CRC 1SP256056/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e aos administradores do
Banco Mizuho do Brasil S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Mizuho do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Mizuho do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2025



EY Shape the future with confidence

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Katia Sayuri Teraoka Kam
Contadora CRC SP-272354/O

Eufrázio

ALTAMIRO SILVA JUNIOR, CRISTIANE BARBIERI
E WILIAN MIRON
GABRIEL BALDOCCHI (edição)

X: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM



Coluna do Broadcast

Principal candidata do País a fazer IPO em Nova York, Global Eggs adia oferta

Uma das operações mais esperadas de abertura de capital de uma empresa brasileira nos Estados Unidos, a da Global Eggs, dona da Granja Faria, foi adiada. Após comprar a americana Hillandale Farms por US$ 1,1 bilhão, o grupo prefere primeiro digerir a aquisição para já se mostrar aos investidores em um segundo momento como uma empresa verdadeiramente global, fazendo jus ao nome. "É uma aquisição transformacional. Vamos consolidar, colocar a casa em ordem primeiro", afirma o diretor financeiro do grupo e sócio do fundador Ricardo Faria, Ismelon Moreira. Com a aquisição, a companhia dobra de tamanho e, quando eventualmente voltar para uma abertura de capital (IPO, na sigla em inglês), já retorna como muito mais internacionalizada, ressalta o executivo.

Empresa fez aquisição na Espanha

A lógica é diferente da anterior, quando a empresa só tinha feito uma aquisição na Espanha e a expansão internacional era uma promessa aos investidores. Após este novo passo, a internacionalização já terá avançado de forma mais concreta e ajudará a servir como argumento para convencer o mercado no exterior.

Novos destinos estão no radar

Mesmo após a aquisição nos EUA, a empresa segue mapeando novas possibilidades de compras, em outros países. "Já estamos olhando outras geografias. Há espaço para outros movimentos", disse Moreira. Atualmente, a empresa não tem necessidade de caixa e é pouco endividada, ou seja, tem espaço para mais aquisições.

● **COBRANÇA.** Num ambiente mais desafiador, por conta dos juros em patamares altos, investidores vêm cobrando que empresas que queiram fazer listagens em Nova York sejam de fato globais. A brasileira Moove Lubrificantes, do grupo Cosan, acabou não conseguindo fechar sua operação nos Estados Unidos no segundo semestre do ano passado, em meio a questionamentos de que parte importante das receitas, e sobretudo do lucro e geração de caixa, vinham do mercado brasileiro.

● **PREPARAÇÃO.** A Global Eggs chegou a pedir registro confidencial na Securities and Exchange Commission (SEC, o órgão regulador do mercado de ações dos EUA) enquanto avaliava o IPO. Também fez encontros com investidores em Nova York e Boston.

● **NA FILA.** Um banqueiro de investimento conta que, no final do ano passado, havia o questionamento do mercado de que a empresa precisava se internacionalizar mais antes de tentar o IPO. Segundo fontes, há mais "uma ou duas" empresas brasileiras se preparando para tentar uma listagem em Nova York, mas a Global Eggs é a que estava mais avançada. Uma eventual listagem agora, ressaltam as fontes, pode vir apenas no final do segundo semestre. *Leia mais na pag. B25.*

OFERTA É DESAFIO

BP/DIVULGAÇÃO- 12/12/2011



O combustível sustentável de aviação (SAF) pode responder por 5% da demanda do setor até 2030, diz pesquisa da consultoria Kearney

● **REGULAÇÃO.** As empresas de cartões de desconto devem ficar de fora do alcance das discussões da Agência Nacional de Saúde (ANS), que encerra na próxima semana a consulta pública sobre o tema, segundo Aquiles Vilar, vice-presidente do Cartão para Todos, líder do setor, com 18 milhões de usuários. Isso porque esse segmento estaria fora do âmbito legal de atuação da agência.

● **MERCADO.** "A ANS é responsável por regulamentar o mercado dos planos de saúde e não o mercado de saúde de maneira integral", diz ele. As discussões em torno do tema nasceram a partir da consulta pública lançada pela agência no fim do ano passado sobre a possibilidade das empresas de saúde suplementar oferecerem os chamados planos ambulatoriais.

● **PREOCUPAÇÃO.** A proposta enfrentou resistência de entidades de defesa do consumidor e de classe como a Assetans, que representa servidores e funcionários da própria ANS. Segundo a associação, a preocupação é que as operadoras migrem em massa para esse novo modelo e os planos atuais não se sustentem ou tenham os preços majorados em medida insustentável.

● **COMBUSTÍVEL...** Os combustíveis sustentáveis de aviação (SAF, na sigla em inglês) devem representar aproximadamente 5% da demanda do setor aéreo até 2030, o que corresponde a aproximadamente 17 milhões de toneladas anuais. Hoje, porém, a capacidade instalada global para fabricação de SAF está em 4,4 milhões de toneladas anuais e a expansão da oferta representa um desafio. A conclusão é de pesquisa realizada pela consultoria Kearney em parceria com o Fórum Econômico Mundial.

● **...VERDE.** De acordo com a consultoria, mantido o ritmo de crescimento atual, seria possível alcançar apenas 11 milhões de toneladas por ano.

SOBE

Frigoríficos e ações cíclicas lideram altas do Ibovespa

DIVULGAÇÃO/COGNA- 12/8/2020



As ações dos frigoríficos dividiram os holofotes das maiores altas do Ibovespa com as cíclicas ontem, impulsionadas pela perspectiva de abertura do mercado japonês. Destaque para JBS (+5,83%), seguida por Minerva (+4,84%), Marfrig (+3%) e BRF (+2,64%). Já Hapvida (+5,38%), Cogna (+5,15%), Yduqs (+4,93%), GPA (+4,76%) e Magazine Luiza (+3,62%) se beneficiaram do alívio nos juros futuros.

DESCE

Confiança do consumidor cai pelo quarto mês seguido

ALEX SILVA/ESTADÃO - 26/4/2021



Os comerciantes brasileiros ficaram menos otimistas em março pelo quarto mês consecutivo, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O Índice de Confiança do Empresário do Comércio caiu 2,6% sobre fevereiro, já descontadas as influências sazonais. O índice ficou em 99,2 pontos, descendo assim à zona de insatisfação, abaixo dos 100 pontos. O resultado representa o menor nível desde junho de 2021.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 133.148,75 PTS. | Dia 0,47% | Mês 8,43% | Ano 10,70%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
JBS ON NM	41,85	5,58	42.442
COGNA ON ON NM	2,04	5,15	26.485
HAPVIDA ON NM	2,34	4,93	36.343

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

MARCOPOLO PN N2	6,71	-4,55	16.057
VAMOS ON NM	5,14	-2,47	12.218
CVC BRASIL ON	3,28	-2,15	14.837

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

24/2 a 24/4	0,1708	1,0437	0,6717	0,5000
25/2 a 25/4	0,1707	1,0423	0,6716	0,5000
26/2 a 26/4	0,1709	1,0460	0,6718	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	42.299,70	-0,37	-3,52	-0,57
FRANKFURT - DAX	22.678,74	-0,70	0,56	13,91
LONDRES - FTSE	8.666,12	-0,37	-1,83	6,03
TÓQUIO - NIKKEI	37.718,93	-0,60	1,48	-5,45

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	7,9	3.275,08
	15/8/2040	7,45	1.490,16
JUROS SEMESTRAIS	15/5/2035	7,64	4.087,24
PREFIXADO	P/1/2028	14,83	683,87
	P/1/2032	15,04	389,90
SELIC	P/3/2029	0,05	16.257,20

(*) TAXA/PREÇO A VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Janeiro	Fevereiro	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,00	1,48	1,48	4,87
IGP-M (FGV)	0,27	1,06	1,33	8,44
IGP-DI (FGV)	0,11	1,00	1,11	8,78
IPC (FIPE)	0,24	0,51	0,75	4,52
IPCA (IBGE)	0,16	1,31	1,47	5,06
CUB (Sinduscon)	2,04	0,30	2,34	6,10
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,41	0,35	0,80	8,75

Índices de reajuste do aluguel (Fevereiro)

IGP-M (FGV)	1,0844	IPCA (IBGE)	1,0506
IGP-DI (FGV)	1,0878	INPC (IBGE)	1,0487
IPC-FIPE	1,0452	ICV-DIEESE	

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (MARÇO)

Trabalhador assalariado e doméstico*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.518,00	7,5%
DE R$ 1.518,01 ATÉ R$ 2.793,88	9%
DE R$ 2.793,89 ATÉ R$ 4.190,83	12%
DE R$ 4.190,84 ATÉ R$ 8.157,41	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.518,00 A 8.157,41	20%	DE 303,60 A 1.631,48

[illegible]

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/3)	14,16	-1,28	4,58	14,84
CDI	14,15	0,00	1,60	16,46

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.C.	Abt.	Mín.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR 11*	MAI/25	19,00	20,002	18,94	19,18	-1,34
CAFÉ NY*	JUL/25	384,05	41.809	377,30	388,30	-2,98
SOJA CBOT**	MAI/25	10,13	305,780	10,11	10,17	1,57
MILHO CBOT**	JUL/25	4,59	411,139	4,56	4,60	-0,22

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Últ.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	137,57	0,53	6,19
BOI			
Cepea/esalq, R$/@	316,55	3,80	36,58
MILHO			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	87,92	-0,02	42,22
CAFÉ			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	2.544,8	-53,20	145,20

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,7533	0,36	-2,76	-6,91
DÓLAR TURISMO	5,9850	0,25	-2,33	-7,1
EURO	6,2110	0,76	1,26	-3,33
OURO USD/ONÇA-TROY	3.064,50	-0,90	7,61	15,58
WTI (US$/BARRIL)	69,7200	-0,18	-0,17	-3,12
BRENT (US$/BARRIL)	73,8000	-0,70	0,17	-3,98

	US$ UNY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,0000	1,0790	1,2948	0,1740
EURO	0,9268	1,0000	1,1992	0,1612
FRANCO SUÍÇO	0,882	0,9532	1,1418	0,1534
LIBRA ESTERLINA	0,772	0,8339	1,0000	0,1344
IENE	151,061	163,0005	195,5900	26,3000

AS PARIDADES NA VERTICAL, VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS /FONTE: BC

even

Even Construtora e Incorporadora S.A. e Controladas
CNPJ: 43.470.988/0001-65 | NIRE: 35.300.329.520

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e relatório do auditor independente

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente e o relatório da administração, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

a) https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/
b) ri.even.com.br/
c) www.gov.br/cvm/
d) www.b3.com.br/

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

É com satisfação que apresentamos os resultados do 4º trimestre (4T24) e de 2024.

Encerramos 2024 com resultados satisfatórios, incluindo o lançamento de um volume significativo em VGV com **projetos emblemáticos** como o Faena São Paulo, além de vendas de estoques que superaram nosso planejamento. Observamos um **crescimento na margem bruta e uma geração expressiva de caixa**, destinada em grande parte ao pagamento de dividendos. Alienamos nossa participação acionária na Melnick para focar nossas operações em São Paulo, concentrados em empreendimentos de alto padrão e luxo, tanto os estoques quanto os futuros lançamentos. No lucro líquido, tivemos alguns efeitos contábeis negativos não recorrentes, especialmente relacionados à venda da Melnick, que estão detalhados no *Release* para melhor compreensão.

No 4T24, lançamos três projetos totalizando R$ 2,4 bi em VGV (R$ 1,3 bi na parte Even). Destaques para o Franca 1055, o segundo empreendimento em parceria com a RFM e localizado no Jardins, além da antecipação da segunda torre residencial do Faena São Paulo. Fechamos 2024 com R$ 3,6 bi lançados, sendo R$ 1,9 bi na parte Even.

As vendas líquidas do trimestre totalizaram R$ 369 milhões, com VSO consolidada de 12%. Destaque contínuo para a venda de estoques, **R$ 212 milhões** no trimestre, somando R$ 1,1 bilhão em 2024, crescimento de **51% quando comparado com o mesmo período do ano passado**. Consolidando com a venda de lançamentos, encerramos o ano com R$ 1,4 bi em vendas líquidas.

Fechamos o ano com estoque de R$ 2,8 bilhões composto majoritariamente nos segmentos de médio-padrão a luxo, produtos bem localizados e de alta liquidez. Nosso estoque é bastante jovem, o estoque concluído corresponde apenas **8% do volume total**, e cerca de 62% do estoque em construção serão entregues em 2027 em diante.

Neste trimestre não realizamos compra de terrenos. Nosso Banco de Terrenos está dividido em 20 projetos ou fases, totalizando **VGV de R$ 3,8 bilhões**, localizados essencialmente nos bairros nobres da cidade de São Paulo. Alinhados com a estratégia, vendemos dois terrenos no último trimestre, os quais estavam fora da nossa região/segmento de atuação.

No 4T24, **geramos R$ 143 milhões** de caixa operacional *(Variação da dívida líquida, desconsiderando pagamentos de dividendos, recompra de ações, e reclassificação contábil de dívidas SCP - minoritários)*, resultando em R$ 355 milhões no acumulado de 2024. Destaque para os **R$ 230 milhões de dividendos** pagos em 2024. Encerramos o ano com R$ 765 milhões em caixa e robusta estrutura de capital, com dívida líquida de apenas 20% do patrimônio líquido da Companhia.

Nos indicadores financeiros, em 2024 tivemos **receita líquida de R$ 2,2 bilhões, crescimento de 20%** em relação ao mesmo período do ano anterior, resultando em lucro bruto de R$ 578 milhões e **margem bruta ajustada de 30,9%**, um aumento de **6,0 p.p.** em relação a 2023. As margens REF e de Estoques são 29,3% e 32,5%, respectivamente.

Em 2024 o Lucro líquido abrangente (ex-Melnick) foi de R$ 194 milhões, representando ROE de 12%. No trimestre contabilizamos **R$ 30 milhões de lucro líquido abrangente**, esse valor considera resultado de R$ 44 milhões, referente a efeitos de vendas de participações societárias, reconhecido diretamente na variação do Patrimônio Líquido e não transitado na DRE.

Desconsiderando os efeitos supracitados, o prejuízo líquido da Even consolidado foi de R$ 14 milhões no trimestre. A composição do prejuízo líquido reportado e os respectivos ajustes estão detalhados no site da Companhia, no *Release* página 27.

Iniciamos 2025 com a empresa ajustada ao posicionamento estratégico em empreendimentos de alto padrão, apresentando resultados consistentes decorrentes dessa estratégia. As margens permanecem consolidadas em níveis elevados, com potencial para crescimento e geração de caixa.

De acordo com nossa estratégia, temos alcançado crescimento na rentabilidade e distribuído dividendos substanciais. Esses resultados são sustentados pelo aumento das margens, sólida estrutura de capital, eficiente alocação de caixa e pela manutenção de uma estrutura operacional otimizada. Atentos ao mercado e aos ciclos econômicos, continuaremos a identificar oportunidades de investimentos imobiliários, com foco em São Paulo e confiança no crescimento contínuo dos nossos resultados futuros.

CÂMARA DE ARBITRAGEM

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante de seus Estatutos Sociais.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03 informamos que os auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. não prestaram em 2024 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa. A política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

DESTAQUES DE 2024

Lançamentos 2024 (% Even)	Vendas de estoques 2024 (% Even)	Receita líquida 2024	Margem bruta ajustada 2024	Lucro Líquido abrangente 2024 (Even Ex-Melnick)	Geração de caixa
R$ 1,9 bi R$ 3,6 bi (100%)	R$ 1,1 bi +51% vs. 2023	R$ 2,2 bi +21% vs. 2023	30,9% +6,0 p.p. vs. 2023	R$ 194 mi +13% vs. 2023 ROE LTM 11,8%	R$ 143 mi (4T24) R$ 355 mi (2024)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	711	12.293	18.337	31.072
Títulos e valores mobiliários	5	564.276	332.842	746.369	905.887
Contas a receber	6.a	-	-	955.312	1.595.235
Imóveis a comercializar	7	54.764	6.757	2.508.750	2.853.301
Demais contas a receber		21.903	44.915	32.926	83.636
Total do ativo circulante		**641.654**	**396.807**	**4.261.694**	**5.469.131**
Não circulante					
Contas a receber	6.a	19.850	17.730	421.253	724.628
Imóveis a comercializar	7	-	-	110.976	701.929
Adiantamentos para futuros investimentos	8.b	81.984	204.734	7.081	10.692
Partes relacionadas	22.a	634.162	646.959	217.703	235.426
Demais contas a receber		49.183	23.684	63.815	53.363
Total do realizável a longo prazo		**785.179**	**893.107**	**820.828**	**1.726.038**
Investimentos	8.a	1.201.733	1.339.715	72.098	57.573
Imobilizado		4.875	10.860	24.294	45.758
Intangível		-	-	-	129
Total do ativo não circulante		**1.991.787**	**2.243.682**	**917.220**	**1.829.498**
Total do ativo		**2.633.441**	**2.640.489**	**5.178.914**	**7.298.629**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante					
Fornecedores		5.316	9.511	63.596	134.703
Contas a pagar por aquisição de imóveis	9	15.837	-	266.156	490.862
Empréstimos e financiamentos	10.a	281	9.026	276.311	236.286
Adiantamentos de clientes	11	2.969	1.913	270.157	467.519
Provisão para perdas em sociedades controladas	8	175.917	106.312	2.345	-
Dividendos propostos		-	49.999	-	49.999
Provisões	12	11.623	11.456	45.595	105.059
Partes relacionadas	22.a	26.180	12.956	10.409	54.561
Demais contas a pagar		10.842	14.042	52.604	134.587
Total do passivo circulante		**248.965**	**215.295**	**987.173**	**1.673.576**
Não circulante					
Contas a pagar por aquisição de imóveis	9	19.796	-	760.752	1.131.474
Provisões	12	9.826	11.759	94.092	101.730
Empréstimos e financiamentos	10.a	555.465	467.033	900.510	1.095.086
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.b	-	-	22.707	37.808
Adiantamentos de clientes	11	-	-	274.033	311.583
Demais contas a pagar		-	-	70.635	67.459
Total do passivo não circulante		**585.087**	**478.792**	**2.122.729**	**2.745.140**
Total do passivo		**834.052**	**694.087**	**3.109.902**	**4.418.716**
Patrimônio líquido					
Capital social atribuído aos acionistas da controladora	14	1.657.409	1.657.409	1.657.409	1.657.409
Ações restritas e em tesouraria	14.a	(21.278)	(9.855)	(21.278)	(9.855)
Plano de opção de ações	14.b	33.061	36.952	33.061	36.952
Reservas de lucros	14.c	150.163	287.593	150.163	287.593
Transação com acionistas		(19.966)	(25.697)	(19.966)	(25.697)
		1.799.389	**1.946.402**	**1.799.389**	**1.946.402**
Participação dos não controladores		-	-	269.623	933.511
Total do patrimônio líquido		**1.799.389**	**1.946.402**	**2.069.012**	**2.879.913**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.633.441**	**2.640.489**	**5.178.914**	**7.298.629**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais - R$, exceto o lucro por ação)

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023 Reapresentado
Receita	16	38.402	38.784	2.157.292	1.789.941
Custo dos imóveis vendidos e serviços prestados	17.a	(48.860)	(38.072)	(1.579.582)	(1.387.088)
Lucro (Prejuízo) bruto		**(10.458)**	**712**	**577.710**	**402.853**
Despesas operacionais					
Comerciais	17.b	(3.374)	(3.102)	(104.467)	(84.556)
Gerais e administrativas	17.b	(81.068)	(81.208)	(89.270)	(89.190)
Remuneração da Administração	17.b	(30.056)	(16.030)	(30.109)	(16.031)
Provisões	12.e	(13.871)	(4.403)	(128.710)	(26.411)
Outras despesas operacionais, líquidas		8.953	16.557	(7.581)	2.994
		(119.416)	**(88.186)**	**(360.137)**	**(213.194)**
Lucro (Prejuízo) operacional		**(129.874)**	**(87.474)**	**217.573**	**189.659**
Resultado das participações societárias					
Perda na alienação de participação em sociedade investida	8	(116.068)	-	(116.068)	-
Equivalência patrimonial	8.a	260.614	275.003	3.610	6.254
		144.546	**275.003**	**(112.458)**	**6.254**
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	19	(54.859)	(53.546)	(48.186)	(58.892)
Receitas financeiras	19	71.896	82.014	104.133	94.797
		17.037	**28.468**	**55.947**	**35.905**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**31.709**	**215.997**	**161.062**	**231.818**
Imposto de renda e contribuição social					
Imposto de renda e contribuição social - Correntes	20	-	-	(38.369)	(30.684)
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	20	-	-	(1.574)	(11.789)
Lucro líquido das operações continuadas		**31.709**	**215.997**	**121.119**	**189.345**
Operações descontinuadas					
Resultado descontinuado	24	10.399	-	10.399	151.949
Resultado líquido do exercício das operações descontinuadas		10.399	-	10.399	151.949
Lucro líquido dos exercícios		**42.108**	**215.997**	**131.518**	**341.294**
Lucro dos períodos atribuível a:					
Acionistas				42.108	215.997
Participação dos não controladores				89.410	125.297
				131.518	**341.294**
Lucro por ação atribuível aos acionistas da companhia durante os exercícios - R$					
Lucro básico por ação	15	0,32	1,06		
Lucro diluído por ação	15	0,31	1,02		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Lucro líquido dos exercícios	**42.108**	**215.997**	**131.518**	**341.294**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente dos exercícios	**42.108**	**215.997**	**131.518**	**341.294**
Resultado abrangente dos exercícios atribuível				
Acionistas			42.108	215.997
Participação dos não controladores			89.410	125.297
			131.518	**341.294**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita				
Incorporação, revenda de imóveis e serviços	46.296	46.509	2.539.458	3.048.119
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo	(48.860)	(38.072)	(1.837.402)	(2.327.050)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(22.876)	(17.416)	(296.116)	(246.639)
	(71.736)	**(55.488)**	**(2.133.518)**	**(2.573.689)**
Valor (Consumido) adicionado bruto	**(25.441)**	**(8.979)**	**405.940**	**474.430**
Retenções				
Depreciações e amortizações	(3.573)	(3.846)	(4.725)	(9.827)
	(3.573)	**(3.846)**	**(4.725)**	**(9.827)**
Valor (Consumido) adicionado produzido pela companhia	**(29.014)**	**(12.825)**	**401.214**	**464.603**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	260.614	275.003	4.194	14.195
Resultado da alienação de participação societária em investida	(116.068)	-	(116.068)	-
Receitas financeiras - Inclui variações monetárias	71.896	82.014	138.998	184.877
	216.442	**357.017**	**27.124**	**199.072**
Valor adicionado total a distribuir	**187.428**	**344.192**	**428.338**	**663.675**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Salários	(72.244)	(56.423)	(87.886)	(95.104)
Benefícios	(6.986)	(6.778)	(8.365)	(10.714)
FGTS	(2.992)	(3.179)	(3.464)	(4.904)
Impostos, taxas e contribuições	(7.894)	(7.725)	(104.055)	(147.329)
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	(51.254)	(49.006)	(37.237)	(45.168)
Aluguéis	(346)	(544)	(377)	(980)
Outras	(3.605)	(4.540)	(15.465)	(18.182)
Remuneração de capitais de próprios				
Dividendos	(179.537)	(99.999)	(179.537)	(99.999)
Lucros retidos dos exercícios	137.429	(115.998)	112.168	(115.998)
Participação dos não controladores	-	-	(104.221)	(125.297)
	(187.428)	**(344.192)**	**(428.338)**	**(663.675)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eufrázio

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de reais - R$)

			Ações restritas e em tesouraria				Reservas de lucros					
	Nota	Capital social	Ações restritas concedidas	Ações em tesouraria	Plano de opção de ações	Transações entre acionistas	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**1.657.409**	**(555)**	**(36.446)**	**38.481**	**-**	**23.474**	**230.461**	**-**	**1.912.824**	**814.600**	**2.727.424**
Ações em tesouraria:												
Concessão de ações - Desbloqueio ILP	14.a	-	-	4.730	(4.730)	-	-	-	-	-	-	-
Concessão de ações - Stock option	14.b	-	-	-	3.201	-	-	-	-	3.201	-	3.201
Troca de ações Even e Melnick		-	-	-	-	(85.621)	-	-	-	(85.621)	85.621	-
Aquisições de ações em tesouraria	14.a	-	-	(59.925)	-	59.925	-	-	-	-	-	-
Cancelamento de ações restritas		-	-	82.341	-	-	-	(82.341)	-	-	-	-
Operações com não controladores:												
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(66.122)	(66.122)
Redução de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.885)	(25.885)
Destinação de lucros:												
Lucro líquido do exercício	14.d	-	-	-	-	-	-	-	215.997	215.997	125.297	341.294
Absorção da reserva legal	14.c	-	-	-	-	-	10.800	-	(10.800)	-	-	-
Dividendos intercalados	14.d	-	-	-	-	-	-	-	(99.999)	(99.999)	-	(99.999)
Reversão da reserva de lucros		-	-	-	-	-	-	105.198	(105.198)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.657.409**	**(555)**	**(9.300)**	**36.952**	**(25.697)**	**34.274**	**253.319**	**-**	**1.946.402**	**933.511**	**2.879.913**
Ações em tesouraria:												
Concessão de ações - Desbloqueio ILP	14.a	-	-	16.998	(16.998)	-	-	-	-	-	-	-
Concessão de ações - Stock option	14.b	-	-	-	13.107	-	-	-	-	13.107	-	13.107
Aquisições de ações em tesouraria	14.a	-	555	(28.976)	-	-	-	-	-	(28.421)	-	(28.421)
Operações com não controladores:												
Aumento/Redução de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	110.781	110.781
Operação descontinuada (ii)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(864.079)	(864.079)
Destinação de lucros:												
Lucro líquido do exercício	14.c	-	-	-	-	-	-	-	42.108	42.108	89.410	131.518
Absorção da reserva legal	14.c	-	-	-	-	-	2.105	-	(2.105)	-	-	-
Dividendos intercalados	14.d	-	-	-	-	-	-	-	(59.998)	(59.998)	-	(59.998)
Dividendos complementares	14.d	-	-	-	-	-	-	(119.539)	-	(119.539)	-	(119.539)
Alienação de participação societária (i)		-	-	-	-	5.730	-	-	-	5.730	-	5.730
Consumo da reserva de lucros		-	-	-	-	-	-	(19.996)	19.996	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**1.657.409**	**-**	**(21.278)**	**33.061**	**(19.966)**	**36.379**	**113.784**	**-**	**1.799.389**	**269.623**	**2.069.012**

(i) R$ 5.730 é composto da seguinte forma: R$ 38.670 refere-se a perda na alienação de 29.730.279 ações da Melnick ocorridas em março e abril de 2024, ocasião em que a Even ainda permanecia com o controle da investida e R$ 44.400 refere-se a ganho na alienação de participação societária de outras investidas sem perda de controle.

(ii) Refere-se à perda de controle na sociedade Melnick (Nota 8), cujo patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 1.324.704. Ao desconsolidar os ativos e passivos, na data da alteração do acordo de acionistas, o saldo de participação de não controladores foi reduzido em R$ 864.079.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023 Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Lucros antes do imposto de renda e da contribuição social	31.709	215.997	161.062	231.818
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Equivalência patrimonial	(260.614)	(275.003)	(3.610)	(6.254)
Resultado na alienação de participação societária	116.068	-	116.068	-
Depreciações e amortizações	3.573	3.846	4.129	5.258
Provisões	40.318	2.670	169.129	66.953
Juros provisionados	66.090	52.595	131.988	72.294
Juros apropriados em aplicações financeiras	(61.544)	(41.964)	(82.215)	(66.610)
Variações nos ativos e passivos circulantes e não circulantes:				
Contas a receber	(2.120)	(547)	(76.105)	(437.612)
Imóveis a comercializar	(48.007)	10.132	10.986	3.397
Demais contas a receber	(2.487)	(13.031)	(1.484)	39.316
Fornecedores	(4.195)	2.607	(17.645)	(2.595)
Contas a pagar por aquisição de imóveis	35.633	-	(385.203)	113.121
Adiantamentos de clientes	976	174	79.419	(171.616)
Demais passivos	(32.177)	(68.957)	(128.753)	(188.043)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	**(116.777)**	**(111.480)**	**(22.234)**	**(340.573)**
Juros pagos	(64.084)	(51.594)	(121.557)	(85.383)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(38.237)	(30.798)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(180.861)**	**(163.074)**	**(182.027)**	**(456.754)**
Fluxo de caixa operacional das atividades não operacionais:				
Resultado de investimentos descontinuados	10.399	-	10.399	151.949
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais descontinuadas	**10.399**	**-**	**10.399**	**151.949**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023 Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades de investimento:				
Títulos e valores mobiliários	(169.890)	7.122	(156.901)	169.073
Aquisição (Baixas) de bens do ativo imobilizado e intangível	2.412	(11.328)	6.249	(35.500)
Caixa recebido pela alienação de sociedade investida	163.129	-	163.129	-
Aumento (Redução) dos investimentos	(160.398)	112.702	(860)	83.991
Lucros recebidos	212.454	179.990	13.387	-
Aumento (Redução) de adiantamento para futuro aumento de capital em sociedades investidas	122.750	(83.690)	2.937	(3.877)
De acionistas não controladores				
Valores recebidos pela venda de participação em controlada	142.678	-	142.678	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**313.135**	**268.796**	**170.619**	**213.687**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
De terceiros:				
Ingresso de novos empréstimos e financiamentos	100.000	100.000	520.754	588.831
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	(22.319)	(8.248)	(400.478)	(143.127)
	77.681	**91.752**	**120.276**	**445.704**
De acionistas/partes relacionadas:				
Ingresso (Pagamento) de partes relacionadas, líquido	26.021	(105.874)	16.755	(134.791)
Dividendos pagos	(229.536)	(81.000)	(229.536)	(81.000)
Aquisições de ações em tesouraria	(28.421)	-	(28.421)	-
Movimentos de acionistas não controladores	-	-	110.781	(122.943)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**(154.255)**	**(95.122)**	**(10.146)**	**106.970**
	(11.582)	**10.600**	**(11.155)**	**15.852**
No início do exercício	12.293	1.693	29.492	13.640
No final do exercício	711	12.293	18.337	29.492
Aumento líquido (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(11.582)**	**10.600**	**(11.155)**	**15.852**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

A DIRETORIA

Presidente - **Márcio Botana Moraes**

Diretor Financeiro e de Relações com Investidor - **Marcelo Dzik**

Contador - **Rafael Oliveira Santos** - CRC - 1SP289162/O-8

PARECERES E DECLARAÇÕES/PARECER DO CONSELHO FISCAL OU ÓRGÃO EQUIVALENTE PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Estatuto Social da Companhia prevê um Conselho Fiscal de caráter não permanente, eleito unicamente a pedido dos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Ordinária. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Conselho Fiscal não foi instalado.

São Paulo, 27 de março de 2025.

Marcelo Dzik

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, revisamos, discutimos e concordamos que as Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2024, da Even Construtora e Incorporadora S.A. refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira correspondentes ao período apresentado.

São Paulo, 27 de março de 2025.

Marcelo Dzik

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES

Para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de revisão da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. relativas as Demonstrações Financeiras da Even Construtora e Incorporadora S.A., para o período findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 27 de março de 2025.

Marcelo Dzik

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas Demonstrações Financeiras completas estão disponíveis eletronicamente nos seguintes endereços:

a) https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/ b) ri.even.com.br/ c) www.gov.br/cvm/ d) www.b3.com.br/

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Roberto Torres dos Santos
Contador
CRC nº 1 SP 219663/O-7

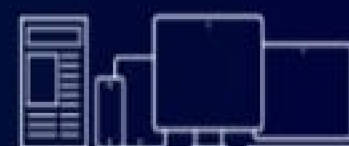
Deloitte.

even.com.br



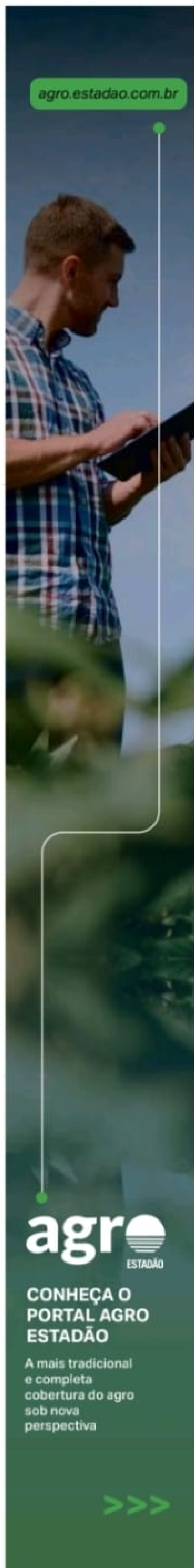
Fique por dentro dos principais Fatos Relevantes das companhias de seu interesse.

SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR



PORTAL ESTADÃO RI

ESTADÃO 150 ESTADÃO RI ELDORADO FM 107,3 ESTADÃO BLUE STUDIO AGÊNCIA ESTADO broadcast



LPS BRASIL - Consultoria de Imóveis S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF 08.078.847/0001-09 - NIRE 35.300.331.494

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2025

Ficam os Senhores Acionistas da LPS Brasil - Consultoria de Imóveis S.A. ("Companhia") convocados, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), a reunirem-se em assembleia geral ordinária da Companhia ("Assembleia" ou "AGO"), a ser realizada, em primeira convocação, em 30 de abril de 2025, às 11:00 horas, de forma exclusivamente digital, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, incluindo as notas explicativas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e Comitê de Auditoria referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) proposta da administração sobre a destinação do resultado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (iii) fixar o limite de valor da remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2025. **Informações Gerais:** Nos termos do artigo 126, da Lei das S.A., para participar da AGO, os acionistas ou seus representantes legais deverão apresentar à Companhia: (a) documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral - RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da administração pública, desde que contenham foto de seu titular e atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, quando for o caso; (b) comprovante expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia; (c) cópia do instrumento de outorga de poderes de representação com firma reconhecida em cartório; e/ou (d) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição competente. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar os seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à AGO como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) outorgar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na AGO caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente). Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 01 (um) ano, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e § 2º, da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante ou, alternativamente, com assinatura digital. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na AGO por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, §1º, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por tabelião público, ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), legalizados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor. Não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia, uma vez que será realizada exclusivamente de modo digital. A Companhia solicita o envio dos documentos necessários para participação na AGO com, no mínimo, 02 (dois) dias de antecedência, ou seja, até às 11:00 do dia 28 de abril de 2025, para o e-mail ri@lopes.com.br. A Companhia admite procurações outorgadas por Acionistas, por meio eletrônico, desde que seja assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ("ICP-Brasil"), ou assinatura eletrônica certificada por outros meios que comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. **Participação via Plataforma Digital:** Para participação na Assembleia, os acionistas ou seus representantes legais ou procuradores deverão enviar e-mail para o endereço eletrônico ri@lopes.com.br, até às 11:00 do dia 28 de abril de 2025, solicitando a participação e acompanhado da documentação necessária para a participação virtual. Aqueles que não enviarem a solicitação e a documentação necessária para a participação virtual no prazo estipulado não poderão participar da Assembleia. A solicitação de participação deverá vir acompanhada da identificação do acionista ou representante legal ou procurador constituído, além do telefone de contato e e-mail do participante da Assembleia para o qual a Companhia deverá enviar o link de acesso à Assembleia, acompanhada da documentação descrita no campo "Informações Gerais" deste Edital de Convocação. Após o recebimento da solicitação acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, no prazo e nas condições apresentadas acima, a Companhia enviará ao endereço de e-mail indicado no pedido de solicitação de participação à Assembleia, o link de acesso à plataforma eletrônica em que será realizada a Assembleia aos acionistas ou seus representantes legais ou procuradores. O link a ser enviado pela Companhia será pessoal e intransferível, não podendo ser compartilhado. Caso o acionista não receba o link de acesso, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@lopes.com.br, com até, no máximo, duas horas de antecedência do horário de início da Assembleia. A Companhia não se responsabilizará por qualquer problema operacional ou de conexão que o participante venha a enfrentar, bem como por qualquer outro evento ou situação que não esteja sob o controle da Companhia que possa dificultar ou impossibilitar a sua participação na Assembleia. **Participação por Boletim de Voto a Distância:** Os acionistas poderão exercer o direito de voto por meio do preenchimento e envio do boletim de voto a distância por seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, sendo que, no segundo caso, o boletim preenchido deverá ser recebido pela Companhia até 4 (quatro) dias antes da data da AGO, ou seja, até 26 de abril de 2025 (inclusive). Os boletins de voto a distância serão disponibilizados pela Companhia na página da CVM e da B3, contendo as instruções para o preenchimento e a documentação exigida. Eventuais esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados por meio (i) do telefone +55 (11) 3067-0324 ou (ii) do e-mail ri@lopes.com.br.

São Paulo, 25 de março de 2025.

LPS BRASIL - CONSULTORIA DE IMÓVEIS S.A.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA ANALÍTICA

Em conformidade com os Estatutos Gerais da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica – SBPA, comunicamos a abertura das inscrições do Concurso de Seleção para compor a **XVI Turma do Curso de Formação de Analistas do Instituto C. G. Jung de São Paulo**, que terá início no primeiro semestre de 2025. Nesta edição, o Curso é destinado a profissionais médicos e psicólogos residentes em São Paulo. As inscrições estarão abertas do dia **01 de abril de 2025 até as 18h00 do 28 de julho de 2025**. A prova da primeira etapa da seleção será realizada das 9h às 13h do dia 9 de agosto de 2025, presencialmente na sede da SBPA. Todas as informações sobre os pré-requisitos para as candidaturas encontram-se disponíveis na Secretaria da Sociedade – Rua Dr. Flaquer, 63, Paraíso, tel. (0xx11) 2501-4859 – e, também, em nossa homepage www.sbpa.org.br.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ nº 56.577.059/0006-06

COMPRA REGULAMENTO FFM 2952/2025

A FFM, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, por meio do Departamento Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 – Cerqueira César, São Paulo – SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO**, para contratação de empresa especializada para o fornecimento de **MONITOR DE DIAGNÓSTICO 3MP DE 21"**, cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo Regulamento de Compras da FFM.

COMPRA REGULAMENTO FFM 2955/2025

A FFM, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, por meio do Departamento Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 – Cerqueira César, São Paulo – SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO**, para contratação de empresa especializada para o fornecimento de **CADEIRA GIRATÓRIA COM BRAÇO**, cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo Regulamento de Compras da FFM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2025 – REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE CAUQ FX II PMSP, CAUQ FX III PMSP, CAUQ FX IV PMSP E CAUQ FX V PMSP PARA REPARO E RECUPERAÇÃO DE LOGRADOUROS DO MUNICÍPIO DE ARUJÁ. Disputa: dia 10/04/2025 às 10:00 horas.

Edital(is) através do site www.novobbmnet.com.br e também através do site oficial do Município www.prefeituradearuja.sp.gov.br.

Maiores informações pelo telefone (11) 4652-7609 Departamento de Compras

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O PROGRAMA DE OXIGENOTERAPIA. Disputa: dia 15/04/2025 às 10:00 horas.

Edital(is) através do site www.novobbmnet.com.br e também através do site oficial do Município www.prefeituradearuja.sp.gov.br.

Maiores informações pelo telefone (11) 4652-7609 Departamento de Compras

Prefeitura Municipal de Arujá, 27 de março de 2.025.

Sendas Distribuidora S.A.

ASSAÍ ATACADISTA

CNPJ/MF nº 06.057.223/0001-71 - NIRE 33.300.272.909

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da Sendas Distribuidora S.A. ("Companhia" e "Acionistas", respectivamente) a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ("AGOE"), a ser realizada de modo exclusivamente digital no dia 25 de abril de 2025, às 11h, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I, e artigo 28, §§2º, e 3º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), por meio da plataforma digital Ten Meetings ("Plataforma Digital"), a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** I. Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras da Companhia, contendo as Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório da Administração e das respectivas Contas dos Administradores, Relatório e Parecer dos Auditores Independentes, Parecer do Conselho Fiscal e Relatório Anual Resumido e Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; II. Destinação do lucro líquido relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; III. Fixação do número de membros do Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato; IV. Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; V. Eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 8º, inciso III do Estatuto Social da Companhia; e VI. Fixação do limite global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** I. Alteração do art. 40, caput e parágrafos 4º e seguintes, de modo a complementar as disposições relativas a ofertas públicas de distribuição em caso de atingimento de participação societária relevante (*poison pill*) e suas exceções; II. Alteração do Estatuto Social da Companhia, nos termos da Proposta da Administração, para: (a) incluir atividades complementares relacionadas ao objeto social da Companhia, voltadas ao agenciamento e intermediação de serviços de comunicação, publicidade em geral e propaganda, à comercialização e locação de máquinas e equipamentos relacionados a cobranças, pagamentos ou recebimentos em geral, à geração de energia elétrica para consumo próprio ou comercialização, cantinas, padarias, confeitarias e comércio de carnes, laticínios e frios, bem como disposições alinhadas às melhores práticas de governança sobre o exercício de atividades pela Companhia; (b) atualizar o capital social da Companhia previsto no art. 4º, caput, de modo a refletir os aumentos de capital aprovados nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 10 de outubro, 18 de novembro e 08 de dezembro de 2023 e 08 de agosto, 07 de novembro e 11 de dezembro de 2024 e 18 de março de 2025; (c) incluir exceção da competência da Assembleia Geral sobre a aprovação de operações com partes relacionadas; (d) alterar o número máximo de conselheiros para 7 (sete), o mínimo de conselheiros independentes para 1/3 e, em sua maioria, externos para o Conselho de Administração; (e) incluir requisitos adicionais para a eleição dos membros do Conselho de Administração, nos termos da lei e alterar suas respectivas competências; (f) alterar o requisito para eleição de diretores, de acordo com a lei, e a denominação de cargo da Diretoria; (g) prever a aderência do Comitê de Auditoria da Companhia à Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021; (h) alterar as previsões sobre o levantamento de balanços e demonstrações financeiras para declaração de dividendos intermediários, intercalares e juros sobre capital próprio; (i) alterar o prazo de prescrição dos dividendos não recebidos ou reclamados, nos termos da lei, e o prazo de pagamento de juros sobre o capital próprio declarados; e (j) aprimorar a governança da Companhia; e III. Consolidação do Estatuto Social da Companhia em decorrência das alterações deliberadas nos itens I e II acima, se aprovadas. Informações Gerais: A Companhia admitirá a participação dos Acionistas mediante: • voto via sistema eletrônico, durante a AGOE; ou • envio de boletim de voto a distância ("BVD") o qual está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.assai.com.br) e nos sites da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br) e poderá ser encaminhado por meio de seus respectivos agentes de custódia (caso prestem esse tipo de serviço), do BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, que é o agente escriturador da Companhia ("Agente Escriturador"), do depositário central no qual as ações da Companhia estejam depositadas, ou diretamente à Companhia, (exclusivamente por meio da Plataforma Digital), conforme abaixo indicado. Nos termos do art. 5º, §4º da Resolução CVM 81, a Companhia esclarece que a AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, uma vez que essa é a prática adotada pela Companhia para fomentar a participação de seus acionistas nas assembleias realizadas nos últimos anos. É importante ressaltar que tais assembleias contaram com quórum expressivo de participação de acionistas. Participação na AGOE por meio da Plataforma Digital: Os Acionistas que desejarem participar da AGOE por meio da Plataforma Digital, observados os procedimentos descritos na Proposta da Administração e Manual de Participação, datada de 25 de março de 2025, para a AGOE pela Companhia ("Proposta da Administração e Manual de Participação"), deverão acessar o endereço: https://assembleia.ten.com.br/65991956, até o dia 23 de abril de 2025, conforme prazo previsto no artigo 6º, §3º, da Resolução CVM nº 81, preencher o seu cadastro e anexar cópias digitalizadas dos seguintes documentos:

Documentos	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundo de Investimentos
CPF e documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal [1]	X	X	X
Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado [2]		X	X
Documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso [3]	X	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do fundo			X

[1] Documento de identidade aceitos: RG, RNE ou RNM, CNH, passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida; [2] Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; [3] No caso de representação por procurador. Após a análise dos documentos pela Companhia, o Acionista receberá um e-mail no endereço utilizado para o cadastro com a confirmação da aprovação ou rejeição justificada do cadastro realizado e, se for o caso, orientações de como realizar a regularização do cadastro na Plataforma Digital. Uma vez aprovado o cadastro, também estará habilitada a funcionalidade de inclusão da orientação de voto, a qual poderá ser feita até 2 (duas) horas antes da realização da AGOE, ou seja, até às 9h do dia 25 de abril de 2025. As orientações sobre acesso à Plataforma Digital serão enviadas oportunamente para cada Acionista ou procurador juntamente com a confirmação de cadastro individual para acesso à Plataforma Digital. Em caso de aprovação do cadastro participação, visando agilizar os trabalhos da AGOE, a Companhia pede aos Acionistas que forem participar da AGOE por meio da Plataforma Digital (e que não tenham enviado o BVD) que façam também o registro prévio de sua orientação de voto na Plataforma Digital. Ressaltamos que o registro da orientação de voto não dispensa o Acionista de participar virtualmente da AGOE para que seus votos sejam devidamente considerados. Participação na AGOE por meio de Boletim de Voto a Distância: Nos termos da Resolução CVM 81, os Acionistas que tenham interesse em exercer o seu direito de voto por meio de BVD deverão: (a) preencher os BVDs, conforme orientações de preenchimento neles constantes; e (b) enviá-los (i) à Companhia, exclusivamente por meio da Plataforma Digital; (ii) ao Agente Escriturador; (iii) ao seu respectivo agente de custódia (caso preste esse tipo de serviço), ou (iv) ao depositário central no qual as ações da Companhia estejam depositadas, até o dia 21 de abril de 2025 (ou seja, 4 (quatro) dias antes da data da AGOE), observadas as instruções constantes da Proposta da Administração e Manual de Participação. Os BVDs recebidos após o dia 21 de abril de 2025 não serão considerados. Permanecem à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, no site de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.assai.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na AGOE ora convocada, incluindo a Proposta da Administração e Manual de Participação e os respectivos BVDs. A Companhia esclarece que, nos termos do artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM 81, caso o Acionista ou seu procurador devidamente constituído participe da AGOE através da Plataforma Digital, poderá: (i) simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o BVD; ou (ii) participar e votar na AGOE, observando-se que, quanto ao Acionista que já tenha enviado o BVD e que, caso queira, vote na AGOE, todas as instruções de voto recebidas por meio do BVD serão desconsideradas. Nos termos do artigo 5º, inciso I, da Resolução CVM 81, o percentual mínimo de participação no capital votante para requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia é de 5%, conforme disposto na Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 70"), devendo essa faculdade ser exercida pelos Acionistas em até 48 horas antes da AGOE, nos termos do parágrafo 1º do artigo 141 da Lei das S.A. Em atenção ao artigo 5º, inciso I-A, da Resolução CVM 81, o percentual mínimo de participação no capital votante necessário ao pedido de instalação do Conselho Fiscal é de 2%, conforme disposto na Resolução CVM 70. Informações detalhadas sobre a participação do Acionista diretamente, por seu representante legal ou procurador devidamente constituído, bem como as regras e procedimentos para participação e votação a distância na AGOE, inclusive orientações para o envio dos BVDs, orientações sobre acesso à Plataforma Digital e regras de conduta a serem adotadas na AGOE, constam da Proposta da Administração e Manual de Participação. Rio de Janeiro, 25 de março de 2025. **Oscar de Paula Bernardes Neto** - Presidente do Conselho de Administração.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSAIOS NÃO DESTRUTIVOS E INSPEÇÃO - ABENDE

Abendi

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL DE ASSOCIADOS

O Diretor Presidente da Associação Brasileira de Ensaios Não Destrutivos e Inspeção - ABENDE, consoante o disposto no artigo 28, do Estatuto Social dessa Associação, CONVOCA os Associados, que estiverem em pleno gozo de seus direitos associativos, para participarem da Assembleia Geral de Associados a se realizar de forma REMOTA no dia 29 de abril de 2025, às 15h30min em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos associados, ou às 16h00 horas, com qualquer número de associados.

A ABENDE disponibilizará aos associados regulares em sua situação associativa os links de acesso e orientações para participação e votação nos e-mails cadastrados na forma do § 1º, do artigo 7º, do Estatuto Social da Associação -, para a deliberação sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1. Aprovação das Demonstrações Financeiras, Balanço e Prestação de Contas de 2024 (demonstrações disponíveis para exame dos associados na sede da Associação); 2. Assuntos Gerais de interesse da Associação.

São Paulo, 28 de março de 2025.

Ricardo Caldeira

Diretor Presidente da Diretoria Estatutária

Associação Brasileira de Ensaios Não Destrutivos e Inspeção - ABENDE

DNIT

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE ALTERAÇÃO

Pregão nº 054/2025 - UASG 393003

Nº Processo: 50600005264202363. Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no DOU de 20/02/2025, foi alterado. Objeto: Contratação de empresa ou consórcio de empresas para execução dos serviços de disponibilização, instalação, operação e manutenção de equipamentos eletrônicos de controle de tráfego nas rodovias federais sob circunscrição do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT nos Estados do Acre, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Rondônia, Santa Catarina e no Distrito Federal. Total de Itens Licitados: 7. Novo Edital: 28/03/2025 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h59. Endereço: Saun Quadra 3 Bloco a - Mezanino - Cgd, Asa Norte - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/393003-5-90054-2025. Entrega das Propostas: a partir de 28/03/2025 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 22/04/2025 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: O edital poderá ser obtido por meio dos sítios: www.dnit.gov.br ou www.gov.br/compras.

AUREA DOS SANTOS PEREIRA

Pregoeira

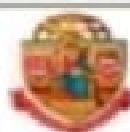
Aldrago Participações Ltda.

CNPJ 23.034.453/0001-34

Aviso aos Sócios

Encontram-se à disposição dos Senhores Sócios, os documentos a que se refere o artigo 1.078, § 1° do Código Civil, relativos ao exercício findo em 31.12.2024. Solicitamos que o pedido de envio seja feito através do e-mail: assembleia.tmc.2021@gmail.com, mencionando o nome da empresa. Jarinu, 28/03/2025.

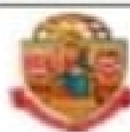
A Administração




GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SERVIÇO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00614330672025
UASG – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nº PROCESSO: 154.00007070/2024-39
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO ESTIMATIVO 90308/2024

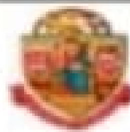
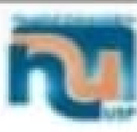
Objeto: Serviço de manutenção em Arco Cirúrgico. Total de Itens Licitados: 01 itens licitados (um item). Valor total da licitação: Sigiloso nos termos do artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital: 28/03/2025. Horário: das 08h00 às 16h00. Endereço: Av. Prof. Lineu Prestes, 2565; www.gov.br/compras e www.usp.br/licitacoes. Link do PNCP: 63025530000104-1-003797/2024. Entrega das Propostas: a partir de 28/03/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 11/04/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP

Eu, Alessandra B. Maiuf, em atenção à sentença da ação nº 1023023-17.2021.8.26.0100, movida por João Doria Junior, venho, por meio desta, retratar-me publicamente sobre informações inverídicas por mim divulgadas. Em 05.03.2021, filmei evento no imóvel situado na Rua Áustria nº 688, equivocadamente atribuindo responsabilidade ao João Doria, fato que posteriormente foi apurado e corrigido, esclarecendo que a reunião foi promovida pela vizinha inquilina. Lamento o ocorrido e peço descuipas aos envolvidos.




GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SERVIÇO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00614227852025
UASG – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nº PROCESSO: 154.00009212/2024-01
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 90006/2025

Objeto: FLUXÔMETRO E VÁLVULAS. Total de Itens Licitados: 09 itens licitados (nove itens). Valor total da licitação: Sigiloso nos termos do artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital: 28/03/2025. Horário: das 08h00 às 16h00. Endereço: Av. Prof. Lineu Prestes, 2565; www.gov.br/compras e www.usp.br/licitacoes. Link do PNCP: 63025530000104-1-000870/2025. Entrega das Propostas: a partir de 28/03/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 09/04/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SERVIÇO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00614144522025
UASG – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nº PROCESSO: 154.00001360/2025-50
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 90082/2025

Objeto: Solução enzimática. Total de Itens Licitados: 02 itens licitados (dois itens). Valor total da licitação: Sigiloso nos termos do artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital: 28/03/2025. Horário: das 08h00 às 16h00. Endereço: Av. Prof. Lineu Prestes, 2565; www.gov.br/compras e www.usp.br/licitacoes. Link do PNCP: 63025530000104-1-000869/2025. Entrega das Propostas: a partir de 28/03/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 09/04/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP

Automob Participações S.A.

CNPJ/MF nº 35.654.688/0001-08 – NIRE 51300022541

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da **Automob Participações S.A.** ("Companhia") para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada de forma exclusivamente digital, em 25 de abril de 2025, às 15 horas, via plataforma digital ALFM Easy Voting ("Plataforma Digital"), sendo considerada, portanto, realizada em sua sede social, sendo admitido, ainda, o envio do boletim de voto à distância, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81"). A Assembleia Geral será realizada exclusivamente de forma digital, com o objetivo de promover a interação direta entre os acionistas e a Administração da Companhia, garantindo uma comunicação mais eficaz e um ambiente de discussão construtivo. A realização da assembleia de forma exclusivamente digital possibilita um melhor acompanhamento das deliberações, permitindo a cada acionista participar ativamente das discussões e esclarecer eventuais dúvidas diretamente com os administradores. A Assembleia Geral será realizada a fim de apreciarem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (ii) examinar, discutir e votar a proposta da Administração da Companhia para a destinação do resultado da Companhia, apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Assembleia Geral Extraordinária: (i) fixar o limite global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2025; (ii) aprovar o grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia; (iii) modificar o Estatuto Social da Companhia a fim de (a) alterar a quantidade de ações representativas do capital social, constante do artigo 5°, para refletir o grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de 50:1 ações; (b) ajustar a proporção do capital autorizado da Companhia, constante do artigo 6°, para refletir o grupamento da totalidade das ações da Companhia; (c) alterar os artigos 21 e 25 para incluir na composição da Diretoria os cargos de Diretor-Presidente, Diretor Financeiro e Diretor Executivo de Administração e Controle, e incluir as respectivas competências de cada Diretor; (d) aprimorar as previsões sobre forma de representação da Companhia e nomeação de procuradores; e (e) excluir o artigo 41, referente à limitação da eficácia de determinados artigos à entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado; e (iv) consolidar o Estatuto Social da Companhia. **Instruções Gerais:** Tendo em vista que a Assembleia Geral será realizada exclusivamente digital, os acionistas da Companhia poderão, nos termos da RCVM 81, participar à distância da Assembleia Geral das seguintes formas: (A) Plataforma Digital: a Companhia adotará o sistema de participação à distância, permitindo que seus acionistas participem da Assembleia Geral ao acessarem a Plataforma Digital ALFM Easy Voting, no endereço eletrônico: https://easyvoting.alfm.adv.br/acionista_wpconsentimento.aspx?C1xW0jdnQS4JAgLx1hlBxdSJkdVLFh9rXXKIj4WxWTPS95SxC36GqizYYcRMd, observadas as condições abaixo resumidas e previstas no Manual e na Proposta de Administração (conforme abaixo definido). (B) Boletim de Voto à Distância: a Companhia adotará o sistema de participação à distância, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto à distância ("Boletim"), por meio do agente escriturador das ações da Companhia, dos respectivos agentes de custódia, pelo canal do depositário central ou diretamente à Companhia pelo e-mail easyvoting@alfm.adv.br, conforme orientações constantes no Manual e Proposta da Administração. O Boletim deverá ser recebido pela Companhia em uma das modalidades de envio descritas no Manual e Proposta da Administração, em até 4 (quatro) dias antes da Assembleia, ou seja, até o dia 21 de abril de 2025 (inclusive), nos termos do art. 27 da Resolução CVM 81. Ressaltamos que caso o Boletim seja recebido após esta data, os votos não serão computados. O detalhamento das deliberações propostas, dos quóruns de instalação e aprovação, das regras e dos procedimentos sobre como os acionistas poderão participar e votar a distância na Assembleia Geral (incluindo instruções para acesso e utilização da Plataforma Digital e votação a distância pelos acionistas e instruções gerais para preenchimento e envio do Boletim) encontram-se no Manual de Participação dos Acionistas, contendo a Proposta da Administração, divulgado pela Companhia em 25 de março de 2025 ("Manual e Proposta da Administração"), que poderá ser acessado por meio do website de Relações com Investidores da Companhia (ri.automob.com.br), bem como do website da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br). Para participar na Assembleia Geral, os acionistas deverão apresentar, no dia da realização da Assembleia Geral: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) instrumento de mandato, na hipótese de representação do acionista, devidamente regularizado na forma da lei e do estatuto social da Companhia. O acionista ou seu representante legal deverá, ainda, comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade, conforme previstos no Manual e Proposta da Administração. Solicitamos, ainda, que a documentação descrita acima seja depositada até o dia 23 de abril de 2025, via Plataforma Digital. Validada a condição do acionista (ou seu procurador, conforme o caso) e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, no prazo e nas condições apresentadas no Manual e Proposta da Administração, o acionista (ou seu procurador, conforme o caso) receberá as instruções e orientações para acesso à Plataforma Digital, que autorizará apenas um único acesso na Assembleia Geral. Essas informações serão enviadas exclusivamente para o endereço de e-mail utilizado pelo acionista no Cadastro (ou seu respectivo procurador, conforme o caso). **O link e senha recebidos serão pessoais e não poderão ser compartilhados sob pena de responsabilização.** De acordo com a RCVM 81, o acionista poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio de votação a distância, enviando o correspondente Boletim de Voto a Distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador, canal do depositário central ou diretamente à Companhia via Plataforma Digital, conforme as orientações constantes no Manual e Proposta da Administração. Informamos ainda que, por força do disposto no artigo 133, da Lei das Sociedades por Ações, e da RCVM81, já se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social da Companhia, na página de relações com investidores da Companhia (http://ri.automob.com.br) e nos sites da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br), os documentos a serem discutidos na Assembleia Geral ora convocada. **Informações sobre pedido de instalação de Conselho fiscal:** Nos termos do art. 5°, I-A da RCVM 81, a Companhia informa aos Srs. Acionistas que não há Conselho Fiscal instalado na presente data e que a instalação poderá ser requerida por acionistas que representem 2% do total de ações da Companhia com direito a voto (art. 161, §2°, da Lei das Sociedades por Ações e art. 4° da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022). Uma vez instalado o Conselho Fiscal, proceder-se-á à eleição de seus membros.

Cuiabá/MT, 28 de março de 2025.

Fernando Antonio Simões
Presidente do Conselho de Administração

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS PROCESSO Nº 1031859-97.2022.8.26.0405. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro de Osasco, Estado de São Paulo, Dr(a). Luis Gustavo Esteves Ferreira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) MIGUEL ARCANJO DE LIMA, CPF 713.361.754-43, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de BANCO BRADESCO S.A., alegando em síntese o requerido não honrou com o pagamento dos cartões nº 4066559973294853 VISA SIGNATURE CONVENCIONAL e nº 6516609999705694 BRADESCO ELO NANQUIM DINERS CLUB totalizando o valor atualizado no ato do ajuizamento da ação em 16/11/2022 R$ 231.405,46. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Osasco, aos 13 de fevereiro de 2025



CIDADE DE SÃO PAULO — **EDUCAÇÃO**

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90037/SME/2024 - PROCESSO SEI Nº 6016.2024/0093644-5.

Objeto: Registro de Ata de Preços para aquisição de 1.296.573 unidades de "CESTAS BÁSICAS DE SUPRIMENTOS ALIMENTARES", com logística de entrega ponto a ponto, destinada aos alunos matriculados na Rede Municipal de Educação, em situação de vulnerabilidade durante o período de férias e recesso escolar. Data/hora da sessão pública: 09h30 do dia 10/04/2025 - Download do edital https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras e https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/

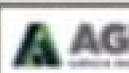


Condominio Shopping Center Iguatemi

CNPJ/MF sob nº 53.951.378/0001-60

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária - 30 de abril de 2025

Ficam os senhores Condôminos do Shopping Center Iguatemi convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no imóvel próprio, sito na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 2128 – 1º andar, Edifício Park Center, no dia **30 de abril de 2025**, às **9 horas e 30 minutos**, em primeira convocação e, em segunda convocação às **10 horas**, com qualquer número de Condôminos com direito a voto presentes, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Apreciação e aprovação das contas da administradora, conforme demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024; b) Apreciação e aprovação do Relatório do Conselho de Condôminos; c) Eleição dos membros do Conselho de Condôminos; e d) Eleição dos Membros do Conselho Consultivo. Os documentos pertinentes encontram-se à disposição dos interessados na sede do Condomínio. As transferências de cotas estão suspensas a partir de 28 de março de 2025 até a data da realização da Assembleia. Para fins de organização da assembleia, **favor CONFIRMAR A PRESENÇA** com até 5 (cinco) dias de antecedência por e-mail para Carmen Otero (e-mail: mgotero@iguatemi.com.br) ou Erica Candido (e-mail: ecandido@iguatemi.com.br). São Paulo, 28 de março de 2025. **AEMP – Administradora de Empreendimentos Ltda. AEST – Administradora de Estacionamentos Ltda. Shopping Centers Reunidos do Brasil Ltda.** Administradoras



AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO PARANÁ - AGEPAR

CONSULTA PÚBLICA Nº 001/2025-AGEPAR

A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná – Agepar, no uso de suas atribuições, e nos termos da Lei Complementar Estadual n.º 222/2020 (art. 45 e seus parágrafos), comunica aos interessados a abertura, a partir das 08h00min do dia 04 de abril de 2025, de CONSULTA PÚBLICA, que ficará aberta até as 20h30min do dia 04 de maio de 2025, conforme deliberação do Conselho Diretor/AGEPAR na REUNIÃO ORDINÁRIA n.º 3/2025, realizada em 25 de fevereiro de 2025, destinada a obter contribuições, sugestões propostas, críticas e demais manifestações pertinentes, por quaisquer interessados, a respeito da "alteração do Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto no Estado do Paraná – RGS (Anexo da Resolução AGEPAR n.º 3/2020)", consoante as informações técnicas contidas no processo administrativo de protocolo n.º 18.751.060-0. O objeto da consulta pública, bem como demais informações relativas à sua realização, estarão disponíveis no sítio eletrônico da Agência, na aba Participação Social – Consultas Públicas – Consultas Públicas em Andamento (disponível em https://www.agepar.pr.gov.br/Pagina/Consultas-Publicas) – Consulta Pública n.º 1/2025.

Curitiba/PR, 27 de março de 2025.
(assinado nos termos do Art. 38 do DE nº 7304/2021)
Rubens Bueno - Diretor-Presidente



INSTITUTO MAUÁ DE TECNOLOGIA

Edital - Reunião Ordinária da Assembleia Geral

De conformidade com o disposto nos Estatutos desta instituição, a Diretoria do Instituto Mauá de Tecnologia, com sede na Rua Pedro de Toledo, nº 1071, convoca os senhores Associados da Entidade para a Reunião Ordinária da Assembleia Geral, a realizar-se no campus de São Caetano do Sul, na Praça Mauá, nº 1, no município de São Caetano do Sul, **no dia 10 de abril de 2025 (quinta-feira), às 19h**, em primeira convocação, se estiverem presentes ou representados mais da metade dos Associados, ou às 19h30, em segunda convocação, com um quarto dos Associados, no mínimo, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Eleição e posse de 10 (dez) Associados para integrarem o Conselho Diretor, de acordo com o estabelecido na letra "b" do art. 16 e no parágrafo 1º do art. 25 dos Estatutos;
2. Apreciação de eventual indicação de Associado Benemérito encaminhada pelo Conselho Diretor;
3. Apreciação e deliberação sobre o relatório e contas do exercício de 2024, aprovado pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., com manifestação do Conselho Fiscal.
4. Designação da comissão para assinar a ata da reunião ora convocada, nos termos do estabelecido no art. 23 dos Estatutos.

São Paulo, 27 de março de 2025
Luiz Carlos de Queiros Cabrera – Presidente.

Rio Paranapanema Energia S.A.

CNPJ/MF nº 02.998.301/0001-81 - NIRE 35.300.170.563 Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
a ser Realizada em 30 de Abril de 2025

Convocamos os senhores acionistas da **Rio Paranapanema Energia S.A.**, sociedade por ações aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 418, 2º andar, CEP 04551-060, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.170.563 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 02.998.301/0001-81, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") como companhia aberta categoria "A" sob o código 1836-8 ("**Companhia**"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("**Lei das Sociedades por Ações**") e dos artigos 4° a 6° da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("**Resolução CVM 81**"), a se reunirem, **de modo exclusivamente a distância e digital**, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2025, às 10:00 horas ("**Assembleia**"), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, incluindo o relatório da administração, o parecer dos auditores independentes e o parecer do Conselho Fiscal; (ii) aprovar a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (iii) fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) ratificação da remuneração global dos administradores da Companhia aprovada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2024. **Instruções e Informações Gerais:** A Assembleia será realizada de modo exclusivamente à distância e digital, podendo os senhores acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico (Microsoft Teams) a ser disponibilizado pela Companhia, nos termos previstos na Resolução CVM 81. O sistema de participação à distância adotado pela Companhia permitirá que seus acionistas participem da Assembleia ao acessarem a plataforma digital, desde que observadas as condições abaixo resumidas. **As informações detalhadas relativas à participação na Assembleia por meio do sistema eletrônico estão disponíveis na proposta da administração para a Assembleia ("Proposta da Administração") que poderá ser acessada por meio dos websites da Companhia (ri.ctgbr.com.br/governanca-corporativa/assembleias-e-reunioes-de-conselho-rio-paranapanema-energia), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br).** Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança na participação à distância, a Companhia enviará, por e-mail, o link de acesso para participação do acionista por meio da plataforma digital somente àqueles acionistas que tenham apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições apresentadas na Proposta da Administração, e após ter verificado, de forma satisfatória, os documentos de sua identificação e representação (conforme indicados na Proposta da Administração). O link recebido pelos acionistas será pessoal e não poderá ser compartilhado sob pena de responsabilização.

Nos termos do artigo 30-A da Resolução CVM 81, a Companhia informa que não disponibilizará o Boletim de Voto a Distância, a menos que requisitado por acionistas titulares de 0,5% (meio por cento) do capital social.

O percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia necessário ao pedido de instalação do Conselho Fiscal na Assembleia é de 2% (dois por cento) das ações com direito a voto e/ou 1% (um por cento) das ações sem direito a voto.

Estarão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e nos websites da Companhia (ri.ctgbr.com.br/governanca-corporativa/assembleias-e-reunioes-de-conselho-rio-paranapanema-energia), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br), nos termos da Resolução CVM 81, a Proposta da Administração e cópia dos demais documentos relacionados às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia.

São Paulo, 28 de março de 2025
Liya Zhang
Presidente do Conselho de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo Presente edital fica convocada o (a) **VIVIAN APARECIDA DE MORAIS**, com endereço desconhecido para que compareça de terça à sexta-feira, das 13:00 hs. às 16:00hs., ao Tribunal Eclesiástico Interdiocesano de São Paulo, à Av. Nazaré, 993 - Ipiranga - São Paulo - SP, para tratar de assuntos que lhe diz respeito.

São Paulo, 28 de Março de 2025.
Mons. Sérgio Tani - Vigário Judicial

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA n.º 001/2025
PROCESSO n.º 002/2025

OBJETO: contratação de empresa jornalística ou empresa/agência de publicidade para prestação de serviços de publicações de resumo de edital de licitação do Instituto de Previdência do Município de Votuporanga – VOTUPREV em jornal de grande circulação.
DATA DA REALIZAÇÃO: 27/03/2025
Informações e Disponibilização do Edital: endereços eletrônicos: www.votuprev.com.br e www.bll.org.br. Maiores informações e/ou esclarecimentos pelo fone, (17) 3421-6058.

Votuporanga, SP, 21 de fevereiro de 2025
ADAUTO CERVANTES MARIOLA
Diretor Presidente

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Noroeste
Complexo Penal de Cerqueira César
Abertura de Licitação
Processo SEI nº 006.00122137/2025-11
Pregão Eletrônico 90003/2025

Encontra-se aberta no Complexo Penal de Cerqueira César, o **PREGÃO ELETRÔNICO** número 90003/2025, destinado a Aquisição Gêneros Alimentícios Perecíveis - Leite e Derivados para consumo de maio a agosto de 2025, do tipo **MENOR PREÇO**, a realização da sessão pública será na data 10/04/2025, às 09h00, no correio eletrônico: www.compras.net.gov.br. O Edital estará disponível em sua íntegra para leitura e impressão no correio eletrônico: www.gov.br/pncp, seção CONTRATAÇÕES > EDITAIS E AVISOS DE CONTRATAÇÕES, podendo ainda ser consultado junto ao Complexo Penal de Cerqueira César - Seção de Finanças e Suprimentos ou solicitado à Unidade pelo e-mail czartuchi@sp.gov.br ou pelo fone (14) 3714-7707, nos dias úteis, no horário compreendido das 08h00 às 17h00.

Ref.: Processo Sialem n.º 2025033431 4
Processo SEI nº CSB 00030129/2025-25
Int.: Delegacia Seccional de Polícia de Franco da Rocha
Ass: LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO
OBJETO: Aquisição de material periférico de informática
Encontra-se aberta na Delegacia Seccional de Polícia de Franco da Rocha/SP, licitação na modalidade PREGÃO ELETRONICO de nº 90007/2025, objetivando adquirir material periférico de informática.
Recebimento/entrega das propostas: via Internet, no endereço eletrônico www.compras.sp.gov.br, iniciando o recebimento das propostas até às 10:30:00horas do dia 10/04/2025.
O Edital na íntegra encontra-se disponível no mesmo endereço eletrônico.

Franco da Rocha, 27 de março de 2025

Alco Galiano Junior
DELEGADO SECCIONAL DE POLÍCIA
UGE 180273

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL SEINFRA Nº 002/2025

Objeto: concessão dos serviços públicos para exploração da infraestrutura, recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, ampliação da capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário do Lote 07 - Ouro Preto Mariana (Via Liberdade). Critério de julgamento: combinação do critério de menor Contraprestação, na modalidade de aporte, a ser paga pelo Poder Concedente, com o de maior Valor de Outorga, nos termos do art. 12, inciso II, caput, e alínea a, da Lei nº 11.079/2004 e do art. 15, inciso II, da Lei nº 8.987/1995. Os documentos da licitação (edital, contrato e anexos) estarão disponíveis para consulta no site da SEINFRA (http://www.infraestrutura.mg.gov.br/), a partir de 28/3/2025. Os interessados poderão apresentar pedidos de esclarecimentos ao edital até às 23h59 do dia 28 de abril de 2025, via e-mail loteouropretomariana@infraestrutura.mg.gov.br, conforme disposições do edital. O envelope contendo a garantia de proposta e o envelope contendo a proposta econômica deverão ser entregues na B3 S.A Brasil, Bolsa, Balcão, das 10h às 12h do dia 7 de julho de 2025, na Rua XV de Novembro, 275, Centro, São Paulo/SP, conforme disposições do edital. O leilão, com a participação das licitantes que tiverem suas garantias de proposta aceitas, será realizado no dia 10 de julho de 2025, a partir das 14h, na B3 S.A Brasil, Bolsa, Balcão, na Rua XV de Novembro, 275, Centro, São Paulo/SP, conforme disposições do edital. A licitante classificada em primeiro lugar deverá entregar o envelope contendo os documentos de habilitação na data e horário de realização do leilão, conforme disposições do edital. Pedro Bruno Barros de Souza - Secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias.



ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

e|investidor ESTADÃO

e-book gratuito

COMO DECLARAR O IMPOSTO DE RENDA

Confira o checklist de documentos necessários e o passo a passo para não errar na sua declaração do IR de 2025

NELE VOCÊ ENCONTRA:

- Quem deve declarar
- Quais os documentos necessários
- Investimentos isentos X tributáveis
- Passo a passo para preencher a declaração



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code ao lado e acesse agora o nosso guia exclusivo e gratuito



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO PARAIBA - CONSAVAP

BALANÇO PATRIMONIAL

	Exercício Atual
ATIVO	4.177.289,32
ATIVO CIRCULANTE	2.606.565,58
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.605.171,84
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	2.605.171,84
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.393,74
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	1.393,05
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	0,69
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	1.570.723,74
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.327.663,61
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	1.327.663,61
IMOBILIZADO	243.060,13
BENS MÓVEIS	243.060,13
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.177.289,32
PASSIVO CIRCULANTE	2.429.622,23
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	23.614,42
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	23.614,42
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	2.391.710,50
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	2.391.710,50
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	14.296,51
VALORES RESTITUÍVEIS	14.296,51
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.747.667,09
RESULTADOS ACUMULADOS	1.747.667,09
SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS	1.747.667,09

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

	Exercício Atual
ATIVO (I)	4.177.289,32
ATIVO FINANCEIRO	1.970.097,28
ATIVO PERMANENTE	2.207.192,04
PASSIVO (II)	
PASSIVO FINANCEIRO	2.430.575,57
PASSIVO PERMANENTE	2.430.575,57
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	0,00

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO

	0,00
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	0,00
OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	0,00
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

	Exercício atual
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**28.399.523,07**
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	27.051.912,56
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	27.051.912,56
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	27.051.912,56
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS - CONSOLIDAÇÃO	27.051.912,56
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.347.610,51
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.347.610,51
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	19.946,91
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS - CONSOLIDAÇÃO	19.946,91
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	1.327.663,60
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - CONSOLIDAÇÃO	1.327.663,60
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**29.952.005,08**
PESSOAL E ENCARGOS	947.688,21
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	770.450,95
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS	770.450,95
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS - CONSOLIDAÇÃO	770.450,95
ENCARGOS PATRONAIS	177.237,26
ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	22.941,24
ENCARGOS PATRONAIS - RPPS - INTER OFSS - UNIÃO	22.941,24
ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	113.050,83
ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - CONSOLIDAÇÃO	113.050,83
ENCARGOS PATRONAIS - FGTS	41.245,19
ENCARGOS PATRONAIS - FGTS - CONSOLIDAÇÃO	41.245,19
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	115.603,61
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	10.651,12
CONSUMO DE MATERIAL	10.651,12
CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	10.651,12
SERVIÇOS	104.952,49
SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	12.694,76
SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOA FÍSICA - CONSOLIDAÇÃO	12.694,76
SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	92.257,73
SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - CONSOLIDAÇÃO	92.257,73
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	176,20
JUROS E ENCARGOS DE MORA	176,20
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	176,20
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS - CONSOLIDAÇÃO	176,20
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	28.888.534,06
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	28.888.534,06
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS	28.888.534,06
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS - CONSOLIDAÇÃO	28.888.534,06
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**-1.552.482,01**

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	28.034.945,53	28.034.945,53	27.051.912,56	-983.032,97
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	50.000,02	50.000,02	394.630,53	344.630,51
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	27.984.945,51	27.984.945,51	26.657.282,03	-1.327.663,48
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	28.034.945,53	28.034.945,53	27.051.912,56	-983.032,97
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	28.034.945,53	28.034.945,53	27.051.912,56	-983.032,97
Déficit (VI)	-	-	2.895.467,48	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	28.034.945,53	28.034.945,53	29.947.380,04	1.912.434,51
Saldos de Exercícios Anteriores	-	2.415.042,28	2.415.042,28	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	0,00	0,00	-
Superávit Financeiro	-	2.415.042,28	2.415.042,28	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	0,00	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	28.004.945,53	30.971.872,50	29.947.380,04	29.946.426,70	27.531.101,38	1.024.492,46
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	997.382,95	997.382,95	917.681,15	917.681,15	894.066,73	79.701,80
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.007.562,58	29.974.489,55	29.029.698,89	29.028.745,55	26.637.034,65	944.790,66
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
INVESTIMENTOS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	28.034.945,53	31.001.872,50	29.947.380,04	29.946.426,70	27.531.101,38	1.054.492,46
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	28.034.945,53	31.001.872,50	29.947.380,04	29.946.426,70	27.531.101,38	1.054.492,46
Superávit (XIV)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	28.034.945,53	31.001.872,50	29.947.380,04	29.946.426,70	27.531.101,38	1.054.492,46
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Inscritos Em Exercícios Anteriores (a)	Inscritos Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo f= (a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	0,00	5.578,38	5.578,38	5.578,38	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	5.578,38	5.578,38	5.578,38	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	5.578,38	5.578,38	5.578,38	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	Inscritos Em Exercícios Anteriores (a)	Inscritos Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e= (a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	0,00	2.150.207,31	2.150.207,31	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	8.172,49	8.172,49	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	2.142.034,82	2.142.034,82	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	2.150.207,31	2.150.207,31	0,00	0,00

BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	DISPÊNDIOS ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	27.051.912,56	**DESPESA ORÇAMENTÁRIA**	29.947.380,04
Ordinária	27.051.912,56	**Ordinária**	29.947.380,04
SAUDE	27.051.912,56	SAUDE	29.947.380,04
Vinculada	0,00	**Vinculada**	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	0,00	**TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS**	0,00
EXTRAORÇAMENTÁRIAS	3.222.912,42	**EXTRAORÇAMENTÁRIAS**	2.303.907,91
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	953,34	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	5.578,38
Inscrição de Restos a Pagar Processados	2.415.325,32	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	2.150.207,31
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	806.633,76	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	148.122,22
SALDOS ANTERIORES	4.581.634,81	**SALDOS ATUAIS**	2.605.171,84
CAIXA	0,00	CAIXA	0,00
CONTAS CORRENTES	4.581.634,81	CONTAS CORRENTES	2.605.171,84
APLICAÇÕES	0,00	APLICAÇÕES	0,00
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00
TOTAL	34.856.459,79	TOTAL	34.856.459,79

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 26/03/2025

MYRIAM ALCKMIN RAMOS NOGUEIRA
SECRETARIA EXECUTIVA

ANA PAULA DE CAMPOS SIMAO
CONTADORA - CRC 1SP173428/O-5

Prefeitura de São José dos Campos

Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças

Prorrogação de licitação sem alteração de edital: Concorrência Presencial 001/SGAF/2025 Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de publicidade para realização de atividades integradas que possibilitem o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e na distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação. Informamos que a Licitação em referência, que aconteceria em 28/03/2025 às 09h00 foi **Prorrogada** para: 16/04/2025 às 09h00.

Informações: Rua José de Alencar, 123 - 1° **andar** - sala 03, das 08h15 às 17h00. **Valéria Aparecida Mendes de Oliveira** - Diretora do Departamento de Recursos Materiais. Os editais completos podem ser retirados através do site: www.sjc.sp.gov.br

Prefeitura de São José dos Campos

Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças

AVISO DE SORTEIO DE SUBCOMISSÃO TÉCNICA

LOCAL DA SESSÃO DE SORTEIO: Rua José de Alencar, nº 123, 1º andar, sala 03 - Paço Municipal. São José dos Campos - SP.

DATA: 14/04/2025

HORÁRIO: 09h00

DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA: Processo nº 35725/2025

Os candidatos foram previamente cadastrados para que através de sorteio obtenha-se por resultado a escolha de 03 (três) membros, sendo que 02 (dois) com vínculo com a Administração Municipal e 01 (um) sem vínculo com a Administração Municipal, que irão compor a subcomissão de julgamento das propostas técnicas da CONCORRÊNCIA PRESENCIAL 001/SGAF/2025.

Considerando o que determina o Art. 10, § 2º, da Lei 12.232/2010, torna público os nomes:

Candidatos com vínculo com a Administração Municipal:

1. Ana Lúcia de Abranches Penna; 2. Cláudio César de Souza; 3. Gabriel Novaes Vieira; 4. Henrique Roberti Macedo; 5. João Paulo Sardinha da Silva; 6. Rosiene Mazza Masiero Ottoboni

Candidatos sem vínculo com a Administração Municipal:

7.João Luca Claro Cabral; 8. Rafael Freitas Gomes da Silva; 9. Sheila Regina Faria

Contato: (12) 3947-8250 - Email: drmod@sjc.sp.gov.br

Investimentos Bemge S.A.

CNPJ 01.548.981/0001-79 Companhia Aberta NIRE 35300315472

Edital de Convocação

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Os Senhores Acionistas da **INVESTIMENTOS BEMGE S.A.**, conforme obrigação prevista pela Lei das Sociedades Anônimas, são convidados pelo Conselho de Administração a participarem de Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 28.04.2025, às 11:00 horas, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, 1º andar, em São Paulo (SP). A assembleia ocorrerá de modo exclusivamente presencial por se tratar de formato suficiente para assegurar a adequada condução dos trabalhos na sede social e abordará as matérias elencadas abaixo: **1.** Tomar conhecimento dos Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes e examiná-los, para deliberar sobre as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2024, com a ressalva das contas do ex-administrador Sr. Alexandro Broedel Lopes, bem como a anulação, de pleno direito, da aprovação das contas do ex-administrador Alexandro Broedel Lopes relativas aos exercícios de 2021, 2022 e 2023, revogando-se qualquer quitação que possa ter-se operado em seu benefício; **2.** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício; **3.** Fixar o número de membros que comporão o Conselho de Administração e eleger os seus integrantes para o próximo mandato bienal, incluindo um membro independente. Tendo em vista as determinações da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") 70/22, fica consignado que, para requerer a adoção de voto múltiplo na eleição de membros do Conselho de Administração, os requerentes deverão representar, no mínimo, 5% do capital votante; **4.** Deliberar sobre o montante da verba destinada à remuneração global dos integrantes da Diretoria e do Conselho de Administração. Nos termos da Resolução CVM 81/22, a Companhia consigna sua intenção de não disponibilizar o boletim de voto a distância como forma de participação na Assembleia, a menos que requisitado por acionistas titulares de 0,5% (meio por cento) do capital social da Companhia. Fica consignado, ainda, que, para requerer a instalação do Conselho Fiscal, os requerentes deverão representar, no mínimo, 4% do capital votante ou 2% do capital sem direito a voto. A descrição consolidada das matérias propostas bem como suas justificativas constam do Manual da Assembleia. Os documentos a serem analisados na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Para exercer seus direitos, os acionistas que desejarem comparecer à Assembleia deverão portar seu documento de identidade. Os acionistas podem ser representados na Assembleia por procurador, nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, desde que o procurador esteja com seu documento de identidade e os documentos listados abaixo comprovando a validade de sua procuração (solicitamos que documentos produzidos no exterior sejam consularizados ou apostilados e acompanhados da respectiva tradução juramentada). Esclarecemos que o representante do Acionista Pessoa Jurídica não precisará ser Acionista, administrador da Companhia ou advogado. a) Pessoas Jurídicas no Brasil: apresentar cópia autenticada do contrato/estatuto social da pessoa jurídica representada, comprovante de eleição dos administradores e a correspondente procuração, com firma reconhecida em cartório; e b) Pessoas Físicas no Brasil: apresentar procuração com firma reconhecida em cartório. Objetivando facilitar os trabalhos na Assembleia, a Companhia sugere que os Acionistas representados por procuradores enviem, até o dia 25.04.2025, cópia dos documentos acima elencados para o e-mail drinvest@itau-unibanco.com.br. No intuito de organizar o acesso aos acionistas na Assembleia, informamos que seu ingresso será permitido a partir das 10h. São Paulo (SP), 26 de março de 2025. (a) Gustavo Lopes Rodrigues - Diretor de Relações com Investidores. (27/28/29)

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA USP
CNPJ Nº 63.025.530/0085-12
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2025 – HU
PROCESSO SEI Nº 154.00008961/2024-11
Ref.: Alteração de edital e nova data

Segue abaixo as alterações que deverão ser consideradas no Anexo I – Item 4.1.1. O descritivo abaixo passa a ser o novo descritivo a ser considerado: "Laudo emitido pelo IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) ou por outro laboratório certificado pelo INMETRO COMPROVANDO QUE O PRODUTO ESTÁ CLASSIFICADO COMO NÍVEL 3 PELOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA NORMAS ABNT." Demais informações e condições permanecem inalteradas. NOVA DATA: SESSÃO DE ABERTURA: 10/04/2025 às 9h. Demais informações estarão disponíveis nos endereços: www.gov.br/compras, www.usp.br/licitacoes e www.doe.sp.gov.br.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE FUNDAÇÃO DO INSTITUTO SOCIAL DE ARTES MARCIAIS - ISAM

Pelo presente edital, ficam convocadas todas as pessoas interessadas na constituição de uma associação civil sem fins econômicos, voltada à promoção, ensino e difusão de artes marciais como instrumento de inclusão social, desenvolvimento humano e formação cidadã, para participarem da **Assembleia Geral de Fundação do INSTITUTO SOCIAL DE ARTES MARCIAIS - ISAM**, a ser realizada no dia **02 de abril de 2025, às 09 horas, na Rua Joaquim Floriano, 466, cj. 1002, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04534-002**. Na ocasião, será deliberada a seguinte ordem do dia: 1) Discussão e aprovação do Estatuto Social do Instituto Social de Artes Marciais - ISAM; 2) Eleição e posse da primeira Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal; 3) Definição da sede e aprovação da abrangência territorial de atuação da entidade; 4) Outros assuntos pertinentes à constituição da associação. O ISAM terá sua sede na Rua Pan, 313 - Bairro Nova Gerty - São Caetano do Sul - cj 33, CEP 09572-550, com **abrangência territorial em todo o Estado de São Paulo**. O instituto terá como finalidade promover ações sociais, educacionais, esportivas e culturais por meio da prática das artes marciais, especialmente junto a comunidades em situação de vulnerabilidade.

São Paulo, 27 de março de 2025
Diego Alves de Souza Xavier – Presidente da fundação

Movida Participações S.A.

Companhia de Capital Aberto Autorizado
CNPJ/MF nº 21.314.559/0001-66 – NIRE 3530047210-1

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da Movida Participações S.A. ("Companhia") para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada de forma exclusivamente presencial, em 30 de abril de 2025, às 15 horas, em sua sede social, localizada na Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº 1.017, conjunto 92, Itaim Bibi, CEP 04530-001, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A AGOE será realizada exclusivamente de forma presencial, com o objetivo de promover a interação direta entre os acionistas e a Administração da Companhia, garantindo uma comunicação mais eficaz e um ambiente de discussão construtivo. A realização da assembleia presencial possibilita um melhor acompanhamento das deliberações, permitindo a cada acionista participar ativamente das discussões e esclarecer eventuais dúvidas diretamente com os administradores. A Assembleia Geral será realizada a fim de apreciarem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Assembleia Geral Ordinária: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes; (ii) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 e a distribuição de dividendos; e Assembleia Geral Extraordinária: (i) Fixar a remuneração global anual dos Administradores da Companhia para o exercício de 2025. (ii) Modificar o Estatuto Social da Companhia, a fim de alterar o artigo 27, parágrafo 5º, para incluir nas atribuições do Comitê de Auditoria: (a) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos, regulamentos e códigos internos, com proteção do prestador e confidencialidade da informação; e (b) requerer informações detalhadas de políticas, devendo avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas; e (iii) Consolidar o estatuto social da Companhia. **Instruções Gerais**: Para tomar parte na AGOE, os acionistas deverão apresentar, no dia da realização da AGOE: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404/76; e (ii) instrumento de mandato, na hipótese de representação do acionista, devidamente regularizado na forma da lei e do estatuto social da Companhia. Em relação aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, deverá ser apresentado o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, e datado de até 2 (dois) dias úteis antes da realização da AGOE. O acionista ou seu representante legal deverá, ainda, comparecer à AGOE munido de documentos que comprovem sua identidade. Solicitamos, ainda, que a documentação descrita acima seja depositada na sede da Companhia em até às 18 horas do dia 28 de abril de 2025 ou pelo *e-mail* ri@movida.com.br. De acordo com a Resolução CVM nº 81/2022, o acionista poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio de votação a distância, enviando o correspondente Boletim de Voto a Distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes na Proposta da Administração, em até 4 (quatro) dias antes da Assembleia, ou seja, até o dia 26 de abril de 2025 (inclusive), nos termos do art. 27 da Resolução CVM 81. Ressaltamos que caso o Boletim seja recebido após esta data, os votos não serão computados. Informamos ainda que, por força do disposto no artigo 133, da Lei nº 6.404/76, e dos artigos 10, 12 e 13 da Resolução CVM 81/2022, já se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social da Companhia, nos endereços eletrônicos na *Internet* da Companhia (http://ri.movida.com.br) e no *site* da CVM (www.gov.br/cvm), os documentos a serem discutidos na AGOE ora convocada, bem como os Boletins de Voto a Distância. Instalação do Conselho Fiscal: nos termos do artigo 5º, inciso I-A da Resolução CVM 81/22 e da Resolução CVM 70/22, o percentual mínimo de participação no capital social votante para requerer a instalação do Conselho Fiscal é de 2%.

São Paulo, 28 de março de 2025
Fernando Antonio Simões
Presidente do Conselho de Administração

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM nº 310

Edital de Segunda Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (Primeira), 2ª (Segunda) e 3ª (Terceira) Série da 131ª (Centésima Trigésima Primeira) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (primeira), (segunda) e 3ª (terceira) séries da 131ª (centésima trigésima primeira) emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 14.6. do *"Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª (Primeira), 2ª (Segunda) e 3ª (Terceira) Séries da 131ª (Centésima Trigésima Primeira) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Cedidos pela Agrofito - Insumos Agrícolas Ltda."* ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 2ª (segunda) convocação em Assembleia Geral de Titulares de CRA ("Assembleia"), a realizar-se no dia **16 de abril de 2025, às 11:00** horas exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) conforme as condicionantes expressas no item 6.1 da ata da assembleia realizada em 04 de setembro de 2024, deliberar sobre (a) a situação da carteira de recebíveis da operação para o exercício de 2025, considerando a apresentação, pela Cedente, de Direitos Creditórios à Emissora que não atendam aos Critérios de Elegibilidade, conforme definidos no Contrato de Cessão; (b) a definição da forma de recebimento e eventual antecipação das amortizações extraordinárias; (ii) a concessão de waiver, de forma a não configurar hipótese de Recompra Obrigatória pela Cedente e, consequentemente, o Resgate Antecipado dos CRA, em razão dos seguintes descumprimentos pela Devedora (a) da não apresentação do balanço auditado pela Cedente até 31 de dezembro de 2024, conforme condicionante expressa no item 6.1 da assembleia realizada em 04 de setembro de 2024; (b) descumprimento do Valor Mínimo dos Direitos Creditórios do Agronegócio; (c) a não substituição das Notas Promissórias Parte Relacionadas, conforme definido no Contrato de Cessão, dentro do prazo limite; e (d) não cumprimento, pela Cedente, da condição de que o montante dos Direitos Creditórios do Agronegócio inadimplidos por mais de 90 (noventa) dias de seu respectivo vencimento seja inferior ao valor dos CRA Subordinados Júnior calculado na data de verificação; e (iii) autorização e aprovação expressa para que sejam celebrados e registrados conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos Documentos da Oferta, conforme definido no Termo de Securitização, para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e Contrato de Cessão. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i) A Assembleia Geral de Titulares de CRA instalar-se-á em (segunda) convocação com a presença de Titulares de CRA que representem qualquer número. Ainda, as matérias serão aprovadas, em segunda convocação, pelos votos favoráveis de Titulares dos CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRA em Circulação presentes na respectiva assembleia. (ii) Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Geral de Titulares de CRA. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. (iii) Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleias@ecoagro.agr.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, obedecidas as condições legais. (iv) Após o horário de início da Assembleia Geral de Titulares de CRA, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia Geral de Titulares de CRA, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação destes Titulares de CRA via instrução de voto a distância.

São Paulo, 28 de março de 2025
Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
Marcelo de Albuquerque - Diretor de Relações com Investidores, Distribuição e Securitização

FÊNIX EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ - 51.319.158/0001-12 - NIRE - 35.300.006.194

Retificação de Edital de Convocação Resumido - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os acionistas de **Fênix Empreendimentos S.A.**, para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia **07 de abril de 2025, às 9h00**, de modo exclusivamente virtual, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 79/2020, a fim de deliberar sobre as matérias descritas no Edital disponibilizado na íntegra nos endereços eletrônicos abaixo indicados. Esta publicação substitui e retifica o edital de convocação anteriormente divulgado no jornal "O Estado de São Paulo", nos dias 19, 20 e 21 de março de 2025, por conter alterações na pauta da assembleia. Aviso: O presente Edital é feito na forma resumida. As informações completas para a participação dos acionistas na AGO estão disponíveis no endereço eletrônico do Jornal "O Estado de São Paulo" (Estadão) (https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/). Santa Bárbara d'Oeste, 28 de março de 2025.
América Emilio Romi Neto - **Vice-presidente do Conselho de Administração**

JSL S.A.

Companhia de Capital Aberto Autorizado
CNPJ/MF nº 52.548.435/0001-79 – NIRE 35.300.362.683

Edital de Convocação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 23 de abril de 2025

Ficam convocados os senhores acionistas da JSL S.A. ("Companhia") para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada de forma exclusivamente presencial, em 23 de abril de 2025, às 15:00 horas, em sua sede social, localizada na Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº 1.017, conjunto 91, Edifício Corporate Park, Itaim Bibi, CEP 04530-001, na cidade de São Paulo. A AGOE será realizada exclusivamente de forma presencial, com o objetivo de promover a interação direta entre os acionistas e a Administração da Companhia, garantindo uma comunicação mais eficaz e um ambiente de discussão construtivo. A realização da assembleia presencial possibilita um melhor acompanhamento das deliberações, permitindo a cada acionista participar ativamente das discussões e esclarecer eventuais dúvidas diretamente com os administradores. A Assembleia Geral será realizada a fim de apreciarem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: A) Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do relatório dos auditores independentes; e (ii) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 e a distribuição de dividendos. B) Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Fixar o limite global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2025; (ii) Modificar o Estatuto Social da Companhia, a fim de alterar o artigo 27, parágrafo 5º, para incluir nas atribuições do Comitê de Auditoria: (a) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos, regulamentos e códigos internos, com proteção do prestador e confidencialidade da informação; e (b) requerer informações detalhadas de políticas, devendo avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas; e (iii) Consolidar o estatuto social da Companhia. **Instruções Gerais**: Para tomar parte na AGOE, os acionistas deverão apresentar, no dia da realização da AGOE: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404/76; e (ii) instrumento de mandato, na hipótese de representação do acionista, devidamente regularizado na forma da lei e do estatuto social da Companhia. Em relação aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, deverá ser apresentado o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, e datado de até 2 (dois) dias úteis antes da realização da AGOE. O acionista ou seu representante legal deverá, ainda, comparecer à AGOE munido de documentos que comprovem sua identidade. Solicitamos, ainda, que a documentação descrita acima seja depositada na sede da Companhia em até às 18 horas do dia 22 de abril de 2025 ou pelo *e-mail* ri@jsl.com.br. De acordo com a Resolução CVM nº 81/2022, o acionista poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio de votação a distância, enviando o correspondente Boletim de Voto a Distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes na Proposta da Administração. Informamos ainda que, por força do disposto no artigo 133, da Lei nº 6.404/76, e dos artigos 10, 12 e 13 da Resolução CVM 81/2022, já se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social da Companhia, nos endereços eletrônicos na *Internet* da Companhia (http://ri.jsl.com.br) e no site da CVM (www.gov.br/cvm), os documentos a serem discutidos na AGOE ora convocada, bem como os Boletins de Voto a Distância. Instalação do Conselho Fiscal: nos termos do artigo 5º, inciso I-A da Resolução CVM 81/22 e da Resolução CVM 70/22, o percentual mínimo de participação no capital social votante para requerer a instalação do Conselho Fiscal é de 2%.

São Paulo, 28 de março de 2025
Fernando Antonio Simões
Presidente do Conselho de Administração

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM nº 310

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª (Primeira), 2ª (Segunda) e 3ª (Terceira) Séries da 127ª (Centésima Vigésima Sétima) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A

Ficam Convocados os Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª (primeira), 2ª (segunda) e 3ª (terceira) séries da 127ª (centésima vigésima sétima) emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 14.3.1 e seguintes do *"Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, da 1ª (primeira), 2ª (segunda) e 3ª (terceira) Séries da 127ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Lastreados em Créditos do Agronegócio Devidos pela Agrícola Panorama Comércio e Representações Ltda."* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Especial de Investidores Titulares de CRA ("Assembleia"), a realizar-se no dia **17 de abril de 2025, às 14:00 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrada pela Emissora, sendo o acesso por ela disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste edital, por meio de link que será informado pela Emissora, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) aprovar a não decretação do vencimento antecipado do "Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio nº 001/2025-PAN" ("CDCA") e, consequentemente, o resgate antecipado dos CRA devido ao descumprimento da condicionante expressa no subitem (b) do item (i) da ata de assembleia realizada em 30 de janeiro de 2025; (ii) se aprovado o item (i), aprovar a proposta de repactuação do volume mínimo previamente estabelecido relativo à formalização de cálculos e consentimento da notificação de constituição da cessão fiduciária; e (iii) autorização à Emissora em conjunto com o Agente Fiduciário, para praticarem todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações ora tomadas. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i) A Assembleia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação conforme cláusula 14.4. do Termo de Securitização. Ainda, as matérias da Ordem do Dia serão deliberadas, em primeira convocação, por Titulares de CRA que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRA em Circulação, conforme cláusula 14.5. do Termo de Securitização. (ii) Nos termos da Resolução CVM 60, o titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 02 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. (iii) Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleias@ecoagro.agr.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br cópia dos seguintes documentos: a. quando pessoa física, documento de identidade; b. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do titular de CRA; c. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e d. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 28 de março de 2025
Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

PODCAST
Estadão Analisa
com Carlos Andreazza
Assista AO VIVO pelo canal do Estadão no Youtube.
DE SEGUNDA A SEXTA 7h DA MANHÃ
ESTADÃO

PODCAST
Estadão Analisa
com Carlos Andreazza
O Estadão Analisa vai ao ar de segunda a sexta-feira, às 7h.
7h
ESTADÃO

ESTADÃO

QUER RESULTADOS?

PUBLIQUE SEUS ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO

CONTEÚDO RELEVANTE DE SEGUNDA A SEGUNDA

Há 150 anos o Estadão leva informação editorial com transparência e credibilidade, admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil.



ESTADÃO RI

DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA DE RESULTADOS FINANCEIROS E NOTÍCIAS DE EMPRESAS



LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS



A FORÇA DO IMPRESSO +2,2M DE LEITORES



CIRCULAÇÃO NACIONAL 209.132 EXEMPLARES (IMPRESSO+DIGITAL)

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL

(11) 3856-2442

ACESSE E CONHEÇA



ESTADÃO150 ESTADÃO RI 107,3

broadcast

PORTO ASSISTÊNCIA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 46.559.587/0001-80 - NIRE 35300617321

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 27 de Fevereiro de 2025

1. Data, Horário e Local: Em 27 de fevereiro de 2025, às 9h, na sede social da Porto Assistência Participações S.A. ("Companhia"), na Alameda Rio Negro, nº 500, 5º andar, parte, Alphaville Centro Industrial, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06454-000. **2. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, da Companhia. Presente também o Diretor Presidente da Companhia, o Sr. Lene Araújo de Lima. Presente, ainda, a representante dos auditores independentes da Companhia, a Sra. Diana Yukie Naka dos Santos, da Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. **3. Convocação:** Dispensada a convocação em face da presença dos acionistas detentores da totalidade do capital social, nos termos do §4º, do art. 124 da Lei nº 6.404/76 ("LSA"). **4. Publicações:** As demonstrações financeiras, o relatório da administração, o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração do fluxo de caixa, demonstração da mutação do patrimônio líquido, as notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, inclusive sua controlada, foram publicadas em 21 de fevereiro de 2025 no jornal "O Estado de S. Paulo", nas páginas 86 a 92. **5. Mesa:** Presidente: Sr. Lene Araújo de Lima; Secretário: Sr. Gustavo Franco Pacheco. **6. Ordem do Dia:** Em Assembleia Geral Ordinária: *(i)* Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; *(ii)* Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e *(iii)* Fixar a remuneração global mensal dos membros da Administração. Em Assembleia Geral Extraordinária: *(iv)* Receber a renúncia dos Srs. Sr. Eugenio Emilio Staub Filho e da Sra. Ana Cristina Junqueira Pereira do Valle ao cargo de membros do Conselho de Administração da Companhia. **7. Deliberações:** Os acionistas deliberaram, por unanimidade e sem reservas, com a abstenção dos legalmente impedidos: Em Assembleia Geral Ordinária: *(i)* Aprovar, integralmente e sem reservas, as contas dos administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, inclusive sua controlada, publicada no jornal "O Estado de São Paulo", páginas 86 a 92, em 21 de fevereiro de 2025, as quais foram colocadas à disposição dos acionistas da Companhia. Adicionalmente, os acionistas deliberaram considerar sanadas a falta de publicação de anúncios e a observância dos prazos previstos na LSA, conforme faculdade do §4º do art. 133 do referido diploma legal, considerando, ainda, a publicação das demonstrações financeiras antes da realização desta Assembleia Geral. *(ii)* Aprovar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, no valor total de R$ 249.657.394,10 (duzentos e quarenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, trezentos e noventa e quatro reais e dez centavos), da seguinte forma: *(a)* R$ 46.599.030,86 (quarenta e seis milhões, quinhentos e noventa e nove mil, trinta reais e oitenta e seis centavos), já pagos aos acionistas em 29 de agosto de 2024, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 15 de agosto de 2024, que deliberou o pagamento de dividendos intermediários, imputados ao dividendo obrigatório relativo ao exercício social de 2024; *(b)* R$ 15.815.317,67 (quinze milhões, oitocentos e quinze mil, trezentos e dezessete reais e sessenta e sete centavos), que correspondem à complementação do dividendo obrigatório relativo ao exercício social de 2024, que serão pagos na data desta Assembleia; e *(c)* R$ 187.243.045,57 (cento e oitenta e sete milhões, duzentos e quarenta e três mil, quarenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), a título de dividendo adicional relativo ao referido exercício social de 2024, dos quais R$ 114.184.682,33 (cento e quatorze milhões, cento e oitenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e dois reais e trinta e três centavos) serão pagos na data desta Assembleia e os restantes R$ 73.058.363,24 (setenta e três milhões, cinquenta e oito mil, trezentos e sessenta e três reais e vinte e quatro centavos) serão pagos até 31 de dezembro de 2025. A Companhia fica dispensada de reservar o equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício social de 2024 para a conta de Reserva Legal na medida em que tal reserva já possui valores superiores a 20% (vinte por cento) do capital social, conforme previsão do *caput* do art. 193 da LSA. *(iii)* Aprovar a proposta de remuneração anual global dos administradores para o exercício de 2025, ficando a mesma fixada no valor de até R$ 1.000,00 (mil reais). Em Assembleia Geral Extraordinária: *(iv)* Os acionistas receberam a renúncia, com efeitos imediatos, do Sr. Eugenio Emilio Staub Filho e da Sra. Ana Cristina Junqueira Pereira do Valle aos cargos de membro do Conselho de Administração da Companhia. Os acionistas da Companhia deliberaram, por fim, manter os referidos cargos vagos até a próxima Assembleia Geral da Companhia, a qual será oportunamente convocada para que a acionista Porto Serviços S.A. possa indicar os membros substitutos. Por fim, os acionistas aprovaram a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, como faculta o §1º do art. 130 da LSA. **8. Documentos Arquivados:** Procurações societárias, Demonstrações Financeiras publicadas e cartas de renúncia. **9. Encerramento:** Encerradas as discussões, o Presidente da Mesa ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, não havendo manifestação, foram encerrados os trabalhos, dos quais foi lavrada esta ata, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada e lavrada em livro próprio. São Paulo, 27 de fevereiro de 2025. **Presidente da Mesa:** Lene Araújo de Lima; **Secretário da Mesa:** Gustavo Franco Pacheco; Acionistas: **Porto Serviço S.A.**, por seu Diretor Marcelo Sebastião da Silva e seu procurador Gustavo Franco Pacheco; **BTG Pactual Economia Real Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, p. BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda. p. Felipe Gottlieb e Felipe Giannatasio; **Ana Elisa Pereira do Valle Staub; Ricardo Uchoa Alves Lima; Ana Cristina Pereira Junqueira do Valle e Old Bridge Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior**, p. Est Gestão de Patrimônio Ltda., p. Gilberto Leite Cesar Filho e Deiwes Aparecido Rubira de Assis. **Mesa: Lene Araújo de Lima** - Presidente da Mesa; **Gustavo Franco Pacheco** - Secretário da Mesa. **Acionistas: Porto Serviço S.A.** - p. Marcelo Sebastião da Silva e Gustavo Franco Pacheco; **BTG Pactual Economia Real Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia** - p. BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda., p. Felipe Gottlieb e Felipe Giannatasio; **Ana Elisa Pereira do Valle Staub; Ricardo Uchoa Alves Lima; Ana Cristina Pereira Junqueira do Valle; Old Bridge Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior** - p. Est Gestão de Patrimônio Ltda., p. Gilberto Leite Cesar Filho e Deiwes Aparecido Rubira de Assis. **JUCESP** nº 96.992/25-6 em 21/03/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.



PODER JUDICIÁRIO

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE SENTENÇA

ESTADO DE GOIÁS – PODER JUDICIÁRIO – COMARCA DE GOIÂNIA

Autos nº 0197652-12.2001.8.09.0051

Autor: PLATÃO EMANUEL RIBEIRO

Ré: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

PLATÃO EMANUEL RIBEIRO, devidamente qualificado e via de advogado, aforou neste juízo "AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS" em face de PETRÓLEO BRASILEIRO S/A – PETROBRAS, também qualificado, expondo, para tanto, em resumo, o seguinte:

É Juiz titular da 2ª Vara Cível e dos Feitos da Fazenda Pública da comarca de Itumbiara.

Nessa condição, em 03 de setembro do corrente ano (2001) proferiu nos autos de nº 314/01 (Protocolo nº 2001350273 - Autor: Petroluz Diesel Ltda e outras - Réu: Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS) uma decisão concessiva de antecipação parcial da tutela, mediante caução, para que o Réu procedesse a imediata devolução às Autoras (prazo de 24 horas) das diferenças de ICMS que comprovaram estar retidas, no valor total de R$ 18.938.864,57.

Em virtude desse ato judicial, o Réu - que não ficou satisfeito - fez divulgar matéria sensacionalista em vários jornais e revistas do país, acusando os magistrados goianos de participarem de uma máfia para dilapidarem seu patrimônio.

Com efeito, pretende o Autor - então titular da 2ª Vara Cível e dos Feitos da Fazenda Pública da comarca de Itumbiara - ser indenizado por danos morais decorrentes da ofensa perpetrada pela Petrobrás ao divulgar matéria paga em jornais e onde relacionou vários juízes que concederam liminares ou antecipação de tutela em seu desfavor, divulgação essa de conteúdo ofensivo à honra e imagem do magistrado, posto que seu nome figurou entre aqueles listados nas publicações.

A empresa, por sua vez, diz que não praticou nenhuma conduta censurável, na medida em que sua atuação consistiu apenas em divulgar atos praticados nos autos de processos judiciais, por si sós de natureza pública, e que em nenhum momento ofendeu ou agrediu a honra e imagem dos magistrados deste Estado.

Dentre as mencionadas divulgações da imprensa, foi destacada aquela titulada de "Pirataria Tributária", publicada em página inteira por diversos jornais do país, uma das quais podemos ver a fls. 34/35, de "O Globo".

Em que pese a relutância e o esforço da Petrobrás em assumir sua responsabilidade, verdade é que o conteúdo das matérias transmitiu uma mensagem clara de que os juízes que oficiaram nas ações em seu desfavor ações essas promovidas por Distribuidoras e com o fito de serem reembolsadas das diferenças de ICMS oriundas do regime de substituição tributária, estariam mancomunados com aquelas empresas para saquearem seus cofres. Esses magistrados fariam parte de uma "quadrilha" para "assaltarem" os cofres da sociedade petroleira. E o "modus operandi" consistia em "aceitar mentiras como verdade", imprimir "inusitada rapidez" nos feitos e decisões que autorizavam os "ataques a seus cofres". (...)

No caso específico do Autor - e ao contrário do que foi divulgado pela mídia -, não foi autorizado qualquer levantamento de numerário, mas sim que o valor postulado pela Distribuidora fosse transferido para uma conta judicial "remunerada". (...)

Agindo da forma que agiu, o Réu acabou por ferir a honra e a dignidade do Autor assumindo a obrigação de arcar com as consequências de sua nefasta conduta. (...)

Com relação à publicação da sentença, que imagino ser o mais importante para aquele que é ofendido, injustamente, em sua boa fama, mostra-se como efeito ou consequência do ato reprovado. Ora, se por meio de jornais se difamou, por esse mesmo meio deverá se desdizer. E uma maneira prática de fazer isso é dar publicidade a esta sentença, nos mesmos veículos, espaço e com o mesmo destaque.

Ante todo o exposto, julgo procedentes os pedidos e de consequência CONDENO Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS a indenizar o Autor pelos danos morais por este suportados e no valor que arbitro em R$ 100.000,00. Condeno-a, ainda, a dar publicidade desta sentença nos mesmos jornais que veicularam a matéria intitulada "Pirataria Tributária", com o mesmo destaque e espaço."

Goiânia, 02 de fevereiro de 2006.

Lusvaldo de Paula e Silva

2º Juiz de Direito da 1ª Vara Cível

Utingás Armazenadora S.A.

CNPJ Nº 61.916.920/0001-49 - NIRE 35.300.033.621

Aviso aos Acionistas

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, em nossa sede social, localizada na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, nº 1.343, 9º andar, na Cidade e Estado de São Paulo, os documentos mencionados no Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. São Paulo, 28 de março de 2025. **Tabajara Bertelli Costa - Presidente.**



HDI SEGUROS DO BRASIL S.A.

CNPJ/ME nº 49.786.401/0001-08 - NIRE 35.300.610.512

Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 5 de Março de 2025

1. Data, Hora e Local: Realizada em 5 de março de 2025, às 11:00 (onze) horas, na sede da **HDI Seguros do Brasil S.A.**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 49.786.401/0001-08, com endereço na Avenida das Nações Unidas nº 14.261, Conj. 2201B ALA B, Parte A, Condomínio WT Morumbi, Vila Gertrudes, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04794-000 ("Companhia"). **2. Quórum:** Presentes a única acionista da Companhia, conforme assinatura aposta no livro de "Presença de Acionistas" da Companhia. Presentes também o representante da administração e o representante da auditoria externa independente, nos termos do artigo 134, § 1º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."). **3. Convocação:** Dispensada a publicação do Edital de Convocação tendo em vista a presença da única acionista da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei das S.A. **4. Publicações e Documentos:** Demonstrações Financeiras publicadas nas versões física e digital do Jornal "O Estadão" em 28 de fevereiro de 2025. Foi dispensada a leitura dos documentos referidos no artigo 133 da Lei das S.A. Os demais documentos que suportam as deliberações sobre a Ordem do Dia abaixo descrita foram devidamente disponibilizados na sede da Companhia. **5. Mesa:** Presidida pelo Sr. **Eduardo Stefanello Dal Bi** e secretariada pelo Sr. **Marcos Machini**. **6. Ordem do Dia:** As matérias que compõem a ordem do dia são as seguintes: **6.1.** Discutir as contas dos administradores e demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, devidamente publicadas; **6.2.** Discutir a destinação dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e **6.3.** Discutir a remuneração anual global dos membros da administração da Companhia para o exercício social de 2025. **7. Deliberações:** As seguintes deliberações foram tomadas pela única acionista da Companhia e sem restrições: **7.1.** Aprovar as contas dos administradores e demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme publicadas nas versões física e digital do Jornal "O Estadão" em 28 de fevereiro de 2025. **7.2.** Aprovou a destinação do lucro líquido apurado pela Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no montante de R$ 50.676.769,01 (cinquenta milhões, seiscentos e setenta e seis mil, setecentos e sessenta e nove reais e um centavo), que, após redução de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, no valor de R$ 8.162.768,77 (oito milhões, cento e sessenta e dois mil, setecentos e sessenta e oito reais e setenta e sete centavos), resultou no montante de R$ 42.514.000,24 (quarenta e dois milhões, quinhentos e quatorze mil e vinte e quatro centavos) que será destinado da seguinte forma, conforme proposta da administração: **(a)** R$ 2.125.700,01 (dois milhões, cento e vinte e cinco mil, setecentos reais e um centavo) serão destinados para a formação da Reserva Legal da Companhia; e **(b)** R$ 40.388.300,23 (quarenta milhões, trezentos e oitenta e oito mil, trezentos reais e vinte e três centavos) serão destinados à constituição da reserva estatutária, conforme artigo 25, parágrafo 1º, alínea "c" do Estatuto Social da Companhia. Fica consignado que a Acionista da Companhia manifestou expressamente sua concordância em relação ao recebimento de dividendos em patamar inferior ao mínimo obrigatório previsto no artigo 15, parágrafo 1º, alínea "b" do Estatuto Social da Companhia relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, conforme facultado no artigo 202, §3º da Lei das S.A. **7.3.** Aprovar a fixação da remuneração global e anual para os membros da administração da Companhia, no valor de até R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), distribuída de acordo com o previsto no artigo 8, §3º do Estatuto Social da Companhia, com observância do quanto disposto no artigo 152 da Lei das S.A., ficando à cargo do Comitê de Compensação, atualmente instalado na HDI Seguros S.A., delimitar a remuneração individual dos Diretores. **8. Encerramento:** Nada mais sendo tratado, lavrou-se a Ata a que se refere esta Assembleia Geral Ordinária, que, depois de lida, foi aprovada pela unanimidade dos acionistas presentes, que a assinam juntamente com os membros da Mesa. **Declaração:** Declaramos, para os devidos fins que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. São Paulo, 5 de março de 2025. **Eduardo Stefanello Dal Bi** - Presidente da Mesa. **Marcos Machini** - Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 97.876/25-2 em 24/03/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 60.730.348/0001-66

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Convidamos os senhores Acionistas da COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO ("Companhia") a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária** ("AGO"), a se realizar no dia 30 de abril de 2025, às 09h00min, de maneira presencial, no endereço da sede da Companhia, a seguir: Rua Tito, 479, na cidade de São Paulo – SP (estacionamento - Rua Espártaco, 685), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(ii)** Deliberação sobre a Proposta da Administração para destinação do lucro líquido ajustado verificado no exercício de 2024 no valor de R$ 3.146 mil e consequente distribuição de dividendos; **(iii)** Eleger os Membros do Conselho de Administração; e **(iv)** fixar o montante global de remuneração dos administradores, para o exercício social de 2025. **Aviso:** Encontram-se à disposição dos Acionistas, na sede social, os documentos do Artigo 133, Lei 6.404/76, relativos ao exercício de 2024. São Paulo, 28 de março de 2025.

Hélio Magalhães - Presidente do Conselho de Administração

Instruções Gerais: **(1)** Os documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas na AGO ora convocada, encontram-se à disposição dos Acionistas para consulta na sede da Companhia e na página da Companhia (www.melhoramentos.com.br), bem como na página da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S/A – Brasil Bolsa Balcão, em conformidade com as disposições do art. 133, da Lei nº 6.404/76 e da Resolução CVM nº 81/2022. **(2)** Para a solicitação de instalação do Conselho Fiscal: 2% (dois por cento) do capital social total votante, ou 1% (um por cento) do capital social total não votante, em consonância com o artigo 4º da Resolução CVM 81/2022, combinado com a Resolução CVM 70/2022. **(3)** A fim de facilitar o acesso dos senhores Acionistas à AGO, solicita-se a entrega dos documentos ora relacionados na sede da Companhia, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, com pelo menos 48h (quarenta e oito horas) de antecedência à data da realização da assembleia: (i) independentemente da natureza do Acionista, extrato ou comprovante de titularidade de ações emitido pela B3 ou pelo Banco Bradesco S/A., instituição prestadora de serviços de ações escriturais da Companhia; (ii) para aqueles Acionistas que se fizerem representar por procuração, instrumento de mandato com reconhecimento da firma do representado em cartório, com prazo de vigência inferior a um ano e outorgado em favor de instituição financeira, advogado, Acionista ou administrador da Companhia (artigo 126, § 1º, da Lei nº 6.404/76); (iii) se pessoa física, cópia de documento de identidade; e (iv) se pessoa jurídica, cópia do estatuto social ou contrato social, acompanhada de cópia do ato que comprove a eleição dos administradores que representarem o Acionista na AGO; (v) se fundo de investimento, cópia do regulamento do fundo, acompanhada dos documentos previstos no item "(iv)" acima, relativamente à pessoa jurídica responsável por exercer o direito de voto em nome do fundo de investimento. Sem prejuízo do disposto acima, o Acionista que comparecer à AGO, até o momento de abertura dos seus trabalhos, munido dos documentos referidos acima, poderá dela participar. **(4)** Em cumprimento ao quanto previsto no art. 30-A da Resolução CVM 81/2022, alterada pela Resolução 204/2024, informa a Companhia que não haverá disponibilização de Boletim de Voto a Distância para a presente AGO.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

comgas

CNPJ/MF nº 61.856.571/0001-17 - NIRE 35.300.045.611

Edital de Convocação para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 25 de abril de 2025

O Conselho de Administração da **Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3732, 27º andar, Sala 01, Itaim Bibi, CEP: 04538-132, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o NIRE 35.300.045.611, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 61.856.571/0001-17, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A", sob o código 15636 ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ("Lei das S.A."), e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("RCVM 81/22"), convocar os acionistas da Companhia para reunirem-se em assembleia geral ordinária e extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada no dia 25 de abril de 2025, às 09h00, de forma exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(A) Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Aprovação das contas dos Administradores e do Relatório da Administração, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2024; (ii) Aprovação da Destinação do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31.12.2024; (iii) Alteração do número de membros de 5 (cinco) para 6 (seis), que compõem o Conselho de Administração da Companhia; (iv) Eleição do membro do Conselho de Administração da Companhia; (v) Instalação do Conselho Fiscal da Companhia; (vi) Fixação do número de membros do Conselho Fiscal da Companhia; (vii) Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia; e (viii) Aprovação da remuneração global anual dos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício de 2025. **(B) Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Aprovação do Orçamento de Capital referente ao exercício de 2025. 1. **Instruções Gerais:** Com a intenção de facilitar o acesso dos acionistas na Assembleia Geral, bem como de promover maior inclusão e acessibilidade no processo decisório, assim como garantir maior isonomia na participação dos acionistas, a Companhia informa que, realizará a Assembleia Geral de modo exclusivamente digital, nos termos da RCVM 81/22. A Companhia disponibilizará um sistema eletrônico de participação remota que permitirá que os Acionistas participem da Assembleia Geral sem a necessidade de se fazerem presentes fisicamente. A participação dos Acionistas na Assembleia Geral está condicionada à apresentação dos documentos solicitados no Manual divulgado pela Companhia, de acordo com a forma de participação escolhida pelo Acionista, que, conforme acima exposto, poderá participar por meio eletrônico na plataforma digital ou por boletim de voto a distância. O sistema eletrônico para participação remota estará disponível para acesso a partir das 08h30min do dia 25 de abril de 2025. Por meio da plataforma digital, o Acionista terá acesso ao vídeo da mesa e aos áudios da sala de conferência onde será realizada a Assembleia Geral e poderá manifestar-se via áudio. As orientações e os dados para conexão no sistema eletrônico, incluindo a senha necessária, serão enviados aos acionistas que manifestarem interesse em participar remotamente por meio do e-mail investidores@comgas.com.br, aos cuidados da Área de Relações com Investidores da Companhia, **até o dia 23 de abril de 2025** (inclusive). Nesse mesmo e-mail os Acionistas deverão enviar também os documentos indicados no Manual. Nos termos da regulamentação em vigor, notadamente a Lei das S.A. e a Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022 ("RCVM 70/22"), a instalação do Conselho Fiscal se dará a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 2% (dois por cento) do total das ações com direito a voto de emissão da Companhia ou 1% (um por cento) das ações preferenciais da Companhia. O percentual mínimo para adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), nos termos do artigo 3º da RCVM 70/22 e do artigo 5º da RCVM 81/22. Ainda, nos termos do §1º do artigo 141 da Lei das S.A. Contudo, considerando que a Acionista Controladora detém aproximadamente (i) 99,84% das ações ordinárias da Companhia; e (ii) 99,14% do capital social da Companhia, nos termos da Lei das S.A., os acionistas minoritários não têm como exercer o direito de eleição dos membros do Conselho de Administração por meio da sistemática do voto múltiplo e em votação em separado. Encontra-se à disposição dos Acionistas nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e de relações com investidores da Companhia (ri.comgas.com.br), em observância ao parágrafo único do artigo 121, caput do artigo 133 e aos artigos 10º e seguintes da RCVM nº 81/22, cópia do Manual e da Proposta da Administração, do boletim de voto a distância e dos documentos pertinentes às matérias que serão debatidas na Assembleia Geral. São Paulo, 25 de março de 2025.

Nelson Roseira Gomes Neto - Presidente do Conselho de Administração

Tecnologia Decisão da ANPD

Governo mantém proibição de pagamento por 'venda de íris'

Autarquia vinculada ao Ministério da Justiça afirma que oferta da Tools for Humanity viola regras de proteção de dados

ALICE LABATE

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), vinculada ao Ministério da Justiça, manteve medida que proíbe a Tools for Humanity de pagar a usuários do World ID pela coleta de íris. A decisão, publicada no *Diário Oficial* da União, também estabelece multa diária de R$ 50 mil caso a prática continue. A autoridade reguladora considera que a remuneração pela coleta de dados biométricos fere a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e pode gerar danos irreversíveis aos titulares das informações.

O World ID é um sistema que utiliza uma câmera de alta definição para fazer imagens detalhadas da íris, que são convertidas em uma identidade digital única. Desde sua chegada ao Brasil, em novembro de 2024, a plataforma tem atraído grande adesão, sobretudo pelo incentivo financeiro oferecido aos participantes, que recebiam moedas digitais, como o bitcoin, em troca da criação da identidade – a Worldcoin podia ser trocada por até R$ 700, dependendo da sua cotação. Segundo a ANPD, essa prática configura "contraprestação financeira pela coleta de dado pessoal sensível", o que viola as regras de consentimento da LGPD.

O despacho da ANPD afirma que a Tools for Humanity não apresentou soluções que garantam a regularidade da operação no País. "As mudanças propostas não atendem à determinação da ANPD, uma vez que ainda está caracterizada a contraprestação financeira pela coleta de dado pessoal sensível", diz documento assinado pelo presidente da autoridade, Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior.

A decisão reforça a proibição que já estava em vigor desde janeiro deste ano, quando a ANPD suspendeu o pagamento de usuários em criptomoedas. Em fevereiro, um recurso da startup para adiar o fim da remuneração foi negado, levando a empresa a interromper temporariamente as verificações de identidade. Mesmo sem oferecer pagamento, os postos físicos do World ID continuam operando para fornecer informações ao público.

> ***"As mudanças propostas não atendem à determinação da ANPD, uma vez que ainda está caracterizada a contraprestação financeira pela coleta de dado pessoal sensível"***
> **Decisão da ANPD**

> ***"A World (...) adotará ações para poder oferecer ao Brasil a tecnologia capaz de combater golpes na internet e fraudes digitais"***
> **Nota da Tools For Humanity**

A Tools for Humanity alega que seu sistema não armazena os dados biométricos dos usuários e que a identidade digital gerada é anônima. A startup afirma ainda que a coleta da íris tem o objetivo de garantir a prova de humanidade na internet, diferenciando pessoas reais de "bots". Apesar disso, a ANPD entende que a compensação financeira pode comprometer a liberdade de consentimento dos usuários.

Em nota ao **Estadão**, a Tools For Humanity afirma que "a World discorda respeitosamente da mais recente decisão da ANPD e adotará ações para poder oferecer ao Brasil a tecnologia capaz de combater golpes na internet e fraudes digitais".

REAÇÃO NO EXTERIOR. A polêmica em torno da coleta de íris no Brasil reflete um debate global sobre privacidade e proteção de dados. Em outros países, como Alemanha e França, o modelo de operação do World ID também foi questionado por reguladores.

O projeto World ID faz parte de um ecossistema maior, criado para integrar identidade digital e criptomoedas. A tecnologia foi desenvolvida pela Tools for Humanity, startup cofundada por Sam Altman, CEO da OpenAI e um dos criadores do ChatGPT. Além do World ID, a empresa opera a criptomoeda Worldcoin e o blockchain World Chain, que registra transações dentro da plataforma.

Desde sua criação, em 2019, a Tools for Humanity levantou US$ 194 milhões em investimentos. A empresa argumenta que o World ID pode ser uma solução para segurança digital, substituindo métodos tradicionais de autenticação, como senhas. No entanto, especialistas alertam que a coleta de dados biométricos em larga escala representa riscos, como vazamentos e uso indevido das informações. ●

CLASSIFICADOS JORNAL DO CARRO IMÓVEIS OPORTUNIDADES & LEILÕES CARREIRAS & EMPREGOS

Para anunciar: (11) 3855-2001

OPORTUNIDADES

COMUNICADOS

COMUNICADO
PREZADO SR EMERSON LINO DOS SANTOS da CTPS DIGITAL 3030736 série - 2803 -SP Serve o presente para notificá-lo da dispensa por justa causa, em razão das faltas injustificadas por 30 dias, caracterizando o abandono de emprego em 27/03/2025, nos termos do artigo 482, alínea "i" da CLT. V.Sas. deverá comparecer o mais breve possível ao local de trabalho - NA AV.PIRARUCU, 3901 - NOVA ALDEINHA - BARUERI/SP - CEP: 06440-185 900 para formalização da dispensa. São Paulo 28 de março de 2025 ATENCIOSAMENTE CDC CONSTRUTORA

CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS

ENGENHEIRO CIVIL RESPONSÁVEL TÉCNICO
Serviços de Projetos e Firmas de Construção Civil, anotação de responsabilidade técnica ART p/ reformas e ar cond 11)99781-0121

LITORAL

Vendem-se

APARTAMENTOS

UBATUBA PRAIA GRANDE
Venda Apto, 2 Dts, 2 banhs., 1 vaga garagem ☎(19)99745-7273

PENSOU EM ANUNCIAR, PENSOU ESTADÃO
Fale com nossos consultores:
(11) 3855-2001
(11) 99181-2018 WhatsApp
Segunda a Sábado: 8h às 20h
Domingo e feriados: 14h às 20h
ESTADÃO

@deseulance.com
LEILÕES "ON-LINE" E "PRESENCIAIS" - CADASTRE-SE!
Participação via internet c/ transmissão de áudio e vídeo em tempo real - Local dos Leilões: R. Umana, 138 - São Paulo/SP - Visitação e Relação c/ fotos: www.deseulance.com Info: (11) 5575-9555
VENHA TRABALHAR CONOSCO NA CAPTAÇÃO DE NOVOS CLIENTES!
E OUTROS COMITENTES
DATA: 03/04/2025 - 5ª FEIRA - 11:00H
06 Empilhadeiras, Capac. 1,5 a 3,5T • 07 Transpaleteiras, Capac. 2 a 2,7T • Guindaste Sobre Rodas Liebherr • Escavadeira TigerCat • 03 Semirreboques • 03 Cabines p/ Caminhão • Gde. Qtd. de Peças p/ Caminhões • 02 Rebocadores • Torno Paralelo 2.000MM • Prensa FF 200T • Solda Arco Submerso • 11T Estruturas Porta Paletes • Plataformas Hidráulicas • Instrumentos de Precisão • Diversos
PERSIO BOSCHETTI JUNIOR - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 678



PENSOU EM ANUNCIAR, PENSOU ESTADÃO

O SEU MELHOR NEGÓCIO ESTÁ AQUI NO IMPRESSO E NO DIGITAL

Fale com nossos consultores:
(11) 3855-2001
(11) 99181-2018 WhatsApp
anunciar.classificados@estadao.com

Segunda a Sábado: 8h às 20h
Domingo e feriados: 14h às 20h



SUA PLATAFORMA PESSOAL DE INFORMAÇÃO

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

C10 E C11 A fundo


Masp abre novo prédio, cresce e relê sua própria história

CULTURA & COMPORTAMENTO
Sextou! | Divirta-se | UM GUIA SEMANAL
C2



O ESTADO DE S. PAULO
SEXTA-FEIRA, 28 DE MARÇO DE 2025

ALEX SILVA/ESTADÃO



Montagem de palco do Lolla em Interlagos; pop, rock, música urbana e eletrônico

Música

Do indie às multidões

Lollapalooza realiza nova edição apostando em formato distante de sua proposta original, criada nos anos 1990 nos EUA

SABRINA LEGRAMANDI
JULIA QUEIROZ
DANILO CASALETTI

O ano era 2012 e o então estudante Abner das Dores, com 21 anos, resolveu desembolsar R$ 300 para assistir a uma de suas bandas preferidas, o Arctic Monkeys. Era a estreia de mais um festival internacional no Brasil – o Lollapalooza –, que atrairia um público jovem e alternativo ao Jockey Club de São Paulo. "Era uma galera mais indie, mais alternativa", lembra ele. O público, na faixa etária entre 18 e 25 anos, pagava até R$ 500 para, além de Arctic Monkeys, assistir a bandas como Foo Fighters, Joan Jett e The Blackhearts, Skrillex e Jane's Addiction.

O preço já era salgado para a época e gerou polêmica por ser expressivamente mais alto que os valores do Lollapalooza Chile, com ingressos vendidos por R$ 208. A inflação foi aumentando, os valores das entradas para o festival foram subindo – e incorporando experiências VIP – e o lineup foi ficando cada vez mais pop.

De hoje até domingo, o festival chega a mais uma edição brasileira, com Olivia Rodrigo, Shawn Mendes e Justin Timberlake entre os headliners. Os ingressos foram vendidos por valores que vão de R$ 630 a mais de R$ 3 mil. São quatro palcos espalhados pelo Autódromo de Interlagos.

O festival incluiu outros nomes mainstream do gênero, como Benson Boone e Tate McRae. A mudança reflete não apenas a própria demanda do mercado, mas a alteração da organização do festival para a Rock World (produtora do Rock in Rio).

Sextou!

"O Lolla mantém a base entre pop, rock, música urbana e eletrônico", diz Marcelo Beraldo, diretor artístico do Lollapalooza Brasil. "Os festivais são um reflexo do que acontece no mercado. O pop hoje é o gênero mais consumido, então é natural que tenha espaço maior."

A visão de que o Lollapalooza era um festival voltado ao público indie remete ao seu surgimento nos Estados Unidos, em 1991. O vocalista da banda Jane's Addiction, Perry Farrell (considerado o criador do festival), acreditava que uma turnê que unisse bandas underground e alternativas poderia fazer sucesso com um público mais amplo. A primeira edição teve atrações como Nine Inch Nails, Violent Femmes, Siouxsie and the Banshees e Ice-T. Nos anos seguintes, o rock alternativo seguiu como destaque, mas deu espaço para o punk, o rap e o eletrônico, abrindo caminho para artistas menos conhecidos.

Já naquele período, a atração principal costumava ser mais mainstream, para atrair um público maior – casos de Red Hot Chilli Peppers, Green Day, Metallica e Ramones –, mas nada de pop. Essas histórias são contadas no livro *Lollapalooza: The Uncensored Story of Alternative Rock's Wildest Festival*, dos jornalistas Richard Bienstock e Tom Beaujour. Recém-lançado nos EUA, o livro narra as dificuldades pelas quais o festival passou nos anos seguintes, tentando unir a cultura alternativa com o retorno financeiro.

O Lollapalooza foi interrompido em 1997 e voltou só em 2003. O festival se adaptou ao mercado, cresceu e lançou edições na América do Sul e na Europa, com a raiz alternativa cada vez mais distante.

Atualmente engenheiro de software e com 34 anos, Abner das Dores agora coleciona sete idas ao festival. Acompanhou as alterações da edição brasileira e viu, além da mudança do local, o lineup agregando gêneros além do indie e do rock e a inclusão da roda-gigante e das famosas ativações.

BRINDES. Hoje, há até quem vá ao Lollapalooza não pelas atrações em si, mas pela experiência, que inclui esperar em filas demoradas para pegar brindes de patrocinadores e caminhar quilômetros entre um show e outro. Beraldo argumenta que as ativações são consequência de marcas que se identificam com o festival e seu público, mas que a organização não deseja que isso seja maior do que o essencial: a música.

Abner diz que, com a mudança do evento do Jockey para o Autódromo de Interlagos, a experiência do festival piorou. "Eu entendo a visão de que, quanto mais gente colocar no festival, mais a empresa consegue lucrar com isso, mas eu acho que perde um pouco da qualidade", diz.

Não dá para dizer mais que se trata de um evento focado no público alternativo – mas, talvez, isso seja consequência do desejo dos produtores de acompanhar o público jovem.

A organização do Lolla, contudo, nega essa intenção, argumentando que, das seis atrações principais, apenas duas ou três seriam realmente voltadas para os mais jovens. "Os mesmos fãs que escutam pop também escutam rap, rock e eletrônico, pode ser em menor grau, mas escutam. Temos de ter um pé em tudo", diz Beraldo. E essa proposta, ele diz, tem sido responsável por trazer ao Brasil "os artistas mais relevantes do momento." ●

CONFIRA A PROGRAMAÇÃO E TIRE SUAS DÚVIDAS SOBRE O FESTIVAL NA PÁGINA C2

Música

Lollapalooza

Festival reestrutura palcos para facilitar visão

Área da música eletrônica, por exemplo, será mais simples e terá quatro telões; shows serão exibidos na TV paga

Continuação da página C1

Uma das principais mudanças na estrutura do Lollapalooza é o Palco Perry. Em 2024, o espaço tinha cubos iluminados e futuristas. Neste ano, o aspecto é mais simples, mas a favor da visão de quem estiver longe, com quatro telões de tamanhos variados.

Outra novidade está na área Lolla Comfort, que dispõe de benefícios como guarda-volumes, pontos de alimentação, bares, banheiros e zonas de sombra e descanso. Apenas 2,5 mil pessoas terão acesso ao local, com vista privilegiada do Palco Budweiser, por onde vão passar as principais atrações.

O espaço ganhou uma espécie de arquibancada para assistir aos shows dos headliners. Em vez de uma base reta, quatro degraus permitem que mais pessoas vejam os artistas com maior proximidade.

Em caso de chuva – que se repete quase todos os anos e gera o famoso lamaçal do Lolla –, a estrutura do festival estará preparada de forma semelhante às edições anteriores. Pisos foram posicionados nos locais mais críticos, e pontos de serviço, como restaurantes, estão instalados em lugares asfaltados.

Ao todo, 36 peças de arte dão vida e cor a 15 mil lambe-lambes espalhados pelo festival. Serão mais de 70 atrações neste ano. Os shows terão transmissão pelos canais por assinatura Multishow e Bis, e também pelo Globoplay. ●

No palco

Os destaques dos três dias da programação

• Sexta-feira

– Palco Budweiser
12h45: Dead Fish
19h05: Empire of the Sun
21h30: Olivia Rodrigo

– Palco Samsung Galaxy
15h50: Inhaler
20h10: Rüfüs Du Sol

– Palco Mike's Ice
14h45: Jovem Dionísio
21h30: Caribou

– Palco Perry's by Fiat
12h: Paula Chalup
16h45: Tropkillaz
19h15: Disco Lines
20h30: JPEGMAFIA

• Sábado

– Palco Budweiser
12h45: Zudizilla
16h55: The Marías
19h05: Tate McRae
21h45: Shawn Mendes (foto)



PEDRO KIRILOS/ESTADÃO – 22/8/2024

– Palco Samsung Galaxy
12h: Picanha de Chernobill
13h40: Kamau
15h50: Marina Lima
20h10: Alanis Morissette (foto)

– Palco Mike's Ice
14h45: Sophia Chablau
16h55: Artemas
19h05: Wave to Earth
21h45: Teddy Swims

– Palco Perry's by Fiat
12h: Fatsync
12h45: Etta
14h: Samhara
15h15: Barja
16h30: Bruno Martini
17h45: Zerb
20h30: San Holo
21h45: Zedd

• Domingo

– Palco Budweiser
14h30: Terno Rei
16h40: Michael Kiwanuka
18h50: Foster The People
21h30: Justin Timberlake



REPRODUÇÃO

– Palco Samsung Galaxy
17h45: Parcels
19h55: Tool

– Palco Mike's Ice
12h40: Charlotte Matou um Cara
14h30: Marina Peralta
16h40: Ca7riel & Paco Amoroso
18h50: Bush
21h30: Sepultura

– Palco Perry's by Fiat
15h15: Any Mello
16h30: Ruback
19h15: Barry Can't Swim
20h30: Blondish
21h45: Charlotte De Witte

Manual de sobrevivência

Algumas perguntas e respostas que podem ajudar na experiência

A que horas chegar?
Os portões do Lollapalooza são abertos às 11h. É bom se programar para chegar cedo e evitar filas. Tome cuidado: se você vai de carro, lembre que as ruas por ali costumam ser fechadas, o que pode levar a atrasos.

Como ir de trem ao Autódromo?
O metrô e os trens vão operar durante 24 horas. A estação mais próxima do evento é a Autódromo, na Linha 9 – Esmeralda. Além da passagem normal, a ViaMobilidade oferece o serviço de Trem Expresso. A opção custa R$ 30 por dia e engloba a ida e a volta. O embarque é feito nas estações Pinheiros e Morumbi-Claro. A vantagem dessa opção é que o trem só faz paradas nas duas estações, possibilitando um trajeto mais rápido. O horário de embarque, no entanto, deve ser marcado com antecedência nesse site: passaporte.viamobilidade.com.br

Dá para ir de ônibus?
Há duas modalidades: o Lolla Transfer e o Express. O Transfer custa R$ 190 por dia, com ida e volta. Já o Express custa entre R$ 30 e R$ 40 por dia, com ida e volta. Ao todo, são três pontos de embarque e desembarque pela cidade. Vantagem: os horários de saída – a cada 20 minutos, entre 9h e 20h. Os ingressos podem ser comprados no site: ingresse.com/lolla-express-2025

Só é possível entrar com o ingresso digital?
Sim. Não serão aceitos prints de telas ou impressões. É preciso baixar o aplicativo Quentro e ativar a entrada na plataforma. Para fazer isso, é necessário acessar o site da Ticketmaster, entrar na aba "Meus Pedidos" e indicar o e-mail para o qual você deseja que o ingresso seja enviado. Depois, é só entrar no Quentro com o mesmo e-mail e resgatar o ingresso. Se o seu ingresso é para as áreas Lolla Lounge by Vivo e Comfort by Bradesco/Cielo, há uma etapa adicional: é necessário cadastrar a biometria facial no Quentro para obter a liberação do ingresso.

Como me vestir?
O local do evento é bem grande, os palcos são distantes e a travessia entre os espaços nem sempre é fácil. Por isso, é importante pensar em um look que seja funcional.

Há previsão de chuva?
Sim, nos três dias. Uma capa de chuva será sua melhor amiga, garantindo que você não se molhe e passe frio. Evite calçados brancos e novos: opte por um tênis capaz de aguentar bastante barro – o Autódromo de Interlagos vira um lamaçal quando chove.

Como ir de um palco para outro?
São muitas atrações por dia, então é bom se planejar. Fique atento aos horários e se mantenha realista: é preciso considerar o tempo de deslocamento entre os palcos, a demora na dispersão do público após o final de um show e o estado da grama do Autódromo de Interlagos. E lembre-se: os concertos no Lollapalooza são pontuais.

O que posso levar na bolsa?
Entre as proibições, estão garrafas de vidro ou de metal; latas; cadeiras; câmeras profissionais; drones; cartazes. Alimentos como biscoitos, torradas e barras de cereal podem ser levados lacrados. Frutas cortadas e sanduíches em embalagens transparentes (menos em tupperwares) também são uma boa pedida. Fique atento: há um limite de até cinco itens por pessoa.

Como comprar alimentos no evento?
As pulseiras das últimas edições não estarão presentes. Se você deseja consumir algo, basta pagar com cartão de débito ou de crédito.

Haverá água gratuita?
Se hidratar bem é a primeira regra do rolê. O festival conta com oito pontos de distribuição de água gratuita.

Uma dica
Não queime a largada. Se você vai encarar mais de um dia de festival, lembre-se: sua energia é finita. É importante aproveitar o evento, mas não vá queimar largada na sexta se o seu artista favorito só se apresenta no domingo. Vá com calma.

A COLUNA DE ALICE FERRAZ É PUBLICADA ÀS TERÇAS, QUINTAS, SÁBADOS E DOMINGOS

Streaming

Com Paul Mescal e Denzel Washington

'Gladiador 2' é destaque entre as estreias da semana

Em *Gladiador 2*, anos depois de testemunhar a morte de Maximus, o jovem Lucius é forçado a entrar no Coliseu após ver seu lar conquistado por tiranos. O filme chega neste domingo, 30, ao streaming, na plataforma Paramount+.

O longa recebeu elogios da crítica, mas não se saiu bem em premiações. Denzel Washington emplacou indicações como coadjuvante, mas o filme acabou tendo destaque só nas categorias técnicas, sem vitórias. ●

PARAMOUNT PICTURES



Denzel foi indicado para prêmios como melhor ator coadjuvante

Novidades

Documentário, fantasia e férias frustradas

● **Holland**
Nicole Kidman interpreta uma professora e dona de casa cuja vida perfeita é afetada quando ela e um colega descobrem que nada é o que aparenta.
Disponível no Prime Video

● **Aqui**
Todo ambientado em um único cenário, o drama conta as histórias de amor, tristeza e renascimento, desde primórdios da humanidade até o futuro.
Disponível no Prime Video

● **Alexandre e a Viagem Terrível, Horrível, Espantosa e Horrorosa**
Quando a mãe de Alexandre decide reunir toda a família em uma viagem de férias, o que tem tudo para ser legal se transforma em um desastre.
Disponível no Disney+

● **Operação Transplante**
A série documental acompanha as histórias de médicos e pacientes na fila de transplante de órgãos no Brasil.
Disponível na Max

● **A Forja**
O drama acompanha um jovem que começa a ser orientado por um empresário e desafiado a pensar no futuro.
Disponível na Max

Sesc

/ [redacted]
28 a 30/3.
Sexta e sábado, 20h.
Domingo, 18h.
Santana

/ Jon Spencer (EUA)
2 e 3/4.
Quarta e quinta, 19h30.
Avenida Paulista

/ Chico César
28 a 30/3.
Sexta e sábado, 21h.
Domingo, 18h.
Pinheiros

/ A Luta é Florescer
Com Luciana Melo, Izzy Gordon, Renato Gama, Pastoras do Rosário, Tita Reis e Carlos Casemiro
Part. Especial: Cláudia Adão e Cláudio Adão
30/3. Domingo, 15h.
Itaquera

/ Izaías e Seus Chorões
29/3. Sábado, 16h.
Casa Verde

/ Velho
Lançamento do disco "Vingando as Bruxas"
29/3. Sábado, 20h30.
Belenzinho

/ Leci Brandão
30/3.
Domingo, 16h.
Interlagos

crianças

/ Desenquadrando Tarsila
Contação de Histórias com As Ciês
29/3. Sábado, 14h.
Interlagos

/ Quim & Tal
Espetáculo c[redacted]
Maracujá La[redacted]
de Artes
Libras: 20/4
30/3 a 27/4.
Domingos, 11[redacted]
Ipiranga

dança

/ The Fire Island Ball V
Performance com House of Cabal
29/3. Sábado, 17h.
24 de Maio

/ Resta
Espetáculo com Manuseio Coreográfico
29/3. Sábado, 19h.
Vila Mariana

/ Instar e Delírios & Noturnos
Com a Cisne Negro Cia de Dança
Realização: Sesc Osasco
3/4. Quinta, 20h30.
Teatro Barueri Praça das Artes - Barueri/SP

especial

Programação que visibiliza redes e ações voltadas à promoção dos Direitos Humanos

DIREITOS HUMANOS
REDES COLABORATIVAS
PARA TODAS AS PESSOAS

/ Sopros do Gueto
Show com Gueto Flutbox, Pantera Harp e DJ Gilmar SNJ
28/3. Sexta, 18h30.
24 de Maio

/ Feira Trabalhos do Mundo
Com Porto Zero de Refúgio
29 e 30/3. Sábado e domingo, 11h às 18h.
Pompeia

/ Pagode na Lata
29/3. Sábado, 19h30.
Vila Mariana

/ Café da manhã: além de refeição, um ato social
Bate-papo com Padre Júlio Lancellotti, Chef Cintia Sanchez, Agente de Saúde do Consultório de Rua e os acolhidos da cozinha solidária É Tudo Pra Ontem
[illegible] 13h.
[redacted]

literatura

/ Avivar o Axó: entre contos e encantos
Mediação de leitura com Cia. Quatro Ventos
29/3 a 13/4. Sábados e domingos, 13h.
Belenzinho

/ Tradição Viva: introdução às oralidades
Curso com Dayane dos Santos Teixeira
3 a 24/4. Quintas, 19h30.
Avenida Paulista

circo

/ Histórias de um Ba]
Com a Cia. Trotamundos
29/3. Sábado, 16h.
Campo Limpo

/ Sobre a pele dos pêssegos
Com a Palhaça Olga
30/3.
Domingo, 15h e 17h.
Pinheiros

meio ambiente

/ Mostra Agroecológica: Natureza de Dentro - Identidades Femininas
Com Projeto Cabaça, Sítio Coração da Serra, RAPPA, Sítio João de Barro, Bel'Arts, Ateliê Aurora Boreal, Chama Verde, Jardim Encantado, Mamuecos e Arteriz
29 e 30/3. Sábado e domingo, 10h às 16h.
Itaquera

jovens

/ Abertura: Feira de Pos[illegible] Profissionais
Com Thiago To[redacted]
(Chavoso da U[redacted]
2/4. Quarta, 14[redacted]
Interlagos

esporte e atividade física

/ Corpo Consciente: Tai Chi Chuan
Com Jeanne Kuk
29/3. Sábado, 11h30.
24 de Maio

/ Entre Amigos: Pickeball
29 e 30/3. Sábado e domingo, 15h30.
Santo Amaro

teatro

/ Dois Papas
Até 27/4.
Sextas e sábados, 20h.
Domingos, 18h.
Exceto dia 18/4
11 e 24/4.
Sexta e quinta, 15h.
Santo Amaro

/ Gente é Gente?!
Dir.: Marco Antonio Rodrigues
29/3 a 4/5.
Quintas a sábados, 21h.
Domingos e feriados, 18h.
Exceto dia 18/4
16 e 30/4.
Quartas, 15h.
Vila Mariana

tecnologias e artes

/ Gênero, Inteligencia Artificial e a política do comum: possíveis intersecções
Oficina com Maraiza Adami Pereira
28/3. Sexta, 18h30.
Florêncio de Abreu

/ Fantástica Fábrica de Fantoches
Oficina com Coletivo Agulha Pop
Até 13/4.
Sábados e domingos, 14h e 16h.
Belenzinho

exposições

/ Pausa
Até 3/8.
Terça a sábado, 10h30 às 20h30.
Domingos e feriados, 10h30 às 18h30.
14 Bis

/ Ofício: Barro: Sallisa Rosa: Eixo Terra
Até 13/7. Terças a sextas, 10h às 21h.
Sábados, domingos e feriados, 10h às 18h.
Pompeia

saúde

/ Aquilombação, Desnorteamento e Antimanicolonialidade
Curso com Bárbara dos Santos Gomes, Emiliano de Camargo David, Marcio Farias e Maria Cristina Gonçalves Vicentin
28/3. Sexta, 15h às 21h.
Centro de Pesquisa e Formação

cinema

/ Oeste Outra Vez
Dir.: Erico Rassi
BRA | 2024
Até 2/4. Sexta, domingo e terça, 20h30. Sábado, segunda e quarta, 18h.
CineSesc

pessoas idosas

/ Show com Bruna Volpi
28/3.
Sexta, 17h30.
Carmo

Lançamento Selo Sesc
Of Corners & Bridges
BRIAN JACKSON
Álbum em homenagem a Milton Nascimento pelo músico, compositor e produtor estadunidense Brian Jackson, acompanhado de músicos brasileiros e estrangeiros.
Disponível nas principais plataformas de áudio

Consulte a Classificação Indicativa das atividades em
SESCSP.ORG.BR

Eufrázio

Musical

Comédia adolescente

'Meninas Malvadas' traz a amada vilã Regina George repaginada

Sucesso no cinema nos anos 2000, peça atualiza os desafios da adolescência, como o desejo de 'fazer parte' de algo importante

SABRINA LEGRAMANDI

CAIO GALLUCCI



Muy amigas; espetáculo fala da hostilidade da adolescência e da forte competição feminina nessa fase

Poucas comédias adolescentes tiveram tanto impacto na cultura pop quanto *Meninas Malvadas*, longa protagonizado pelas atrizes Lindsay Lohan e Rachel McAdams. Era o resumo da adolescência: a necessidade de se encaixar, de agradar, de ser "popular".

O filme de 2004, sensação daquele início de milênio, chegou à geração Z – e ao TikTok. Vídeos da vilã, Regina George, começaram a se espalhar pela rede e meninas diziam o quanto a personagem as representava. Mas a passagem do tempo e a evolução de valores sociais exigiram que a trama fosse repaginada. Afinal, o longa original era recheado de piadas machistas, racistas e homofóbicas. E a mensagem não deveria ter a ver com o desejo de ser uma Regina George.

"É um problema a Regina George ser tão ovacionada", diz Anna Akisue, que interpreta a personagem em *Meninas Malvadas – O Musical*, em cartaz no Teatro Santander. "Ela é uma grande vilã, muito carismática e todo mundo a ama, é verdade, mas não é uma pessoa legal."

Na trama, a adolescente Cady Heron se muda da África para os Estados Unidos. Lá, ela tem um choque cultural ao entrar em contato com a estrutura e os desafios do ensino médio. Logo se envolve com um grupo de garotas populares – Karen, Gretchen e Regina George –, mas percebe que elas são, na verdade, cruéis, competitivas e manipuladoras.

DESLOCADO. "O musical fala sobre coisas pelas quais todo mundo em algum momento na vida já passou e sobre aquela sensação de se sentir deslocado. A necessidade de fazer parte, às vezes, nos faz perder a nossa essência", afirma Laura Castro, que vive Cady na versão brasileira. "Cady passa por esse processo."

A versão em cartaz no Teatro Santander parte de um musical que estreou na Broadway em 2017. O espetáculo foi escrito por Tina Fey, roteirista do filme original. Há mudanças significativas em relação ao longa – a maior delas é a cena de "redenção" de Regina George, cortada do filme de 2004.

O musical virou um novo filme no ano passado, estrelado por Reneé Rapp e Angourie Rice. Não foi tão bem recebido – tem 62% de aprovação do público no Rotten Tomatoes –, mas já trouxe algumas atualizações para a história, incluindo a cena excluída de Regina.

O musical que chegou ao palco da capital paulista é uma união dos dois filmes com a versão da Broadway, mas ganhou toques especiais. Mais brasileiros, como define Danielle Winits. "O público vai encontrar um pouco de nós, vai conhecer uma nova versão dessas personagens e eu acho que isso é o mais legal", diz.

> ***"É um problema a Regina George ser tão ovacionada. Ela é uma grande vilã, muito carismática, mas não é uma pessoa legal"***
> **Ana Akisue**
> **Atriz**

> ***"O musical fala sobre coisas pelas quais todo mundo em algum momento na vida já passou e sobre aquela sensação de você se sentir deslocado"***
> **Laura Castro**
> **Atriz**

Danielle interpreta as três principais personagens adultas do musical: sra. Heron, a mãe de Cady, sra. George, a mãe de Regina, e srta. Norbury, uma das professoras do ensino médio. Para ela, o grande mérito de *Meninas Malvadas* é a "liberdade para abordar assuntos delicados". "Isso é a função do teatro", afirma. "É a elaboração das questões, é você sair do teatro pensando, questionando, se transformando."

Segundo a atriz, e também para Laura e Anna, a "atemporalidade" de *Meninas Malvadas* se dá, justamente, por tratar do assunto com naturalidade.

"Esse universo hostil vivido pelo adolescente é muito presente ainda", comenta Danielle, mãe de um garoto de 17 anos e de outro de 13. "Temos poucos filmes que retratam a adolescência como ela realmente é: uma fase caótica. Amo a comparação do ensino médio com uma selva, porque é assim mesmo", afirma Anna.

RIVALIDADE. Outro tema onipresente em *Meninas Malvadas* é a rivalidade feminina – também mais forte na adolescência. No musical, ela está lá, mas ganhando uma resolução no encerramento. "Temos um 'fechamento de ciclo'", afirma Laura. "E falamos também dessa competitividade feminina e do quanto ela é nociva para nós. Mostramos o quanto é importante nos apoiarmos e olharmos para o outro com mais carinho, mais empatia, em vez de querer que o outro se encaixe no que esperamos."

"Se você já é fã do filme ou do filme musical e está esperando ver algo parecido, vai ver algo parecido, mas você vai ver algo novo também no palco", explica Anna. "É uma oportunidade de as pessoas verem um novo ponto de vista para a mesma história", finaliza Laura Castro. ●

Meninas Malvadas
Teatro Santander. Av. Pr. Juscelino Kubitschek, 2.041. 5ª/6ª, 20h; sáb., 16h e 20h; dom., 15h/19h. R$ 21/R$ 400. **Até 4/5**

Em cartaz

'Uma Babá Quase Perfeita'

O espetáculo tem Eduardo Sterblitch como a protagonista, a sra. Doubtfire. A trama, adaptada para a Broadway em 2019, é inspirada no longa homônimo de 1993, estrelado por Robin Williams. A direção é de Tadeu Aguiar. Em cartaz até 11 de maio.

Teatro Liberdade. R. São Joaquim, 129. 4ª/6ª, 20h; sáb/dom, 16h/20h30. R$ 170/R$ 380

TABA BENEDICTO/ESTADÃO



'Wicked'

A história de Elphaba e Glinda, a Bruxa Má do Oeste e a Bruxa Boa do Norte, fica em cartaz até o dia 8 de junho. O espetáculo é uma criação original de Winnie Holzman – Fabi Bang e Myra Ruiz são as protagonistas do elenco brasileiro.

Teatro Renault. Av. Brig. Luís Antônio, 411. 4ª a 6ª, 20h; sáb/dom., 15h e 19h30. R$ 42/R$ 400

Eufrázio

Paladar

Três curiosidades sobre chocolate para começar a entrar no clima da Páscoa

Com açúcar e com sal

Novo menu do Levena inclui três pratos e dois biscuits

Diego Lozano, jurado do Masterchef Confeitaria, não deixa de inovar nas sobremesas e é com elas que faz homenagem aos sabores doces brasileiros

GIULIA HOWARD

Não é surpresa para ninguém que o chef confeiteiro Diego Lozano adora inovar. Dono do pão com mortadela de R$ 50 e da sobremesa "Isso não é uma banana", que tornou o Levena uma referência nas sobremesas diferentonas, o jurado do *Masterchef Confeitaria* agora busca aconchego nos clássicos, mas não deixa de inovar nas sobremesas. Seis itens foram adicionados ao menu da casa, incluindo três pratos principais, uma salada e dois biscuits de sabores brasileiríssimos.

A salada caesar abre os trabalhos com frango em tiras grelhadas, mix de folhas verdes, molho clássico e bacon picado, com crocância e suculência na medida certa. Nos pratos principais, Lozano decidiu incluir terra e mar com toques tradicionais. O rigatoni com cogumelos picados e parmesão é cremoso e uma opção para quem não vive sem uma bela massa, enquanto o salmão grelhado com creme de espinafre e fonduta de parmesão é cremoso e muito bem temperado.

A alternativa de carne bovina da vez é o filé au poivre, com molho roti, que antes era servido com risoto de cogumelos e, agora, passa a ser acompanhado de purê de batata, como manda o figurino.

Na seção de sobremesas da vitrine, foram adicionados dois biscuits: tipo cartola e Romeu e Julieta. O primeiro traz a sobremesa nordestina de banana, queijo e canela em formato diferente, com uma casquinha crocante de canela por fora e mousse de queijo do reino recheada de compota de banana por dentro. Já a combinação de geleia de goiabada com mousse de queijo vem envolvida por um biscuit de amêndoas e é outra homenagem aos sabores doces brasileiros.

Conhecido por arriscar com sobremesas que são colírio para os olhos e, ao mesmo tempo, cheias de sabor, Lozano conta que a mudança veio com a celebração dos dois anos da casa, que fez aniversário no dia 28 de fevereiro. Por isso, ele buscou colocar coisas novas no cardápio sem perder a essência.

"Aqui no Levena, a minha ideia sempre foi ter uma comida tradicional, bem-feita e sem muita firula. Muita gente vem aqui achando que é apenas uma confeitaria, então buscamos entregar uma experiência na mesma altura (ou até superior) em relação aos doces quando o assunto são pratos e brunch."

Os novos itens foram uma aposta de Lozano em pratos que agradam ao público e têm um espaço no coração do chef também. "A gente ficou bastante tempo sem massa, então coloquei o rigatoni de cogumelos na carta. Em São Paulo, não tem jeito, todo mundo adora comida italiana. Já o salmão é uma opção mais leve, por exemplo", comenta.

Sobre as sobremesas, ele conta que a ideia foi trazer sabores nacionais de um jeito mais moderno. "Pelo fato de estarmos nessa brincadeira da banana, trouxe para a vitrine a releitura da cartola, que representa a fruta." ●

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO – 28/11/2024



Alguns doces criados por Lozano, que diz que mudança veio com a celebração dos dois anos da casa

"Para o Levena, minha ideia sempre foi ter uma comida bem-feita e sem muita firula. Muita gente vem aqui achando que é só confeitaria, mas temos até brunch"

Diego Lozano
Chef



FELIPE RAU/ESTADÃO

Levena
R. Artur de Azevedo, 495 – Cerqueira César.
@levena_sp

Prédio ao lado

A Baianeira

Antes localizado no subsolo do Masp, A Baianeira vai ocupar o térreo do Edifício Pietro Maria Bardi a partir desta sexta, 28. A mudança preserva alguns elementos estéticos, mas conta com novidades no cardápio. Entre os novos pratos, a casa contará com um bacalhau com caruru e batatas torneadas (R$ 143), galeto ao molho com cogumelos e purê de mandioquinha (R$ 78) e uma moqueca de ostras com ovo caipira (R$ 110) entre os principais. Chegam também algumas entradinhas novas, com destaque para as vieiras com banana e calda de maracujá (R$ 46). ●

ARTHUR SAYEG



Última chance

Café no parque

Foi no meio do Parque do Ibirapuera, com plantas invadindo o espaço, que o restaurante Selvagem resolveu promover, nos domingos de março, um café da manhã especial. Custando R$ 119 por pessoa, a experiência tem a proposta de valorizar ingredientes brasileiros. O menu, elaborado pelos chefs Filipe Leite e Cintia Fernandes, é servido em estilo buffet e destaca a variedade de pães de fermentação natural, requeijão de corte, homus de beterraba e linguiça de cordeiro com cebola pérola e tomatinhos assados. Reservas: (11) 5198-0844 (WhatsApp). ●

A Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa de São Paulo apresenta
Performances Itinerantes de
JAZZ
26.03 a 06.04
O Traditional Jazz invade a cidade!
Serão 10 dias de perfomances de Jazz com a banda Orleans Street Jazz Band em diversos pontos da cidade.
Produção
Bourbon Street
Realização
CIDADE DE SÃO PAULO

Divirta-se

Caminho das palavras

O ato de falar, do corpo à geografia

Exposição no Museu da Língua Portuguesa, assinada por Daniela Thomas e Caetano Galindo, explora relação com o idioma

Com curadoria da cineasta e cenógrafa Daniela Thomas e do escritor e linguista Caetano W. Galindo, a exposição Fala Falar Falares, que será aberta hoje no Museu da Língua Portuguesa, explora a relação dos brasileiros com a língua portuguesa e celebra as diferentes formas de se falar pelo País afora.

Para que o público perceba a importância da fala, uma das instalações, com objetivo de mostrar como o fenômeno da fala ocorre dentro do corpo por meio da respiração, traz um microfone calibrado para captar apenas sons de pessoas respirando – ele estará ligado a uma projeção de luz que pulsa conforme o som emitido. "O sistema da língua 'rouba' órgãos que não foram feitos para a fala, mas a gente está tão familiarizado com isso que não para para pensar o quanto é fascinante e maravilhoso", diz Galindo.

Mais adiante, o público poderá ver uma mapa-múndi que demonstra o caminho que as palavras percorreram até chegar ao nosso cotidiano.

Em outro ponto da exposição, será possível ficar no centro de uma conversa entre 12 pessoas de diferentes origens, que falam de sua relação com língua, linguagem e sotaque. Em uma instalação circular, com telas de TV que retratam, cada uma, um interlocutor, os visitantes terão contato com histórias de orgulho, pertencimento, estranhamento, humor e também de preconceito quanto a jeitos de falar.

"Fala Falar Falares é um mosaico de vozes e sotaques que celebram a diversidade do Brasil. No Museu da Língua Portuguesa, acreditamos que a língua é um espaço de encontro e de inclusão, em que todas as formas de falar têm seu lugar e sua importância", afirma a diretora técnica da instituição, Roberta Saraiva. ●

Fala Falar Falares
Museu da Língua Portuguesa. Estação da Luz. 3ª a domingo, 9h/16h30. R$ 24 (gratuito aos sábados e domingos). **Até 30/4**

WELLINGTON ALMEIDA



Instalação mostra como o fenômeno da fala ocorre dentro do corpo, por meio da respiração

Outras exposições

JOICE AGUIAR



Lente do Samba

Ao longo de seis anos, a fotógrafa Joice Aguiar registrou rodas de samba por toda a cidade de São Paulo. Agora, ela reúne 45 imagens em sua primeira exposição individual, que retrata de anônimos a bambas, como Toinho Melodia e Silvio Modesto. "Fazer essa seleção de fotos me levou de volta no tempo, me fez olhar para a minha arte", conta.

Centro Cultural São Paulo. R. Vergueiro, 1.000. 3ª a 6ª, 10h/20h; sábados, domingos e feriados, 10h/18h. Gratuito. **Até 27/4**

Paper Log House

A Japan House exibe na entrada de seu prédio o projeto do arquiteto japonês Shigeru Ban, vencedor do Pritzker 2014. Trata-se de uma casa pensada para ser construída de forma rápida e com baixo custo.

Japan House. Av. Paulista, 52. 3ª a 6ª, 10h/18h; sábados, domingos e feriados, 10h/19h. Gratuito. **Até 4/5**

HIROYUKI HIRAI



KA

Anna Maria Maiolino apresenta a performance criada em 1981, durante a ditadura militar no Brasil. O trabalho traz a artista caminhando entre ovos, em uma referência às incertezas trazidas pelo período que instaurou a censura e a tortura no País.

Vão livre. Av. Paulista, 1.578. 6ª (28), 20h; sáb. (29),15h; dom. (30), 15h. Gratuito

HENRI VIRGIL STAHL

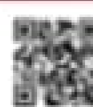


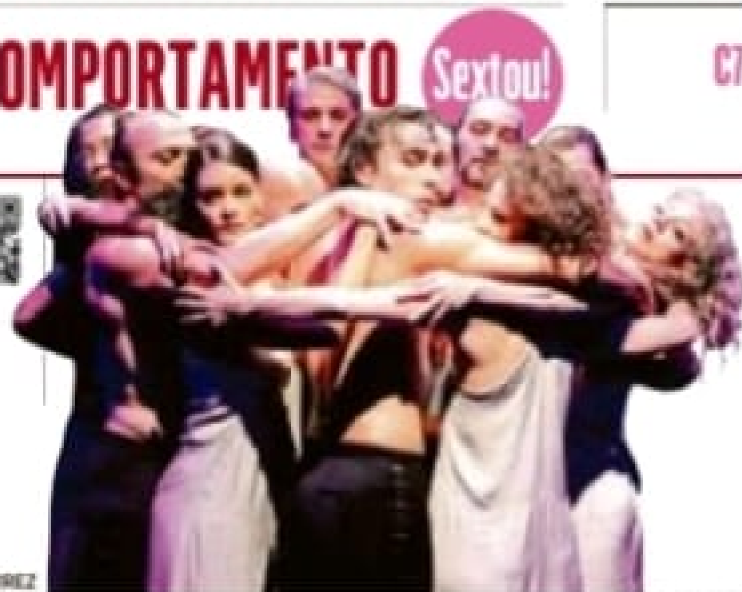
Eufrázio

Ao longo da semana, nas edições do **Caderno 2**, este selo identifica outros destaques da programação cultural. Acompanhe!



Studio3 Cia. de Dança completa 20 anos e apresenta 'Bolero', com música de Maurice Ravel





RONALDO GUTIÉRREZ

PREFEITURA DE SÃO PAULO



Em 'A Mulher na Lua', de 1929, um grupo de aventureiros embarca em uma viagem pelo espaço

Grandes clássicos

Fritz Lang, Murnau, Eisenstein, De Sica...

A Mostra 100 Anos de Filme, no Centro Cultural São Paulo, vai apresentar até 2 de abril filmes que contribuíram para a história do cinema mundial.

Entre os destaques estão *A Última Gargalhada* (1924), de F.W. Murnau, em que o porteiro do Atlantis, elegante hotel de Berlim, orgulhoso do seu trabalho, passa a refletir sobre si próprio após ser considerado velho demais para o trabalho por um novo gerente; *Paris Adormecida* (1924), de René Clair, em que um guarda noturno descobre que Paris inteira foi paralisada pelo feixe de uma máquina; *A Greve*, de Sergei Eisenstein (1925), no qual um operário se mata após ser injustamente acusado de roubo e esse é o estopim para o início de uma greve numa fábrica russa; *A Mulher na Lua* (1929), de Fritz Lang, que narra a história de uma equipe de cientistas e aventureiros que embarca em uma viagem para a Lua, enfrentando desafios inesperados no caminho; e *Nosso Barco, Nossa Alma* (1942), de Noël Coward e David Lean; inspirado em eventos reais da 2.ª Guerra, o filme acompanha a tripulação do destróier britânico HMS Torrin, mostrando suas vidas e seus sacrifícios.

A mostra tem ainda filmes de Charles Chaplin (*Em Busca do Ouro*); Vittorio De Sica (*Girassóis da Rússia*); Frank Capra (*Horizontes Perdidos*); Elia Kazan (*Uma Rua Chamada Pecado*); Buster Keaton (*A General*); e Kenji Mizoguchi (*Os Amantes Crucificados*). ●

Mostra 100 Anos de Filme
CCSP. R. Vergueiro, 1.000. Sessões entre 16h e 19h30. Gratuito (retirada de ingressos na bilheteria 1h antes de cada sessão). **Até 2/4**

Inspirado em Brecht

Teatro feito de ópera, samba e cabaré

O ator Aílton Graça estreia neste final de semana no Sesc Vila Mariana, em São Paulo o espetáculo *Gente É Gente?!*, inspirado em *Um Homem É um Homem*, texto em que Bertolt Brecht reflete sobre a manipulação do homem comum por meio do poder e da guerra.

A peça, como define o diretor Marco Antonio Rodrigues, é uma "mescla de ópera, samba com cabaré". A direção musical tem a assinatura de Zeca Baleiro e o texto, de Claudia Barral.

A programação teatral do Sesc tem ainda, na unidade do Bom Retiro, o solo *Meu Corpo em Terra Corre para o Mar Como Tartaruga Marinha*, em que a atriz Beatriz Belintani propõe uma palestra-performance inspirada em frases de filósofas importantes, como Audre Lorde, Simone de Beauvoir e Judith Butler.

Gente É Gente?!
Sesc Vila Mariana. R. Pelotas, 141. 4ª, 15h; 5ª a sábado, 21h; domingos e feriados, 18h. R$ 70. Estreia no dia 29/3. **Até 4/5**

Meu Corpo em Terra Corre para o Mar Como Tartaruga Marinha
Sesc Bom Retiro. Al. Nothmann, 185. 6ª (28) e sábado (29), 20h; domingo (30), 18h. R$ 60

CAMILA BEVILACQUA



Estreias de cinema

'Novocaine: À Prova de Dor'

Nathan é um rapaz tímido que tem uma síndrome que o impede de sentir dor. Quando a garota de seus sonhos é sequestrada, ele faz dessa condição uma vantagem e vai à luta para resgatá-la. Do diretor Dan Berk, o filme tem no elenco Jack Quaid, Amber Midthunder e Jacob Batalon.

MARCOS CRUZ/PARAMOUNT PICTURES



'Parthenope – Os Amores de Nápoles'

O filme acompanha a vida de Parthenope, do nascimento aos dias atuais, em busca de amor e liberdade. Dirigido pelo italiano Paolo Sorrentino, ele tem no elenco Celeste Dalla Porta, Stefania Sandrelli e Gary Oldman – que faz participação especial como o escritor John Cheever.

GIANNI FIORITO/A24



'Oeste Outra Vez'

Dirigido por Erico Rassi, o longa foi premiado em Gramado em 2024. Ambientado em Goiás, o drama, com Babu Santana e Ângelo Antônio no elenco, acompanha dois homens brutos que não conseguem lidar com suas fragilidades e são frequentemente abandonados por suas mulheres.

PANACEIA FILMES/FESTIVAL DE GRAMADO



'A Batalha da Rua Maria Antônia'

O filme acompanha as 24 horas do dia 2 de outubro de 1968, antes de estudantes da USP e do Mackenzie entrarem em conflito na Rua Maria Antônia, na região central de São Paulo. A história é contada pela diretora Vera Egito em 21 planos-sequência. Com Pâmela Germano, Isamara Castilho e Caio Horowicz.

IMAGEM FILMES



'Câncer com Ascendente em Virgem'

Clara é uma professora que passa a enxergar a vida de outra forma após o diagnóstico de câncer de mama. Inspirado na história real de Clélia Bessa, com roteiro de Suzana Pires e direção de Rosane Svartman. No elenco, Suzana Pires, Marieta Severo e Nathália Costa.

DOWNTOWN



'Meu Nome É Maria'

Anamaria Vartolomei interpreta a jovem atriz Maria Schneider, enfrentando seu inferno pessoal nos bastidores das gravações do filme *O Último Tango em Paris*, de Bernardo Bertolucci, em que contracenou com o ator Marlon Brando. O longa de Jessica Palud tem ainda Matt Dillon e Giuseppe Maggio no elenco.

IMOVISION





Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

A beleza

Lua míngua em Peixes em conjunção a Vênus e Netuno

Não é mera casualidade que a beleza aparente seja atrativa, nem que a natureza se manifeste numa paleta de cores vibrantes, de aromas e de estéticas que os humanos, depois, vão tentar copiar, dentro de seu alcance de entendimento, no que se conhece como moda.

A natureza sabe o que faz e o faz muito bem, e como disse o venerado poeta brasileiro "as feias que me perdoem, mas beleza é fundamental", e de uma forma ou de outra todos, sem exceção, buscamos a beleza, inclusive quando aparentamos rejeitar suas representações.

A beleza pode não estar catalogada como uma virtude filosófica, mas ela foi certamente definida com muita clareza por Pitágoras que, ele sim, foi o cara que continua influenciando ciência e arte em todos seus aspectos até os dias de hoje, e por muito tempo ainda no futuro. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4

Em pouco tempo se dispersarão as condições que, nos últimos tempos, têm impedido que você entre em ação, como gostaria. Porém, isso não terá acontecido em vão, porque permitiu que você amadurecesse um pouco mais.

GÊMEOS 21-5 a 20-6

Em primeiro lugar, as perspectivas boas são teorias, sonhos lançados ao futuro, porém, chega uma hora em que se torna necessário deter o regozijo da imaginação para se dedicar a colocar tudo em prática. Agora.

LEÃO 22-7 a 22-8

Os mistérios acontecem e de forma muito positiva, mas sempre é necessário manter o coração aberto para os perceber, porque se ficarmos cheios de preocupação e ansiedade o tempo inteiro, aí a vida passa despercebida.

LIBRA 23-9 a 22-10

Para que a vida não fique acontecendo enquanto você fica pensando e sonhando, é preciso preencher seu tempo com atividades objetivas, as quais, mesmo não sendo as que você apreciaria, ajudarão bastante com a realização.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12

Entre o antigo e o novo não há como fazer uma escolha perfeita, porque sua alma é, ao mesmo tempo, a coleção de memórias e de sonhos. Talvez não seja assim tão necessário fazer essas escolhas que estão sobre a mesa.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2

A riqueza está disponível, talvez não na forma com que você a identifica, mas está aí, sendo distribuída de mão cheia pelos mistérios da Vida. Procure ampliar seu entendimento a respeito de como a Vida funciona.

TOURO 21-4 a 20-5

Há uma magia no ar que é indecifrável e que pode trazer um pouco de ansiedade, porque deixa a sensação de que algo está para acontecer, e a alma nem sempre está disposta para o lado positivo, às vezes bem ao contrário.

CÂNCER 21-6 a 21-7

Da mesma forma com que nos dias anteriores a alma pareceu se fechar num túnel estreito, agora acontece o contrário e parece que tudo se abre, fica nítido, belo e maravilhoso. Essas oscilações são próprias da Vida.

VIRGEM 23-8 a 22-9

Se todos os sorrisos fossem sinceros, ninguém cairia nunca em golpe algum, mas a realidade é diferente, muito diferente. É importante você saber dominar sua carência, para que ela não crie armadilhas contraproducentes.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11

As boas sensações acontecem sem prévio aviso e hão de ser aceitas com naturalidade. Melhor do que isso é tentar preservar as boas sensações além de quando acontecem com naturalidade, como efeito de sua vontade.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1

Na maior parte do tempo a mente é cheia de delírios, conversas que não levam a lugar nenhum, ideações tolas. Porém, de vez em quando a mente parece se sintonizar com algo maior, belo e doce. É agora?

PEIXES 20-2 a 20-3

Ainda que as coisas tenham se complicado bastante nos últimos tempos, você está em vias de superar as limitações, com a ajuda mágica da Vida, que nem sempre atende aos nossos desejos, porque esses são distorcidos.

Cinema

Boneco original do filme 'E.T.' será leiloado pela Sotheby's nos EUA

Lance inicial é de US$ 500 mil; item tem um metro de altura e foi um dos três modelos usados na produção

O boneco original do filme *E.T.*, o clássico do diretor Steven Spielberg, está sendo leiloado pela Sotheby's. O valor inicial é de US$ 500 mil e os lances podem ser feitos até o dia 3 de abril.

Com quase um metro de altura, o item foi um dos três modelos usados no filme, criados em 1981 por Carlo Rambaldi. O item faz parte da coleção pessoal do artista, morto em 2012. "Esperamos que os artefatos oferecidos tragam imensa alegria para aqueles que os apreciarão nos próximos anos", disse Daniela Rambaldi, filha do artista.

O lote em que está o boneco apresenta outras peças históricas do cinema, como figurinos, cartazes e adereços, cobrindo um período que vai do início dos anos 1930 até o final do século 20. ● GABRIELA CAPUTO

SOTHEBY'S



Boneco foi criado por Carlo Rambaldi para o filme de 1981

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz



Recruta Zero Mort Walker



Turma da Mônica Mauricio de Sousa



O melhor de Calvin Bill Watterson



Frank & Ernest Bob Thaves



BEM PENSADO | *"Todas as vitórias ocultam uma abdicação"* **Simone de Beauvoir**



Maria Fernanda Rodrigues

Adolescência

Desde que começou todo o buzz em torno de *Adolescência*, e mesmo antes de eu assistir à série, uma frase me martelava a cabeça: "É perturbadora a ideia de não saber o que se passa dentro dos nossos filhos".

Foi a escritora israelense Ayelet Gundar-Goshen quem disse isso em uma entrevista ao **Estadão** quando lançou *Outro Lugar* (Todavia, 2022). O romance é narrado por uma mãe que suspeita que seu filho esteja envolvido em algo muito, muito grave: o assassinato de um garoto da escola. Se ele foi mesmo o responsável, ela pensa, o motivo só pode ter sido o bullying que – ela desconfia – o filho sofreu.

O menino é Adam. Como quase todos de sua idade, ele se fecha ao entrar na adolescência e se torna um estranho em casa. Gosto da metáfora que outro escritor israelense propôs, também em entrevista ao jornal, e que já comentei aqui. A adolescência é um longo túnel. Quando a pessoa que entrou nele com 13 anos sair, já com 17, 18, será alguém totalmente diferente e novo até para si.

David Grossman falava sobre Aharon, personagem de *O Livro da Gramática Interior* (Companhia das Letras, 2015). Um menino que tenta encontrar um lugar na sua família e está desesperado por respeito, atenção e amor.

O livro de Grossman se passa no fim dos anos 1960. O de Ayelet, agora. Ontem ou hoje, nossa essência é a mesma. Entramos no tal túnel com mais ou com menos tranquilidade, carregando nossos traumas de infância – o que faltou e o que sobrou. A forma como vamos sair depende muito daquele lugar, daqueles primeiros anos – mas não só, como mostra a série *Adolescência*.

Mas hoje há algo a mais que a gente não entende. E, em *Adolescência*, quando o filho do policial vai explicar para o pai o que ele não viu – o que só os jovens veem em seus celulares: o mundo tóxico das relações virtuais –, eu não entendo e preciso voltar uns segundos para rever. É tudo muito rápido. Como que para mostrar que, se a gente piscar, a coisa pode degringolar.

Ayelet Gundar-Goshen disse que queria explorar questões atuais sobre a criação de filhos, discutir se conhecemos realmente os nossos e se queremos mesmo conhecê-los. Se estamos dispostos a saber tudo sobre quem amamos ou preferimos nos permanecer cegos a certos elementos de suas vidas para continuar a amá-los.

Jamie, na série, estava no quarto ao lado o tempo todo. Seguro em casa, os pais pensavam. Fazendo o quê? Ouvindo e falando o quê? E então ele é acusado de se envolver em algo muito, muito grave: o assassinato de uma garota da escola.

O debate que a série levantou mostra como estamos perdidos nesse mundo veloz, mas também que algumas coisas não mudam: toda criança precisa de cuidado, atenção, respeito, limite e amor. E isso me faz lembrar do título de outro livro do Kundera, que não tem nada a ver com a história, mas serve como recado para quem vive conectado: *A Vida Está em Todo Lugar*. ●

EDITORA DE CULTURA DO 'ESTADÃO'

TER. Patrícia Ferraz e Sergio Martins **(quinzenal)** ● **QUA.** Roberto DaMatta ● **QUI.** Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Luisa Silvestre **(quinzenal)** e Maria Fernanda Rodrigues **(quinzenal)** ● **SAB.** Suzana Barelli ● **DOM.** Leandro Karnal e Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas https://bit.ly/4igLq3a

Significa "certo" na correção da prova
Serviço como o DOC e o saque
Vulcão italiano
Afirmar que não
Instância psíquica regida pelo prazer
Causa; motivo (fig.)
Em + ela
Permitido
Dispositivo que permite encontrar o carro em caso de roubo ou furto
Profissional responsável pela harmonia entre cenas (TV)
Astuta; manhosa
Assim, em espanhol
A pia situada na nave de uma igreja
Situações para serem resolvidas
Ato: opera
Símbolo de mapas
Ferramenta agrícola deitada
Erva-doce (Bot.)
Reduto da boemia
Cantora carioca de "Portas"
Cinema (f. red.)
Coisa nenhuma
Base do calendário
Robert De (?), ator
D I A
Yoko (?), artista plástica
Rede de TV sediada em Atlanta (EUA)
A década do Governo Geisel (BR)
Classificação histórica do cangaço
Dirigir; orientar (fig.)
(?) Barbosa, ginasta
Sódio (símbolo)
"(?) seja louvado", inscrição no real
Difíceis de ocorrer
Expelir (o ar) com força do nariz
Cidade natal de Mauro Rasi (SP)
Fita de medição
Conteúdo textual
Antiga moeda da Itália
(?) Jaime, cantor goiano
Raiva
Elevados
Gíria típica de gaúchos
(?) McKellen, ator britânico (Cin.)
Tipo de tecido muscular (Anat.)
Altera a velocidade da reação química
Multidão (pop.)
50, em romanos
Inteligência Artificial (abrev.)

BANCO 3/asi. 5/trena. 7/ancinho — nortear. 8/estrado. 10/rastreador. 11/catalisador — continuísta.

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Para letras iguais, números iguais. Nas casas em destaque, o dispositivo que permite armazenar e acessar a qualquer momento livros em formato digital.

Combater com argumentos.	1	2	3		4	5	6	1
Relativo a pai.	3	6	7		1	8	6	9
A matéria que foi relida para correção.	1	2	10		11	6	12	6
Desnutrição (?)-calórica: é observada no marasmo.	3	1	13		2	4	5	13
Guiada (a aeronave).	3	4	9		7	6	12	6
(?) em Cy, grupo feminino da MPB.	14	15	6		7	2	7	13
Maria (?), heroína brasileira.	14	15	4	7		1	4	6
Coberto de nuvens.	8	2	16	15		13	11	13
Local de formação de ribossomos (Citol.).	8	15	5	9		13	9	13
Lido em voz alta e clara.	1	2	5	4		6	12	13
Não ter qualidade de vida.	10	4	10	2		17	6	9
A capital da Libéria.	17	13	8	1		10	4	6
Marquês de (?): defendeu o Brasil na Questão Christie (1863).	6	16	1	6		7	2	11
Coordenada do sistema cartesiano (Mat.).	6	16	11	5		11	11	6
A prática como o holocausto na 2ª Guerra.	18	2	8	13		4	12	6
Cantora baiana da MPB.	18	6	9	5		11	7	6

© Revistas COQUETEL

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku https://bit.ly/4bByBON

Nível Médio

		9	3		7	8		
		1				4		
2	3						5	9
6				7				5
			6		9			
5				4				3
9	4						7	8
		8				6		
		5	7		6	3		

SOLUÇÕES



SEUS PASSATEMPOS PREFERIDOS SEM SAIR DE CASA
#FaçaCoquetel /editoracoquetel @coquetel



ASSINE AGORA!
www.coquetel.com.br

Novo prédio amplia de 10.485 m² para 21.863 m² área expositiva e é aberto com mostras que valorizam acervo próprio

Masp cresce e olha para sua história

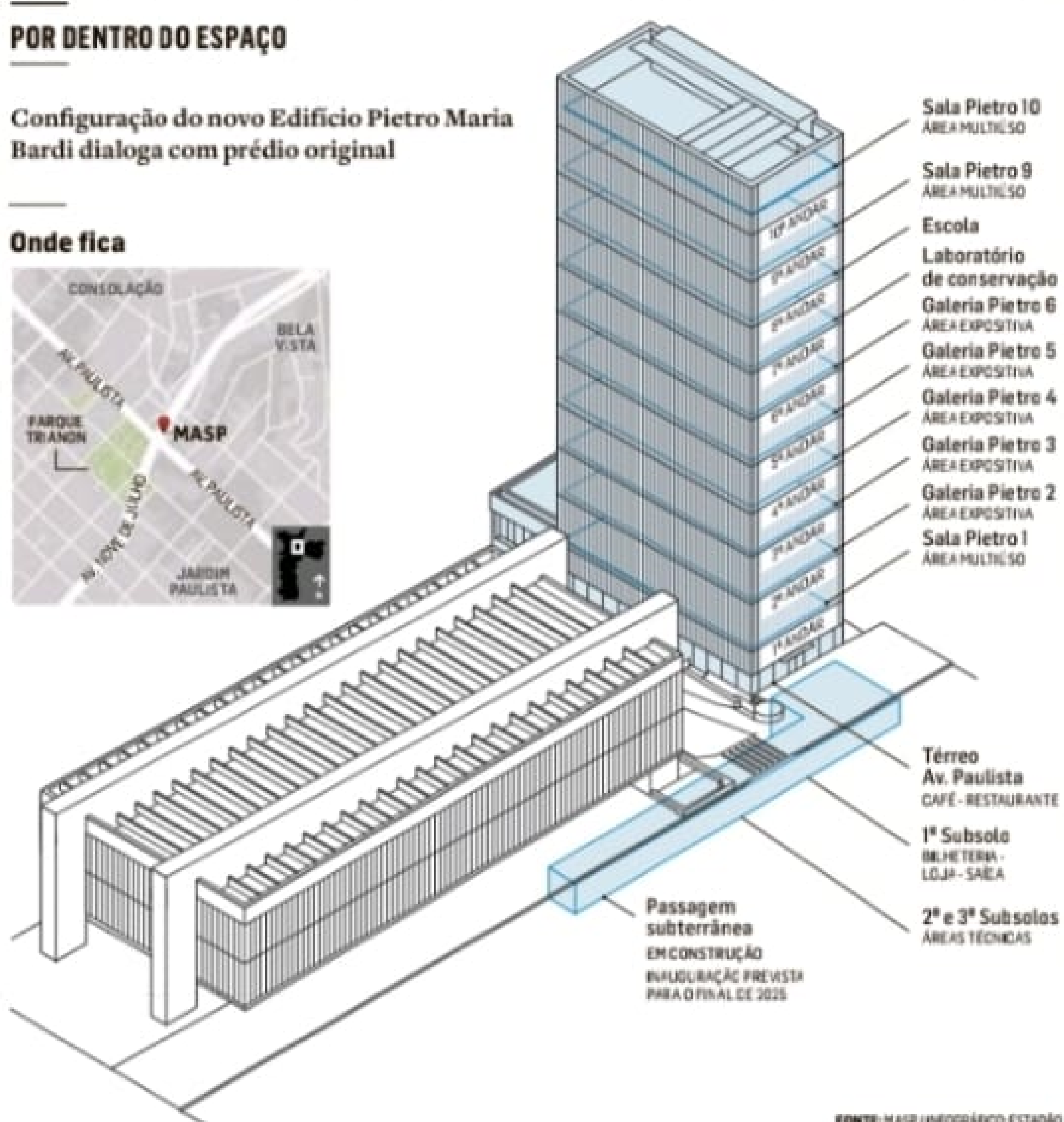


Caminho

Diretor do museu sugere que a visita comece nos andares mais altos e que o visitante vá descendo a pé, pelas escadas

POR DENTRO DO ESPAÇO

Configuração do novo Edifício Pietro Maria Bardi dialoga com prédio original



Onde fica



FONTE: MASP / INFOGRÁFICO ESTADÃO

JULIA QUEIROZ

O novo prédio do Museu de Arte de São Paulo, o Masp, será aberto ao público nesta sexta-feira, 28, com cinco exposições que, reunidas, formam a mostra Cinco Ensaios Sobre o Masp. O conjunto busca contar a história do museu a partir de seu próprio acervo e resgatar duas figuras essenciais para sua fundação: a arquiteta Lina Bo Bardi, que projetou e agora batiza o prédio original, e Pietro Maria Bardi, seu companheiro e primeiro diretor artístico da instituição e que agora dá nome ao novo prédio.

O edifício foi construído em 1958 e comprado pelo Masp em 2005, mas o projeto de reforma só teve início em 2014 e foi feito a passos lentos. A obra custou R$ 250 milhões, valor arrecadado em doações. Com o novo prédio e a concessão do vão-livre, o espaço do Masp cresce de 10.485 m² para 21.863 m².

O projeto do prédio é assinado pelos sócios Gustavo Cedroni e Martin Corullon. Eles já trabalhavam com a instituição desde 2015, quando restauraram os cavaletes de cristal de Lina Bo Bardi, que voltaram a ser utilizados pelo museu.

"Nós tínhamos mesmo a intenção de fazer uma intervenção na paisagem, acho que é o grande objetivo dos nossos projetos em geral. Conseguimos misturar as questões técnicas, as demandas específicas do programa, sejam exigências tecnológicas ou circunstanciais de logística, que neste caso foram relevantes, com uma experiência para quem vai visitar ou conhecer, e ainda ter impacto na paisagem", disse Corullon em entrevista ao **Estadão**.

"A arquitetura permite que você tenha dimensões, visões e leituras diferentes dependendo da escala. A forma monolítica do prédio se dá em relação à escala da cidade. É uma forma pura, digamos, fechada. Mas, quem passa perto do edifício tem uma leitura completamente diferente, percebe uma certa perenidade, um véu, uma certa transparência", completou Cedroni.

TÚNEL. O edifício Pietro Maria Bardi tem 14 andares – 12 abertos ao público e 2 pertencentes à área técnica. A entrada principal é pela Avenida Paulista, ao lado da Rua Professor Otávio Mendes (que segue interditada para a construção do túnel que unirá os dois prédios; os tapumes podem confundir, mas o acesso é por ali).

O andar térreo do novo prédio agora mantém o restaurante A Baianeira e um café. Escadas amplas levam ao subsolo, onde fica a bilheteria, uma loja e o acesso à passagem subterrânea que levará ao edifício Lina Bo Bardi – a previsão é de que ela seja inaugurada no final do ano.

O espaço entre o 2.º e o 6.º andares será 100% destinado a mostras temporárias que o Masp receber. Já o 1.º, 9.º e 10.º andares vão ser espaços multiúso, que podem receber exposições ou outros eventos promovidos pelo museu. O 7.º andar abriga o Laboratório de Conservação e o 8.º é chamado de escola, pois é onde estão as salas de aula que receberão cursos do Masp.

> ***"Conseguimos misturar as questões técnicas, as demandas específicas do programa, sejam exigências tecnológicas ou circunstanciais de logística, que neste caso foram relevantes, com uma experiência para quem vai visitar ou conhecer, e ainda ter impacto na paisagem"***
> **Martin Corullon**
> **Arquiteto**

Conforme explicado pelo diretor artístico do Masp, Adriano Pedrosa, em discurso durante evento de pré-abertura, todas as obras das exposições que compõem a mostra Cinco Ensaios Sobre o Masp já integravam o acervo do museu ou foram adquiridas no último ano em doações.

Pedrosa também deu uma dica sobre a visitação: a narrativa foi pensada para começar com Histórias do Masp, que está no 6.º andar. Portanto, o visitante pode adquirir seu ingresso no subsolo, subir pelo elevador e descer os andares pelas escadas, evitando muita aglomeração.

Na prática, pouca coisa muda no funcionamento do museu. O ingresso vale para a entrada nos dois prédios. Quando o túnel de acesso ficar pronto, será possível circular entre eles sem deixar o ambiente do Masp. Até lá, o visitante vai precisar sair de um prédio para acessar o outro.

O funcionamento da bilheteria, porém, mudou. Agora, ela passa a ser no Edifício Pietro Maria Bardi, e não mais no vão-livre, onde era localizada. A organização, no entanto, recomenda que os visitantes reservem os ingressos antecipadamente no site para evitar filas e agilizar a circulação pelo museu. Nos dias e horários de gratuidade, a bilheteria fica fechada e as entradas precisam ser retiradas online. Não é necessário comprar ingresso para acessar o térreo e o subsolo do Edifício Pietro Maria Bardi, onde ficam café, restaurante e loja. ●

FOTOS TABA BENEDICTO/ESTADÃO



Quadro 'Rosa e Azul' na exposição de Renoir, uma das mostras que marcam a inauguração depois de uma década de reformas

Quadros de Renoir remontam à origem da coleção do museu

ARTUR TAVARES
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

O novo anexo do Museu de Arte de São Paulo abre as portas com Cinco Ensaios Sobre o Masp, série de exposições com obras que pertencem ao acervo da instituição, além da videoinstalação *Isaac Julien: Lina Bo Bardi*. A única mostra individual é Renoir, dedicada ao francês Pierre-Auguste Renoir, com 12 pinturas e uma escultura produzidas pelo modernista em dois períodos de sua vida, sua fase impressionista e suas obras tardias. É, também, aquela que mais remete aos primeiros anos de história do Masp após sua fundação.

"Renoir é um dos grandes exemplos dos artistas adquiridos no período que chamamos de 'grandes aquisições'", explica o curador da mostra, Fernando Oliva. "Foi nesse momento que Assis Chateaubriand investiu Pietro Maria Bardi não só de poderes, mas de recursos para encontrar essas obras na Europa."

Entre 1948 e 1953, Bardi manteve parceria com dois players importantes do mercado das artes no pós-Segunda Guerra, as galerias Wildenstein e Knoedler, que atuavam em Nova York, Paris e Londres. "Ele tinha um olho muito bom para os trabalhos e sabia que precisava dar um tiro certo, como se tivesse só uma bala", conta Oliva.

Entre as compras, os presentes e as doações, os 13 trabalhos em cartaz compõem o maior número de peças individuais entre os modernistas no acervo do museu – a título de comparação, o Masp tem quatro obras de Van Gogh e duas de Gauguin, Manet e Monet.

"Bardi soube escolher bem, porque as obras desse período, incluindo os nossos quadros de Renoir, são chamadas para exposições, recebemos pedidos de empréstimos o tempo todo, de lugares ao redor do mundo."

O curador explica que são principalmente essas obras que credenciam o Masp como um dos museus na rota dos mais importantes do mundo. "São os empréstimos que nos permitem realizar nossas exposições internacionais, porque conseguimos trocar essas obras. Sem esse intercâmbio, hoje em dia não é possível fazer uma exposição de grandes clássicos em alto nível a não ser que você pague, e algumas vezes nem pagando. Somente lugares como Mônaco e Japão pagam e, mesmo assim, não têm trabalhos de primeira linha."

SÓ 1%. Mesmo com um aumento de 66% em sua capacidade expositiva com a inauguração do novo edifício Pietro Maria Bardi, o Masp só consegue exibir 1% das 11 mil peças de seu acervo – mais de 4 mil delas adquiridas somente na última década, segundo Oliva.

Os trabalhos de Renoir, por exemplo, não eram mostrados juntos havia 23 anos. "A última vez tinha sido em 2002, na exposição Renoir, o Pintor da Vida. Além de ser uma mostra importante, é algo novo para muita gente, pelo menos para duas gerações."

Oliva explica também que o principal motivo de o Masp ter deixado o conjunto guardado por tanto tempo foi "falta de interesse" causada por uma categorização entre trabalhos premium e outros comuns.

"Os retratos do Renoir são considerados, pela história da arte canônica, a parte mais importante e mais nobre de sua produção. Já as banhistas e nus são associados ao seu momento tardio." No entanto, "esse tipo de divisão já vinha sendo revisto pelos historiadores e críticos da arte", diz Oliva. "Têm surgido novas pesquisas sobre *As Banhistas* – e, nessas novas histórias que estão sendo contadas nas universidades e nos museus, está ficando claro que aquelas não são pinturas necessariamente piores, mas que ele estava usando aquilo para renovar o diálogo dele com os grandes mestres italianos, especialmente Ticiano. O assunto não era mais a banhista, ele não está interessado naquela mulher, mas nos efeitos da pintura da pele, em como a pele aparece na pintura e como isso dialoga com grandes mestres da tradição."

> *"Renoir é um dos grandes exemplos dos artistas adquiridos no período que chamamos de 'grandes aquisições'. Foi quando Assis Chateaubriand investiu Pietro Maria Bardi de poderes e recursos para encontrar essas obras na Europa"*

> *"Renoir foi um grande renovador em sua fase impressionista, pela revolução que estabeleceu em relação não só à paisagem, mas também em relação à própria realidade, porque trouxe a ideia de que a pintura era capaz de captar uma realidade em transformação"*
> **Fernando Oliva**
> **Curador**

No entanto, o curador não deixa de destacar a importância dos trabalhos feitos por Renoir em sua juventude: "Ele foi um grande renovador durante sua fase impressionista, estilisticamente, pela revolução que se estabeleceu em relação não só à paisagem, mas também em relação à própria realidade, porque trouxe a ideia de que a pintura era capaz de captar uma realidade em transformação. A paisagem era só uma desculpa, só um objeto, porque não só a paisagem se transformava com a luz, mas as cidades inteiras estavam se transformando com a Revolução Industrial."

Oliva destaca que Renoir, junto com Degas, foi o principal responsável por "criar o retrato da mulher moderna" à luz da modernidade do século 19, e cita as obras *Dama Sorrindo* (*Retrato de Alphonsine Fournaise*), de 1875, *Retrato da Condessa de Pourtalès*, de 1877, e *Retrato de Marthe Bérard*, de 1879, como principais exemplos dessa fase entre as obras do Masp.

"Seus retratos passaram a refletir uma mudança epistemológica, uma mudança de paradigma nas sociedades, na maneira como o homem, o ser humano das cidades, os homens e as mulheres das cidades, eram representados", diz.

Renoir, assim como as outras mostras de Cinco Ensaios Sobre o Masp, fica em cartaz no novo edifício Pietro Maria Bardi até 3 de agosto. ●

Museu de Arte de São Paulo
Horários
3ª, 10h às 20h (entrada até as 19h); 4ª e 5ª, 10h às 18h (entrada até as 17h); 6ª, 10h às 21h (entrada até as 20h)
Gratuidade
3ª, o dia todo, e 6ª, das 18h às 21h. Crianças com 10 anos ou menos, pessoas com deficiências e um acompanhante não pagam
Valores
Adultos, R$ 75; estudantes/professores e maiores de 60 anos, R$ 37

CINCO ENSAIOS SOBRE O MASP

2º ANDAR (Galeria Pietro 1)
Isaac Julien: Lina Bo Bardi – um maravilhoso emaranhado



Videoinstalação sobre o legado da arquiteta modernista Lina Bo Bardi (1914–1992), que projetou o icônico edifício do Masp na Avenida Paulista, tem as atrizes Fernanda Torres e Fernanda Montenegro interpretando os escritos de Lina

3º ANDAR
Artes da África
(Galeria Pietro 2)



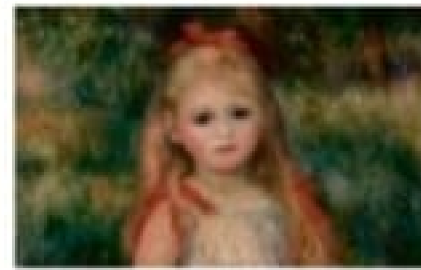
Exibe mais de 40 obras do acervo do museu, oriundas da África ocidental. O conjunto reúne estatuetas, objetos cotidianos, bonecas, tambores, mobiliário e máscaras usadas em festividades, rituais de iniciação, celebração ou funerais

4º E 10º ANDAR
Geometrias
(Galeria Pietro 4 e Sala Pietro 9)



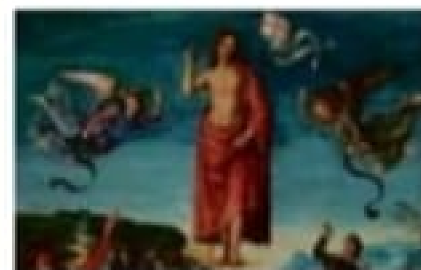
A exposição apresenta mais de 50 obras do acervo do Masp, incluindo cerca de 20 doações recentes. São trabalhos realizados por artistas da época das vanguardas, em diálogo com trabalhos de artistas contemporâneos

5º ANDAR
Renoir
(Galeria Pietro 4)



Apresenta todas as obras do francês Pierre-Auguste Renoir (1841–1919) pertencentes ao acervo do Masp, sendo 12 pinturas e uma escultura. O conjunto abrange praticamente toda a carreira do artista e foi exposto pela última vez há 23 anos

6º ANDAR
Histórias do Masp
(Galeria Pietro 5)



Revisita mais de sete décadas de trajetória da instituição, refletindo sobre a história do museu e sua importância para a constituição de um modelo de museu moderno

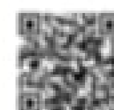
FONTE: MASP/INFOGRÁFICO ESTADÃO

Eufrázio

Sextou! Bate-volta

Confira outras opções de viagens curtas nas proximidades de São Paulo





TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO



Além de São Roque, o vinho também faz sucesso em Andradas, Minas

Turismo gastronômico e cultural

Café, vinho, cerveja, azeites, queijo, chocolate: um passeio para cada gosto

Cidades se especializam em produtos, mas não se preocupe: há destinos também para quem quer um pouco de tudo

ANA LOURENÇO

Viajar e explorar novos sabores são experiências que andam lado a lado. A gastronomia pode ser parte essencial do roteiro, oferecendo imersão cultural por intermédio de ingredientes, tradições e preparos. Pela culinária também é possível conhecer a identidade de um lugar. Veja dicas de locais para visitar perto de São Paulo para quem curte café, cerveja, vinho, azeite, queijo, chocolate – ou um pouco de tudo.

CAFÉ

Espírito Santo do Pinhal é um paraíso para quem ama café. A cidade, a 192 km de São Paulo, guarda uma herança cafeeira expressiva, com mais de 950 produtores e casarões históricos do fim do século 19.

Pelo menos 12 fazendas da região proporcionam o chamado turismo do café. Uma delas se destaca com o passeio Do Genoma à Xícara, que une degustação e história local. Em outras fazendas do município, o passeio funciona parecido com as visitações a vinícolas. É possível conhecer as plantações, tirar dúvidas sobre os processos e, depois, degustar os resultados finais.

CERVEJA

A 168 km da capital paulista, Piracicaba é, no caso, a opção perfeita. Na cidade, a temperatura média anual é de 21,7°C. No verão, a sensação térmica chega a 38°C. Para se refrescar, criaram até uma rota cervejeira para ninguém reclamar do calor. Tudo começa na frente do Casarão de Turismo, próximo à Rua do Porto, onde os visitantes se encontram para conhecer as 12 cervejarias artesanais da cidade. Uma das mais visitadas é a pioneira da região: Cevada Pura, criada em 2001 pelo cervejeiro Alexandre Moraes.

Hoje, a cultura cervejeira movimenta a cidade e ajuda as cervejarias piracicabanas, como a Tutta Birra, Ampere, Komtainer Beer, Cervejaria Stella Alpina, Em Nome do Malte, e uma das mais premiadas do Estado, a Dama Bier.

VINHO

Outra bebida alcoólica que ganha cada vez mais adeptos em São Paulo é o vinho. Além da já clássica São Roque e da cidade da uva, Jundiaí, em Andradas, Minas Gerais, a 214 km de São Paulo, a bebida também faz sucesso.

"Os colonizadores italianos e portugueses vieram substituir os escravizados nas lavouras de café, mas, assim que ganharam seu dinheirinho, decidiram investir em terras próximas e produzir o que sabiam: uva", conta Fábio Silva, gerente comercial da Casa Geraldo. Andradas é a maior produtora de vinhos de Minas Gerais.

> **Critérios**
>
> **Na hora de escolher o destino, não deixe de considerar a distância, o preço ou mesmo o clima**

Outra casa local, mas com proposta totalmente diferente, é a Vinícola Stella Valentino. Ali, o visitante entra em um casarão centenário da Família Stella, muitas vezes sendo recebido pelo próprio senhor José Procópio Stella, o dono, em uma atmosfera descontraída e aconchegante.

AZEITE

Perto da divisa de São Paulo com Minas Gerais, São Bento do Sapucaí compartilha as belezas dos dois Estados entre montanhas, serras e araucárias, criando um refúgio para apreciar a natureza.

A 185 km da capital paulista, a cidade é chamada de Toscana brasileira, em referência à região da Itália. Em um mesmo lugar, há oferta de queijos, vinhos, azeite e cervejas – alguns até premiados internacionalmente. Mas o que mais ganha destaque é mesmo o azeite. Na Oliq, são mais de 10 mil pés de oliveiras, de vários tipos. "A oliveira é uma árvore que não se autopoliniza. O que vai ajudá-la a produzir bem será uma outra variedade de oliveira cruzar junto", diz o guia João Vitor Moreira. Durante o tour, o visitante pode conhecer as plantações e tirar fotos das azeitonas ainda no pé.

QUEIJO

A 130 km de São Paulo, Amparo, com 68 mil moradores, prosperou na fase cafeeira. Em 1929, porém, veio a crise econômica e o produto era o principal item de exportação do Brasil. Assim, foi recomendado aos produtores que queimassem seus plantios, limitando a oferta do grão.

Na cidade, hoje, há oferta de cachaça, vinhos e muito queijo. "O que mais quero é que o visitante venha e tenha uma experiência", afirma Paulo Rezende, proprietário da Fazenda Atalaia, que produz queijo há quase 30 anos. São mais de 20 produtos derivados do leite produzidos na fazenda, incluindo o Tulha, que em 2016 foi o primeiro queijo artesanal brasileiro a ganhar medalha de ouro no concurso internacional World Cheese Awards. "Um queijo paulista ter ganho um prêmio fora do Brasil pôs em foco o produto brasileiro", conta Rezende. Com o sucesso, a fazenda abriu as portas à visitação.

CHOCOLATE

A 170 km da capital, Campos do Jordão é ideal para os fãs de chocolate e, além disso, também é procurada por visitantes que querem fugir do calor: a cidade é a mais alta do Brasil, com 1.628 metros de altitude.

Entre os destaques está a tradicional Liège Chocolates, localizada no Boulevard Genève, com sua fachada instagramável. A cidade oferece de tudo: fondues, bombons e chocolate quente para os dias frios.

Campos do Jordão também impressiona pelas paisagens – como a do Parque Amantikir, de 60 mil m². ●

Eufrázio

Destaques 2024



RENOVANDO FROTAS. INOVANDO NEGÓCIOS.

- Conclusão da cisão das concessionárias ocorrida no final de 2024 torna a VAMOS dedicada ao segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos com simplificação da tese de investimentos da Companhia;
- Receita líquida consolidada em 2024 somou R$ 4.699,3 milhões, 32,4% maior que o registrado em 2023;
- A receita líquida recorde de vendas de ativos seminovos totalizou R$ 705,5 milhões em 2024, 34,3% superior a 2023[1], e margem bruta de 20,7%;
- EBIT consolidado atingiu R$ 2.645,3 milhões em 2024, 30,4% superior versus 2023[2];
- EBITDA consolidado de 2024 totalizou R$ 3.395,9 milhões, crescimento de 31,8% em relação ao ano anterior;
- Lucro líquido ajustado de 2024 foi de R$ 779,2 milhões, maior em 56,6% versus 2023;
- Alavancagem de 3,3x dívida líquida/EBITDA;
- Indicadores de rentabilidade:
  - ROIC[3] 2024 de 15,6%;
  - ROE[4] 2024 de 33,0%.
- CAPEX contratado somou R$ 5.010,3 milhões no ano, dos quais R$ 353,2 milhões relacionados ao Sempre Novo e R$ 349 milhões de extensão de contrato com mesmo ativo;
- CAPEX implantado somou R$ 5.004 milhões, sendo R$ 245 milhões em ativos Sempre Novo e R$ 401 milhões de extensão de contrato com mesmo ativo.



VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A. E SUAS CONTROLADAS

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e relatório dos auditores independentes





BMB TRUCKVAN

Uma empresa do Grupo



SIMPAR

1 Exclui vendas não recorrentes de ativos ocorridas no 1T23.
2 Exclui os efeitos extraordinários e não recorrentes do 2T24 (efeitos climáticos no Rio Grande do Sul + Incremento PCD extraordinário).
3 ROIC considera o EBIT e alíquota de IR ajustados, excluindo os efeitos extraordinários do 2T24, sobre o capital investido médio.
4 ROE considera o lucro líquido ajustado sobre o patrimônio líquido médio.

VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 23.373.000/0001-32 - NIRE 35.300.512.642
COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO
Demonstrações Financeiras Resumidas em 31 de dezembro de 2024 (Conforme Parecer de Orientação da CVM nº 39 de 16/12/2021)

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

É com satisfação e otimismo que reportamos os resultados da Vamos. O ano de 2024 foi marcado pelo crescimento e desenvolvimento da Companhia e por mudanças estruturais, a partir da cisão do negócio de concessionárias de pesados da VAMOS, que irão impulsionar ainda mais a geração de valor no longo prazo.

Com a reorganização realizada ao final do ano, a VAMOS passa a se dedicar com maior foco ao segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos e ganha agilidade para potencializar seus diferenciais como liderança, escala e capilaridade para, com maior previsibilidade e resiliência, promover o desenvolvimento sustentável.

Dessa maneira, a nova estrutura da VAMOS excluindo concessionárias, apresenta receita líquida consolidada de R$ 4,7 bilhões, em 2024, 32% maior que o registrado em 2023, impulsionada pelo crescimento de locação. O EBITDA consolidado somou R$ 3,4 bilhões, representando aumento de 32% no ano de 2024, com crescimento no EBIT 30% maior versus o ano anterior, somando R$ 2,6 milhões em 2024. A margem EBIT desses indicadores foi momentaneamente afetada ao longo de 2024, principalmente, pelo efeito do término antecipado de contratos de ativos de locação. O lucro líquido consolidado foi de R$ 780 milhões, com crescimento de 57% sobre o ano anterior o que reflete um modelo de negócios robusto e uma trajetória consistente de resultados.

Nosso segmento principal, de locação, contribuiu de maneira preponderante para o crescimento orgânico dos resultados no ano, reforçando a demanda crescente do mercado pelos ativos VAMOS de locação de caminhões, máquinas e equipamentos no Brasil. A receita líquida de locação de serviços teve alta superior a 30% em 2024 em relação ao ano anterior, e o EBITDA apresentou aumento de 31%. Neste contexto, a VAMOS, líder de mercado, com disponibilidade de frota e ampla gama de marcas e modelos, é uma solução econômica e estrategicamente vantajosa para os clientes que contam com um modelo de negócios *asset light*, o que contribui com a eficiência na alocação de capital, seja para locação ou compra de ativo seminovo.

Em 2024, fizemos o lançamento do SEMPRE NOVO: linha de ativos seminovos, com baixa quilometragem e com garantia, destinados para o segundo ciclo de locação ou venda. Durante o ano, evoluímos em eficiência no processo de preparo do ativo, treinamento da equipe comercial para apresentação do novo produto aos clientes e com isso registramos resultados compatíveis com as nossas expectativas. Saímos de 0 para mais de R$ 350 milhões de ativos SEMPRE NOVO locados somente em 2024.

Acreditamos no potencial deste produto, seja pela qualidade dos ativos, que podem ser locados ou vendidos, como pela oportunidade econômica em otimizar o uso do capital, considerando a atual realidade da curva de juros.

Em seminovos, registramos recorde na receita de venda de ativos: R$ 705 milhões no ano, superior em 34% ao ano anterior reforçando a dinâmica favorável para comercialização dos ativos e margens consistentes. Em linha com o foco no cliente e mercados de alto potencial, recentemente inauguramos uma loja de seminovos em Primavera do Leste (MT), totalizando 18 lojas próprias que, somadas às dos nossos parceiros - atualmente 42 - fortalecem os canais de venda de ativos seminovos.

Alinhado ao compromisso de desenvolvimento sustentável e melhoria contínua da eficiência, investimos em tecnologia, softwares e inteligência artificial direcionados para ganhos de agilidade no processo operacional, gestão de riscos, análise de crédito e outros processos que possam gerar oportunidades de evolurmos na satisfação do nosso cliente e evolução dos resultados.

Estamos confiantes com as oportunidades para 2025 e conscientes dos desafios que nos esperam. Conforme fato relevante que publicamos em novembro/24, projetamos R$ 5 bilhões de capex em novos contratos. Esperamos alugar R$ 1 bilhão de ativos SEMPRE NOVOS e estender outros R$ 700 milhões em contratos com ativos que já estão em uso com nossos clientes.

Desta forma, pelo menos 34% dos novos contratos não demandarão adição de capital contribuindo de forma importante para maior rentabilidade ao longo do ciclo destes ativos. Se considerarmos o atual ritmo de vendas, acreditamos que venderemos pelo menos R$ 1,2 bilhão de ativos usados. Temos evoluído mês a mês nessa importante atividade. Com isso, nossa expectativa de capex líquido será de cerca de R$ 2,1 bilhão, ou seja, menor adição de capital novo dos últimos 3 anos, contribuindo de forma relevante para nossos resultados e com a trajetória de desalavancagem combinada com crescimento.

O ano de 2025 ainda será um ano de foco em excelência operacional, aumento da taxa de ocupação de nossa frota, otimização dos estoques e foco na redução de custos.

Agradecemos à nossa GENTE, familiares, clientes, investidores e fornecedores que confiam em nosso trabalho.

A Administração - VAMOS

LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DA VAMOS CRESCE 57% EM 2024

Destaques do 2024

- Conclusão da cisão das concessionárias ocorrida no final de 2024 torna a VAMOS dedicada ao segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos com simplificação da tese de investimentos da Companhia;
- Receita líquida consolidada em 2024 somou R$ 4.699,3 milhões, 32,4% maior que o registrado em 2023;
- A receita líquida recorde de vendas de ativos seminovos totalizou R$ 705,5 milhões em 2024, 34,3% superior a 2023[1], e margem bruta de 20,7%;
- EBIT consolidado atingiu R$ 2.645,3 milhões em 2024, 30,4% superior versus 2023;
- EBITDA consolidado de 2024 totalizou R$ 3.395,9 milhões, crescimento de 31,8% em relação ao ano anterior;
- Lucro líquido ajustado de 2024 foi de R$ 779,2 milhões, maior em 56,6% versus 2023;
- Alavancagem de 3,3x dívida líquida/EBITDA[2]
- Indicadores de rentabilidade:
- ROIC[3] 2024 de 15,6%;
- ROE[4] 2024 de 33,0%;
- CAPEX contratado somou R$ 5.010,3 milhões no ano, dos quais R$ 353,2 milhões relacionados ao Sempre Novo e R$ 349 milhões de extensão de contrato com mesmo ativo;
- CAPEX implantado somou R$ 5.004 milhões, sendo R$ 245 milhões em ativos Sempre Novo e R$ 401 milhões de extensão de contrato com mesmo ativo.

RESULTADOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS

(R$ milhões)	2024[5]	2023	Var. (%)
Receita líquida	4.699,3	3.548,7	32,4%
Locação	4.330,0	3.297,9	31,3%
Receita líquida de Serviços	3.624,5	2.688,1	34,8%
Receita líquida de venda de ativos[6]	705,5	609,7	15,7%
Industrial	315,9	279,5	13,0%
EBIT	2.645,3	2.029,0	30,4%
Locação	2.627,2	2.031,3	29,3%
Industrial	(11,5)	3,9	
EBITDA	3.395,9	2.576,1	31,8%
Locação	3.349,7	2.547,3	31,5%
Industrial	16,4	34,1	(51,9%)
Resultado Financeiro	(1.620,4)	(1.480,4)	9,5%
IR	(245,7)	(51,0)	381,3%
Lucro Líquido - operações continuadas	779,2	497,6	56,6%
Lucro líquido/(Prejuízo) - operações descontinuadas	(344,0)	175,1	
Lucro Líquido/(Prejuízo) - operações continuadas + descontinuadas	435,3	672,7	
Dívida Líquida	11.605,1	9.373,3	23,8%
Alavancagem	3,3x	3,5x	-0,2x
Dados operacionais			
CAPEX Contratado	5.010,3	5.466,8	-8,4%
CAPEX Implantado	5.004,0	4.683,0	6,9%
Frota Total de locação (# de ativos)	51.604	45.707	12,9%
ROIC	15,6%	18,5%	-2,9p.p.

Efeito pós cisão das concessionárias (operações descontinuadas VAMOS)

Efeito tributário relacionado ao patrimônio líquido cindido (não operacional e não recorrente) com a baixa de créditos fiscais (IR/CS) no valor presente de ~R$ 69 milhões (R$238 milhões a valor nominal).
Considerando a conclusão da operação de cisão do segmento de Concessionárias, todos os dados deste material refletirão os resultados do segmento de locação e indústria nos períodos comparativos, para refletir de forma mais adequada o resultado operacional da Companhia.

Receita Líquida

No ano de 2024, a receita líquida consolidada somou R$ 4,7 bilhões, representando crescimento de 32,4% em relação ao ano anterior, dado a contribuição do crescimento de aproximadamente +35% por serviços de locação, 34% pela venda de ativos de locação e 13% pelo negócio de indústria/customização.

EBIT

O lucro operacional (EBIT) consolidado ajustado foi de R$ 2,6 bilhões, 30,4% maior que o acumulado de 2023, refletindo, principalmente, a forte geração de resultado operacional do segmento de locação.

EBITDA

O EBITDA consolidado ajustado totalizou R$ 3,4 bilhões no ano de 2024, apresentado evolução de 31,1% em relação ao ano anterior. O resultado foi impulsionado principalmente pela performance positiva do segmento de locação, principal unidade de negócio da Companhia.

Resultado financeiro

(R$ milhões)	4T24	4T23	Var%	2024	2023	Var%
Receitas Financeiras	54,3	23,8	127,7%	222,8	153,0	45,6%
Despesas Financeiras	(461,2)	(358,2)	28,8%	(1.843,3)	(1.633,4)	12,9%
Resultado Financeiro líquido	(406,9)	(334,4)	21,7%	(1.620,4)	(1.480,4)	9,5%

O resultado financeiro do 4T24 totalizou R$ 406,9 milhões negativos, representando aumento de 21,7% em relação ao 4T23, e reflete principalmente o aumento da dívida líquida da Companhia. Em relação a 2024 comparado com 2023, o aumento do resultado financeiro negativo foi de 9,5% em relação ao ano anterior, totalizando R$1.620,4 milhões, refletindo principalmente o efeito do aumento da dívida líquida da Companhia, dado os investimentos realizados e a variação do CDI no período.
Importante mencionar que tais investimentos estão relacionados às compras de ativos para locação, e, portanto, vinculados a contratos de longo prazo que contribuirão para geração de EBITDA.

Lucro Líquido

O lucro líquido consolidado ajustado (excluindo os efeitos extraordinários ocorridos no 2T24) apresentou forte crescimento de 57% somando R$ 779,2 milhões, evidenciando a consistência e sustentabilidade dos nossos resultados de locação.
Demonstramos na tabela a seguir a conciliação do EBITDA Consolidado da Companhia, considerando os valores reportados nas demonstrações financeiras, para os números ajustados pelos impactos extraordinários/não recorrentes ocorridos no ano:

Lucro Líquido e Reconciliação EBITDA (R$ milhões)	2024*	2023	Var %
Lucro Líquido Contábil	724,9	497,6	45,7%
Margem líquida (lucro líquido/receita líquida)	15,4%	16,9%	-1,5 p.p.
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	217,7	51,0	326,5%
(+) Resultado Financeiro Líquido	1.620,4	1.480,4	9,5%
(–) Depreciação e Amortização	750,6	547,0	37,2%
EBITDA Contábil	3.313,7	2.576,1	28,6%
(+) Efeitos climáticos Rio Grande do Sul	3,7	–	–
(+) Incremento na PDD	78,6	–	–
EBITDA Ajustado	3.395,9	2.576,1	31,8%

* Exclui os efeitos extraordinários e não recorrentes do 2T24 (efeitos climáticos no Rio Grande do Sul + Incremento PDD extraordinário).

Endividamento

Em março/25 concluímos a contratação de uma nova operação de financiamento totalizando USD 325 milhões (vide seção de eventos subsequentes a seguir).
Encerramos o ano de 2024 com dívida líquida de R$ 11,6 bilhões, crescimento de 23,8% em relação ao ano anterior e 5% acima do registrado em setembro/24. A alavancagem para fins de *covenants* era de 3,3x (dívida líquida/EBITDA) no encerramento de dezembro/24.
A aumento da dívida no período reflete, principalmente, os investimentos realizados na aquisição de ativos de locação.

(R$ milhões)	4T24	4T23	Var % A/A
Dívida bruta	14.393,3	11.492,7	25,2%
Dívida bruta - Curto prazo	942,4	1.282,4	-26,5%
Dívida bruta - Longo prazo	13.461,7	10.435,3	29,0%
Instrumentos financeiros e derivativos	-10,8	-225,0	-95,2%
Caixa e aplicações financeiras	2.788,2	2.119,4	31,6%
Dívida Líquida	11.605,1	9.373,3	23,8%
EBITDA UDM*	3.501,9	2.661,0	31,6%
Alavancagem Líquida (Dívida Líquida/EBITDA) (x)	3,3x	3,5x	-0,2 p.p.
Prazo Médio Bruto (anos)	3,9	4,3	-9,2%
Prazo Médio Líquido (anos)	4,5	5,0	-8,9%

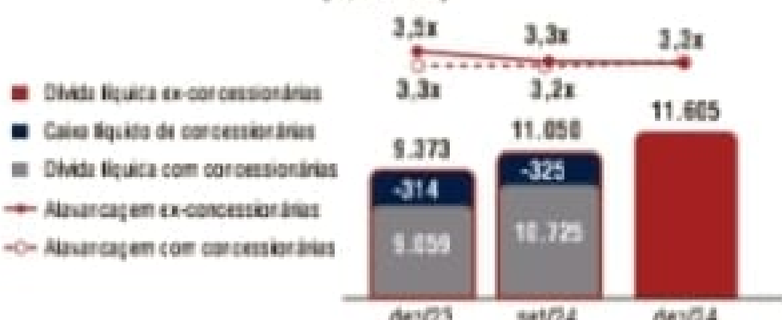
Definição para cálculo da alavancagem para fins de covenants:
- Dívida líquida: inclui dívida financeira das empresas adquiridas
- EBITDA UDM: inclui o EBITDA UDM das empresas adquiridas e exclui os efeitos de imparidade nos ativos UDM, inclusive os gastos extraordinários e não recorrentes ocorridos no 2T24, relativos ao acréscimo na PDD e na perda em estoques e ativos imobilizados por conta dos desastres naturais no Rio Grande do Sul.

[1] Exclui vendas não recorrente de ativos ocorrida no 1T23.
[2] Considera o EBITDA para fins de covenant, conforme demonstrado na página 21 deste material.
[3] ROIC considera o EBIT e alíquota de IR ajustados, excluindo os efeitos extraordinários do 2T24, sobre o capital investido médio.
[4] ROE considera o lucro líquido ajustado sobre o patrimônio líquido médio.
[5] Exclui os efeitos extraordinários e não recorrentes do 2T24 (efeitos climáticos no Rio Grande do Sul + Incremento PDD extraordinário).
[6] Receita líquida de venda de ativos 2023 considera vendas não recorrentes ocorridas no 1T23. Ao excluirmos essas vendas, a Receita Líquida de Venda de Ativos 2023 seria de R$ 525,1 milhões.

Demonstramos na tabela a seguir a conciliação do EBITDA para fins de *covenants*

Ajustes no EBITDA para fins de *covenants* (R$ milhões)	2024	2023	Var %
EBITDA Contábil	3.313,7	2.576,1	28,6%
(+) Imparidade de contas a receber (PDD)	(106,0)	(85,0)	24,8%
(+) Incremento extraordinário na imparidade de contas a receber (PDD)	(78,6)	–	
(+) Imparidade em ativos decorrentes dos efeitos climáticos no Rio Grande do Sul	(3,7)	–	
EBITDA para fins de covenants	3.501,9	2.661,0	31,6%

Dívida Líquida e Alavancagem para fins de *covenant*
(R$ milhões)



Conforme demonstrado no cronograma abaixo, encerramos 2024 com posição de caixa e aplicações financeiras, que somavam R$ 2,8 bilhões, além de R$ 1,1 bilhão em linhas compromissadas não sacadas, totalizando R$3,9 bilhões, suficientes para cobrir as dívidas vencendas até maio de 2027.

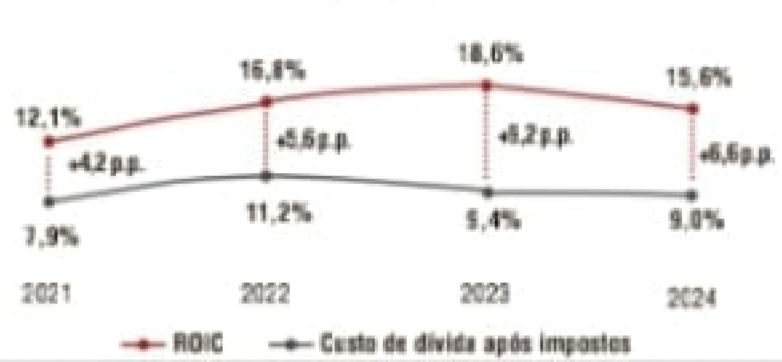
Cronograma de amortização da dívida
(R$ milhões)



Indicador de Retorno

Nosso ROIC 2024 totalizou 15,6%, com ROIC *Spread* de 6,6 p.p. Em 2024 o indicador foi afetado negativamente pelos ativos retomados disponíveis para locação, que no encerramento do período, não estavam gerando receita. Acreditamos que tal efeito deve apresentar uma tendência de melhora, considerando a oportunidade no aumento da taxa de ocupação da frota, e portanto, com maior volume de ativos gerando receita.

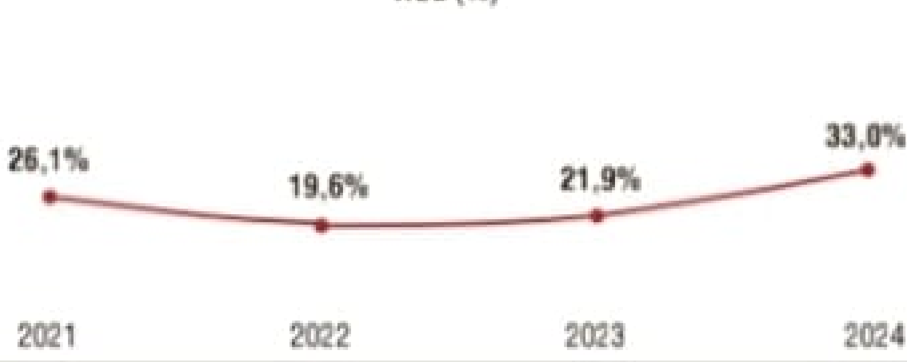
ROIC (%)



ROIC (R$ milhões)	2024
EBIT Ajustado	2.645,3
Despesas Financeiras Líquidas	(1.620,4)
EBT Ajustado	1.024,9
Impostos	-245,7
Alíquota efetiva	-24,0%
NOPAT	2.011,3
Dívida Líquida Média[7]	10.491,9
Patrimônio Líquido Médio[4]	2.374,4
Capital Investido Médio[7]	12.866,4
ROIC 2024	15,6%

Conforme demonstrado abaixo o ROE 2024 atingiu 33,0%. O aumento do ROE em relação ao ano anterior pode ser explicado principalmente pelo crescimento do lucro líquido no período.

ROE (%)



ROE (R$ milhões)	2024
Lucro líquido ajustado	779,2
Patrimônio Líquido Médio[4]	2.363,2
ROE 2024	33,0%

CAPITAL HUMANO

Na VAMOS, acreditamos que resultados se constroem com o desenvolvimento e a sinergia do nosso time. Por isso, criamos diversos programas para desenvolver nossa gente e fortalecer nossa cultura.
O "Pé na Estrada" é uma iniciativa que reúne o diretor executivo comercial, o time de Gente e Cultura e as equipes regionais de vendas duas vezes ao ano. Com um formato dinâmico e colaborativo, o "Pé na Estrada" vai além de discutir metas e estratégias. É um momento de fortalecer nossa cultura, promover o diálogo aberto e construir um ambiente de trabalho positivo e inspirador.
Vale destacar nosso Programa Mecânico de Valor, que oferece benefícios e incentivos para o desenvolvimento da carreira e reconhecimento da nossa equipe técnica. Por meio dele, buscamos aprimorar a performance dos nossos colaboradores e possibilitar o crescimento profissional até cargos gerenciais, oferecendo um futuro promissor para toda a nossa gente técnica.
O programa Escola de Vendas Melhorar visa a qualificação da força de vendas, focando em alta performance nas negociações e fechamento de vendas. Também habilita os gerentes regionais para que se tornem líderes treinadores.
O ano foi marcado por capacitações que abordaram competências técnicas e comportamentais. Para tornar esse aprendizado mais acessível e direcionado, contamos com a Universidade VAMOS, nossa plataforma de desenvolvimento que reúne trilhas de conhecimento voltadas para a evolução das nossas equipes, além de programas específicos como o Acelera Líder e o Oficina em Foco. Em 2024, foram realizados mais de 160 mil horas de treinamentos.
Na VAMOS, valorizamos cada colaborador e trabalhamos para construir um ambiente profissional diverso, seguro e repleto de oportunidades. Investimos constantemente na formação e no desenvolvimento de nossos times, promovendo treinamentos e incentivando o crescimento dentro do nosso ecossistema.
Ao final de 2024, a VAMOS contava com 2.291 colaboradores, dos quais 80% são homens e 20% mulheres. Seguimos comprometidos em promover um ambiente mais inclusivo e equitativo, incentivando a ampliação da diversidade dentro da nossa estrutura corporativa. Uma das formas de expressar nosso comprometimento é a participação da VAMOS no Programa Corporativo de Mentoria para Mulheres, que oferece benefícios como o desenvolvimento profissional feminino, o fortalecimento da rede de contatos e o engajamento em iniciativas de responsabilidade social.

[7] Considera média entre o período atual e dezembro de 2023

continua →

continuação

VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 23.373.000/0001-32 - NIRE 35.300.512.642

COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO

Demonstrações Financeiras Resumidas em 31 de dezembro de 2024 (Conforme Parecer de Orientação da CVM nº 39 de 16/12/2021)

Desde 2022, implementamos nossa Política de Direitos Humanos, que estabelece diretrizes básicas para a proteção e preservação desses direitos em todas as nossas operações. Além disso, contamos com documentos complementares, como o Código de Conduta, o Código de Conduta de Terceiros, a Política de Investimento Social e a Política de Sustentabilidade, que reforçam nosso compromisso com práticas empresariais responsáveis.
Somos signatários do Programa Na Mão Certa, uma iniciativa da Childhood Brasil lançada em 2006, que visa unir esforços para combater a exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras. Nosso compromisso com os direitos humanos também se reflete em nossa adesão ao Pacto Global das Nações Unidas e ao Movimento Mulher 360, iniciativas que orientam nossas práticas corporativas, promovendo a igualdade de gênero e o respeito aos direitos fundamentais em todas as esferas de atuação.

GERENCIAMENTO DE RISCOS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia adota uma política formalizada de gerenciamentos de riscos, com o objetivo de identificar, controlar e mitigar os riscos aos quais está exposta no desenvolvimento de suas atividades. Essa política foi revisada e aprovada pelo Conselho de Administração da Controladora e ratificada pelo Conselho de Administração da Companhia, em março de 2024 e sua aplicação é monitorada pela Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade da Companhia. O objetivo da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia é estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão dos riscos corporativos, de forma a possibilitar a adequada identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos para os quais se busca proteção e que possam afetar o plano estratégico da Companhia, a fim de conduzir o apetite à tomada de risco no processo decisório, na busca do cumprimento de seus objetivos, e da criação, preservação e crescimento de valor. Desse modo, realizamos a incorporação de riscos de mudanças climáticas na Matriz de Risco de Sustentabilidade.
A estrutura administrativa da Companhia é constituída por (i) Conselho de Administração, (ii) Diretoria, (iii) Comitê de Auditoria, (iv) Comitê Financeiro e (v) Comitê de Ética e Conformidade. Portanto, nosso modelo de governança segue as principais diretrizes do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE

Na VAMOS, a Sustentabilidade é um Valor e parte essencial da nossa estratégia, integrada de forma ampla e alinhada aos negócios. Acreditamos na importância da inovação e na busca por soluções que promovam a preservação ambiental e o bem-estar das pessoas.
Nossa atuação se dá em um mercado amplo, diverso e de grande complexidade. Operar um ecossistema de transporte e maquinário em um país de dimensões continentais como o Brasil, garantindo eficiência e qualidade na prestação dos nossos serviços, exige também o compromisso com a sustentabilidade.
A execução da nossa estratégia trouxe importantes resultados em 2024:

AMBIENTAL

- Evolução na nota do CDP Mudanças Climáticas para A-
- Evolução na nota do CDP Água para B-
- Selo Ouro GHG Protocol pelo 4º ano consecutivo
- Mais de 9.000 toneladas de carbono neutralizados junto a nossos clientes no Programa Vamos Carbono Zero
- Pelo terceiro ano consecutivo, a VAMOS segue na carteira ICO2 B3

SOCIAL

- Grupos de Trabalho focados em inclusão produtiva
- Lançamento do Programa Mecânico de Valor com 3 pilares: carreira, performance e programa de entrada
- Lançamos a 1ª turma do Programa de Jovem Aprendiz para mecânicos com 25 jovens em Guarulhos
- Fortalecimento do Trabalho +Seguro: criação de canal exclusivo para relatos de situações de desvios e riscos e redução da ocorrência de acidentes de trabalho

GOVERNANÇA

- Pelo 2º ano consecutivo, estamos no Anuário de Sustentabilidade 2025 da S&P Global, baseado na nota obtida no Corporate Sustainability Assessment (CSA)
- Recebemos o Selo Referência de Fornecedor Destaque Tereos 2024 na categoria Equipamentos Automotivos - Veículos Pesados
- Prêmio de inovação do 6º Programa Inovação, Estratégia e Gestão Empresarial 2024 da Sindicamp, o Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas de Campinas e Região
- Implementação da Letícia - robô da VAMOS desenvolvida para trazer maior celeridade e eficiência aos processos e facilitando o trabalho da Nossa Gente

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito ao recebimento de dividendos obrigatórios anuais não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido de: i) 5% da reserva legal; ii) Importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. Uma parcela do lucro líquido também poderá ser retida com base em um orçamento de capital de uma reserva de lucros estatutária denominada "reserva de investimentos".
O montante a ser efetivamente distribuído é aprovado na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") que aprova as contas dos administradores referentes ao exercício anterior, com base na proposta apresentada pela Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração. Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da AGO, realizada nos primeiros quatro meses de cada ano. O Estatuto Social da Companhia permite, ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser imputados ao dividendo obrigatório.
Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 26 de novembro de 2024, os membros do Conselho de Administração aprovaram o pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante total de R$ 290.000.000,00 correspondente a R$0,268262046 por ação, referente ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. O pagamento será realizado no dia 2 de maio de 2025, "ad referendum" da AGO. Os juros sobre o capital próprio, líquidos do imposto de renda na fonte serão imputados aos dividendos obrigatórios relativos ao exercício de 2024, conforme artigo 9º, parágrafo 7º, da Lei 9.249/95 e item V da Deliberação CVM nº 207/96, e o artigo 30, parágrafo 3º do Estatuto Social da Companhia.

MOVIMENTAÇÕES SOCIETÁRIAS RELEVANTES

Restruturação societária e operações descontinuadas - Controlada Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela S.A. ("Vamos Concessionárias")

Em setembro de 2024, a Companhia junto com a sua controladora Simpar S.A., decidiu em linha com o planejamento estratégico do Grupo implementar uma reestruturação societária, alinhada à estratégia de gerar valor por meio da segregação de suas atividades em sociedades dedicadas, para potencializar o crescimento dos negócios.
Assim, a restruturação visou tornar a Companhia exclusiva e inteiramente dedicada ao segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, e consequentemente combinar os negócios da Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela S.A. ("Vamos Concessionárias") e a AUTOMOB S.A. ("AUTOMOB"), dando origem um grupo de redes de concessionárias, de veículos leves e pesados, máquinas e equipamentos, em uma companhia listada no Novo Mercado.
Em 22 de novembro de 2024, foi aprovado em assembleia dos acionistas, e em 30 de novembro de 2024 efetivada a segregação das participações societárias por ela detidas na Vamos Concessionárias, bem como de outros ativos e passivos, por meio da cisão. Essas operações cindidas, passaram a não fazer mais parte dos negócios da Companhia, e por isso passaram a ser tratados como operação descontinuada.
Em consequência da operação a Companhia reconheceu a redução do Capital Social no montante de R$ 1.129.627, em contrapartida da cisão de ativos e passivos relacionados as atividades da Vamos Concessionárias que é composto pela Nota comercial detida pela Vamos e de emissão da Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda, empresa subsidiária direta da Vamos Concessionárias no montante de R$ 403.913, dos saldos intercompanhias da Vamos e Vamos concessionárias no montante R$ 346.616, além de uma baixa de investimento de R$ 379.098, valores apresentados no laudo da Cisão na data base de 30 de junho, aprovados pela administração.
Adicionalmente houve a distribuição de dividendos in natura no valor de R$ 980.000, pagos aos acionistas por meio da entrega de ações da Vamos Concessionárias distribuída da reserva de lucros do exercício e baixa nos investimentos, equivalentes a 75,42% do capital social.
No investimento além da baixa dos dividendos in natura, houve o reconhecimento da baixa por perda do investimento no montante de R$ 183.746 na reserva de capital, referente a diferença do percentual dos dividendos distribuídos com o valor do patrimônio mercado, do totalizando o valor de R$ 1.542.844 baixados na data de 30 de junho de 2024, data do laudo da Cisão.
As movimentações patrimoniais ocorridas entre a data do laudo e a data da conclusão da operação, no montante de R$ 33.448 e variações patrimoniais dos saldos intercompanhias no montante de R$ 21.604 foram registradas no patrimônio líquido como outros ajustes de avaliação patrimonial, na rubrica de reserva de capital, totalizando a baixa líquida de R$ 11.843.

MERCADO DE CAPITAIS

A **VAMOS** está listada no Novo Mercado da B3 e suas ações fazem parte dos seguintes índices:
- IBOV (Índice Bovespa)
- IBrA (Índice Brasil Amplo)
- IBRX 100 (Índice Brasil 100)
- ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial)
- ICO2 (Índice Carbono Eficiente)
- IAGRO (Índice Agronegócio)
- SMLL (Índice Small Cap)
- ICON (Índice de Consumo)
- IGCX (Índice de Governança Corporativa)
- IGC-NM (Índice de Governança Corporativa - Novo Mercado)
- IGCT (Índice de Governança Corporativa Trade)
- ITAG (Índice de Ações com Tag Along Diferenciado)

Performance das ações

A Companhia está listada segmento do Novo Mercado da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, no mais alto nível de governança corporativa, sob o código VAMO3.
No dia 30 de dezembro de 2024 as ações VAMO3 estavam cotadas a R$4,75, desvalorização de 48,2% quando comparadas ao preço de fechamento do ano de 2023, de R$9,17. Se compararmos com o preço do IPO realizado em janeiro de 2021, de R$ 6,50 (antes do desdobramento - preço era R$26,00) houve desvalorização de 26,9%.
Ao final de 2024, a Companhia possuía um total de 1.081.032.537 ações, compostas por 397.833.937 ações em circulação e 499.000 em tesouraria.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Resolução CVM nº 162/22, informamos que a Companhia adota como procedimento formal consultar os auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. ("PwC"), no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, a PwC prestou serviços relacionados a auditoria para emissão de relatórios de procedimentos previamente acordados, na operação de reestruturação societária (operação descontinuada) e na oferta pública de distribuição de Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) no total de R$1.066 milhões que representaram 53% dos honorários dos serviços de auditoria externa. Entendemos que estes serviços não representam conflito de interesses, perda de independência ou objetividade de nossos auditores independentes.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, os Diretores da Companhia declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, e com as opiniões expressas no relatório de auditoria da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., emitido em 24 de março de 2025, sobre as referidas demonstrações financeiras.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos nossa GENTE pelo trabalho realizado e pela confiança de nossos fornecedores, das instituições financeiras, investidores e, especialmente, da aliança com nossos CLIENTES.

São Paulo, 24 de março de 2025

A ADMINISTRAÇÃO

Aviso

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

- https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/
- https://ri.grupovamos.com.br/informacoes-financeiras/resultados-trimestrais/
- https://sistemas.cvm.gov.br/
- https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	102.026	38.876	152.938	97.768
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	2.716.248	2.049.151	2.635.290	2.196.244
Instrumentos financeiros derivativos	–	2.769	–	2.769
Contas a receber	497.321	606.462	540.228	982.814
Estoques	2.721	7.130	103.894	1.650.613
Ativos mantidos para venda	427.756	343.297	427.756	397.968
Tributos a recuperar	7.315	37.998	33.517	182.398
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	189.302	161.191	194.322	296.610
Despesas antecipadas	11.229	10.275	13.526	18.015
Adiantamentos a terceiros	38.200	20.417	27.074	109.196
Outros créditos	11.975	1.677	15.966	23.490
Total do ativo circulante	**4.004.093**	**3.299.243**	**4.144.511**	**5.957.885**
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	–	–	–	10.950
Instrumentos financeiros derivativos	111.285	506.091	111.285	518.412
Contas a receber	32.441	45.770	32.455	55.511
Tributos a recuperar	37.106	–	37.694	–
Fundo para capitalização de concessionárias	–	–	–	102.760
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	60.789	177.600
Ativo de indenização	6.718	9.305	36.883	82.458
Depósitos judiciais	1.166	605	1.825	12.396
Créditos com partes relacionadas	–	308.186	–	–
Outros créditos	2.051	270	2.147	2.994
	190.767	870.227	283.078	963.081
Investimentos	160.542	1.770.812	–	–
Imobilizado	15.537.592	12.921.427	15.669.649	13.381.557
Intangível	120.760	121.342	179.789	506.303
Total do ativo não circulante	**16.009.661**	**15.683.808**	**16.132.516**	**14.850.941**
Total do ativo	**20.013.754**	**18.983.051**	**20.277.027**	**20.808.826**

	Controladora		Consolidado	
Passivo	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Circulante				
Fornecedores	604.873	451.404	650.291	1.050.658
Risco sacado a pagar	–	–	–	53.289
Floor Plan	–	–	–	70.966
Empréstimos, financiamentos e debêntures	942.346	843.566	942.379	854.734
Arrendamentos por direito de uso	5.293	4.971	14.923	26.851
Instrumentos financeiros derivativos	–	214.270	–	226.617
Cessão de direitos creditórios	556.847	343.036	556.847	343.328
Obrigações trabalhistas	24.000	26.932	34.818	72.819
Imposto de renda e contribuição social a recolher	–	–	–	3.903
Tributos a recolher	15.288	8.746	24.502	39.321
Adiantamentos de clientes	56.564	39.356	71.562	123.317
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	249.104	299.491	249.606	300.174
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	15.404	23.805	102.011	144.476
Outras contas a pagar	65.831	28.462	82.285	61.968
Total do passivo circulante	**2.535.550**	**2.284.033**	**2.729.224**	**3.412.501**
Não circulante				
Fornecedores	32.744	–	32.744	–
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13.461.714	10.382.023	13.461.714	10.680.950
Arrendamentos por direito de uso	37.205	39.743	74.148	154.433
Tributos a recolher	–	–	–	845
Imposto de renda e contribuição social diferidos	862.041	397.080	862.041	397.080
Provisão para demandas judiciais e administrativas	7.930	10.248	40.236	90.851
Cessão de direitos creditórios	499.048	1.033.419	499.048	1.033.419
Instrumentos financeiros derivativos	100.473	69.545	100.473	69.545
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	19.829	19.853	19.829	211.762
Outras contas a pagar	14.847	11.812	15.196	22.145
	15.035.831	11.963.723	15.105.430	12.661.030
Total do passivo	**17.571.381**	**14.247.756**	**17.834.654**	**16.073.531**
Patrimônio líquido				
Capital social	1.012.950	2.142.576	1.012.950	2.142.576
Reservas de capital	1.586.080	1.757.983	1.586.080	1.757.983
Ações em tesouraria	(112.864)	(11.893)	(112.864)	(11.893)
Reservas de lucros	–	865.143	–	865.143
Lucros prejuízos acumulados	(23.883)	–	(23.883)	–
Outros resultados abrangentes	(19.910)	(18.514)	(19.910)	(18.514)
Total do patrimônio líquido	**2.442.373**	**4.735.295**	**2.442.373**	**4.735.295**
Total do passivo e patrimônio líquido	**20.013.754**	**18.983.051**	**20.277.027**	**20.808.826**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

	Controladora	Reapresentado (i)	Consolidado	Reapresentado (i)
Descrição	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de venda, locação, serviços vendidos e venda de ativos desmobilizados utilizados na locação	4.355.892	3.426.080	4.699.312	3.548.718
(–) Custo das vendas, locações e serviços vendidos	(818.933)	(527.012)	(1.116.359)	(575.915)
(–) Custo de venda de ativos desmobilizados	(577.585)	(619.163)	(577.585)	(608.424)
(=) Total do custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados	(1.396.518)	(1.146.175)	(1.693.944)	(1.184.339)
(=) Lucro bruto	2.959.374	2.279.905	3.005.368	2.364.379
Despesas comerciais	(87.000)	(65.112)	(107.557)	(89.066)
Despesas administrativas	(91.114)	(104.761)	(153.437)	(161.625)
Provisão para perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber	(184.528)	(85.439)	(184.612)	(84.671)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(4.722)	(6.498)	3.279	–
Resultado de equivalência patrimonial	(32.768)	13.040	–	–
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro	2.559.244	2.031.135	2.563.041	2.029.017
Receitas financeiras	301.916	214.152	308.912	153.021
Despesas financeiras	(1.907.552)	(1.676.447)	(1.929.343)	(1.633.448)
(=) Resultado financeiro líquido	(1.605.636)	(1.462.295)	(1.620.431)	(1.480.427)
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	953.608	568.840	942.610	548.590
Imposto de renda e contribuição social - corrente	–	–	(4.260)	(7.201)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(228.679)	(71.285)	(213.421)	(43.834)
(=) Total do imposto de renda e contribuição social	(228.679)	(71.285)	(217.681)	(51.035)
(=) Lucro líquido das operações continuadas	724.929	497.555	724.929	497.555
Resultado líquido das operações descontinuadas (líquido de impostos)	(343.955)	89.404	(343.955)	89.404
(=) Prejuízo das operações descontinuadas	(343.955)	89.404	(343.955)	89.404
(=) Lucro líquido das operações continuadas e descontinuadas	380.974	586.959	380.974	586.959
(=) Lucro líquido básico por ação de operações continuadas (Em R$)			0,6667	0,4708
(=) Lucro líquido diluído por ação de operações continuadas (Em R$)			0,6666	0,4707
(=) Lucro líquido básico por ação de operações descontinuadas (Em R$)			(0,3163)	0,0846
(=) Lucro líquido diluído por ação de operações descontinuadas (Em R$)			(0,3163)	0,0846

(i) A informação comparativa está sendo representada devido à operação descontinuada da controlada Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela Ltda. ("Vamos Linha Amarela"). Veja nota explicativa 1.1.1.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	380.974	586.959	380.974	586.959
Itens a serem ou que podem ser posteriormente reclassificados para o resultado:				
Perda sobre hedge de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças de valor justo	(4.852)	16.323	(4.852)	15.688
Perda sobre hedge de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças de valor justo nas controladas	–	(635)	–	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre *hedge* de fluxo de caixa	1.650	(5.550)	1.650	(5.334)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre *hedge* de fluxo de caixa nas controladas	–	216	–	–
Baixas de *hedge* de fluxo de caixa nas controladas por operação descontinuada, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos	1.661	–	1.661	–
Ganhos na conversão de operações no exterior	145	127	145	127
	(1.396)	10.481	(1.396)	10.481
Resultado abrangente do exercício	379.578	597.440	379.578	597.440
Das operações				
Resultado abrangente das operações continuadas	721.872	508.453	721.872	508.453
Resultado abrangente das operações descontinuadas	(342.294)	88.987	(342.294)	88.987
Resultado abrangente do exercício	379.578	597.440	379.578	597.440

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

continua

← continuação

VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais

		Reserva de capital				Reserva de lucros			
Descrição	Capital social	Transações com pagamentos baseados em ações	Reserva Especial	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reservas de investimentos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.274.384	1.440	1.775.879	(12.003)	76.699	551.485	–	(28.995)	3.638.888
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	586.959	–	586.959
Resultado de instrumentos financeiros derivativos, líquido dos tributos	–	–	–	–	–	–	–	10.354	10.354
Ajustes na conversão de balanços	–	–	–	–	–	–	–	127	127
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	–	–	–	–	–	–	586.959	10.481	597.440
Transferências aos beneficiários de planos de ações restritas	–	(595)	485	110	–	–	–	–	(485)
Constituição de reserva legal	–	–	–	–	29.348	–	(29.348)	–	–
Distribuição de juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	–	(350.000)	–	(350.000)
Retenção de lucros	–	–	–	–	–	207.611	(207.611)	–	–
Aporte pela oferta pública subsequente de ações (Follow-on)	868.192	–	–	–	–	–	–	–	868.192
Gastos com oferta pública subsequente de ações, líquidos dos tributos (Follow-on)	–	–	(19.225)	–	–	–	–	–	(19.225)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.142.576	845	1.757.138	(11.893)	106.047	759.096	–	(18.514)	4.735.295
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	380.974	–	380.974
Resultado de instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos	–	–	–	–	–	–	–	(3.202)	(3.202)
Ganhos na conversão de operações no exterior	–	–	–	–	–	–	–	145	145
Baixa do resultado de instrumento financeiro derivativo, líquido de impostos por operação descontinuada	–	–	–	–	–	–	–	1.661	1.661
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	–	–	–	–	–	–	380.974	(1.396)	379.578
Redução de capital decorrente da restruturação	(1.129.626)	–	–	–	–	–	–	–	(1.129.626)
Recompra de ações em tesouraria	–	–	–	(100.971)	–	–	–	–	(100.971)
Distribuição de dividendos in natura	–	–	–	–	–	(759.096)	(220.904)	–	(980.000)
Distribuição de juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	–	(290.000)	–	(290.000)
Perda de investimento por cisão	–	–	(183.746)	–	–	–	–	–	(183.746)
Absorção do prejuízo acumulado	–	–	–	–	(106.047)	–	106.047	–	–
Outros ajustes decorrentes da restruturação	–	–	11.843	–	–	–	–	–	11.843
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.012.950	845	1.585.235	(112.864)	–	–	(23.883)	(19.910)	2.442.373

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	Reapresentado (i)
Descrição	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição da social	963.608	658.244	942.610	548.581
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	717.384	512.172	750.613	547.118
Resultado de equivalência patrimonial	32.766	(102.444)	–	–
Custo de venda de ativos desmobilizados	577.585	619.163	577.585	608.424
Provisão (reversão) para demandas judiciais e administrativas	269	815	(1.357)	990
Provisão para perdas esperadas (impairment) de contas a receber	184.528	85.439	184.612	84.671
Baixa de outros ativos imobilizados e intangíveis	6.391	10.727	24.416	26.347
Provisão para perdas em estoques	715	–	1.790	(1.436)
Provisão para perda de valor recuperável de ativos não financeiros (impairment) - ativos circulantes mantidos para venda	2.158	–	2.158	–
Resultado nas operações de derivativos	(41.702)	246.017	(41.702)	246.017
Juros sobre venda de participação societária	(24.479)	(35.550)	–	–
Juros sobre compra de ações a termo	5.891	–	5.891	–
Despesa com captação de empréstimos e financiamentos	27.016	23.818	27.016	23.818
Juros sobre venda de recebíveis	19.163	10.761	19.163	10.761
	3.471.292	2.029.162	3.492.795	2.095.301
Variações no capital circulante líquido operacional				
Contas a receber	(363.834)	(350.832)	(299.320)	(334.806)
Estoques	3.694	683	28.873	28.968
Tributos a recuperar	(6.423)	(20.755)	(54.063)	(39.316)
Fornecedores	164.521	(1.896.124)	122.857	(1.953.599)
Floor Plan	–	–	193.979	–
Obrigações trabalhistas e tributos a recolher	3.616	(34.643)	20.019	(28.611)
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	(22.625)	(58.583)	(111.862)	35.877
Variações no capital circulante líquido operacional	(221.051)	(2.360.254)	(99.517)	(2.291.467)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	3.250.242	(331.092)	3.393.278	(196.166)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(5.356)	(5.282)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, risco sacado e arrendamentos	(1.192.339)	(822.674)	(1.214.526)	(833.032)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação	(2.840.245)	(1.905.945)	(2.883.079)	(1.975.444)
Resgate de (investimento em) títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	(1.094.153)	(681.097)	(975.908)	(231.645)
Juros recebidos de clientes	(16.749)	–	(17.227)	–
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	(2.893.244)	(3.740.808)	(2.702.818)	(3.241.569)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aumento de capital em controladas	–	(489.102)	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	(16.079)	(200.000)	–	–
Adições ao imobilizado	(3.668)	(9.701)	(32.041)	481
Adições ao intangível	(201)	(806)	(217)	(842)
Caixa líquido decorrente da absorção de cisão	–	–	(68.691)	–
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	(19.948)	(699.609)	(100.949)	(361)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(340.387)	(246.555)	(340.568)	(246.924)
Pagamento de derivativos contratados para fins de hedge	(261.657)	(361.420)	(328.817)	(361.423)
Recebimento por opção de compra de taxa IDI	2.769	10.484	2.769	10.483
Aumento de capital via oferta subsequente de ações (Follow-on), líquido de custos de captação	–	839.063	–	106.051
Recompra de ações em tesouraria	(100.971)	–	(100.971)	–
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures e risco sacado	2.638.122	3.290.419	2.638.122	3.030.426
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures, risco sacado e arrendamentos	(652.395)	(431.659)	(707.997)	(566.504)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos e outros passivos financeiros	1.886.318	1.400.947	1.977.431	1.353.270
Novas cessões de direitos creditórios	200.949	678.426	200.949	678.427
Pagamento de cessão de direitos creditórios	(697.233)	(856.806)	(697.525)	(860.391)
Pagamento de parcelamento de aquisição de empresa	(12.443)	(10.957)	(97.928)	(39.111)
Vendas de recebíveis	319.362	150.357	319.362	150.357
Compra de ações a termo	(5.891)	–	(5.891)	–
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	2.976.342	4.462.299	2.858.936	3.254.661
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	63.150	21.882	55.170	12.731
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do período	38.876	16.994	97.768	60.786
No final do período	102.026	38.876	152.938	73.517
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	63.150	21.882	55.170	12.731
Principais transações que não afetaram o caixa, registradas no balanço				
Captação de financiamentos para aquisição de imobilizado	(1.151.183)	(583.938)	(1.151.183)	(584.242)
Adição de contratos de arrendamentos por direito de uso	(8.910)	(32.031)	(67.490)	(59.947)

(i) A informação comparativa está sendo representada devido à operação descontinuada da controlada Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela Ltda. ("Vamos Linha Amarela"). Veja nota explicativa 1.1.1.

As demonstrações de fluxos de caixa, apresentam, somente as operações continuadas. Os valores relacionados as operações descontinuadas estão apresentadas na nota explicativa 1.1.1.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	Reapresentado (i)
Descrição	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas				
Vendas, locação e prestação de serviços	4.724.869	3.694.628	5.163.465	3.924.119
Outras receitas operacionais	2.857	6.924	9.739	11.534
Provisão para perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(184.528)	(85.439)	(184.612)	(84.671)
	4.543.198	3.616.113	4.988.592	3.850.982
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos das vendas, locação e prestação de serviços	(888.207)	(814.955)	(1.110.022)	(780.233)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(64.721)	(74.254)	(106.393)	(112.429)
	(952.928)	(889.209)	(1.216.415)	(892.662)
Valor adicionado bruto	3.590.270	2.726.904	3.772.177	2.958.320
Retenções				
Depreciação e amortização (a)	(719.542)	(512.172)	(752.771)	(547.100)
Valor adicionado líquido produzido	2.870.728	2.214.732	3.019.406	2.411.220
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(32.766)	13.040	–	–
Receitas financeiras	292.067	202.797	299.632	177.868
	259.301	215.837	299.632	177.868
Valor adicionado total a distribuir	3.130.029	2.430.569	3.319.038	2.589.087
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	132.332	105.065	201.034	180.627
FGTS	8.598	5.860	13.915	11.551
Benefícios	14.108	10.104	26.933	23.454
	155.038	121.029	241.882	215.631
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	257.042	75.574	277.831	92.619
Estaduais	99.549	73.344	154.071	130.863
Municipais	1.598	1.066	2.549	2.778
	358.189	149.984	434.451	226.260
Remuneração de capital de terceiros				
Juros e despesas bancárias	1.883.072	1.654.586	1.904.896	1.646.806
Aluguéis de caminhões, máquinas e equipamentos	4.249	3.716	6.784	(2.235)
Aluguéis de imóveis	4.552	3.698	6.196	5.129
	1.891.873	1.662.000	1.917.776	1.649.699
Remuneração de capitais próprios				
Lucros (prejuízos) do exercício	(23.883)	236.959	(23.883)	236.959
Absorção do prejuízo acumulado	(106.047)	–	(106.047)	–
Distribuição de dividendos in natura	220.904	–	220.904	–
Dividendos e juros sobre capital próprio do exercício	290.000	350.000	290.000	350.000
Lucros (prejuízos) da operação descontinuada	343.955	(89.403)	343.955	(89.403)
	724.929	497.556	343.955	497.556
Valor adicionado distribuído das operações continuadas	3.130.029	2.430.569	3.319.038	2.589.087

(i) A informação comparativa está sendo representada devido à operação descontinuada da Linha Amarela Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela Ltda. ("Vamos Linha Amarela"). Veja nota explicativa 1.1.1.

(a) Para compor o saldo da depreciação e amortização na Nota Explicativa de Gasto por natureza devemos considerar a linha de Depreciação e amortização mais a linha de *Impairment* de ativo disponível para venda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. ("Vamos", "Controladora" ou "Companhia"), sediada na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1.017, andar 09, sala 02, Itaim Bibi - São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto registrada no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão, o que caracteriza o mais alto nível de governança corporativa no mercado de capitais brasileiro, sob o código de negociação VAMO3, desde o dia 29 de janeiro de 2021.

A Companhia, em conjunto com as entidades controladas ("Grupo Vamos") descritas na nota explicativa 1.3, atua nos negócios de locação, venda e revenda de caminhões, máquinas e equipamentos, na gestão de frotas e na prestação de serviços de mecânica, funilaria, industrialização e customização.

A Companhia é controlada pela Simpar S.A. ("Simpar"), que possui a participação direta de 56,00% de suas ações em 31 de dezembro de 2024 (54,82% em 31 de dezembro de 2023).

1.1 Reorganização societária

1.1.1 Restruturação societária e operações descontinuadas - Controlada Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela S.A. ("Vamos Concessionárias")

Em setembro de 2024, a Companhia junto com a sua controladora Simpar S.A., decidiu em linha com o planejamento estratégico do Grupo implementar uma reestruturação societária, alinhada à estratégia de gerar valor por meio da segregação de suas atividades em sociedades dedicadas, para potencializar o crescimento dos negócios.

Assim, a restruturação visa tornar a Companhia exclusiva e inteiramente dedicada ao segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, e consequentemente combinar os negócios da Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela S.A ("Vamos Concessionárias") e a AUTOMOB S.A. ("AUTOMOB"), dando origem um grupo de redes de concessionárias, de veículos leves e pesados, máquinas e equipamentos, em uma companhia listada no Novo Mercado.

Em 22 de novembro de 2024, foi aprovado em assembleia dos acionistas, e em 30 de novembro de 2024 efetivada a segregação das participações societárias por ela detidas na Vamos Concessionárias, bem como de outros ativos e passivos, por meio da cisão. Essas operações cindidas, passaram a não fazer mais parte dos negócios da Companhia, e por isso passaram a ser tratados como operação descontinuada.

Em consequência da operação a Companhia reconheceu a redução do Capital Social no montante de R$ 1.129.627, em contrapartida da cisão de ativos e passivos relacionados as atividades da Vamos Concessionárias que é composto pela Nota comercial detida pela Vamos e de emissão da Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda, empresa subsidiária direta da Vamos Concessionárias no montante de R$ 403.913, dos saldos intercompanhias da Vamos e Vamos concessionárias no montante R$ 346.616, além de uma baixa de investimento de R$ 379.098, valores apresentados no laudo da Cisão na data-base de 30 de junho, aprovados pela administração.

Adicionalmente houve a distribuição de dividendos in natura no valor de R$ 980.000, pagos aos acionistas por meio da entrega de ações da Vamos Concessionárias distribuída da reserva de lucros do exercício e baixa nos investimentos, equivalentes a 75,42% do capital social.

No investimento além da baixa dos dividendos in natura, houve o reconhecimento da baixa por perda do investimento no montante de R$ 183.746 na reserva de capital, totalizando o valor de R$ 1.542.844 baixados na data de 30 de junho de 2024, data do laudo da Cisão.

As movimentações patrimoniais ocorridas entre a data do laudo e a data da conclusão da operação, no montante de R$ 33.448 e variações patrimoniais dos saldos intercompanhias no montante de R$ 21.604 foram registradas no patrimônio líquido como outros ajustes de avaliação patrimonial, na rubrica de reserva de capital, totalizando a baixa líquida de R$ 11.843.

Abaixo apresentamos os quadros de ativos, passivos e resultado desconsolidados após a operação descontinuada na data da operação.

a) Ativos, Passivos das operações descontinuadas

Ativo	Operação Descontinuada 30/11/2024	Passivo	Operação Descontinuada 30/11/2024
Circulante		**Circulante**	
Caixa e equivalentes de caixa	68.690	Fornecedores	552.212
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	547.812	Floor Plan	264.945
Instrumentos financeiros derivativos	79.283	Empréstimos, financiamentos e debêntures	378.234
Contas a receber	259.052	Arrendamentos por direito de uso	119.412
Estoques	1.516.056	Instrumentos financeiros derivativos	12.321
Tributos a recuperar	165.986	Obrigações trabalhistas	40.990
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	171.548	Imposto de renda e contribuição social a recolher	12.718
Imposto de renda e contribuição social diferidos	191.929	Tributos a recolher	32.694
Despesas antecipadas	33.806	Adiantamentos de clientes	96.671
Adiantamentos a terceiros	77.113	Obrigações a pagar por aquisição de empresas	679.190
Fundo para capitalização de concessionárias	72.975	Provisão para demandas judiciais e administrativas	40.465
Ativo de indenização	37.283	Outras contas a pagar	31.059
Depósitos judiciais	11.556	**Total do Passivo**	2.260.911
Imobilizado	368.950		
Intangível	304.607		
Outros ativos	88.530	**Patrimônio líquido (i)**	1.724.265
Total do Ativo	3.985.176	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**	3.985.176

(i) Abaixo a composição dos impactos da desconsolidação do patrimônio líquido da operação descontinuada.

	Patrimônio Líquido desconsolidado
Redução de capital decorrente da reestruturação	1.129.626
Baixa do investimento	379.098
Baixa por perda do investimento	183.746
Cash flow Hedge da oper. Descontinuada	8.347
Outros ajustes decorrentes da reestruturação	33.448
Patrimônio Líquido operação descontinuada	1.734.265

b) Resultado de operações descontinuadas

Como consequência da reorganização a Companhia está apresentando o segmento de Concessionárias como operações descontinuadas em 31 de dezembro de 2024, todo o resultado da operação descontinuada ocorrida de 01 de janeiro à 30 de novembro de 2024, foram reclassificadas para a linha "Lucro líquido das operações descontinuadas".

Descrição	Operação Descontinuada 30/11/2024
Receita líquida de venda, locação, serviços vendidos e venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	2.585.503
(–) Custo das vendas, locações e serviços vendidos	(2.280.952)
(–) Custo de venda de ativos desmobilizados	–
(=) Total do custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados	(2.280.952)
(=) Lucro bruto	304.551
Despesas comerciais	(152.803)
Despesas administrativas	(207.398)
Provisão para perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(12.907)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	11.841
Resultado de equivalência patrimonial	–
Perda de valor recuperável de ativos ("impairment")	(11.546)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro	(68.262)
Receitas financeiras	82.720
Despesas financeiras	(147.641)
(=) Resultado financeiro líquido	(64.921)
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(133.183)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(8.893)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	57.752
(=) Total do imposto de renda e contribuição social	48.859
(=) Lucro líquido do exercício	(84.324)
Baixa de IR/CS das operações descontinuadas (i)	(237.932)
Despesas incorridas das operações descontinuadas	(21.700)
Valor adicionado das operações descontinuadas	(343.956)

(i) Como resultado da cisão da Vamos concessionárias, mencionada na nota explicativa 1.1.1, a Vamos Locação baixou parte dos créditos do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, de acordo com as regras fiscais vigentes (parágrafo único do art. 33 do decreto-lei 2.341/1987).

Para os saldos comparativos, conforme determina o CPC 31 - Ativo não circulante para venda e operação descontinuada, efetuamos a reclassificação dos saldos comparativos relacionadas a operação descontinuada para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, para melhor interpretação e comparabilidade sobre a transação ocorrida.

continua →

continuação

VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reclassificação de saldos comparativos 2023

Após a conclusão da operação descontinuada, o resultado consolidado do exercício em 31 de dezembro de 2023, foram reapresentados e estão demonstrados a seguir:

Controladora	Divulgado 31/12/2023	Operação descontinuada Eliminações e reclassificações e ajustes	Reapresentado 31/12/2023
Demonstração do resultado do exercício			
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	3.426.080	–	3.426.080
(–) Custo das vendas, locações e prestações de serviços	(527.012)	–	(527.012)
(–) Custo de venda de ativos desmobilizados	(619.163)	–	(619.163)
(=) Total do custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados	(1.146.175)	–	(1.146.175)
(=) Lucro Bruto	2.279.905	–	2.279.905
Despesas comerciais	(65.112)	–	(65.112)
Despesas administrativas	(104.761)	–	(104.761)
Provisão para perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(85.439)	–	(85.439)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(6.498)	–	(6.498)
Resultado de equivalência patrimonial	102.444	(89.404)	13.040
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro	2.120.539	(89.404)	2.031.135
Receitas financeiras	214.152	–	214.152
Despesas financeiras	(1.676.447)	–	(1.676.447)
(=) Resultado financeiro líquido	(1.462.295)	–	(1.462.295)
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	658.244	(89.404)	568.840
Imposto de renda e contribuição social - corrente	–	–	–
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(71.285)	–	(71.285)
(=) Total do imposto de renda e contribuição social	(71.285)	–	(71.285)
Lucro líquido de Operações continuadas	586.959	(89.404)	497.555
Lucro líquido de Operações descontinuadas	–	89.404	89.404
(=) Lucro líquido do exercício de operações continuadas e descontinuadas	586.959	–	586.959

Consolidado	Divulgado 31/12/2023	Operação descontinuada Eliminações e reclassificações e ajustes	Saldos reapresentados 31/12/2023
Demonstração do Resultado do exercício			
Receita líquida de venda, locação, serviços vendidos e venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	6.085.482	(2.536.764)	3.548.718
(–) Custo das vendas, locações e serviços vendidos	(2.720.446)	2.144.531	(575.915)
(–) Custo de venda de ativos desmobilizados	(608.424)	–	(608.424)
(=) Total do custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados	(3.328.870)	2.144.531	(1.184.339)
(=) Lucro Bruto	2.756.612	(392.233)	2.364.379
Despesas comerciais	(258.766)	169.700	(89.066)
Despesas administrativas	(339.801)	178.176	(161.625)
Provisão para perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(87.456)	2.785	(84.671)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	13.353	(13.353)	–
Resultado de equivalência patrimonial	–	–	–
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro	2.083.942	(54.925)	2.029.017
Receitas financeiras	197.373	(44.352)	153.021
Despesas financeiras	(1.771.962)	138.514	(1.633.448)
(=) Resultado financeiro líquido	(1.574.589)	94.162	(1.480.427)
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	509.353	39.237	548.590
Imposto de renda e contribuição social - corrente	19.694	(26.895)	(7.201)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	57.912	(101.746)	(43.834)
(=) Total do imposto de renda e contribuição social	77.606	(128.641)	(51.035)
Lucro líquido de Operações continuadas	586.959	(89.404)	497.555
Lucro líquido de Operações descontinuadas	–	89.404	89.404
(=) Lucro líquido do exercício de operações continuadas e Descontinuadas	586.959	–	586.959

Consolidado	Divulgado 31/12/2023	Operação descontinuada Eliminações e reclassificações e ajustes	Saldos reapresentados 31/12/2023
Demonstração do Fluxo de caixa			
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	(2.686.027)	(797.728)	(1.888.299)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(275.039)	(274.678)	(361)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	2.974.336	1.072.945	1.901.391
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	13.270	539	12.731
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do período	84.498	23.712	60.786
No final do período	97.768	24.251	73.517
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	13.270	539	12.731

Consolidado	Reapresentado NE 2.2.1	Operação descontinuada Eliminações e reclassificações e ajustes	Reapresentado 31/12/2023
Demonstração do Valor Adicionado - DVA			
Receitas			
Receitas e contrato com cliente	6.675.964	(2.751.845)	3.924.119
Outras receitas operacionais	25.231	(13.697)	11.534
Provisão para perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(87.456)	2.785	(84.671)
	6.613.739	(2.762.757)	3.850.982
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos das vendas, locação e prestação de serviços	(2.956.764)	2.176.531	(780.233)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(122.994)	10.564	(112.430)
	(3.079.758)	2.187.095	(892.663)
Valor adicionado bruto	3.533.981	(575.662)	2.958.319
Retenções			
Depreciação e amortização	(584.173)	37.073	(547.100)
Valor adicionado líquido produzido	2.949.808	(538.589)	2.411.219
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	224.841	(46.973)	177.868
	224.841	(46.973)	177.868
Valor adicionado total a distribuir	3.174.649	(585.562)	2.589.087
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta	399.779	(219.152)	180.627
FGTS	11.551	–	11.551
Benefícios	23.454	–	23.454
	434.783	(219.152)	215.631
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	45.777	46.842	92.619
Estaduais	296.505	(165.702)	130.803
Municipais	14.827	(12.049)	2.778
	357.110	(130.909)	226.201
Remuneração de capital de terceiros			
Juros e despesas bancárias	1.782.177	(135.371)	1.646.806
Aluguéis de caminhões, máquinas e equipamentos	9.020	(11.255)	(2.235)
Aluguéis de imóveis	4.601	528	5.129
	1.795.797	(146.098)	1.649.699
Remuneração de capitais próprios			
Lucros retidos do exercício	236.959	–	236.959
Dividendos e juros sobre capital próprio do exercício	350.000	–	350.000
Lucros (prejuízos) da operação descontinuada	–	(89.403)	(89.403)
Valor adicionado distribuído	3.174.649	(585.562)	2.589.087

Consolidado	Divulgado 31/12/2023	Operação descontinuada Eliminações e reclassificações e ajustes	Saldos reapresentados 31/12/2023
Informações por segmento			
Receita líquida de venda, locação, serviços vendidos e venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	6.085.482	(2.536.764)	3.548.718
(–) Custo das vendas, locações e serviços vendidos	(2.720.446)	2.144.531	(575.915)
(–) Custo de venda de ativos desmobilizados	(608.424)	–	(608.424)
(=) Lucro bruto	2.756.612	(392.233)	2.364.379
Despesas comerciais	(258.766)	169.700	(89.066)
Despesas administrativas	(339.801)	178.176	(161.625)
Reversão (provisão) para perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(87.456)	2.785	(84.671)
Outras receitas operacionais, líquidas	13.353	(13.353)	–
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	2.083.942	(54.925)	2.029.017
Despesa financeira	(1.574.589)	94.162	(1.480.427)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	509.353	39.237	548.590
Impostos e contribuições sobre o lucro	77.606	(128.641)	(51.035)
Lucro líquido de operações continuadas	586.959	(89.404)	497.555
Lucro líquido de operações descontinuadas	–	89.404	89.404
Lucro líquido de operações continuadas e descontinuadas	586.959	–	586.959
Ativos totais por segmento em 31 de dezembro de 2023	20.808.826	(3.286.615)	17.522.211
Passivos totais por segmento em 31 de dezembro de 2023	16.073.531	(1.596.552)	14.476.979
Depreciação e amortização em 31 de dezembro de 2023	(584.191)	37.978	(546.213)

Consolidado	Divulgado 31/12/2023	Operação descontinuada Eliminações e reclassificações e ajustes	Saldos reapresentados 31/12/2023
Reconciliação da despesa com imposto de renda e Contribuição social corrente e diferido			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	509.353	39.238	548.591
Alíquotas nominais	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(173.180)	(13.341)	(186.521)
(Adições) exclusões permanentes			
Equivalência patrimonial	–	–	–
Adicional 10%	120	(48)	72
Incentivos fiscais - PAT	238	(50)	188
Despesas indedutíveis	(696)	602	(94)
Juros sobre capital próprio - JCP	118.634	–	118.634
Imposto de renda diferido s/ prejuízo fiscal não reconhecido	27.931	(25.414)	2.517
Reversão de imposto de renda diferido s/ prejuízo fiscal	–	–	–
ICMS na subvenção	90.902	(86.108)	4.794
Outras (adições) exclusões	13.657	(4.282)	9.375
IRPJ e CSLL apurados	77.606	(128.641)	(51.035)
Corrente	19.694	(26.895)	(7.201)
Diferido	57.912	(101.746)	(43.834)
IRPJ e CSLL no resultado	77.606	(128.641)	(51.035)
Alíquota efetiva	(15,24%)	327,85%	9,30%

Consolidado	Divulgado 31/12/2023	Operação descontinuada Eliminações e reclassificações e ajustes	Saldos reapresentados 31/12/2023
Fluxos de receita			
Receita de prestação de serviços	3.070.161	(381.866)	2.688.295
Receita de venda de veículos e acessórios	2.191.760	(2.111.547)	80.213
Receita de venda de ativos desmobilizados	823.561	(43.351)	780.210
Total da receita líquida	6.085.482	(2.536.764)	3.548.718
Tempo de reconhecimento de receita			
Produtos transferidos em momento específico no tempo	3.015.321	(2.154.898)	860.423
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	3.070.161	(381.866)	2.688.295
Total da receita líquida	6.085.482	(2.536.764)	3.548.718

Consolidado	Divulgado 31/12/2023	Operação descontinuada Eliminações e reclassificações e ajustes	Saldos reapresentados 31/12/2023
Fluxos de Receita			
Receita bruta	7.260.424	(3.215.972)	4.044.452
Menos:			
Impostos sobre vendas	(590.483)	215.082	(375.401)
Devoluções, descontos e abatimentos	(584.459)	464.126	(120.333)
Total da receita líquida	6.085.482	(2.536.764)	3.548.718

Consolidado	Divulgado 31/12/2023	Operação descontinuada Eliminações e reclassificações e ajustes	Reapresentado 31/12/2023
Gastos por natureza			
Custo na venda de veículos novos	(1.661.102)	1.661.102	–
Custo na venda de veículos usados	(63.739)	63.739	–
Custos e despesas com frota	(110.326)	3.965	(106.361)
Custo de vendas de ativos desmobilizados	(608.424)	(10.739)	(619.163)
Custo de venda de peças e veículos novos e usados	(308.165)	242.661	(65.504)
Pessoal e encargos	(468.438)	219.254	(249.184)
Depreciação e amortização	(584.191)	37.091	(547.100)
Peças, pneus e manutenções	(158.315)	42.778	(115.537)
Combustíveis e lubrificantes	(27.731)	11.672	(16.059)
Reversão (despesa) com provisão para demandas judiciais e administrativas	533	(1.524)	(991)
Propaganda e publicidade	(7.080)	7.080	–
Serviços prestados por terceiros	(123.201)	19.559	(103.642)
Perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(87.456)	2.017	(85.439)
Reversão (despesa) com provisão para perdas nos estoques	(12.603)	14.055	1.452
Energia elétrica	(4.850)	4.850	–
Comunicação	(10.694)	2.003	(8.691)
Viagens, refeições e estadias	(17.390)	7.283	(10.107)
Aluguéis de imóveis	(3.714)	(1.415)	(5.129)
Aluguéis de veículos, máquinas e equipamentos	(9.249)	11.484	2.235
Baixa de outros ativos imobilizados	(78.762)	75.733	(3.029)
Despesas tributárias	(14.866)	8.861	(6.005)
Recuperação de PIS e COFINS	371.146	(7.298)	363.848
Crédito de impostos extemporâneos	1.270	582	1.852
Outras receitas (custos e despesas), líquidas	(14.193)	67.046	52.853
	(4.001.540)	2.481.839	(1.519.701)
Custo das vendas, locações e prestações de serviços	(2.720.446)	2.144.531	(575.915)
Custo de venda de ativos desmobilizados	(608.424)	–	(608.424)
Despesas comerciais	(258.766)	169.700	(89.066)
Despesas administrativas	(339.801)	178.176	(161.625)
Perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(87.456)	2.785	(84.671)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	13.353	(13.353)	–
	(4.001.540)	2.481.839	(1.519.701)

Consolidado	Divulgado 31/12/2023	Operação descontinuada Eliminações e reclassificações	Saldos reapresentados 31/12/2023
Resultado financeiro			
Receitas financeiras			
Aplicações financeiras	179.952	(31.774)	148.178
Descontos obtidos	5.060	(3.274)	1.786
Juros recebidos	15.399	(2.268)	13.131
Outras receitas financeiras	9.698	(9.658)	40
Tributos sobre receitas financeiras	(12.736)	2.622	(10.114)
Receita financeira total	197.373	(44.352)	153.021
Despesas financeiras			
Despesas do serviço da dívida			
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.221.539)	53.373	(1.168.166)
Variação cambial dos empréstimos	60.273	(22.584)	37.689
Juros sobre risco sacado a pagar	(6.417)	–	(6.417)
Resultado nas operações de derivativos *(hedge)*	(289.593)	43.576	(246.017)
Outras despesas a serviço da dívida	(4.030)	–	(4.030)
Despesa total do serviço da dívida	(1.461.306)	74.365	(1.386.941)
Juros sobre cessão de direitos creditórios	(252.883)	–	(252.883)
Juros sobre duplicatas descontadas	(10.761)	–	(10.761)
Encargos arrendamentos por direito de uso	(12.547)	7.880	(4.667)
Juros sobre aquisição de empresas	(33.535)	13.550	(19.985)
Juros passivos	(6.344)	5.572	(772)
Despesas bancárias	(8.498)	7.925	(573)
Descontos concedidos	(7.816)	5.696	(2.120)
Outras despesas financeiras	21.728	23.588	45.316
Despesa financeira total	(1.771.962)	138.576	(1.633.386)
Resultado financeiro líquido	(1.574.589)	94.224	(1.480.365)

c) Fluxos de caixa das operações descontinuadas

Os resultados e os fluxos de caixa das operações descontinuadas para o período findo em 30 de novembro de 2024 estão demonstrados a seguir:

Descrição	30/11/2024
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	(288.453)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(57.056)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	389.948
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	44.439
Caixa e equivalentes de caixa	
No início do período	24.251
No final do período	68.690
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	44.439

1.2 Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista das controladas de acordo com a estrutura societária da Vamos

Razão social	Controlada	País sede	Atividade operacional	% Participação 31/12/2024	% Participação 31/12/2023
Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela Ltda. (i)	Direta	Brasil	Concessionárias de tratores, máquinas e equipamentos	–	99.9
Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda. (i)	Indireta	Brasil	Concessionárias de caminhões máquinas e equipamentos	–	100.0
Tietê Veículos Ltda. (i)	Indireta	Brasil	Concessionárias de caminhões máquinas e equipamentos	–	100.0
Vamos Comércio de Máquinas Agrícolas Ltda. (i)	Indireta	Brasil	Concessionárias de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário	–	100.0
Vamos Máquinas e Equipamentos S.A. (i)	Indireta	Brasil	Concessionárias de caminhões máquinas e equipamentos	–	100.0
DHL Distribuidora de Peças e Serviços Ltda. (i)	Indireta	Brasil	Concessionárias de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário	–	100.0
PPAY Administradora Ltda. (i)	Indireta	Brasil	Empresa não operacional	–	100.0
HM Comércio e Manutenção de Empilhadeiras Ltda. (i)	Indireta	Brasil	Concessionária de empilhadeiras	–	100.0
Vamos Seminovos S.A.	Direta	Brasil	Comércio de caminhões, máquinas e equipamentos	100.0	100.0
BMB Mode Center S.A. (ii)	Indireta	Brasil	Customização de caminhões e ônibus	100.0	100.0
BMB Latin América Sociedade Anonima de Capital Variable (ii)	Indireta	México	Customização de caminhões e ônibus	100.0	100.0
Rafe Investimentos e Participações S.A. (iii)	Indireta	Brasil	Holding não operacional	100.0	100.0
Braga Company Investimentos e Participações S.A. (iii)	Indireta	Brasil	Holding não operacional	100.0	100.0
Truckvan Industria e Comércio Ltda.	Indireta	Brasil	Indústria e comércio de implementos rodoviários	100.0	100.0
Fnal Participações e Empreendimentos Ltda (iv).	Indireta	Brasil	Indústria e comércio de implementos rodoviários	–	100.0

(i) Cisão das empresas do consolidado da Vamos Linha Amarela conforme nota explicativa 1.1.1.

(ii) Em 22 de junho de 2021, a Vamos Seminovos adquiriu 70% de participação da BMB Brasil e BMB México, na data de fechamento da transação, celebrou o acordo de acionistas com as opções de compra e venda simétricas para aquisição dos 30% remanescentes a partir do sexto ano após a transação. As participações das controladas indiretas foram consideradas em 100% devido a adoção do método de aquisição antecipada.

continua

continuação

VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Em 1 de julho de 2023, a Vamos Seminovos adquiriu 70% de participação da Rafe Investimento e Braga Company e, na data de fechamento da transação, celebrou o acordo de acionistas com as opções de compra e venda simétricas para aquisição dos 30% remanescentes, a partir do terceiro ano após a transação. As participações das controladas indiretas foram consideradas em 100% devido a adoção do método de aquisição antecipada.
(iv) Em 31 de julho de 2024, houve a incorporação por sua controlada direta a TruckVan Industria e Comércio Ltda.

a) Vamos Seminovos S.A. ("Vamos Seminovos")

A Vamos Seminovos é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, localizada na Via Anhanguera s/n, Km 312,5, sentido Norte, sala 02, Recreio Anhanguera, cujo objeto social é o comércio de caminhões, máquinas e equipamentos utilizados na construção civil, peças, lubrificantes, prestação de serviços de reparos e conservação de veículos e afins, transporte rodoviário de cargas em geral, comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, partes e peças, e ainda atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores.
A Vamos Seminovos possui quatorze filiais situadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Goiás e Pernambuco.

b) BMB Mode Center S.A. ("BMB Brasil")

A BMB Mode Center S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Porto Real, no Estado do Rio de Janeiro, localizada na Avenida Renato Monteiro, nº 8.005, Polo Lirbo Agro Industrial, CEP nº 27.570-000, cujo objeto social é a fabricação de caminhões e ônibus, comércio de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados, fabricação e comércio de peças e acessórios para veículos automotores e serviços de manutenção.

c) BMB Latin América Sociedade Anonima de Capital Variable ("BMB México")

A BMB Latin América Sociedade Anonima de Capital Variable é uma sociedade anônima de capital variável, com sede em El Marques, no Estado de Querétaro, México, localizada na Avenida de Las Fuentes, nº 82, Parque Industrial Finsa, 76240, cujo objeto social é a prestação de serviços de engenharia relacionados com a customização de caminhões e ônibus.

d) Rafe Investimentos e Participações S.A. ("Rafe")

A Rafe Investimentos e Participações Ltda. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rodovia Presidente Dutra, nº 7.777, Km 211, Sala Rafe Investimentos, Várzea das Fontes, Guarulhos - SP, cujo objeto social é a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

e) Braga Company Investimentos e Participações S.A. ("Braga")

A Braga Company Investimentos e Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rodovia Presidente Dutra, nº 7.777, Km 211, Sala Braga Company, Várzea das Fontes, Guarulhos - SP, cujo objeto social é a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

f) Truckvan Indústria e Comércio Ltda. ("Truckvan")

A Truckvan Indústria e Comércio Ltda. é uma sociedade empresária limitada com sede na Rodovia Presidente Dutra, nº 7.777, Km 211, Várzea das Fontes, Guarulhos - SP, cujo objeto social é a industrialização e comercialização de baús, carrocerias, reboques, entre outros; prestação de serviços de logística e transportes rodoviários de cargas; prestação de serviços de instalação reforma, reparo e manutenção em equipamentos e veículos; transformação e/ou adaptação de carrocerias para veículos especiais; fabricação de máquinas e equipamentos industriais; participação em outras empresas, estacionamento de veículos, locação de automóveis sem condutor, locação de outros meios de transporte sem condutor, aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais, serviços de tecnologia da informação; industrialização de cabines, carrocerias e reboques para caminhões; análises técnicas em veículos automotores.

1.3 Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade

O setor de locação e venda de caminhões, máquinas e equipamentos possui um elevando nível de emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) e, consequentemente, para as mudanças climáticas. O Grupo Vamos avalia esse aspecto como risco em seus negócios, visto que essas mudanças podem afetar diretamente suas receitas, custos e disponibilidade de recursos e a sustentabilidade de suas operações.
Com o objetivo de mitigar os riscos e os impactos negativos, o Grupo Vamos implementou uma Política de Mudanças Climáticas em 2022. Essa política, em conjunto com a política de sustentabilidade e o propósito da Companhia, direciona as ações da empresa para:

- **Renovação constante da frota:** A empresa mantém uma frota com idade inferior à média nacional, utilizando veículos mais eficientes e menos poluentes.
- **Promoção de energias renováveis:** O Grupo Vamos busca ampliar o uso de fontes de energia renovável em suas operações de forma eficiente.
- **Neutralização de emissões de carbono:** A empresa neutraliza suas emissões diretas e indiretas de energia (escopos 1 e 2) através da compra de créditos de carbono. Além disso, oferece aos clientes a oportunidade de compensar as emissões de carbono geradas pela utilização da frota alugada, por meio do Programa Vamos Carbono Zero.
- **Melhoria contínua:** A empresa busca constantemente melhorar o monitoramento de suas emissões e aprimorar seus processos.

O Grupo Vamos está atento às estratégias e às inovações do mercado relacionadas à transição para a economia de baixo carbono. Dessa forma, pretende contribuir para a redução da intensidade das emissões em 15% até 2031 - objetivo assumido pela Simpar em 2021 com vistas aos *Sustainability-Linked Bond*, títulos do mercado financeiro emitidos por empresas que estabelecem metas ambientais e/ou sociais.
O inventário de emissões é apresentado ao Comitê de Sustentabilidade trimestralmente e passar por auditoria independente a cada ano, englobando os escopos 1, 2 e 3. Desde 2019, é reconhecido com Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol - um atestado externo da transparência na divulgação dessas informações. A Companhia manteve em 2023 a nota B no *Carbon Disclosure Project* (CDP), avaliação que a posiciona acima da média global entre as companhias mais comprometidas com o tema das mudanças climáticas no setor de transporte e logística.
Consequentemente, o Grupo Vamos anualmente vem renovando sua frota de veículos locados e o impacto pode ser verificado através da aquisição de novos veículos, máquinas e equipamentos, no montante de R$ 4.034.260 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 2.559.686 em 31 de dezembro de 2023) conforme nota 14.

1.4 Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.
Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.
Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.
Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.
Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS ADOTADAS

2.1. Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e às normas Internacional Financial Reporting Standards - IFRS)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e as normas internacionais de relatório financeiro - *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations).
Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.
Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 24 de março de 2025.

a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo conforme divulgado nota explicativa 6.2, quando aplicável.

2.2. Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas.
As normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência pelas "IFRS", essa demonstração está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado".

2.2.1 Reapresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A Companhia está reapresentando a DVA do resultado do exercício findo em 31 de dezembro para refletir as seguintes alterações:
a) Desagregação da rubrica de "Pessoal e encargos", apresentada por um único valor, no grupo de "Distribuição do valor adicionado", para rubricas individuais de "Remuneração Direta", "Benefícios", "FGTS", "Tributos Federais" e "Custos das vendas, locação e prestação de serviços".
b) Para refletir de forma mais apropriada a natureza das transações na DVA do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram efetuadas as principais reclassificações:
(i) Gastos de serviços prestados de "Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos" para "materiais, energia, serviços de terceiros e outros".
(ii) Comissões pagas entre as linhas de "Custos das vendas e prestações de serviços" para "Remuneração direta".
(iii) Tributos sobre operações financeiras de "Receitas financeiras" para "Juros e despesas bancárias" e "Tributos Federais".
Os efeitos da reapresentação são demonstrados a seguir:

Controladora	Divulgado 31/12/2023	Ajustes/ Reclassificações	Reapresentado 31/12/2023
Demonstração do Valor Adicionado - DVA			
Receitas			
Receitas e contrato com cliente	3.694.628	–	3.694.628
Outras receitas operacionais	6.000	924	6.924
Provisão para perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber	(85.439)	–	(85.439)
	3.615.189	924	3.616.113
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos das vendas, locação e prestação de serviços (a) (i), (ii)	(871.008)	56.053	(814.955)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (i)	(3.046)	(71.208)	(74.254)
	(874.054)	(15.723)	(889.209)
Valor adicionado bruto	2.741.135	(14.799)	2.726.904
Retenções			
Depreciação e amortização	(512.172)	–	(512.172)
Valor adicionado líquido produzido	2.228.963	(14.799)	2.214.732
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	102.444	–	102.444
Receitas financeiras (iii)	224.659	(11.355)	202.797
	327.103	(11.355)	305.241
Valor adicionado total a distribuir	2.556.066	(126.965)	2.519.973
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta (a) (ii)	135.805	(30.738)	105.067
FGTS (a)	–	5.860	5.860
Benefícios (a)	–	10.104	10.104
	135.805	(14.774)	121.031
Impostos, taxas e contribuições			
Federais (a) (iii)	77.346	(1.772)	75.574
Estaduais	73.344	–	73.344
Municipais	1.066	–	1.066
	151.756	(12.278)	149.984
Remuneração de capital de terceiros			

Controladora	Divulgado 31/12/2023	Ajustes/ Reclassificações	Reapresentado 31/12/2023
Demonstração do Valor Adicionado - DVA			
Juros e despesas bancárias (iii)	1.674.788	(20.202)	1.654.586
Aluguéis de caminhões, máquinas e equipamentos	3.725	(9)	3.716
Aluguéis de imóveis	3.033	665	3.698
	1.681.546	(10.509)	1.662.000
Remuneração de capitais próprios			
Lucros retidos do exercício	236.959	–	236.959
Dividendos e juros sobre capital próprio do exercício	350.000	–	350.000
Valor adicionado distribuído	2.556.066	(37.561)	2.519.973

Consolidado	Divulgado 31/12/2023	Ajustes/ Reclassificações	Reapresentado 31/12/2023
Demonstração do Valor Adicionado - DVA			
Receitas			
Receitas e contrato com cliente	6.675.964	–	6.675.964
Outras receitas operacionais	26.206	(975)	25.231
Provisão para perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber	(87.456)	–	(87.456)
	6.614.714	(975)	6.613.739
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos das vendas, locação e prestação de serviços (a) (i) (ii)	(3.030.073)	73.309	(2.956.764)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (i)	(17.897)	(105.097)	(122.994)
	(3.047.970)	(31.788)	(3.079.758)
Valor adicionado bruto	3.566.744	(32.763)	3.533.981
Retenções			
Depreciação e amortização	(584.191)	18	(584.173)
Valor adicionado líquido produzido	2.982.553	(32.745)	2.949.808
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	–	–	–
Receitas financeiras (iii)	210.109	14.732	224.841
	210.109	14.732	224.841
Valor adicionado total a distribuir	3.192.662	(18.013)	3.174.649
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta (a) (ii)	468.438	(68.659)	399.779
FGTS (a)	–	11.551	11.551
Benefícios (a)	–	23.454	23.454
	468.438	(33.655)	434.783
Impostos, taxas e contribuições			
Federais (a) (iii)	48.181	(2.404)	45.777
Estaduais	296.505	–	296.505
Municipais	13.964	863	14.827
	358.650	(1.540)	357.110
Remuneração de capital de terceiros			
Juros e despesas bancárias (iii)	1.765.652	16.525	1.782.177
Aluguéis de caminhões, máquinas e equipamentos	9.249	(229)	9.020
Aluguéis de imóveis	3.714	887	4.601
	1.778.615	17.183	1.795.797
Remuneração de capitais próprios			
Lucros retidos do exercício	236.959	–	236.959
Dividendos e juros sobre capital próprio do exercício	350.000	–	350.000
Valor adicionado distribuído das operações continuadas	3.192.662	(18.013)	3.174.649

2.3. Base de consolidação

a) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.
Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.
Nos casos em que a Companhia adquire uma controlada com participação menor que 100%, mas possui contrato de opção de compra, e, concomitantemente, opção de venda, isto é, opção de venda simétrica com os antigos proprietários, da participação societária remanescente após aquisição, a Companhia considera a aquisição de 100% das ações da controlada na data da combinação de negócios, com base no método de aquisição antecipada, e reconhece o passivo pela obrigação decorrente das opções de compra e venda das ações contra uma redução da participação de não controladores. As variações do valor justo das opções posteriores a data de aquisição são reconhecidas na demonstração do resultado.
Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

b) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre as empresas consolidadas ("intragrupo"), e quaisquer receitas ou despesas, assim como lucro e perdas não realizadas, derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.4. Moeda funcional e conversão da moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo Vamos são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo Vamos atua ("a moeda funcional").
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R$ (reais), que é a moeda funcional da Vamos e de suas controladas, exceto BMB México cuja moeda funcional é o Peso Mexicano como detalhado no item "c" abaixo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para o Real, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados aos ativos e passivos financeiros como empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários indexados em moeda diferente do Real, são contabilizados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

c) Empresas controladas com moeda funcional diferente da Companhia

A demonstração financeira da controlada indireta BMB México, incluída na consolidação, foi elaborada em Peso Mexicano, que é sua moeda funcional. O resultado e a posição financeira da BMB México, cuja moeda funcional difere da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:
i) Os ativos e passivos do balanço patrimonial apresentado, são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio do exercício;
iii) Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Outras variações patrimoniais reflexas de controladas".
As taxas de câmbio em Reais em vigor na data base destas demonstrações financeiras são as seguintes:

Moeda	Taxa	31/12/2024
Peso mexicano	Média	0,2959
Peso mexicano	Fechamento	0,2821

Os valores apresentados no fluxo de caixa são extraídos das movimentações convertidas dos ativos, passivos e resultados, conforme detalhado acima.

2.5. Instrumentos financeiros

2.5.1. Ativos e passivos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento.
Um ativo financeiro é, inicialmente, mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.
A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.
Um passivo financeiro é, inicialmente, mensurado ao valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os passivos financeiros estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

b) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo ou passivo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes (ORA) ou por meio do resultado).
Os ativos e passivos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo Vamos mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.
Um ativo ou passivo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR) ou como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os ativos e passivos financeiros serão designados como valor justo por meio do resultado (VJR) ou como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) quando:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR ou VJORA. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos, conforme divulgado na nota explicativa 6.2. No reconhecimento inicial, o Grupo Vamos pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos e passivos financeiros a VJR	Esses ativos e passivos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. No entanto, veja divulgação na nota explicativa 6.3 (b) para derivativos designados como instrumentos de *hedge*.
Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos e/ou passivos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. A categorização dos instrumentos financeiros está demonstrada na nota explicativa 6.1.
Ativos e passivos financeiros a custo amortizado	Esses ativos e passivos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

c) Desreconhecimento

O Grupo Vamos desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando se transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo Vamos nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.
O Grupo Vamos desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada, também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes dos fluxos de caixa do passivo original, caso em que um novo passivo financeiro, baseado nos termos modificados, é reconhecido a valor justo.

continua

★ continuação

VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5.2. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.3. Instrumentos derivativos e contabilidade de hedge

O Grupo Vamos contrata instrumentos financeiros derivativos não especulativos para proteção da sua exposição à variação de índices, câmbio ou taxas de juros decorrentes de certos empréstimos, financiamentos e debêntures ou com o objetivo de não ficar exposto à variação do valor justo de determinados instrumentos financeiros. Adicionalmente o Grupo Vamos optou pela contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), evitando assim o descasamento contábil na mensuração destes instrumentos.

No início das relações de *hedge* designadas, o Grupo Vamos documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. O Grupo Vamos também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças no valor justo e nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de valor justo, a variação do valor justo é contabilizada no resultado do exercício e o item protegido (dívida) é mensurado também ao valor justo por meio do resultado.

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajuste de avaliação patrimonial. A parcela efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em outros resultados abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado, como resultado financeiro.

O Grupo Vamos designa apenas as variações no valor justo do elemento *spot* dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio ("*forward points*") é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido.

O valor acumulado no ajuste de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge* (*hedge accounting*), ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado no ajuste de avaliação patrimonial permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados no ajuste de avaliação patrimonial são imediatamente reclassificados para o resultado.

2.5.4. Redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos financeiros

O Grupo Vamos reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O Grupo Vamos mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para ao longo da vida útil do ativo.

O Grupo Vamos utiliza uma "matriz de provisão" para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo "*ad hoc*". A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais.

Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos e valores mobiliários classificados ao custo amortizado, a metodologia de *impairment* aplicada depende de aumento significativo do risco de crédito da contraparte. Na nota explicativa 6.3.a. é detalhado como o Grupo Vamos determina se houve um aumento significativo no risco de crédito.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo Vamos não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo Vamos adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido após 36 meses com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. O Grupo Vamos não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo Vamos para a recuperação dos valores devidos.

2.6. Mensuração ao valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo Vamos tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo Vamos.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo Vamos requer a mensuração de valores justos, utilizando-se premissas e estimativas, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Veja nota explicativa 6.2.

Quando disponível, o Grupo Vamos mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo Vamos utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo Vamos mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo Vamos determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo, ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

2.7. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A provisão de materiais de baixo giro é efetuada com base na quantidade existente em estoque, valor e consumo médio dos materiais, conforme as premissas da política de baixo giro do Grupo Vamos, a qual orienta a constituição de 100% sobre o valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 (doze) meses.

2.8. Ativos circulantes mantidos para venda

Para atendimento dos seus contratos de locação, o Grupo Vamos renova constantemente sua frota. Os veículos, as máquinas e os equipamentos disponibilizados para substituição são reclassificados da rubrica imobilizado para "Ativos circulantes mantidos para venda".

Os valores são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, em sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável.

Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos, máquinas e equipamentos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada.

2.9. Operações descontinuadas

Operação descontinuada é um componente de negócio que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos, que representa uma importante linha separada de negócios e é parte integrante de um plano coordenado e aprovado pela Administração para venda.

A classificação de uma operação como descontinuada é atingida mediante a sua alienação, ou no momento que os ativos e passivos relacionados forem designados como mantido para venda, o que ocorrer antes.

Os resultados de operações descontinuadas são classificados em uma linha separada nas demonstrações financeiras.

Em 30 de novembro, houve a conclusão da operação de Cisão da Vamos Linha Amarela, e esta transação foi considerada como operação descontinuada e está descrito na nota explicativa 1.1.1.

2.10. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pelo Grupo Vamos. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

c) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com a classe do ativo imobilizado, a vida útil estimada do item e o valor estimado de venda ao final da vida útil - valor residual (método de depreciação por uso e venda). As taxas médias de depreciação dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão divulgadas na nota explicativa 14.

A vida útil de veículos, máquinas e equipamentos é definida com base nos prazos dos contratos de locação com os quais estão relacionados.

A depreciação de veículos, máquinas e equipamentos compõe o custo da prestação de serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa.

O Grupo Vamos adota o procedimento de revisar, no mínimo anualmente, as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados e acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e sempre que necessário são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos.

A revisão do valor residual dos ativos tem impacto no valor depreciável destes e, por consequência, nas taxas de depreciação aplicadas até o final da vida útil dos ativos analisados, mas não altera a vida útil dos itens.

d) Teste de perda de valor recuperável ("*impairment*")

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

2.11. Intangível

2.11.1. Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos identificados da controlada adquirida, fundamentados em expectativa de rentabilidade futura, vinculados a combinações de negócios.

O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas e é mensurado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Os testes para refletir perdas de *impairment* são realizados anualmente, e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de um negócio incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

Para fins de teste de *impairment*, o ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"), que devem se beneficiar da combinação de negócios a partir da qual o ágio se originou.

2.11.2. Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As taxas de amortização dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão divulgadas na nota explicativa 15.

2.11.3. Acordo de não competição e carteira de clientes

Quando adquiridos em combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. As cláusulas de relacionamento/carteira de clientes e acordos de não competição têm vida útil definida e os valores são mensurados pelo custo, menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear sobre a vida útil estimada, conforme divulgado na nota explicativa 15.

2.11.4. Marcas e patentes

As marcas quando adquiridas em combinação de negócios são reconhecidas como ativo intangível ao valor justo na data de aquisição. Os ativos com vida útil indefinida não são amortizados e anualmente é realizado teste para perda de seu valor recuperável ("*impairment*"). Os ativos com vida útil definida são amortizados com base na vida útil estimada.

2.11.5. Amortização e testes de perda de valor recuperável ("*impairment*")

A vida útil do ativo intangível pode ser definida ou indefinida. Quando se trata de intangíveis com vida útil definida o valor do ativo é amortizado conforme prazos estimados da vida útil do ativo. As taxas de amortização estão divulgadas na nota explicativa 15.1.

Os ativos sem prazo de vida útil definida não são amortizados, mas são testados anualmente ou com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar redução ao seu valor recuperável ("*impairment*"), individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas.

As premissas e metodologias para realizar os testes de *impairment* dos ativos intangíveis sem vida útil definida estão divulgadas na nota explicativa 14.2.

2.12. Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo Vamos avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo Vamos utiliza a definição de arrendamento do CPC 06(R2)/IFRS 16.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo Vamos aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

O Grupo Vamos reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental. Como prática o grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo Vamos alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O Grupo apresenta ativos de direito de uso e aqueles que, anteriormente, eram classificados como "arrendamento mercantil a pagar", que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamentos por direito de uso" e "arrendamentos a pagar" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo Vamos optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo Vamos reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo Vamos aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando o Grupo Vamos atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, o Grupo Vamos faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo Vamos considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, o Grupo Vamos aplicará o CPC 47/IFRS 15 para alocar a contraprestação no contrato.

O Grupo aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48/IFRS 9 ao investimento líquido no arrendamento (veja divulgação nas notas explicativas 2.5.4 e 2.5.1). O Grupo Vamos também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

O Grupo Vamos reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais.

2.13. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos ("IRPJ e CSLL")

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, correntes e diferidos, é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo Vamos nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios do Grupo Vamos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

2.14. Provisões

2.14.1. Geral

Provisões são reconhecidas quando o Grupo Vamos tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Estas são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Quando o Grupo Vamos espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando houver a expectativa de reembolso.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.14.2. Provisão para demandas judiciais e administrativas

O Grupo Vamos é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas de acordo com as alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14.3. Receitas de contratos com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes estão descritas abaixo:

2.14.4. Receita de vendas de veículos, máquinas, equipamentos e peças

a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativos

Os clientes obtêm controle dos veículos seminovos, implementos, contêineres, unidade móvel, peças e acessórios quando os produtos são entregues. As faturas são emitidas naquele momento e são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito.

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47/IFRS 15

A receita de veículos, máquinas e equipamentos novos, peças e acessórios é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes.

Os contratos de vendas de veículos seminovos devem contemplar garantia de motor e caixa de marcha por 3 meses subsequentes à venda. Para os contratos que possuem garantia de motor e caixa de marcha, a receita é reconhecida na medida que é altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas quando aplicável.

O direito de recuperar os produtos a serem devolvidos é mensurado ao valor contábil original do estoque, menos os custos esperados de recuperação e os produtos devolvidos são incluídos em estoque.

2.14.5. Receita de locação

a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamentos significativos

O Grupo Vamos aluga frota de caminhões para transporte de cargas (leves e pesadas), máquinas e equipamentos agrícolas e intralogísticos. As locações são formalizadas por meio de contratos celebrados entre a Companhia e seus clientes. Este contrato determina os termos e condições relativos ao aluguel e passa a vigorar no momento de sua assinatura e consequente disponibilização dos veículos, máquinas e equipamentos agrícolas (obrigação de desempenho). O contrato estabelece, entre outras condições:

- O preço acordado entre as partes, o qual é cobrado em parcelas fixas mensais; e
- A vigência varia em média 60 meses, com reajuste anual pelo IGP-M. A rescisão do contrato por parte do cliente enseja a ele o pagamento de multa de 50% sobre o valor total das parcelas vincendas.

Para formalizar a cobrança, no mês subsequente à utilização dos bens que são objetos do aluguel por parte do cliente, são emitidas faturas com o valor mensal acordado contratualmente.

Considerando a natureza de sua operação, o caixa utilizado na aquisição destes ativos imobilizados é considerado como atividade operacional na demonstração dos fluxos de caixa.

continua ★

★ continuação

VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 06 (R2)/IFRS 16

A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a utilização do caminhão, máquina e/ou equipamento. O valor da receita a ser reconhecida é formalizado por meio dos contratos de locação e cobrados mensalmente durante o tempo de utilização dos ativos pelo cliente.

2.14.6. Receita de prestação de serviços

a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamentos significativos

O Grupo Vamos presta serviços de assistências técnicas para os veículos novos e seminovos vendidos. As vendas de serviços são formalizadas por meio de ordens de serviços acordadas com os clientes, que incluem os valores de peças e mão de obra utilizados na prestação de serviços.

As faturas para assistência técnica são emitidas após a conclusão dos serviços prestados.

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47/IFRS 15

A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a prestação de serviço. O valor da receita é estabelecido e formalizado por meio de orçamento apresentado pela Companhia ao cliente e por este aprovado, o qual é reconhecido quando da finalização do serviço contratado pelo cliente.

2.14.7. Receita de venda de ativos desmobilizados

a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativos

Após o término do contrato de locação com seus clientes, o Grupo Vamos desmobiliza e vende os veículos, máquinas e equipamentos por meio das lojas de seminovos e rede de concessionárias do Grupo Vamos.

Os clientes obtêm controle dos veículos desmobilizados quando os produtos são entregues. As faturas são emitidas naquele momento e são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito.

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47/IFRS 15

A receita de veículos, máquinas e equipamentos desmobilizados é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes.

2.16. Benefícios a empregados

2.16.1. Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo Vamos tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.16.2. Pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço na data de aquisição (*vesting date*).

2.17. Patrimônio Líquido

2.17.1. Capital social

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro.

2.17.2. Recompra de ações (ações em tesouraria)

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

2.17.3. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor de dividendos acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em Reunião do Conselho de Administração ou em Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária, pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo Vamos e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3.1. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras incluem:

a) Consolidação e combinação de negócios - determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida.

b) Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto (títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras): o Grupo Vamos classifica os títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras como atividades operacionais devido à utilização desses recursos a curto prazo para liquidação de fornecedores e dívidas. Estes valores aplicados são utilizados constantemente no ciclo operacional da Companhia.

3.2. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

a) Combinação de Negócio: Mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos;

b) Imobilizado: Definição do valor residual, da vida útil e da taxa de depreciação;

c) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;

d) Perdas esperadas (impairment) de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

e) Provisão para demandas judiciais e administrativas, reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

a) Distribuição de dividendos

Conforme o Estatuto Social da Companhia, os seus acionistas possuem direito a dividendo mínimo obrigatório anual de 25% sobre lucro líquido do exercício ajustado para:

(i) 5% destinados à constituição de reserva legal; e

(ii) Importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. Uma parcela do lucro líquido também poderá ser retida com base em um orçamento de capital para contribuição de uma reserva de lucros estatutária denominada "reserva de investimentos".

O Estatuto Social da Companhia permite, ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser descontados do dividendo obrigatório anual.

Os juros sobre capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido, aplicando-se a variação da taxa de juros de longo prazo (TLP) do exercício. O pagamento é condicionado à existência de lucros no exercício antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reserva de lucros.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o cálculo e a movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio estão demonstrados a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	380.974	586.959
Lucro base reserva legal	**380.974**	**586.959**
Reserva Legal - 5% (i)	(19.049)	(29.348)
Base de cálculo dos dividendos	**361.925**	**557.611**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% conforme estatuto	90.481	139.404
Dividendos mínimos obrigatórios por ação (Em R$)	0,08	0,13

(i) Em 31 de dezembro de 2024, não foi constituída reserva legal, vide nota explicativa 26.5.

	Controladora			Consolidado		
	Juros sobre capital próprio	Dividendos a pagar	Total	Juros sobre capital próprio	Dividendos a pagar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**228.555**	**17.600**	**246.155**	**229.324**	**17.600**	**246.924**
Adições por combinações de negócios	–	–	–	–	383	383
Juros sobre capital próprio declarados	350.000	–	350.000	350.803	–	350.803
Distribuição de lucros	–	–	–	–	–	–
Juros sobre capital próprio pagos	(228.555)	–	(228.555)	(229.324)	–	(229.324)
Dividendos pagos	–	(17.600)	(17.600)	–	(17.983)	(17.983)
Imposto de renda retido na fonte	(50.509)	–	(50.509)	(50.629)	–	(50.629)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**299.491**	**–**	**299.491**	**300.174**	**–**	**300.174**
Adições por combinações de negócios	–	–	–	–	–	–
Juros sobre capital próprio declarados (i) (iii)	290.000	–	290.000	290.501	–	290.501
Distribuição de lucros (ii)	–	980.000	980.000	–	–	–
Juros sobre capital próprio pagos	(299.491)	–	(299.491)	(300.174)	–	(300.174)
Dividendos realizados	–	(980.000)	(980.000)	–	–	–
Imposto de renda retido na fonte	(40.896)	–	(40.896)	(40.895)	–	(40.895)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**249.104**	**–**	**249.104**	**249.606**	**–**	**249.606**

(i) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de novembro de 2024, foi aprovada a distribuição de lucros sob a forma de juros sobre o capital próprio no montante de R$ 290.000 (R$ 249.104 líquido do imposto de renda retido na fonte). Dos montantes declarados, relativos ao resultado do exercício de 2024, R$ 138.041 serão pagos à controladora Simpar e o valor remanescente aos acionistas minoritários da Companhia.

(ii) Dividendos "in natura" declarados de acordo com a reestruturação societária apresentada na nota explicativa 1.1.1.

(iii) No consolidado, inclui R$ 501 (R$ 426 líquido do imposto de renda retido na fonte) relativos ao montante de juros sobre o capital próprio declarados pela controlada BMB Brasil, a ser pago aos vendedores (acionistas não controladores).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Antonio Simões - Presidente do Conselho de Administração
Denys Marc Ferrez - Conselho de Administração (Efetivo)
Antônio da Silva Barreto Júnior - Conselho de Administração (Efetivo)
Paulo Sergio Kakinoff - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)
Maria Fernanda dos Santos Teixeira - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)

DIRETORIA EXECUTIVA

Gustavo Henrique Braga Couto - Diretor Presidente
José Cezário Menezes de Barros Sobrinho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
José Geraldo Santana Franco Junior - Diretor Comercial
Rafael Gomes Vieira - Diretor

CONTADORA

Gabriela Aparecida Giaciani Zancheta - CRC nº 1SP269825/O-5

RELATÓRIOS E PARECERES

Relatório do auditor independente

O relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. em 25 de março de 2025, sem modificações. O relatório completo pode ser encontrado nos seguintes endereços eletrônicos:

- https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/
- https://ri.grupovamos.com.br/informacoes-financeiras/resultados-trimestrais/
- https://sistemas.cvm.gov.br/
- https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm

ESTADÃO RI
A melhor multiplataforma de Relações com Investidores

Confira as notícias que envolvem as principais empresas do País.

AMBIENTE SEGURO PARA COMUNICAÇÃO DAS MARCAS
INFORMAÇÕES EM TEMPO REAL
BUSCADOR INTELIGENTE
PUBLICIDADE E CONTEÚDO INTEGRADOS
CONTEÚDOS DE E&N RELACIONADOS

PORTAL ESTADÃO RI

ATOS SOCIETÁRIOS, FATOS RELEVANTES E NOTÍCIAS QUE ENVOLVEM AS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PAÍS

SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR

ESTADÃO150 ESTADÃO RI ELDORADO FM 107,3 ESTADÃO BLUE STUDIO AGÊNCIA ESTADO broadcast

HSBC

Banco HSBC S.A.

Av. Juscelino Kubitschek, 1.909, 19º Andar - Torre Norte - São Paulo
CNPJ Nº 53.518.684/0001-84
www.hsbc.com.br

Relatório da Administração

Aos nossos clientes, ao mercado e ao público em geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as informações financeiras do Banco HSBC S.A., "Banco", "HSBC" ou "HSBC Brasil", relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

O Banco faz parte de uma das maiores e mais sólidas instituições financeiras internacionais, a HSBC Holdings plc, com sede no Reino Unido, com mais de 150 anos de tradição e experiência em todo o mundo.

Resultados

O Banco HSBC S.A. encerrou o exercício em 31 de dezembro de 2024 com patrimônio líquido no montante de R$ 1.328.292 mil, tendo registrado um lucro líquido de R$ 165.734 mil.

Em atenção ao disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, o Banco HSBC S.A. declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Ativos financeiros mantidos até o vencimento".

Gestão de riscos

Nossas atividades envolvem em graus variados a análise, avaliação, aceitação e gestão de riscos ou combinações de riscos. A estrutura de gerenciamento de risco garante que nosso perfil de risco permaneça conservador e alinhado ao apetite de risco e estratégia, determinados pelos seguintes princípios:

- gestão integrada: o apetite a risco considera riscos financeiros e não-financeiros, e é expresso em termos qualitativos e quantitativos, em escala global, regional e local;
- posição financeira: forte capitalização assim como gestão de liquidez e gestão de ativos e passivos local;
- modelo operacional: retornos gerados em linha com os riscos assumidos; diversificação e sustentabilidade das receitas visando entregar retornos consistentes aos acionistas;
- práticas de negócio: tolerância zero para fazer negócios sem considerar os riscos reputacionais resultantes; tolerância zero para fazer negócios que deliberadamente são prejudiciais aos clientes ou não cumpram a letra ou espírito dos requerimentos regulatórios; tolerância zero para conduta imprópria por parte dos funcionários.

Gestão Integrada de Riscos

O HSBC Brasil atua no gerenciamento dos riscos a que está exposto de forma integrada, avaliando todos os impactos conjuntamente com base na abordagem de Gestão Integrada de Riscos determinada pelo Grupo HSBC e têm como objetivos suportar uma cultura forte de risco em toda a organização, assegurar uma gestão de riscos consistente e compreensiva, permitir adequada tomada de decisão com base em ampla visibilidade e consciência dos riscos e assegurar que os riscos assumidos estão de acordo com a natureza e os níveis pré-estabelecidos em sua declaração de apetite a riscos.

Essa abordagem está de acordo com a Resolução CMN 4.557/17 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital consulte o site: www.hsbc.com.br

Cultura de Risco

Cultura de risco engloba nossas normas, atitudes e comportamentos sobre conscientização dos riscos, tomada de riscos e gerenciamento de riscos. A cultura do risco é um elemento crítico e permeia todas as atividades do HSBC.

Papéis e Responsabilidades

O HSBC Brasil possui uma área de gerenciamento de riscos independente das áreas de negócio, mas todo funcionário do Grupo é responsável pela identificação e gerenciamento de riscos no âmbito de seu papel como parte do modelo de três linhas de defesa e este é aplicável a todos os tipos de risco. As três linhas de defesa estão organizadas da seguinte forma:

- A Primeira Linha é a proprietária dos riscos e controles e responsável por identificar, avaliar, gerenciar e reportar os riscos existentes e emergentes, assegurando que as análises e controles são adequados para mitigar os riscos e mantê-los de acordo com o apetite da organização;
- A Segunda Linha determina as políticas e orienta, supervisiona e desafia as atividades da Primeira Linha para garantir que estas tenham cumprido os requisitos mínimos para gerenciamento de risco, e estejam de acordo com o apetite a risco pré-estabelecido;
- A Terceira Linha é a Auditoria Interna, responsável por fornecer revisão e avaliação independente à Diretoria e ao Grupo HSBC, garantindo que os processos de gerenciamento de risco, governança e controle interno foram projetados e operam de forma eficaz.

Padrões Globais

Temos o compromisso de desenvolver e implementar padrões globais moldados pelas mais altas e eficazes normas de compliance contra crimes financeiros disponíveis nas jurisdições onde o HSBC opera.

Por definição, o impacto dos padrões globais abrange toda a organização, e os principais meios pelos quais aplicamos elevados padrões se dá através da utilização universal dos Valores do HSBC, sistemas de governança robustos e das práticas, desempenho e reconhecimento de todos os nossos colaboradores na gestão de relacionamentos de alta qualidade com nossos clientes.

Nossos valores, a boa governança e o compromisso de operar de forma sustentável orientam a forma como administramos o nosso negócio e nos ajudam a criar valor para os nossos stakeholders.

Em linha com a nossa ambição de ser reconhecido como o principal banco internacional do mundo, temos a aspiração de definir o padrão da indústria com relação a conhecer nossos clientes e detectar, impedir e proteger contra crimes financeiros. Como os mercados internacionais tendem a se tornar mais interligados e complexos e, como ameaças ao sistema financeiro global tendem a crescer, estamos fortalecendo ainda mais as políticas e práticas que regem a forma como fazemos negócios e com quem.

Temos focado em continuar com a aplicação dos nossos padrões e em nossa capacidade de identificar e assim evitar o uso indevido e abuso do sistema financeiro. Através de nossas redes tomamos ações imediatas para fortalecer nossos processos de governança e nos comprometemos a adotar e aplicar os mais elevados e mais eficazes padrões de compliance contra crimes financeiros em todo o HSBC.

Continuamos a reforçar a importância de compliance e aderência aos nossos padrões globais através da construção de fortes controles internos, desenvolvendo capacidades de classe mundial através da comunicação, treinamento e programas de garantia para termos certeza que os funcionários entendam e possam assumir suas responsabilidades, e redesenhar elementos fundamentais de como nós avaliamos e recompensamos os executivos seniores.

Padrões nos permitem:

- Fortalecer a nossa resposta à ameaça constante de crime financeiro;
- Tornar consistente - e, portanto, simplificar - as maneiras pelas quais nós fiscalizamos e impomos altos padrões no HSBC;
- Reforçar as políticas e processos que regem a forma como fazemos negócios e com quem; e
- Garantir que nós sempre apliquemos os Valores do HSBC.

Desde 2014 o Grupo HSBC vem implementando diversas ações para mitigação de riscos de clientes, produtos e operações. Três programas fundamentais estão sendo constantemente revisitados com o propósito de aprimorar o conhecimento sobre os nossos clientes, fortalecer o combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo e assegurar o cumprimento das sanções e o combate ao suborno e à corrupção.

Risco de Mercado

O objetivo da administração de risco de mercado do HSBC Brasil é gerenciar e controlar as exposições oriundas dos fatores de risco de mercado a fim de otimizar o retorno sobre o risco e ao mesmo tempo manter um perfil de risco consistente com o Apetite de Risco estabelecido pela instituição.

O HSBC Brasil possui uma área independente responsável pelo gerenciamento e controle de risco de mercado, tal área é responsável por mensurar e reportar as exposições de risco de mercado em conformidade com as políticas definidas pelo HSBC, além de monitorar e reportar diariamente essas exposições em relação a limites pré-estabelecidos. A área de gerenciamento de risco de mercado é responsável por avaliar os riscos de mercado que surgem em cada produto e assegurar que estes sejam transferidos e gerenciados pela área de Tesouraria.

O HSBC Brasil utiliza uma variedade de ferramentas para monitorar e limitar as exposições ao risco de mercado, incluindo análises de sensibilidade, VAR e testes de estresse.

Risco de Crédito

A cultura de gerenciamento do Risco de Crédito do Grupo HSBC em todos os países e regiões onde atua é dedicada a atingir e manter os seus ativos em alto grau de qualidade. Isso requer padrões elevados de profissionalismo e disciplina aplicados consistentemente na gestão do risco de crédito. Essa cultura universal é essencial para o sucesso no controle e no gerenciamento de risco buscando minimizar as perdas de crédito e aumentar o retorno sobre o risco ajustado, contribuindo assim para o sucesso geral da organização.

A área responsável pelo Risco de Crédito segue tanto às exigências locais como as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Executiva e pelo Grupo HSBC através da elaboração e manutenção das políticas e do manual de crédito locais, assim como o estabelecimento e monitoramento de controles de acompanhamento.

De acordo com alçadas delegadas pela Diretoria Executiva, a área de Risco de Crédito avalia e autoriza a realização de transações de acordo com as políticas vigentes de forma independente da área de negócios.

Risco Social, Ambiental e Climático

A cultura de risco social, ambiental e climático do grupo HSBC tem como objetivo garantir que os serviços que o HSBC fornece aos seus clientes em apoio ao desenvolvimento econômico não resultem em impactos inaceitáveis na sociedade e no meio ambiente. Procuramos um equilíbrio entre aspectos econômicos, sociais, ambientais e climáticos.

O HSBC atua com responsabilidade social, ambiental e climática a partir das definições estratégicas, alinhadas às leis e normas que regulamentam os temas, tanto locais quanto que impactam o grupo HSBC globalmente, bem como os pactos e compromissos assumidos voluntariamente pelo grupo HSBC.

O HSBC no Brasil atua proativamente no gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático levando em consideração que estes riscos são transversais às diversas modalidades de riscos a que estão expostos, a exemplo de riscos de mercado, crédito, operações e reputação.

Risco Operacional e demais Riscos Não-Financeiros

A gestão de risco operacional e demais riscos não-financeiros é considerada essencial pelo HSBC para a manutenção de um ambiente de risco robusto que permita o bom desenvolvimento dos negócios, dentro do apetite de risco estabelecido, atingindo resultados sustentáveis.

A estrutura de gerenciamento de riscos operacionais e demais riscos não-financeiros está em conformidade com o ambiente regulatório local e externo, através das políticas e governança definida e implementada pelo Grupo HSBC.

Gerenciamento de capital

O Banco HSBC S.A. (HSBC) gerencia seu capital de forma contínua, em concordância com o exposto na Resolução 4.557 de 23/02/2017 e atualizações posteriores.

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de monitoramento e controle pelo HSBC do capital e instrumentos elegíveis em face aos riscos aos quais a instituição está exposta e em concordância com o planejamento de metas e necessidades adicionais de capital, considerados a regulamentação aplicável, os objetivos estratégicos do Banco HSBC, o ambiente econômico e os negócios em que opera.

A projeção da disponibilidade de capital é realizada tomando-se para cada período a geração de resultados líquidos (formação primária de Capital Principal) e eventuais injeções ou reduções programadas de capital, efetuadas de acordo com as políticas e diretrizes do Grupo HSBC relacionadas ao mercado e à concentração de investidores, aos custos, às condições de mercado e aos efeitos no perfil de composição e maturidade do capital total.

A necessidade de capital é projetada conforme sua componente na formação dos ativos ponderados ao risco para cada uma das parcelas regulatórias:

- *RWA* para Risco de Crédito: projetada de acordo com as metas e volumes para posições *ON* e *OFF balance*, por produtos e linhas de negócios, conforme plano de negócios e orçamento aprovados pela diretoria executiva do HSBC;
- *RWA* para Risco de Mercado: projetado de acordo com os níveis de utilização dos limites *trading*;
- *RWA* para Risco Operacional: projetada conforme as metas de receitas e despesas, conforme plano de negócios e orçamento aprovados pela diretoria executiva do HSBC.

Projetadas as disponibilidades e necessidades de capital, ambas são confrontadas a partir dos índices de capital e comparadas aos respectivos apetites declarados no *RAS (Risk Acceptance Statement)*. O apetite a risco tem por finalidade a cobertura de todos os riscos mensuráveis no Pilar I e da disponibilidade de *buffers* para a cobertura dos riscos cobertos pelo Pilar II.

	2024	2023
Capital Total (PR)	1.729.772	1.647.848
Capital Principal (CET1)	1.171.066	1.057.945
Capital Social	972.478	916.248
Lucros ou prejuízos acumulados	165.734	130.128
Outras Reservas	201.780	156.231
(-) Ajustes Prudenciais	(90.926)	(85.039)
(-) Dividendos + JSCP	(78.000)	(62.623)
Capital Adicional de Nível I (AT1)	558.706	589.903
Capital de Nível II (T2)	-	-
RWA	9.170.585	6.152.292
Risco de Crédito	6.327.265	3.670.526
Risco de Mercado	1.575.568	1.363.665
Risco Operacional	1.267.752	1.118.101
Índice de Capital Principal	12,77%	17,20%
Índice de Capital de Nível 1	18,86%	26,78%
Índice de Capital Total (Índice de Basiléia)	18,86%	26,78%

Controles Internos e Compliance

O HSBC Brasil conta com sua estrutura de controles internos, principal responsável por implementar e disseminar a cultura de controles e uma estrutura de compliance, para assegurar que seus administradores e gestores atentem para o fiel cumprimento dos regulamentos e normas aplicáveis aos seus negócios, de acordo com a Resolução CMN nº 4.968, de 25 de novembro de 2021 e alterações posteriores, a qual trata da estrutura de controles internos aplicáveis às instituições financeiras, bem como às demais normas e regulamentos que tratam da conduta da instituição, principalmente em questões que envolvem o tratamento adequado e transparente aos clientes, órgãos reguladores, demais autoridades e práticas de mercado em geral, como por exemplo a Resolução nº 4.595, de 28 de agosto de 2017, do CMN, que dispõe sobre a política de conformidade (compliance).

Foram dispensados cuidados adicionais para a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, com especial observância ao disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e alterações posteriores (Lei 12.683 de 09 de julho de 2012 e Lei 13.260 de 16 de março de 2016), bem como às normas complementares estabelecidas pelo COAF, CVM e Bacen, incluindo a Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021 e a Circular nº 3.978 de 23 de janeiro de 2020 (alterada pela Resolução 119/2021 do BACEN). Todos os procedimentos e políticas de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo são supervisionados pelo Executivo (Officer) de Prevenção à Lavagem de Dinheiro com suporte da equipe de monitoramento de clientes e transações do Grupo HSBC no Brasil.

Demonstrações Financeiras

O Comitê de Auditoria revisou em março de 2025 as demonstrações financeiras do Banco HSBC S.A. de 31 de dezembro de 2024, conferindo a transparência e qualidade, bem como confirmando a veracidade e integridade das informações apresentadas.

O Comitê de Auditoria aprovou em 26 de março de 2025 estas demonstrações financeiras.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes e usuários pela escolha do HSBC, aos colaboradores pela dedicação constante e às autoridades e ao público em geral pela atenção dispensada.

São Paulo, 28 de março de 2025.

A Diretoria

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE

Eufrázio

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

HSBC

Banco HSBC S.A.

Av. Juscelino Kubitschek, 1.909, 19º Andar - Torre Norte - São Paulo
CNPJ Nº 53.518.684/0001-84
www.hsbc.com.br

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota	2024	2023
Disponibilidades	4	83.331	24.982
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	2.372.093	839.993
Ativos financeiros para negociação	5	1.359.680	1.375.963
Instrumentos financeiros derivativos	8	1.926.270	1.515.301
Ativos financeiros disponíveis para venda	6	669.154	829.514
Empréstimos e financiamentos	11	1.921.770	675.225
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	11	(21.874)	(16.660)
Contratos de câmbio	12	10.762.503	18.347.718
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	7	1.924.179	633.870
Outros ativos	13	1.528.494	2.002.339
Ativos fiscais correntes	26	316	376
Créditos tributários	26	119.451	92.532
Imobilizado de uso	14	29.671	29.867
Intangível	15	143.135	118.228
Depreciações e amortizações	14, 15	(92.132)	(66.470)
Total		**22.726.041**	**26.402.778**

Passivo	Nota	2024	2023
Depósitos à vista	16	779.850	451.944
Depósitos a prazo	16	3.576.639	3.128.351
Outros instrumentos de dívida	16	2.749.068	1.603.816
Instrumentos financeiros derivativos	8	1.480.107	921.757
Empréstimos no exterior	17	2.668.728	869.455
Contratos de câmbio	12	9.855.012	17.865.582
Outros passivos	13	186.444	284.386
Provisões	27	18.453	13.740
Obrigações fiscais correntes	26	8.455	24.337
Obrigações fiscais diferidas	26	74.993	43.195
Patrimônio líquido		**1.328.292**	**1.196.215**
Capital social	19	1.038.778	972.478
Reservas de lucros		309.462	221.728
Outros resultados abrangentes	6	(19.948)	2.009
Total		**22.726.041**	**26.402.778**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota	2024 Segundo Semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
Receitas da intermediação financeira		**939.717**	**1.653.666**	**1.022.810**
Operações de crédito		219.399	346.853	114.054
Resultado de compromissadas e aplicações interfinanceiras		178.861	357.428	260.902
Resultado dos ativos financeiros para negociação		33.790	65.292	184.836
Resultado dos ativos financeiros disponíveis para venda		39.494	79.864	52.773
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		93.322	320.296	265.804
Resultado de operações de câmbio		209.932	192.041	(91.927)
Resultado dos ativos financeiros mantidos até o vencimento		98.818	147.337	38.308
Resultado de outras operações com característica de concessão de crédito		66.101	144.555	198.060
Despesas da intermediação financeira		**(676.951)**	**(1.191.216)**	**(600.160)**
Operações de instrumentos de dívida		(312.881)	(604.331)	(637.813)
Operações de empréstimos e repasses		(355.455)	(574.554)	40.299
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(8.615)	(12.331)	(2.646)
Resultado bruto da intermediação financeira		**262.766**	**462.450**	**422.650**
Outras receitas (despesas) operacionais		**(100.649)**	**(233.461)**	**(227.958)**
Receitas de prestação de serviços	20	90.069	132.609	74.049
Rendas de tarifas bancárias		310	628	610
Despesas de pessoal	21	(78.814)	(151.292)	(136.310)
Despesa com remuneração da diretoria		(19.453)	(37.045)	(25.869)
Outras despesas administrativas	23	(72.835)	(140.643)	(115.955)
Despesas tributárias	24	(17.961)	(29.946)	(27.846)
Outras receitas operacionais	25	1.586	2.587	6.093
Outras despesas operacionais	25	(3.551)	(10.359)	(2.730)
Resultado operacional		**162.117**	**228.989**	**194.692**
Resultado não operacional		**(55)**	**(21)**	**-**
Resultado antes da tributação sobre o lucro		**162.062**	**228.968**	**194.692**
Imposto de renda e contribuição social	26	**(28.298)**	**(56.530)**	**(58.508)**
Corrente		(16.500)	(33.686)	(37.282)
Diferido		(11.798)	(22.844)	(21.226)
Participações no lucro		**(3.278)**	**(6.704)**	**(6.056)**
Lucro líquido do semestre/exercício		**130.486**	**165.734**	**130.128**
Lote de mil ações do capital (1)		**935.148**	**935.148**	**935.148**
Lucro líquido por lote de mil ações (básico e diluído) - R$		**139,54**	**177,23**	**139,15**

(1) A quantidade de ações ordinárias foi ajustada em 2023 pela emissão de novas ações através da capitalização de juros sobre capital ocorrida em 18 de dezembro de 2024 conforme requerimento do CPC 41 contido na Resolução BCB 2.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	2024 Segundo Semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
Lucro líquido do semestre/exercício	**130.486**	**165.734**	**130.128**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando alcançadas condições específicas			
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Ajuste de avaliação patrimonial	(26.769)	(39.919)	38.418
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.045	17.962	(17.288)
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	**(14.724)**	**(21.957)**	**21.130**
Resultado abrangente do semestre/exercício	**115.762**	**143.777**	**151.258**
Resultado abrangente do semestre/exercício atribuível aos:			
Acionistas da empresa controladora	115.762	143.777	151.258
Participação de não controladores	-	-	-
Resultado abrangente do semestre/exercício	**115.762**	**143.777**	**151.258**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Reservas de Lucros		Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
		Legal	Estatutária			
Saldos em 1º de janeiro de 2023	**919.248**	**35.978**	**118.245**	**(19.121)**	**-**	**1.054.350**
Aumento de Capital em aprovação	53.230	-	-	-	-	53.230
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	21.130	-	21.130
Lucro líquido do Exercício	-	-	-	-	130.128	130.128
Destinações Propostas pela Diretoria:						
Reservas de Lucros	-	6.506	123.622	-	(130.128)	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	(62.623)	-	-	(62.623)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**972.478**	**42.484**	**179.244**	**2.009**	**-**	**1.196.215**
Mutações do Exercício	**53.230**	**6.506**	**60.999**	**21.130**	**-**	**141.865**
Saldos em 1º de janeiro de 2024	**972.478**	**42.484**	**179.244**	**2.009**	**-**	**1.196.215**
Aumento de Capital em aprovação	66.300	-	-	-	-	66.300
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	(21.957)	-	(21.957)
Lucro líquido do Exercício	-	-	-	-	165.734	165.734
Destinações Propostas pela Diretoria:						
Reservas de Lucros	-	8.286	157.448	-	(165.734)	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	(78.000)	-	-	(78.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.038.778**	**50.770**	**258.692**	**(19.948)**	**-**	**1.328.292**
Mutações do Exercício	**66.300**	**8.286**	**79.448**	**(21.957)**	**-**	**132.077**
Saldos em 1º de julho de 2024	**972.478**	**44.246**	**212.730**	**(5.224)**	**-**	**1.224.230**
Aumento de Capital em aprovação	66.300	-	-	-	-	66.300
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	(14.724)	-	(14.724)
Lucro líquido do Semestre	-	-	-	-	130.486	130.486
Destinações Propostas pela Diretoria:						
Reservas de Lucros	-	6.524	123.962	-	(130.486)	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	(78.000)	-	-	(78.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.038.778**	**50.770**	**258.692**	**(19.948)**	**-**	**1.328.292**
Mutações do Semestre	**66.300**	**6.524**	**45.962**	**(14.724)**	**-**	**104.062**

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR



Banco HSBC S.A.
Av. Juscelino Kubitschek, 1.909, 19º Andar - Torre Norte - São Paulo
CNPJ Nº 53.518.684/0001-84
www.hsbc.com.br

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	Nota	2024 Segundo Semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido do semestre/exercício		130.486	165.734	130.128
Ajustes ao lucro líquido:				
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	26	11.798	22.844	21.226
Depreciação do imobilizado de uso e amortização do intangível	23	14.418	27.028	25.412
Impairment de ativos intangíveis	15	401	401	6.237
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	11	8.615	12.331	2.646
Provisão para contingências	27	2.222	4.713	329
Lucro líquido do semestre/exercício ajustado		167.940	233.051	185.978
Variação de ativos e passivos:				
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras		(66.811)	(478.072)	(85.465)
(Aumento) Redução em ativos financeiros para negociação		289.159	16.283	92.454
(Aumento) Redução em ativos financeiros disponíveis para venda		445.844	138.403	50.631
(Aumento) Redução em instrumentos derivativos		272.110	147.381	(960.749)
(Aumento) Redução em operações de crédito		(759.766)	(1.246.545)	396.135
(Aumento) Redução em contratos de câmbio (ativo)		4.276.134	7.585.215	(3.221.091)
(Aumento) Redução em ativos financeiros mantidos até o vencimento		(716.462)	(1.298.498)	(480.301)
(Aumento) Redução em outros ativos		344.449	424.517	(303.804)
Aumento (Redução) em depósitos		697.595	776.194	119.513
Aumento (Redução) em outros instrumentos de dívida		(882.068)	(213.852)	(76.029)
Aumento (Redução) em recursos de aceites e emissão de títulos		596.871	1.359.104	670.791
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos		1.234.424	1.799.273	247.883
Aumento (Redução) em contratos de câmbio (passivo)		(4.919.380)	(8.010.570)	3.041.421
Aumento (Redução) em outros passivos		(41.593)	(80.954)	210.134
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades operacionais		938.446	1.150.930	(112.499)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:				
Aquisição de imobilizado de uso		(800)	(1.398)	(3.608)
Aquisição de intangível	15	(16.877)	(25.455)	(17.476)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de investimentos		(17.677)	(26.853)	(21.084)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:				
Juros sobre capital próprio		(78.000)	(78.000)	(62.623)
Aumento de capital		66.300	66.300	53.230
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de financiamentos		(11.700)	(11.700)	(9.393)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		909.069	1.112.377	(142.976)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	4			
Início do semestre/exercício		982.818	779.510	922.486
Fim do semestre/exercício		1.891.887	1.891.887	779.510
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		909.069	1.112.377	(142.976)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais

1. Contexto operacional

O Banco HSBC S.A. ("Banco", "HSBC" ou "HSBC no Brasil") é uma subsidiária do HSBC Brasil Holding S.A., antes banco de investimento e a partir de 28 de abril de 2020 autorizada a operar sob a forma de banco múltiplo, nas carteiras comerciais, de investimentos, incluindo, mas não se limitando a: (i) operações de câmbio, (ii) operações de crédito rural, (iii) atuar como escritório de representação de instituições financeiras sediadas no exterior, (iv) administração de carteira de valores mobiliários, (v) coordenação, estruturação, intermediação e distribuição de valores mobiliários, inclusive por meio de ofertas públicas, (vi) realização de serviços de análise e/ou consultoria de valores mobiliários, (vii) derivativos; (viii) captação de depósitos à vista ou a prazo e demais formas de captação permitidas, no Brasil ou no exterior, (ix) e a prática de operações de compra e venda, por conta própria ou de terceiros, de metais preciosos e de capitais, tudo na forma da lei e conforme devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários, conforme o caso. O Banco poderá participar de quaisquer outras sociedades ou grupos de sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista, observadas as normas do Banco Central do Brasil.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e emanadas da legislação societária brasileira, das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("BACEN").

O Banco apresenta as contas do ativo e passivo no Balanço Patrimonial por liquidez e exigibilidade, evidenciando em Notas Explicativas, o montante esperado a ser realizado ou liquidado em até doze meses e em prazo superior para cada item apresentado no ativo e passivo.

As demonstrações financeiras do Banco foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria em 26 de março de 2025.

3. Resumo das principais políticas contábeis

a. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional do Banco é o real, a qual também é a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras.

b. Apuração do resultado

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

c. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, perdas no valor recuperável dos ativos intangíveis, provisões para contingências e valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

d. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias da data de contratação e apresentem risco insignificante de mudança de valor. Referem-se substancialmente a aplicações interfinanceiras de liquidez.

e. Ativos financeiros para negociação

São títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, são avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

f. Ativos financeiros disponíveis para venda

São títulos avaliados pelos seus valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada "Outros resultados abrangentes", líquido dos efeitos tributários.

g. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período.

h. Instrumentos financeiros derivativos

Conforme previsto na Circular Bacen nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados pelos seus valores de mercado e o registro da valorização ou da desvalorização desse ajuste a valor de mercado foi reconhecido no resultado.

Os derivativos são reconhecidos e subsequentemente reavaliados a valor de mercado. O valor de mercado de derivativos negociados em bolsa é obtido através de preços cotados no mercado. O valor de mercado de derivativos negociados no mercado de balcão é obtido através de técnicas de avaliação, incluindo modelos de fluxos de caixa descontados.

Os derivativos são classificados como ativo quando o valor de mercado é positivo, ou como passivo quando o valor de mercado é negativo. O reconhecimento dos ganhos e perdas com valor de mercado depende da classificação dos derivativos (mantidos para negociação ou designados como instrumentos de hedge). Para fins dessa demonstração, o Banco possui apenas derivativos mantidos para negociação.

i. Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

O cálculo do valor justo está sujeito a uma estrutura de controle destinada a garantir que os valores sejam determinados ou validados por um departamento independente do tomador do risco.

Para todos os instrumentos financeiros cujos valores justos são determinados por referência a preços cotados em mercados ou modelos de valorização cujas entradas significativas são todas observáveis, o valor justo é determinado ou validado por uma área independente. Em mercados com baixa liquidez, a observação direta de um preço negociado pode não ser possível. Nessas circunstâncias, o HSBC Brasil utiliza fontes de mercado alternativas relevantes e confiáveis. Os fatores considerados nesses casos são, entre outros:

- a extensão em que se espera que os preços sejam representações genuínas dos preços negociados ou negociáveis;
- o grau de semelhança entre os instrumentos financeiros;
- o grau de coerência entre as diferentes fontes;
- o processo efetuado pelo provedor dos preços para obter os dados;
- o tempo decorrido entre a data dos dados de mercado e a data do balanço; e
- a maneira pela qual os dados foram obtidos.

Para os valores justos determinados por meio da utilização de modelos de avaliação, a estrutura de controles pode incluir, quando aplicável, desenvolvimentos ou validações por áreas de suporte independentes de (i) lógica dos modelos de avaliação; (ii) entrada de dados; (iii) ajustes necessários nos modelos de avaliação; e, (iv) se possível, modelos de saída. Os modelos de avaliação estão sujeitos ao processo de validação independente e de ajustes antes de se tornarem operacionais e também são atualizados em relação a dados externos de mercado em uma base contínua.

Os resultados do processo de avaliação independente são reportados ao Comitê de avaliação. Esse é composto por especialistas de diversas áreas independentes (mesa de trading e accrual, gestão de risco de mercado e finanças). Os membros do comitê analisam a pertinência e a adequação dos ajustes ao valor justo e a efetividade dos modelos de avaliação. Se necessário, exigem alterações nos modelos ou nos procedimentos de ajustes. O Comitê de avaliação local é supervisionado pelo Comitê de avaliação regional (América Latina) e pelo Comitê de avaliação global.

As principais premissas e estimativas que a gerência considera quando se aplicam um modelo com técnicas de avaliação são:

- a probabilidade e tempo esperado de fluxos de caixa futuros do instrumento; julgamento pode ser necessário para avaliar a capacidade de a contraparte cumprir os termos contratuais. Fluxos de caixa futuros podem ser sensíveis a mudanças nas taxas de mercado;
- estabelecer uma taxa de desconto apropriada para o instrumento: julgamento é necessário para avaliar o que um participante do mercado consideraria como o spread adequado da taxa de um instrumento sobre a taxa livre de risco adequada;
- julgamento para determinar qual é o modelo a ser usado para calcular o valor justo em áreas onde a escolha do modelo de avaliação é particularmente subjetiva, por exemplo, ao avaliar produtos derivados complexos.

Quando aplicável o modelo com dados não observáveis, as estimativas são feitas para refletir incertezas nos valores justos, resultante da falta de entradas de dados de mercado, por exemplo, como resultado da falta de liquidez no mercado. Para esses instrumentos, a mensuração do valor justo é menos confiável.

Entradas para avaliações baseadas em dados não observáveis são inerentemente incertas porque há pouco ou nenhum dado atual de mercado disponível que determina o nível em que uma parte da transação que pudesse ocorrer em condições normais de negócios. No entanto, na maioria dos casos, há alguns dados de mercado disponíveis para basear a determinação do valor justo, por exemplo, dados históricos, e o valor justo para a maioria dos instrumentos financeiros é baseado em alguns dados observáveis de mercado, mesmo quando os dados não observáveis são significativos.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

- nível 1 - preço de mercado ativo: instrumentos financeiros com preços cotados para instrumentos idênticos em mercados com alta liquidez que o HSBC Brasil pode acessar na data da mensuração.
- nível 2 - técnica de avaliação com dados observáveis: instrumentos financeiros com preços cotados para instrumentos similares em mercados com alta liquidez ou preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados com baixa liquidez e instrumentos financeiros avaliados com a utilização de modelos em que todos os dados significativos são observáveis.
- nível 3 - técnica de avaliação com dados significativos não observáveis: instrumentos financeiros avaliados utilizando-se técnicas de avaliação nas quais um ou mais dados significativos não são observáveis.

A melhor evidência de valor justo é a cotação em mercado com alta liquidez. O valor justo dos instrumentos financeiros cotados em mercados com alta liquidez é baseado nos preços de venda para ativos e preços de compra para passivos. Quando um instrumento financeiro tem um preço cotado em um mercado com alta liquidez e faz parte de um portfólio, o valor justo do portfólio é calculado pelo produto do número de unidades e cotação, descontos em bloco não são aplicados. No caso de o mercado possuir baixa liquidez para um instrumento financeiro, uma técnica de avaliação deve ser utilizada. Todos os ajustes de valor justo são incluídos na determinação do nível de avaliação.

A decisão sobre se um mercado é líquido pode incluir, mas não está limitada a uma consideração de fatores como frequência de negociação, disponibilidade de preços, volume das compras e vendas. No mercado sem liquidez, a garantia de que o preço da transação fornece evidências de valor justo ou determina os ajustes para o preço da transação (evidências essas necessárias para mensurar o valor justo dos instrumentos) requer um trabalho adicional durante o processo de avaliação.

O HSBC Brasil não possui instrumentos classificados como nível 3 em 2024 e 2023.

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE

Eufrázio

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

HSBC

Banco HSBC S.A.

Av. Juscelino Kubitschek, 1.909, 19º Andar - Torre Norte - São Paulo
CNPJ Nº 53.518.684/0001-84
www.hsbc.com.br

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

j. Empréstimos e financiamentos

Registrados a valor presente, calculados "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 59º dia de atraso, observada a expectativa do recebimento. Após o 59º dia, o registro é efetuado em juros suspensos (rendas a apropriar) e o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações.

k. Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante compatível com a avaliação de risco de clientes e operações de crédito, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, 4.512/2016 e 4.557/2017, divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

O Banco possui políticas e regras definidas para a classificação de risco de crédito para clientes (*Customer Risk Rating* - CRR). A classificação de risco segundo CRR estende-se a todos os relacionamentos de crédito e é definida através de modelos de risco, aprovados segundo governança apropriada, que atribuem uma probabilidade de inadimplemento ou "*default*" ("PD" ou "*Probability of Default*") da contraparte ou entidade jurídica devedora, mediante aplicação de técnicas e fórmulas estatísticas.

O Bacen determinou, conforme os normativos acima mencionados, que todas as operações de crédito devem ser classificadas em nove níveis de risco (AA a H), de acordo com o período de inadimplência, bem como, por fatores econômicos como fluxo de caixa, endividamento, inadimplências, etc. O Bacen também emitiu requisitos padrões de provisionamento relacionadas a estes níveis de risco, e orientou sobre os efeitos de contaminação (arrasto). Especificamente através da Resolução 4.557/2017 (Artigo 23, incisos VI e VII), o Bacen estabeleceu a necessidade de apuração das Perdas Esperadas ("EL" ou "*Expected Loss*") e resultante constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face a estas na realização dos créditos.

A provisão para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa é constituída mensalmente assim como a revisão da classificação das operações nos níveis de risco Bacen por conta dos prazos de atraso.

l. Outras operações ativas e passivas

As demais operações ativas e passivas estão demonstradas pelo valor principal, acrescido dos rendimentos ou encargos incorridos, se aplicável, calculados "pro rata" dia.

m. Redução ao valor recuperável dos ativos - impairment

Deve ser reconhecida uma perda por *impairment* no resultado do período, quando o valor da contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, devem ser revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

n. Imposto de renda contribuição social

O imposto de renda foi calculado utilizando-se a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% (quando aplicável), e a contribuição social foi calculada à alíquota de 20% sobre o lucro antes do imposto de renda em 2023 e 2024.

O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias estão apresentados nas rubricas "Ajuste a valor de Mercado de Títulos", "Gratificações e Participações no Resultado", "Provisão de Juros Letra Financeira", "Provisão para Devedores Duvidosos", "Provisão de Contingências Fiscais", "Outros", "Prejuízo Fiscal e Bases Negativas de Contribuição Social" e "Ajuste a Valor de Mercado de Instrumentos Derivativos" e refletidas no resultado do período ou, quando aplicável, no patrimônio líquido, observando o disposto no art. 9º da Resolução nº 4.842 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Os créditos tributários foram calculados à alíquota de 25% de imposto de renda e 20% de contribuição social em 2023 e 2024.

Para esses ativos considera-se a expectativa de realização em prazo razoável de tempo, não superior ao permitido pela legislação existente.

o. Depósitos a prazo

As operações pós-fixadas foram registradas "pro rata" dia e as operações pré-fixadas retificadas pela conta de despesas a apropriar até a data do balanço.

p. Outros instrumentos de dívida

Foram registrados pelos valores de emissão, acrescidos das despesas incorridas até a data de balanço.

q. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são divulgados nas demonstrações financeiras.

Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios de natureza trabalhista, fiscal, previdenciária e outros. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões, as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

r. Imobilizado de uso

Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição deduzido das depreciações. As depreciações foram calculadas pelo método linear, aplicando-se as seguintes taxas anuais, que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens: equipamentos de uso, sistemas de comunicação e segurança - 10%; sistemas de processamento de dados - 20%. Os gastos com benfeitorias em imóveis de terceiros estão sendo amortizados de acordo com o prazo do respectivo contrato de aluguel.

s. Intangível

Os ativos intangíveis são amortizados pelo período que representa a melhor expectativa de prazo de geração de benefícios econômicos à entidade e contabilizados em despesas administrativas.

t. Pagamento baseado em ações

O Banco dispõe de pagamento baseado em ações liquidado em dinheiro como forma de remuneração de serviços prestados por colaboradores.

Para os pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro, os serviços adquiridos e passivos incorridos são mensurados ao valor justo do passivo e reconhecidos quando os colaboradores prestam serviço à empresa. Até a liquidação, o valor justo do passivo é reavaliado e mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no resultado.

O valor justo dos prêmios liquidados em dinheiro ao término de cada período é calculado com base no valor de mercado das ações da HSBC Holdings, convertido em reais.

Um cancelamento que ocorre durante o período de aquisição é tratado como uma aceleração da aquisição, sendo reconhecido de imediato no resultado o montante que de outra forma seria reconhecido ao longo do período de carência.

u. Resultados recorrentes e não recorrentes

Os resultados recorrentes são resultados relacionados com as atividades típicas do Banco e previstos para ocorrer com frequência em exercícios futuros.

	2024	2023
Lucro líquido reportado	165.734	130.128
Itens não recorrentes (líquido de efeitos tributários)		
Perda na venda de títulos disponíveis para venda	2.868	-
Lucro recorrente	168.602	130.128

v. Normas com vigências futuras

A partir de 1º de janeiro de 2025, passa a vigorar a Resolução CMN 4.966 de 25 de novembro de 2021 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, tendo como exceção apenas a normativa de contabilidade de hedge o início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. As novas regras de classificação, mensuração e reconhecimento de instrumentos financeiros e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito previstas na Resolução CMN 4.966, foram posteriormente complementadas pela Resolução BCB 352 de 23 de novembro de 2023 que dispõe sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas. A adoção da referida normativa será aplicada prospectivamente e as diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes de sua adoção foram reconhecidas em conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos impactos fiscais. Seguem abaixo os principais impactos estimados pelo Banco:

	Saldo Bruto	Impactos Fiscais	Saldo Líquido
Contratos de câmbio (1)	25.487	(11.469)	14.018
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito (2)	(4.731)	2.129	(2.602)
Garantias financeiras (3)	446	(201)	245
DVA (*Debit valuation adjustment*) (4)	607	(273)	334
Total	**21.809**	**(9.814)**	**11.995**

(1) Impacto da reversão da variação cambial dos contratos de câmbio e do reconhecimento do MTM como instrumentos financeiros derivativos.
(2) Aumento pela adoção de modelo de perda esperada (Res. 4.966) vs modelo de perda incorrida (Res. 2.682).
(3) Ajuste para reconhecer apenas o excesso de provisão sobre receitas diferidas de contratos de garantia financeira.
(4) Ajuste de risco de crédito próprio reconhecido em Outros Resultados Abrangentes conforme regulamentação.

Também a partir de 1º de janeiro de 2025 passa a vigorar a Resolução CMN nº 4.975 de 16 de dezembro de 2021 que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O Banco HSBC S.A. adotará de forma prospectiva a referida norma, conforme § 5º da Resolução para os contratos a serem celebrados a partir de janeiro de 2025.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024 Circulante Até 3 meses	2024 Circulante De 3 meses a 1 ano	2024 Não Circulante Acima de 1 ano	2024 Total	2023 Total
Disponibilidades	83.331	-	-	83.331	24.982
Aplicações no mercado - Posição bancada	1.493.229	-	-	1.493.229	578.560
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.312	282.146	281.391	566.849	93.379
Aplicações em moeda estrangeira	306.020	-	-	306.020	168.369
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	5.995	-	-	5.995	(315)
Total	**1.891.887**	**282.146**	**281.391**	**2.455.424**	**864.975**

5. Ativos financeiros para negociação

	2024 Circulante Menos de 1 ano	2024 Não circulante De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado	Valor de custo atualizado	Resultado receita/ (despesa)	2023 Valor de mercado	2023 Resultado receita/ (despesa)
Letras do tesouro nacional	746.438	316.022	118.573	3.052	1.184.085	1.205.593	(21.508)	1.130.917	7.968
Notas do tesouro nacional - série F	7.619	10.909	8.363	148.704	175.595	182.511	(6.916)	245.046	2.802
Total	**754.057**	**326.931**	**126.936**	**151.756**	**1.359.680**	**1.388.104**	**(28.424)**	**1.375.963**	**10.770**

6. Ativos financeiros disponíveis para a venda

	2024 Circulante Menos de 1 ano	2024 Não circulante De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor de mercado	Valor de custo atualizado	Efeito no patrimônio líquido	2023 Valor de mercado	2023 Efeito no patrimônio líquido
Letras do tesouro nacional	-	224.211	128.586	352.797	389.028	(36.231)	829.514	3.654
Letras financeiras do tesouro	316.357	-	-	316.357	316.392	(35)	-	-
Total	**316.357**	**224.211**	**128.586**	**669.154**	**705.420**	**(36.266)**	**829.514**	**3.654**
Efeitos tributários						16.318		(1.645)
Total						**(19.948)**		**2.009**

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data de balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores serão estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definição de preços, modelos de cotações ou cotação de preços para instrumentos com características semelhantes.

7. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

	2024 Circulante Menos de 1 ano	2024 Não circulante De 1 a 3 anos	Acima de 5 anos	Valor de custo atualizado	Provisão para desvalorização	Valor líquido	2023 Valor de custo atualizado	2023 Provisão para desvalorização
Letras do tesouro nacional	145.444	427.675	-	573.119	-	573.119	305.645	-
Nota comercial	289.491	896.426	-	1.185.917	(9.151)	1.176.766	255.652	(1.278)
Cédula de produto rural	163.788	11.382	-	175.170	(876)	174.294	74.411	(560)
Total	**598.723**	**1.335.483**	**-**	**1.934.206**	**(10.027)**	**1.924.179**	**635.708**	**(1.838)**

8. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados a atender as necessidades de seus clientes.

O gerenciamento dos riscos envolvidos nessas operações é realizado através do estabelecimento de políticas operacionais, determinação de limites e do monitoramento constante das posições assumidas, as quais foram valorizadas com base nas taxas médias divulgadas por fontes independentes como a B3, Reuters e Bloomberg.

Derivativos são instrumentos financeiros que derivam o seu valor a partir do preço de itens subjacentes, tais como ações, taxas de juros, taxas de câmbio, mercadorias e índices. Derivativos permitem aos usuários aumentar, reduzir ou alterar sua exposição a riscos. Derivativos são mensurados ao valor justo e demonstrados no balanço patrimonial separando-se os totais de ativos e passivos.

A carteira de instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estava apresentada como segue:

	Ativo 2024 Circulante	Ativo 2024 Não circulante	Ativo 2024 Total	Ativo 2023 Total	Passivo 2024 Circulante	Passivo 2024 Não circulante	Passivo 2024 Total	Passivo 2023 Total
Swaps	133.739	311.005	444.744	918.261	229.192	234.444	463.636	115.076
NDF	1.237.929	202.653	1.440.582	527.824	765.533	219.014	984.547	747.643
A termo	11.249	-	11.249	30.911	11.249	-	11.249	30.889
Futuros	29.695	-	29.695	38.305	20.660	-	20.660	28.103
Total	**1.412.612**	**513.658**	**1.926.270**	**1.515.301**	**1.026.634**	**453.458**	**1.480.092**	**921.711**

A margem dada em garantia das operações de instrumentos financeiros derivativos na *clearing* de derivativos é composta por títulos públicos federais no montante de R$ 667.924 em 2024 (R$ 498.690 em 2023).

	2024 Valor de referência	Valor a receber/(pagar) Circulante Até 3 meses	Circulante De 3 meses a 1 ano	Não Circulante Superior a 1 ano	Valor de mercado	Valor do custo atualizado	Ajuste a valor de mercado Efeito no resultado	2023 Valor de mercado
Swaps								
Posição ativa								
DI	2.111.000	-	22.878	97.409	120.287	90.922	29.365	749.162
Pré	648.028	30.071	22.785	-	52.856	53.723	(867)	164.456
USD	1.058.650	-	58.005	213.596	271.601	160.015	111.586	4.643
Posição passiva								
DI	4.019.529	(65.208)	(118.630)	(190.106)	(373.944)	(467.544)	93.600	(72.869)
Pré	2.196.203	(1.697)	(43.657)	(44.338)	(89.692)	(74.390)	(15.302)	(28.275)
USD	-	-	-	-	-	-	-	(13.932)
NDF								
Posição ativa								
USD	17.074.502	496.412	684.143	200.703	1.381.258	1.328.443	52.815	340.157
EUR	508.460	22.404	16.681	554	39.639	36.364	3.275	80.964
GBP	15.832	22	1.139	1.396	2.557	2.145	412	130
CNY	146.786	11.571	5.557	-	17.128	17.139	(11)	106.573
Posição passiva								
USD	11.710.446	(298.851)	(418.243)	(203.338)	(920.432)	(861.962)	(58.470)	(491.845)
EUR	592.406	(15.210)	(6.261)	(11.100)	(32.571)	(34.753)	2.182	(103.253)
GBP	142.068	(1.260)	(16.261)	(4.576)	(22.097)	(11.975)	(10.122)	(376)
CNY	93.274	(7.085)	(2.362)	-	(9.447)	(14.155)	4.708	(152.169)
Contratos a termo de TVM								
Compromisso de compra	11.249	11.249	-	-	11.249	11.249	-	1.722
Compromisso de venda	-	-	-	-	-	-	-	29.189
Futuros								
Posição ativa								
DI								
Compra	4.807.536	197	-	-	197	-	197	22.710
Venda	8.574.795	23.876	-	-	23.876	-	23.876	1.907
USD								
Compra	3.014.990	5.622	-	-	5.622	-	5.622	13.688
Venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição passiva								
DI								
Compra	5.466.541	(19.863)	-	-	(19.863)	-	(19.863)	(888)
Venda	122.828	(15)	-	-	(15)	-	(15)	(14.085)
USD								
Compra	682.612	(782)	-	-	(782)	-	(782)	-
Venda	-	-	-	-	-	-	-	(13.130)

Instrumentos financeiros derivativos por contraparte

Descrição	Valor de referência 2024 Clientes	2024 Instituições financeiras	2024 Total	2023 Total
Swaps	7.200.414	2.832.996	10.033.410	10.575.111
NDFs	30.281.774	-	30.281.774	24.660.576
Contratos a termo	-	11.249	11.249	30.911
Contratos de futuros (*)	-	26.669.302	26.669.302	23.251.569
Total	**37.482.188**	**29.513.547**	**66.995.735**	**58.518.167**

(*) Referem-se às operações que tenham como contraparte a B3.

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR



Banco HSBC S.A.

Av. Juscelino Kubitschek, 1.909, 19º Andar - Torre Norte - São Paulo
CNPJ Nº 53.518.684/0001-84
www.hsbc.com.br

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

Instrumentos financeiros derivativos por mercado de negociação

	Valor de referência 2024 Bolsa	Balcão	Total	2023 Total
Descrição				
Swaps	-	10.033.410	10.033.410	10.575.111
NDFs	-	30.281.774	30.281.774	24.660.576
Contratos a termo	-	11.249	11.249	30.911
Contratos de futuros	26.669.302	-	26.669.302	23.251.569
Total	**26.669.302**	**40.326.433**	**66.995.735**	**58.518.167**

9. Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo:

	Técnicas de avaliação: Preço cotado em mercado ativo Nível 1	Com dados observáveis Nível 2	Total
Em 31 de dezembro de 2024			
Ativos			
Ativos financeiros para negociação	1.359.680	-	1.359.680
Instrumentos financeiros derivativos	40.944	1.885.326	1.926.270
Ativos financeiros disponíveis para venda	669.154	-	669.154
– Títulos públicos	669.154	-	669.154
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos	31.909	1.448.183	1.480.092
Posição vendida de títulos públicos	46.803	-	46.803

	Técnicas de avaliação: Preço cotado em mercado ativo Nível 1	Com dados observáveis Nível 2	Total
Em 31 de dezembro de 2023			
Ativos			
Ativos financeiros para negociação	1.375.963	-	1.375.963
Instrumentos financeiros derivativos	69.216	1.446.085	1.515.301
Ativos financeiros disponíveis para venda	829.514	-	829.514
– Títulos públicos	829.514	-	829.514
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos	58.992	862.719	921.711
Posição vendida de títulos públicos	260.654	-	260.654

Em 2024 e 2023 não houve transferências entre os níveis 1 e 2 de valor justo.

10. Valor justo dos instrumentos financeiros não contabilizados ao valor justo

	2024 Valor contábil	Valor justo
Ativos		
Saldos com bancos	83.331	83.331
Aplicações em moedas estrangeiras	312.015	312.015
Aplicações em depósitos interfinanceiros	566.849	566.849
Operações de compra com compromisso de revenda	1.493.229	1.493.379
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.924.179	1.964.005
Empréstimos e financiamentos	4.022.351	3.900.135
Empréstimos	267.103	239.950
Financiamentos à exportação	1.634.744	1.481.515
Financiamentos em moedas estrangeiras	19.923	19.923
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (1)	1.065.697	1.123.177
Títulos e créditos a receber com características de crédito (2)	1.034.552	1.035.238
Cartão de crédito - compra à vista (2)	332	332
Outros ativos financeiros	37.273	37.273
Passivos		
Depósitos à vista	779.850	779.850
Depósitos a prazo	3.576.639	3.466.303
Outros instrumentos de dívida	2.702.265	2.762.469
Obrigações por empréstimos	2.668.728	2.614.460

(1) Saldo reportado como redutor do passivo na linha de Contratos de Câmbio e pelo Rendas a receber.
(2) Reportado em Outros Ativos no Balanço Patrimonial.

	2023 Valor contábil	Valor justo
Ativos		
Saldos com bancos	24.982	24.982
Aplicações em moedas estrangeiras	168.054	168.054
Aplicações em depósitos interfinanceiros	93.379	93.359
Operações de compra com compromisso de revenda	578.560	578.431
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	633.870	650.185
Empréstimos e financiamentos	2.979.578	3.034.514
Empréstimos	261.866	269.727
Financiamentos à exportação	390.662	403.562
Financiamentos em moedas estrangeiras	22.697	22.697
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (3)	548.826	501.034
Títulos e créditos a receber com características de crédito (4)	1.755.527	1.837.494
Outros ativos financeiros	30.730	30.730
Passivos		
Depósitos à vista	451.944	451.944
Depósitos a prazo	3.128.351	3.087.662
Outros instrumentos de dívida	1.343.162	1.412.176
Obrigações por empréstimos	869.455	847.779

(3) Saldo reportado como redutor do passivo na linha de Contratos de Câmbio e pelo Rendas a receber.
(4) Reportado em Outros Ativos no Balanço Patrimonial.

11. Empréstimos e financiamentos

a. Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento

Vencimento em dias	2024 Parcelas vincendas Circulante 0-90	91-365	Não circulante Acima de 365	Total	2023 Total
Operações de crédito					
Empréstimos	66.479	92.558	108.066	267.103	261.866
Financiamentos à exportação	-	837.931	796.813	1.634.744	390.662
Financiamentos em moedas estrangeiras	17.923	2.000	-	19.923	22.697
Total	**84.402**	**932.489**	**904.879**	**1.921.770**	**675.225**
Outros créditos					
Adiantamento sobre contrato de câmbio (1)	237.966	776.777	50.954	1.065.697	548.826
Títulos e créditos a receber com características de crédito (2)	1.032.465	2.087	-	1.034.552	1.755.527
Cartão de crédito - compra à vista (2)	332	-	-	332	-
Total	**1.355.165**	**1.711.353**	**955.833**	**4.022.351**	**2.979.578**

(1) Saldo composto pelo valor do adiantamento sobre contrato de câmbio reportado como saldo redutor do passivo na linha de Contratos de Câmbio e pelo Rendas a receber.
(2) Reportado em Outros Ativos no Balanço Patrimonial.

b. Composição da carteira de crédito, câmbio e de outros créditos por faixa e nível de risco

Níveis de risco	2024 Parcelas a vencer	Parcelas com atraso inferior a 15 dias	Parcelas com atraso igual ou superior a 15 dias	Total	Provisão	2023 Total	Provisão
Nível AA	809.332	-	-	**809.332**	(999)	**619.575**	(2.294)
Nível A	2.535.111	-	-	**2.535.111**	(13.122)	**2.297.881**	(12.333)
Nível B	671.288	-	-	**671.288**	(7.094)	**47.202**	(541)
Nível C	45	-	-	**45**	(1)	-	-
Nível D	6.575	-	-	**6.575**	(658)	**14.920**	(1.492)
Total	**4.022.351**	-	-	**4.022.351**	(21.874)	**2.979.578**	(16.660)

c. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	**16.660**	**16.303**
Constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa	10.138	3.177
Reversão da provisão para crédito de liquidação duvidosa	(4.92?)	(2.82?)
Saldo final do exercício	**21.874**	**16.660**

12. Contratos de câmbio

	2024	2023
Câmbio comprado a liquidar	6.173.345	9.275.051
Direitos sobre venda de câmbio	4.570.111	9.051.132
Rendas a receber adiantamento sobre contrato de câmbio	19.047	21.535
Total	**10.762.503**	**18.347.718**
Circulante	5.934.434	12.882.523
Não circulante	4.828.069	5.465.195
Obrigações por compra de câmbio	5.556.390	9.734.030
Câmbio vendido a liquidar	5.345.272	8.658.843
Adiantamento sobre contrato de câmbio	(1.046.650)	(527.291)
Total	**9.855.012**	**17.865.582**
Circulante	4.842.920	12.212.637
Não circulante	5.012.092	5.652.945

13. Outros ativos e outros passivos

A composição dos saldos de outros ativos e outros passivos está demonstrada a seguir:

	2024 Circulante	Não circulante	2023 Circulante	Não circulante
Outros ativos				
Adiantamento e antecipação salarial	137	-	464	-
Depósitos no Banco Central do Brasil	440.614	-	203.423	-
Cessão de recebíveis sem coobrigação (1)	1.034.552	-	1.755.527	-
Devedores por depósitos em garantia (2)	-	17.893	-	14.984
Valores a receber de sociedades ligadas (3)	19.380	-	15.746	-
Valores a receber de clientes	5.040	-	-	-
Outros	9.628	1.250	2.123	10.072
Total	**1.509.351**	**19.143**	**1.977.283**	**25.056**
Outros passivos				
Provisão para pagamentos a efetuar (4)	80.882	16.095	67.421	11.640
Itens pendentes de liquidação	25.200	-	-	-
Valor a pagar a sociedades ligadas (5)	11.302	-	5.833	-
Impostos e contribuições a recolher	15.408	-	16.619	-
Operações do exterior a cumprir	9.442	-	153.469	-
Provisão para garantias financeiras prestadas (nota 13a)	-	1.539	-	2.611
Outros	20.048	6.528	18.085	8.708
Total	**162.282**	**24.162**	**261.427**	**22.959**

(1) Recebíveis comerciais e de bancos emissores de cartão adquiridos através de operações de Receivables Finance e Adiantamento a fornecedores, sendo a sua maioria com prazo de vencimento até 3 meses.
(2) O Banco mantém valores depositados em juízo, determinados por diversas instâncias judiciais, aguardando a decisão definitiva desses processos. Este montante é composto, materialmente, por processos fiscais de CIDE, cujas provisões estão apresentadas na nota explicativa 27.
(3) Composto por serviços prestados às empresas do Grupo HSBC no exterior, incluindo serviços de estruturação e originação de operações, dentre outros.
(4) Referem-se principalmente a provisões para despesas de pessoal, incluindo encargos.
(5) Valores a pagar de serviços de desenvolvimento de sistemas e infraestrutura tecnológica fornecidos por empresas do Grupo HSBC.

a. Garantias financeiras prestadas

A Resolução CMN nº 4.512 de 28 de julho de 2016 estabelece procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma. As perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão deve ser suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e são avaliadas periodicamente.

Tipos de Garantia	2024 Valor contratado	Provisão	2023 Valor contratado	Provisão
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	528.113	526	506.299	1.485
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	40.657	86	37.833	219
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	456	8	461	7
Outras Garantias Financeiras Prestadas	383.628	919	325.396	900
Total	**952.854**	**1.539**	**869.989**	**2.611**

14. Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é composto por:

2024	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	21.600	(15.861)	5.739
Sistemas de segurança e comunicações	10%	847	(525)	322
Sistemas de processamento de dados	20%	7.224	(4.352)	2.872
Imobilizações em curso	-	-	-	-
Total		**29.671**	**(20.738)**	**8.933**

2023	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	20.885	(13.909)	6.976
Sistemas de segurança e comunicações	10%	772	(484)	288
Sistemas de processamento de dados	20%	7.910	(4.341)	3.569
Imobilizações em curso	-	300	-	300
Total		**29.867**	**(18.734)**	**11.133**

15. Intangível

a) Os ativos intangíveis são compostos por:

	Taxa anual	2024 Custo	Amortização	Valor residual	2023 Valor residual
Softwares adquiridos de terceiros	20%	143.135	(71.394)	71.741	70.492

b) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

2024	Saldo em 31/12/2023	Aquisições	Baixas	Amortizações no período	Impairment	Saldo em 31/12/2024
Softwares adquiridos de terceiros	70.492	25.455	(548)	(23.257)	(401)	71.741

2023	Saldo em 31/12/2022	Aquisições	Baixas	Amortizações no período	Impairment	Saldo em 31/12/2023
Softwares adquiridos de terceiros	81.488	17.476	-	(22.235)	(6.237)	70.492

16. Depósitos e Outros instrumentos de dívida

	2024 Vencimentos Circulante Sem vencimento	Até 1 ano	Não circulante Acima de 1 ano	Total	2023 Total
Depósitos à vista	779.850	-	-	779.850	451.944
Certificados de depósito bancário	-	3.121.927	454.712	3.576.639	3.128.351
Operações compromissadas - livre movimentação	-	46.803	-	46.803	260.654
Letras Financeiras (LF) (nota 16a)	-	565.823	2.136.442	2.702.265	1.343.162
Total	**779.850**	**3.734.553**	**2.591.154**	**7.105.557**	**5.184.111**

a. Letras Financeiras

	Vencimento	2024 Total	2023 Total
Letras Financeiras (LF)	30/09/2024	-	98.994
Letras Financeiras (LF)	04/10/2024	-	147.316
Letras Financeiras (LF)	17/10/2025	171.685	153.726
Letras Financeiras (LF)	01/12/2025	225.470	202.047
Letras Financeiras (LF)	29/12/2025	168.668	151.176
Letras Financeiras (LF)	09/02/2026	165.520	-
Letras Financeiras (LF)	08/05/2026	214.597	-
Letras Financeiras (LF)	11/05/2026	16.069	-
Letras Financeiras (LF)	11/05/2026	53.572	-
Letras Financeiras (LF)	11/05/2026	53.575	-
Letras Financeiras (LF)	28/05/2026	53.285	-
Letras Financeiras (LF)	26/06/2026	79.298	-
Letras Financeiras (LF)	29/06/2026	82.403	-
Letras Financeiras (LF)	20/08/2026	52.013	-
Letras Financeiras (LF)	31/08/2026	51.857	-
Letras Financeiras (LF)	08/10/2026	102.524	-
Letras Financeiras (LF)	07/12/2026	256.320	-
Letras Financeiras (LF)	26/04/2027	101.942	-
Letras Financeiras (LF)	03/05/2027	40.695	-
Letras Financeiras (LF)	05/05/2027	203.390	-
Letras Financeiras (LF)	16/11/2027	50.676	-
Letras Financeiras (LF) - AT1	Perpétua	558.706	589.903
Total		**2.702.265**	**1.343.162**

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR



Banco HSBC S.A.

Av. Juscelino Kubitschek, 1.909, 19º Andar - Torre Norte - São Paulo
CNPJ Nº 53.518.684/0001-84
www.hsbc.com.br

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

Em 22 de março de 2023 foi realizada emissão de letra financeira perpétua elegível a Capital Adicional Nível 1 (AT1), no valor de R$524.670 e com remuneração pós-fixada de CDI + 3% a.a. Essa emissão refere-se a dívida subordinada perpétua, não conversível, com opção de recompra pelo Banco HSBC a partir de 5 anos, com características de *write-off* acionadas por níveis definidos de índices de capital nas regras locais de Capital, com pagamentos de cupom sujeitos à geração de resultados positivos pelo Banco e/ou conforme critério de órgãos reguladores. Essa captação é destinada a composição do Capital Adicional Nível 1 (Capital Complementar) do Banco, nos termos da Resolução CMN nº 4.955 e dos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 5.007, os recursos oriundos da emissão tem como principal objetivo o aumento do limite de exposições concentradas possibilitando melhor atendimento aos clientes alvo do Banco HSBC S.A. e poderão ser utilizados também para fins corporativos gerais, desde que observadas as normas prudenciais estabelecidas pelo CMN e pelo BCB.

Esse instrumento foi adquirido pela entidade HSBC Latin America Holdings (UK) Limited e externalizado ao mercado através de uma estrutura envolvendo HSBC Holdings plc.

17. Obrigações por empréstimos

	2024			2023
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Empréstimos no Exterior - Exportação - ligadas	1.118.201	54.136	1.172.337	572.556
Empréstimos no Exterior - Importação - ligadas	19.923	-	19.923	22.697
Empréstimos no Exterior - Importação - terceiros	-	-	-	-
Obrigações por repasses do Exterior - ligadas	682.611	793.857	1.476.468	274.202
Total	**1.820.735**	**847.993**	**2.668.728**	**869.455**

18. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros vigentes nas datas das operações. As principais contrapartes dos saldos apresentados no quadro abaixo estão referenciadas na tabela seguinte:

	Maior saldo do período	Saldo em 2024	Maior saldo do período	Saldo em 2023
Ativos				
Disponibilidades (1) (2) (16)	295.179	81.628	546.851	24.881
Aplicações em moeda estrangeira (1) (6)	752.334	312.015	428.728	168.054
Carteira de câmbio (1) (2)	15.935.482	8.333.798	25.590.009	17.637.385
Valores a receber de sociedades ligadas (1) (2) (9) (11)	38.803	19.380	26.387	15.746
Total	**17.021.798**	**8.746.821**	**26.591.975**	**17.846.066**
Passivos				
Depósitos à vista (4)	509	494	378	46
Depósitos a prazo (4)	7.411	7.184	13.043	13.043
Empréstimos no Exterior (5) (16)	1.499.463	1.192.259	610.525	595.252
Carteira de câmbio (1) (2)	16.010.813	8.602.119	25.765.571	17.684.125
Obrigações por repasses no exterior (5) (7)	1.476.468	1.476.468	636.451	274.202
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares (3)	629.853	558.706	589.903	589.903
Valores a pagar a sociedades ligadas (7) (10) (11) (12) (14) (17)	13.281	11.302	18.552	5.833
Total	**19.637.798**	**11.848.532**	**27.634.423**	**19.162.404**

	2024	2023
Receitas		
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (1) (2)	87.309	1.537
Resultado de Operações de Câmbio (1) (2)	48.341	-
Receitas de Prestação de Serviços (1) (2) (6) (11) (15)	81.207	57.290
Operações de Empréstimos e Repasses (1) (5) (6) (7)	-	39.479
Outras Receitas Operacionais (8) (10)	406	2.555
Total	**217.263**	**101.261**
Despesas		
Despesas de captação (3) (4)	(77.378)	(66.746)
Operações de Empréstimos e Repasses (1) (5) (6) (7) (18)	(574.617)	-
Resultado de Operações de Câmbio (1) (2)	-	(112.325)
Outras Despesas Administrativas - Processamento de dados (5) (7) (10) (12)	(35.039)	(11.938)
Total	**(687.034)**	**(191.009)**

A lista das principais entidades consideradas partes relacionadas com as quais o Banco transacionou estão listadas abaixo:

(1)	HSBC USA Inc
(2)	HSBC Bank plc UK Ops
(3)	HSBC Latin America Holdings
(4)	HSBC Brasil Holding S.A.
(5)	HBAP Hong Kong
(6)	HSBC Bank Bermuda Ltd - Bermuda
(7)	HSBC Bank Mexico
(8)	HSBC Technology Services (USA) Inc
(9)	HSBC Markets (USA) Inc
(10)	HSBC Global Services (UK) Limited
(11)	HSBC Group Management Services Limited
(12)	HSBC Software Dev (Guangdong) Ltd
(13)	HSBC Bank (Taiwan) Limited
(14)	HSBC Software Develop (India) Pvte Ltd
(15)	HSBC Bank (Singapore) Limited
(16)	HSBC Continental Europe
(17)	Electronic Data Process Mexico S.A. de C.V
(18)	HSBC Bank Malta plc

O Banco tem o seguinte acionista:

	% Participação	
	2024	2023
HSBC Brasil Holding S.A.	100	100
Total	**100**	**100**

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração estão apresentados abaixo:

	2024	2023
Benefícios de curto prazo (*)	14.710	13.556
Benefícios pós-emprego - contribuição definida	745	629
Remuneração baseada em ações (Nota 22)	5.251	5.990
Total	**20.706**	**20.175**

(*) Os benefícios de curto prazo são compostos pela remuneração fixa do período, bem como pela remuneração variável, provisionada no ano base e paga no ano corrente.

19. Capital social, reservas e dividendos

O capital social em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 1.038.778 (em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 972.478), representado por 935.148.730 ações ordinárias e nominativas (906.999.795 ações em 31 de dezembro de 2023), sem valor nominal.

Em 18 de dezembro de 2024 foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária o aumento do capital social do Banco HSBC S.A. totalmente subscrito e integralizado no valor de R$ 66.300, mediante a emissão de 28.148.935 nova ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O referido aumento ocorreu mediante a capitalização de créditos detidos pela acionista relativos a juros sobre capital próprio declarados na mesma data. O aumento ora aprovado em assembléia está sujeito à homologação pelo Banco Central do Brasil.

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, tanto sob a forma de dividendos quanto de juros sobre capital próprio, correspondente a 25% do Lucro líquido do período, deduzido da Reserva legal (Lucro líquido ajustado).

Também em Assembléia Geral Extraordinária realizada dia 18 de dezembro de 2024, foi aprovada a distribuição de R$ 78.000 a título de juros sobre capital próprio em razão de variação pro rata die da taxa de juros de longo prazo (TJLP) sobre as contas de patrimônio líquido da Companhia do ano-calendário de 2024, sendo o valor líquido imputado ao dividendo obrigatório. Esse valor representa uma distribuição de 50% do lucro líquido ajustado no montante de R$0,08 por ação.

Em 31 de dezembro de 2024, do lucro líquido de R$ 165.734 foram destinados R$ 8.286 para Reserva Legal e o saldo remanescente de R$ 157.448 para Reserva Estatutária.

Em 31 de dezembro de 2023, do lucro líquido de R$ 130.128 foram destinados R$ 6.506 para Reserva Legal e o saldo remanescente de R$ 123.622 para Reserva Estatutária.

A Reserva Estatutária visa à manutenção da margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco.

20. Receita de prestação de serviços e comissões

	2024	2023
Serviços prestados a ligadas (*)	81.207	57.290
Comissão por assessoria financeira	31.364	2.767
Rendas de garantias prestadas	12.867	11.151
Outras	7.171	2.841
Total	**132.609**	**74.049**

(*) Corresponde à prestação de serviços a empresas do Grupo HSBC localizadas em outros países, tais como atividades de suporte de crédito, assessoria financeira e serviços de originação, estruturação, execução e administração de produtos da carteira de atacado. O maior saldo corresponde a serviços prestados ao HSBC USA Inc. no montante de R$ 30.790 (R$ 25.842 em 2023). Vide nota 18.

21. Despesas de pessoal

	2024	2023
Despesas de pessoal - proventos	(88.678)	(82.009)
Despesas de pessoal - encargos sociais	(45.492)	(39.195)
Despesas de pessoal - benefícios	(15.224)	(13.609)
Despesas de pessoal - treinamento	(372)	(333)
Despesas de remuneração de estagiários	(1.526)	(1.164)
Total	**(151.292)**	**(136.310)**

22. Pagamento baseado em ações

Em 2024 foi reconhecido R$ 13.797 (R$ 8.399 em 2023) em Despesa de Pessoal no Banco em relação às transações de pagamentos baseados em ações. Essa despesa, mensurada com base no valor justo das transações de pagamentos baseados em ações, decorre de acordos celebrados com certos colaboradores do Banco em conformidade com a estrutura de remuneração da empresa. Os prêmios em ações são concedidos com base nas ações do HSBC Holdings plc.

Cálculo do valor justo

O valor justo dos prêmios ao término de cada período é calculado com base no valor de mercado das ações da HSBC Holdings, convertido em reais.

Prêmios em ações para situações restritas

Prêmios em ações para situações restritas são concedidos para empregados com base em desempenho, potencial e necessidade de retenção, em recrutamentos ou como parte diferida do bônus anual. Os prêmios são concedidos em linha com o desempenho financeiro do Grupo HSBC e geralmente tornam-se em direito entre um e quatro anos contados da data da concessão, considerando-se que os titulares estiveram empregados no Grupo HSBC no período. O diferimento da remuneração variável segue o requerido pela Resolução CMN nº 3.921/2010.

	2024	2023
	Quantidade de ações	Quantidade de ações
Em 1 de janeiro	**285.491**	**286.013**
Concedidas no período	197.496	142.578
Liberadas no período	(137.902)	(160.330)
Transferências/baixadas no período	(9.469)	17.230
Em 31 de dezembro	**335.616**	**285.491**

A média ponderada do valor justo dos prêmios baseados em ações, concedidos pelo Banco em 2024 foi de R$ 60,93 (R$ 39,32 em 2023).

O passivo constituído em 2024 referente às transações de pagamentos baseados em ações foi de R$ 20.426 (R$ 12.646 em 2023).

23. Outras despesas administrativas

A composição de outras despesas administrativas está demonstrada conforme segue:

	2024	2023
Processamento de dados	(39.471)	(19.686)
Serviços do sistema financeiro	(28.256)	(26.639)
Serviços técnicos especializados	(7.807)	(9.640)
Serviços de terceiros	(13.948)	(7.193)
Aluguel do escritório	(7.256)	(6.992)
Despesa de depreciação e amortização	(27.028)	(25.412)
Despesas com viagens	(1.504)	(1.497)
Manutenção de hardware	(2.312)	(2.526)
Manutenção predial	(2.407)	(1.802)
Condomínio	(1.690)	(1.643)
Prêmio de seguros	(1.038)	(1.140)
Despesas de comunicações	(2.123)	(1.438)
Contribuições a associações e sindicatos	(739)	(724)
Impairment de ativos intangíveis	(401)	(6.237)
Outras	(4.663)	(3.386)
Total	**(140.643)**	**(115.955)**

24. Despesas Tributárias

A composição das despesas tributárias está demonstrada conforme segue:

	2024	2023
Despesas de contribuição ao COFINS	(22.448)	(21.294)
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	(3.763)	(3.541)
Outras despesas tributárias	(3.735)	(3.011)
Total	**(29.946)**	**(27.846)**

25. Outras receitas e despesas operacionais

A composição de outras receitas e outras despesas operacionais está demonstrada da seguinte forma:

	2024	2023
Outras receitas		
Recuperação de despesas de tecnologia - ligadas	433	1.982
Recuperação de encargos e despesas	57	1.200
Atualização monetária de depósitos judiciais	1.171	1.189
Variação monetária sobre impostos	262	1.359
Outras	664	363
Total	**2.587**	**6.093**
Outras despesas		
Constituição de contingências	(4.570)	-
Despesa com rebates	(4.538)	(1.127)
Perda operacional	(37)	(29)
Despesa com comissão	(50)	(23)
Atualização monetária sobre contingências	(337)	(1.427)
Outras	(827)	(124)
Total	**(10.359)**	**(2.730)**

26. Imposto de renda e contribuição social

a. Os ativos fiscais correntes e diferidos do período

	2024		2023	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda a compensar e recuperar	316	-	376	-
Créditos tributários (Nota 26e)	-	119.451	-	92.532
Total	**316**	**119.451**	**376**	**92.532**

b. As obrigações fiscais correntes e diferidas do período

	2024		2023	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Provisão para tributos diferidos (Nota 26e)	-	74.993	-	43.195
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	8.455	-	24.337	-
Total	**8.455**	**74.993**	**24.337**	**43.195**

c. Encargos devidos sobre as operações do período

	2024	2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social (após participações no lucro)	**222.264**	**188.636**
Imposto de renda e contribuição social (*)	**(100.016)**	**(84.886)**
Adições e exclusões permanentes	39.389	25.920
Incentivos Fiscais e adicional de Imposto de Renda	912	764
Impostos de anos anteriores	3.188	(306)
Imposto de renda e contribuição social devidos sobre o resultado do exercício	**(56.530)**	**(58.508)**

(*) O imposto de renda foi calculado utilizando-se a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% (quando aplicável), e a contribuição social foi calculada em 2024 à alíquota de 20% sobre o lucro antes do imposto de renda.

Os créditos tributários foram calculados à alíquota de 25% de imposto de renda e 20% de contribuição social em 2023 e 2024.

d. Composição da conta de despesas com imposto de renda e contribuição social

	2024	2023
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(33.686)	(37.282)
Impostos diferidos		
Constituição/realização no exercício, sobre adições e exclusões temporárias	(27.483)	(21.226)
Constituição/utilização no exercício, de saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	4.639	-
Total	**(56.530)**	**(58.508)**

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE

Eufrázio

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

HSBC

Banco HSBC S.A.

Av. Juscelino Kubitschek, 1.909, 19º Andar - Torre Norte - São Paulo
CNPJ Nº 53.518.684/0001-84
www.hsbc.com.br

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

e. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2023	Constituição	Realização	2024
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo				
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	-	16.320	-	16.320
Gratificações e participações no resultado	30.856	33.248	(25.870)	38.234
Provisão de Juros Letra Financeira	29.355	15.316	(29.355)	15.316
Provisão para devedores duvidosos	9.794	15.343	(9.794)	15.343
Provisão para contingências fiscais	5.420	2.073	(207)	7.286
Outros	2.561	7.766	(2.561)	7.766
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**77.986**	**90.066**	**(67.787)**	**100.265**
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	14.546	20.420	(15.780)	19.186
Total dos créditos tributários ativos	**92.532**	**110.486**	**(83.567)**	**119.451**
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo				
Ajuste a valor de mercado de títulos	(1.647)	1.647	-	-
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(41.548)	(33.445)	-	(74.993)
Total de provisão de tributos diferidos	**(43.195)**	**(31.798)**	-	**(74.993)**
Créditos tributários líquidos	**49.337**	**78.688**	**(83.567)**	**44.458**

Em abril de 2024 houve uma reclassificação no valor de R$19.458 de imposto de renda e contribuição social diferido relativo ao ajuste a valor de mercado de instrumentos derivativos para o saldo de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, devido a retificação da declaração de imposto de renda e contribuição social de anos anteriores.

f. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	2024						2023
	Diferenças temporárias		Prejuízo Fiscal e Base Negativa				
Ano	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Valor Presente	Total
2024	-	-	-	-	-	-	79.288
2025	31.578	25.262	740	742	58.322	50.532	5.719
2026	14.397	11.518	2.029	1.778	29.722	22.152	2.020
2027	4.941	3.953	3.296	2.799	14.989	9.653	405
2028	441	352	4.682	3.119	8.594	4.810	1.698
2029	1.017	814	-	-	1.831	892	61
2030	23	19	-	-	42	18	-
2031	23	19	-	-	42	16	3.341
2032	2.878	2.302	-	-	5.180	1.681	-
2033	-	-	-	-	-	-	-
2034	405	324	-	-	729	181	-
Total	**55.703**	**44.563**	**10.747**	**8.438**	**119.451**	**89.935**	**92.532**

O valor presente dos créditos tributários, considerando a expectativa da taxa pré-fixada em Reais, de 15,93% à 14,97% a.a., líquida dos efeitos tributários, é de R$ 89.935.

g. Créditos tributários não ativados

O Banco HSBC S.A. não possuía créditos tributários não reconhecidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

27. Passivos contingentes e obrigações legais

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões fiscais, cíveis e trabalhistas.

a. Composição das provisões

Contingências fiscais: são constituídas a partir de seus valores médios ou da avaliação individual dos riscos, apurados por consultores jurídicos internos e externos, sendo representadas principalmente por processos judiciais e administrativos envolvendo tributos federais, estaduais e municipais.

Contingências trabalhistas: processos específicos de ex-colaboradores, considerando os riscos estimados como prováveis, com ações judiciais efetivas, requerendo pagamento de horas extras, equiparação salarial e outros.

As provisões para contingências estão representadas por:

	2024	2023
Trabalhistas	510	-
Fiscais	17.943	13.740
Total	**18.453**	**13.740**

b. Movimentação das provisões

	2024					
	Saldo em 31/12/2023	Adições	Utilizações	Reversões	Reclassificações	Saldo em 31/12/2024
Trabalhistas	-	510	-	-	-	510
Fiscais	13.740	4.274	-	(71)	-	17.943
Total	**13.740**	**4.784**	-	**(71)**	-	**18.453**

	2023					
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Utilizações	Reversões	Reclassificações (1)	Saldo em 31/12/2023
Fiscais	5.983	825	-	(496)	7.428	13.740
Total	**5.983**	**825**	-	**(496)**	**7.428**	**13.740**

(1) Valor reclassificado de impostos correntes a pagar para Provisões.

c. Provisões fiscais

As provisões fiscais apresentadas na nota 27.a incluem as provisões apresentadas abaixo:

	2024	2023
Contribuição Social - Constitucionalidade da cobrança / Majoração da alíquota (c.1)	6.526	6.241
Cide sobre remessas ao exterior (c.2)	11.417	7.428
Total	**17.943**	**13.669**

(c.1) O montante de R$ 6.526 (R$ 6.241 em 31/12/2023) refere-se a ação proveniente da aquisição da operação no Brasil do Bank of Montreal, através da incorporação do grupo CCF em 30 de junho de 2000. Nos termos do contrato de aquisição, essa ação está sujeita a indenização por parte dos vendedores caso a provisão contabilizada atualizada não seja suficiente para a liquidação da causa em caso de perda por trânsito em julgado. Da mesma forma, em caso de ganho pelo HSBC das respectivas causas, as provisões atualizadas estão sujeitas a devolução aos respectivos vendedores.

(c.2) O montante de R$ 11.417 (R$ 7.428 em 31/12/2023) refere-se a tributo com exigibilidade suspensa em mandado de segurança ajuizado em 2021, com o intuito de recuperar a CIDE recolhida sobre remessas de serviços ao exterior, bem como deixar de recolher este tributo em remessas futuras.

d. Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

O Banco mantém estrutura interna de acompanhamento de todos os processos administrativos e judiciais em que a instituição é autora ou ré. Cada processo está suportado por avaliação de sua assessoria jurídica que considera o risco de perda envolvido e classifica o caso como de risco provável, possível ou remoto. Considerados estes pressupostos, os passivos contingentes classificados como perdas possíveis somam no total de R$ 118.160 (R$ 87.339 em 31/12/2023), sendo os principais processos relativos a discussões judiciais e administrativas relativas a base de cálculo do ISS no valor de R$ 57.678 (R$ 29.520 em 31/12/2023) e a discussão judicial relativa a compensação dos créditos de PIS/COFINS calculados com base na Lei 9.718 no valor de R$ 52.801 (R$ 51.019 em 31/12/2023), cuja avaliação de risco se manteve como possível mesmo após o julgamento pelo STF do RE no. 400.479 de devido aos casos do HSBC possuírem discussão relativa a coisa julgada e tributação de receitas não decorrentes das atividades principais da entidade, temas não abordados no recente julgamento do STF.

28. Outras informações

a. Patrimônio de referência exigido (Acordo de Basileia)

O Banco mantém patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos nos termos da Resolução CMN nº 4.958/2021 e normas posteriores, conforme demonstrado no Relatório da Administração.

b. Análise de sensibilidade

Os quadros abaixo apresentam a análise de sensibilidade das carteiras de negociação (*trading book*) e não-negociação (*banking book*) por fatores de risco de mercado em 31 de dezembro de 2024.

	Cenários		
Carteira de Negociação (*Trading Book*)	I	II	III
Fatores de Risco			
Prefixado	5	517	117
Cupom Cambial	-	23	(575)
Índice de Preços	-	-	-
Total Carteira de Negociação	**5**	**540**	**(458)**

	Cenários		
Carteira de Não-Negociação (*Banking Book*)	I	II	III
Fatores de Risco			
Cupom Cambial	(4)	(332)	(211)
Prefixado - Títulos Disponíveis para Venda	(126)	(12.628)	(12.028)
Prefixado - Outros Ativos/Passivos no *Banking Book*	74	7.366	7.474
Total Carteira de Não-Negociação	**(56)**	**(5.594)**	**(4.765)**

Para mensurar estas sensibilidades, os seguintes cenários foram aplicados:

Cenário I: Choque paralelo de 1 ponto base para cima nas curvas de juros prefixado em Reais, Cupom de Moedas e Índice de Preços.

Cenário II: Choque paralelo de +100 pontos base para cima nas curvas de juros prefixado em Reais e Índice de Preços e +75 pontos base para as curvas de cupom de Moeda.

Cenário III: Choque na inclinação das curvas prefixada em Reais e Índice de Preços (-50 pontos base para o prazo até 1 ano e +100 pontos base para prazos superiores a 1 ano) e para Cupom de Moedas (-40 pontos base para o prazo até 1 ano e +75 pontos base para prazos superiores a 1 ano).

29. Eventos subsequentes

Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025 foi publicada a Lei Complementar 214 que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS) substituindo os tributos PIS, COFINS, ISS, ICMS e ISS. O principal objetivo da reforma tributária no Brasil é simplificar o sistema de impostos, o tornando mais eficiente, transparente e menos burocrático, reduzindo a cumulatividade e promovendo um ambiente de negócios mais favorável. O HSBC está avaliando os impactos desta e de futuras regulamentações em tramitação no Congresso Nacional.

A Diretoria

Alexandre de Barros Cruz e Guião | Fábio Alonghi Caputo | Fábio Weizenmann | Marcelo Fraga Soares | Mauricio Trepiche | Nelson Koutaka Miyake

Contador
Sergio Luiz Rose
CRC PR-064247/O-3 "T" SP

Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria (Comitê) do HSBC Brasil foi formalmente constituído através da Ata da Assembléia Geral Extraordinária, de 26 de dezembro de 2017, do Banco HSBC S.A. ("Banco").

Em razão a adequação regulatória advinda com a Resolução 4.910 de 27/05/2021, o Banco HSBC S.A. alterou a composição de membros do seu Comitê de Auditoria e a partir de 02 de janeiro de 2025 passou a contar com dois membros independentes e um diretor estatutário, como membro qualificado.

As principais atribuições do Comitê são:

Contratação do auditor independente

Como parte de uma organização internacional, as empresas do Grupo HSBC no Brasil utilizam a empresa de auditoria independente definida pela matriz, em Londres ("Matriz"), que é a PRICEWATERHOUSECOOPERS Auditores Independentes ("PWC"). O Comitê de Auditoria certificou-se de que a *PWC* atende a todos os requerimentos legais e regulamentares locais para a prestação de serviços de auditoria independente.

Revisão prévia das demonstrações financeiras antes de sua publicação

As demonstrações financeiras do Banco foram devidamente revisadas pelo Comitê antes de suas publicações.

Avaliação da eficácia das auditorias

a) Auditoria interna

A Auditoria Interna do Banco segue padrões e planejamento estabelecidos pela Matriz, dispondo de especialistas em determinadas operações bancárias, tais como operações de tesouraria, empréstimos, captações e outras. Para todas as áreas auditadas, são emitidos relatórios formais, os quais são discutidos com os executivos responsáveis pelas ações corretivas e são realizados acompanhamentos das recomendações. A equipe de auditoria do Banco, em conjunto com os especialistas da Matriz, propicia um ambiente de controle conforme requerido pelo Grupo HSBC e pela regulamentação local.

Os membros do Comitê revisaram o resultado das auditorias realizadas e efetuaram o acompanhamento da implementação das recomendações dentro dos prazos estabelecidos, bem como de eventuais exceções. O Comitê de Auditoria se assegurou da eficácia desse controle da seguinte forma: 1) o resultado da auditoria é informado aos membros do Comitê e incluído no sistema do Departamento de Auditoria Interna; 2) a implementação das recomendações é acompanhada pela Auditoria Interna e as exceções reportadas ao Comitê Executivo; 3) o diretor responsável pela Auditoria Interna é entrevistado trimestralmente pelo Comitê Executivo e também, em reunião específica, pelo Comitê Regional e local de Auditoria, constituído nos termos da regulamentação local.

b) Auditoria externa

A eficácia dos trabalhos da *PWC* é assegurada pelo Comitê mediante a revisão dos seus relatórios de controles internos/financeiros e entrevistas com os responsáveis pela condução da auditoria nas reuniões do Comitê, onde são acompanhados o desenvolvimento e conclusões dos trabalhos.

O Grupo HSBC definiu políticas e controles para acompanhar aspectos relacionados à independência dos auditores. Todas as recomendações dos auditores externos são de conhecimento da diretoria executiva e sua implementação devidamente acompanhada de forma a serem efetivamente regularizadas. Anualmente, o presidente do HSBC tem que certificar para a Matriz em Londres que todas as recomendações da auditoria externa estão sendo devidamente implementadas.

Correção e aprimoramento de políticas e práticas

Embora ciente de suas indelegáveis atribuições, o Comitê de Auditoria, dentro do processo de Governança Corporativa do Grupo HSBC, dispõe de diversos Comitês, através dos quais são definidas políticas e estratégias do Grupo. Seus resultados em geral são acompanhados, prioridades são estabelecidas, questões relevantes são escalonadas e ações corretivas definidas visando à tomada de medidas aplicáveis a cada caso.

Efetividade de controles internos

O Comitê se satisfez da efetividade dos controles internos, assegurando o funcionamento do ambiente de controles implementado no Banco, conforme descrito nos tópicos anteriores e também mediante a revisão dos controles efetuada por seus executivos, a qual foi objeto de revisão específica pelos auditores internos, isso incluiu a Auditoria da Estrutura de Governança de Risco do Banco HSBC S.A. onde não foram identificadas deficiências significativas que possam prejudicar a integridade geral do ambiente de controle. Adicionalmente, os executivos responsáveis pelas áreas de auditoria interna, auditoria externa, compliance, jurídico, crédito e finanças foram entrevistados pelo Comitê.

Conclusão geral

O Comitê de Auditoria certifica que as informações constantes desse relatório são verídicas, atendem às requisições definidas na Resolução CMN nº 4.910/21 e alterações posteriores que o sistema de controles do Banco HSBC S.A. é adequado à complexidade e riscos de seus negócios.

São Paulo, 26 de março de 2025.

Relatório dos Auditores Independentes

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Banco HSBC S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco HSBC S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE

Eufrázio



HSBC Brasil Holding S.A.

Av. Juscelino Kubitschek, 1.909, 19º Andar - Torre Norte - São Paulo
C.N.P.J. 22.626.820/0001-26
www.hsbc.com.br

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

De acordo com os dispositivos legais e estatutários, apresentamos as demonstrações financeiras do HSBC Brasil Holding S.A. ("HSBC Holding" ou "Holding") relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Patrimônio líquido e resultado

O patrimônio líquido no final do exercício alcançou o montante de R$ 1.346.580 mil. As ações da Holding alcançaram o valor patrimonial de R$ 0,871 por ação. O resultado do exercício foi de R$ 145.603 mil, o que gerou um lucro líquido de R$ 0,094 por ação.

Capital social

Em 18 de dezembro de 2024 em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o aumento de capital social totalmente subscrito e integralizado no valor de R$ 60.167 mil mediante a emissão de 42.658.512 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O referido aumento ocorreu mediante a capitalização de créditos detidos pela acionista contra a Companhia relativos a juros sobre capital próprio declarados na mesma data.

O capital social em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 1.054.983 mil (em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 994.816 mil), representado por 1.546.845.712 ações (em 31 de dezembro de 2023 por 1.504.187.200 ações).

Gestão de riscos

Nossas atividades envolvem em graus variados a análise, avaliação, aceitação e gestão de riscos ou combinações de riscos. A estrutura de gerenciamento de risco garante que nosso perfil de risco permaneça conservador e alinhado ao apetite de risco e estratégia, determinados pelos seguintes princípios:

• gestão integrada: o apetite a risco considera riscos financeiros e não-financeiros, e é expresso em termos qualitativos e quantitativos, em escala global, regional e local;

• posição financeira: forte capitalização assim como gestão de liquidez e gestão de ativos e passivos local;

• modelo operacional: retornos gerados em linha com os riscos assumidos; diversificação e sustentabilidade das receitas visando entregar retornos consistentes aos acionistas;

• práticas de negócio: tolerância zero para fazer negócios sem considerar os riscos reputacionais resultantes; tolerância zero para fazer negócios que deliberadamente são prejudiciais aos clientes ou não cumpram a letra ou espírito dos requerimentos regulatórios; tolerância zero para conduta imprópria por parte dos funcionários.

Gestão Integrada de Riscos

O HSBC Brasil atua no gerenciamento dos riscos a que está exposto de forma integrada, avaliando todos os impactos conjuntamente com base na abordagem de Gestão Integrada de Riscos determinada pelo Grupo HSBC e têm como objetivos suportar uma cultura forte de risco em toda a organização, assegurar uma gestão de riscos consistente e compreensiva, permitir adequada tomada de decisão com base em ampla visibilidade e consciência dos riscos e assegurar que os riscos assumidos estão de acordo com a natureza e os níveis pré-estabelecidos em sua declaração de apetite a riscos.

Essa abordagem está de acordo com a Resolução CMN 4.557/17 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital consulte o site: www.hsbc.com.br.

Cultura de Risco

Cultura de risco engloba nossas normas, atitudes e comportamentos sobre conscientização dos riscos, tomada de riscos e gerenciamento de riscos. A cultura do risco é um elemento crítico e permeia todas as atividades do HSBC.

Papéis e Responsabilidades

O HSBC Brasil possui uma área de gerenciamento de riscos independente das áreas de negócio, mas todo funcionário do Grupo é responsável pela identificação e gerenciamento de riscos no âmbito de seu papel como parte do modelo de três linhas de defesa e este é aplicável a todos os tipos de risco. As três linhas de defesa estão organizadas da seguinte forma:

• A Primeira Linha é a proprietária dos riscos e controles e responsável por identificar, avaliar, gerenciar e reportar os riscos existentes e emergentes, assegurando que as análises e controles são adequados para mitigar os riscos e mantê-los de acordo com o apetite da organização;

• A Segunda Linha determina as políticas e orienta, supervisiona e desafia as atividades da Primeira Linha para garantir que estas tenham cumprido os requisitos mínimos para gerenciamento de risco, e estejam de acordo com o apetite a risco pré-estabelecido;

• A Terceira Linha é a Auditoria Interna, responsável por fornecer revisão e avaliação independente à Diretoria e ao Grupo HSBC, garantindo que os processos de gerenciamento de risco, governança e controle interno foram projetados e operam de forma eficaz.

Padrões Globais

Temos o compromisso de desenvolver e implementar padrões globais moldados pelas mais altas e eficazes normas de compliance contra crimes financeiros disponíveis nas jurisdições onde o HSBC opera.

Por definição, o impacto dos padrões globais abrange toda a organização, e os principais meios pelos quais aplicamos elevados padrões se dá através da utilização universal dos Valores do HSBC, sistemas de governança robustos e das práticas, desempenho e reconhecimento de todos os nossos colaboradores na gestão de relacionamentos de alta qualidade com nossos clientes.

Nossos valores, a boa governança e o compromisso de operar de forma sustentável orientam a forma como administramos o nosso negócio e nos ajudam a criar valor para os nossos stakeholders.

Em linha com a nossa ambição de ser reconhecido como o principal banco internacional do mundo, temos a aspiração de definir o padrão da indústria com relação a conhecer nossos clientes e detectar, impedir e proteger contra crimes financeiros. Como os mercados internacionais tendem a se tornar mais interligados e complexos e, como ameaças ao sistema financeiro global tendem a crescer, estamos fortalecendo ainda mais as políticas e práticas que regem a forma como fazemos negócios e com quem.

Temos focado em continuar com a aplicação dos nossos padrões e em nossa capacidade de identificar e assim evitar o uso indevido e abuso do sistema financeiro. Através de nossas redes tomamos ações imediatas para fortalecer nossos processos de governança e nos comprometemos a adotar e aplicar os mais elevados e mais eficazes padrões de compliance contra crimes financeiros em todo o HSBC.

Continuamos a reforçar a importância de compliance e aderência aos nossos padrões globais através da construção de fortes controles internos, desenvolvendo capacidades de classe mundial através da comunicação, treinamento e programas de garantia para termos certeza que os funcionários entendam e possam assumir suas responsabilidades, e redesenhar elementos fundamentais de como nós avaliamos e recompensamos os executivos seniores.

Padrões nos permitem:

• Fortalecer a nossa resposta à ameaça constante de crime financeiro;

• Tornar consistente - e, portanto, simplificar - as maneiras pelas quais nós fiscalizamos e impomos altos padrões no HSBC;

• Reforçar as políticas e processos que regem a forma como fazemos negócios e com quem; e

• Garantir que nós sempre apliquemos os Valores do HSBC.

Desde 2014 o Grupo HSBC vem implementando diversas ações para mitigação de riscos de clientes, produtos e operações. Três programas fundamentais estão sendo constantemente revisitados com o propósito de aprimorar o conhecimento sobre os nossos clientes, fortalecer o combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo e assegurar o cumprimento das sanções e o combate ao suborno e à corrupção.

Risco de Mercado

O objetivo da administração de risco de mercado do HSBC Brasil é gerenciar e controlar as exposições oriundas dos fatores de risco de mercado a fim de otimizar o retorno sobre o risco e ao mesmo tempo manter um perfil de risco consistente com o Apetite de Risco estabelecido pela instituição.

O HSBC Brasil possui uma área independente responsável pelo gerenciamento e controle de risco de mercado, tal área é responsável por mensurar e reportar as exposições de risco de mercado em conformidade com as políticas definidas pelo HSBC, além de monitorar e reportar diariamente essas exposições em relação a limites pré-estabelecidos. A área de gerenciamento de risco de mercado é responsável por avaliar os riscos de mercado que surgem em cada produto e assegurar que estes sejam transferidos e gerenciados pela área de Tesouraria.

O HSBC Brasil utiliza uma variedade de ferramentas para monitorar e limitar as exposições ao risco de mercado, incluindo análises de sensibilidade, VAR e testes de estresse.

Risco de Crédito

A cultura de gerenciamento do Risco de Crédito do Grupo HSBC em todos os países e regiões onde atua é dedicada a atingir e manter os seus ativos em alto grau de qualidade. Isso requer padrões elevados de profissionalismo e disciplina aplicados consistentemente na gestão do risco de crédito. Essa cultura universal é essencial para o sucesso no controle e no gerenciamento de risco buscando minimizar as perdas de crédito e aumentar o retorno sobre o risco ajustado, contribuindo assim para o sucesso geral da organização.

A área responsável pelo Risco de Crédito segue tanto às exigências locais como as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Executiva e pelo Grupo HSBC através da elaboração e manutenção das políticas e do manual de crédito locais, assim como o estabelecimento e monitoramento de controles de acompanhamento.

De acordo com alçadas delegadas pela Diretoria Executiva, a área de Risco de Crédito avalia e autoriza a realização de transações de acordo com as políticas vigentes de forma independente da área de negócios.

Risco Social, Ambiental e Climático

A cultura de risco social, ambiental e climático do grupo HSBC tem como objetivo garantir que os serviços que o HSBC fornece aos seus clientes em apoio ao desenvolvimento econômico não resultem em impactos inaceitáveis na sociedade e no meio ambiente. Procuramos um equilíbrio entre aspectos econômicos, sociais, ambientais e climáticos.

O HSBC atua com responsabilidade social, ambiental e climática a partir das definições estratégicas, alinhadas às leis e normas que regulamentam os temas, tanto locais quanto que impactam o grupo HSBC globalmente, bem como os pactos e compromissos assumidos voluntariamente pelo grupo HSBC.

O HSBC no Brasil atua proativamente no gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático levando em consideração que estes riscos são transversais às diversas modalidades de riscos a que estão expostos, a exemplo de riscos de mercado, crédito, operações e reputação.

Risco Operacional e demais Riscos Não-Financeiros

A gestão de risco operacional e demais riscos não-financeiros é considerada essencial pelo HSBC para a manutenção de um ambiente de risco robusto que permita o bom desenvolvimento dos negócios, dentro do apetite de risco estabelecido, atingindo resultados sustentáveis.

A estrutura de gerenciamento de riscos operacionais e demais riscos não-financeiros está em conformidade com o ambiente regulatório local e externo, através das políticas e governança definida e implementada pelo Grupo HSBC.

Gerenciamento de capital

De acordo com a Resolução CMN 4.557/17 e atualizações posteriores, o processo de gerenciamento de capital define-se como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A abordagem de gerenciamento de capital do HSBC Brasil é orientada por suas estratégias e necessidades organizacionais, levando em conta a regulamentação aplicável e o ambiente econômico e de negócios em que opera.

Controles Internos e Compliance

O HSBC Brasil conta com sua estrutura de controles internos, principal responsável por implementar e disseminar a cultura de controles e uma estrutura de compliance, para assegurar que seus administradores e gestores atentem para o fiel cumprimento dos regulamentos e normas aplicáveis aos seus negócios, de acordo com a Resolução CMN nº 4.968, de 25 de novembro de 2021 e alterações posteriores, a qual trata da estrutura de controles internos aplicáveis às instituições financeiras, bem como às demais normas e regulamentos que tratam da conduta da instituição, principalmente em questões que envolvem o tratamento adequado e transparente aos clientes, órgãos reguladores, demais autoridades e práticas de mercado em geral, como por exemplo a Resolução nº 4.595, de 28 de agosto de 2017, do CMN, que dispõe sobre a política de conformidade (compliance).

Foram dispensados cuidados adicionais para a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, com especial observância ao disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e alterações posteriores (Lei 12.683 de 09 de julho de 2012 e Lei 13.260 de 16 de março de 2016), bem como às normas complementares estabelecidas pelo COAF, CVM e Bacen, incluindo a Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021 e a Circular nº 3.978 de 23 de janeiro de 2020 (Alterada pela Resolução 119/2021 do BACEN). Todos os procedimentos e políticas de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo são supervisionados pelo Executivo (Officer) de Prevenção à Lavagem de Dinheiro com suporte da equipe de monitoramento de clientes e transações do Grupo HSBC no Brasil.

Agradecimentos

A Administração agradece a seus clientes e colaboradores pelo apoio e colaboração demonstrada durante o período.

São Paulo, 28 de março de 2025

A Diretoria

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE

Eufrázio

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR



HSBC Brasil Holding S.A.

Av. Juscelino Kubitschek, 1.909, 19º Andar - Torre Norte - São Paulo
C.N.P.J. 22.626.820/0001-26
www.hsbc.com.br

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota	HSBC Holding 2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	11.a	495	46
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultados abrangentes	4	-	13.025
Outros créditos	5	2.269	1.040
Total do ativo circulante		2.764	14.111
Não circulante			
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultados abrangentes	4	7.141	-
Investimentos			
Participação em controlada	6	1.343.898	1.224.946
Total do ativo não circulante		1.351.039	1.224.946
Total de ativos		1.353.803	1.239.057

Passivo	Nota	HSBC Holding 2024	2023
Circulante			
Outras obrigações	5	7.223	5.807
Total do passivo circulante		7.223	5.807
Patrimônio líquido			
Capital social	8	1.054.983	994.816
Reserva de lucros		310.953	236.135
Outros resultados abrangentes		(19.356)	2.299
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		1.346.580	1.233.250
Total de patrimônio líquido		1.346.580	1.233.250
Total de passivos e patrimônio líquido		1.353.803	1.239.057

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Atribuível aos controladores: Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2023		946.510	156.054	-	(18.822)	1.083.742
Resultado do exercício		-	-	136.912	-	136.912
Outros resultados abrangentes		-	-	-	21.121	21.121
Resultado abrangente do período		-	-	136.912	21.121	158.033
Aumento de capital	8	48.306	-	-	-	48.306
Reserva legal	8	-	6.846	(6.846)	-	-
Reserva estatutária	8	-	130.066	(130.066)	-	-
Juros sobre capital próprio	8	-	(56.831)	-	-	(56.831)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		994.816	236.135	-	2.299	1.233.250
Saldos em 1º de janeiro de 2024		994.816	236.135	-	2.299	1.233.250
Resultado do exercício		-	-	145.603	-	145.603
Outros resultados abrangentes		-	-	-	(21.655)	(21.655)
Resultado abrangente do período		-	-	145.603	(21.655)	123.948
Aumento de capital	8	60.167	-	-	-	60.167
Reserva legal	8	-	7.280	(7.280)	-	-
Reserva estatutária	8	-	138.323	(138.323)	-	-
Juros sobre capital próprio	8	-	(70.785)	-	-	(70.785)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.054.983	310.953	-	(19.356)	1.346.580

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota	HSBC Holding 2024	2023
Resultados operacionais			
Outras receitas operacionais	9.c	89	29
Despesas administrativas	9.b	(7.351)	(5.975)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, equivalência patrimonial e impostos		(7.262)	(5.946)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	9.a	771	1.513
Provisão para perdas esperadas	4	15	17
Resultado de equivalência patrimonial - controlada	6	152.276	141.763
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		145.800	137.347
Imposto de renda e contribuição social	10	(197)	(435)
Resultado do exercício		145.603	136.912
Resultado atribuível aos:			
Acionistas controladores		145.603	136.912
Lucro por ação			
Quantidade de ações do capital (1)		1.546.845.712	1.546.845.712
Lucro líquido por lote de mil ações - R$		94,13	88,51

(1) A quantidade de ações ordinárias foi ajustada em 2023 pela emissão de novas ações através da capitalização de juros sobre capital ocorrida em 18 de dezembro de 2024 conforme requerimento do CPC 41/IAS 33.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	HSBC Holding 2024	2023
Resultado do exercício	145.603	136.912
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de resultados abrangentes próprios e de controlada	(21.640)	21.138
Variação no valor justo ganhos / (perdas)	(39.613)	38.434
Imposto de renda	17.973	(17.296)
Provisão para perdas esperadas	(15)	(17)
Resultado abrangente do exercício	123.948	158.033
Resultado atribuível aos:		
Acionistas controladores	123.948	158.033

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO

	Nota	HSBC Holding 2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Resultados do exercício		145.603	136.912
Ajustes para:			
Provisão para perdas esperadas	4	(15)	(17)
Resultado da equivalência patrimonial	6	(152.276)	(141.763)
Total do resultado do exercício ajustado		(6.688)	(4.868)
Variações em ativos e passivos:			
(Aumento) Redução em Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultados abrangentes		5.869	(948)
(Aumento) Redução em outros créditos		(1.229)	(250)
Aumento (Redução) em outras obrigações		1.415	5.243
Fluxo de caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades operacionais		(633)	(823)
Fluxo de caixa de atividades de investimentos:			
Aumento de capital na controlada		(66.300)	(53.230)
Recebimento de juros sobre capital próprio		78.000	62.623
Fluxo de caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de investimento		11.700	9.393
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Aumento de capital na controladora		60.167	48.306
Juros sobre capital próprio	8	(70.785)	(56.831)
Fluxo de caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de financiamento		(10.618)	(8.525)
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	11.a	449	45
No início do exercício		46	1
No final do exercício		495	46
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		449	45

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais

1. Contexto operacional

O HSBC Brasil Holding S.A. ("HSBC Holding" ou "Holding") é uma subsidiária direta da HSBC Latin America Holdings (UK) Limited e indireta da HSBC Holdings plc, com sede no Reino Unido.

Em 28 de setembro de 2015, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi adquirida a companhia M.A.K.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (que iniciou suas atividades em 22 de abril de 2015) pela acionista HSBC Latin America Holding (UK) Limited, e teve alterada sua denominação social para HSBC Brasil Holding S.A. A Holding tem como objeto social a participação, sob qualquer forma, em instituições financeiras. Sua controlada, o Banco HSBC S.A. ("Banco", "HSBC" ou "HSBC no Brasil") antes banco de investimento e a partir de 28 de abril de 2020 autorizado a operar sob a forma de banco múltiplo, nas carteiras comerciais, de investimentos, incluindo, mas não se limitando a: (i) operações de câmbio, (ii) operações de crédito rural, (iii) atuar como escritório de representação de instituições financeiras sediadas no exterior, (iv) administração de carteira de valores mobiliários, (v) coordenação, estruturação, intermediação e distribuição de valores mobiliários, inclusive por meio de ofertas públicas, (vi) realização de serviços de análise e/ou consultoria de valores mobiliários, (vii) derivativos; (viii) captação de depósitos à vista ou a prazo e demais formas de captação permitidas, no Brasil ou no exterior (ix) e a prática de operações de compra e venda, por conta própria ou de terceiros, de metais preciosos e de capitais, tudo na forma da lei e conforme devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários, conforme o caso. A Companhia poderá participar de quaisquer outras sociedades ou grupos de sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista, observadas as normas do Banco Central do Brasil.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais elaboradas estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* que estão alinhadas aos Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A empresa optou pela não apresentação de suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com o parágrafo 4 do IFRS 10/CPC 36.

As demonstrações financeiras da Holding foram aprovadas pela Diretoria em 26 de março de 2025.

3. Resumo das políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no período apresentado, salvo disposição em contrário.

a. Moeda funcional e de apresentação
A moeda funcional da Holding e controlada é o real, a qual também é a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras.

b. Apuração do resultado
As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

c. Estimativas contábeis
As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, provisão para perdas de crédito esperadas, e as provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Holding e controlada revisam as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

d. Caixa e equivalentes de caixa
São representados por disponibilidades e aplicações, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias da data de contratação e apresentem risco insignificante de mudança de valor.

No escopo do IFRS 9/CPC 48, os depósitos à vista mantidos em outras instituições finaceiras são mensurados ao custo amortizado por se tratar de instrumentos financeiros nos quais a Administração tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa contratuais e que possuem termos contratuais que dão origem a fluxos de caixa que são unicamente pagamentos de principal e juros.

e. Títulos e valores mobiliários
Títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - com a adoção do IFRS 9/CPC 48 a partir de janeiro de 2018, esses instrumentos passaram a ser avaliados pelo seu valor justo, em contrapartida a outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários. As receitas de juros, perdas de créditos e ganhos e perdas com variação cambial são reconhecidas diretamente no resultado do exercício.

f. Provisão para perdas de crédito esperadas
Perdas de crédito esperadas são reconhecidas para instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. No reconhecimento inicial, uma provisão é reconhecida para perdas de crédito esperadas resultantes de possíveis eventos de inadimplência para os próximos 12 meses, ou menos, caso o prazo remanescente seja menor que 12 meses. Ativos financeiros que não apresentem aumento significativo de risco de crédito são considerados como "estágio 1".

Aumento significativo no risco de crédito (estágio 2)
Uma avaliação de que o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial é realizada em cada período de reporte ao considerar a mudança no risco de inadimplência ocorrendo sobre a vida remanescente do instrumento financeiro. Com base em fatores objetivos e subjetivos, a avaliação compara o risco de inadimplência avaliado na data de reporte com o risco de inadimplência no momento da contratação do instrumento de financeiro, levando em consideração informações

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR



HSBC Brasil Holding S.A.

Av. Juscelino Kubitschek, 1.909, 19º Andar - Torre Norte - São Paulo
C.N.P.J. 22.626.820/0001-26
www.hsbc.com.br

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais

razoáveis e suportáveis. Considera-se que todos ativos financeiros tenham sofrido um aumento significativo no risco de crédito quando apresentarem 30 dias ou mais de atraso na liquidação.

Ativos inadimplentes (estágio 3)
O HSBC determina que um instrumento financeiro é caracterizado como ativo problemático ao considerar evidências objetivas relevantes, principalmente:

- pagamentos contratuais de principal ou juros estão vencidos há mais de 90 dias;
- existem outros indicadores de que o pagamento do cliente seja incerto, tal como quando uma concessão tenha sido fornecida ao cliente por razões econômicas ou legais em relação à condição financeira do cliente; e
- o empréstimo de outra forma seria considerado inadimplente.

A receita de juros é reconhecida ao aplicar a taxa de juros efetiva ao saldo do custo amortizado, ou seja, valor contábil bruto menos provisão para perdas esperadas.

Mensuração das perdas esperadas
A avaliação de risco de crédito e a estimação das perdas esperadas incorporam toda informação disponível que é relevante para a avaliação incluindo informação sobre eventos passados, condições correntes e projeções razoáveis. Adicionalmente, a estimação da perda esperada deve levar em conta o valor do dinheiro no tempo.

Em geral, a Holding calcula a perda esperada utilizando três componentes principais: a probabilidade de inadimplência (*PD - probability of default*), uma perda dada a inadimplência (*LGD - loss-given default*) e a exposição na inadimplência (*EAD - exposure at default*).

A perda de crédito esperada para 12 meses é calculada pela multiplicação da PD de 12 meses com a LGD e EAD.

A EAD representa o saldo esperado na inadimplência, levando em consideração o pagamento do principal e juros da data do balanço até o evento de inadimplência junto com tomadas adicionais de linha comprometidas. O LGD representa perdas esperadas no EAD dada a ocorrência do evento de inadimplência.

g. Outras operações ativas e passivas
As demais operações ativas e passivas estão demonstradas pelo valor principal, acrescido dos rendimentos ou encargos incorridos, se aplicável, calculados "pro rata" dia.

h. Imposto de renda contribuição social
O imposto de renda foi calculado utilizando-se a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10%, e a contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação.

O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias estão apresentados nas rubricas "Outros créditos" e refletidos no resultado do período e/ou, quando aplicável, no patrimônio líquido.

Para esses ativos fiscais diferidos considera-se a expectativa de realização em prazo razoável de tempo, não superior ao permitido pela legislação existente.

i. Investimento
O investimento em controlada é avaliado de acordo com o método de equivalência patrimonial em conformidade com o parágrafo 8 do IAS 27/CPC 35 (R2) a respeito de Demonstrações Separadas.

j. Normas contábeis emitidas em 2024 e aplicáveis em períodos futuros
O Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovou em 2024 a publicação de revisões de pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas.

A revisão nº 1 do Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado surgiu de audiência pública contendo diversas sugestões para melhoria redacional, que foram discutidas e acatadas na versão final do documento. Adicionalmente, o CPC entendeu que, dada a natureza dos ajustes propostos pelo CPC 09 (R1), em comparação ao CPC 09, não houve necessidade de estabelecimento de regras de transição. Desse modo, eventuais mudanças na elaboração e apresentação da DVA devem ser tratadas de maneira retrospectiva, à luz do Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

A revisão nº 3 do Pronunciamento Técnico CPC 18 - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto buscou reformular as referências com a ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

A revisão nº 2 da Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial introduziu duas seções específicas para tratar de: (a) perda do controle e alterações na participação em controlada (itens 70A a 70D) para destacar o tratamento contábil quando da perda do controle de uma ex-controlada nas situações em que o investimento remanescente ainda está sujeito ao método da equivalência patrimonial; (b) método contábil da aquisição nas operações de combinação de negócios (itens 70E a 70L) para tratar de esclarecimentos sobre o método contábil de aquisição nas operações de combinação de negócios, incluindo exemplos ilustrativos.

A revisão nº 3 da Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial visa esclarecer e orientar questões inerentes após a edição do Pronunciamento Técnico CPC 15 - Combinação de Negócios, pois tornou-se necessária a emissão de determinadas orientações e interpretações a respeito, principalmente, das demonstrações contábeis individuais da entidade adquirente, uma vez que o Pronunciamento Técnico CPC 15 está basicamente voltado à elaboração e apresentação das demonstrações consolidadas. E com a edição dos Pronunciamentos Técnicos CPC 04 - Ativo Intangível, CPC 18 - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, CPC 19 - Negócios em Conjunto, CPC 35 - Demonstrações Separadas e CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, diversos pontos também passaram a exigir orientações e interpretações, bem como define procedimentos contábeis específicos para as demonstrações individuais das controladoras.

Em 18 de outubro de 2024 foi aprovada a Orientação Técnica OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO). O objetivo desta Orientação é tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A revisão nº 26 apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 32 e 48. Este documento estabelece alterações no Pronunciamentos Técnicos CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro e CPC 48 - Instrumentos Financeiros em função de ajustes redacionais nos textos para maior aderência com as normas contábeis internacionais.

A revisão nº 27 apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1). Este documento estabelece alterações e exclusões de texto no Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

4. Ativos financeiros

Ativos financeiros ao valor justo através do resultado abrangente
Em 31 de dezembro de 2024, a carteira de títulos e valores mobiliários da Holding está classificada ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, devido (a) ao seu enquadramento no modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e (b) os seus termos contratuais dos ativos financeiros dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

	HSBC Holding							
	2024						2023	
	Ativo ao valor justo através do resultado abrangente						Ativo ao valor justo através do resultado abrangente	
Papel	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor justo	Valor de custo atualizado	Efeito no patrimônio líquido	Valor justo	Efeito no patrimônio líquido
Certificados de Depósitos Bancários	-	7.184	-	7.141	7.184	(43)	13.025	(18)
Total	-	7.184	-	7.141	7.184	(43)	13.025	(18)
Circulante				-			13.025	
Não circulante				7.141			-	

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data de balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores serão estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definição de preços, modelos de cotações ou cotação de preços para instrumentos com características semelhantes.

Provisão para perdas esperadas
O HSBC reconheceu os seguintes valores de perdas esperadas para os seus ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes.

	HSBC Holding			
	2024		2023	
	Valor justo	Provisão para perdas esperadas	Valor justo	Provisão para perdas esperadas
Instrumentos de dívida mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes	7.141	(18)	13.025	33

5. Outros créditos e outras obrigações

	HSBC Holding	
	2024	2023
Outros créditos		
Impostos e contribuições a compensar	2.248	1.023
Créditos tributários	21	17
Total	2.269	1.040
Circulante	2.269	1.040
Outras obrigações		
Impostos e contribuições a recolher	7.218	5.797
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	5	10
Total	7.223	5.807
Circulante	7.223	5.807

6. Participação em controlada

	Banco HSBC S.A.	
	2024	2023
Posição das controladas		
Capital social	1.038.778	972.478
Quantidade de ações possuídas:		
Ações ordinárias	935.148.730	906.999.795
Posição dos investimentos		
Percentual de participação (%)	100%	100%
Resultado do exercício	152.276	141.763
Patrimônio líquido	1.343.898	1.224.946
Resultado de participações	152.276	141.763
Saldo das participações	1.343.898	1.224.946

Em 18 de dezembro de 2024 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social do Banco HSBC S.A. totalmente subscrito e integralizado no valor de R$ 60.167, mediante a emissão de 42.658.512 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O referido aumento ocorreu mediante a capitalização de créditos detidos pela referida acionista relativos a juros sobre capital próprio declarados na mesma data. O aumento ora aprovado em assembleia está sujeito à homologação pelo Banco Central do Brasil.

7. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando disponível e aplicável, vigentes nas datas das operações.

Em 2024 e 2023 as transações com partes relacionadas foram integralmente contra o Banco HSBC S.A. consistido em:

	HSBC Holding			
	2024		2023	
	Maior saldo do período	Saldo em 31/12/2024	Maior saldo do período	Saldo em 31/12/2023
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	495	495	46	46
Ativos financeiros disponíveis para venda	7.141	7.141	13.025	13.025
Total	7.636	7.636	13.071	13.071
Receitas				
Resultado com títulos e valores mobiliários		771		1.513
Total		771		1.513

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração
A Holding não possui despesa própria com seu pessoal-chave da Administração por utilizar a estrutura operacional do Banco HSBC S.A. na execução de suas atividades.

8. Capital social, reservas e dividendos

Em 18 de dezembro de 2024 em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o aumento de capital social totalmente subscrito e integralizado no valor de R$ 60.167 mediante a emissão de 42.658.512 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O referido aumento ocorreu mediante a capitalização de créditos detidos pela acionista contra a Companhia relativos a juros sobre capital próprio declarados na mesma data.

Também em Assembleia Geral Extraordinária realizada dia 18 de dezembro de 2024, foi aprovada a distribuição de R$ 70.785 a título de juros sobre capital próprio em razão de variação pro rata die da taxa de juros de longo prazo (TJLP) sobre as contas de patrimônio líquido da Companhia do ano-calendário de 2024, resultando em uma distribuição no montante de R$0,046 por ação, sendo o valor líquido imputado ao dividendo obrigatório.

O capital social em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 1.054.983 (em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 994.816), representado por 1.546.845.712 ações (em 31 de dezembro de 2023 por 1.504.187.200 ações). O dividendo anual mínimo obrigatório, não cumulativo, é de 25% sobre o lucro líquido.

Do lucro líquido do exercício de 2024 no montante de R$ 145.603 foram destinados R$ 7.280 para Reserva Legal e o saldo remanescente de R$ 138.323 para Reserva Estatutária.

A Reserva Estatutária visa à manutenção da margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Holding.

9. Detalhamento das principais contas da demonstração do resultado

a. Receitas (despesas) financeiras

	HSBC Holding	
	2024	2023
Receita com títulos e valores mobiliários - ligadas	771	1.513
Total	771	1.513

b. Despesas administrativas

	HSBC Holding	
	2024	2023
Despesas tributárias	(7.259)	(5.868)
Serviços técnicos especializados	(92)	(107)
Total	(7.351)	(5.975)

c. Outras receitas operacionais

	HSBC Holding	
	2024	2023
Atualização monetária de tributos federais	89	29
Total	89	29

10. Imposto de renda e contribuição social

a. Encargos devidos sobre as operações do período
Segue a demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidentes sobre as operações do período:

	HSBC Holding	
	2024	2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social (após participações)	145.800	137.347
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas mencionadas na nota explicativa 3.h	(49.572)	(46.698)
Exclusões/(adições) permanentes	49.351	46.239
Participações em controlada	51.774	48.199
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	(26.520)	(21.292)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	24.067	19.322
Atualização Selic indébito	30	10
Outros ajustes	24	24
Incentivos Fiscais e adicional de Imposto de Renda	24	24
Imposto de renda e contribuição social devidos sobre o resultado do período	(197)	(435)

b. Composição da conta de despesa com imposto de renda e contribuição social

	HSBC Holding	
	2024	2023
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(192)	(429)
Impostos diferidos		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	(5)	(6)
Total	(197)	(435)

c. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	HSBC Holding		
	Saldos em 31/12/2023	Constituição/ (realização)	Saldos em 31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo			
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	6	9	15
Provisão de Perdas Esperadas	11	(5)	6
Total dos créditos tributários ativos	17	4	21
Créditos tributários líquidos	17	4	21

d. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	2024			2023
	Diferenças Temporárias		Total	Total
Ano	Imposto de Renda	Contribuição Social		
2024	-	-	-	17
2025	16	5	21	-
Total	16	5	21	17

e. Créditos tributários não ativados

HSBC Brasil Holding S.A. não possuía créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR



HSBC Brasil Holding S.A.

Av. Juscelino Kubitschek, 1.909, 19º Andar - Torre Norte - São Paulo
C.N.P.J. 22.626.820/0001-26
www.hsbc.com.br

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais

11. Outras informações

a. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos por:

	HSBC Holding	
	2024	2023
Disponibilidades	495	46
Total de caixa e equivalentes de caixa	495	46

12. Eventos subsequentes

Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025 foi publicada a Lei Complementar 214 que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS) substituindo os tributos PIS, COFINS, ISS, ICMS e ISS. O principal objetivo da reforma tributária no Brasil é simplificar o sistema de impostos, o tornando mais eficiente, transparente e menos burocrático, reduzindo a cumulatividade e promovendo um ambiente de negócios mais favorável. O HSBC está avaliando os impactos desta e de futuras regulamentações em tramitação no Congresso Nacional.

A Diretoria

Alexandre de Barros Cruz e Guião | Maurício Trepiche | Nelson Koutaka Miyake

Contador
Sergio Luiz Rose
CRC PR-064247/O-3 "T" SP

Relatório do Auditor Independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas HSBC Brasil Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do HSBC Brasil Holding S.A. ("Holding"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do HSBC Brasil Holding S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Holding, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Holding é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

HSBC Brasil Holding S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Holding é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Holding continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Holding ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Holding são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Holding.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Holding. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar

HSBC Brasil Holding S.A.

atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Holding a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Holding. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria de grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2025



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva
Contador
CRC 1SP171089/O-3

ESTADÃO RI

A melhor multiplataforma de Relações com Investidores

Publique seus atos societários no jornal impresso!















PORTAL ESTADÃO RI

ATOS SOCIETÁRIOS, FATOS RELEVANTES E NOTÍCIAS QUE ENVOLVEM AS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PAÍS

SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR

ESTADÃO 150 ESTADÃO RI ELDORADO FM 107,3 ESTADÃO BLUE STUDIO AGÊNCIA ESTADO broadcast